**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

André Nicacio Lima

***Caminhos da integração, fronteiras da política:
a formação das províncias de Goiás e Mato Grosso***

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Duarte Dantas

São Paulo
2010

Ao Professor István

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a formação do Oeste brasileiro, isto é, daqueles espaços que até a Independência compunham as capitanias de Goiás e de Cuiabá e Mato Grosso e que, através de processos conflituosos, deram origem aos territórios políticos provinciais desde então.

Partindo de uma breve exposição das matrizes gerais da ocupação e apropriação do espaço desde as primeiras décadas do século XVIII, passamos a uma análise da incorporação dessas áreas à Monarquia portuguesa, com especial atenção à emergência e à consolidação de uma geopolítica para a fronteira oeste. A seguir, tratamos das transformações ocorridas no início do século XIX, quando novos processos de integração e as diretrizes do Reformismo Ilustrado atuaram decisivamente sobre esses espaços, redefinindo inclusive os sentidos da geopolítica. Entendendo o aprofundamento da crise do Antigo Regime português após a eclosão da Revolução Constitucionalista do Porto (1820) como um importante momento de ruptura, passamos a analisar os conflitos, as experiências e as identidades emergentes neste período. O foco está no movimento autonomista do norte goiano e na disputa pela condição de centro político provincial entre as cidades de Cuiabá e Mato Grosso. Conflitos estes que expressavam a diversidade e as contradições nos espaços das antigas capitanias, numa situação de erosão das legitimidades que conferiam um ordenamento político a esses espaços.

Trata-se aqui, acima de tudo, de uma história política do território, através da qual se procura compreender o processo pelo qual se formaram, a partir das conquistas da Monarquia portuguesa, os espaços de poder e representação do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Goiás – Mato Grosso – história política – território – Independência

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the formation of the Western part of Brazil, a region that, until Independence, encompassed the captaincies of Goiás and of Mato Grosso and Cuiaba, and that, through conflictive processes, gave rise to political provincial territories.

Starting with a brief exposition of the general matrices of space occupation and appropriation from the first decades of the 18th century, we then analyze the incorporation of these areas to the Portuguese Monarchy, paying special attention to the emergency and consolidation of a geopolitical strategy concerning the West boundary. Following, we regard the transformations that occurred in the early 19th century, when new integration processes and Illustrated Reformism guidelines were laid upon those spaces, even redefining the former geopolitical orientation. Understanding, as an important moment of rupture, the Portuguese Ancient Regime's deepening crisis on the aftermath of the Constitutional Revolution that erupted in the city of O Porto (1820), we analyze the emerging conflicts, experiences and identities in this period. We focus on the autonomist movement in Northern Goiás and on the disputes for the condition of provincial political center between the cities of Cuiabá and Mato Grosso. Conflicts that expressed the diversity and contradictions inherent to the spaces of the old captaincies in a situation of erosion of the legitimacy that used to guarantee a proper political order.

It is, above all, a political history of the territory that aims to comprehend the processes that led, from the Portuguese monarchy's conquests, to the formation of spaces of power and representation in the Brazilian Empire.

KEYWORDS:

Goiás - Mato Grosso - Political history - territory - Independence

SUMÁRIO

Resumo	02
Abstract	03
Introdução	06
 Capítulo 1 - Sertões pontuados por vilas:	
a formação das regiões coloniais	13
Conquista e povoamento	14
As Minas de Goiás	27
O Cuiabá e o Mato Grosso	43
 Capítulo 2 - Sertões limitados por fronteiras:	
políticas coloniais e construção do território, século XVIII	54
Administração e política colonial	55
A institucionalização e a territorialização das minas	63
A construção social das fronteiras naturais	79
“A chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”	97
O “período albuquerqueiro” e o apogeu da geopolítica	106
 Capítulo 3 – Sertões cortados por caminhos:	
a integração do Oeste às vésperas da Independência	129
Os caminhos do Oeste	135
Periferia da periferia	153
A integração do Centro-Sul	169
 Capítulo 4 – Projetos para os caminhos e as fronteiras:	
Reformismo Ilustrado e reorientação da geopolítica	184
O reformismo e a crítica, em tempos de crise	185
Joaquim Teotônio Segurado e a integração e a diferenciação do norte goiano	199
A reorientação da geopolítica: a aliança Guaicuru e a fronteira posta à prova	212
A reorientação da geopolítica: o governo econômico da fronteira	240
A mudança do centro de poder e a interiorização da geopolítica	255
 Capítulo 5 – A Revolução a centenas de léguas do Atlântico:	
conflitos, experiências e identidades na crise da Independência	267
Caminhos da Revolução	268
Entre Goiás e a Palma: a disputa provincial	273
Cuiabá e Mato Grosso: os legítimos governos desta Província	291
1822: Entre o Centro-Sul e o Extremo-Norte	314
As soluções do Império	330
 Fontes e bibliografia	352

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, bem como a todas as instituições em que pude pesquisar – o Arquivo Público de Mato Grosso, o Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso e o Arquivo Público de Goiás. Aos professores e colegas com quem pude debater este projeto em diferentes momentos, especialmente a Alain El Youssef, Bruno Fabris Estefanes, Tâmis Parron, André Machado e Andréa Slemian. A todos do Grupo de Estudos Império Expandido, do Projeto Temático “A formação do Estado e da nação” e da Biblioteca Brasileira Digital. Aos que contribuíram de diversas formas, tópico no qual não haveria como evitar omissões. A Natasha Leão e a Rachel Tegen de Pinho pela força nesses momentos finais. Aos meus amigos, evidentemente. À Monica Dantas, minha orientadora neste ano decisivo, a quem devo muito pela melhor acolhida possível. A meus pais, Joaquim Maria de Lima e Sonia Maria Nicacio de Moraes Lima, pelo apoio constante e incondicional. À Carina, principalmente, que me ajudou a cada momento, fazendo o possível e impossível para que desse certo, e a quem eu amo mais do que tudo.

Introdução

Em meados do século XVIII, muito antes dos artistas e naturalistas que perscrutaram o Brasil após a chegada da Família Real, um viajante não menos ilustre nos deixou a narrativa de uma viagem que, iniciada em Lisboa, o levou às Minas do Cuiabá¹. Sem a pretensão de estabelecer um roteiro ou estudo científico, escrevia a seu primo, oferecendo ao destinatário algum “divertimento pela novidade” e buscando o “desafogo e alívio” para si próprio. À semelhança, porém, dos relatos de Florence ou de D’Alincourt - e não muito distante dos roteiros goianos de Pohl, de Saint-Hilaire ou mesmo do Itinerário de Cunha Mattos² -, nele encontramos o indisfarçável encantamento com a natureza americana, contrastando com o incômodo causado pelas dificuldades dos caminhos, por uma natureza muitas vezes hostil e por povos que lhe pareciam pouco civilizados.

O “divertimento da novidade” ficava por conta dos “rios tão caudalosos, matos tão espessos e campos tão distantes, que fazem a admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como a do nosso reino”. O “alívio” era preciso numa travessia de rios, matos e campos que, capazes de inspirar sublimes narrativas, eram muitas vezes o flagelo dos que vinham de uma terra tão apertada como o Reino de Portugal. Flagelo que não tardou, ao percorrer os povoados paulistas, ponto de partida da *Relação*, pois anotou o viajante que as estradas eram cheias de incômodos “caldeirões, que são umas covas que os cavalos fazem com a continuação do andar”. Caminhos maltratados, pontuados por pobres povoações que, contando com foros de município, “falando mal, é vila”, uma vez que não passam de um punhado de casebres em torno da casa de câmara e cadeia, da matriz e do pelourinho, marcos da vida urbana no mundo português. Uma terra habitada por homens que levam o tempo “a cachimbar e embalar-se na rede, em camisas e ceroulas, seu vestido ordinário, e mandando [em] seus carijós, adquiridos pelo sertão com grandes trabalhos e não menos ofensas de Deus”.

¹ “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para Vila de Cuiabá em 1751”. In: Afonso d’Escagnole TAUNAY - *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981. Trata-se de um dos documentos mais analisados pela historiografia das monções cuiabanas.

², Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1977. Luiz d’ ALINCOURT. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1954. Johann Emanuel POHL. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado, apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1976. Auguste de SAINT-HILAIRE. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1937. Raimundo José da Cunha MATOS. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e do roteiro desta Província às do Mato Grosso e S. Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004

As estradas, as vilas e os colonos paulistas ocupariam, porém, a parte mais curta e menos penosa – mas também menos fascinante - da experiência de nosso viajante. Afinal, o objetivo dele, d. Antônio Rolim de Moura, era tomar posse como primeiro governador e capitão-general de Cuiabá e Mato Grosso, o que o levava tão rápido quanto fosse possível ao Araritaguaba, atual Porto Feliz e ponto de partida das monções cuiabanas. Nomeado em 1748, nosso viajante levou quase dois anos entre o embarque em Lisboa e a posse na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, incluindo cinco longos meses como passageiro de monção³. É a partir do Araritaguaba que os caminhos repisados e as pequenas vilas com seus colonos ociosos e seus indígenas subjugados dão lugar ao curso instável dos rios, cercados por sertão desconhecido e povoado por indígenas resistentes à expansão colonial – gentio de corso, nações hostis, não mais os mansos carijós. O porto, desta feita, é um marco na narrativa de d. Antônio, a partir do qual, tanto a natureza sublime, quanto as maiores dificuldades, de fato se revelam. Limiar de um discurso, mas também fronteira societária, entre a região colonial dos paulistas e o imenso sertão que estes se acostumaram a atravessar, mas que nunca haviam povoado.

Os “caldeirões” aos quais nos referimos - e que era tão profundos que podiam derrubar os animais e ferir as pernas do cavaleiro - ficavam agora para trás. Eles eram obra de mais de dois séculos de ir-e-vir dos colonos entre arraiais, vilas e rumo aos sertões da capitania de São Paulo. Uma colonização efetiva, sedimentada no decorrer de gerações, ainda que resultando numa sociedade miserável e inculta, do ponto de vista de um nobre português. Uma vila como Jacareí, com sua “meia dúzia de casas” e “tão pobre que a câmara me esperou de capote”, estava prestes a completar um século de existência como município. Na vila de Guaratinguetá, “mais rica do que as outras”, conheceu d. Antônio o incessante movimento do abastecimento das Minas Gerais, na rota que levava ao porto de Parati. Na capitania de São Paulo, as vilas, os caminhos, as redes de comércio e o manejo político do território conformavam experiências, vínculos societários e mesmo um sentido de identidade. A bandeira que levava um dos barcos da monção de d. Antônio trazia de um dos lados as “Armas Reais”, de outro, o “Padre Anchieta”. Eram súditos de um mesmo rei que não deixavam de ostentar seus próprios símbolos.

³ D. Antonio embarcou no dia 1º de fevereiro de 1749 na Ribeira das Naus, em Lisboa. Chegou a Cuiabá, em 12 de janeiro de 1751. Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004. p. 316.

Mais além do Araritaguaba, o traiçoeiro curso dos rios era percorrido poucas vezes por ano (e havia ano em que não partia monção), demandando longos preparativos, grandes provisões, práticos experientes e um contingente militar – neste caso, de 190 homens. Não era uma viagem que se fizesse com poucos tripulantes, recursos ou tempo. Chegando ao Araritaguaba em fins de maio, e faltando certos sortimentos, relata o viajante que os esperaram vir do Rio de Janeiro, sendo também necessário se esperasse “que crescesse o milho e feijão, e se fizessem as farinhas e toucinhos: uma e outra coisa me demorou até agosto”. Os caminhos eram menos conhecidos e freqüentados e – no que diz respeito à colonização luso-brasileira - nada povoados. A próxima (e única) vila para além do porto era Cuiabá, distante 530 léguas (cerca de 3.500 quilômetros) de Araritaguaba⁴, tendo como único pouso habitado e capaz de suprir os viajantes a fazenda de Camapuã. Entre a partida da monção e esta fazenda, nosso cronista relata um período de quase três meses sem passar por nenhum povoado, ou sequer uma morada isolada no sertão. Ao deixar Camapuã, mais um mês e meio sem contato humano para além da tripulação, com a diferença de que, a partir dali, os monçoeiros temiam e preparavam-se militarmente para um eventual contato, pois todos se sabiam em território Paiaguá. Logo foram reforçados pelas “canoas de guerra” que, como de praxe, chegaram de Cuiabá para escoltar a monção no trecho mais arriscado do percurso.

Ao avistar uma “pequena ermida” a saudaram com artilharia. Havia o que comemorar: não estava distante o Cuiabá e ficava para trás o imenso sertão. Estavam nas proximidades do lugar conhecido como Praia dos Abraços, referência à despedida entre os descobridores do Mato Grosso e aqueles que retornariam à vila. Trata-se de uma espécie de entroncamento que dividia os roteiros para estas duas regiões de minas e conquistas, separadas por sertões – o Cuiabá e o Mato Grosso. Além de outras muitas léguas de sertão estavam as Minas de Goiás, onde havia chegado pela mesma época d. Marcos de Noronha, governador nomeado e companheiro de viagem de d. Antônio no trecho entre Pernambuco e o Rio de Janeiro, que tomou posse às margens do Rio São Francisco, sertão da capitania de Minas Gerais⁵.

Os diferentes sertões – inexplorados, como os narrados por d. Antônio, ou da pecuária, como certamente conheceu d. Marcos às margens do São Francisco - estavam inequivocamente por todos os trajetos que levavam às novas minas e conquistas.

⁴ Essa estimativa representa mais que o dobro da atual distância rodoviária entre as duas cidades.

⁵ “História Política da Capitania” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783* (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo I, pp. 56-57.

Contudo, já não estavam nas vilas do Cuiabá e de Goiás. Antes mesmo de avistar Cuiabá, a monção do primeiro Governador teve sua recepção:

Neste dia já algumas pessoas me vieram encontrar em canoa, e no seguinte todos com os ministros e câmara; e me conduziram até ao porto, onde estavam duas peças de artilharia, que estiveram salvando desde que me avistaram. Ao saltar em terra, me salvaram também os dragões com três descargas de mosquetaria, e a peça com 21 tiros.

No porto tinham todos seus cavalos, e estava também um preparado para mim, por ser distância até a vila de meia légua, e me acompanharam todos até a minha porta, aos padres convidei a cearem comigo, ali estiveram formadas as ordenanças da terra de uniforme, as quais mandei retirar, e antes deram três descargas; e no domingo seguinte, 17 do mês, tomei posse.

Ainda na canoa, surgem os ministros e a câmara; no porto, os cavalos, a vila, os padres, os soldados de dragões e da ordenança da terra, com seus uniformes. Descrição semelhante a esta poderia ser produzida em centenas de locais de quatro continentes, incluindo o apertado Reino de d. Antônio. Prospecto tão familiar que não requer maiores descrições do viajante. As minas do Cuiabá, com cerca de 6 mil habitantes entre o espaço urbano da Vila Real, suas vizinhanças e arredores, não diferiam muito das vilas das Gerais nos primeiros tempos, semeadas às encostas dos morros e às margens dos riachos e de suas aluviões. Porém, nosso viajante pouco pôde desfrutar do retorno à vida urbana. Sendo o ladrilhador por excelência, nestas novas conquistas, levava instruções que o mandavam à fronteira castelhana para que lá fundasse uma nova capital. Em 14 anos de governo, nunca mais retornou ao Cuiabá e mesmo ao deixar a capitania para tomar posse como vice-rei em Salvador, dispensou o caminho das monções, partindo pela rota amazônica, que levava a Belém do Grão-Pará.

Nos caminhos, as dificuldades de um imenso sertão; nas minas o universo das vilas e arraiais, em processo de consolidação; nas fronteiras, indígenas e espanhóis entre a colaboração e o conflito. Talvez o que melhor caracterizasse aquela imensa zona de povoamento, que podemos denominar o Oeste da América Portuguesa, fosse esta colonização urbanizante, descontínua e que ainda estava se firmando em meados do século XVIII, enquanto cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Salvador contavam cerca de dois séculos de existência. Quando foi levantado o primeiro arraial do Oeste, já haviam sido criadas e na maior parte extintas as donatarias; já havia ocorrido a união das monarquias ibéricas e a Restauração portuguesa; os holandeses e franceses já haviam ocupado e desocupado partes do continente do Brasil, sobre o qual já existiam crônicas, descrições e sátiras. Falava-se em “paulistas” e em

“pernambucanos”, mas apenas muitas décadas depois se falaria em “cuiabanos” e “goianos”. A incorporação à colonização ainda estava se concretizando; as estradas do Oeste eram demasiado recentes para formarem caldeirões.

O Capítulo 1 desta dissertação, “Sertões pontuados por vilas” nos leva ao interior do continente, formado a partir de *rushs* mineradores, resultando a princípio em territórios descontínuos, construídos a partir de arraiais e vilas, manifestações da vida urbana colonial. Crescentemente integrados, os pontos irradiaram as manchas de povoamento, ocupando os campos e ligando-se às redes do mercado interno. Em momentos e em ritmos desiguais, a mineração minguou até quase desaparecer, não sem antes construir as matrizes básicas da formação de regiões coloniais. No Capítulo 2, “Sertões limitados por fronteiras”, veremos como esse movimento envolveu políticas de colonização e de incorporação às redes de poder da Monarquia. No Extremo Oeste, a vizinhança castelhana não tardou a demandar uma política de fronteira, em seguida tornada uma geopolítica coerente. O Capítulo 3, “Sertões cortados por caminhos”, apresenta o Oeste às vésperas da Independência, espaço periférico no conjunto das relações luso-brasileiras, mas que passava por diferentes processos de integração, dentre os quais se destacava o do Centro-Sul do Brasil. Como se verá no Capítulo 4, “Projetos para os caminhos e as fronteiras”, o Reformismo Ilustrado transformou profundamente esse espaço, incentivando a integração através dos rios, reorientando a geopolítica da fronteira, mas também acomodando tensões e incorporando demandas antigas e novas às diretrizes governativas. No Capítulo 5, “A Revolução a centenas de léguas do Atlântico”, acompanharemos os conflitos que marcaram o processo de Independência nas províncias do Oeste, com a erosão de antigas legitimidades e a emergência de projetos políticos referidos a territorialidades distintas, expressão ao mesmo tempo de diferenciações nos espaços das antigas capitanias e do aprofundamento da crise do Antigo Regime português.

Começamos, portanto, com a formação das regiões coloniais do Oeste e a política das vilas, dos caminhos e das fronteiras durante o século XVIII - um processo no qual nosso viajante foi importante personagem. Desde o remoto Guaporé, voltaria a escrever anos depois sobre “o descômodo como aqui temos vivido, servindo-nos de ranchos de palha, que nem bem resguardam a chuva, nem o calor do sol, e muito menos os ventos e as friagens... e o assoalho de terra úmida”. Os anos de experiência já haviam permitido, porém, uma maior resistência às doenças e uma adaptação a um ambiente a princípio

inóspito, com o que o outrora viajante podia afirmar: “Eu, como general do Mato, já não estranho viver à Sertanista”⁶.

⁶ D. Antônio Rolim de Moura *Apud* Paulo BERTRAN. “Introdução” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo II, p. 4-5.

Capítulo 1

**Sertões pontuados por vilas:
a formação das regiões coloniais**

Conquista e povoamento

a) arraiais

O Reino de D. Antonio Rolim de Moura não era apenas mais “apertado” que as imensas conquistas da América. Era também uma referência de estabilidade para quem agora encarava um mundo novo, ainda mal assentado no interior do continente. Lembremos que as capitanias de Goiás e de Cuiabá e Mato Grosso não contavam com nenhum núcleo de colonização portuguesa quando D. Antonio veio ao mundo e mesmo as Minas Gerais não tinham ainda uma Vila ou Cidade, naqueles idos de 1709. Nomeado capitão-general, aos quarenta anos de idade, chegava agora o fidalgo a uma terra pontuada por vilas ainda mal consolidadas, mas em certos casos com mais habitantes que muitas das cidades do Reino. Era, sem dúvida, o universo da mobilidade humana e da subversão dos modos de vida relativamente estáveis da sociedade estamental lusitana. Espaço também da diversidade das gentes, de mamelucos que passavam os anos pelos matos, preando índios e falando língua geral, sem nunca deixarem de ser portugueses; de carijós “mansos”, caiapós “bravos” e paiaguás “de corso”; de cativos africanos, vindos de diferentes portos e desembarcados nas diversas partes da costa da América; de cativos americanos, negros, mulatos ou caborés; de homens brancos, ou auto-representados como brancos, que podiam ou não aspirar a distinções de nobreza da terra, da governança dos povos. O “Continente do Brasil” era ainda o universo das distâncias, da dispersão, da descontigüidade, mas dificilmente em alguma outra parte deste todo estas características eram tão marcantes quanto no interior da mineração, ao qual se dirigia D. Antonio⁷.

O curso instável da navegação monçoeira levava ao Cuiabá, vila fundada em 1727, a partir de um arraial estabelecido oito anos antes por algumas levadas sertanistas paulistas e por seus escravos e agregados, na cata de ouro às margens dos rios Cuiabá e Coxipó e na caça de pessoas, nos sertões circunvizinhos. O roteiro de outro Governador, D. Marcos de Noronha, levava a Vila Boa de Goiás, instalada em 1739, às margens do Rio Vermelho, onde havia, desde 1726, o arraial de Santana. Além destes, muitos outros arraiais haviam surgido, nas *Minas Gerais*, no *Cuiabá*, no *Mato Grosso*, nos *Goiazes*, nomes que designavam, desde antes da viagem de d. Antonio, conjuntos de núcleos

⁷ Sobre essas características do “viver em colônias”, Fernando Antônio NOVAIS. “Condições de privacidade na colônia”. In: SOUZA, Laura de Melho e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil: 1) p. 13-39.

povoados⁸ Divisão que expressava tanto a descontigüidade, quanto os diferentes momentos e vetores da expansão que dera origem às regiões de minas, no interior do continente. Ainda que diverso, o movimento não deixava de ser parte de um mesmo processo – a interiorização da colonização portuguesa na América. Processo pontuado pelas grandes descobertas de ouro por expedições provenientes de São Paulo, que expandiriam o território desta capitania – e conseqüentemente, dos domínios dinásticos da Monarquia lusa – até onde alcançava a autoridade da ouvidoria de Cuiabá, a Oeste, e até os limites do povoamento das demais capitanias, a Norte e a Leste.

Entre fins do século XVII e meados do século XVIII, abriu-se um período radicalmente novo na história colonial, a começar pelo ouro das Minas Gerais e pela revolução demográfica que provocou. A migração em massa do litoral ao interior, assim como do Reino, das ilhas atlânticas e da África – neste caso, pela migração forçada que o tráfico implica - chegou a uma escala muito maior que na colonização dos dois primeiros séculos. Durante “os 60 primeiros anos do século XVIII, a corrida do ouro provocou na Metrópole a saída de aproximadamente 600.000 indivíduos”⁹. O povoamento não tinha ainda trinta anos quando a Capitania das Minas Gerais ganhou autonomia, em 1720, e a população já se contava em torno dos 250 ou 300 mil habitantes. Para se ter uma idéia do quanto este ritmo é extraordinário, a capitania da Bahia só alcançaria tal escala humana nas últimas décadas do século XVIII, ou seja, dois séculos e meio depois do início do povoamento¹⁰. Enfim, uma corrida do ouro em escala inédita na história moderna, apenas superada em meados do século XIX, quando o autor dos *Anais de Mato Grosso* podia narrar esta trajetória como a de uma “imensa gente se pôs em movimento para a Califórnia daquele tempo”¹¹.

⁸ As denominações de vilas e cidades e a toponímia foram padronizados, nesta dissertação, mantendo-se as formas atuais de Cuiabá (cuja grafia mais recorrente no período era *Cuyaba*), Mato Grosso (*Matto Grosso* ou *Matto Grosso*) e Goiás (*Goyaz*, *Goyas*, *Goiaz* ou *Guayaz*), neste caso preservando-se a forma plural, muito recorrente no século XVIII, *Goiazes* (*Goyazes* ou *Guayazes*). Quanto às demais povoações e, de resto, toda a toponímia, preserva-se o uso mais recorrente nas fontes da primeira metade do século XIX, indicando, quando necessário, a denominação atual - ex. Rio Grande (i.e. Rio Paraná) ou Ararituaba (atual Porto Feliz). De resto, a grafia foi atualizada em todas as citações, preservando-se os arcaísmos apenas nos nomes próprios.

⁹ Laura de MELLO E SOUZA. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2.^a ed, 1986.P. 24.

¹⁰ Ana Rita UHLE et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP..

¹¹ Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 20). p. 14. Guardadas as diferenças, a comparação não é despropositada. O Brasil chegou a responder, em meados do século XVIII, por cerca de dois terços do ouro produzido no mundo então conhecido. Para os dados da produção mundial, de Pierre VILAR, *O ouro e a moeda na história*. (Portugal: Publicações Europa-América, 1974). Para a produção das capitanias do Brasil, Virgílio Noya

Em escala muito inferior à do *rush* das Gerais, o ouro levou, a partir de 1719, os primeiros núcleos de povoamento para o Oeste. Como naquelas minas, a conquista se deu no curso de uma geração e não com o avanço lento sobre o sertão, característico das regiões de pecuária, sendo paradigmático destas a formação do vale do São Francisco. Também ao contrário desta, a ocupação mineradora foi marcadamente urbana. Pontuando uma extensa e descontígua área, entre as Minas Gerais e as vizinhanças das missões espanholas de Moxos e Chiquitos, os arraiais traziam características semelhantes. No Oeste, as povoações da primeira metade do século XVIII surgiram, com a única exceção da fazenda e varadouro de Camapuã, às margens de depósitos de aluvião. Sua geografia foi definida, acima de tudo, pelo sucesso ou fracasso das expedições que esquadriharam extensas áreas em busca de ouro, resultando de imediato num mapa que melhor se representa com pontos que com manchas de povoamento. Como narram as Notícias de Goiás, os sertanistas “sucessivamente se foram aplicando às novas diligências, as quais produziram os Arraiais que formam a Capitania”¹² Semeadas desordenadamente entre imensos sertões, as povoações do Oeste formavam destas “linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar.”¹³

Além disso, os espaços que viriam a formar as três capitanias de minas compartilhavam a matriz societária paulista e uma experiência comum. Muitos dos que fundaram Cuiabá haviam vivenciado os primeiros tempos das Minas Gerais, onde alguns se envolveram na Guerra dos Emboabas. Dentre os que, década e meia depois, alcançaram Goiás, temos paulistas, incluso os que passaram pelo Cuiabá, mas também reinóis e baianos¹⁴. Como narrava Silva e Souza, em sua *Memória*, “na aluvião dos homens, que concorrerão ao Descobrimento de Goiás, vieram pessoas de toda a qualidade, e até estrangeiros”¹⁵. A regra, porém, era que os descobridores fossem sertanistas com experiência na conquista de minas e na governança dos povos, que

PINTO. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, In: Carlos Guilherme MOTA (org.), *Brasil em Perspectiva*, 6a. ed., São Paulo, Difel, 1975.

¹² “Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, escrita por José Ribeiro da Fonseca.” In *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783* (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo I, p. 48.

¹³ Capistrano de ABREU. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.p. 207.

¹⁴ O caminho inverso também era percorrido. Segundo a “Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás...” (*op. cit.*, Tomo I, p. 47), os próprios herdeiros de Anhanguera, descobridor das Minas de Goiás, “passaram à Capitania de Mato Grosso” e por lá ficaram.

¹⁵ “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, n. 4, jul. e ago. 1814. (BBD)

percorriam grandes distâncias munidos de cartas régias, sabedores que eram dos mecanismos da política colonial. Para eles, a organização municipal era quase um reflexo: ao descobrir as primeiras lavras da região do Cuiabá e lançar as bases do arraial, logo se tratou de improvisar um senado da câmara.¹⁶ Narra o autor da *Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás* que, também aí, “com o concurso do povo, foi necessário estabelecer modo de Governo”¹⁷.

A fundação dos novos núcleos foi acompanhada desde o início por uma série de medidas políticas e administrativas, em grande parte fundamentadas na experiência das Minas Gerais. Tais políticas serão objeto do próximo capítulo, sendo por ora suficiente dizer que nem a visão clássica de uma irrestrita liberdade bandeirante, nem a imagem de uma política colonial monolítica dão conta desta realidade. Consistindo a administração das colônias num universo de soluções *ad hoc*, nos marcos do Antigo Regime, as diretrizes políticas seguiam caminhos tortuosos, sem de forma alguma deixarem de se fazer presentes¹⁸. Sertanistas munidos de cartas régias, em busca de indígenas, minérios, mercês, privilégios e ofícios: esta talvez a imagem que melhor caracterize os colonos dos primeiros tempos do Cuiabá e de Goiás.

Ainda que marcada pela dispersão, a colonização foi capaz de consolidar dois importantes núcleos urbanos, Cuiabá e Vila Boa de Goiás, cada qual organizando uma rede de pequenos e médios arraiais. Acrescidos de Vila Bela da Santíssima Trindade – capital mato-grossense construída por ordem régia no governo de D. Antônio Rolim de Moura – estes seriam os centros das minas e conquistas do Oeste no século do ouro. Com três a quatro mil habitantes em suas áreas urbanas, eram vilas medianas frente a suas congêneres litorâneas, mas pequenas metrópoles diante de sertões tão dilatados. Como demonstrou Carlos Rosa, as áreas urbanas de Cuiabá e Vila Bela condensavam aproximadamente 24% da população da Capitania¹⁹, um índice de urbanização que só foi atingido pelo Brasil como um todo no século XX.²⁰ Evidentemente, há de se considerar que uma imensa população indígena não incorporada está ausente dos

¹⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.p. 75.

¹⁷ “Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás...” In *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, p. 48.

¹⁸ Para uma discussão a respeito da questão, ver o Capítulo 2 desta dissertação.

¹⁹ Excluídos os indígenas não incorporados. Se considerarmos os maiores arraiais, que mesmo não sendo municípios, continham formas de vida urbana, o índice no mínimo dobra. Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP,1996. p. 61-62.

²⁰ Segundo Milton SANTOS, entre 1920 (10,7%) e 1940 (31,24%). *A urbanização brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 20.

números do setecentos mato-grossense. Há de se considerar, ainda, as limitações materiais que se impunham a esta “*importante (talvez por minúscula) vida urbana do Oeste colonial*”.²¹ Porém, nem a permanência dos imensos sertões, nem a relativa precariedade mudam o fato de que a Vila que D. Antonio encontrou estava muito longe de ser um acampamento bandeirante, pois, por mais contraditório que possa parecer, o avanço dos sertanistas era tendente ao predomínio do urbano.²²

b) sertões

O estabelecimento de arraiais e o avanço de fronteiras implicavam a desterritorialização indígena e a reterritorialização colonial, práticas então referidas como “conquista”²³. Antes de tudo, isso teve enorme impacto para os povos indígenas de diversas partes dos sertões, em termos de mortes, migrações e incorporação forçada. Nas palavras de um contemporâneo, “muitos índios acabaram aqui como rezes ao corte do machado, ou sendo alvo de flechas e a fogo outros, e de mau trato e enfermidades uma grande multidão.”²⁴ Além desses muitos, outros tantos foram incorporados à colonização, na condição de cativos. A preação antecedeu em muito a mineração e foi nesta atividade que os paulistas entraram pela primeira vez nos sertões dos *Goyazes* e do *Cuyabá*, denominações que precederam as grandes descobertas de ouro e que remetem a povos que ali habitavam²⁵; assim como a região que seria conhecida por Mato Grosso

²¹ Carlos Alberto ROSA (*A Vila Real, op. cit.*, p. 312)

²² Perceber a importância do componente urbano na formação do Oeste é fundamental para que se supere todo um conjunto de equívocos interpretativos que partem ou do anacronismo de ver sociedades ruralizadas nessas regiões desde a origem, ou da idéia, em parte fruto da literatura em torno do bandeirantismo, de uma extrema fluidez nas relações sociais, tendente a uma semi-itinerância. A crítica a essas visões foi formulada por Carlos Alberto ROSA (*A Vila Real, op. cit.*) e será discutidas mais adiante.

²³ Carlos Alberto ROSA. “o urbano colonial...”, *op. cit.*

²⁴ Trata-se de uma relação de uma viagem feita por Agostinho Lourenço, por ordem do capitão-general D. Antônio Rolim de Moura, em 1752, *apud* Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). p.33.

²⁵ Como afirma Carlos Eugênio NOGUEIRA, “todas as informações que pudemos levantar dão conta dos ‘sertões dos Guayazes’ como uma região suficientemente conhecida tanto em São Paulo quanto em Belém desde fins do século XVII, com seus caminhos e rotas descritas nos inúmeros roteiros de viagens que se perpetuavam através dos tempos, só aumentando a cobiça formada pelos rumores sobre suas riquezas minerais”. *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP, 2008. p. 73. Uma discussão sobre a origem da denominação *Cuyabá* está em Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004. p. 76-78. Segundo o autor, o mais provável é que, referindo-se originalmente a uma nação indígena, a denominação passou ao rio e, posteriormente, ao arraial e vila de Cuiabá.

foi primeiramente referida por *Campos dos Pareci* ou, dado o contraste da vegetação amazônica com as campinas até então exploradas, o *Mato Grosso dos Pareci*.²⁶

Como nos informam as *Notícias da Capitania de Goiás*, o segundo Anhanguera, descobridor daquelas minas, não deixara de seguir seu pai “na conquista dos Gentios, para se servirem deles como era costume”²⁷ Tal atividade ganhava novo alento com a demanda por braços que as lavras inauguravam. A assim chamada *Ata de fundação de Cuiabá* já incluía dentre as atribuições do guarda-mor-regente “botar bandeiras tanto aurinas [sic] como inimigas [dos] bárbaros”²⁸ e o *Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas minas do Cuyabá* relata não apenas que os colonos “poderiam possuir o gentio da sua terra depois de conquistados”, como também que “ajustaram de observar que, fugindo uma peça e apanhando-se em seu distrito, se tornará a entregar ao seu administrador”²⁹. O Regimento que levaria João Leme da Silva já incluía a recomendação de “procurar que ninguém ofenda os gentios naturais do dito sertão [...], e querendo se aldear junto das minas, lhe assinará distrito.”³⁰ Apesar desta e de outras ordens, antes da criação das capitanias não houve política de aldeamentos, religiosos ou civis, nem tratados e outras formas de incorporação ou coexistência pacífica, como ocorreria na segunda metade do século. As primeiras aldeias foram as três fundadas por Antônio Pires de Campos para os Bororo, ao que parece após 1748, em recompensa ao auxílio destes na expedição contra os Caiapó.³¹ No início da ocupação trata-se da guerra e da escravização, entendidas como conquista³², legitimadas pela legislação da “guerra justa”³³ e fundadas numa longa experiência de bandeiras.

²⁶ Loiva CANOVA. *Os doces bárbaros: imagens do índios Pareci no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2003. p. 71. Carlos Alberto ROSA. “O urbano colonial na terra da conquista”. In Carlos Alberto ROSA & Nauk Maria de JESUS (orgs.). *A terra da conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana. p. 40. Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 181, nota 337.

²⁷ “Descrição geográfica do território do Arraial e Freguesia da Anta em 1783” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*. *op. cit.* p. 129-130.

²⁸ “Ata de fundação de Cuiabá”, 8 de abril de 1719. APMT/DHMT. Doc. 3.

²⁹ “Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acharam nas minas do Cuyabá”, 6 de novembro de 1720. APMT/DHMT, Doc. 4.

³⁰ “Regimento que levou para as novas Minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva” – 26 de junho de 1723. APMT/DHMT, Doc. 8. Artigo 14º.

³¹ “História Política da Capitania” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*. *op. cit.* Tomo I, p. 54. Daniel Moretto MARTINI. *Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas*. Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História. Campinas: Unicamp, 2008. p. 4.

³² Carlos Alberto ROSA. “O urbano colonial na terra da conquista”. *op. cit.* pp. 11-13. Sobre a política referente aos índios no Cuiabá antes dos aldeamentos, Otávio CANAVARROS, *op. cit.* pp. 89-92.

³³ Como consta do regimento da Guerra Paiaguá de 1733, os prisioneiros “são escravos na forma da lei de dez de setembro de 1611”. “Registro do Regimento que se fez para a tropa que vai dar guerra ao gentio Paiaguazes.” APMT/DHMT, Doc. 18.

Às expedições de preação, seguiram-se alguns grandes esforços de guerra nos espaços em que era vigorosa a resistência indígena à conquista. Foi este o caso primeiramente dos Paiaguá. Em 1730, esta nação impôs uma grave derrota aos colonizadores, numa batalha no Rio Paraguai “em que acabaram quatrocentos cristãos, entre brancos, pretos e índios, e dos inimigos cinquenta, escapando dos nossos [sic] doze pessoas, que por terra se acoutaram a um capão de mato”.³⁴ Dentre os mortos estava o ouvidor do Cuiabá, a mais importante autoridade das novas minas. Além disso, os indígenas teriam levado todo o carregamento de ouro destinado à casa de fundição de São Paulo.³⁵ A crer no depoimento de um encarregado espanhol das demarcações do Tratado de Madri, fonte esta citada por Afonso Taunay, “una gran porción de este oro llebaran a la Assunción y vendieran por la quinta parte o menos de su valor”³⁶. A partir deste incidente, que vinha a se somar a uma série de investidas dos Paiaguás contra as monções que atravessavam seu território³⁷, recrudesceram as expedições de guerra.

Duas armadas mandadas em 1731 foram mal-sucedidas - a primeira com 215 homens, a segunda com cerca de 400. Já em 1733, ordenou “S. Majestade [...], em consulta ao Conselho Ultramarino, que pronta e vigorosamente lhe mande dar guerra pelos meios mais eficazes, para que sejam atacados dentro dos seus mesmos alojamentos assim os ditos Gentios Paiaguazes como também às mais nações que, confederadas com eles, os ajudaram a nos hostilizar”. Estabeleceu-se, desta forma, o regimento para a guerra, que deveria se dar também “a todas as mais nações que infestaram as Minas do Cuiabá, e seu caminho [e] que todos os que se apanharem fiquem cativos das pessoas que se empregarem na dita guerra [...]”. Pretendia-se “*destruir inteiramente*” os indígenas, pela guerra e cativo, repartindo aqueles que fossem capturados entre todos os integrantes da expedição, mas “tirando-se primeiro que tudo o quinto de S. Majestade que se devem por em arrecadação”³⁸.

³⁴ Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso *apud* Thereza Martha PRESOTTI. *A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “guerra justa” aos paiaguá (1719-1748)*. Texto apresentado ao Simpósio Temático “Guerras e Alianças na História dos Índios: Perspectivas Interdisciplinares”, XXIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2005. Sobre as guerras contra os Paiaguá, Caiapó e Guaicuru, Glória KOK. *O Sertão Itinerante*, *op. cit.* Capítulo 4.

³⁵ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções*. *op. cit.* pp. 108-109.

³⁶ Afonso d’Escragnole TAUNAY. *Paulistas em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 42). p. 67.

³⁷ Segundo Thereza Martha PRESOTTI (*op. cit.*, p. 5), “estão registrados 18 ataques, iniciando com o [...] conflito onde morreram 600 pessoas em 1725. O derradeiro parece ter ocorrido em 1786.”. Ver também Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 249 e segs.

³⁸ “Registro do Regimento que se fez para a tropa que vai dar guerra ao gentio Paiaguazes.”. APMT/DHMT, Doc. 18. p. 55 e segs. Para que não fiquem dúvidas, o regimento reitera que “*o gentio que*

A armada montada para a guerra Paiaçuá de 1734 contava com 28 canoas de guerra, 80 de bagagem e montaria, 3 balsas (casas portáteis armadas sob canoas) e 842 homens entre brancos, pretos e pardos³⁹. As armas, munições e demais petrechos foram custeados pela Fazenda Real e a esta tropa se juntaram as bandeiras organizadas em Itu e Sorocaba, em especial o exército de Bororos levado por Antônio Pires de Campos. Para a Coroa, havia o imperativo estratégico de manter as novas minas produtivas e sob seu domínio, controlando o acesso a elas pela via monçoeira, tão próxima dos estabelecimentos espanhóis. Pretendia a metrópole “destruir os Paiaçuás, porque acabados estes ficará a navegação das monções do Cuiabá desimpedida, que é a principal causa porque se manda fazer esta expedição”. Porém, para os colonos, o sentido da expedição era, além da segurança das monções, o fornecimento de mão-de-obra cativa para as novas minas. A solução interessava a todos, menos aos Paiaçuás e outras nações que resistiram a esta e a outras guerras – ainda que o resultado de tal expedição tenha sido devastador, como indicam as narrativas⁴⁰. Já vimos que a monção de D. Antônio Rolim de Moura, dezessete anos depois, demandava reforços ao entrar no território desta nação. Segundo Thereza Martha Presotti, o último ataque Paiaçuá às monções de que há notícias ocorreu em 1786. De fato, nos mapas e relatos oitocentistas, esta nação tende a desaparecer por completo.⁴¹ No Paraguai, porém, “podiam ser encontrados no início do século XIX como marginais nos arredores de Assunção”⁴².

Em Goiás, expedições semelhantes foram armadas pelo mesmo Antônio Pires de Campos, a partir de 1741. “A rogos desta [...] Câmara [de Vila Boa], e com promessas de uma arroba de ouro, veio do Cuiabá o Coronel Antônio Pires de Campos com 500 Bororos seus agregados, a desinfestar esta Capitania do Gentio Caiapó, que a vexava

se deve dar guerra é todo o que infesta o caminho e minas do Cuiabá [...], sendo os primeiros os Caiapós”

³⁹ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007, p. 68. A (belíssima) edição acompanha CD-Rom com edições fac-similar e paleográfica dos Anais. A paginação aqui indicada refere-se à versão paleográfica impressa.

⁴⁰ Tanto o extermínio, quanto a escravização indígena, assim como o conflito entre os colonos pelo trabalho compulsório, são relatados nos *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. op. cit. p. 67-69.

⁴¹ Por exemplo, o *Atlas do Império*, de Cândido Mendes de ALMEIDA, que indica a localização de algumas nações, ou a *Notícia sobre os Índios de Mato Grosso*, de 1848, no qual constam trinta e três nações, mas nem sinal dos Paiaçuás. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868. Joaquim Alves FERREIRA. *Notícia sobre os índios de Mato Grosso dada em officio de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos índios da então Província*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 33)

⁴² Maria de Fátima COSTA. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999. p. 50.

destruindo os viajantes da estrada de São Paulo.”⁴³ Nestas minas, as expedições contra os Caiapó se estenderam por uma década e foram seguidas por outras. Como afirma Paulo Bertran, “a guerra indígena eclodiu terrível desde a descoberta goiana e recrudescer particularmente nos anos de 1740 e 1760. Salvo alguns aldeamentos criados na década de 1750, onerosos e ineficazes, o indígena sempre esteve em curso nas periferias da conquista”.⁴⁴ Em 1755, os Caiapó chegaram mesmo ao centro das conquistas, matando quarenta e um escravos e seu proprietário, nas vizinhanças da capital.⁴⁵ Indígenas em curso que se contrapunham a sertanistas na preação, por vezes apoiados em provisões régias.⁴⁶

Às grandes expedições somam-se outras menores, seja às expensas das câmaras ou da Real Fazenda, seja bancadas por particulares. Nestas, nem sempre reina a harmonia entre os imperativos da Coroa e os interesses dos colonos na conquista de braços para as lavras. Por bando de 12 de dezembro de 1727, mandou o capitão-general de São Paulo que o “gentio que novamente se conquistou e conquistar daqui em diante nos sertões desta capitania não possam de nenhuma sorte ser vendidos por ser de sua natureza livres”⁴⁷. Novo bando de 20 de julho de 1730, “proíbe absolutamente a conquista e extração do gentio Pareci [...], sem embargo de ser permitida a conquista e cativo do Paiaguás e Cavaleiros pelas hostilidades que haviam feito”⁴⁸. Em 1732, “entranharam-se os bandeirantes pelos sertões dos Parecis para, a pretexto de descobrirem novas minas, cativarem o gentio”⁴⁹. Mais de uma década depois, denunciava o padre Agostinho Lourenço ao capitão-general a “conquista injusta dos gentios” empreendida

⁴³ “História Política da Capitania” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, p. 54. A passagem é repetida em termos quase idênticos em, Luiz Antonio da Silva e SOUZA, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, n. 4, jul. e ago. 1814 (BBD). p. 53.

⁴⁴ Paulo BERTRAN. “Introdução” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.*, Tomo I, p. 7.

⁴⁵ Marivone Matos CHAIM. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2a. ed. rev. São Paulo: Livraria Nobel, 1983. p. 57-58.

⁴⁶ Por exemplo, pela Provisão de 18 de setembro de 1738 “mandou Sua Majestade socorrer aos moradores do Sertão e Terras das Minas de [São] Félix, contra as hostilidades que sofriam do gentio Croá”; na de 23 de maio de 1744 “mandou aprovar a guerra” ao “gentio de corso”, em termos muito semelhantes ao regimento dos Paiaguá no Cuiabá; e, finalmente, por Provisão de 28 de maio de 1746 assentou “ser indispensável fazer a guerra ao Gentio Caiapó e Acroá [...] [para] desinfestar estas Minas e as estradas de sua comunicação das duas ditas Nações e extinguindo-as ou civilizando-as [...]”. “Sumário dos Registros da Secretaria de Governo da Capitania (1783)” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo II, p. 83-84.

⁴⁷ “Registro de um bando sobre se não venderem nesta Capitania os índios que vierem do sertão” – 12 de dezembro de 1727. APMT/DHMT, Doc. 14. p. 47. O bando não proíbe o trabalho compulsório “administrado” como um todo, mas o regula e proíbe a venda dos indígenas.

⁴⁸ ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit., p. 66.

⁴⁹ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológico*, op. cit. p. 17.

nas minas do Arinos, povoação que, segundo ele, não era “mais do que um covil de salteadores das vidas, honras e fazendas dos índios a quem declararam guerra sem outro motivo, e sem mais autoridade do que a cobiça”.⁵⁰ Em 1786, ainda era preciso que o capitão-general tomasse medidas para impedir a escravização dos Caiapó, na fazenda de Camapuã.⁵¹

Se havia muitos cativos indígenas, também estavam presentes desde a conquista os escravos de origem africana. Alguns testemunhos são claros quanto à concomitância da mão-obra africana com a dos negros da terra. Já na primeira monção de povoado, os colonos chegavam “com perda de muita escravatura e camaradas” e de um deles se diz que “morrendo-lhe a escravatura e perdendo tudo o mais que trazia, chegou a dar um mulatinho que tinha em conta de filho por um peixe pacu por conservar a vida”.⁵² Segundo Leverger, em 1727 já contavam-se no Cuiabá 2.607 escravos, e no mesmo ano “expediram-se três bandeiras para fazerem novas descobertas e conquistarem gentios”. Também em 1727, foi destruído pela primeira vez um quilombo nos arredores do Cuiabá.⁵³ Em 1741, o jesuíta espanhol, padre Castañares, advertia em carta ao Governador do Paraguai que, ainda que fossem poucos os portugueses do Cuiabá “las veces que hemos topado a cada portugués correspondían dos o tres negros y otros tantos indios, con que haciendo mi computo, juzgué que nunca podríamos juntar tanta gente que ellos no pusiesen en campo otras tantas”.⁵⁴

No decorrer do século XVIII, a escravidão africana tornou-se a principal força de trabalho nas minas do Oeste, sem que os índios “administrados” desaparecessem de todo. Para esse predomínio contribuiu o acesso a redes mercantis que levavam aos portos do Rio de Janeiro, Bahia e Belém, em detrimento das rotas paulistas, mas também o combate da Coroa ao cativo indígena, principalmente na segunda metade do século. A mão-de-obra indígena, com diversas gradações entre o cativo e o trabalho livre, seguiria mais importante nos sertões e em seus caminhos do que nas

⁵⁰ Relação de uma viagem feita por Agostinho Lourenço (1752), *apud* Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. *op.cit.* p. 32-33.

⁵¹ Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN. *Anais de Mato Grosso*. *op.cit.* p. 81.

⁵² ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá. *op. cit.* p. 48. As referências a cativos africanos e a indígenas, administrados, escravizados ou combatidos, são achadiças nos relatos monçoeiros desde os primeiros tempos do Cuiabá. Por exemplo, em meio ao grande ataque Paiaguá, relata João Antonio Cabral Camelo que ele e outros três brancos que dirigiam a monção tiveram que se dividir. Enquanto dois atiravam contra os indígenas, os outros “governavam a canoa” onde estavam os escravos negros, com ordens de que “primeiro os matassem que os deixassem fugir”. João Antônio Cabral CAMELO. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 48) pp. 24-25.

⁵³ Otávio CANAVARROS, *op. cit.*, p. 98-99.

⁵⁴ “Carta do Padre Castañares ao governador do Paraguai”. 16 de setembro de 1741. APMT/DHMT, Doc. 19, p. 61-63

minas e conquistas. Segundo dados apresentados por Carlos Rosa, em 1740 existiam mais de dois mil índios administrados no termo de Cuiabá, ou 35% do total da população, proporção que diminuiria, na segunda metade do século XVIII, para algo entre 13 e 20%. No final do século representavam, segundo dados de Jovam Silva, cerca de 3% dos habitantes. Neste momento, os encontramos principalmente como comboieiros da navegação, tanto monçoeira, como da carreira do Pará.⁵⁵ Os aldeamentos, propriamente ditos, foram, no Extremo Oeste, parte da geopolítica da fronteira. Seus habitantes eram, em grande parte, indígenas que desertaram das missões castelhanas.⁵⁶

No caso das minas de Goiás, a incorporação de indígenas adquiriu maior importância com a política de aldeamentos religiosos e civis. Além das já referidas aldeias criadas e administradas por Antônio Pires de Campos no tempo da conquista dos Caiapó, foram fundados sete estabelecimentos deste tipo na segunda metade do século XVIII, chegando o maior deles a contar com 8 mil indígenas, o dobro da população urbana da capital na mesma época⁵⁷. Tratava-se, após 1758, da extensão para esta Capitania da legislação do diretório dos índios, inicialmente aplicada no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Porém, ao contrário do que ocorreu nas capitanias do extremo norte, os aldeamentos goianos implicaram pouco na dinâmica econômica das minas de Goiás. Como veremos adiante, nem era o essencial desta política indigenista o fornecimento de mão-de-obra, ao menos a curto prazo. Objetivando principalmente a contenção da guerra indígena nas fronteiras de colonização e o povoamento futuro dos sertões, as aldeias pombalinas foram erguidas já não na conquista, mas quando se manifestavam os primeiros sinais claros da crise do complexo minerador.

Tanto dos banhos de sangue decorrentes das guerras de conquista, quanto da incorporação, quase sempre forçada, das nações tidas por “mansas” ou “domesticáveis” não nos faltam notícias. Apesar de tudo isso, o impacto demográfico deste processo sobre os povos indígenas (morte, migração e incorporação forçada) longe esteve de despovoar os sertões. Carlos Rosa, referindo-se a Mato Grosso, critica a pouca importância dada à “faceta invisível da conquista desta parte mais central: a minúscula sociedade colonial, a massa ameríndia”. Para se ter uma idéia, o autor afirma que “toda

⁵⁵ José Roberto do Amaral LAPA. “Do Comércio em Área de Mineração”. in *Economia Colonial*, São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 46.

⁵⁶ Sobre a relação entre a geopolítica e as aldeias, ver “o período albuquerqueiro e o apogeu da geopolítica”, no Capítulo 2 desta dissertação.

⁵⁷ Marivone Matos CHAIM. *Aldeamentos Indígenas. op. cit.*

a população colonial do Cuiabá até 1750 representava menos de 7% da população subestimada de apenas cinco das sociedades ameríndias” que habitavam os sertões ao seu redor.⁵⁸ A questão indígena haveria de se prolongar ainda por muito tempo, dadas as escalas e a capacidade de resistência desses “Reinos”, como muitas vezes eram chamados.

Assim, apesar da guerra, do cativoiro, da pacificação por via de aldeamentos e de outras formas de política indigenista, o Oeste permaneceu como um universo de vilas e arraiais mineradores no qual, por longo tempo, permaneceu atual o ofício de sertanista. Em geral, eram povos que mantinham contato em vários graus com os colonos – estabelecendo, por exemplo, relações eventuais de troca, servindo de guias ou formando exércitos auxiliares em operações militares. Relações, em certos casos, muito anteriores ao estabelecimento das primeiras vilas, iniciadas quando aqueles sertões eram, ainda, apenas atravessados pelos paulistas⁵⁹. Diversos desses povos permaneceram habitando os sertões de Goiás e Mato Grosso. A história de sua incorporação e (com bastante frequência) de seu extermínio pertence aos séculos XIX e XX. O que importa ressaltar neste momento é que o processo de conquista – ou seja, a desterritorialização indígena e a reterritorialização colonial – estava longe de se completar no século do ouro e mesmo durante o Império.

c) machas de povoamenro

Vimos até aqui que a formação do complexo minerador do Oeste resulta de um rápido avanço sobre sertões até então apenas atravessados por colonos. Uma colonização que tendida à criação de arraiais mineradores, ordenados por vilas, consolidadas, em parte, graças à ação governativa. Em torno destes núcleos, restavam os imensos sertões, alguns densamente povoados por nações indígenas, que não foram dizimadas, expulsas ou incorporadas na conquista dos primeiros tempos. Dizer que o urbano é a matriz da colonização do Oeste não implica, obviamente, crer que a ele se resume este movimento. Afinal, como já afirmava Sérgio Buarque de Holanda, sobre o Cuiabá:

É evidente que essa comunidade de três ou quatro mil homens, concentrados em uma breve faixa de terra que as aluviões auríferas delimitavam, apartada dos povoados paulistas por uma áspera navegação, em que se gastava mais tempo do que de Lisboa ao Rio de Janeiro, não poderia perdurar longamente sem base econômica segura.⁶⁰

⁵⁸ Carlos Alberto ROSA. “O urbano colonial na terra da conquista”. *op. cit.* pp. 37-38.

⁵⁹ Glória KOK. *op. cit.* Capítulo 4.

⁶⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *Monções. op. cit.* p. 77-78.

Para superar as graves crises de carestia dos primeiros tempos⁶¹, foi preciso criar redes de abastecimento, em grande parte mercantis, e que envolviam tanto a ocupação do campo com lavouras e pastagens, quanto a abertura de caminhos; processo que tendia à formação de um mercado interno, articulado às rotas já existentes. Ao integrar diferentes arraiais e fortalecer as capitais das conquistas – Cuiabá, Vila Boa e, posteriormente, a Vila Bela da Santíssima Trindade – as relações mercantis contribuíram decisivamente para a formação dessas três regiões de minas, diferenciadas, mas articuladas entre si e com outros espaços coloniais. Ou seja, se a mineração fez surgir rapidamente os pontos, o abastecimento paulatinamente criou em torno destes as manchas de povoamento, estando um e outro movimento na base da formação de diferentes regiões que se integravam de formas diversas às outras partes do Continente do Brasil. Recorrendo a Capistrano de Abreu, podemos dividir a ocupação desta parte da América em diferentes correntes de povoamento:

“Observando a distribuição geográfica dos povoadores notavam-se duas correntes fáceis de distinguir. A corrente espontânea do povoamento tendia à continuidade e procurava a periferia a Oeste, ao Norte e ao Sul. A corrente voluntária, determinada por ação governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas, aparecia salteada e desconexa, e começando da periferia procurava rumos opostos. Nas terras auríferas a ocorrência irregular dos minérios trouxe primitivamente a desconexão dos núcleos, mais tarde corrigida onde foi possível.”⁶²

A partir deste quadro, e usando sua terminologia, pode-se compreender a incorporação do Oeste como resultado da confluência de correntes de povoamento. No caso das minas de Goiás, a primitiva desconexão dos núcleos foi corrigida rapidamente por correntes espontâneas, que tendiam à continuidade e procuravam a periferia. Já nas minas do Cuiabá e, principalmente, nas do Mato Grosso, a expansão que se seguiu à “ocorrência irregular dos minérios” deu-se, posteriormente e de forma voluntária, pois “determinada por ação governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas” Até aqui foi possível abordar em conjunto as diferentes minas do Oeste. Tratando-se agora da formação das regiões do Cuiabá, do Mato Grosso e de Goiás, passamos a apresentar separadamente a construção desses espaços no período de montagem do

⁶¹ Por exemplo, os *ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá*. (op. cit) referem-se por diversas vezes às crises de desabastecimento e fome nos primeiros tempos do Cuiabá. Sobre o ano de 1727, afirma: “eram tudo misérias, queixas, e lamentos; a terra falta de mantimentos por faltarem as roças, que brotavam os milhos espigas sem grão algum, as doenças atuais, os que escapavam delas, não escapavam da fome, assim que tudo hera gemer, chorar e morrer.”. p. 56.

⁶² Capistrano de ABREU. *Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. op. cit. p. 107.

complexo minerador. A ordem da exposição, iniciando com as minas goianas, parece inverter a sequência cronológica do processo. Porém, se Cuiabá foi a primeira conquista estabelecida no Oeste, Goiás foi a primeira região a se integrar às complexas redes mercantis do interior da América Portuguesa.

As minas de Goiás

Em terras goianas, a conquista paulista deparou-se já nos primeiros tempos com outras correntes de povoamento, especialmente a da pecuária do vale do São Francisco. Antes mesmo das descobertas do segundo Anhangüera, pecuaristas daquela área já haviam atravessado a Serra Geral de Goiás e tentado por duas vezes a instalação de fazendas de gado no vale do Tocantins, expansão frustrada pela resistência dos índios Acroá. Em 1740, reivindicaram esses pecuaristas o reconhecimento de seu papel na conquista goiana, para sustentar um pedido de que os quintos se cobrassem apenas “aos mineiros e não aos criadores de gado”. Argumentavam que, ainda que tenham sido, em 1708, pela segunda vez “obrigados a retirar-se, tornando a deixar o gado nesse sertão que conquistaram”, foram eles que “começaram o seu comércio com as minas de Tocantins e Goiás, os sertões do rio de São Francisco, Rio Grande do Sul, Paranaguá e Piauí, e as cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão do que resultou utilidade à Fazenda Real, aos moradores do sertão das Terras Novas e às minas de São Félix, Chapada e Natividade.”⁶³

⁶³ Paulo BERTRAN, *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal*. 1ª Edição, disponível no portal do Instituto Bertran Fleury (www.paulobertran.com.br). pp. 62-64. O Rio Grande do Sul mencionado é um afluente do São Francisco, e não a então Capitania e atual Estado de mesmo nome; as Terras Novas referem-se à área de pastagens na barra do rio da Palma, então capitania de Goiás e atual Estado do Tocantins.

Sertões, de mar a mar.. Neste mapa, sem data, mas que com certeza é do terceiro quartel do século XVIII, percebe-se o contraste entre a região goiana, com dezenas de pontos indicando uma densa rede de arraiais mineradores e aldeias, e a Capitania do Cuiabá e Mato Grosso, que tem, além das duas Vilas, um único ponto indicando povoação, que provavelmente se refere a Santana de Serra Acima (atual Chapada dos Guimarães). A linha amarela representa o território da Capitania de Goiás, cujas fronteiras eram pouco definidas. Outro ponto a se destacar é que, seguindo a regra da maioria dos mapas do século XVIII, “Cuiabá” e “Mato Grosso” são apresentadas como jurisdições distintas. *Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará.* Disponível no Portal da BND (O.D. mss1033414.tif).

Ainda que pudessem exagerar seus feitos, o fato é que os pecuaristas do Vale do São Francisco foram importantes agentes da integração dos arraiais goianos, abrindo e dinamizando rotas comerciais e povoando os campos em torno das novas minas. O caminho dos currais, que levava a Salvador, via Carinhanha e Rio de Contas, foi uma das principais vias de acesso a Goiás nos séculos XVIII e XIX. Sobre ela deixou um interessante relato o capitão-general de Goiás d. Luís da Cunha Menezes, em 1778. Muito diferente da viagem de d. Antônio Rolim de Moura do Ararituaba a Cuiabá, na qual chegou-se a passar quase três meses sem que se avistasse povoação alguma, esta jornada de Salvador a Vila Boa é inteiramente feita entre sítios, fazendas e registros. Este era certamente um trajeto muito menos sofrido, pois além de demandar metade do tempo – “apenas” dois meses e dezesseis dias -, a contigüidade dispensava a enorme quantidade de provisões e a escolta de um verdadeiro exército, pronto para uma eventual batalha. Aqui, as descrições minuciosas de uma natureza estranha a alguém de “uma terra tão apertada, como a do nosso reino”⁶⁴ dão lugar à explanação sobre o significado do verbo “vaquejar” - o “método de que usam para amansarem os gados”.⁶⁵ Inicialmente caracterizada pelo feitio urbano da mineração, a região de Goiás não tardaria a contar com imensas pastagens.

Também no extremo norte das novas conquistas, a expansão paulista deparou-se com o incipiente povoamento dos vales do Araguaia e do Tocantins por colonos do Grão-Pará e do Maranhão⁶⁶, que com a descoberta das novas minas tomaram seu rumo, chegando mesmo a reivindicar a jurisdição sobre alguns descobertos. É o que se depreende da existência de uma provisão de 1737, pela qual “determinou Sua Majestade que as Minas de São Félix pertencem a este Governo de Goiás, e não ao Estado do Maranhão” e, sobretudo, por outra semelhante, de 1740, com relação às minas de Manoel Alves, norte goiano, que também desaprovava “a nomeação de Intendente e mais Oficiais que o Governador da Capitania [do Maranhão] tinha criado para aquelas minas, na inteligência de lhe pertencerem.”⁶⁷. Como veremos, a Coroa acabou por proibir de todo as comunicações entre Goiás e o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

⁶⁴ “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja...” *op. cit.*

⁶⁵ “Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de setembro para Vila Boa Capital de Goyaz, aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo II, p. 73.

⁶⁶ Havia um longo histórico de ocupação missioneira e de “descimentos” de indígenas na área que viria a ser o Norte goiano, em especial o vale do Tocantins. Ver Carlos Eugênio NOGUEIRA. *Nos sertões do poente. op. cit.* p. 68.

⁶⁷ “Sumário dos Registros da Secretaria de Governo da Capitania (1783)”. *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo II, p. 83.

Afinal, a integração que vimos há pouco descrita pelos pecuaristas do vale do São Francisco não era de tanta “utilidade à Fazenda Real” quanto eles apregoavam. Estreitar os laços de uma região de minas com “as cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão”, quando desta já havia caminhos para São Paulo e Minas Gerais (e por estas vias, para o Rio de Janeiro) era abrir enormes possibilidades para os descaminhos do ouro. Afora esta proibição e a da exploração das terras diamantíferas de Pilões e Rio Claro - criticada repetidamente pelos colonos - a ocupação se expandiu pelos campos, atenuando e paulatinamente superando o predomínio do povoamento urbano característico da mineração.

Em Goiás, a formação dos núcleos de povoamento pode ser dividida em três períodos, entre os séculos XVIII e XIX. Primeiro, os arraiais resultantes do *rush* minerador, entre 1726 e 1749. Além de Santana (1726), origem de Vila Boa de Goiás, são eles: Barra (1726), Anta (1726), Santa Rita (1726), Ferreiro (1726), Ouro Fino (1726), Santa Cruz (1726), Maranhão (1730), Meia Ponte (1731), Água Quente (1732), Crixás (1734), Natividade, (1734), Traíras (1734), São José do Tocantins (1735), Cachoeira (1736), São Félix (1736), Pontal (1736), Jaraguá (1737), Cavalcante (1740), Arraias (1740), Barra da Palma (1740), Natividade (1740), Chapada de São Félix (1740), Flores (1740), Santa Rosa (1740), Pilar (1741), Conceição (1741), Corumbá (1741), Guarinhos (1741), Mato Grosso de Goiás (1743), Piedade (1746), Pilões (1746), Carmo (1746), Santa Luzia (1746), Desemboque (1748) e Cocal (1749). Pontuando uma extensa área, mas longe de cobrir a totalidade do território goiano, esses arraiais foram a base do povoamento no período de apogeu da mineração⁶⁸. O ouro neles extraído atingiu uma escala significativa até meados do século XVIII, chegando a representar mais que a terça parte do total da América portuguesa, numa época em que dessa colônia saía mais da metade do ouro mundial.⁶⁹ Ainda que a mobilidade fosse regra – com a população aumentando e diminuindo, por vezes bruscamente, de acordo com os novos achados – alguns desses arraiais consolidaram-se como núcleos urbanos após a

⁶⁸ Segundo Paulo BERTRAN (que segue, por sua vez, o trabalho de Americano do Brasil), o apogeu da mineração ocorreu no período entre 1726 e 1746. “Introdução” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, p. 4. Sobre as dinâmicas do povoamento goiano, a referência obrigatória (e a fonte dos dados sobre a demografia goiana aqui apresentados) é o trabalho de Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, *A expansão do povoamento em Goiás: Século XIX*. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Humanas e Letras, 1991.

⁶⁹ Pierre VILAR, *O ouro e a moeda na história. op. cit.* Virgílio Noya PINTO. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, *op. cit.*

crise da mineração: onze dos vinte e seis municípios goianos existentes no final do século XIX tinham origem em algum desses primeiros povoados.

Produção de ouro nas três capitanias mineradoras, Século XVIII

Fonte: Virgílio Noya PINTO. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, *op. cit.*

Em seguida, temos os núcleos da segunda metade do século XVIII, que não eram mais predominantemente mineradores: Couro (1750), Duro (1751), Montes Claros (1757), Tesouras (1755), Amaro Leite (1768), Morro do Chapéu (1769), Príncipe (1770), Lavrinhos (1771), Bonfim (1774) e Porto Real (1782) – além de oito aldeamentos indígenas. Neste período, encontramos alguns daqueles primeiros arraiais

fundados à margem das aluviões já especializados em gêneros de abastecimento. Este é o caso da área que foi, de certa forma, incorporada à pecuária do São Francisco, especialmente o vale do Paranã, que se manteve até o final do século XVIII como maior criatório da Capitania, com 106 fazendas que produziam anualmente 15 mil crias de gado *vacum* e 800 de gado cavalар, em 1783.⁷⁰ Ainda no Norte, informa-nos a *Notícia Geral* que em arraiais primitivamente mineradores reinava a pecuária: Flores “não tem senão fazendas de gados”; Barra da Palma “não tem Minas”, pois “só tem fazendas de gado”; e Arraías, que havia sido um dos mais importantes núcleos da mineração, tem na “maior parte fazendas de gado”. Outros daqueles arraiais mineradores estavam sendo abandonados, chegando em certos casos a desaparecer completamente. Assim, em Guarinos, “a diminuição das suas Lavras o tem quase despovoado”; Cocal, “está hoje quase despovoado por falta de lavras”; o mesmo ocorrendo em Água Quente e no arraial do Ferreiro, “primeira povoação desta Capitania”. Por outro lado, Natividade, que era “das minas mais ricas da Comarca” possuía ainda “ouro de excelente toque”⁷¹.

Mas não era apenas a pecuária do São Francisco que avançava sobre os campos goianos. Também no sul, colonos de Goiás, Minas Gerais e São Paulo ocuparam as áreas próximas aos arraiais e às estradas, desde Vila Boa até o Sertão da Farinha Podre, espaço que viria a formar o Triângulo Mineiro, território goiano até 1816. Mesmo no Vale do Araguaia, uma das áreas menos povoadas da Capitania, encontravam-se “*umas fazendas de gado*” nas proximidades do caminho que levava a Cuiabá.⁷² Também não era só a pecuária que ocupava os campos, sendo digna de nota a relação, presente nas *Notícias*, de noventa e seis engenhos na Capitania, ocupando mais de dois mil escravos, metade destes no julgado de Traíras, claro sinal de especialização. Outros quarenta e cinco engenhos produziam farelo de milho e de mandioca. Gado, cana, farinhas e os sub-produtos de cada uma destas mercadorias abasteciam as povoações da região, mas não apenas dela, pois o que se percebe nesta documentação é um mercado interno que se integrava, mesmo que marginalmente, às rotas dos sertões pernambucano e baiano, às vilas e cidades de Minas Gerais e de São Paulo e às minas do Cuiabá. Este mercado é minuciosamente descrito nos diversos documentos que compõem as *Notícias* de 1783, nas quais percebemos a complementaridade entre os arraiais, a consolidação de

⁷⁰ “Introdução” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, p. 10-11. Segundo Silva e SOUZA (1814), “*Paraná se chama não só o Rio, mas o Sertão de 80 léguas, que existe entre Serras, povoado de Fazendas de gado, e o mais acomodado para a criação*”. “Memória sobre o Descobrimento...”. *op. cit.* p. 69

⁷¹ *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, pp. 74-77, 79, 91-92, 140-141.

⁷² *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, pp. 140-141.

entrepostos importantes, as rotas mercantis demandando as mais diversas regiões da América Portuguesa.

Ainda que a formação de um mercado interno tendesse ao fortalecimento de alguns núcleos, o predomínio de Vila Boa foi incontestado no âmbito da capitania, até que o desenvolvimento do comércio com o Pará e um conjunto de reformas levassem a uma diferenciação clara do Norte, no início do século XIX. Portanto, até 1809, esse era um universo de relações articulado pela única vila, sede do município, da comarca e da capitania de Goiás.

Passado o século do ouro, surgiram novas povoações ligadas à pecuária ou à navegação do Tocantins: Araxá (1808), Curralinho (1809), São João das Duas Barras (1809), São Domingos (1810) e Palma (1814).⁷³ Após a criação desses, outros núcleos surgiram por todo o século XIX, agora sem qualquer relação com a mineração, de forma que no fim do Império, Goiás era uma província dominada pela pecuária⁷⁴. Ao contrário do que ocorrera no século do ouro, agora é o campo que origina as cidades:

Inicia-se então um processo de ruralização da população e da economia. Os núcleos populacionais que foram surgindo constituíam uma extensão das propriedades rurais e quase todas se estruturavam através do sistema de 'patrimônio'.

Durante o século XIX, a maioria dos arraiais que surgiram em Goiás obedeceu a este sistema. O fazendeiro doava uma parcela de terra a um santo de sua devoção e naquele local era construída uma capela para as celebrações religiosas. O agrupamento das pessoas em torno da igreja possibilitava o comércio que com o passar do tempo fixava-se no local, transformando-o em núcleo urbano. Flores, Catalão, Curralinho e Rio Verde são exemplos de arraiais que surgiram dessa forma.⁷⁵

O que convém aqui destacar é que a passagem da sociedade mineradora para a da pecuária se processou de forma muito lenta e a percepção desta transição também se alterou no decorrer do tempo. Entre os primeiros sinais de esgotamento das lavras, na década de 1750, e o avanço rápido e definitivo da pecuária, por volta de 1830, o que emerge na documentação é uma região em que o ouro aos poucos desaparece, ao passo

⁷³ Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, *A expansão do povoamento em Goiás... op. cit.* pp. 22-23.

⁷⁴ Em Goiás, as diferentes matrizes da expansão podem ser percebidas nas camadas de significados presentes na toponímia. Excluídos os nomes santos, presentes em todos os períodos, segue-se denominações dos povos conquistados (Goyaz, Crixás), àquelas ligadas à mineração (Ouro Fino, Lavrinhas) e à navegação fluvial (Porto Real, São João das Duas Barras), o predomínio absoluto da pecuária, com milhares de referências aos campos, currais, pastos, pousos, etc. A modernização do século XX trouxe, além das mudanças de gosto bastante duvidoso - de Meia Ponte a Pirenópolis, de Boa Vista a Tocantinópolis, de Santana de Campos Ricos a Anápolis -, as denominações ligadas aos projetos de colonização, como Ceres e Rialma. Sobre o predomínio da pecuária na toponímia, ver Basílio Toledo FRANÇA. "O boi na geografia de Goiás". Goiânia: *Revista do IHGG*. nº 1. Dezembro de 1972. pp. 20-61.

⁷⁵ Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, *A expansão do povoamento em Goiás... op. cit.* pp. 55-56.

que o mercado de abastecimento se dinamiza. Transformações que podem ser percebidas quando cotejadas as *Notícias* de 1783, a *Memória* de Silva e Souza, de 1812, a *Corografia* e o *Itinerário* de Cunha Mattos, resultados de sua experiência em Goiás entre 1823 e 1826.

Em 1783, a grande maioria dos arraiais ainda estava ligada à mineração, mesmo quando já fossem predominantemente ocupados pela agricultura ou pela pecuária. Já então se verificava a concomitância de atividades dos grandes proprietários, fenômeno que também ocorreu nas capitanias de Minas Gerais e de Cuiabá e Mato Grosso.⁷⁶ Ou seja, os mesmos homens podiam ser mineiros, comerciantes, produtores para o abastecimento e ocupantes de postos civis, militares ou eclesiásticos (que além de prestígio e poder, traziam conteúdo pecuniário, por vezes significativo). Na *Memória* de Silva e Souza, o ouro é mais freqüente no relato do passado do que no diagnóstico do presente ou nas expectativas de futuro. Ao tratar dos descobrimentos das minas, afirma:

É verdade que podemos chamar a este tempo a idade de ouro de Goiás; mas desde então começaram a evaporar-se as suas grandezas. O ouro fugiu do seu centro, e não tornou; com a mesma facilidade com que se adquiria, se lhe dava consumo, e sem falar no luxo desregrado, que veio depois a consumir a decadência; enquanto se não povoou o caminho da S. Paulo, o único que então havia; enquanto a Agricultura, imperfeita ainda hoje, não ministrou mantimentos, as cousas mais necessárias para a vida se vendiam a peso de ouro.⁷⁷

É conhecida a tópica da decadência nos discursos sobre Minas Gerais do século XVIII e parece-nos claro que a passagem de Silva e Souza se inscreve no mesmo tipo de registro: uma idade do ouro no passado, a fugacidade da riqueza aurífera, a agricultura como via para uma verdadeira prosperidade. Ao contrário, porém, de Minas Gerais, não há dúvidas de que em Goiás (e, em momentos diversos, no Cuiabá e no Mato Grosso) a queda da produção do ouro correspondeu a uma crise geral da sociedade mineradora. Nisso, os dados demográficos podem ser um bom indicador. Entre 1780 e 1830, o Brasil mais que dobrou sua população, e as Minas Gerais passaram de 320 para 625 mil

⁷⁶ Tanto no caso mineiro, como no caso mato-grossense, os trabalhos de Alcir Lenharo são referências importantes. Para a Capitania de Cuiabá e Mato Grosso, além dos trabalhos de Elmar Arruda e Luíza Volpato, é muito interessante a análise de Amaral Lapa sobre as oposições diante do progressivo acúmulo de atividades, que atingia os produtores não envolvidos no comércio. De Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização* (Cuiabá: UFMT, 1982, especialmente PP. 27-28) e *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842* (2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1993, especialmente o cap. 4). De José Roberto do Amaral LAPA, “Do Comércio em Área de Mineração”. *op. cit.* Elmar Figueiredo de ARRUDA. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso*. (São Paulo, Editora da PUC-SP, 1987, especialmente p. 119.). Luíza Rios Ricci VOLPATO. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. (São Paulo, HUCITEC, 1987, especialmente PP. 102-103).

⁷⁷ “Memória sobre o Descobrimento...”. *op. cit.* p. 43.

habitantes, seguindo, *grosso modo*, a curva geral. Goiás, por sua vez, manteve-se por todo o período com cerca de 50 a 60 mil indivíduos; estagnação que aponta para uma diferença fundamental entre as capitanias do ouro. O discurso da decadência referia-se, em Goiás, a uma situação de estagnação econômica e demográfica que perdurou por pelo menos meio século. Comparado ao processo ocorrido nas Minas Gerais – paralelo que nos parece bastante profícuo –, as principais diferenças na integração goiana ao mercado interno estavam na menor escala demográfica e nas dificuldades das distâncias, que não proporcionaram a estruturação de um complexo sistema urbano, densamente povoado e capaz de suportar a diminuição drástica das descobertas de ouro. A um mercado regional limitado, somava-se a concorrência de outras regiões abastecedoras – sobretudo as Minas Gerais –, diminuindo as vantagens do acesso a outros mercados.

Fontes: Ana Rita UHLE et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP; Joaquim Norberto de Souza e SILVA. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral. do Império*. São Paulo: IPE/USP, 1986 (ed. fac-similar, 1870); Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, *A expansão do povoamento em Goiás... op. cit.*; David McCREERY. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006.

Devemos considerar também as condições naturais desfavoráveis. Nesse sentido, comparando sempre a situação goiana à das Minas Gerais, o autor de uma descrição do arraial da Anta relata a diferença da inserção no mercado de aguardentes. Afirma que

mesmo contando com o acesso a mercados nos quais a cachaça é mais valorizada, os goianos não podem usufruir desta vantagem, pois enquanto a cana mineira permite que se extraia a soca e a ressoca, a aridez do solo goiano rende apenas algum caldo na primeira extração, “de sorte que com o que se faz cá um, lá se fazem três, tanto pelos barris serem mais pequenos [sic], como por ser a de lá verdadeiramente cachaça.” Além disso, a complexa e dinâmica rede de vilas e arraiais de Minas Gerais permite que os produtores comerciem essa mercadoria em povoados próximos, sem ter de recorrer a atravessadores, com o que “há engenhos que desta forma dão saídas aos seus efeitos sem serem necessários tropas, arrieiros e nem tanto barris”⁷⁸.

Trata-se, portanto, da superação do esgotamento do ouro também por via da integração ao mercado de abastecimento, porém, em condições radicalmente diversas, como periferias de Minas Gerais, de São Paulo, da Bahia e do Pará, que para atingir estes mercados tinham fortes concorrentes nos campos dessas mesmas capitanias. Por toda a segunda metade do século XVIII, a questão se apresentava como a da decadência das minas, percepção que se intensifica após a grande seca de 1773-1776. As recorrências diminuem quando não se pretende mais recuperar a antiga sociedade mineradora, mas construir sobre o que dela restou novas formas de reprodução econômica. Ainda que anteriormente tenha havido tentativas de diversificar a produção da capitania para superar a crise da mineração, o primeiro sinal iniludível desta mudança é o projeto de Joaquim Teotônio Segurado, apresentado em 1806.⁷⁹ Apenas aí temos um plano geral de governo econômico de Goiás que vislumbra no futuro as potencialidades do mercado interno, deixando para trás a nostalgia do apogeu do ouro. Na época da Independência, viajantes e outras autoridades viriam a seguir o mesmo caminho. Dentre eles, Raymundo José de Cunha Mattos, para quem “a sede do ouro foi causa da descoberta e Goiás, e a esperança do ouro tem sido a causa de sua ruína”.⁸⁰

Mas não foi só na orientação radicalmente anti-mineradora que inovou o projeto de Segurado. Sua *Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás*, que será analisada em outro momento, foi também parte de um projeto mais amplo, de dinamização econômica do norte goiano, a partir de sua integração com o

⁷⁸ “Descrição geográfica do território do Arraial e Freguesia da Anta em 1783” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, pp. 139-140.

⁷⁹ Joaquim Teotônio SEGURADO. “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás” in *Memórias Goianas, volume I*. Goiânia: Centauro, 1982. pp. 33-54. Os projetos de diversificação das bases econômicas em Goiás serão discutidos no capítulo 4.

⁸⁰ Raimundo José da Cunha MATOS. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979. p. 79.

Grão-Pará, o que envolveu uma série de políticas coordenadas por ele, na condição de ouvidor, entre 1804 e 1820. Resultado desta política, a construção da Vila da Palma e a criação da comarca de São João das Duas Barras deram contornos a uma região, resultado da articulação entre a velha pecuária proveniente do São Francisco e a nova navegação para Belém, por via do Tocantins. Região ordenada pelos antigos arraiais mineradores do norte, tornados núcleos articuladores de uma área de agricultura, de extrativismo e, sobretudo, de pecuária. Com isso, na época da Independência, a província de Goiás dividia-se em dois espaços econômicos, administrativamente enquadrados pelas duas comarcas e vilas. Divisão que, apesar de recente, informou projetos políticos distintos na derrocada do Antigo Regime português, sendo o próprio Segurado, eleito deputado às Cortes de Lisboa, a principal liderança política do Norte em busca da criação de uma nova província.

Enquanto Segurado, ao lado de pecuaristas e negociantes, atrelava o destino da comarca do Norte ao Grão-Pará (e secundariamente, Maranhão, Pernambuco e Bahia), na comarca do Sul, estreitavam-se as relações mercantis com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, como parte do conhecido processo de integração do Centro-Sul, que tomou novo ritmo a partir de 1808⁸¹. Essas articulações, que atingiam também o Cuiabá, foram construídas lentamente, moldadas pelos caminhos da sociedade mineradora, desde o período da conquista, mas ganhavam novo impulso no início do século XIX, fortalecendo tanto a capital goiana, como as zonas produtoras de seu entorno, em particular o julgado de Meia Ponte. Retomando a *Notícia* de 1783, vemos que Meia Ponte era o “maior Arraial desta Capitania”⁸², e que já um roteiro anônimo de 1757 o introduzia como “um dos melhores Arraiais da Comarca”⁸³. A *Breve notícia da Comarca de Goiás* ia mais longe, afirmando que neste “Arraial devia de estar a cabeça da Comarca [portanto a capital], por fazer esta aqui pião, e ser quase o centro dos extremos mais próximos as estradas que seguem ao Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. [...]”. A esta altura - diz o mesmo documento - Meia Ponte era “a terra mais saudável da Comarca, e [a] mais estéril em ouro.”⁸⁴

⁸¹ Sobre a integração de Goiás ao Centro-Sul e ao Extremo Norte ver respectivamente os Capítulos 3 e 4.

⁸² “Descrição da Capitania de Goiás e tudo que nela é notável até o ano de 1783” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, pp. 79-80.

⁸³ “Jornada do Rio de Janeiro para Goiás, e pelo Sertão de São Paulo” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo II, p. 75.

⁸⁴ “Breve notícia da Comarca de Goiás (suas vigairarias, população e riquezas, seguido do mapa das freguesias em 1783)” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783. op. cit.* Tomo I, p. 90.

Província	Comarca	Município	39 Goiás, c. 1824				
			Julgado	Núcleo de Povoamento	Casas / Fogos	Almas	Estabelecimento (e reconstrução)
Província de Goiás (capitania criada em 1749)	Comarca de Goiás (Sul) - criada em 1737	Cidade de Goiás (antiga Vila Boa de Goiás, fundada em 1736)	Goiás	Cidade de Goiás	749	8052	1727
				Arraial de Curralinho	52		
				Arraial de Anicuns	189		1809
				Arraial da Barra	38		1727
				Arraial da Capela	6		1732
				Arraial da Anta	37		1733
				Arraial de Santa Rita	65		
				Arraial de Ouro Fino	60		1729
				Arraial do Ferreiro	105		
				Arraial das Campinas	11		1816
				Arraial de Rio Claro	42		1746 (1804)
				Aldeia de São José de Mossâmedes		128	1755 (1775)
				Aldeia de Maria I			1780
			Meia Ponte	Arraial de Meia Ponte	307		1731
				Arraial do Córrego de Jaraguá	200		1737
				Arraial de Corumbá	64		
				Arraial do Rio do Peixe	15		
			Santa Cruz	Arraial de Santa Cruz	130		1733
				Arraial de Catalão	18		
				Arraial do Bonfim	151		1774
			Santa Luzia	Arraial de Santa Luzia	278		1746
				Arraial dos Couros	50		
				Arraial de Angicos	3		1757
			Pilar	Arraial de Pilar	246		1741
				Arraial das Lavrinhas	22		1771
				Arraial de Guarinos	5		
				Aldeia de Pedro III ou Carretão	58	227	1788
			Crixás	Arraial de Crixás	184		1734
				Aldeia de Salinas ou Boa Vista		76	
	Comarca de São João das Duas Barras (Norte), fundada em 1809	Vila de São João da Palma (1814)	Palma	Vila da Palma			1814
			Traíras	Freguesia de Traíras	207		1735
				Freguesia de São José	223		1735
				Arraial de Água Quente	105		1733
				Arraial de Cocal	48		1746
				Arraial de Amaro Leite	40		1733
				Arraial do Descoberto da Piedade	37		
				Arraial de Santa Rita	27		
				Arraial da Cachoeira	17		1736
				Arraial do Moquéim	35		
			Cavalcante	Freguesia de Cavalcante	107		1740
			São Félix	Freguesia de São Félix	66		1736
				Arraial do Carmo	14		
				Arraial da Chapada	33		
			Flores	Freguesia de Flores	64		1740
				Arraial de Santa Rosa	21		
				Arraial de Mato Grosso	5		
			Arraias	Freguesia de Arraias	90		1733
				Freguesia de São Domingos	27		
				Arraial do Morro do Chapéu	7		1769
				Freguesia de Conceição	70		1741
			Conceição	Arraial do Príncipe	6		1770
				Arraial da Taboca (extinto)	x	x	
			Natividade	Freguesia de Natividade	188		1734
				Arraial de São Miguel e Almas	73		
				Arraial da Chapada	74		1740
				Freguesia de Porto Real	47		1800
			Porto Real	Arraial do Pontal	49		1738
				Arraial do Carmo	107		1741
				Aldeia de São José do Duro	36	201	1751
			(Aldeamentos)	Aldeia Graciosa		107	1824
				Aldeia Carolina		81	

Fontes: Raimundo José da Cunha MATOS. *Chorographia histórica da província de Goiás. op. cit.*, Dalísia Elizabeth Martins DOLES. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX.* Tese de doutoramento apresentada à FFLCH – USP, 1972. Marivone Matos CHAIM. *Aldeamentos Indígenas... op. cit.*

Um arraial “estéril em ouro”, portanto atingido em cheio pela queda da produção aurífera, mas que florescia como nenhum outro em meio à crise da sociedade mineradora. Centralizando as estradas que levavam a diferentes mercados, sua força estava no comércio e na produção agropecuária. A vantagem residia, além da localização central, no fato de que, ao contrário da situação da maior parte da área da Capitania até então explorada, as condições naturais eram ali favoráveis à lavoura. Ainda que propício para a expansão da pecuária extensiva, o cerrado, quase onipresente em Goiás, dificultou o desenvolvimento da agricultura. O diagnóstico aparece em diferentes fontes, refiram-se elas à produtividade do solo ou ao clima, caso da descrição do arraial da Anta, na qual se afirma que “esta terra é quente. Os matos largam a maior parte das folhas e sucede a maior parte dos anos não haver uma só trivoadada [sic] em toda a seca, o que não sucede nas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e outras terras, que sempre há suas chuvas”. As grandes secas, como a de 1773-1776, tornavam este quadro ainda mais desalentador.⁸⁵ Quanto à produtividade, a *Descrição da Capitania de Goiás* afirma que “o terreno da Capitania de Goiás é bastante produtivo [sic] onde há matos. Ela não abunda deles, exceto Vila Boa, Pilar, Meia Ponte e ainda Santa Luzia, pelas margens do Corumbá”⁸⁶, ou seja, na área que podemos desde já caracterizar como o eixo Goiás – Meia Ponte, e que seria predominante econômica e politicamente por todo o período de formação da província, na primeira metade do século XIX.

Em torno da Vila Boa (Cidade de Goiás, após 1818) e do arraial de Meia Ponte (elevado a vila em 1832), a integração aos circuitos mercantis do Centro-Sul permitiu mais do que a superação da crise da sociedade mineradora. Nas primeiras décadas do século XIX, ali estavam os dois maiores núcleos urbanos e a região na qual os viajantes eram unânimes em reconhecer as mais ricas propriedades e as melhores estradas⁸⁷. Com exceção de duas lideranças autonomistas do Norte, os políticos goianos que atuaram entre a Independência e a Regência residiam, tinham propriedades e, na maior parte dos casos, havia nascido em um desses núcleos. A capital foi, evidentemente, o espaço da política por excelência, no qual operaram-se negociações e conflitos na construção da Província. Porém, foi em Meia Ponte que surgiu o primeiro periódico goiano, espaço e instrumento da construção da unidade de ação dos proprietários goianos e - o que não é

⁸⁵ Paulo BERTRAN. “Introdução” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*, op. cit, Tomo I, p. 6-7.

⁸⁶ “Descrição da Capitania de Goiás e tudo que nela é notável até o ano de 1783” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*, op. cit, Tomo I, p. 86.

⁸⁷ Ver o Capítulo 3 desta dissertação.

menos importante, especialmente numa província periférica - de sua articulação política com grupos de outras regiões do Império.

Com tudo que foi dito, podemos dividir a trajetória societária da formação da Província de Goiás em quatro períodos. O primeiro (1736-1748), marcado pela conquista indígena e pela montagem e apogeu da economia mineradora. Em seguida, as três décadas entre a criação da Capitania de Goiás e os sinais claros de esgotamento das lavras (1749-1780), período de lenta expansão da colonização, fundada tanto na mineração, quanto na formação do mercado interno. O terceiro período (1780-1830) é propriamente de crise da sociedade mineradora e de sua lenta superação através da integração ao mercado de abastecimento do Centro-Sul e do Extremo-Norte, ocorrendo então uma diferenciação regional no interior da Capitania.

Finalmente, desenvolvendo-se a passos lentos nas décadas de crise da mineração, a pecuária se expandiu rapidamente a partir da década de 1830, de forma que no relatório à recém-inaugurada Assembléia Provincial, em 1835, podia o presidente de província referir-se, triunfante, à “criação do gado, que com pouco trabalho quase duplica anualmente”.⁸⁸ Até então, as condições naturais desfavoráveis para a agricultura, a concorrência de outras regiões e os mercados locais menores e menos dinâmicos haviam limitado uma expansão mais vigorosa pelo longo período de reestruturação econômica. É a partir daí que as transformações no espaço goiano se aceleram, o que passa pelo alargamento das fronteiras de colonização, especialmente no sul e sudeste da Província, com importantes fluxos migratórios provenientes de Minas Gerais e de São Paulo.⁸⁹ Os dados sobre as exportações de gado, ainda que não formem uma série completa, permitem que se perceba que é durante o Império que a região goiana é tomada efetivamente pelas pastagens. De apenas 4.800 cabeças exportadas em 1825, passa para 35.000 em 1862 e cerca de 60.000 na virada do século.⁹⁰ Sendo assim, parece prudente, ao tratar da trajetória oitocentista da região, não estender uma análise centrada na idéia de um mandonismo rural fundado na pecuária para o período de formação da província (até c. 1840), quando nem as principais lideranças políticas, nem

⁸⁸ *Relatorio que á Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1835, o exm. presidente da mesma provincia, Joze Rodrigues Jardim*. Meyaponte, Typ. Provincial, 1835. (BGDDP), p. 17.

⁸⁹ Elianda Figueiredo Arantes TIBALLI, *A expansão do povoamento em Goiás... op. cit.* Hamilton Afonso de OLIVEIRA. *A construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910*. Tese de doutorado em História. Franca: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2006.

⁹⁰ Hamilton Afonso de OLIVEIRA. *A construção da Riqueza no Sul de Goiás, op. cit.*, p. 76 e p. 92; David MCCREERY. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006. p. 147.

os maiores proprietários (no caso do sul), tinham nesta atividade sua principal base de reprodução social.⁹¹

Apenas na segunda metade do século XIX, décadas depois desse arranque da pecuária, Goiás foi deixando de ser uma sociedade escravista. Contudo, é provável que, desde a década de 1770, o tráfico de cativos africanos para a região tenha diminuído paulatinamente até se tornar insignificante. Ao menos é o que sugerem os dados apresentados por Maria Lemke Loiola, para Vila Boa e Meia Ponte⁹². Em Vila Boa, um indício da considerável diminuição do tráfico é dado pela autora a partir dos registros de batismos de escravos adultos, entre 1765 e 1791, indicando que foi no período imediatamente posterior à maior seca ocorrida na Capitania (1773-1776) que o tráfico teve seu maior revés, não retomando mais os índices anteriores. Parece claro, portanto, que o desenvolvimento agropecuário, ocorrido especialmente a partir do eixo Goiás - Meia Ponte, fundou-se na concomitância do trabalho de livres e escravos, mas sem que o tráfico transatlântico, via províncias litorâneas, tivesse relevância para sua reposição.

População estimada em Goiás e Mato Grosso, 1800-1872.

⁹¹ Minimizando a importância da mineração na formação goiana, a obra *Frontier Goiás*, de David MCCREERY (*op. cit.*) compreende a trajetória da Província do Império partindo do pressuposto de uma sociedade ruralizada, caracterizada pelo mandonismo dos pecuaristas. Se isso é verdadeiro para a segunda metade do século – e tendo a crer que sim –, não é, porém, para o período de formação da província, no qual é sobretudo a relação entre a produção para o mercado interno (que não é apenas pecuária) e o comércio sediado em Goiás e Meia Ponte a base social do grupo político que controla a Província entre as décadas de 1830 e 1840.

⁹² Em Meia Ponte, considerando os cortes temporais 1760-1776 e 1803-1810, os óbitos da população, não apenas escrava, enquadrada como africana é 36,7% menor no segundo período, ao passo que a soma das demais categorias não-brancas (crioulo, pardo, cabra, mestiço e mulato) é 262% maior entre 1803 e 1810. Ver também McCreery, p. 12

Quanto à relação com os indígenas, no que se refere ao Sul tal desenvolvimento ocorreu em torno de antigos arraiais mineradores, com o que não houve grande pressão sobre as fronteiras ameríndias⁹³. No norte, a autorização da “guerra justa” contra os Carajás, Apinajés, Xavantes, Xerentes e Canoeiros, em 1811, era parte do projeto de dinamização e integração econômica com o Grão-Pará formulado por Joaquim Teotônio Segurado e implementado sob suas ordens. A esta política retornaremos em outro momento.

O Cuiabá e o Mato Grosso

No processo de interiorização da colonização no século XVIII, as dificuldades para a formação e dinamização de um mercado interno eram tão maiores quanto mais distantes estavam as novas áreas com relação aos mercados já existentes. Quanto a isso, de pouco adiantou, no Extremo Oeste, a vizinhança de missões jesuítas com dezenas de milhares de indígenas aldeados, capazes de produzir uma grande variedade de víveres e alguma manufatura. Tentativas não faltaram, pois desde a fundação do arraial narram os colonos dos dois lados da fronteira a insistência com que foram procurados os padres das missões castelhanas de Chiquitos e Moxos, a fim de se estabelecer contrabando, ocasional ou sistemático. Bastante elucidativo é o relato de alguns sertanistas que procuraram aqueles padres para saber “se estavam com ânimo de largar algumas vacas, para as conduzir para a dita povoação de Mato Grosso, para princípio de propagação por ser um sertão estéril de gados”. Os religiosos argumentaram que “o dar as vacas era impossível, porque logo que o governador de Santa Cruz tivera notícia da entrada dos Portugueses nas missões, escrevera a todas que não consentissem nelas os portugueses [e] que lhes fizessem guerra”; e por serem os padres “filhos da obediência, não podiam encontrar as ordens do Governo Político”⁹⁴. Neste caso, os imperativos políticos se impuseram às demandas mercantis, dificultando – mas não impedindo de todo, afinal nem todos eram “filhos da obediência” - a formação de um mercado de contrabando. Naquele tempo ainda era novo o caminho terrestre entre Goiás e Cuiabá e pouco se sabia do roteiro que podia levar a Belém. Inclusive, foi por meio dos mesmos padres estrangeiros que, em 1743, os colonos de Mato Grosso tomaram conhecimento de que,

⁹³ A exceção é o Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), povoado por colonos das Minas Gerais nos primeiros anos do século XIX, mas que deixou de ser território goiano já em 1816.

⁹⁴ “Informação tomada aos sertanistas enviados pelo Ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira” – 20 de setembro de 1743. APMT/DHMT, Doc. 20. p. 72-73.

descendo o rio Madeira encontrariam uma missão portuguesa sujeita ao Grão-Pará.⁹⁵ Para se ter uma idéia das dificuldades, as primeiras vacas a aportar o Cuiabá, provenientes da comarca de Curitiba, tiveram de ser transportadas, por longos meses, em pé nas embarcações da rota monçoeira⁹⁶.

É certo que, mesmo em menor escala, as fazendas de lavoura e gado tomaram campos próximos às minas e aos caminhos, desde a fundação do arraial do Cuiabá. As primeiras cartas de sesmaria sinalizam inequivocamente para a demanda agropecuária, já que este instrumento jurídico de posse da terra perdia sua validade no caso de descobertas de ouro ou pedras preciosas no terreno. No Cuiabá, as primeiras concessões datam da viagem do capitão-general Rodrigo César de Menezes, totalizando trinta e oito sesmarias entre 1726 e 1728, que demandavam a rota monçoeira, em especial as margens dos rios Cuiabá e Coxipó, mas já apontam para a ocupação de uma área que se tornaria especializada em gêneros de abastecimento: Santana de Serra Acima, atual Chapada dos Guimarães.⁹⁷ Ali se produzia grande variedade de víveres para o mercado cuiabano, sobretudo cana-de-açúcar e seus sub-produtos, em engenhos tocados com trabalho indígena e africano. Além disso - e de acordo com os estudos de Elmar Arruda - não restam dúvidas de que as vilas e os arraiais foram abastecidos, ao menos em parte, através de relações mercantis que fizeram algumas das maiores fortunas da capitania. Os mercados, porém, eram ainda mais limitados do que no caso goiano⁹⁸.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.* pp. 80-82. É possível que o gado tenha sido introduzido a partir de Camapuã, que por sua vez, teria iniciado sua propagação com boiadas conduzidas por terra desde os Campos da Vacaria (na Comarca de Curitiba). Outra possibilidade, a crer nos *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá*, é que a primeira boiada tenha sido aquela que inaugurou o caminho entre Cuiabá e Goiás, em 1737. De qualquer forma, a legislação indica que ao menos o que se pretendia no início da conquista era a condução do gado diretamente a partir dos Campos da Vacaria, dadas as vantagens que trariam aos “vários moradores [da Capitania de São Paulo] que tem currais de gado no sertão da Vila de Curitiba desta Comarca”. “Registro de um Bando sobre se poder mandar gados para as Minas do Cuiabá, e levar da Vacaria”, 8 de novembro de 1725. APMT/DHMT, Doc. 10. p. 42-43. Annaes, p. 70.

⁹⁷ Otávio CANAVARROS, *op. cit.* pp. 93-94. Exemplo de fonte deste tipo, é a chamada “primeira sesmaria em Mato Grosso”, transcrita por Paulo Pitaluga da Costa e SILVA. APMT/DHMT, Doc. 12 (8 de janeiro de 1727). p. 44-45. Sobre Santana (ou Lugar de Guimarães), Alcir LENHARO, *Crise e mudança...* op. cit. p. 25.

⁹⁸ Na formulação despretensiosa de Elmar Figueiredo de ARRUDA (*Formação do Mercado Interno...* op. cit., p. 95.), “Não se deve concluir daí um pujante mercado, mas sim um mercado, baseado no significado mais simples da palavra; quem tem excedente troca por ouro, daí compra outras mercadorias e paga os impostos”. Este trabalho e o de Romyr Conde GARCIA (*Mato Grosso...* op. cit.) oferecem séries de dados de grande interesse para a história econômica do Cuiabá e do Mato Grosso, diante dos quais não se sustentam afirmações como a de que o “reordenamento das forças produtivas encetadas no sentido de consolidar as atividades agropastoris mato-grossenses pode ser compreendido, em tese, como uma tentativa de reverter a dependência crônica que a província sofria em relação ao seu abastecimento de alimentos, que sempre proveio do exterior, seja via São Paulo ou Belém.” (Carlos Eugênio NOGUEIRA. *Nos sertões do poente. op. cit.* p. 166). Isso porque não era a dependência de outras regiões quanto a

As dificuldades começam pela escala demográfica. O povoamento ligado ao *rush* que se seguiu à descoberta das minas de Cuiabá foi menos intenso que nas demais regiões mineradoras e teve uma duração relativamente curta – foram cerca de 4 mil indivíduos entre 1719 e 1726. Para a menor intensidade contribuíram as dificuldades de acesso às novas minas e a exclusividade, legal e de fato, desfrutada pelas monções paulistas neste movimento, assim como a atração exercida pelas Minas Gerais na mesma época. Para a interrupção e reversão da corrente migratória – entre 1727 e 1729, a população caiu de 4 mil para pouco mais de 2 mil habitantes – convergiram pelo menos três fatores importantes: o esgotamento das primeiras lavras, localizadas nas proximidades do que se tornou o espaço urbano de Cuiabá; a instalação do fisco, levando à falência muitos mineiros; e o estabelecimento, em 1726, das minas de Goiás⁹⁹. Após 1730, a população voltou a crescer, tomando novo impulso com a exploração do ouro no vale do Guaporé, espaço até então povoado pelos Pareci, mas que vinha sendo freqüentado desde a fundação do arraial do Cuiabá por expedições de preação contra essa nação. A descoberta de ouro no *Mato Grosso dos Parecis*, em 1734 (na qual mais uma vez encontramos o sertanista Antônio Pires de Campos), provocou um segundo *rush*, que povoou a região, a partir de então conhecida simplesmente por Mato Grosso¹⁰⁰.

A pequena escala demográfica, resultado de dois curtos períodos de *rush* minerador, se manteve por muito tempo, pois, com exceção das terras diamantíferas do Alto Paraguai e do Arinos, de acesso proibido pela Coroa, essas regiões não tiveram qualquer descoberta importante após 1734. Decaindo também a produção aurífera mato-grossense, a migração espontânea minguou e a população só veio a tomar novo impulso após a década de 1770, em grande parte como resultado de políticas de povoamento e incorporação indígena. A capitania contava com cerca de 11.859 habitantes em 1771, chegando a 26.836, em 1800. Passado este período, manteve-se abaixo dos 30 mil indivíduos até a década de 1830.¹⁰¹ À menor escala humana, soma-se uma atividade mineradora bem menos produtiva que a goiana. Mesmo no pico da mineração (1735-

gêneros de abastecimento o problema que atingia a Capitania, mas sim a impossibilidade de oferecer a mercados mais amplos outras mercadorias que não o ouro e os diamantes. Quanto ao fornecimento de víveres para suas vilas e povoados, a produção da Capitania era, em geral, capaz de suprir a demanda.

⁹⁹ Ver Otávio CANAVARROS, pp. 104-106 e 158.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 163.

¹⁰¹ Os dados demográficos que apresentamos, para o Cuiabá e o Mato Grosso, foram extraídos das seguintes fontes: Edivaldo de ASSIS. *Mapas de habitantes de mato grosso, 1768-1872, guia de pesquisa*. Dissertação de Mestrado- USP, 1994; e Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003.

1739), o Cuiabá e o Mato Grosso representavam cerca de 10% da produção de ouro da América Portuguesa, ao passo as minas goianas chegaram a constituir, no ápice de sua produção (1750-1754), aproximadamente 37% desse total – e mais de cinco vezes o que produzia a capitania do Cuiabá e Mato Grosso no mesmo período¹⁰². Com uma diminuta população e sem muito ouro nas aluviões, limitavam-se também as possibilidades de formação de um mercado interno dinâmico. Afinal, um número menor de pessoas não implica apenas menos braços para minerar, mas também menos bocas para consumir as carnes, as farinhas e a aguardente produzidas nos campos da capitania.

Fontes: Edivaldo de ASSIS. Mapas de habitantes de mato grosso, 1768-1872, guia de pesquisa. Dissertação de Mestrado- USP, 1994. Ana Rita UHLE et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP

Porém, a maior dificuldade residia na impossibilidade de integração a outros mercados na condição de fornecedor de mercadorias que não o ouro e – já no século XIX – os diamantes. O problema esteve reiteradamente dentre as preocupações de colonos e administradores. Problema que era, naquelas circunstâncias, insolúvel, afinal como competir no fornecimento de gêneros para as outras partes da colônia se a capitania estava a meses de distância delas e não faltavam regiões especializadas no

¹⁰² Virgílio Noya PINTO. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, *op. cit.*

fornecimento dessas mercadorias? O pujante mercado integrado pelas tropas de muares no Centro-Sul, as novas regiões abastecedoras de Minas Gerais e a velha pecuária do vale do São Francisco eram concorrentes invencíveis para cuiabanos e mato-grossenses. As tentativas de exportar as “drogas do sertão” esbarraram, por sua vez, na secular especialização paraense nesse tipo de extrativismo.¹⁰³

Por outro lado, a vizinhança castelhana pouco poderia contribuir. Como vimos, a primeira dificuldade era política: a rígida proibição de qualquer comércio na fronteira nas primeiras décadas de colonização. Porém, mesmo quando passou a fazer parte das diretrizes da Coroa incentivar o contrabando, visando o crescimento da região do Mato Grosso, pouco se pôde usufruir do acesso àqueles mercados. Isso porque as missões de Moxos e de Chiquitos estavam dentre as áreas economicamente menos dinâmicas dos domínios castelhanos e, por serem formada por grandes aldeias, tinham uma consistente produção para seu auto-abastecimento. Desse trato clandestino conseguiu-se alguma prata por meio da venda de mercadorias européias, que pela carreira do Pará chegavam a preços mais vantajosos que através dos caminhos dos domínios castelhanos. Esta rota de contrabando teve importância em diversos aspectos, mas quanto ao que agora interessa, não contribuiu decisivamente para o desenvolvimento das bases produtivas no Cuiabá e Mato Grosso¹⁰⁴.

A importância desta vizinhança, decisiva inclusive na esfera econômica, residia na política de defesa da Coroa. As diretrizes geopolíticas, que serão analisadas mais adiante, envolveram, entre outras coisas, incentivos fiscais, a construção de uma nova capital, a diferenciação entre as repartições de Cuiabá e do Mato Grosso, vultosas remessas do ouro goiano para a Capitania, o incentivo oficial ao contrabando com os domínios espanhóis e a construção de fortificações e de uma infra-estrutura de defesa da fronteira, incluindo fazendas especializadas em produzir para as guarnições militares. Enquanto nas minas de Goiás a expansão rural, sobretudo das pastagens, era resultado da simultânea integração à pecuária do Norte, às rotas de abastecimento do Centro-Sul e à navegação do Tocantins, no Cuiabá e no Mato Grosso ela foi determinada principalmente pelas políticas de povoamento e de defesa.

Colonização centrada em duas vilas e nuns poucos núcleos menores, dentre os quais figuram mais fortificações, aldeamentos e registros do que arraiais propriamente

¹⁰³ Sobre as dificuldades de integração, ver Capítulo 3 desta dissertação.

¹⁰⁴ Sobre o contrabando como política do Coroa, a partir da fundação da Capitania, ver, no próximo capítulo, “o período albuquerqueiro e o apogeu da geopolítica”.

mineradores. Em contraposição à grande extensão da mancha de povoamento goiana, região que já no século XVIII esboçava um sistema urbano, encontramos, no início dos Oitocentos, algum adensamento nos vales das principais vias fluviais: os rios Cuiabá, (que, além da Vila Real, contava com Poconé, Santana de Serra Acima, Livramento, Santo Antônio e Rosário), Paraguai (com a vila do Diamantino, Vila Maria, Registro do Jauru, Miranda, Forte Coimbra e Albuquerque) e Guaporé (com Vila Bela, Lavrinhas, São Francisco Xavier, Nossa Senhora do Pilar, Casalvasco, Forte do Príncipe da Beira e São Vicente Ferrer)¹⁰⁵. Outra notável diferença com relação ao caso goiano é que a capitania de Cuiabá e Mato Grosso já surgiu

dividida por dois vales mineradores, Guaporé e Cuiabá, duas grandes praças comerciais, Vila Bela e Cuiabá, duas rotas de abastecimento, a amazônica e a paulista (monçoeira como a goiana), dois portos que ligavam Mato Grosso ao Mar, Belém do Pará e São Paulo [Santos] (ou Rio de Janeiro). Através da dinâmica da extração aurífera, a rivalidade entre os vales, as praças, as rotas e os portos, conduz todo o processo histórico provincial.¹⁰⁶

Se entendermos que as regiões coloniais resultaram da sedimentação desigual de experiências no manejo prático das sociedades e que não se caracterizavam por delimitações estritamente econômicas ou políticas, mas pela coesão social em torno de pólos articuladores, podemos dizer que, por cerca de um século, o espaço que tradicionalmente é apresentado como a capitania de Mato Grosso era formado por regiões distintas.

A “capitania de Cuiabá e Mato Grosso” era assim denominada em quase todas as fontes do século XVIII, oficiais ou não, expressando uma cisão entre regiões coloniais diversas, ainda que sob a administração de um mesmo capitão-general. Diferenciações e rivalidades entre núcleos urbanos (cada qual com suas áreas de influência) existiram também em Goiás e, certamente, eram bastante comuns em outras partes da colônia. Porém, o que particulariza a divisão entre Cuiabá e Mato Grosso é que, desde antes da fundação de Vila Bela, originam-se duas áreas de fato descontíguas e relativamente autônomas e que, após a década de 1740, passaram a ser objeto de políticas diferenciadas da Coroa, inclusive quanto às rotas de integração. Com a criação de uma capitania, desde o primeiro momento pensada como formada por duas territorialidades, a experiência colonial sedimentada - seja no plano da vida econômica, seja no da

¹⁰⁵ Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso... op. cit.* pp. 58-59.

¹⁰⁶ Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso... op. cit.* p. 296.

governança dos povos, ou em diversas outras esferas - reforça o pertencimento, não à Capitania, mas à repartição, ou do Cuiabá, ou do Mato Grosso.

Deixando para outra parte a análise desta divisão e de suas conseqüências para a construção do espaço político provincial, importa destacar brevemente a dinâmica de cada uma dessas regiões. As minas do Cuiabá, primeiras a serem estabelecidas no Oeste, tiveram sempre uma população superior à do Mato Grosso, a despeito das décadas de políticas de povoamento beneficiando a capital. Ainda que com algumas oscilações, é possível perceber uma clara tendência de aumento das diferenças de escala demográfica entre as regiões já no século XVIII. Em 1771, a região do Cuiabá contava com 7.123 habitantes (ou cerca de 60% da população da capitania), contra 4.736 (cerca de 40%) da região do Mato Grosso, totalizando 11.859 indivíduos. A partir daí, o aumento da população da capitania corresponde a uma concentração ainda maior no Cuiabá, que passa a 19.731 habitantes em 1800 (em torno de 74%), enquanto o Mato Grosso atinge os 7.105 indivíduos (cerca de 26%).¹⁰⁷

Esses números indicam, em primeiro lugar, que a crise da sociedade mineradora, em termos de estagnação ou mesmo retração demográfica e econômica, data do início do século XIX¹⁰⁸. Quanto a isso, a mineração teria ainda um pequeno, mas importante *rush*, com a liberação do povoamento do Alto Paraguai, em 1805. Tratava-se de uma área proibida desde a descoberta de diamantes em 1746, que atraiu, com a abertura, mineiros de outras partes da capitania. Em 1811 foi criado o distrito de Diamantino, que foi elevado a município em 1820, contando desde então com uma população superior à da capital, Vila Bela. Além de Diamantino, Coxipó, São Pedro Del Rey e a Chapada tiveram pequenos surtos mineratórios no início do século XIX. Portanto, ao contrário do que ocorrera em Goiás, no Cuiabá a mineração – que nunca tinha atingido os patamares da produção goiana – era ainda de grande importância relativa na época da Independência, determinando os fluxos demográficos e a construção social do espaço.

Em segundo lugar, o progressivo predomínio demográfico, mas sobretudo mercantil, de Cuiabá, em contraposição ao crescimento lento da região do Mato Grosso,

¹⁰⁷ Dados de Edivaldo de ASSIS. *op. cit.*.

¹⁰⁸ Sobre a decadência das minas, alguns autores demonstraram como, apesar da forte diminuição da produção logo após cada um dos *rushs* (o cuiabano e o mato-grossense), a mineração prosseguiu como principal base de reprodução social no Extremo Oeste. Cf. Elmar Figueiredo de ARRUDA. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso*. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1987. Fundamentando-se numa análise da base econômica e das finanças públicas entre 1800 e 1840, Romyr Conde GARCIA (*op. cit.*) propõe que o esgotamento dos veios pode ser situado apenas no início do século XIX, sendo posterior, portanto, à crise da mineração em Goiás. Além disso, esse esgotamento teve um ritmo desigual nas três áreas auríferas da Capitania - c. 1800 no Guaporé, c. 1815 no Cuiabá, c. 1825 em Diamantino.

indica que até então, a decadência de Vila Bela era relativa. No período seguinte, a tendência passaria a ser de queda, em termos absolutos, da população da região. Sem dúvida, o fator determinante foi a forma de integração das diferentes minas no conjunto das relações econômicas e políticas da América portuguesa. Vila Bela era o centro dos projetos geopolíticos da Monarquia, e esteve desde sua fundação ligada ao comércio monçoeiro do Norte, tendo seu comércio monopolizado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, entre 1773 a 1778. Como argumentaremos adiante, a reorientação da geopolítica no início do século XIX e a decadência da rota monçoeira Norte confluíram para um declínio da cidade e de sua região. Além disso, Vila Bela foi também atingida pelo despovoamento causado pelo rápido desenvolvimento de Diamantino. Nas duas primeiras décadas do século XIX, ainda que oficialmente continuasse sendo a capital legal, foi deixando de ser o centro político da capitania. Como se verá adiante, durante o processo de Independência, a província esteve dividida entre os centros de poder de Cuiabá e Mato Grosso, questão que só foi resolvida definitivamente, em favor de Cuiabá, no ano de 1835.¹⁰⁹

Cuiabá, por sua vez, articulava-se ao Centro-Sul por duas rotas, a goiana e a monçoeira paulista e, mesmo enfrentando a crise da mineração e o colapso das finanças provinciais, manteve-se como pólo articulador do Extremo Oeste e centro de irradiação e atração dos avanços posteriores da fronteira de colonização. As vitórias políticas de Cuiabá e a abertura de uma nova rota para Belém terminariam de selar a ruína da antiga capital nas décadas de 1820 e 1830. A partir daí, a decadência foi tamanha que no final do século restavam pouco mais que ruínas de Vila Bela. A cidade capital, construída segundo as normas de um sofisticado planejamento urbano no século XVIII, desaparecera como tal.

Nas primeiras décadas do século XIX, período que nos interessa mais diretamente, a tendência era de um crescimento lento de Cuiabá, de decadência de Vila Bela, além do surgimento de Diamantino, que já em 1820 conta em seu espaço urbano uma população equivalente à da capital. Na esfera de influência do Cuiabá, a nova vila fortaleceria o peso relativo desta região. A partir da abertura da nova rota amazônica, que tinha Diamantino como ponto terminal, o isolamento de Vila Bela se aprofundou ainda mais.

¹⁰⁹ Sobre a transferência do centro de poder e a respeito das disputas políticas na crise da Independência, ver respectivamente os Capítulos 4 e 5.

Fontes: Edivaldo de ASSIS. Mapas de habitantes de mato grosso, 1768-1872, guia de pesquisa. Dissertação de Mestrado- USP, 1994. Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso... op. cit.*

Finalmente, a partir da década de 1830, surge uma nova frente de expansão na Província. Trata-se do avanço da fronteira da pecuária em direção ao Sul¹¹⁰. Tendo como centro de irradiação o povoado de Santana do Paranaíba, este movimento incorporou lentamente a área que forma o atual Mato Grosso do Sul. Já em meados do século, a abertura da navegação pelo rio Paraguai permitiu que se superasse a crise econômica aberta com o esgotamento do ouro. A partir daí, além da pecuária, o extrativismo (erva-mate, poaia e, posteriormente, a borracha) e a agricultura (em especial a cana-de-açúcar) poderão se desenvolver, graças ao inédito acesso direto ao mercado mundial, via bacia do Prata.

Apesar do avanço da pecuária, do extrativismo e da agricultura, e ao contrário do que ocorria em Goiás, Mato Grosso se manteria até o fim do Império como uma província extraordinariamente urbanizada e na qual a população se concentrava principalmente em Cuiabá. Quanto a isso, num estudo sobre a urbanização brasileira, notou Milton Santos, a partir de dados do censo de 1872, que o caso goiano era excepcional dentre as regiões Norte e Centro-Oeste: enquanto no Mato Grosso, no Pará e no Amazonas a população se concentrava em grande parte nas capitais, Goiás seguia a tendência de predomínio rural – que, de resto, era regra para o todo do Império. Segundo os dados do censo, aquelas três províncias brasileiras eram as únicas a reunir

¹¹⁰ Nelson Werneck SODRÉ. *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Coleção Estudos Brasileiros, v. 31. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. Carlos Eugênio NOGUEIRA. *Nos sertões do poente*. *op. cit.* p. 187.

mais de 14% da população nas respectivas capitais. A maior concentração estava em Cuiabá, com nada menos que 59,56% dos mato-grossenses.¹¹¹

¹¹¹ Milton SANTOS, *A Urbanização Brasileira. op. cit.* p. 25. Sobre esses dados, há três ressalvas importantes: primeiro, trata-se da população do município e não apenas da área urbana da cidade, o que indica uma concentração no núcleo central da província; além disso, a relativa imprecisão do próprio censo deve sempre ser tida em conta; finalmente, havia uma grande população indígena não-incorporada que escapava a essas estatísticas.

Capítulo 2

**Sertões limitados por fronteiras: políticas
coloniais e construção do território, Século
XVIII**

Retornemos ao roteiro de d. Antônio Rolim de Moura, agora atentos ao desfecho de sua viagem. Aportando como primeiro capitão-general do Cuiabá e Mato Grosso, nosso viajante foi recepcionado no dia 12 de janeiro de 1751 por ministros, oficiais da câmara, padres e soldados dos dragões e da ordenança da terra, com seus uniformes. Presenças que atestam a construção de uma estrutura de poder nas três décadas anteriores à chegada do capitão-general. Acompanhado por novos funcionários e munido de detalhadas instruções e de uma cópia do recém-assinado Tratado de Madrid, entregue a ele pelo governador do Rio de Janeiro, d. Antônio vinha imprimir nova orientação política sobre um espaço de jurisdição igualmente novo: o da capitania do Cuiabá e Mato Grosso¹. A centenas de léguas dali, d. Marcos de Noronha havia sido empossado dois anos antes no governo das minas de Goiás.

Integradas à colonização como partes do extenso e impreciso território da capitania de São Paulo e localizadas em áreas de soberania duvidosa, as minas do Oeste passavam a constituir jurisdições próprias. Trata-se de um momento de consolidação na passagem da conquista à colonização, sendo esta um

processo de longo prazo que implica, além da integração econômica advinda da valorização do espaço por meio das atividades produtivas, também uma integração política, na qual o desenvolvimento de diferentes formas de controle e soberania traduz-se especialmente no processo de institucionalização e delimitação de fronteiras²

Neste capítulo, abordaremos esses processos, pelos quais as minas do Oeste inicialmente se integraram às estruturas de poder do Império português, integração que envolve a institucionalização e a territorialização daqueles espaços. Em seguida, trataremos de analisar as políticas coloniais para o Oeste, atentando sobretudo para a orientação geopolítica que nelas se fazia fortemente presente e questionando qual o impacto da condição de fronteira na formação do Cuiabá e do Mato Grosso.

É preciso fazer duas ressalvas preliminares. Em primeiro lugar, devido à natureza dos problemas analisados, a capitania de Goiás ocupará pouco espaço neste capítulo. As alterações na política colonial na segunda metade do século XVIII e no início do XIX

¹ “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para Vila de Cuiabá em 1751”. In: Afonso d’Escagnole TAUNAY - *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981. Sobre o encontro com Gomes Freire, Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004. p. 316.

² Carlos Eugênio NOGUEIRA. *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP, 2008, p. 77.

serão tratadas conjuntamente no Capítulo 4. Em segundo lugar, se retomamos a questão da política colonial desde a conquista, isso se deve à percepção de que a simples descrição do enquadramento político-administrativo às vésperas da Independência não daria conta dos referentes territoriais e da experiência política daqueles que, na derrocada do Antigo Regime português, atuaram na formação dos espaços provinciais. Afinal, se a construção do espaço envolve um “aprendizado societário”³, seu estudo não pode se restringir a um quadro estático, mas deve partir da análise de uma trajetória – neste caso, a do acúmulo de experiências no manejo político de territórios.

Antes de iniciarmos nosso percurso, tratemos de esclarecer o que entendemos por políticas coloniais, diante de uma historiografia que tem hesitado em tomá-las como parte importante da história da América portuguesa.

Administração e política colonial

A administração e a política nunca tiveram tamanho destaque nos estudos sobre o período colonial, em geral, e sobre o século XVIII goiano e mato-grossense, em particular. Não se trata aqui de estender-se num debate já bastante conhecido, mas apenas de situar nossas hipóteses no quadro de uma diversificada literatura histórica, desde muito antes da atual “voga do Império” português⁴.

Até o final da década de 1980, o período colonial praticamente monopolizou as atenções dos historiadores que tomaram o Oeste como objeto de análise, destacando-se os aspectos econômicos e políticos da colonização. Portanto, ao contrário do que se possa imaginar, a administração e o poder são temas conhecidos daquela historiografia, sendo expressões claras disso as obras de Luis Palacín, sobre os conflitos em torno da política pombalina em Goiás, de Marivone Chaim sobre os aldeamentos indígenas na mesma capitania, e de Jovam Silva sobre as diretrizes de incentivo ao povoamento em Mato Grosso. Seus objetos eram políticas específicas, formuladas nas altas instâncias do governo ultramarino e implementadas sob as ordens de autoridades coloniais, em especial os capitães-generais.⁵

³ Antônio Carlos R. MORAES. *Ideologias geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. Capítulo 1. Para o conceito de “região”, ver Capítulo 1, especialmente *Da dispersão à unidade: heranças territoriais*.

⁴ Um balanço deste debate encontra-se no capítulo “Política e administração colonial: problemas e perspectivas”, do livro de Laura de Mello e SOUZA. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵ Luis PALACIN. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1983. Marivone Matos CHAIM. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2a. ed. rev. São Paulo: Livraria Nobel, 1983. Jovam Vilela da SILVA. *Mistura de cores : política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso, século XVIII*. Cuiabá : Editora da UFMT, 1995.

Por outro lado, a historiografia mato-grossense é fortemente marcada por um debate sobre a formação das fronteiras e as políticas metropolitanas para a expansão e consolidação da soberania portuguesa na imensa área conquistada para além de Tordesilhas. Tendo sempre as considerações de Jaime Cortesão sobre o Tratado de Madrid como referência, essa discussão implicou a crítica à mitologia bandeirante, que apresentava a incorporação do Oeste como obra de aventureiros quase alheios à política colonial portuguesa. Ao mostrar o quanto a Coroa interferiu no próprio movimento que alargou as fronteiras coloniais e orientou de forma decisiva a consolidação, defesa e reconhecimento da soberania sobre os novos territórios, autores como Jaime Cortesão, David Davidson, Luíza Volpato e Otávio Canavarros sublinharam a geopolítica como dimensão fundamental de uma forma específica de construir o território, e mesmo do viver em colônia.⁶ Em conjunto com as referidas obras sobre políticas coloniais, eles também contribuíram para dar inteligibilidade às diversas esferas da ação governativa sobre aqueles espaços.

Antes desses trabalhos, ainda que a trajetória político-administrativa das duas capitanias fosse bastante conhecida por parte das literaturas históricas regionalistas – afinal a política ocupava o primeiro plano de suas narrativas –, estas não haviam avançado no entendimento dos sentidos das diretrizes coloniais. Autores como Americano do Brasil ou Virgílio Corrêa Filho tenderam, ora à narrativa factual, ora à descrição formal (características, aliás, de quase toda a história política produzida no Brasil até, pelo menos, a década de 1960) e tinham uma ótica excessivamente focada nas ações de cada administrador e em certos episódios pontuais⁷. Como afirma Luíza Volpato, na literatura regionalista (ou “tradicional”), “o estudo da preservação das fronteiras é montado de maneira a transparecer que as iniciativas e as decisões tinham

⁶ Cada um desses autores ofereceu importantes contribuições à história da fronteira Oeste. Jaime CORTESÃO, com seu monumental *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, com 9 volumes de fontes organizadas e anotadas; David DAVIDSON (“How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752” in Dauril ALDEN, ed.: *Colonial Roots of Modern Brazil* Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1973) como o primeiro esforço interpretativo crítico à mitologia bandeirante, a partir da análise da geopolítica especificamente voltada para a fronteira Oeste; Luíza Volpato (*A conquista da terra... op. cit.*), com um estudo sobre as duras condições de vida que a conquista da fronteira implicava; e Otávio CANAVARROS, sobre o *Poder Metropolitano em Cuiabá (op. cit.)*, trabalho que devassa um *corpus* documental impressionante.

⁷ Por outro lado, os estudos que, por diversos caminhos, buscaram uma história social daquele espaço – como Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda – pouco se interessaram por questões dessa natureza. Americano do BRASIL. *Súmula de História de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961. Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969. Sobre a historiografia política e administrativa no Brasil, ver Laura de Melo e SOUZA, “Política e Administração...”, *op. cit.*

na Capitania seu ponto de partida e sua definição”⁸. Quando aponta para algum sentido mais amplo no governo das capitanias, este é o da opressão fiscal das minas e da defesa da fronteira à custa do sangue e das fazendas dos colonos, verdadeiros responsáveis pelo recuo do meridiano, numa visão dualista da relação colonial, que há muito vinha sendo superada.⁹

Portanto, percebe-se com os estudos de políticas coloniais que as variações freqüentemente apresentadas pelas narrativas regionalistas como conseqüências da maior ou menor capacidade de um capitão-general ou como resultado das paixões pessoais de um ouvidor, muitas vezes encobrem mudanças de fundo no sentido que aqueles espaços tinham para a Coroa portuguesa. Por outro lado, esses trabalhos permitem que se compreenda o contexto mais geral das políticas para as capitanias, seja através da comparação com outros casos, seja pela análise de sua formulação nas altas esferas da administração¹⁰.

Este era o quadro da historiografia político-administrativa antes da renovação de problemas, objetos e métodos ocorrida nas duas últimas décadas. Para o que nos interessa diretamente, esta renovação trás pelo menos três alterações significativas. Em primeiro lugar, ela parte da busca pela compreensão de um universo jurídico e político próprio da Época Moderna e que, visto da ótica da ordem liberal oitocentista, foi freqüentemente entendido, ora como desordem, ora como domínio arbitrário e absoluto¹¹. Revisitada a partir de sua matriz jurídica e societária – o Antigo Regime português – a administração colonial pode ser compreendida com maior rigor pelo estudioso contemporâneo. Em segundo lugar, o diálogo com os brasilianistas que há muito consideravam a abrangência imperial lusitana, e a conseqüente crítica a um recorte nacional anacrônico quando transposto ao universo colonial (os estudos sobre o “Brasil Colônia” dando lugar aos estudos sobre o Atlântico Sul) levaram a uma

⁸ Luiza Rios Ricci VOLPATO. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo, HUCITEC, 1987, p. 18. Ainda segundo a autora: “*Esses estudos perspectivam o enfoque político-administrativo e conferem autonomia exagerada à ação individual dos personagens históricos, no caso os capitães-generais, que pairam acima dos interesses da população e à parte da política colonial portuguesa.*”, p. 22.

⁹ O entendimento da relação colonial como dominação externa e não pactuada está presente de diversas formas nos regionalismos. Esta visão vem sendo superada desde a primeira metade do século XX, mas teve como importante marco a obra de Fernando Antonio NOVAIS - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6a edição, São Paulo, Hucitec, 1995 (tese de 1973).

¹⁰ Por exemplo, a comparação das políticas indigenistas goiana e amazônica, por Marivone CHAIM (op. cit.) e a análise da geopolítica a partir, não apenas de fontes locais, mas principalmente da diplomacia e no conselho ultramarino, por Otávio CANAVARROS (op. cit.).

¹¹ Sobre esta questão, Laura de Melo e SOUZA, “Política e Administração...”, op. cit p. 27-41.

valorização da idéia de um Império português¹². Em terceiro lugar, tal renovação trouxe uma mudança de perspectiva com implicações importantes no plano do método e na interpretação das relações de poder na América portuguesa. Quanto a isso, lembremos que os trabalhos sobre as políticas coloniais tendiam a partir da ótica do Estado metropolitano, questionando como e por que foi formulado este ou aquele projeto e verificando em que condições e com que eficácia ele foi implementado. Uma inversão radical ocorreu nas últimas décadas, com as análises focadas na dinâmica local, conferindo destaque às estratégias das elites coloniais, no exercício dos poderes dos quais dispunham com razoável autonomia.¹³

O Antigo Regime como matriz da administração colonial, o Império português como universo de relações no qual se insere cada espaço particular, o exercício do poder local como objeto privilegiado de pesquisa: cada uma dessas viragens na historiografia político-administrativa tem frutificado em estudos monográficos diversos e profundamente distintos das análises empreendidas até então. Nesse ponto, interessa ressaltar que uma das conseqüências desta perspectiva tem sido o tendencial abandono das políticas coloniais como objetos de pesquisa e mesmo como realidades a serem consideradas no estudo da administração na América portuguesa.

Exemplo disso é a recente dissertação de Fernando Lobo Lemes, intitulada *A Oeste do Império: dinâmica da Câmara Municipal na última periferia colonial*. A proposta da investigação, explica o autor, é deslocar

a ótica de um esforço historiográfico que insiste numa relação unilateral de dependência e submissão da periferia com relação ao centro, da colônia em relação à metrópole, para uma dinâmica das relações de poder que contempla, sobretudo, a capacidade de articulação e negociação da periferia, [com o que] buscamos desvendar um processo que tende a deslocar o poder absoluto e hegemônico da metrópole do seu lugar privilegiado, cedendo espaço para que se possa ao menos ver e admitir a complexidade das relações e interesses em jogo nas Minas e Capitania de Goiás.¹⁴

¹² Dentre os brasilianistas, especialmente Charles BOXER. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Quanto à abrangência do Atlântico Sul, Luiz Felipe de ALENCASTRO. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico. Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³ Apenas a título de exemplo, em coletâneas voltadas para o Império português, mesmo quando focadas política e na administração, praticamente não se fala em políticas coloniais. João FRAGOSO; Maria Fernanda Baptista BICALHO; Maria de Fátima Silva GOUVÊA (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vera Lúcia Amaral FERLINI, Maria Fernanda BICALHO (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁴ Fernando Lobo LEMES. *A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Goiânia : UFG, 2005. Dissertação de mestrado. p. 21

Elaborada a partir de exaustiva análise nas fontes do poder local goiano, a dissertação insere-se nos marcos dessa renovação, adotando especificamente os pressupostos de Antônio Manuel Hespanha para o entendimento da administração colonial. Como consequência, apesar de tratar de um estudo das relações de poder num período marcado por projetos de vulto, como os aldeamentos indígenas e as tentativas de superação da crise da mineração, as políticas coloniais escapam de sua perspectiva¹⁵. O problema decorre justamente da adoção incondicional de um tipo de interpretação que parte da inexistência de diretrizes metropolitanas no governo do Império português, especialmente nos séculos XVI e XVII. Neste ponto, como em toda a exposição de Lemes, são os textos de Hespanha que se fazem mais presentes. E dentre estes, especialmente sua contribuição para a obra *O Antigo Regime nos Trópicos*.

Propondo a “revisão de alguns enviesamentos correntes”, o historiador logo indica que sua crítica tem por objeto a vinculação da historiografia brasileira a

um discurso narrativo e nacionalista, no qual a Coroa portuguesa desempenhava um papel catártico de intruso estranho, agindo segundo um plano ‘estrangeiro’ e ‘imperialista’, personificando interesses alheios, explorando as riquezas locais e levando a cabo uma política agressiva de genocídio com relação aos locais¹⁶

Como resposta a este quadro, propõe que “a tradicional imagem de um Império centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole” não se sustenta, dada a pluralidade de laços políticos e a “inexistência de um modelo ou estratégia gerais para a expansão portuguesa”¹⁷. Destaquemos, primeiramente, que a crítica de Hespanha é, em boa parte, pertinente, mas que faz muito mais sentido se referida às tradições dualistas de estudos coloniais (caso dos diversos regionalismos, por exemplo) do que referida à linhagem dialética. É interessante que, ao indicar em nota qual seria a historiografia portadora desse “enviesamento”, o autor acaba por restringir um quadro, a princípio tão

¹⁵ Após demonstrar, com farta documentação, um quadro complexo e permeado de conflitos entre *homens bons* de Vila Boa e autoridades régias, em especial os capitães-generais, conflitos estes reveladores de uma infinidade de aspectos das relações entre Estado e sociedade no universo goiano, as conclusões às quais chega o autor são surpreendentemente modestas: pouco mais que uma confirmação (ainda que relativizada) da autonomia do poder local. Com todas as críticas que hoje podem ser feitas à incompreensão das especificidades do poder no Antigo Regime, um estudo como o de Luís Palacín, sobre a administração pombalina em Goiás, tem o mérito de propor-se a responder questões de maior alcance, por não passar ao largo do sentido das políticas coloniais. Fernando Lobo LEMES. *op. cit.* Luís Palacín. *Subversão e corrupção... op. cit.*

¹⁶ Antônio Manuel HESPANHA. “A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes”. In João FRAGOSO *et. al.* *O Antigo Regime nos Trópicos. op. cit.* p. 168.

¹⁷ Idem. p. 188 e p. 169.

amplo, à obra de Raymundo Faoro, que há muito não é exatamente uma interpretação “corrente” da administração colonial.¹⁸

Além disso, é importante lembrar que o texto reconhece a incompletude do quadro proposto e a existência de alterações no final do século XVIII, quando teria se tornado possível a implementação de uma estratégia sistemática para a colonização, graças à relativa centralização da administração do Império. É nesta periodização que reside, segundo nosso entender, o maior problema da adoção dos pressupostos de Hespanha. Pois ao contrário do que sugere o autor, na base dessas alterações não estão apenas as “intenções centralizadoras pós-revolucionárias” a partir da década de 1770, mas a complexificação do universo colonial desde a descoberta das Minas Gerais e um lento e descontínuo processo de reorganização da administração, que tendia, desde fins do século XVII, à racionalização e à centralização.

Aqui, vale lembrar que essa ressalva à leitura de Hespanha já foi feita por Nuno Monteiro e, mais recentemente, por Laura de Mello e Souza, para quem

sua análise vale sobretudo para o século XVII, deixando de funcionar no mundo complexo do século XVIII, quando o equilíbrio do Império e as políticas metropolitanas se alteraram profundamente – seja no meado do governo de Dom João V, seja com o consulado pombalino.¹⁹

O Império português como um todo não passou incólume a esse processo. Muito menos aquela parte não desprezível do Império que foi incorporada à colonização já no século XVIII. É o caso do Oeste, mas também das Minas Gerais, conquistadas desde pouco antes, mas consolidadas como território de soberania portuguesa no início do Setecentos. O século das luzes é também o século do ouro e, conseqüentemente, da necessidade de organizar agrupamentos humanos que surgiam às dezenas e que cresciam num ritmo inédito em toda a história do império ultramarino. Foram revolucionadas as estruturas demográficas e econômicas da América portuguesa, mas também alterou-se profundamente a importância política destas colônias no todo do

¹⁸ Idem. p. 168, nota 5. Ainda que se refira a Caio Prado Jr., Hespanha é levado a relativizar a tal ponto sua inclusão que é difícil não percebê-lo como excluído do quadro traçado. Por outro lado, mesmo não sendo mencionada no texto, a obra clássica de Fernando NOVAIS (*op. cit.*) está claramente no escopo dessa crítica. Trata-se de uma perspectiva sistêmica que introduz o enquadramento geral da colonização, sem matizar a multifacetada experiência colonial – o que, afinal, só poderia ser feito com o avanço de estudos monográficos –, mas cujo objeto específico de estudo é um conjunto de políticas coloniais. Talvez resida nessa crítica a tendência de deslegitimação das diretrizes políticas da Coroa como objeto de estudo. De Caio PRADO JR, especialmente o capítulo “Administração” de *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12a edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.

¹⁹ Laura de Melo e SOUZA, “Política e Administração...”, *op. cit* p. 49.

Império português, como já pronunciava o autor da primeira história das minas de Goiás, em 1783:

[...] Tempos depois se acharam Minas de ouro e com estas e outras conveniências que se davam e prometia a fertilidade do País, e riquezas que com o tempo se foram descobrindo pelo Sertão, e tiveram aumento os Povos e o Estado, que forma hoje o principal objeto da Nação²⁰.

Os domínios americanos eram “o principal objeto da Nação” portuguesa, e quanto a isso qualquer secretário de Estado concordaria com o cronista goiano. Foram, por isso mesmo, o foco das políticas coloniais a partir de então. E dentre esses domínios, acima de tudo, as minas, nas quais se impunha um controle mais rígido, não só do fisco, mas do fluxo de pessoas, da divulgação de informações sobre as colônias, da força militar para defendê-las em contexto de acirrada concorrência no mundo europeu²¹.

Ademais, como ensina Hespanha, é próprio da colonização do Antigo Regime a existência de “um estatuto colonial múltiplo”, com uma “pluralidade de tipos de laços políticos”²². Quanto a isso, lembremos que, quando descobertas as diversas minas, muitas vilas e cidades da América portuguesa contavam mais de um século de negociação e conflito envolvendo, por um lado, a Coroa e seus agentes e, por outro, súditos organizados em torno de instituições específicas e referidos a uma territorialidade e a uma trajetória particular. Esta acumulação desigual de experiências implica desigualdades em termos de autonomia e de margens para negociação de um estatuto colonial específico.

Entendemos, portanto, que o universo descrito por Hespanha não é o de d. Antonio Rolim de Moura e dos oficiais que o aguardavam no porto de Cuiabá. Não restam dúvidas de que não havia – seja antes ou depois de Pombal - um projeto colonial monolítico ou um controle estrito e centralizado da vida colonial, sendo esta uma das razões da inatualidade de *Os Donos do Poder*. Porém isso não implica a inexistência de políticas coloniais, na medida em que o Estado se dota de meios para intervir decisivamente na colonização, o que não ocorre instantaneamente e, portanto, de forma alguma se restringe às últimas décadas do século XVIII.

²⁰ “Relação do primeiro descobrimento das minas de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, escrita por José Ribeiro da Fonseca.” In *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783* (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo I, p. 45.

²¹ Laura de Mello e SOUZA. “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. In: *O Sol e a Sombra. op. cit.* p. 78-108.

²² António Manuel HESPANHA. “A constituição do Império Português...”. *op. cit.* p. 170 e p. 172.

Se atentarmos para o *corpus* documental representado pelos diversos regimentos e instruções aos capitães-generais, é a coerência de suas políticas que salta aos olhos. Mais importante ainda é que, se cruzarmos estas instruções com outras fontes em busca do que de fato se concretizou, veremos um sistema de defesa da fronteira e uma política indigenista que se fizeram primeiro no papel, para então se materializarem em fortes e aldeias. Entre a formulação e a implementação estão, é claro, as relações de cooperação e conflito com os colonos, que, com os meios disponíveis, defendiam seus interesses, fazendo valer a relativa autonomia e capacidade de negociação e de articulação com as quais indubitavelmente contavam. O problema de partir da perspectiva estritamente local – da “margem”, como coloca Lemes²³ – é a perda dos sentidos mais amplos das políticas coloniais, entendidas aqui como conjuntos de medidas formuladas nas altas esferas da administração do Império Português (em especial o Conselho Ultramarino) com uma orientação relativamente coerente no tempo, voltadas para a resolução de problemas específicos da colonização.

Entendemos que, se é verdadeiro que uma percepção do Brasil como um todo coeso surgiu no interior da alta administração imperial, também o é que esta percepção resulta, sobretudo, dos problemas colocados pela colonização de suas diferentes partes e de sua resolução desses, com maior ou menor êxito, o que passava pelas políticas coloniais. Não é de se estranhar, portanto, que nas narrativas dos *Anais das Câmaras*, tão próximas da perspectiva dos colonos, dificilmente se percebe uma política colonial coesa, mas sim o “despotismo” ou o “bom governo” de cada administrador. Afinal, o universo imediato de suas experiências nunca foi do todo do Império e dos problemas mais gerais colocados pela colonização.

Por não ser a política colonial simples fruto dos caprichos de cada capitão-general e menos ainda das paixões pessoais de cada ouvidor, importa considerar quais eram, afinal, as diretrizes políticas que davam sentido à ação desses administradores - as resultantes a longo prazo mais que as motivações imediatas. A partir delas podemos perceber em que medida a trajetória política colonial contribuiu para delimitar os campos de possibilidades inscritos no processo de construção dos espaços políticos provinciais. Tal proposta envolve uma sistematização e uma periodização das políticas

²³ Por outro lado, a perspectiva local e focada no espaço colonial tem a vantagem de desvendar o entendimento que os luso-americanos tinham do processo. A experiência do manejo do poder local será retomada em outro ponto desta dissertação. Quanto a este aspecto da “herança colonial”, um trabalho como o de Fernando Lobo Lemes tem grande importância.

para o Oeste, dado que a caracterização de um “período colonial” é insuficiente para dar conta das inflexões dessa trajetória.

Nossa análise se abre com a política de colonização propriamente dita, ou seja, a institucionalização e a territorialização do Cuiabá, a partir de 1719, e de Goiás, após 1726. Em seguida, enfocaremos o período aberto na década de 1730, quando ocorreu a formulação e o início de implementação de uma geopolítica para a fronteira Oeste, tendo como marcos de consolidação a fundação das duas capitanias e a assinatura do Tratado de Madrid. A segunda metade do século XVIII é o período de predomínio da geopolítica da fronteira na capitania de Cuiabá e Mato Grosso, tendo como importante consequência a diferenciação radical entre os dois distritos.

A institucionalização e a territorialização das minas

Incorporadas por consequência de descobertas de ouro em espaços de soberania incerta, a poucas léguas de aldeias castelhanas, as *minas* e *conquistas* cuiabanas tiveram nessas duas características os eixos das políticas da Coroa portuguesa no século XVIII. Como área de mineração, Cuiabá partilhou com Minas Gerais e Goiás uma formação territorial marcada pelas áreas e caminhos interditos e um predomínio urbano que tornava mais presente e, sobretudo, mais visível a autoridade régia. Como área de fronteira externa, partilhou com as capitanias do extremo-sul da colônia políticas que podiam variar de uma extremada prudência a um expansionismo.

Por mais decisivo que seja o papel da geopolítica da fronteira na formação do Cuiabá, nunca se deve perder de vista que foi na condição de minas que esse espaço primeiramente se integrou ao Império português. A começar pelo caráter abrupto, urbano e descontínuo da colonização mineradora, que implicava formas de institucionalização diferenciadas. Após a experiência conflituosa das Minas Gerais, a Coroa precava-se cuidadosamente dos desmandos dos descobridores. Tanto no Cuiabá, como em Goiás, funcionários, instituições e leis aportaram quase que de um golpe, num estabelecimento de controle régio sobre minas que, nos primeiros tempos, eram pouco mais que acampamentos de sertanistas. Aqui é preciso fazer uma ressalva a um mito de origem central para os regionalismos goiano, mato-grossense e paulista: a dicotomia entre a liberdade bandeirante e a opressão da institucionalização das minas.

a) integração específica vs. liberdade originária

Tomando mais uma vez as obras de Virgílio Corrêa Filho e de Americano do Brasil como parâmetros, nelas temos a imagem de bandeirantes quase alheios à ordem estatal até serem tolhidos violentamente em sua liberdade por uma ação administrativa fundada na opressão fiscal²⁴. O primeiro problema desse viés é que, com ele, desaparece a integração dos próprios sertanistas às estruturas de poder da Monarquia, mesmo antes das descobertas. Como demonstrou Carlos Rosa, no tocante ao Cuiabá, o perfil dos “principais paulistas” que primeiro chegaram àquelas minas incluía homens letrados, experientes no exercício do governo colonial, que haviam passado a maior parte da vida habitando espaços urbanos e que conheciam há muito a exploração de ouro, em especial em Curitiba e nas Minas Gerais. Como consta do *Termo que fizeram os primeiros exploradores que se acham nas minas de Cuiabá*, pesou na escolha de Fernando Dias Falcão como capitão-mor ter este “toda a capacidade e ser das principais famílias da cidade de São Paulo, muito opulento, e haver exercitado e ocupado muitos postos no serviço de Sua Majestade”²⁵. Acrescentemos que muitos desses homens não deixavam de ser sertanistas preadores de índios, que em certos casos passavam anos a fio percorrendo os sertões distantes, assim como não deixavam de ter costumes, valores e identidades que os diferenciavam dos demais portugueses, tanto do Reino, como de outras parte da América. Porém, nada disso implica a imagem mítica de uma sociedade isolada, para a qual era insignificante, ou mesmo ausente, a autoridade colonial.

Pelo contrário, ao estabelecerem novos instrumentos e espaços institucionais para as diferentes minas, os capitães-generais de São Paulo entraram em rota de colisão com alguns dos descobridores que, munidos de regimentos e cartas régias e, ao mesmo tempo, da condição de serem dos principais paulistas, eram ciosos de sua autonomia e de sua autoridade na resolução de tudo que concernisse aos descobertos. Nesse sentido,

²⁴ Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso. op. cit.* Capítulo V. Americano do BRASIL. *Súmula de História de Goiás. op. cit.*, “Da superintendência à ouvidoria de Goiás. 1728 a 1748”.

²⁵ APMT/DHMT – 6 de novembro de 1720, Doc. 4. Quanto à experiência governativa e “citadina”, Carlos Rosa apresenta diversos casos, inclusive o de Fernando Dias Falcão. Seu currículo inclui os ofícios de capitão-mor de ordenanças, sargento-mor, capitão-mor, além de juiz ordinário e de órfãos em Sorocaba; provedor da Fazenda Real e de defuntos e ausentes, além de novamente juiz ordinário e de órfãos em Pitangui, vila mineira de cuja fundação participou, em 1715; e finalmente a aclamação no Cuiabá, para onde havia partido com quarenta escravos, dentre os quais ferreiros, carpinteiros e alfaiates, além de outros sertanistas experientes na exploração de ouro. Quanto a este conhecimento da mineração, se a ressaltamos (uma vez mais, seguindo a obra de Carlos Rosa) é por ser bastante comum uma leitura pouco crítica dos cronistas coloniais que atribuem a episódios casuais (quando não à Divina Providência) a sequência de descobertas de ouro, quando a experiência dos sertanistas na mineração deixa clara a existência de um saber constituído a orientar as explorações nos sertões. Exemplo disso é Pascoal Moreira Cabral Leme, guarda-mor do Cuiabá, que era filho de um mineralogista reinol e tinha experiência na exploração de ouro nas minas de Curitiba.

o conjunto de episódios conhecido como Guerra dos Emboabas, no qual tiveram parte muitos dos que viriam a ser descobridores do Cuiabá e de Goiás, é bastante elucidativo da forma particular de inserção política dos sertanistas paulistas na Monarquia portuguesa. Isso porque foi em torno da vigência dos acordos negociados e pactados com base no “direito de conquista” que se centrou a tensão entre paulistas e emboabas nas Minas Gerais, desdobrada em confronto aberto em 1707.²⁶ O início da exploração das minas era resultado de acordos entre sertanistas e a Coroa, envolvendo ofícios, mercês e privilégios; poderes que, controlados pelos paulistas, foram instrumentalizados para a exclusão dos adventícios, acirrando as tensões, de resto bastante comuns em *rushs* mineradores.

Não se tratava, portanto, de um movimento de expansão fora do controle estatal, repentinamente oprimido pelo Estado, mas de relações pactadas entre súditos e soberano, relações estas freqüentemente tencionadas, em especial quando se entendia haver a quebra de uma obrigatória reciprocidade, segundo padrões do Antigo Regime. Se assim entendemos, tampouco podemos tratar a institucionalização das minas do Oeste como a montagem de um aparelho burocrático sobre uma liberdade originária, imagem que está no cerne do principal mito de origem regionalista goiano, mato-grossense, mas antes de tudo paulista. Afirmá-lo não implica negar o caráter abrupto da institucionalização, mas simplesmente distinguir o “limiar espaço/território” de uma ausência do Estado, pura e simplesmente²⁷.

Quanto à rápida institucionalização das minas, nada é mais elucidativo que as diferentes trajetórias administrativas das vilas da América portuguesa. Nas regiões de expansão agropecuária, a norma era um desenvolvimento relativamente lento dos agrupamentos: de um pouso, fazenda ou outro tipo de estabelecimento passava-se à construção de uma igreja, o que por vezes levava à criação da *freguesia*, menor circunscrição eclesiástica e base institucional e territorial que, a depender de seu

²⁶ Sobre a Guerra dos Emboabas, uma das referências mais atualizadas é o capítulo de Adriana ROMEIRO. “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações” In: Maria Efigênia Lage de RESENDE e Luis Carlos VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia Tempo, 2007, v. 1, p. 529-548. Convém fazer aqui a ressalva de que não compartilhamos de toda a interpretação proposta pela autora, que atribui acima de tudo a um choque de culturas e valores uma série de conflitos que se dão em torno de interesses bastante concretos, tais como a posse de lavras de ouro, os ofícios da administração e vultosos contratos fiscais. Sobre a trajetória dos descobridores do Cuiabá, ver Carlos Rosa, (*A Vila Real... op. cit.* Capítulo 2.). Não encontramos estudos com enfoques semelhantes sobre Goiás, mas ainda que dispersas as informações sobre essas trajetórias podem ser encontradas em José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás*. (Brasília, Ipiranga, 1979) e na *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783 (op. cit.)*.

²⁷ Maria Efigênia Lage de RESENDE e Luis Carlos VILLALTA (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, p. 32

crescimento e de fatores governativos, poderia vir a originar uma *vila*. Nas minas, pelo contrário, o rápido crescimento e a inexistência de assentamentos anteriores nas proximidades dão lugar ao surgimento de *arraiais* mineradores, de forma tão abrupta que a organização civil, judicial e principalmente fiscal antecede, em certos casos, a própria construção de uma igreja e, com ela, a criação de uma *freguesia*. É o que ocorreu nos arraiais do Cuiabá e de Santana (núcleo que originou a Vila Boa de Goiás), mas não apenas neles, como se depreende da anotação de Saint-Hilaire, ao perceber, em Santa Catarina, uma diferença de nomenclatura para os povoados que não contavam com *status* de município, diferença esta fundada numa trajetória diferenciada das regiões de minas:

Nota-se que na província de Santa Catarina não se usa, como em Minas [Gerais], o termo arraial para designar os povoados, mas freguesia. Arraial, propriamente dito, significa acampamento, e acampar era o que realmente faziam os primeiros mineiros. A grande quantidade de ouro, porém, que eles encontravam em certos lugares decidia-os a aí se fixarem, e a palavra arraial foi pouco a pouco perdendo a sua significação. Nada parecido ocorrera em Santa Catarina, onde não existiam minas a explorar.²⁸

Simple acampamentos, esses *arraiais* mineradores foram objetos de sucessivas ações de institucionalização, conforme, pela própria dinâmica da mineração, tendiam a se consolidar. Entre a provisoriedade dos acampamentos e a vida urbana está uma política de colonização, com traços semelhantes nas diferentes regiões de minas. Trata-se de processos marcados pela descontinuidade, com rupturas e momentos de aceleração das transformações nas primeiras décadas após os descobertos.

b) Cuiabá

A institucionalização do Cuiabá se inicia com a eleição de um guarda-mor, em 1719, mas tem como marco iniludível o ano de 1727, com a permanência do capitão-general de São Paulo naquelas minas e a fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Trata-se de um momento crucial para a institucionalização, pois “falar em ‘fundação de vila’ no Cuiabá significa referir a criação de câmara, com eleições, estatutos e posturas municipais, normatização da edificação, da higienização, da saúde,

²⁸ Chegamos à citação, extraída de sua *Viagem à Província de Santa Catarina* (1820), através do capítulo “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”, de autoria de Fernanda Borges de MORAES, que compõe o primeiro volume da *História de Minas Gerais- As Minas Setecentistas*, op. cit. p. 64. Segundo o dicionário de Bluteau (BBD), arraial era “o alojamento de um exército em campanha”, o que confirma a origem atribuída por Saint-Hilaire. José Roberto do Amaral Lapa afirma que também na navegação do Guaporé e do Madeira, arraial era o “nome dado comumente aos acampamentos”. J. Roberto do Amaral LAPA. “Do Comércio em Área de Mineração”. in *Economia Colonial*, São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 45.

da alimentação, das festas”²⁹, enfim de todo um conjunto de práticas governativas. Momento essencial também para a territorialização, pois criar *vila* implicava delimitar seu *termo*, espaço de jurisdição da câmara que servirá de base para a criação da capitania e para toda a formação territorial³⁰. Afinal, ao contrário do que ocorrera com as donatárias do litoral, nas capitanias do interior a delimitação de jurisdições seguia de perto os passos dos colonos, mas não os precedia. E dada a descontiguidade das conquistas, a territorialização é definida tendo como eixo o incipiente centro urbano de Cuiabá, sem que fossem claros os limites de sua jurisdição. Antes de ser uma área de soberania passível de ser representada num mapa, o território é ali definido como o espaço da experiência concreta da conquista, deixando os limites formais para serem definidos no futuro. Em termos da época, “[...] como este sertão é tão dilatado, fica todo sendo o Termo desta Vila; e somente povoando-se em algum tempo poderá haver demarcação [...]”³¹.

Além da fundação da vila, com a expedição de Rodrigo Cezar – a maior da história das monções paulistas – chegaram também as cartas de nomeação e de patentes. Eis que em 1728, já nos deparamos com uma folha de pagamento com dezenas de escrivães, meirinhos, tesoureiros, alcaides, etc.; e com vinte e uma patentes militares concedidas pelo capitão-general.³² Em suma, foi no curto período de sua permanência naquelas minas (novembro de 1726 a junho de 1728), que se estabeleceu a organização judicial, eclesiástica, militar, fazendária e que se reviu a política fiscal. À mesma época foi organizada a posse da terra – tanto das lavras, divididas em datas, quanto das sesmarias, de uso agropastoril – e foram estabelecidas normas para o controle da mão-

²⁹ Carlos Alberto ROSA. “O urbano colonial na terra da conquista”. ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *A terra da conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana. Pp. 11-13.

³⁰ Um primeiro passo nesse sentido se percebe no Regimento de Lourenço Leme, de 1723, que advertia que “lhe pertence a sua jurisdição os sítios que estiverem, do Rio Grande [Rio Paraná] correndo para as ditas Minas do Cuiabá”, mas foi, sem dúvida o município que delimitou de forma estável um território referido a uma coletividade – os povos das minas do Cuiabá. “Regimento que levou Lourenço Leme para se estabelecer a cobrança dos quintos por bateia nas Minas do Cuiabá.”, 10 de junho de 1723. APMT/DHMT, Doc. 7, p. 31.

³¹ *Apud* Carlos Rosa (*A Vila Real... op. cit.* p. 102). Esse tipo de espacialização, de espaços não contíguos, gerou uma infinidade de questões de limites entre as capitanias, províncias e estados. Para se ter uma idéia, no caso goiano, houve disputas territoriais, em parte fundadas na inexistência dos limites coloniais, com o Pará, o Maranhão, Minas Gerais e o Mato Grosso, em certos casos, estendendo-se até o período republicano. Afinal, no documento de fundação da capitania, marcava-se a divisa “por onde parte o mesmo Governo de São Paulo com os de Pernambuco e Maranhão”. (“Parecer do Conselho Ultramarino e despacho do Rei sobre a conveniência de se estabelecerem governos separados em Goiás e Mato Grosso, frisando-se a importância estratégica deste último território.” In Jaime CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco. Parte III, Tomo II, p. 129). Tente agora imaginar o leitor o que significava, na prática, uma fronteira entre São Paulo e o Maranhão.

³² Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 112 e p. 97.

de-obra escrava e indígena “administrada”³³. Já em 1727 era publicado o regimento dos capitães do mato, com uma tabela detalhada das quantias a serem pagas por escravo, segundo as distâncias em que fossem encontrados. É possível que se trate da mais antiga relação de povoados e referentes geográficos da região, uma territorialização que partia das necessidades práticas da conquista.³⁴ Nos marcos do regimento, partiu no mesmo ano a bandeira que destruiu o primeiro quilombo dos arredores do Cuiabá.

Em 1729, outra monção – talvez melhor definida como uma procissão sobre canoas – levou de Camapuã a imagem do Senhor Bom Jesus, padroeiro de Cuiabá. Um dos fundamentos da *conquista* que se empreendia, a expansão da fé demandava sua organização nesses novos espaços, ainda sem envolver a atividade missionária junto às nações indígenas - a princípio proibida em áreas de mineração. Como em todo o mundo português, cada núcleo minimamente povoado e estável requeria seus templos, que por sua vez deveriam necessariamente estar integrados numa estrutura de poder da Igreja. No Oeste, as freguesias e “vigaiarias” permaneceram sujeitas ao bispado de São Paulo, dado que a criação, por razões geopolíticas, das prelazias de Cuiabá e de Goiás, em 1745, permaneceu letra morta até pelo menos 1782, quando se nomeou os primeiros prelados. Nomeação que também não significou a posse efetiva do posto, ocorrida em Cuiabá só em 1803 e em Goiás, em 1824.³⁵

Instituições, ofícios e leis que permitiram a consolidação daquele agrupamento, pois mesmo que a organização da vida civil pudesse afastar alguns moradores, em especial pelo rigor fiscal que implicava³⁶, fato é que, no geral, a ação governativa fundada na instituição municipal em muito contribuiu para a fixação do povoamento. Percebemos, através de uma série de medidas governativas que o caráter urbano das regiões de minas não decorre apenas da ocupação centrada em torno de umas poucas

³³ A este respeito, ver Carlos Alberto Rosa (*A Vila Real... op. cit.*) e Otávio CANAVARROS (*op. cit.*).

³⁴ “Registro de Regimento para os Capitães do Mato” – 30 de março de 1727. APMT/DHMT, Doc. 13, pp. 45-46

³⁵ As informações têm por fontes a obra de Otávio CANAVARROS (*op. cit.*, p. 140) e o portal CNBB, Regional Oeste 2 (<http://www.cnbbo2.org.br>).

³⁶ Nas palavras de Augusto LEVERGER, fundada a Vila de Cuiabá, a “discórdia” entre autoridades, “os pesados tributos e o rigor com que os cobravam, desgostaram o povo, dando em resultado que muitos habitantes fugiram para São Paulo; outros foram para as minas de Goiás, e outros finalmente internaram-se pelos sertões em busca dos gentios Parecis e Bororos, para reduzi-los ao cativoiro.” Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19), p. 16-17. Sobre a conjuntura crítica, imediatamente posterior à fundação da Vila, ver a Representação do Senado da Câmara ao Rei, transcrita integralmente por Otávio CANAVARROS (*op. cit.*), p. 104-105. Ainda que possam ter sido amplificados, tanto a miséria, quanto o papel que nela teve a institucionalização das minas, os dados demográficos são coincidentes com a narrativa, pois a chegada do governador marca um forte refluxo.

lavras, mas também de uma política de urbanização³⁷. Principalmente por imperativos de defesa (sobretudo frente às nações indígenas), de tributação e de distribuição da justiça (pela maior dificuldade de controlar uma população dispersa), interessava à Coroa incentivar a fixação dos povoadores nuns poucos núcleos, nos quais se concentrassem sujeitos às instituições régias. Além disso, não se deve perder de vista que a política de urbanização confere um caráter permanente a uma ocupação que até então poderia ou não resultar em colonização definitiva.

Nas minas cuiabanas, pela pequena extensão da área conquistada e dada a escala diminuta dos agrupamentos, somente a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi objeto de institucionalização nos primeiros tempos. Único centro de irradiação e atração da colonização do Extremo Oeste até a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, Cuiabá reuniu por algumas décadas todo o aparato administrativo da região: sediava o município, a prelazia (vacante), o fisco (com a Casa de Fundição) e a ouvidoria, que delimitava o espaço daquelas minas. Até a descoberta das minas de Mato Grosso (e a concomitante formulação de uma geopolítica da fronteira) existiam, para além da vila, uns poucos arraiais mineradores, a fazenda e varadouro de Camapuã e a incipiente ocupação de Santana de Serra Acima.

c) Goiás

O processo se repetiria, em parte, nas minas de Goiás, onde tão logo encontrado ouro, Bartolomeu Bueno da Silva foi nomeado superintendente. Ali, muito mais do que no Cuiabá, os arraiais se multiplicaram. No arraial de Meia Ponte, logo se nomeou outro superintendente, dividindo-se assim as minas em dois distritos. Em 1735 criou-se a Ouvidoria das minas, dando-se por extinta a superintendência do Anhanguera e, no ano seguinte, partiu o capitão-general de São Paulo, Antonio Luis de Távora, com propósito em tudo semelhante ao da viagem de seu antecessor ao Cuiabá. Falecendo durante a jornada, sua missão foi cumprida por d. Luiz de Mascarenhas, que em 1739, seguindo ordens régias, instalou uma vila no arraial que considerou mais conveniente, criando assim a Vila Boa de Goiás³⁸.

³⁷ A tese de Carlos Alberto Rosa foi radicalmente inovadora, ao trazer a tona exatamente o componente urbano da colonização do Cuiabá e ao demonstrar, a partir das tramas de interesse e dos conflitos pelo espaço da vila, como uma política de colonização pode estar obscurecida sob a aparência da desordem de uma cidade semeada. *A Vila Real. op. cit.*

³⁸ Americano do BRASIL. *Súmula de História de Goiás. op. cit.*, “Da superintendência à ouvidoria de Goiás. 1728 a 1748”.

Nessas minas, o adensamento da colonização, com a criação de uma rede de arraiais subordinados a Vila Boa, levou a uma organização mais complexa do território, com a divisão das minas em dois distritos e o estabelecimento de uma segunda Casa de Fundição, em Crixás. Mas foi na generalização dos julgados que sua organização foi peculiar, talvez única na América portuguesa. A origem da instituição na capitania está ligada à necessidade de ordenar a profusão de achados nos tempos da conquista, através da nomeação de juízes e outros oficiais, que em conselho, governariam os arraiais à maneira das câmaras. Foi o capitão-general d. Antonio Luiz da Távora que determinou, em 1737, “que se nomeasse em cada um dos arraiais dois juízes ordinários anuais e tabelião, alcaide e porteiro, o que foi confirmado por ordem de 31 de outubro de 1739”³⁹. Nas palavras de Luís Palacín:

É esta uma instituição original de Goiás na época da mineração. Segundo o direito comum, somente as vilas com suas câmaras e autonomia administrativa eram lugar de residência e jurisdição dos chamados juízes ordinários. À câmara cabia igualmente cobrar certo tipo de impostos, que hoje chamaríamos municipais e administrá-los. Em Goiás, onde só existia uma câmara para todo um território tão extenso, encontrou-se uma solução original para facilitar a tarefa administrativa: os arraiais mais importantes passaram a ser sede de julgado e a possuir uma câmara em embrião com direito a cobrar os impostos e administrá-los parcialmente.⁴⁰

A afirmação da existência de um tipo único de instituição em Goiás não se sustenta. Recorrendo uma vez mais a Bluteau, vemos que julgado é uma “Povoação que não tem Pelourinho, nem goza dos privilégios de Vila, mas tem justiças e juízes, que julgam”⁴¹. Dicionarizada, a instituição de forma alguma é peculiaridade goiana. Inclusive, existia no Cuiabá, no final do século XVIII. Porém, tudo indica que a generalização dos julgados, em detrimento da criação de vilas, foi sim uma forma particular de organização do território⁴². As fontes apontam, de forma concordante à aceção de Bluteau, para espaços de jurisdição que compartilhavam algumas atribuições das câmaras municipais, sem que o fossem de fato ou de direito. Que contavam com uma “câmara em embrião”, como afirma Palacín, fica claro em relatos, como o de

³⁹ Luís Antonio da SILVA E SOUZA, *apud* Fernando Lobo LEMES, *op. cit.* p. 132.

⁴⁰ Luis Palacin *apud* Tiballi, p. 95. Infelizmente, não tive acesso ao artigo mencionado pela autora, “Os três povoamentos de Goiás” in *Revista do IHGG*, n. 8, 1979.

⁴¹ Rafael BLUTEAU. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728*. 8 v. (BBD).

⁴² Não encontramos a definição de *julgado* como circunscrição judicial ou administrativa em obras de referência que se propõem a sistematizar o ordenamento político de Portugal e do “Brasil Colonial” (respectivamente, Antonio Manuel Hespanha e Graça Salgado). Porém, Lemes cita sua existência no Regimento dos corregedores de 1332, de d. Afonso IV. Fiscais e Meirinhos e Hespanha – *História de Portugal Moderno: político e institucional*. Graça SALGADO (coord.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

Raymundo José da Cunha Mattos. Ao descrever os arraiais goianos numa época em que já havia em Goiás duas vilas (a capital e a Palma), anotava o comandante das Armas que o arraial de Santa Cruz tem “casa de conselho e cadeias”, que Santa Luzia tem “boa cadeia e casa de conselho”, que Meia Ponte “tem casa de conselho e cadeia insignificante”, e assim por diante⁴³. Todas as cabeças de julgado parecem ter tido um tipo de organização baseada no município, mas com atribuições restritas, o qual Lemes denomina “minivila”, entendida como “um arraial cuja organização primária da administração local é ainda incipiente e submetida a um poder de controle externo, embora subsista em seu interior oficiais ocupando cargos nos quais desempenham funções parciais de justiça e administração pública.”⁴⁴.

Na *Notícia Geral*, de 1783, aparece fartamente o fisco organizado nos julgados, com dois dos três principais tributos municipais cobrados fora de Vila Boa por esses “conselhos”⁴⁵. Segundo Lemes, a terça parte do total dos rendimentos municipais provinha de repasses dos julgados, pois estes contavam com receitas próprias. A razão da generalização dos julgados (já havia treze deles na época da *Notícia*) é clara, pois no século XVIII é pouco provável que algum município da América portuguesa tivesse uma jurisdição tão extensa quanto a de Vila Boa de Goiás – considerando-se somente o espaço com ocupação perene. É certo que descentralizar o fisco municipal era a única maneira de estender a arrecadação por um termo de vila com uma área superior à da Península Ibérica. O mesmo vale para a justiça e a administração, que a vila organizava para muito além do espaço urbano e de seus arredores – com juízes estabelecidos e não só em correição. Quanto à fazenda, faziam-se obras “por conta desse Julgado”, passavam-se ordens de pagamento, fiscalizava-se o comércio (licença de funcionamento, pesos e medidas, limitação de preços) – tudo organizado e executado pelos conselhos dos julgados, com contas obrigatoriamente repassadas pela câmara de Vila Boa.

Muitas das sedes de julgados não eram simples lugarejos, mas núcleos urbanos consideráveis, articulando, cada qual, suas minas e áreas rurais. Para se ter uma idéia, a *Notícia Geral*, de 1783, nos apresenta o julgado de Traíras com um número de

⁴³ Raimundo José da Cunha MATOS. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979. pp. 34-40.

⁴⁴ Fernando Lobo LEMES, *op. cit.* p. 133n.

⁴⁵ Na *NOTÍCIA Geral...* (*op. cit.*), as descrições dos julgados são padronizadas e, ao fim de cada uma, encontram-se as “rendas do conselho”, que são as “cabeças” (sobre cada cabeça de gado que entrava para ser abatida) e a “aferição” (pela aferição de pesos e medidas). Dentre os principais tributos municipais, apenas o que recaía sobre os prédios urbanos não consta da relação.

estabelecimentos comerciais próximo ao da capital e com lavras de ouro e engenhos de açúcar em maior número; mostram ainda que a “vigaiaria” de Vila Boa contava com cerca de oito mil habitantes, ao passo que a de Traíras tinha de sete a oito mil; por fim, afirma que os rendimentos da vigaiaria eram praticamente os mesmos nos dois núcleos.⁴⁶ Diferença de monta encontramos apenas nos “rendimentos do conselho”, mais de cinco vezes maior na vila do que no arraial, afinal à câmara cabiam os repasses de treze diferentes julgados (inclusive Traíras), os diversos contratos e arrematações e o tributo sobre prédios urbanos, inexistente nos arraiais. Fica claro, portanto, que se tratava de uma rede de núcleos urbanos de proporções não desprezíveis, cujos espaços de poder local eram limitados, submetidos que estavam a uma câmara distante. Espaços com territorialidades precisas, ao menos a partir de 1778, com a confecção da “*Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas*”, bastante conhecida da historiografia goiana como “Mapa dos Julgados” – representação cartográfica que dá a dimensão da importância desses espaços de jurisdição para o bom governo da Capitania.⁴⁷

Mas se a imensa área do termo da vila justificava uma organização peculiar do território, com a câmara adquirindo atribuições e uma rede de poder muito mais ampla do que suas congêneres, por que não se fundou outras vilas na Capitania até 1814? Trata-se de uma questão interessante, pois o século XVIII – e especialmente o período do consulado pombalino – foi caracterizado por uma política de povoamento que na maior parte dos casos passou pela criação de vilas e cidades. Basta lembrar que entre 1750 e 1775, o número de municípios na América portuguesa aumentou de 94 para 184.⁴⁸ Este foi um período de notável crescimento demográfico em Goiás e foi somente na passagem para o último quartel do século que a crise da mineração de fato se manifestou, não havendo, portanto uma estagnação a justificar a permanência de uma solução aparentemente improvisada.⁴⁹ Mais do que a manutenção houve a ampliação do

⁴⁶ “Sinopse estatística da Notícia Geral da Capitania de Goiás (1783)” in *NOTÍCIA Geral... op. cit.* Tomo II, pp. 103-104.

⁴⁷ Sobre a “Carta ou plano Geographico da Capitania de Goyas” ou simplesmente “Mapa dos Julgados”, ver comentário de Paulo Bertran na *NOTÍCIA Geral... op. cit.* Tomo I, p. 101. Segundo Bertran, “*esses Julgados criaram-se em território goiano mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica [...]. Dessas divisas ficou incumbido o Ouvidor Cabral de Almeida.*”

⁴⁸ Em parte, a aceleração do período pombalino se deve à elevação das aldeias amazônicas à condição de vila.

⁴⁹ Segundo Russel-Wood, fontes do Tribunal de Contas em Lisboa colocavam Goiás como a quinta capitania mais rica no Brasil, em 1775. Como o autor não cita essas fontes, mas uma comunicação pessoal com a historiadora Mary Karasch, não foi possível verificar os dados aos quais se refere.

número de julgados, adequando a matriz básica da organização territorial a uma sociedade em transformação.⁵⁰

A hipótese que nos parece mais plausível é a de que a solução *ad hoc* encontrada em 1737 para organizar um espaço que se expandia rápida e desordenadamente se perpetuou porque não interessava nem à Coroa, nem aos homens ligados à governança de Vila Boa, alterar esta ordem de coisas. Para estes últimos, desde que funcionado a contento, a jurisdição sobre toda a capitania era o melhor dos mundos, em especial por garantir para os que ocupassem a vereança da Vila a decisão sobre todos os contratos e arrematações e o manejo de boa parte dos rendimentos dos julgados.

Mas e quanto à ótica dos homens em condições de se constituírem em *homens bons*, que viam parte considerável dos recursos arrecadados em seus arraiais drenados sistematicamente para uma vila situada a semanas de viagem? Afinal, ao contrário do que competia à Real Fazenda, tratava-se de tributos e receitas municipais, que tinham, na lógica do Antigo Regime luso, o fim de custear estritamente o que fosse favorável ao *bem comum* dos povos.

Há indícios de resistências. Lemes demonstra que a sujeição dos julgados como braços administrativos, fiscais, fazendários e judiciários da câmara foi recorrente foco de tensão. Em 1739 já se denunciava o fato de os “[...] Juízes dos Arraiais das Minas de Goiás duvidarem cumprir ou fazer cumprir nos seus distritos os Acórdãos e Mandatos da Câmara de Vila Boa”, ao que respondia o Rei que “todos os Arraiais daquela Ouvidoria são sujeitos a Vila Boa, enquanto eu não mando criar outra”. Após quarenta anos – portanto muito depois da criação da capitania -, a Câmara ainda tinha que expedir uma Carta de Diligência a todos os juízes lembrando que as rendas dos julgados deveriam se submeter a seu controle. O que não encontramos, porém, é uma demanda por desmembramento e criação de novas vilas⁵¹.

É possível que as tensões tenham sido sucessivamente acomodadas, especialmente nos arraiais vizinhos de Vila Boa, ou ainda que não saibamos delas por conta da falta de estudos específicos que recuperem a documentação pertinente à questão⁵². Mas é na

⁵⁰ Dos treze, a maioria foi criada no período da conquista, outros foram criados depois (Desemboque é de 1766 e Santa Cruz é de 1776). *NOTÍCIA Geral... op. cit.* Tomo I p. 199-200; 209-210. Entre a *Notícia* e o ano de 1824 (Cunha Mattos, *Corographia... op. cit.*), foram criados mais dois julgados.

⁵¹ *Apud* Fernando Lobo LEMES, *op. cit.* p. 133-134.

⁵² Esta última hipótese é pouco provável no caso dos julgados do Norte goiano, pois se tivesse havido demandas por desmembramento no Norte no século XVIII, o regionalismo tocantinense certamente teria encontrado algum vestígio e o elevado a novo mito de origem do estado. De qualquer modo, a questão dos julgados goianos mereceria, sem sombra de dúvidas, um estudo específico. Hoje o pouco que se sabe a respeito deve-se a Luís Palacin e a Fernando Lobo Lemes (*op. cit.*)

desigualdade de condições de articulação e negociação com as altas instâncias do Império português que mais provavelmente reside o longo predomínio da vereança de Vila Boa sobre toda a capitania. Afinal, ao contrário dos julgados, as câmaras não eram apenas instâncias da administração, mas espaços legítimos de prática política – eram a cabeça dos povos. Somando-se ao caráter político da câmara a condição de sede da ouvidoria e, depois, da capitania, os vereadores de Vila Boa tinham muito mais condições de articulação e muito mais influência que qualquer conselho de julgado.

Voltaremos à questão dos julgados ao tratarmos do re-ordenamento administrativo de Goiás, no início do século XIX e especialmente quando analisarmos o processo político de formação da província. Importa ressaltar agora que parte considerável da historiografia específica desconsiderou o fato de que a vereança de Vila Boa não controlava uma vila, mas um sistema urbano. O mais importante, para o que nos interessa, é que esta forma específica de ordenamento do território teve conseqüências na construção do espaço político provincial. Adiantemos que entre 1822 e 1823 surgiram auto-intituladas “câmaras interinas” nas sedes dos julgados, que passaram a reivindicar funções políticas próprias das municipalidades. Além disso, o discurso contra a opressão dos repasses para Vila Boa, sem contrapartida para os julgados, era fundamental na busca de adesões por parte do movimento autonomista do norte. Enfim, estas são razões suficientes para que o enquadramento administrativo seja retomado, não como dados espaciais alheios à história política, mas como parte essencial do que significava a política no Antigo Regime e na passagem para a ordem liberal oitocentista.⁵³

d) as fronteiras do complexo minerador

No final da década de 1730, como resultado de políticas de colonização - isto é, de fixação do povoamento a partir de núcleos urbanos e de sua integração nas estruturas de poder da Monarquia -, as matrizes básicas da institucionalização e da territorialização das minas do Oeste estavam definidas. De um lado, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá era a sede de uma ouvidoria com jurisdição sobre uns poucos arraiais

⁵³ A historiografia da Independência em Goiás ignora a complexidade da organização em os julgados na análise das tensões que dividiram a província entre 1822 e 1824. Cf. Sérgio Paulo MOREYRA - *O Processo de Independência em Goiás*. In Carlos Guilherme MOTA (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972. Tairone Zuliani de MACEDO - *Império e Região: A dinâmica do processo de Independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG: 2004. Maria do Espírito Santo Rosa CAVALCANTE. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003.

mineradores, além de fazendas e de imensos sertões. De outro, a Vila Boa de Goiás estendia seu território (do município e da ouvidoria) por uma grande área de ocupação perene, que aos poucos passava a formar uma rede urbana, organizada pelos julgados.

Além dessa política propriamente de colonização, outras viriam a interferir na formação daqueles territórios⁵⁴. Tratemos aqui apenas do que consideramos mais importante na formação territorial, ou seja, os limites impostos à ocupação de certas áreas e ao trânsito de pessoas e mercadorias, em razão da política da Coroa com relação aos paulistas e, principalmente, dos imperativos fiscais da mineração⁵⁵. Em ambos os casos, é a partir da colonização das Minas Gerais que se compreende os sentidos dessas políticas.

Percorrendo a documentação governativa do Cuiabá e de Goiás na primeira metade do século XVIII, deparamo-nos com incontáveis referências à experiência das Minas Gerais; fosse para justificar esta ou aquela forma de tributar e evitar o descaminhos, fosse para demonstrar como se concede a posse das lavras, ou, com maior frequência, para prevenir conflitos, tópico no qual as Gerais já eram tidas como modelo a ser evitado. Se com aquela primeira grande descoberta de ouro problemas urgentes (e, em certos casos, inéditos) haviam se colocado, mais de duas décadas de difícil aprendizado – tanto para colonos, como para a Coroa – permitiram a constituição de saberes práticos sobre o governo de minas.

Como vimos, os passos iniciais da ação governativa em muito se assemelham nos espaços que viriam a formar as três capitanias. Porém, uma diferença é clara: enquanto em Minas Gerais o ponto de viragem do estabelecimento de instituições político-administrativas e judiciárias é a necessidade de reprimir a Guerra dos Emboabas, no Cuiabá e em Goiás tais medidas procuram se antecipar a um conflito de grandes proporções. Também ali ocorreram, por assim dizer, pequenas “guerras dos emboabas”, ou ao menos tensões e conflitos localizados que expressavam contradições semelhantes

⁵⁴ Afora os pontos agora tratados, tiveram razoável importância na formação de Goiás os aldeamentos indígenas e as tentativas de superar a crise da mineração. Um e outro ponto serão retomados no Capítulo 4, quando tratarmos das reformas do início do século XIX.

⁵⁵ Característica da mineração, a política de espaços e roteiros interditos envolve a proibição do povoamento de certos espaços, em especial as terras diamantíferas e as áreas que deveriam servir de barreira natural a impedir rotas de contrabando. Esta era parte importante da política da Coroa para as três capitanias mineradoras, sendo bem conhecido o caso da Zona da Mata, entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Como naquelas Minas, no Oeste os *“caminhos, seus itinerários e interditos, são elementos centrais na territorialização desse espaço que se evidencia nas múltiplas implicações que caminhos e estradas adquirem no processo de assegurar o domínio da Coroa sobre a região”*. Maria Efigênia Lage de RESENDE. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; e Luiz Carlos VILLALTA, História de Minas Gerais, *op. cit.* V.1, p. 26- 31.

às que levaram ao enfrentamento nas Gerais e nas quais emergia uma cultura política oriunda daquela experiência, inclusive quanto à oposição paulista-emboaba. Porém, agora as disputas pelo controle político das minas contavam, desde logo, com a presença de funcionários régios que não estavam submetidos aos descobridores⁵⁶.

A Coroa já conhecia os perigos envolvidos no tipo de relação estabelecida com os sertanistas na incorporação de minas. Buscava agora não conferir excessivos poderes aos descobridores, nem contrariar diretamente o seu direito de conquista. Por outro lado, tratava-se de coibir os descaminhos do ouro, através da proibição de novas vias e do controle da quantidade, origem e qualidade dos que se dirigiam às novas minas⁵⁷.

Sintomática desta dupla preocupação é uma *Representação do Governador da Capitania de São Paulo para que se proíba abrir caminhos das Minas Gerais para as de Cuiabá e Goiazes, que devem reservar-se para os paulistas*, acompanhada por parecer do Conselho Ultramarino e despacho do Rei, de 6 de julho de 1726.⁵⁸ Através dela, o governador e capitão-general Rodrigo César de Menezes demonstra a Sua Majestade

os inconvenientes que se ofereciam de haver mais caminhos para as novas Minas do Cuyabá que o que se abrisse para aquela Capitania [de São Paulo], assim por ser infalível a extração de ouro que delas vier, como pela grande perturbação que aos povos se há de seguir; e não parece justo que depois de terem tido naquele descobrimento tanto trabalho, perda de fazenda e vidas, os Paulistas experimentem o que nas Minas Gerais se lhes fez, cuja ferida ainda parece [que] verte sangue, quando do golpe dela se lembram⁵⁹

⁵⁶ Sobre a experiência da colonização das Gerais, e particularmente a Guerra dos Emboabas, como referência para a institucionalização do Cuiabá e de Goiás, Laura de Mello e SOUZA, “São Paulo dos vícios e das virtudes” in *O Sol e a Sombra*, op. cit., principalmente p. 126. Quanto aos sertanistas, é emblemático que alguns tenham sido bem-sucedidos, agraciados que foram por Sua Majestade, estabelecendo linhagens que se perpetuariam por gerações como as *principais da terra*; enquanto outros tiveram destinos inglórios. Este é o caso do próprio Anhanguera, descobridor de Goiás que acabou por ser destituído de suas mercês, e dos irmãos Leme, descobridores do Cuiabá, que chegaram a ser nomeados como primeiros administradores daquelas minas, mas foram executados por ordem da Coroa antes que pudessem exercer seus ofícios. Cf. Carlos Alberto ROSA (*A Vila Real... op. cit.*) e Otávio CANAVARROS (op. cit.)

⁵⁷ Ao contrário de Minas Gerais, onde o controle da migração e abertura de caminhos foi estabelecido a posteriori (Maria Efigênia Lage de RESENDE. “Itinerários...” op. cit. p. 33), no Cuiabá e em Goiás, a legislação acompanha de muito perto os passos dos colonos. Sobre o Cuiabá, ver Otávio CANAVARROS, op. cit., além dos diversos documentos do período, do APMT/DHMT. Sobre Goiás, ver Sumário dos Registros da Secretaria de Governo da Capitania (1783), in *NOTÍCIA Geral...*, op. cit. Tomo II, p. 82-83.

⁵⁸ “Representação do Governador da Capitania de São Paulo para que se proíba abrir caminhos das Minas Gerais para as do Cuiabá e Goiazes, que devem reservar-se para os paulistas. Com o parecer do Conselho Ultramarino e o despacho do Rei. 6 de julho de 1726.” In Jaime CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. op. cit. Parte III, tomo II, p. 21-22

⁵⁹ *Idem. Ibidem.*

Seguindo em sua argumentação, propõe d. Rodrigo que se instrua o atual e todos os futuros governadores de Minas Gerais a não intentarem a abertura de caminho, nem para Cuiabá, nem para as minas “que proximamente se descobriram em Goiás”. O Parecer do Conselho Ultramarino aprova tudo o que está contido na *Representação*, tendo como principal justificativa

ser mui conveniente que se não dê ocasião a que os Paulistas se ressintam de que os das Minas Gerais desfrutem o ouro, que eles à custa do seu trabalho fizeram manifesto, e entrem no receio de que se obrará com eles o mesmo que experimentaram em Minas Gerais, de donde os expulsaram os do Reino e esta desesperação não só os esfriará no ânimo de mais descobrimentos mas totalmente desampará os sítios em que se acham as ditas Minas, e não procurarão mais empregar-se em semelhantes diligências, de que resultará não só um notório prejuízo à Fazenda Real, mas ao interesse comum dos Vassallos desta Coroa.⁶⁰

Tanto a *Representação* quanto o *Parecer* apontam para uma dupla preocupação quanto às minas descobertas depois das Gerais. Tratava-se de controlar o *rush* e estabelecer um caminho único para cada uma das novas minas, visando prevenir o contrabando e evitar conflitos. Na prática, a exclusividade dos paulistas e da via monçoeira no Cuiabá foi quebrada onze anos depois pelos próprios conquistadores, ao abrirem a estrada para Goiás, contrariando esta e outras decisões régias. Porém, a dificuldade concreta de acesso e o rápido esgotamento das primeiras lavras cuiabanas atuaram, de modo mais efetivo que a norma jurídica, no sentido de não haver nem um *rush* desenfreado, nem uma proliferação de caminhos. Portanto, no geral, os limites impostos à expansão do povoamento no Cuiabá foram ditados mais pela fronteira externa e pela resistência indígena do que por uma política de minas. Mas há uma exceção importante: a proibição da ocupação dos terrenos próximos aos rios diamantíferos, ou seja, o Alto Paraguai e o Arinos⁶¹. Sua relevância se deve, em primeiro lugar, à limitação ao acesso a minas de ouro que há muito se sabia serem das maiores da região, o que se confirmou quando da liberação, já no século XIX. Além disso, esses terrenos se situavam no ponto terminal do sistema fluvial Arinos-Tapajós (alternativa ao périplo Guaporé-Mamoré-Madeira para integrar o Extremo Oeste a

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁶¹ Em 1735 foi proibida a mineração nas terras diamantíferas e com a descoberta das minas de ouro e diamantes no Alto Paraguai, em 1747, ordenou o ouvidor “que o povo as abandonasse, o que se efetuou com grande prejuízo de todos”. Nova descoberta no ano seguinte e, mais uma vez, “o ouvidor mandou que se retirassem dali, e se queimaram os ranchos.” Beaurepaire-Rohan – p. 41-42

Belém do Grão-Pará) e o interdito contribuiu para que não mais se explorasse esse roteiro, conhecido na década de 1740.⁶²

Já em Goiás, área percorrida por baianos desde décadas antes da descoberta de ouro, o caminho único nunca foi uma realidade. Com lavras muito mais promissoras e acessíveis do que as do Cuiabá, as estradas ilegais surgiam ano após ano, demandando principalmente as Minas Gerais e o sertão do São Francisco. Nas palavras do mestre-de-campo Ignácio Pamplona ao governador das Gerais, “tantas eram as picadas e a tudo iam chamando de picada de Goiás”⁶³. O resultado é que, em 1735, uma junta convocada em São Paulo pelo capitão-general revogou a norma, afinal totalmente inexecutável.⁶⁴ Em seu lugar, vieram os registros e as contagens, formas de controle do descaminho que se generalizaram na capitania. Se a interdição das vias pode implicar limitações à expansão do território, esse tipo de controle fiscal atua em sentido contrário, contribuindo para o adensamento da ocupação. A única proibição de roteiro que se manteve, até 1782, foi a da comunicação com o Grão-Pará e o Maranhão pelas rotas fluviais do Araguaia e do Tocantins, neste caso com eficácia, pois mesmo havendo demanda por esse comércio, a transgressão nunca foi sistemática. Além disso, Goiás também tinha seus terrenos diamantíferos, Pilões e Rio Claro, que chegaram a ser arrematados em contrato, mas acabaram por ter sua ocupação totalmente proibida. Por todo o século XVIII, encontramos críticas dos colonos a uma interdição tida por absurda, “por causa de uns tênues e diminutos diamantes que nenhuma conta fizeram aos Caldeiras, antigos contratadores”, conforme opinião de um ousado capitão-mor de Vila Boa.⁶⁵

Na expansão da colonização a partir das vilas e arraiais, a proibição de comunicações entre Goiás e o Estado do Grão-Pará e a interdição das áreas diamantíferas foram os únicos entraves políticos relevantes derivados da mineração. Porém, outras fronteiras marcaram profundamente a territorialização do Extremo Oeste. Afinal, falar de limitações políticas, no caso cuiabano, é antes de tudo referir-se à

⁶² Sobre cada um dos roteiros, ver o Capítulo 3 desta dissertação..

⁶³ *Apud* Fernanda Borges de MORAES “De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais” in *História de Minas Gerais... Vol I.* p. 74.

⁶⁴ Segundo Paulo Bertran, “o conde de Sarzedas convocou em São Paulo uma junta integrada pelas maiores e mais expressivas autoridades paulistas, que convieram sobre o absurdo e a inutilidade do caminho exclusivo para São Paulo” Paulo BERTRAN. *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal.* 1ª Edição, disponível no portal do Instituto Bertran Fleury (www.paulobertran.com.br)

⁶⁵ “Carta do Capitão-mor de Vila Boa, Dr. Antônio de Souza Telles e Menezes, à Rainha” In *NOTÍCIA Geral... op. cit.* Tomo II, p. 38-39.

fronteira com os domínios castelhanos. Passemos, portanto, à geopolítica, abordagem que implica uma periodização. Até pelo menos 1730, o foco das atenções do Conselho Ultramarino e dos capitães-generais de São Paulo estava, sem sombra de dúvida, na mineração. Foi esta a orientação de medidas como a do caminho único para as minas, ou das tentativas de deter e disciplinar o *rush* minerador. Orientação que contrasta claramente com o predomínio da geopolítica das fronteiras, da qual passamos a tratar agora.

A construção social das fronteiras naturais

A territorialização do Cuiabá e de Goiás foi também uma construção de soberania, ou seja, afirmação do domínio dinástico dos Bragança sobre áreas há muito conhecidas, porém não incorporadas à colonização ibérica. Quanto a Goiás, a questão sempre foi mais simples, dada a enorme distância dos domínios de Castela e o desconhecimento a respeito de seu território. Porém, no Cuiabá, a proximidade dos descobertos com as missões castelhanas dotava a questão da afirmação da soberania portuguesa de enorme potencial de conflito. Assim, concordemos ou não com a existência de uma racionalidade geopolítica intrínseca a toda a expansão colonial setecentista, é evidente que uma orientação geopolítica teria de fazer parte da colonização do Cuiabá.

a) soberania duvidosa

Afinal, aquelas minas estavam em territórios de soberania duvidosa, dado que não havia acordo diplomático que definisse os limites interiores da América. O que havia eram referências com precisão variável, construídas na confrontação entre as duas monarquias, especialmente na Bacia do Prata. De maneira mais abrangente, podemos dizer que, durante a União Ibérica, a subversão generalizada da pretensão de soberania fundada no Tratado de Tordesilhas resultou na existência de grandes espaços não efetivamente incorporados no interior da América do Sul, como uma ampla área de “soberania virtual” portuguesa⁶⁶. Posse sem colonização, construída sobretudo através das expedições paulistas de preação, que resultavam em relações com nações indígenas e no acúmulo de conhecimento sobre aqueles espaços.

No sistema fluvial do Paraguai, a confrontação entre colonos e missionários sujeitos às duas Coroas deixara referenciais relativamente claros. A área já era há muito

⁶⁶ Antonio Carlos Robert MORAES. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. Capítulo 12.

percorrida em expedições de preação indígena, que resultavam na fixação provisória de núcleos coloniais. Os castelhanos do Paraguai deixaram de expandir-se em direção aos Campos da Vacaria e de Xerez (atual Mato Grosso do Sul), em parte pela própria ofensiva paulista contra suas missões no século XVII. Além disso, desde a descoberta das imensas riquezas de Potosí, a política colonial espanhola para o Paraguai e Chiquitos orientou-se no sentido de impedir o contato com os colonos portugueses, através da proibição de uma expansão demandando o interior do continente⁶⁷. Como resultado, o Pantanal, inicialmente marcado por conflitos entre espanhóis, indígenas e paulistas, restaria encoberto e quase inacessível à colonização, sob o domínio de Paiguás e Guaicurus. Conforme demonstrou Maria de Fátima Costa, é a retração paraguaia e a inexistência de uma política de reocupação que explicam a permanência, até as vésperas da demarcação, do mito da Lagoa de Xarayes pelos castelhanos⁶⁸.

Ao norte do Pantanal, o limite da ocupação perene, da parte dos castelhanos, conteve-se nas cabeceiras e nas margens ocidentais do Guaporé e do Paraguai, com as missões de Moxos e de Chiquitos, criadas no século XVII. Estas eram, ao mesmo tempo salvaguardas dos demais domínios do Rei de Espanha (com os quais mantinham relações por vezes tensas, dada a demanda por mão-de-obra sobre suas aldeias) e sistemas missionários organizados de forma relativamente autônoma. Em meados do século XVIII, Moxos contava com vinte e quatro missões, abrigando aproximadamente 35 mil indígenas aldeados. Fundadas à beira dos rios que deságuam na margem esquerda do Guaporé, eram sujeitas ao Peru⁶⁹. À mesma época, Chiquitos contava com dez missões e cerca de 12 mil índios; sujeitas a Santa Cruz de La Sierra, estão situadas ao norte do Chaco, entre os sistemas fluviais amazônico e platino.⁷⁰ Descendo o Guaporé, terminava a área de ocupação perene. Para além da conhecida viagem de Raposo Tavares de São Paulo a Santa Cruz de La Sierra e daí a Belém do Pará, uns

⁶⁷ Cf. Carlos Eugênio NOGUEIRA (*op. cit.*). O autor cita, na página 52, trecho da “*prudente injunção*” de Filipe II, determinando que “*por muitas considerações de nosso Real serviço convém que os governadores de Sta. Cruz de la Sierra não façam descobrimentos rumo ao Brasil, nem se possa introduzir por aquelas partes nenhum gênero de comércio. Determinamos que os Vice-reis do Peru não permitam que se comuniquem estas províncias, nem prossigam os descobrimentos começados avisando-nos da solução que podemos adotar naquilo que está feito*” (*Recompilación de Leyes de los Reynos de Indias*, Livro III– Título III – Ley XXVII, Madrid, 1943).

⁶⁸ Maria de Fátima COSTA. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999. p. 32.

⁶⁹ Os dados foram extraídos de Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 292. As missões de Moxos situam-se no atual *Departamento* boliviano de Beni.

⁷⁰ Os dados foram extraídos de Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 292. Sobre as diversas missões, ver também p. 276-298, além de José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.* pp. 37-38.. Essas missões formam hoje a Província de Chiquitos, parte do *Departamento* de Santa Cruz, Bolívia.

poucos missionários haviam se aventurado em partes daqueles rios, fossem sujeitos a Castela, fossem subordinados ao Grão-Pará.

Como resultado de avanços e recuos, contatos eventuais e guerras coloniais, a imensa área que viria a formar a capitania de Cuiabá e Mato Grosso permaneceu como “fundos territoriais” relativamente conhecidos, mas não efetivamente incorporados, sujeitos a uma soberania virtual portuguesa, mas muito próximos a missões castelhanas.⁷¹ Na época dos descobertos cuiabanos, mesmo envoltos nos conflitos conhecidos como *Revolução dos Comuneros* (1717-1735)⁷², os colonos do Paraguai mantiveram incursões naqueles espaços, inclusive entrando em contato com expedições paulistas que rumavam para a Baixada Cuiabana e o Alto Paraguai. Sabiam, desde pelo menos 1723, que o grande afluxo de paulistas demandando o Norte se devia à descoberta e exploração de ouro. Contudo - para o espanto de Jaime Cortesão, que assinalou a data com uma exclamação -, foi apenas em 1741 que as autoridades do Paraguai passaram a averiguar a localização e as proporções das novas minas, num inquérito ordenado em 1737 pela Coroa, visando descobrir em que medida as minas do Cuiabá e de Goiás eram usurpações da soberania fundada em Tordesilhas.⁷³

Portanto, desde quando devidamente informada, a Coroa de Castela tratou a fundação de estabelecimentos portugueses no Cuiabá como invasões das “terras pertencentes ao domínio de nosso Rei e Senhor” com base na inexistência de um marco jurídico que invalidasse o Tratado de 1494.⁷⁴ Diante da fixação do povoamento no Cuiabá, os jesuítas de Chiquitos – a região missioneira mais próxima das novas minas – foram instruídos a não aceitar portugueses em suas missões e a lhes fazerem guerra se necessário. No Paraguai, as autoridades interrogaram indígenas fugidos das monções e que já haviam visitado a vila de Cuiabá, fizeram investigações e confeccionaram mapas, mas concluíram pela impossibilidade de desalojar as minas, pois temiam principalmente os exércitos indígenas sob comando dos sertanistas de São Paulo.

⁷¹ Antonio Carlos Robert MORAES. *Bases da Formação. op. cit.* Capítulo 12. O autor aponta este tipo de apropriação do espaço e atribuição de soberania especialmente para as fronteiras Norte e Oeste da América Portuguesa.

⁷² A *Revolução dos Comuneros* foi um conflito de grandes proporções envolvendo colonos (*encomenderos* e *comuneros*), missionários jesuítas, indígenas e autoridades régias. Ela tem sido apresentada como uma das razões da inexistência de resistência castelhana à incorporação do Cuiabá e à regularização das monções comerciais numa área que até então era transitada por súditos das duas coroas. Cf. Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 276-297.

⁷³ Jaime CORTESÃO, *op. cit.* p. 7. Como demonstra Otávio CANAVARROS (*op. cit.* p. 286), a ordem para esta averiguação parte da Coroa espanhola em 1737.

⁷⁴ “Carta do Padre Castañares ao Governador do Paraguai” – 16 de setembro de 1741. APMT/DHMT, Doc. 19.

Do lado leste da imprecisa fronteira, a Coroa portuguesa procurava, desde a primeira notícia dos achados e de sua proximidade com relação às missões, conhecer a situação exata daquelas conquistas. É neste quadro de uma soberania incerta e de uma estagnação da fronteira colonial castelhana que se constrói, a partir do fato consumado do estabelecimento de Cuiabá, uma geopolítica da fronteira Oeste.

b) A Geopolítica como prioridade

Tratar da relação entre a formação territorial do Brasil e a geopolítica portuguesa setecentista e é adentrar terreno espinhoso, pois significa lidar com dois dos principais mitos territoriais brasileiros: a epopéia bandeirante (com suas diversas variações) e o Tratado de Madrid como “nossa certidão de batismo”⁷⁵. No que diz respeito à colonização do Oeste, constituiu-se um debate, iniciado com as críticas à literatura bandeirante e que tem como marco indelével a obra de Jaime Cortesão⁷⁶. O problema, para o que nos interessa, é que a discussão, centrada principalmente na oposição entre intencionalidade geopolítica e expansão paulista autônoma, tende a ser colocada em termos absolutos. Quer dizer, ou bem todo o movimento de conquista do Cuiabá se fez em cumprimento a determinações da Coroa para expandir o território colonial, ou os sertanistas conquistaram autonomamente aquele espaço (naquela, já referida, liberdade

⁷⁵ Demétrio MAGNOLI. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, EDUNESP/Moderna, 1997. P. 75. Segundo o autor, trata-se de um discurso nacionalista que aponta no alargamento das fronteiras uma política conscientemente voltada para o engrandecimento do Brasil, seja por parte dos paulistas, seja por parte da Coroa. O problema aí começa pela atribuição de uma linha de continuidade entre território colonial e território nacional. Por outra chave, e partindo do estudo de caso da principal “fronteira viva” da América Portuguesa, a relação entre mitos de origem nacionais e as fronteiras coloniais foi tratado por João Paulo Garrido PIMENTA. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec, 2002.

⁷⁶ Além dos trabalhos que tratam diretamente da geopolítica da fronteira oeste, e que acabam necessariamente batendo de frente com a mitologia bandeirante – especialmente David DAVIDSON (op. cit.), mas também Otávio CANAVARROS (op. cit.), devem ser incluídas neste rol algumas obras de síntese sobre a formação territorial e a geopolítica na trajetória brasileira. Destaca-se, neste sentido, a crítica à naturalização do território, elaborada por Demétrio MAGNOLI (op. cit.). O autor trata principalmente dos mitos de origem territoriais ligados tanto ao bandeirantismo, quanto à diplomacia supostamente “brasileira” de Alexandre de Gusmão (especialmente em Jaime Cortesão). A análise de Magnoli, porém, por vezes obscurece a formação nacional para além da imaginação geográfica no âmbito da cultura letrada, fazendo parecer que o território é construído simbólica e politicamente pela ação de uns poucos e não por sobre uma experiência societária que antecede (e muito) suas formulações. Bastante diferente é a análise de Antonio Carlos Robert MORAES (*Bases da Formação*, op. cit.), que parte justamente do território como construção societária, para então (e principalmente em estudos posteriores, como os reunidos em *Ideologias Geográficas*, op. cit.), tratar dos usos políticos dessa construção. Seu foco, porém, está no período da União Ibérica e na consolidação de um território colonial, mesmo não demarcado e juridicamente fundamentado. Finalmente, com base nas formulações de Moraes, o trabalho Carlos Eugênio NOGUEIRA (op. cit.), propõe uma inovadora síntese da formação territorial do Oeste, trabalho que serve de referência geral para a questão da construção da soberania no interior da América, com a vantagem de não se deter demais nos debates historiográficos intermináveis acerca da intencionalidade.

originária) e, *a posteriori*, a Monarquia aproveitou-se disso para acabar de vez com o limite de Tordesilhas. O que até a pouco não passou pela cabeça dos estudiosos da questão é que a política colonial é um universo de soluções *ad hoc*, e que sua formulação depende de uma série de fatores, nem todos redutíveis a uma única estratégia.

Com já ensinava um capitão-general do Cuiabá e Mato Grosso, nas instruções passadas a seu sucessor, “tudo quanto pertence à aritimética política dos povos é de sua natureza tão variável que carece de cálculos e combinações sucessivos, para se poderem fixar as noções convenientes”⁷⁷. Política – e mesmo a cartográfica geopolítica das fronteiras – não se faz apenas com régua e esquadro. Ela depende de circunstâncias momentâneas, do conhecimento de cada parte sobre o espaço em disputa, das relações de cada Coroa com seus súditos e destes com os indígenas (afinal soberania incerta não é o mesmo que ausência de territorialidades). Depende, enfim, da correlação de forças em cada momento e para cada quadrante de uma imprecisa fronteira que se estendia da foz do Rio da Prata à Nova Granada.

Neste ponto, importa destacar a relevância da obra de Otávio Canavarros. Trata-se do mais minucioso estudo da geopolítica portuguesa no período de conquista e consolidação do Cuiabá. Ainda que discordemos de alguns pontos essenciais de sua interpretação – em especial o tratamento que dá à vereança como instância do poder metropolitano⁷⁸ – foi este autor que com maior precisão analisou a política específica para a fronteira oeste, sem perder o enquadramento geral das relações entre as monarquias ibéricas.

Canavarros entende que houve, desde a fundação do arraial do Cuiabá (senão antes), uma intencionalidade geopolítica orientando a expansão para o Oeste. No mesmo trabalho, afirma haver uma “inversão de prioridades” no governo daquelas minas, durante a década de 1730, com a orientação geopolítica tornando-se predominante, em detrimento da orientação fiscal, que teria marcado os primeiros anos da colonização. Entendemos que destas duas conclusões centrais de Canavarros, a primeira precisa ser matizada e qualificada. Isso porque a documentação, inclusive a

⁷⁷ “Instrução que o Ilustríssimo e o Excelentíssimo Senhor Governador Luís Pinto de Souza [Coutinho] deixou ao seu sucessor, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Bela, 24 de dezembro de 1772.” In *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 27), p. 35.

⁷⁸ A crença num rígido controle régio e numa ausência de autonomia da câmara é o ponto fraco da interpretação do autor. Neste sentido, é interessante contrapor os poderes de Cuiabá apresentados por Otávio CANAVARROS (*op. cit.*) com aqueles analisados por Carlos Alberto Rosa (*A Vila Real, op. cit.*).

analisada e transcrita integralmente pelo autor, aponta mais para uma hesitação diante da vizinhança castelhana do que para um projeto visando ganhos territoriais. Afinal, toda a legislação dos primeiros anos procura basicamente impedir as relações com os castelhanos e circunscrever as explorações dos sertanistas às áreas tidas por domínios do Rei de Portugal. Exemplo disso é o *Regimento* de João Leme da Silva, de 1723:

Não consentirá o dito Mestre de Campo Regente que os mineiros e mais pessoas que se acharem naquele sertão entrem a fazer descobrimentos nas terras que pertencem à Coroa de Castela, nem consentirá também que os castelhanos entrem nos domínios da Nossa Coroa, e evitará que entre os vassallos de uma e outra haja a menor diferença, tendo cuidado muito particular em que não tenham comércio os castelhanos com os portugueses, por ser assim conveniente ao Serviço de Sua Majestade que Deus guarde.⁷⁹

O *Regimento* não poderia ser mais claro quanto à existência de uma referência de fronteira, a definir quais são “as terras que pertencem à Coroa de Castela” e quais são os “domínios da Nossa Coroa”, ainda que não houvesse, como vimos, um marco jurídico que a fundamentasse. Também é nítido quanto à prudência com relação à fronteira que caracteriza todo o período de conquista do Cuiabá, entre 1719 e meados da década de 1730.

A principal prova que nos dá Canavarros sobre a intencionalidade geopolítica como determinante para a conquista do Cuiabá é uma Consulta, acompanhada por Resolução do Conselho Ultramarino, fontes datadas de 1719 e 1720 respectivamente.⁸⁰ Na consulta se dá conta da informação do conde de Assumar sobre o descobrimento de minas “em um sítio mui perto do de Paraguai, e tão vizinho donde assistem castelhanos, que poucos dias antes ou depois tiveram os ditos sertanistas fala com eles”. Ao saber do ocorrido, informou o governador de São Paulo e Minas do Ouro que “ponderando ele a gravidade deste negócio” mandou que se retirassem os sertanistas daquela paragem, sob pena de castigos rigorosos, ordenando ainda que se lhe trouxessem

uma exata informação do país, e da força dos lugares que por ali tem os Castelhanos, porque se acaso não fosse alguma Vila ou Cidade populosa, não era desconveniente que a nossa gente se situasse um ou dois dias distante deles, e que ali fabricassem

⁷⁹ “Regimento que levou para as novas Minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva” – 26 de junho de 1723. APMT/DHMT, Doc. 8, artigo 7º. Importa lembrar que o Regimento nunca foi executado, pois João Leme da Silva (assim com o seu irmão Lourenço Leme) acabou condenado e executado por crimes no sertão da capitania de São Paulo antes que tomasse posse do posto.

⁸⁰ O documento é transcrito integralmente como primeiro anexo da primeira parte e citado parcialmente em diversos momentos, sendo claramente a base principal para um dos argumentos centrais da obra. Otávio CANAVARROS, *op. cit.* Anexo 1 da Parte I, pp. 167-169.

roças e se estabelecessem para que os Castelhanos tão pouco se viessem estendendo para a nossa parte⁸¹

Passa então o Parecer a referir uma carta do ouvidor de São Paulo que dava conta da “gente que se preparava para ir ao descobrimento”, apesar das determinações em contrário, alegando que àquela altura já se sabia que não havia mais que uma aldeia de jesuítas castelhanos e que os estrangeiros com os quais toparam estavam em uma das “bandeiras de recolher gentio” que os padres faziam. Com base nestas fontes, propõe o Conselho que se crie um governo em São Paulo, separado das Minas, pois tornava-se claro que a expansão para os sertões se estenderia por outras áreas, demandando uma autoridade que não dependesse de um governo nas Gerais. Além disso, e para se evitar “a usurpação que nos estão fazendo os Castelhanos naqueles terrenos”, ainda mais com as riquezas das minas, sugere “que se funde uma colônia” na área dos novos descobertos. Por fim, conclui o Conselho:

e este será o único caminho de se segurar aquele sertão, conservando-se nele o domínio de V. Majestade, como também para a defesa da marinha, pois se acha muito perigosa com as Novas Minas, as quais poderão despertar a ambição das nações estrangeiras, e empreendam ocupá-las em grande dano nosso.⁸²

Há uma preocupação com possíveis encontros de colonos luso-brasileiros com hispano-americanos, em termos de conflitos e de contrabando, e mesmo um interesse em conhecer a área dos descobertos e criar núcleos de povoamento próximos à fronteira. Percebe-se ainda como a exploração das minas vai permitindo um conhecimento que orienta a política formulada, improvisadamente, pelo capitão-general e, de forma mais calculada, pelo Conselho Ultramarino. Conhecimento que se constrói aos poucos e de forma descontínua com as notícias seguindo o ritmo e a sazonalidade das monções.

Se existe uma orientação geopolítica desde o princípio, ela está subordinada ao que se sabe de um espaço cuja primeira ocupação não foi feita sob controle direto da Coroa. Ainda que a importância do poder metropolitano seja inegável desde a conquista, ele não criou o movimento, mas procurou influir nas direções que tomava, discipliná-lo, orientá-lo para que não pusesse em risco as minas já exploradas, nem criasse um novo *front*, que se somasse à problemática Colônia de Sacramento. Nesses primeiros registros, a expansão não aparece como projeto da Coroa, mas como um problema que a ação dos sertanistas coloca e com o qual a Coroa é levada a lidar. Que logo percebesse

⁸¹ *Idem*

⁸² *Idem*

nisso uma possibilidade de garantir fundos territoriais de soberania duvidosa não é de se estranhar, em se tratando da alta administração de um Império colonial que crescentemente fundava-se no Brasil, cada vez mais visto como uma colônia imensa e contígua.

É na inversão de prioridades que está o ponto mais importante da interpretação de Canavarros. Segundo o historiador:

Para Lisboa, os aspectos geopolíticos de Cuiabá foram se superpondo aos econômicos, e o conceito de antemural da Colônia foi se formando, isto é, foi sendo montado um território que servisse de zona protetora para as minas de ouro d'el Rey e, simultaneamente, facilitasse a expansão territorial⁸³

Canavarros situa esta inversão no início da década de 1730, e entendendo-a como resultado, ao menos em parte, da clareza que se tinha nesse momento de que o ouro do Cuiabá havia se esgotado e que a colonização fundada na mineração tornava-se insustentável. Lembra o autor que, em 1729, d. João V chegou a sugerir que se voltasse atrás quanto à criação da ouvidoria do Cuiabá, o que naquele contexto significava nada menos que a desistência da colonização daquele espaço. Acabou por deixar a decisão a critério do capitão-general de São Paulo, que optou pela manutenção da ouvidoria, apesar de, naquele momento, a população já ter sido reduzida pela metade (pouco mais de 2 mil habitantes) e de a via monçoeira ser palco da sangrenta guerra contra os Paiaгуá, dificultando o acesso ao Cuiabá.

Em 1732, informado o Rei da “pouca duração que poderiam ter essas Minas não havendo novos descobrimentos, e das hostilidades com que o gentio Paiaгуá” tem feito guerra às monções, recomenda ao ouvidor que faça “toda a humana diligência por conservar a povoação que se acha, ainda que faltem os descobrimentos de ouro, impedindo o desertarem”⁸⁴. Note-se que fazia exatos dez anos que se estabelecera a tributação da migração para o Cuiabá, na tentativa de diminuir ao máximo o *rush* minerador. Além disso, o próprio vocabulário é revelador: não era uma população abandonando uma vila, mas uma povoação que está “desertando”, termo para o qual o dicionário de Bluteau (publicado entre 1712 e 1728) dava uma única definição: “DESERTAR. Termo Militar. Fugir, e deixar o campo, Exército, Guarnição, Praça, ou

⁸³ Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 12.

⁸⁴ Documento transcrito integralmente como anexo IV da Parte I, in Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 176-177.

Regimento, ou Companhia, em que está qualquer Soldado”.⁸⁵ Na mesma linha, em 1740, o ouvidor do Cuiabá definia aquelas minas como “uma sentinela avançada nestes vastos domínios de V. Majestade, confinantes com as povoações das Índias Ocidentais de Castela”.⁸⁶ Se antes a experiência a ser referida era a das Minas Gerais, agora surgem nas fontes governativas as comparações com a Colônia de Sacramento⁸⁷. É toda a forma de entender a função das minas do Cuiabá que se altera. Transformação que não se dá de uma hora para outra e que no início da década de 1730, dava ainda seus primeiros sinais, tornando-se uma política nítida e coerente cerca de dez anos depois⁸⁸.

Se o esgotamento do ouro do Cuiabá e a deserção dos colonos explicam a preocupação com o abandono da fronteira, outros fatores serão decisivos, por toda a década de 1730, para a formulação de uma geopolítica. Primeiro, o acúmulo de informações já permitia então saber que a área era defensável, ainda que as missões castelhanas fossem vistas como ameaça à ocupação e exploração do ouro. Possibilitava ainda a formulação de estratégias para a defesa e/ou expansão dos domínios dos Bragança, num contexto em que os castelhanos estavam defasados quanto às informações sobre o lado lusitano da fronteira. Percebia-se, portanto, que a manutenção de Cuiabá seria muito menos problemática que a da Colônia do Sacramento, naquele momento um sorvedouro das receitas da Monarquia. Segundo, a descoberta do ouro em Goiás e o crescente temor da perda das Minas Gerais para outras potências contribuía para a emergência da concepção das minas ocidentais como um “antemural” do interior do Brasil, idéia que, como veremos, será o fundamento para a criação da capitania. Terceiro, com a descoberta, em 1734, das minas do Mato Grosso, às margens do Rio Guaporé, estavam resolvidos, ao menos provisoriamente, os problemas da deserção da população motivada pelo esgotamento das minas e da falta de receitas para suprir o custo militar da fronteira. Com isso, também a ocupação passava a coincidir com o que se tinha por fronteira entre os domínios das duas Coroas. Quarto, com a exploração do Guaporé e as informações daí advindas, tornou-se conhecido o roteiro fluvial para Belém, pelo sistema Guaporé-Mamoré-Madeira. Ainda que não se tivesse confirmado a existência de uma ligação natural entre as bacias do Amazonas e do Prata, era possível aventar a possibilidade de um varadouro, dada a proximidade de seus rios formadores.

⁸⁵ Rafael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728*. 8 v. BBD.

⁸⁶ *Apud* Otávio CANAVARROS, *op. cit.*, p. 192.

⁸⁷ Por exemplo, Gomes Freire *apud* Otávio CANAVARROS, *op. cit.*, p. 240.

⁸⁸ Concordamos, portanto, com Carlos Eugênio NOGUEIRA (*op. cit.* p. 97), quanto a situar a transformação no sentido da fronteira na virada para a década de 1740 e não desde o decênio anterior.

Além de fundamentar, no campo da diplomacia, o argumento da fronteira natural, o domínio das cabeceiras dos grandes sistemas fluviais poderia vir a trazer vantagens econômicas e militares, caso a Coroa garantisse o monopólio da navegação. Quinto, após o fim do cerco espanhol à Colônia do Sacramento (1735-1737), há uma aproximação diplomática entre as monarquias ibéricas. Nesse contexto, são retomadas tentativas de estabelecer um tratado com caráter global, que desse um termo nas guerras coloniais luso-espanholas, em especial na bacia do Prata. As negociações avançaram decisivamente a partir de 1746, quando Portugal passou a admitir o intercâmbio da Colônia de Sacramento por outras possessões.

É nesse contexto e com esses elementos que a alta administração do Império português passa a formular e implementar uma geopolítica para o Extremo Oeste. O foco estava nas negociações que culminariam no Tratado de Madrid, de 1750. A estratégia portuguesa passou pela desqualificação do limite de Tordesilhas (afinal, fosse válido, Castela não poderia ocupar as Filipinas), em nome de outros princípios. Em primeiro lugar, a noção de “fronteira natural”, ou seja, a adoção, sempre que possível, de acidentes geográficos facilmente reconhecíveis – sobretudo os grandes rios e as serras - como fronteiras entre os domínios das duas monarquias. Em segundo lugar, o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a posse efetiva de um espaço deve fundamentar a soberania. Articulando esses dois princípios, a negociação passava pela troca de equivalentes, no caso de territórios em litígio.

Como consequência, no Cuiabá e no vale do Guaporé, espaço que passava a ser referido como o Mato Grosso, a colonização seria cada vez mais ditada pelos imperativos geopolíticos da Monarquia. Por outro lado, aquela hesitação em ocupar espaços de soberania duvidosa demonstrada de início, daria lugar a uma política mais ostensiva, culminando, às vésperas do Tratado, com a recomendação, feita a d. Antonio Rolim de Moura, de que

deveis não só defender as terras que os meus vassallos tiverem descoberto e ocupado e impedir que os espanhóis se adiantem para a nossa parte; mas, promover os descobrimentos e apossar-vos do que puderdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis; evitando, porém, quando for possível, não só toda violência, mas ainda a ocasião de dissabores pelo que toca às novas ocupações⁸⁹.

⁸⁹ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura”. Lisboa, 19 de janeiro 1749, In: *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 18.

c) a construção do *uti possidetis* e das fronteiras naturais no Extremo Oeste

Para reivindicar a soberania era preciso conhecer ao máximo o território. Daí que as expedições saídas do Cuiabá, até então voltadas para a preação indígena, a busca de novas minas e a tentativa de contrabando com as missões, passam a ter um caráter semi-oficial, visando à construção da soberania portuguesa. Jaime Cortesão define a passagem em termos de um “*vasto plano de exploração nas regiões de soberania não definida, elaborado e ordenado em Lisboa, em 1739, pelo menos.*”⁹⁰ Porém, mais comum que o esquadramento do território determinado pela Coroa era a instrumentalização do conhecimento adquirido com explorações particulares, que via de regra contrariavam as leis vigentes. É este o sentido, por exemplo, do longo e minucioso questionário sobre as missões castelhanas, feito à comitiva de comerciantes do Cuiabá que ali intentaram criar uma rota de contrabando em 1740.⁹¹

Dois anos depois, um grupo de sertanistas, mineiros e comerciantes (e muitos havia que eram tudo isso ao mesmo tempo) organizou e empreendeu outra expedição comercial no Cuiabá, demandando as missões de Moxos. Malsucedidos na tentativa de estabelecer uma rota de contrabando com os padres, foram informados por eles sobre a proximidade de missões sujeitas ao Grão-Pará. Desceram o Guaporé, o Mamoré e o Amazonas, chegando três deles a Belém do Pará no ano seguinte. Aportaram e foram presos por contrariarem a norma vigente quanto à proibição de novos caminhos para as áreas de minas. O chefe da expedição foi levado a Lisboa, não para receber a devida punição, mas para ser inquirido pelo Conselho Ultramarino acerca das medidas que conviria tomar para a defesa da soberania portuguesa no sistema Guaporé-Mamoré-Madeira. Era a primeira viagem do Mato Grosso a Belém. Ela resultou da busca por novas - e ilícitas - rotas comerciais, mas foi instrumentalizada para a formulação das diretrizes geopolíticas da Monarquia.

A outra rota fluvial do Extremo Oeste para Belém, via Arinos e Tapajós, foi explorada pela expedição de João de Souza Azevedo, que também desembarcou no Pará, onde requisitou autorização para o retorno às minas do Arinos, próximas ao Cuiabá. Teve de aguardar por uma resolução de Sua Majestade, em consulta ao

⁹⁰ Apud Otávio CANAVARROS, *op. cit.*, p., 224

⁹¹ Sobre as primeiras tentativas de contrabando, ver o Capítulo 1 desta dissertação. Além daquelas, outras expedições foram intentadas, inclusive visando ao comércio com Assunção. É mesmo possível que, ao menos parte dessas tentativas, tivessem caráter semi-oficial, porém não há evidências claras disso. “Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro Da Câmara Pará”, 8 de janeiro 1765 in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, *op. cit.* p. 25; Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 211-256.

Conselho Ultramarino. Na decisão, tanto o crime cometido, quanto a norma geral de proibição de caminhos para as minas, eram irrelevantes. Seu conteúdo faz da decisão um marco fundamental para a geopolítica do Oeste:

Não tem S. Majestade por conveniente que pelo dito rio dos Tapajós, nem por algum outro, dos que descem dos distritos do Cuiabá e de Goiás, se abra comunicação para a Capitania do Pará. Porém, atendendo a alguns fins, que se consideram muito importantes ao Real Serviço na exploração do rio da Madeira, há por bem ordenar que os sobreditos [sertanistas] se recolham para as Minas do Arinos subindo pelo dito rio da Madeira até o arraial do Mato Grosso, donde poderão facilmente transportar-se àquelas minas.⁹²

Portanto, estavam autorizados a retornar, mas pelo litigioso rio Madeira, não pelo Arinos, de pouco interesse estratégico. Para que o Governador do Grão-Pará “*entenda melhor o motivo*” da resolução, participa-lhe o Conselho “algumas notícias, que se tem alcançado pela parte do Mato Grosso, que provavelmente se ignoram onde V. S. reside”. Trata-se, primeiro, da averiguação “por várias confrontações” - ou seja, por diferentes fontes das quais dispunha a Coroa - de que padres sujeitos à Espanha conheciam e freqüentavam o rio Madeira e que este era facilmente navegável até Belém. Mais grave é a notícia de que os mesmos religiosos fundaram recentemente uma missão na margem direita desse rio – tida por portuguesa – e que agora argumentavam aos sertanistas que (ilegalmente) intentavam a navegação por esta via que o roteiro era exclusivamente espanhol. O principal temor estava na possibilidade de que, com a fundação da missão e a exploração dos rios, os jesuítas encontrassem grande quantidade de ouro, atraindo assim “concurso de gente espanhola de Chuquisaca e Potosi”. Prossegue a decisão:

Suposto o que deixo explicado, tem-se por necessário e conveniente, não só apossarmo-nos da navegação do rio da Madeira, até o Mato Grosso, mas tomar a tempo as medidas para que a dita nova missão espanhola nos não cause os prejuízos que podemos recear⁹³.

Era mister deter a ameaça, ou desalojando os padres dali “sem escândalo”, ou

[...] “rodeando em alguma distância, com habitações e sesmarias dos nossos, de sorte que se não possam os Castelhanos alargar, nem tentar outros estabelecimentos da parte

⁹² “Carta do Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros e Guerra, Marco Antonio de Azevedo Coutinho a Francisco Pedro de Mendonça Gorjão” In Jaime CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco. Parte III, Tomo II, p. 135-138.

⁹³ *Idem*

oriental do rio da Madeira, e talvez virá a ser conveniente para este efeito, permitir-se e freqüentar-se a comunicação do Pará com o Mato Grosso por aquele rio.

Porém, como para se tomar uma ajustada resolução nesta matéria é preciso precederem maduros exames e explorações, é S. Majestade servido que V. S. escolha a pessoa mais prudente e capaz que aí achar, e comunicando-lhe debaixo de segredo tudo que lhe deixo referido, lhe encarregue o mando e incumbência desta exploração.⁹⁴

A expedição contaria com pessoas qualificadas para cartografar e descrever o trajeto, e deveria partir com urgência e retornar também rapidamente a Belém, com as notícias e relações a serem embarcadas a Lisboa, “para que S. Majestade resolva o que tiver por mais conveniente ao Real Serviço.” Conclui a missiva, de modo a revelar nitidamente os meios dos quais se valia a Coroa para que uma política coerente de construção de soberania se parecesse com procedimento rotineiro:

Mas em todo este negócio deverá V. S. observar com todas as mais pessoas exato segredo, pretextando a expedição, com o fim de restituir os mineiros ao seu distrito, e recomendando ao Cabo que a ninguém comunique o verdadeiro objeto de sua viagem.⁹⁵

Entre 1749 e 1750, a missão foi cumprida, numa viagem que demorou um ano e meio e custou a vida de vinte tripulantes. Ainda que a decisão definitiva sobre a liberação só tenha chegado durante o governo de d. Antonio Rolim de Moura, a partir desta viagem, deu-se por iniciada a navegação comercial - a “carreira do Pará” - nas minas do Mato Grosso. Por meio da freqüência do roteiro do Guaporé-Mamoré-Madeira a Coroa traçou uma desejável fronteira “natural”, ainda que abrindo mão de um dos fundamentos da política fiscal para uma área mineradora, e contrariando as reiteradas alegações da Alfândega do Rio de Janeiro sobre os prejuízos que a nova rota traria à Real Fazenda⁹⁶.

A construção social da fronteira oeste fundou-se num consistente conhecimento sobre a geografia física e humana. Desde o final da década de 1730, a Coroa se municiou com essas descrições, notícias, mapas, estatísticas e tudo quanto fosse pertinente para melhor definir estratégias de construção concreta e simbólica da soberania. Concreta, pois envolveu políticas de ocupação de áreas litigiosas; simbólica porque, mesmo onde não fosse possível um domínio de fato sobre o território, a

⁹⁴ *Idem*

⁹⁵ *Idem*

⁹⁶ José Roberto do Amaral LAPA. *op. cit.* p. 29-30.

soberania poderia ser pretendida com base na criação de espaços de jurisdição (por mais vagos e imprecisos que fossem) e na elaboração de mapas.

Primeiro, a construção concreta da fronteira, com o incremento populacional e sua irradiação orientada para os espaços de interesse geopolítico. Lembremos que no período de conquista e colonização do Cuiabá os fluxos migratórios foram objetos de uma política visando ao controle da quantidade e da qualidade dos que pretendiam unir-se ao *rush* minerador. Enquanto daquelas minas eram extraídas grandes quantidades de ouro e as expedições aos arredores prometiam ainda mais, a legislação era em tudo baseada na experiência das Minas Gerais e procurava restringir o acesso dos que não fossem paulistas, barrar a passagem de “vadios” e outras categorias de indivíduos ligados à desordem, além de tributar a migração como um todo⁹⁷.

A partir da década de 1740, tenta-se povoar a qualquer custo as minas do Cuiabá, mas principalmente do Mato Grosso, com incentivos fiscais, tentativas de colonização por casais de ilhéus e luso-brasileiros de outras capitanias, uma política mais efetiva de incorporação indígena e de atração dos índios já aldeados pelos castelhanos. Chegou-se mesmo a propor, por algumas vezes a transmigração do arraial goiano de Meia Ponte para a fronteira, sob o argumento de que seria inútil manter os habitantes “no centro daquele sertão, onde não podemos recluir, tendo tanto que temer nessa fronteira.”⁹⁸ Em suma, se entre as décadas de 1720 e 1730 tratava-se de impedir um *rush* desenfreado, controlar o descaminho e manter o privilégio dos paulistas no acesso às minas, com a criação da capitania, d. Antônio Rolim de Moura era instruído pelo ministro do Ultramar a “atrair para si os mineiros, sertanistas, vagabundos, e índios dispersos”⁹⁹.

Desde então é estabelecida uma diferenciação no espaço do Extremo Oeste. A proposta de fundação de uma vila no vale do Guaporé, para melhor defender a fronteira, foi enunciada em 1739 pelo Conselho Ultramarino, como resposta à sugestão do ouvidor do Cuiabá para que se construísse uma fortaleza. Completavam-se cinco anos desde a descoberta de ouro nesse espaço, então já conhecido como Mato Grosso. A falta de recursos foi determinante para que o Conselho decidisse pela estratégia do povoamento e fundação de uma vila, em detrimento da construção de fortificações de fronteira. Além disso, como argumenta o parecer, a fortaleza “seria naquelas paragens

⁹⁷ Por exemplo, a tentativa de tributar a migração como um todo está no “Regimento que levou Domingos da Silva Monteiro para a casa do Registro, que se manda fazer no Rio Grande para as Minas novas do sertão do Cuiabá” – 19 de junho de 1722. APMT/DHMT, Doc. 6. p. 24-28.

⁹⁸ “2ª Carta Anexa, de T.J. da Costa Corte Real para D. Antônio Rolim de Moura” in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, op. cit. p. 99.

⁹⁹ *Idem*. p. 101.

de muita despesa e pouca utilidade, pois com ela não se fecham todas as portas por onde se pode entrar”¹⁰⁰. Para que se concretizasse o “estabelecimento de uma povoação numerosa”, determinou a fundação de uma vila no Mato Grosso, marcando seus limites com relação à do Cuiabá. Além disso, decidiu por facilitar

[...] o aumento desta povoação, com isenção de direitos, e tais privilégios, e liberdades que convidem aos homens fazer nela o seu estabelecimento, e em poucos anos se poderá povoar de sorte que com suas próprias forças, sem despesa da Real Fazenda, se fortifique e tenha em si tudo necessário para fazer uma boa defesa.¹⁰¹

Todas as isenções, direitos e privilégios diziam respeito ao espaço a ser instituído como termo de uma vila no Mato Grosso, que a partir de 1743, constituía-se em freguesia, marcando a primeira divisão na territorialização inicial da conquista do Extremo Oeste. Não se aplicavam ao Cuiabá, vila já consolidada da qual partiram os que primeiro ocuparam o Guaporé. À proposta seguiram-se as consultas do Conselho Ultramarino às autoridades régias que atuavam na colônia e longas discussões sobre quais políticas deveriam ser adotadas para incentivar o povoamento do Mato Grosso. Em 1746, veio a ordem para que se construísse logo a vila, pois sendo seu estabelecimento

[...] negócio de tanta importância como é a conservação do domínio daquele vasto descobrimento, e dilatadas terras confinantes com as Missões dos Castelhanos, se não deveria envolver nesta maneira outros pontos, cuja discussão retarde a execução do principal¹⁰²

Porém, como veremos, apenas no governo de d. Antonio Rolim de Moura foi escolhido o sítio e levantada de fato a Vila Bela da Santíssima Trindade, instituindo-se de forma duradoura um estatuto colonial diferenciado para cada um dos distritos do Extremo Oeste. Para o que agora nos interessa, importa destacar a opção da Coroa, nesse momento, por uma política de povoamento do vale do Guaporé, em detrimento de uma estratégia fundada em fortificações. Os súditos, estabelecidos como mineiros nas aluviões do Guaporé seriam os responsáveis pela defesa da fronteira. Seriam, além disso, a prova da posse efetiva de toda a área a leste de Moxos, de Chiquitos e do Paraguai. Enquanto era proposto à diplomacia espanhola como fundamento para um

¹⁰⁰ *Apud* Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 320.

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.* p. 321.

possível Tratado, o *uti posseditis* era construído na prática, com a ocupação e integração do Mato Grosso orientada pela Coroa.

Para que servisse de base para o traçado, a fronteira que silenciosamente se construía precisava também ser representada como espaço de jurisdição, política e eclesiástica, da Monarquia. Tratou-se de representar o domínio efetivo, correspondesse ou não com a realidade americana. É nesse contexto que a diplomacia portuguesa consegue da Santa Sé a criação dos bispados de São Paulo e Mariana e das prelazias de Goiás e de Cuiabá. A Bula de Bento XIV, *Candor Lucis Aeternae*, de 8 de dezembro de 1745, reconhece como área da prelazia do Cuiabá o espaço abrangido pela ouvidoria, marcando seus limites apenas por referência às circunscrições eclesiásticas do Império português. O espaço da ouvidoria, que por pouco não havia sido extinto por ordem régia, crescia ano após ano, com a ocupação orientada do vale do Guaporé. Agora, com a decisão papal, ganhava novo estatuto e podia ser representado nas cartas européias como posse efetiva integrada à alta administração eclesiástica. A decisão era, na expressão de Otávio Canavarros, “a legitimação de uma conquista” – um passo na construção simbólica do *uti possidetis*.¹⁰³

Outro passo, mais decisivo e dotado de enormes conseqüências, foi dado em 1748, com a criação das capitanias de Goiás e do Cuiabá e Mato Grosso. É na discussão e na resolução que se encontram as expressões máximas de um projeto colonial para a fronteira Oeste – o antemural do interior do Brasil. Primeiramente, a criação das capitanias respondia ao problema prático do controle metropolitano sobre as novas áreas mineradoras. Questão que se coloca, portanto, mesmo antes da geopolítica ser prioridade, mas cuja solução seria diversa naquele contexto. O primeiro sinal de uma preocupação em criar governos nas minas do Oeste data de 1731 e refere-se à idéia de estabelecer uma autoridade militar no Cuiabá e outra em Goiás, ambas subordinadas a São Paulo¹⁰⁴. Em 1735, foi proposta a mudança da sede do governo de São Paulo para Goiás e a abertura de um caminho dali para o Cuiabá. Desta forma, haveria um governador com um amplo espaço de jurisdição, estabelecido em Vila Boa, que para estender sua autoridade ao Cuiabá poderia contar com a facilidade de uma via direta. Na justificativa deste parecer já fica clara a orientação geopolítica, pois o governo deveria ser criado “por ser conveniente aumentar a povoação daquele riquíssimo sertão”, pois é

¹⁰³ Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 139. “Bula de Bento XIV – *Candor Lucis Aeternae*” – 8 de dezembro de 1745. APMT/DHMT, doc. 21. p. 77-85.

¹⁰⁴ Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 310.

“preciso que nele tenhamos forças bastantes para sustentar o país, por ser esta a forma que melhor há de decidir a questão das demarcações”¹⁰⁵. Note-se que as negociações para o tratado estavam muito longe de uma resolução, mas o Conselho Ultramarino já tratava o povoamento da fronteira como questão fundamental para a estratégia diplomática da Monarquia, como base para o *uti possidetis*.

Em 1738, o governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade propunha outra solução. O governo do Rio de Janeiro deveria se concentrar na defesa da marinha, com jurisdição até o Prata (lembremos que o sítio à colônia de Sacramento ocorreu entre 1735 e 1737) e deveria criar-se um único governo para Goiás e Cuiabá, subordinado ao de Minas Gerais. Em resposta à sugestão do governador, o Conselho Ultramarino propõe - e d. João V aprova - a subordinação do Extremo-Sul ao Rio de Janeiro. Porém, quanto a Goiás e ao Cuiabá, afirma o Conselho não ter “*os mapas precisos*” para fazer a divisão com acerto e ordena que Gomes Freire investigue qual o melhor limite, para que a Coroa possa decidir a respeito.¹⁰⁶

A indefinição se arrastou por mais dez anos de intensas investigações e de transformações na fronteira e terminou com o parecer de 29 de janeiro de 1748, que propôs a extinção da capitania de São Paulo e a criação das capitanias de Goiás e de Cuiabá e Mato Grosso.

Por esse parecer, “considera o Conselho ser desnecessário que haja mais em São Paulo Governador com patente de Capitão-General”, dado que:

O Governo de S. Paulo não se erigiu porque se reputasse necessário para aquelas duas Comarcas [de São Paulo e de Paranaguá], senão porque sendo então por São Paulo o caminho e comunicação das Minas Gerais pareceu preciso criar naquela parte Governador que pudesse mais facilmente acudir às ditas Minas quando os negócios delas o requeressem. Com efeito, considerando os governadores menos necessária a sua presença em S. Paulo, fizeram quase sempre a sua residência nas Minas Gerais. Descobrimo-se depois a do Cuiabá, e havendo esperanças de se acharem outras nos Goiás, e reconhecendo-se que não podia o Governador das Minas Gerais onde era preciso residir-se, dar providências às outras que se tinham descoberto, e se esperava [descobrir], resolveu Vossa Majestade que, além do Governo das Gerais, houvesse o de S. Paulo, em cuja jurisdição pões as ditas novas Minas, e para elas foram logo residir os Governadores, enquanto Vossa Majestade por algumas queixas particulares lho não proibiu.

Hoje, porém, refletindo no número e qualidade dos habitantes, dependências e comércio, considera o Conselho tão supérflua a assistência do Governador e Capitão-

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem. p. 311.

General nas ditas duas Comarcas [de São Paulo e de Paranaguá] como a reputa indispensável nos distritos dos Goiás e Cuiabá.¹⁰⁷

Demonstradas as razões da extinção da capitania de São Paulo, passa então o Conselho a justificar os novos governos:

No [distrito] dos Goiás o tem por necessário em razão das muitas povoações que já existem, estendidas por mais de trezentas léguas, como vão desde a passagem do Rio Grande até os confins do Governo do Maranhão, sendo a maior parte deste espaço de terras minerais de ouro, e também em razão de haverem no mesmo distrito dois outros rios em que se acham diamantes, onde será preciso todo o cuidado de um bom Governador para que se observe a proibição de extraí-los, a respeito do qual há notícia de muitas transgressões sem se lhes poder até agora achar remédio eficaz.

Acresce a isto estar aquele distrito rodeado de gentios dos mais bárbaros que até aqui se encontraram no Brasil, e ser preciso para rebater os seus insultos pronta providência de um Governador.

Em ambos estes particulares tem mostrado a experiência grande prejuízo de se depender das ordens do governador que está distante a três meses de jornada.¹⁰⁸

Temos aí o quadro de uma sociedade crescentemente complexa, explorando minas que produziam um terço do total do ouro luso-americano e mobilizada em sangrentas e intermináveis guerras contra nações indígenas, especialmente os Caiapó e os Acroá. Ali, a presença de um governador tinha um sentido semelhante ao que teve para as Minas Gerais, algumas décadas antes. Não era assim, porém, no Extremo Oeste:

No distrito do Cuiabá, ainda reconhece o Conselho maior necessidade de Governador distinto e inteligente, e assim porque a extensão dele ainda exceda a dos Goiás, e a distância é muito maior, gastando-se de S. Paulo à Vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali ao Mato Grosso outro mês, como pela circunstância de confinar este Mato Grosso com o Governo Espanhol de Santa Cruz de La Sierra e com as Aldeias dos Jesuítas Castelhanos dos Moxos e Chiquitos, donde nasce que sobrevivendo, como já sucedeu, e sucederá frequentemente, contendas por causa dos confins e da comunicação, é mui conveniente que ali haja um Governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes casos, para evitar as desconfianças da Corte de Madrid, sem perder os direitos de nossos descobrimentos.

Julga o Conselho de grandes conseqüências para o serviço de Vossa Majestade que, assim por meio do estabelecimento do governo como por todos os outros que concorrem, se procure fazer a Colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito, e sirva de ante-mural a todo o interior do Brasil, para o que parece deparou a providência uma grande felicidade na comunicação que ali pode haver por água até a Cidade do Pará, ao mesmo tempo que a do Governo de Santa Cruz de La Sierra com o restante do Peru é sumamente dificultosa pela aspereza das serranias que se interpõem.¹⁰⁹

¹⁰⁷ “Parecer do Conselho Ultramarino e despacho do Rei sobre a conveniência de se estabelecerem governos separados em Goiás e Mato Grosso, frisando-se a importância estratégica deste último território.” In Jaime CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco. Parte III, Tomo II, p. 127-130.

¹⁰⁸ *Idem.*

¹⁰⁹ *Idem.*

“Evitar as desconfianças da Corte de Madrid, sem perder os direitos de nossos descobrimentos”: tratava-se de dotar o Extremo Oeste de uma autoridade com habilidade política para a implementação da geopolítica formulada na metrópole. As diretrizes da geopolítica também estavam claras – que “se procure fazer a Colônia de Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de ante-mural a todo o interior do Brasil”. Após longas discussões e acúmulo de conhecimentos sobre o território, fechava-se um período de redefinição da integração política das conquistas do Oeste com base na estratégia diplomática portuguesa. Tratava-se agora de erguer o antemural do interior do Brasil, tarefa coordenada por uma figura que a esta altura já nos é familiar.

A chave e o propugnáculo do sertão do Brasil

Uma vez mais, reencontramos o viajante e governador d. Antônio Rolim de Moura, examinamos a bagagem e lá encontramos suas instruções, de 19 de janeiro de 1749. Compostas de trinta e dois artigos, metade deles versando diretamente sobre a política de fronteira¹¹⁰, elas incluíam até mesmo os argumentos com os quais o capitão-general deveria responder a qualquer acusação de ilegitimidade das conquistas por parte das autoridades de Chuquisaca ou de Santa Cruz de La Sierra. Se insistissem nas queixas - com base no Tratado de Tordesilhas e apesar de uma negociação estar avançando entre as Coroas -, responderia o general que se Tordesilhas ainda vale, as Filipinas são portuguesas.

Entre a redação das instruções e a posse efetiva do governador estava o Tratado assinado no dia 13 de janeiro de 1750, pelo qual definia-se globalmente os limites dos impérios coloniais português e espanhol, com base nos princípios propostos pela diplomacia lusa e construídos concreta e simbolicamente por mais de uma década de política colonial – o *uti possidetis* e as fronteiras naturais. A raia oeste dos domínios bragantinos na América pautava-se pelo rio Paraguai até a altura do Jauru e, na ausência de um acidente geográfico claro, passava por uma linha imaginária, até o Guaporé. Consolidado no papel, o triunfo diplomático requeria ainda as partidas demarcatórias por comissões mistas e a continuidade da política de ocupação para que se tornasse efetivo. Mesmo anulado em 1761, o Tratado de Madrid seguiu, ao menos naquele

¹¹⁰ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolin de Moura Lisboa, 19 de janeiro 1749”, In: *Instruções aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 11-20. Não incluídos aqueles sobre a organização das tropas que não mencionam diretamente a fronteira.

quadrante, como marco para delimitação de soberania. Apesar de o Tratado de El Pardo afirmar que todos os atos que decorressem daquele documento estavam “cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados”, ele havia transformado indelevelmente uma referência imprecisa numa fronteira clara, referendada pelo direito e que pautou concretamente o movimento das duas frentes de colonização. Pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, esses limites voltaram a ser juridicamente fundamentados e retomou-se (novamente sem que fossem concluídos) os trabalhos de demarcação.

Retornando a nosso viajante, d. Antonio foi nomeado para dar seqüência à geopolítica que é anterior ao Tratado, mas que se alterou com o reconhecimento dos limites. A mineração e o fisco, objetos da maior parte das medidas governativas no início da colonização, eram dignas de apenas dois breves artigos das suas instruções, um incentivando a exploração de ouro, o outro reiterando a proibição da extração de diamantes. Havia mais sete artigos versando sobre a política indigenista e o restante acerca da administração, da justiça, dos corpos militares e das finanças. Nas instruções são retomadas as diretrizes gerais e mesmo alguns trechos literais do Parecer que esteve na base da criação das capitanias. A prioridade era, sem sombra de dúvida, a fundação da nova colônia do Mato Grosso, que, nas palavras dos conselheiros, deveria servir de antemural a todo o interior do Brasil.

Desembarcando no porto de Cuiabá em janeiro de 1751, d. Antonio partiu em 3 de novembro rumo ao Mato Grosso. Após mais esta longa viagem em meio aos sertões, chegou, no dia 7 de dezembro, ao rio Guaporé. Ali deveria o governador cumprir o objetivo primeiro expresso em suas instruções, sobretudo nos dois artigos iniciais:

§1 - Suposto, entre os distritos de que se compõe aquela Capitania Geral, seja o de Cuiabá o que presentemente se ache mais povoado, contudo, atendendo a que no Mato Grosso se requer a maior vigilância por causa da vizinhança que tem, houve por bem determinar que a cabeça do Governo se pusesse no mesmo distrito de Mato Grosso; no qual fareis a vossa residência. Mas será conveniente que também algumas vezes vades ao Cuiabá e a outras minas do mesmo governo, quando o pedir o bem de meu serviço e a utilidade dos moradores.

§2 - Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, e concedi diversos privilégios e isenções para convidar a gente que ali quisesse estabelecer-se.¹¹¹

¹¹¹ “Instrução da Rainha, D. Mariana de Áustria para D. Antônio Rolim”, *op. cit.* p. 11-12.

Mais uma vez o vocabulário é revelador. O dicionário de Bluteau registra um sentido de “*chave*”, como atributo de “certas cidades, ou praças fronteiras, por onde os inimigos não podem facilmente entrar, e que depois de tomadas abrem caminho para maiores conquistas, se chamam chaves de um Reino”. “Propugnáculo”, informa-nos o mesmo dicionarista, é uma “Fortaleza, ou lugar munido donde se pode pelejar contra o inimigo”¹¹².

Devemos notar ainda que, já no parecer, o “antemural” é a “colônia do Mato Grosso”, isto é, o distrito que havia sido criado e a vila que se deveria fundar no Guaporé. Não é, portanto, toda a Capitania. Isso fica ainda mais claro nas instruções, pois é “naquele distrito” (e não naquela capitania) que se devem concentrar as “forças”, por ser ele “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”. É assim também que D. Antonio entendia suas instruções:

Parece-me que Vossa Majestade. não mandou formar essa Vila ao cômodo e satisfação dos moradores do Mato Grosso, nem eles tal Vila pediam e nem queriam. O motivo que Vossa Majestade toma para esta determinação é a vizinhança que este distrito tem com as terras de Espanha, por cuja causa lhe chama Vossa Majestade Chave e Propugnáculo do Sertão do Brasil pela parte do Peru, e assim o sítio desta Vila devia especialmente corresponder a este fim, ainda que daí resultasse algum incômodo aos moradores¹¹³

Esse detalhe importa porque o parecer e as instruções – que estão entre os documentos mais citados pela historiografia mato-grossense – têm recebido uma leitura diversa, cuja matriz é, novamente, a obra de Virgílio Corrêa Filho. Com uma visão que projeta na formação colonial o predomínio político que Cuiabá viria a conquistar no início do século XIX, o autor maior do regionalismo mato-grossense constrói uma trajetória de unidade, inclusive quanto às diretrizes geopolíticas. Com isso, a oposição estrutural entre o Mato Grosso e Cuiabá é reduzida a malquerenças episódicas e a capitania como um todo é vista como engajada na defesa da fronteira¹¹⁴. Na realidade, Cuiabá tem uma dinâmica diversa e, como veremos, o poder local ali existente atuou

¹¹² Rafael BLUTEAU. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728*. 8 v. (BBD).

¹¹³ Carlos Eugênio NOGUEIRA, op. cit. p. 28

¹¹⁴ Neste ponto, talvez o exemplo maior de uma continuidade involuntária com a narrativa regionalista seja a obra de Luiza Volpato (*A conquista da terra, op. cit.*). Afinal, a proposta da autora é exatamente fazer a crítica ao que representa esse legado, mas ao mesmo tempo, sua construção interpretativa mantém uma trajetória de unidade para o estado, desde a província e a capitania – assim como a visão da permanência de uma sociedade semi-itinerante, “bandeirante”, como já apontou Carlos Alberto Rosa (*A Vila Real... op. cit.*)

mais como óbice do que como instrumento de uma geopolítica que fazia do Mato Grosso um antemural da colônia.

“Chave e propugnáculo do sertão do Brasil, pela parte do Peru”, o distrito do Mato Grosso deveria “conservar os confinantes em respeito”, pois do contrário estaria em risco todo o complexo minerador. Apesar do léxico militar, a definir a nova vila como uma fortaleza, nada indica nas instruções que esta “colônia do Mato Grosso” deveria ser uma praça fortificada. Tampouco foi este o entendimento que d. Antonio teve das instruções. Tratava-se sim de construir um núcleo urbano num local apropriado – em termos estratégicos e de comodidade, salubridade e viabilidade econômica – e nele instalar a organização político-administrativa e militar da capitania. Os incentivos fiscais e a ausência de barreiras para categorias geralmente malquistas (como os “vadios”) visavam tanto à legitimação pelo *uti possidetis*, quanto à fixação de uma população apta a converter-se em força armada sempre que ameaçada a soberania portuguesa. Naquele momento, era o povoamento o ponto crucial da geopolítica da fronteira oeste, ciente que estava a alta administração colonial da superioridade demográfica das missões espanholas diante do Cuiabá e, sobretudo, do Mato Grosso.¹¹⁵ Por isso mesmo, uma política revista quando da fundação da Capitania foi a da proibição da presença de ordens religiosas em áreas de mineração. No artigo 22 das Instruções, a d. Antonio é dito que ele deve pedir “ao Provincial da Companhia de Jesus do Brasil, vos mande missionários para lhes administrarem [aos índios ‘domesticáveis’] a doutrina do sacramento”. Cumprindo as determinações, o capitão-general recebeu os padres que deram início às missões de São José, no baixo Guaporé, e de Santana de Serra Acima, atual cidade de Chapada dos Guimarães¹¹⁶. Povoar era também integrar os índios, e esta se mostrará, a longo prazo, a mais eficaz das políticas para atingir o fim desejado.

Quanto à capital, ela deveria ser erguida no local “mais próprio para sua estabilidade e o mais cômodo pelas suas circunstâncias, atendendo a que o lugar seja defensável e, quanto for possível, vizinho ao rio Guaporé ou a algum outro navegável que nele deságua para lograr as comodidades da navegação e da pesca.”¹¹⁷ A

¹¹⁵ Como notou Jovam SILVA (*op. cit.*, p. 125-127) a ênfase no povoamento segue idêntica orientação à do governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo, à mesma época. Trata-se, evidentemente, de uma política colonial para o Brasil, já entendido como uma única colônia, imensa e contígua, e não de um projeto peculiar para a capitania.

¹¹⁶ “Instrução da Rainha, D. Mariana de Áustria para D. Antônio Rolim”, *op. cit.* p. 16. Sobre esta mudança na política indigenista, Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 140-141.

¹¹⁷ “Instrução da Rainha, D. Mariana de Áustria para D. Antônio Rolim”, *op. cit.* p. 11-12.

proximidade desse rio tinha por base a concepção de que o controle exclusivo da navegação do sistema Guaporé-Mamoré-Madeira - somada ao já consolidado domínio da rota monçoeira do Cuiabá - era a garantia das fronteiras naturais reivindicadas e alcançadas com o Tratado de Madrid¹¹⁸. Como afirmara Gomes Freire de Andrade, em 1749, “segurando-se a navegação do rio da Madeira, firmamos barreira por aquela parte [...], pois é certo [que] a continuar nosso descuido e a não ser a divisão pelo rio da Madeira, adiante custará a conservação do Cuiabá mais do que há consumido a da Praça da Colônia [de Sacramento]”¹¹⁹. É principalmente essa grande via fluvial que torna o Mato Grosso a “chave” do sertão, na acepção dicionarizada por Bluteau.

Após mais de um mês de viagem, d. Antonio alcançava as águas do Guaporé. Estava finalmente no Mato Grosso, onde haveria de escolher o local mais apropriado para a fundação da vila. Tratava-se de uma área mineradora que já contava com alguns arraiais, sendo os mais importantes os de São Félix da Chapada e de Santa Ana¹²⁰. Quanto ao primeiro, as informações que chegavam à Coroa desencorajavam a escolha, pois era descrito como extremamente insalubre, mantendo-se ali a atividade mineradora à custa de muitas vidas. O arraial de Santa Ana, por sua vez, foi considerado impróprio pelo governador pela escassez de água e por um clima considerado doentio. Descartando os povoados existentes, d. Antonio seguiu para um lugar chamado Pouso Alegre (ao que parece, um arraial abandonado), que considerou ideal para a construção da vila. Aguardou a época de cheia do Guaporé, para certificar-se de que o núcleo urbano não seria alagado sazonalmente e, no dia 19 de março de 1752, levantou “o pelourinho de nova Vila que Sua Majestade foi servido mandar erigir e criar nestas minas”¹²¹. Surgia a Vila Bela da Santíssima Trindade.

As dificuldades para a construção da vila eram imensas. A falta de recursos, fosse da Fazenda Régia, fosse de particulares, levou d. Antonio a abrir mão de parte das

¹¹⁸ *Idem*. p. 14-15. A “comunicação do Mato Grosso com o Pará pelo rio, [...] será o meio mais eficaz para destruir aquela pretensão e para fortalecer as terras do vosso governo [...]. Mas, no caso que eu ao diante determine que se franqueie a comunicação do Mato Grosso com o Pará, deveis ter cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica do Cuiabá para São Paulo; pois por muitas e importantes razões convém conservar-se freqüentado pelos meus vassallos aquele sertão”.

¹¹⁹ *Apud* Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 240.

¹²⁰ A ocupação da região do Mato Grosso foi iniciada com a fundação do arraial minerador da Chapada de São Francisco Xavier, em 1734. A população dos primeiros tempos, de “2.227 pessoas, entrando carijós”, decaiu com a instalação de Vila Bela, para cerca de quinhentos indivíduos, decrescendo ainda mais no início do século XIX. TAUNAY, Alfredo d’Escagnole. *A Cidade do ouro e das ruínas*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 21). P. 93 e segs.

¹²¹ “Ata de instalação de Vila Bela da Santíssima Trindade” – 19 de março de 1752. APMT/DHMT, Doc. 25.

normas para construções, permitindo que as casas fossem feitas de pau-a-pique, com telhado de capim. Sendo o povoamento a prioridade, era preciso fazer concessões. Ele mesmo, como escreveria anos depois, chegou a viver num rancho de palha, habitação bastante incomum para um capitão-general. Em 1755, o espaço urbano da vila contava com cerca de quinhentos indivíduos.¹²² Vila Bela ganhou uma política urbanizadora mais sofisticada nos governos seguintes. Sua Igreja Matriz, mesmo que o projeto nunca tenha sido totalmente concluído, tinha dimensões e uma arquitetura impressionantes. A planta da vila na década de 1770 mostra um elaborado planejamento urbano – “o triunfo completo da linha reta”, como Sérgio Buarque de Holanda definia a cidade de colonização castelhana¹²³. Vila Bela levou cerca de vinte anos para ser devidamente ladrilhada às margens do Guaporé. Pesavam contra a edificação do antemural do sertão do Brasil, além das dificuldades materiais, a oposição, desde a fundação, de parte dos habitantes de outros arraiais e da Vila Real do Cuiabá. As primeiras tensões relacionavam-se à escolha do local, pois na visão do governador, estavam “os moradores destas minas divididos em opiniões [e] só olhava cada um para o que lhe fazia mais conta, querendo os [de São Félix] da Chapada que nela se fundasse a Vila, e os de Santana que fosse fundada naquele bairro”¹²⁴. Em 1757, os habitantes dos arraiais escreviam ao Rei, acusando o governador de irregularidades na eleição do sítio.¹²⁵

Nas instruções que d. Antonio deixou ao passar o governo a seu sucessor e sobrinho, d. João Pedro da Câmara, esclarecia as razões das dificuldades. Primeiro, o distrito do Mato Grosso como um todo é “sumariamente doentio, de grande carestia e falta ainda de muitas coisas necessárias para vida humana, pela excessiva distância em que fica dos portos de mar”. Além disso,

a Vila Bela foi levantada com bastante oposição, não só dos moradores de Cuiabá, mas ainda de muitos de Mato Grosso; porque aos primeiros parecia mal haverem estar sujeitos à Vila Bela, sendo que até ali estas minas uma dependência daquela Vila, além de outras razões de conveniência que os estimulavam; e os segundos, pelo seu cômodo, a queriam antes nos arraiais do que onde se acha fundada”¹²⁶.

¹²² BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 20). p. 46-49.

¹²³ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Especialmente, “o semeador e o ladrilhador”.

¹²⁴ “Ata de instalação de Vila Bela da Santíssima Trindade”, op. cit. p. 105-106.

¹²⁵ Nauk Maria de JESUS. “Boatos e sugestões revoltosas: a rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela – capitania de Mato Grosso (segunda metade do século XVIII)” In Wilma Peres COSTA & Cecília Helena de SALLES (Org.). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007, pp., p. 276-296.

¹²⁶ “Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro Da Câmara Pará, 8 de janeiro 1765”, In: *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, op. cit. p. 22.

O Mato Grosso era resultado das explorações dos colonos de Cuiabá, único centro de irradiação e atração do Extremo Oeste e vila que contava com um espaço urbano consolidado, com arruamento, boas construções, igrejas, fontes e mesmo uma casa adequada para um governador. A fundação de Vila Bela implicava uma inversão da hierarquia territorial entre os distritos, o que por si só tencionava a relação da antiga vila com a nova capital. Mais do que isso, Vila Bela contava com isenções e privilégios inexistentes no Cuiabá, incluindo o pagamento de metade dos direitos de entradas e do quinto do ouro. Completando o quadro, a partir de 1760, a relativa consolidação de Vila Bela permitiu a transferência do aparato administrativo que ainda permanecia em Cuiabá. Com habilidade política, d. Antonio aproveitou-se neste ano da punição a um magistrado envolvido em crimes contra os cofres reais para realizar a transferência da Ouvidoria, já sugerida em suas instruções. No ano seguinte, a Intendência e a Provedoria passaram para a capital, mas diante da expectativa de uma forte oposição cuiabana, o governador postergou a instalação da Casa de Fundição.¹²⁷ Deslocou, ainda em 1752, a tropa de Dragões para o Mato Grosso, justificando que “os soldados ordinariamente despendem tudo quanto vencem nas terras onde assistem”, sendo por isso certo que a mudança “há de puxar algumas pessoas para a Vila como vendilhões, mercadores, e oficiais, pois esses costumam ir aonde podem ter que vender, e que fazer”.¹²⁸

A polarização tinha raízes profundas: não era mera consequência de um erro na escolha do local para a fundação da vila. De um lado, a vila comercial e mineradora, semeada por sertanistas às margens das aluviões, mas que decididamente urbanizara-se, consolidando-se como maior núcleo urbano da capitania. De outro, a vila da geopolítica, “chave e propugnáculo do sertão do Brasil”, ladrilhada a duras penas na fronteira, objeto de políticas diferenciadas. Entre uma e outra, um imenso sertão, que demandava cerca de um mês para ser transposto. Territorialidades descontínuas, espaços de poder e mando de municipalidades, conformando formas diferenciadas de viver em colônia.

Para além do espaço urbano, cada uma das vilas organizava um conjunto hierarquizado de arraiais, fazendas e estabelecimentos de fronteira. Mexer com esta

¹²⁷ Nauk Maria de JESUS. “Boatos e sugestões revoltosas...”, *op. cit.* A Coroa, com conhecimento das oposições, sugere que D. Antonio apresente a transferência como provisória. “2ª Carta Anexa, de T.J. da Costa Corte Real para D. Antônio Rolim de Moura” in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, *op. cit.* p. 97.

¹²⁸ D. Antonio Rolim de Moura (1752) *apud* Jovam SILVA. *op. cit.* p. 83.

hierarquia era terreno espinhoso, como ficou claro na criação do julgado de São Pedro del-Rei (atual Poconé), em 1783. O núcleo era até então subordinado a Cuiabá, o que implicava que suas rendas eram controladas pela municipalidade desta vila. A passagem para a jurisdição da vila capital levou a um dos muitos conflitos entre a vereança cuiabana e as autoridades de Vila Bela, em especial o governador e o ouvidor.

A polarização tem um longo histórico, ao qual retornaremos nos próximos capítulos. Durante o século XVIII, o ápice das tensões parece ter sido o governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Em 1773, o capitão-general publicava um “bando em que se fazem públicas várias falsidades e sugestões revoltosas que alguns moradores de Cuiabá atribuem a esta capital”. Trata-se do instrumento mais utilizado pelos cuiabanos para anular os efeitos da geopolítica do antemural mato-grossense. Algo simples, mas poderoso, como a reiterada difusão de um imaginário sobre Vila Bela, apresentada, nas palavras de d. Luís, como “um agregado de misérias”:

[...] andam como pregando malvadamente certas Missões, para que ninguém se mude desse domicílio para este País (que aliás necessita de ser povoado como sua Majestade quer e manda precisamente), que todos o abominem, pintando-lhe como um agregado de misérias com outras mais cores denegridas e ingrátissimas, a fim de fraudar os interesses e Serviço da mesma Senhora, quando o dito País excede muito e em muitas coisas a esse do Cuiabá, não lhe cedendo em nada mais que em haver nesse um pouco mais de peixe ruim com alguma carne de vaca.¹²⁹

Atribuía-se a Vila Bela, acima de tudo, a insalubridade, o que é ao menos em parte fundamentado na realidade das moléstias que sazonalmente atingiam a várzea do Guaporé. A par disso, também se dizia que, uma vez se estabelecendo na vila, os moradores eram coagidos pelo governo a nela permanecerem. Afora isso, há casos registrados de desobediência dos súditos, como a fuga para São Paulo, em 1786, de três clérigos ligados a grandes famílias cuiabanas, que haviam sido designados para o distrito do Mato Grosso. D. Luís, enfurecidamente, descreveu o fato como “temerária insolência que praticaram os três péssimos clérigos (que muito bem se vê constituírem a mais indigna classe de vassalos que têm os soberanos em quase toda a parte)”. Acusava, porém outro sujeito coletivo, que não o clero. Trata-se dos povos do Cuiabá: “me dizem que todos nessa Vila contribuíram, com grandíssimo escândalo”, para a “estranha desobediência e desmedida temeridade”. Já em 1794, o mestre de campo do Cuiabá denunciava ao capitão-general que a municipalidade de Cuiabá estava despendendo recursos que deveriam ser repassados a Vila Bela em melhoramentos urbanos. Segundo

¹²⁹ *Apud* Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real... op. cit.*, p. 268

ele, diziam os daquele “governo que tudo quanto receber a Câmara o hão de gastar [...], para que nunca haja de haver resíduos para se mandar para a Capital”¹³⁰. Toda a política de povoamento e consolidação do Mato Grosso, longamente discutida e formulada nas altas instâncias da Monarquia, parecia ser alvo de uma espécie de sabotagem dos súditos do Cuiabá, atingidos negativamente por ela.

Diante desse quadro, desde a fundação da vila procurou-se provar a falsidade das alegações para atrair povoadores. Primeiro governador, d. Antônio foi instruído a visitar sempre que possível o Cuiabá. Não o fez e ao deixar a capitania aos cuidados de seu sucessor, transmitiu o que a experiência lhe ensinara:

[...] sempre me parece que a primeira e fundamental máxima que Vossa Excelência deve seguir para o estabelecimento e aumento desta Vila e minas [do Mato Grosso] é freqüentar pouco os arraiais, e a Cuiabá ir somente pedindo-a alguma forçosa razão do serviço de El-Rei; porque é certo, pelo que acima fica dito, que todos no seu princípio hão de estar com os olhos no que Vossa Excelência faz, e se virem que se aparte deste clima, e dos incômodos que ele trás consigo, hão de conceber esperanças de que isto não vá adiante, com o que, muitos intubiarão [sic] para não virem para cá.¹³¹

O governador assumia que a vida em Vila Bela era menos cômoda do que no Cuiabá e enfatizava que precisamente por isso era necessário insistir na política de povoamento e de consolidação da capital, a começar pela residência permanente do governador. Sua ausência da difamada vila só serviria para confirmar os argumentos dos cuiabanos. Afinal, estavam vivas, ao menos para alguns, as “esperanças de que isto não vá adiante”. A princípio, os de Cuiabá poderiam esperar uma reversão da situação, contando com a inviabilidade prática de Vila Bela. Com a consolidação da capital, a expectativa poderia passar a envolver um desmembramento da capitania. Assim, em 1780, ao instar a câmara do Cuiabá para que passasse a redigir seus Anais, o provedor Felipe José Nogueira Coelho colocava a separação no campo dos possíveis: “Poderá também obstar [a escrita dos Anais] que naquela vila [do Cuiabá] há poucos fatos memoráveis, por não ser residência do governo, nem cabeça da comarca, mas o tempo e os descobertos poderão fazer que por separação venha ainda ser uma e outra coisa”.¹³²

Pela mesma época, os cuiabanos contavam com aliados poderosos em suas críticas à orientação geopolítica que privilegiava o Mato Grosso. Trata-se dos comerciantes e contratadores de Minas Gerais, que estendiam sua rede de negócios até Goiás e Cuiabá.

¹³⁰ Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real... op. cit.*, p. 293.

¹³¹ “Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro Da Câmara Pará, 8 de janeiro 1765”, In: *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 22.

¹³² Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real... op. cit.*, p.

Como demonstrou Carlos Rosa, construiu-se entre as capitanias mineradoras relações de cooperação política fundadas nas alianças comerciais. O ápice dos conflitos e o momento de instrumentalização das articulações Cuiabá-Goiás-Minas Gerais ocorre, não por acaso, nos governos dos irmãos Luís e João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, entre 1772 e 1796. Trata-se do apogeu da política do antemural do sertão do Brasil, com as partidas demarcatórias, a construção de uma rede de fortificações na fronteira e o monopólio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Momento máximo da geopolítica, como das tensões, envolvendo claro conteúdo sedicioso, próprio, enfim, dos novos tempos. Porém, a experiência desses conflitos deixaremos para outra parte. Passemos a analisar o “período albuquerqueino” do ponto de vista da geopolítica do antemural. Compreendida a política colonial que se implementava a duras penas, será possível, então, partir da margem e ver o Oeste da perspectiva dos colonos.

O “período albuquerqueino” e o apogeu da geopolítica

A geopolítica da fronteira oeste prosseguiu, até as vésperas do século XIX, com base na concepção de Vila Bela e de seu distrito como antemural do interior do Brasil. Sobre o que há de continuidade e de transformações nessa política nos dão notícias as diversas instruções que cada capitão-general redigia, ao deixar o governo. Em uma delas, entregue, em 1772, por Luís Pinto de Souza Coutinho a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ficava claro que muito do que orientava o governo de d. Antonio se mantinha válido:

1º - Para Vossa Excelência compreender o verdadeiro espírito com que a Corte mandou fundar esse estabelecimento e criar o governo de Mato Grosso, deve Vossa Excelência ter presente a instrução passada a Dom Antônio Rolim de Moura, com data de 19 de janeiro de 1749, e firmada pela Real mão. / 2º [...] deve Vossa Excelência ratificar o sistema daquela instrução, com a combinação exata das diferentes ordens posteriores [...].¹³³

Em termos mais precisos, deixava claro que “a mente de Sua Majestade a respeito desta Capitania se reduz a dois pontos, essenciais e inalteráveis, que vem a ser: de que os espanhóis se não tornem a estabelecer de nenhum modo na margem ocidental do

¹³³ “Instrução que o Ilustríssimo e o Excelentíssimo Senhor Governador Luís Pinto de Souza deixou ao seu sucessor, o Ilustríssimo e o Excelentíssimo Senhor Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. (1772)” *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 30-32. Daqui por diante, referida apenas como “Instrução (1772)”

Guaporé; e que se conserve livre e desembaraçada a navegação do Pará.”¹³⁴ - um e outro ponto envolvendo o incentivo ao povoamento do distrito do Mato Grosso. Com 127 artigos, essas instruções são as mais extensas e detalhadas, dentre as existentes, e fazem referência a todo o conjunto anterior de documentos da mesma natureza, apontando ao novo governador o que deles deve ou não permanecer. Seu caráter mais global permite que a tomemos como fio condutor para a análise das linhas gerais da geopolítica para o Oeste, focando três pontos essenciais – o povoamento, a defesa militar e o comércio.

a) recursos humanos e econômicos: a difícil consolidação do antemural

Desde a década de 1740, o povoamento era o ponto central das diretrizes metropolitanas para o distrito do Mato Grosso, entendido como barreira às pretensões espanholas e como justificativa ao *uti possidetis*. Durante os governos de d. Antonio Rolim de Moura (1751-1765), d. João Pedro da Câmara (1765-1769) e d. Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772), ainda que a ameaça de conflitos militares fosse constante – se concretizando em pelo menos uma ocasião, no ano de 1763 –, o aumento da população ocupou mais as atenções dos governantes do que a construção de fortificações e de outras instituições de fronteira¹³⁵. Tratava-se, naquele momento, da necessidade de consolidar Vila Bela, povoando, viabilizando economicamente, organizando a vida urbana e, é claro, garantindo suficientemente a capital para situações de conflito. Afora a Vila, cuidava-se da navegação do Guaporé, defendida por uma pequena tropa na antiga aldeia castelhana de Santa Rosa evacuada em obediência ao Tratado de Madrid. O lugar deu origem ao Forte Bragança, alvo, tanto em 1763, quanto em 1766, das tropas castelhanas, na tentativa de bloquear a navegação entre Vila Bela e Belém, retomando o controle de ambas as margens do Guaporé.

Seguindo a antiga prioridade, d. Luís Pinto trata, em suas instruções, primeiro e mais longamente da “*povoação*”. Inicialmente, relata a política de incentivos ao Mato Grosso, informando que os benefícios estabelecidos desde a década de 1740 foram não só prorrogados, mas ampliados no seu governo. Considerando que a prorrogação virá a finalizar em 1777, mostra-se o capitão-general favorável à sua renovação. Indica ainda

¹³⁴ *Idem.* p. 32

¹³⁵ Principalmente o governo de Luís Pinto de Souza Coutinho foi marcado por uma política de melhoramento urbano de Vila Bela e de cumprimento de suas posturas municipais. Apesar de ter as atenções voltadas para a guerra, que naquele momento punha em prova a defesa da fronteira, pôde o capitão-general coordenar a execução de alguns pontos essenciais da política de povoamento e urbanização da capital. Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN, *op. cit.* p. 63-64. Nauk Maria de JESUS. “Boatos e sugestões revoltosas...”, *op. cit.* p. 281-282.

quatro conjuntos de medidas que podem contribuir para o povoamento, sendo o primeiro, “dar maior liberdade possível ao comércio”, facilitando a circulação de mercadores, permitindo a abertura de “qualquer gênero de negócio, ainda que independente de grandes cabedais”, dando baixa a soldados “que tinham juntado alguma porção de ouro” e desejavam se tornar comerciantes, não executando violentamente as dívidas com a Fazenda, entre outras medidas.¹³⁶

O segundo ponto para o incremento da população é o “aumento da agricultura”, que até ali se fazia de forma “imperfeita”, para a “subsistência” e não como “objeto de comércio”, sujeitando os colonos e, principalmente, a tropa, a freqüentes crises de carestia¹³⁷. Havendo na única fortificação da fronteira – o Forte de Bragança - uns poucos roceiros que lograram tornar a guarnição quase auto-suficiente, no que tange aos gêneros alimentícios, este torna-se um modelo de abastecimento militar a ser seguido. O cuidado estaria em não permitir que os credores executassem os bens dos roceiros, que se estabeleceram naqueles confins exatamente por estarem afundados em dívidas. Ainda mais problemáticas para a lavoura eram as fugas de escravos para os domínios de Espanha. Quanto ao governo de Santa Cruz de La Sierra, o capitão-general informava que já estavam regularizados os procedimentos para a captura e devolução dos cativos, o que não ocorria, porém, com o governo de Assunção, destino cada vez mais buscado pelos fugitivos. Sendo assim, uma fortificação deveria ser erguida no rio Paraguai para servir também para barrar as fugas por via fluvial, para um domínio castelhano sem boas relações com o governo de Vila Bela. A melhoria da agricultura passava ainda pela diversificação dos gêneros, especialmente o tabaco e o algodão.¹³⁸

O terceiro ponto para o incremento da povoação é a mineração:

67º - Em um país tão central como o Mato Grosso, em que todos os gêneros necessários à nossa conservação física, adquirem um grau de carestia de mais de 300 por cento da primeira mão, nenhuma outra produção pode ser equivalente para sustentar o comércio, e fazer florescer esta Colônia, mais do que a do ouro. Se esta viesse a extinguir-se, a Capitania de Mato Grosso viria a reduzir-se a uma miserável povoação de índios, e seria impossível a Sua Majestade entreter aqui a guarnição, por falta de meios, nem suprirem-se as despesas civis; enfim, viria brevemente a despovoar-se, porque a única idéia de lucro é o móvel que atrai para elas os colonos.

68º - Em consequência destes princípios, compreenderá Vossa Excelência admiravelmente, que o fomento das minas e o animar os novos descobrimentos, é o principal fundamento da felicidade pública que se não deverá nunca perder de vista.

¹³⁶ “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 37-42.

¹³⁷ *Idem.* p. 42-44.

¹³⁸ *Idem.* p. 44-45.

Como, dadas as distâncias, “nenhuma outra produção pode ser equivalente para sustentar o comércio”, o ouro era a única garantia, tanto de um fluxo migratório considerável, quanto de condições financeiras para manter os custos da defesa da fronteira. O governador propunha, por tudo isso, a concessão de recompensas pelos novos descobrimentos e os incentivos aos mais abastados para que organizassem bandeiras de prospecção. Considerava que apenas o norte da capitania era promissor e relatava as diversas notícias de possíveis veios, ainda inexplorados. Recomendava ainda, caso efetuados os achados, a necessidade de impedir que os descobridores exercessem um “rigoroso monopólio do que pertence ao público”, algo comum nessas situações. A proibição da extração nos terrenos diamantíferos do Alto Paraguai e do Arinos seguia, porém, intocável.

O quarto e último ponto para a promoção do povoamento é a adoção de novas medidas específicas, como “promover os casamentos e atrair para este Distrito novas famílias”, acabar de vez com as leis que embaraçam a migração de Goiás e São Paulo para o Mato Grosso e, finalmente, combater a oposição cuiabana:

89º - Não me demorarei em fazer aqui reflexões, que hajam de parecer odiosas [a respeito das leis que embaraçam a migração], e somente passarei a notar em como os moradores de Cuiabá têm olhado sempre com ciúme este estabelecimento, depois que se mudou para ele o assento do governo, tendo por máxima universal horrorizar os novos vindos, pintando-lhes a residência de Vila Bela com as cores mais atrozes.

90º - Uma das atenções particulares da administração de Vossa Excelência é o fazer coibir estas funestas sugestões e dar aos Ministros (que muitas vezes se deixam dominar do mesmo entusiasmo), quais sejam as intenções de Sua Majestade a este respeito; e o quanto é inerente ao seu ofício, não só não embaraçarem as pessoas que pretendam mudar para aqui o seu domicílio, mas concorrerem com o maior zelo possível para que assim se efetue.¹³⁹

Os quatro pontos indicados, somados aos incentivos e privilégios já estabelecidos, deveriam promover o aumento da população livre, se possível de famílias com condições de estabelecer comércio, lavoura ou minas. A incorporação de indígenas e o tráfico de escravos fariam parte das políticas militares e mercantis, respectivamente. Apesar de todas as medidas já implementadas, d. Luís Pinto afirma que a população, ao final de seu governo, não excede 14 mil indivíduos, a maior parte se concentrando no distrito do Cuiabá. Ainda no que toca à povoação, atesta o quanto a capitania de Goiás importava diretamente ao povoamento, vista como possível fonte de um fluxo migratório dirigido, inclusive com a reiteração da antiga idéia da transposição do arraial

¹³⁹ *Idem.* p. 48-49.

de Meia Ponte. Com o fracasso da tentativa de levar os goianos à fronteira, propunha agora o governador que se os levasse, pelo menos, ao caminho entre Cuiabá e Vila Boa de Goiás. “Enfim, deve Vossa excelência aproveitar toda a ocasião que se lhe oferece de transplantar para ali gente, lançando mão dela e concedendo-lhe os proporcionados socorros, à custa da Fazenda Real”.¹⁴⁰

Mas Goiás seria crucial também para a manutenção financeira da capitania. Era grande a dificuldade em obter recursos para a manutenção e o aumento das tropas e para a construção de praças fortificadas. Afinal, desde a conquista do Mato Grosso, nem houve descobrimentos auríferos de monta, nem era possível, com população tão exígua e contando com tantas isenções, obter tais recursos através do fisco. A capitania, dizia d. Antonio em 1765,

[...] é, por território, das mais extensas; mas por gente, muito diminuta. Sem embargo do que, Sua Majestade a fez Capitania separada, com Governador e Capitão-General; guarnição de Dragões e Ministros, no que depende muito mais do que ela rende, o que dá bem a conhecer a sua grande importância no conceito do mesmo Senhor.¹⁴¹

O déficit é o corolário da manutenção do antemural da colônia, insuperável enquanto não se tornasse possível produzir em grande escala para mercados mais amplos e atrair fluxos migratórios mais intensos. Agravada pela crise da mineração, no início do século XIX, a situação se aprofundaria durante o Império. Segundo Romyr Conde Garcia, “a emissão de moeda, os donativos, empréstimos internos e externos, subsídios, ou seja, a Receita Extraordinária, torna-se a principal renda da província. E com um agravante: com um peso maior que qualquer outra renda na história de Mato Grosso, inclusive o ouro nos tempos de Rolim de Moura ou dos Albuquerque”¹⁴². Ao mesmo tempo, os gastos militares representam cerca de 70% das despesas. Em suma, por cerca de setenta anos de trajetória da capitania, e por toda a história da província de Mato Grosso, a dependência de socorros externos foi uma constante. Para se ter uma idéia do caráter estrutural do déficit, uma pesquisa sobre as finanças das diversas províncias entre os anos de 1844 e 1889 aponta o Mato Grosso como único caso em que “foram observados déficits em **todos** os 34 anos para os quais se dispõe de informações fiscais consolidadas”¹⁴³.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 40.

¹⁴¹ “Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro Da Câmara Pará, 8 de janeiro 1765”, op. cit. p. 21

¹⁴² Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003., Capítulo X.

¹⁴³ André Villela. *Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. Estudos Econômicos*, vol.37 no.2 São Paulo, 2007. (grifos originais)

Retornando à capitania setecentista, a princípio foram utilizados os dízimos de Cuiabá, empréstimos e mesmo os donativos para o Terremoto de Lisboa, arrecadados em Cuiabá, na defesa da fronteira. Mas foram as remessas de recursos de Goiás e da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que permitiram um relativo equilíbrio nas finanças¹⁴⁴ Quanto à Companhia, os repasses eram parte de um projeto mais amplo, de instrumentalização mercantil do antemural mato-grossense, do qual trataremos a seguir. No caso goiano, ainda no governo de d. Antonio, o governador pedia ao Rei que desse “*a providência necessária*” para resolver a falta de recursos da capitania:

[...] ordenando aos Governadores das [Minas] Gerais e Goiás, ou Rio de Janeiro, [que] remetam das suas Provedorias à desta capitania a importância que Vossa Majestade julgar conveniente [...], pois com as rendas que ora há nesta Provedoria e ainda incluindo os Reais Quintos, se não pode satisfazer a todas as despesas e muito escassamente se poderá suprir as ordinárias.¹⁴⁵

Com base nessa demanda, estabeleceu-se, a partir de 1759, a remessa anual obrigatória de ouro goiano, que permaneceu, com uma interrupção entre 1791 e 1804, até as vésperas da Independência, quando as finanças da província de Mato Grosso entraram em colapso, entre outras razões, pela recusa da Junta goiana em efetuar o repasse. A partir de 1825, em meio a levantes das tropas há anos sem soldos, regularizou-se o envio de socorros da Corte, que passavam a representar mais de metade (e em certos anos mais de 90%) das receitas provinciais¹⁴⁶. Originalmente uma capitania que dependia de socorros externos para a realização de sua função geopolítica, a província de Mato Grosso seria, desde o princípio, deficitária. Na realidade, considerados os mecanismos de sua integração econômica e política, estruturalmente deficitária.

Um quadro de enormes dificuldades para o incremento demográfico e do princípio de uma dependência externa para o equilíbrio das finanças da capitania é o que apresenta d. Luís Pinto de Souza Coutinho a seu sucessor. No tocante ao povoamento, um crescimento sensível ocorrerá nos governos dos irmãos Luís e João de Albuquerque. Explicar o incremento populacional a partir da década de 1770 não é tarefa fácil. Segundo os dados apresentados por Jovam Silva, entre 1772 e 1794, o saldo (i)migratório (ou seja, o incremento populacional, menos a diferença entre nascimentos

¹⁴⁴ “2ª Carta Anexa, de T.J. da Costa Corte Real para D. Antônio Rolim de Moura”, op. cit. p. 98.

¹⁴⁵ *Apud* Otávio CANAVARROS, op. cit. p. 319.

¹⁴⁶ Os dados são de Romyr Conde GARCIA, op. cit.

e óbitos) é de mais de 10 mil indivíduos¹⁴⁷. No mesmo período, a população total passava de cerca de 14 mil para algo em torno de 26 mil habitantes, crescimento considerável dadas as dificuldades da colonização da Capitania e considerando-se que o período seguinte é de estagnação, de tal forma que a população só ultrapassaria os 30 mil habitantes por volta do ano de 1840.¹⁴⁸

A menos bem-sucedida de todas essas políticas parece ter sido a de atração para o distrito do Mato Grosso de famílias livres, preferencialmente brancas, para estabelecer comércio, lavoura, currais ou lavras, com seus escravos. Primeiramente, porque nada indica que qualquer dos muitos projetos de estabelecimento massivo de casais de colonos tenha alcançado seus objetivos¹⁴⁹. Em segundo lugar, porque o crescimento foi muito mais efetivo no distrito do Cuiabá do que no Mato Grosso.

Duas estatísticas da população do distrito de Mato Grosso que partem de critérios raciais e jurídicos idênticos, uma de 1769, outra de 1797, nos oferecem uma visão da composição da população que se incorporava à colonização de Vila Bela. Percebe-se o incremento maior dos livres, porém com consistente afluxo de escravos, que, ainda em 1797, formavam a maioria da população. Além disso, fica claro que, dentre os “livres”, quase não há acréscimo dos “brancos”, e são os “caborés” e os “pretos livres” os contingentes que mais crescem no período¹⁵⁰.

Considerando os dados oferecidos por Jovam Silva, existem três fatores que nos parecem predominantes para o afluxo populacional. O primeiro é a regularização da migração forçada, por meio do tráfico promovido pela Companhia do Grão-Pará (sendo os próprios protestos dos mato-grossenses a respeito das condições do comércio de escravos por esta via indício de sua importância¹⁵¹), pela rota monçoeira paulista (já declinante em fins do século) e pelo caminho terrestre, via Goiás, conectando aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador. É o próprio d. Luís Pinto que o afirma, nas Instruções: “30º - Pelo Sertão do Cuiabá, se liga a nossa Capitania com a de Goiás, e se tem aberto há poucos anos uma boa correspondência com a praça da Bahia, pelo que toca ao comércio dos escravos.”. A importância relativa de cada uma dessas rotas foi variável e

¹⁴⁷ Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 152

¹⁴⁸ Ver anexo estatístico.

¹⁴⁹ A insistência na prioridade em atrair colonos, preferencialmente casados e brancos, está bem documentada no livro de Jovam SILVA (*op. cit.*, p. 162-163).

¹⁵⁰ Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 212.

¹⁵¹ José Roberto do Amaral LAPA (*op. cit.*) refere-se a diversas críticas de colonos a respeito do tráfico de escravos, fosse acerca dos preços e das condições de crédito, fosse por conta do uso da força de trabalho dos cativos como remeiros no trajeto de quase um ano entre Belém e Vila Bela, que deixaria em más condições físicas os africanos.

difícil de mapear, mas o certo é que, no final do século XVIII e início do XIX, o Rio de Janeiro se tornaria o porto de entrada predominante, para os mercados cuiabano e mato-grossense.

O segundo fator é a migração de indivíduos livres, na grande maioria pobres, vindos de diversas capitanias, integrados como mineiros em novas lavras ou faisqueiras, comboieiros das diferentes monções, pequenos comerciantes, sertanistas, camaradas nas fazendas de gado, etc. - não sendo de se desconsiderar o freqüente envio de reforços para as guarnições de fronteira, além do degredo interno, como formas de migração forçada de homens livres¹⁵².

O terceiro fator, de grande relevância, é a integração de indígenas, nos termos do Diretório pombalino. Como veremos, além dos (poucos) aldeamentos, propriamente ditos, algumas das instituições de fronteira – fortificações, entrepostos fazendas régias – criadas no período albuquerqueiro foram povoadas majoritariamente por indígenas, incorporados à colonização como súditos da Monarquia, fossem oriundos dos sertões da capitania, fossem migrados das missões de Chiquitos e Moxos¹⁵³. Assim, escrevia d. Luís Pinto que seu sucessor deveria “aliciar os índios das Missões espanholas” e promover “os descimentos de índios silvestres”, ainda que estes se mostrassem infrutíferos até então¹⁵⁴. A política de atração dos índios *chiquitanos*, foi insistentemente estimulada, desde o tempo de d. Antonio, pois traria não apenas o incremento populacional, mas também o despovoamento dos estabelecimentos inimigos, além da vantagem de serem esses indígenas já disciplinados para o trabalho, cristianizados e hispanizados. Sua integração como trabalhadores e súditos fiéis da Monarquia seria, portanto, muito mais vantajosa. Os resultados práticos desta política vemos nos relatos sobre a fronteira, em fins do século XVIII. Povoados como São Pedro Del Rei (atual Poconé), Albuquerque (atual Corumbá) e Vila Maria (atual Cáceres) foram formados principalmente por indígenas, a maioria deles emigrados das missões castelhanas. Segundo d. Luís Pinto, na aldeia de Lamego, fabricava-se tecidos “pelo modelo dos índios do Peru”¹⁵⁵. Além disso, cada fortaleza estabeleceu relações com indígenas, em termos de trocas e de incorporação eventual às tropas em momentos de conflito. Finalmente, a migração de súditos de Castela, tanto índios aldeados, como

¹⁵² Quanto ao degredo interno, ele parece ter se regularizado apenas a partir de 1797. José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 56.

¹⁵³ Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 27 e 69-72.

¹⁵⁴ “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 49.

¹⁵⁵ Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 217.

colonos brancos e autoridades coloniais, cresceu no início do século, em decorrência das guerras civis, especialmente na área subordinada a Santa Cruz de La Sierra, que inclui as missões de Chiquitos.

Sendo considerável a incorporação indígena, ela é incomparável, porém, à ocorrida no Grão-Pará, onde já em 1720 somavam-se cerca de 54 mil indígenas em 63 missões. Há que se considerar, evidentemente, que não havia no Cuiabá e Mato Grosso o precedente de uma ação missionária e que, até a criação da capitania, era vigente a proibição de padres de ordens religiosas naquelas minas. Ainda que importante para o povoamento, a política indigenista tinha pouco impacto econômico, em especial porque não havia pressão considerável por mão-de-obra ou por terras indígenas. Lembremos que no final do século XVIII, algo entre 50 e 60% da população incorporada à colonização da capitania era de escravos de origem africana. Isso num contexto de diminuição da extração de ouro e de impossibilidade de acesso a mercados mais amplos, com outras mercadorias. A liberação da exploração dos terrenos diamantíferos, no início do século XIX levou milhares de livres e escravos às novas áreas, especialmente o núcleo urbano de Diamantino, no Alto Paraguai. Porém, a esta altura as lavras de Mato Grosso estavam esgotadas e a migração não representou incremento populacional no todo da capitania, mantendo-se, assim, os estreitos limites do mercado interno. Em termos sociais, não havia, no início do século XIX, uma categoria diferenciada de súditos – como os “tapuios” do Grão-Pará¹⁵⁶ –, mas antes “bastardos” e “caborés” espalhados pelas vilas, arraiais e estabelecimentos de fronteira, além de índios semi-incorporados que não sofriam pressão considerável por sua utilização como mão-de-obra. Em Goiás, a pressão, nesse período, era por terras indígenas e pela regularização da navegação do Tocantins. A “guerra justa” seria ali retomada, mas principalmente como guerra de extermínio, não de incorporação forçada.

No Extremo Oeste, passados os *rushs* mineradores anteriores à criação da capitania do Cuiabá e Mato Grosso, a demanda por mão-de-obra indígena foi apenas eventual. A incorporação dos índios, segundo as normas do Diretório, deveu-se muito mais ao cumprimento de imperativos estratégicos da Monarquia do que às necessidades produtivas dos colonos. A importância demográfica da incorporação de indígenas brasílicos ou *chiquitanos* está principalmente na possibilidade de consolidar a povoação

¹⁵⁶ André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. Tese apresentada ao departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 2006.

de locais estratégicos, mas de pouco interesse econômico. Locais que os colonos livres, com seus escravos, relutavam em colonizar, pois não havia nem ouro, nem boas condições de mercado para a produção agropecuária ou para o comércio. Além, é claro, de condições menos cômodas de vida, distante dos núcleos urbanos, com recorrentes conflitos com índios não-incorporados, tudo isso amplificado pela vozeria cuiabana sobre as misérias e doenças do vale do Guaporé. A crer na narrativa de Augusto Leverger, o povoamento de pontos estratégicos era tão relevante que chegou a ocorrer pelo menos um caso de bandeira contra quilombo, cujo resultado não foi nem um massacre, nem uma re-escravização dos quilombolas, mas o acordo para a fundação de uma aldeia¹⁵⁷. Talvez nenhuma outra imagem represente tão nitidamente as peculiaridades de uma produção politicamente orientada do espaço.

Assim como as finanças, a dinâmica do povoamento estava, na capitania, estreitamente ligada à construção do antemural militar, o qual passamos a apresentar.

b) tropas, fortes, aldeias e fazendas: o antemural militar

Uma mudança significativa entre as instruções de d. Antonio Rolim de Moura e todas as posteriores reside no fato de que estas, escritas depois do Tratado de Madrid, partem do respeito aos limites estabelecidos, não havendo, como naquelas, determinações no sentido de “*apossar-vos do pudesdes e não estiver já ocupado pelos espanhóis*”¹⁵⁸. Concretamente, as situações de conflito na fronteira oeste na segunda metade do século XVIII foram desdobramentos de guerras em solo europeu e não envolveram, da parte de Portugal, a pretensão de incorporar territórios para além dos limites consagrados pelos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777). O litígio entre as monarquias estava novamente na Colônia de Sacramento, num conflito que, com idas e vindas, atravessaria os processos de independência. No distrito do Mato Grosso, o antemural foi colocado à prova com a invasão espanhola de 1763 (e uma nova tentativa, em 1766), além de um período de expectativas de guerra com a expulsão dos jesuítas de Chiquitos e Moxos, alguns anos depois. Movimentações que envolveram a montagem de uma estratégia propriamente militar para a fronteira oeste.¹⁵⁹

¹⁵⁷ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). p. 100.

¹⁵⁸ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolin de Moura Lisboa, 19 de janeiro 1749”, *op. cit.* p. 18.

¹⁵⁹ Em 1763, cerca de 1.200 súditos de Castela, em dezenas de embarcações, intentaram a retomada do sítio onde antes haviam estabelecido a missão de Santa Rosa, na margem oriental do Guaporé. Tratava-se de uma missão abandonada pelos castelhanos em cumprimento ao Tratado de Madrid e que havia se

Resultam desse aprendizado, por exemplo, a tática de atacar as missões para prejudicar o abastecimento das tropas espanholas¹⁶⁰, o recrutamento de índios (“Companhia dos Índios de Santa Ana”, tentativas de criar um “Terço dos Bororo” ou de organizar os indígenas de forma semelhante aos “Cipais”, das Índias Orientais) e de sertanistas (o corpo dos “Aventureiros”, que tiveram parte nos enfrentamentos de 1763)¹⁶¹. Ao mesmo tempo, é fruto dessas mobilizações a convicção de que, no vale do Guaporé, a natureza era a melhor barreira às pretensões castelhanas. Dizimados por doenças e pela dificuldade em suportar a travessia das áreas pantanosas, os súditos de Castela haviam sido derrotados com poucos enfrentamentos, em 1763, e, três anos depois, sem que um tiro sequer fosse disparado. Ao sul, apercebiam-se os capitães-generais que uma fortificação fazia-se necessária no rio Paraguai, não apenas para barrar uma possível investida castelhana na via monçoeira, mas também para dar guerra aos Paiaguá e para fechar uma rota que se tornava freqüente para escravos fugidos do Cuiabá. Em suma, após a primeira prova colocada à fronteira oeste, afirmava d. Luís Pinto, em sua instrução que:

[...] os postos de que atualmente depende a segurança desta Capitania, mais conhecidos são o Forte de Bragança e o destacamento da margem oriental do Guaporé. [...] Além dos referidos postos, já tenho exposto a Vossa Excelência a grande necessidade que há de se fortificar o [rio] Paraguai no sítio do Fecho dos Morros, e as grandes vantagens que daí se podem seguir, não só para o comércio, mas para cobrir o Cuiabá de todo insulto. Pelo que toca a esta Capital, que pode ser invadida pela Província de Chiquitos, a sua defesa consiste na sua situação, nos rios que lhe servem de barreira, nos bosques e pantanais que a circundam, e finalmente no sertão de 50 léguas, inculto, e quase desconhecido, que o separa da mesma Província.¹⁶²

tornado, desde então, uma guarnição portuguesa. Após alguns enfrentamentos armados e a destruição de uma aldeia jesuítica, o conflito foi interrompido com a notícia do Tratado de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, que punha um fim à Guerra dos Sete Anos. Em 1766, os espanhóis, liderados pelo general presidente da Real Audiência de Chuquisaca, novamente deslocaram grande contingente para o vale do Guaporé. Desta vez, porém, as tropas não chegaram a se dirigir aos domínios portugueses, retirando-se após longa espera, possivelmente por conta das muitas baixas por doenças, ou por ordens da Coroa. Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso. op. cit.*, p. 375 e Luiza VOLPATO, *op. cit.* p.43.

¹⁶⁰ Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 130-131. Porém, dentre outras mudanças, as instruções de 1771 desaprovavam o artigo 20 das que d. Antonio passou a seu sucessor, segundo o qual, no caso de os missionários castelhanos se recusarem a devolver escravos fugidos, dever-se-ia entrar nas missões “*e permitindo o tempo e as circunstâncias, aproveitar a ocasião e queimar alguma ou algumas das aldeias, mas dispondo-se a ação de modo que pareça feita por ordem dos soldados, e não por ordem de Vossa Excelência, ou ao menos que se possa assim defender, o que é conforme às Instruções da Secretaria de Estado*”. “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolin de Moura Lisboa, 19 de janeiro 1749”, *op. cit.*

¹⁶¹ Sobre os índios de Santa Ana, *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007. p. 90 (1763). Sobre a organização inspirada nos Cipais, “Carta-instrução de [Martinho de Melo e Castro] para Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13 de agosto de 1771.”, *op. cit.* p. 91.

¹⁶² “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 56.

A partir de 1767, com a expulsão dos jesuítas das Índias de Castela, abre-se novo período de expectativas de conflito, pois antecipava-se uma vigorosa resistência armada em Chiquitos e Moxos, que poderia desdobrar-se em solo mato-grossense¹⁶³. Era comum nessas situações de ameaça externa, o envio de tropas desde o Grão-Pará e Goiás, para reforçar emergencialmente o contingente da fronteira. Também ocorreu, em certas situações, um recrutamento massivo de colonos do Cuiabá, o que era obtido de forma muito mais rápida, mas não deixava de gerar novas tensões entre estes e os responsáveis pela geopolítica da fronteira. Este foi o caso em 1771, quando notícias vindas de informantes portugueses nas missões (já sob controle secular) deram conta de que se preparava um grande contingente para invadir o Mato Grosso. Narram os *Anais do Senado da Câmara do Cuiabá* que naquele ano “se vêm ordens sobre ordens do General que manda aos chefes dos Corpos Auxiliar, e Ordenanças que sem perda de tempo, e quanto antes façam expedir gente, e mais gente para socorrer a fronteira da Capital, que considera sitiada já dos Espanhóis”. Eram “ordens sobre ordens” do mestre de campo, que fizeram marchar “gente, e mais gente”, para a fronteira: as tropas regulares, as ordenanças, as tropas auxiliares, os capitães do mato, sem exclusão em nenhum caso dos que requeriam dispensa, o “que era o mesmo que dizer: tudo o que estiver capaz de pegar em armas vença, fique o Cuiabá em poder dos negros, e sujeitos a ser tomado pelos Espanhóis; se a isso se resolverem”.¹⁶⁴

A notícia depois se revelou infundada. Não havia castelhanos a caminho da fronteira e logo os cuiabanos regressaram à vila. Porém, somando-se a outras tantas razões, o peso que o antemural mato-grossense impunha ao Cuiabá em situações de mobilização militar não deixava de ser registrado nos *Anais do Senado da Câmara*, fonte que, como nenhuma outra, expressa a visão de mundo da “nobreza” que regia os “povos do Cuiabá” – categorias que englobavam critérios de estamento e classe a delimitar a, assim chamada, elite local. Segundo esta visão, os de Vila Bela quase não pagavam tributos, freqüentemente não eram executados por dívidas, tinham privilégios os mais diversos, tudo para que contivessem os vizinhos em respeito. Nessas condições, não parecia justo que os do Cuiabá, que não contavam com nenhum desses benefícios e eram, segundo entendiam, os verdadeiros responsáveis pela conquista da fronteira, continuassem pagando com ouro e, eventualmente, com sangue, os custos da geopolítica.

¹⁶³ Luíza VOLPATO, op. cit. p. 41.

¹⁶⁴ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá*, op. cit. p. 98 (1771).

Na investida de 1766, que sequer adentrou o território luso, fala-se em quinhentos mortos da parte dos castelhanos, sem que houvesse uma batalha. Se “jamais os espanhóis farão contra nós expedições em que não venham a morrer de doenças mais da metade das suas tropas”, o governo do Mato Grosso “deve racionalmente esperar” que os inimigos “hajam de apreciar a sua dura lição para o futuro, a menos que a Espanha, se não determinasse a entreter na fronteira um corpo de tropas regular, e a fundar alguma fortificação sobre a margem destes rios, o que faria mudar consideravelmente o atual estado de coisas.” A crença de d. Luís Pinto numa barreira natural e na irremediável decadência de Moxos¹⁶⁵ não foi totalmente compartilhada por seu sucessor, Luís de Albuquerque, mas seria retomada no final do século, como veremos.

No vale do Guaporé, logo se construíram novas fortificações e postos de fronteira. Já existia, desde 1760 o forte de Nossa Senhora da Conceição, que passou a denominar-se forte Bragança no governo de d. Luís Pinto e que foi posteriormente abandonado e substituído pelo forte do Príncipe da Beira¹⁶⁶. Este, construído a partir de 1776, também às margens do Guaporé, tornou-se a única praça fortificada deste rio e o principal posto de apoio à carreira do Pará e ao povoamento induzido do extremo norte da Capitania – atualmente, parte do estado de Rondônia¹⁶⁷. Até o final do século, sua população esteve sempre em torno dos 800 indivíduos, incluída a guarnição e os arredores. Povoação de existência efêmera, no “meio do caminho da viagem do Forte do Príncipe da Beira para a capital de Vila Bela”, Viseu foi caso único de flagrante invasão do território espanhol, pois localizava-se na margem ocidental do Guaporé. Construída em 1776, foi evacuada rapidamente¹⁶⁸. Ainda no Guaporé, as aldeias de Leomil e Lamego, fundadas ainda em

¹⁶⁵ “Todas as Missões de Moxos vão decaindo notavelmente, assim por falta de novos recrutas de índios, como pelo flagelo das doenças, de sorte que, sem grande temeridade se pode calcular que, em menos de trinta anos, se acharão quase extintas, visto haverem-se dissipado dias durante os quatro anos do meu governo. Por todas estas considerações, parece impossível que a Corte de Espanha haja de fazer grandes esforços pela conservação de um país quase inútil, e do qual não recebe nenhum fruto; porém, como muitas vezes as Cortes se não movem pelos princípios fixos da verdadeira utilidade, mas cedem às pressões fogosas da ambição, e como o prospecto das minas de Mato Grosso pode ser um pasto suficiente para alimentá-la, deve Vossa Excelência vigiar cuidadosamente sobre os ditos movimentos dos espanhóis, nesta fronteira, e fazer uso de todas as notícias que adquirir com aquele discernimento que exige um ponto tão delicado.” “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 57.

¹⁶⁶ Também havia, desde a abertura da navegação, estabelecimentos no Madeira, sujeitos ao Grão-Pará e que serviam de ponto de apoio às viagens ao Mato Grosso. Afinal, tratava-se de uma política que não se restringia a uma capitania. José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.* p. 71. Na década de 1760, existiu ainda um efêmero destacamento militar no local denominado Rio das Pedras (ou Palmela), no Guaporé. Jovam SILVA, *op. cit.*, p. 70.

¹⁶⁷ Sobre esta e outras fortificações coloniais, Maria Adenir PERARO. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 27 e segs. Sobre esta fortificação em específico, “Ata de Fundação do Forte Príncipe da Beira” – 20 de junho de 1776 APMT/DHMT, Doc. 32, p. 115.

¹⁶⁸ “Fundação de Viseu” – 4 de setembro de 1776. DHMT/APMT, Doc. 33, p. 116.

1754 com as denominações de São José e São João, respectivamente, reuniram indígenas de nações que habitavam as margens do rio. Em conjunto, esses estabelecimentos de fronteira, localizados no trajeto fluvial para Belém foram importantes para a consolidação da Carreira do Pará, servindo de posto de apoio e de guerra aos índios Muras, que resistiam à navegação e ocupação das margens do Guaporé. Já em 1797, criou-se o pequeno (e provavelmente efêmero) destacamento de São José de Montenegro (ou Ribeirão), no Rio Madeira.¹⁶⁹

Casalvasco foi um núcleo de povoamento da maior importância. Foi levantado em 1783, às margens do rio Barbado, em local onde já havia fazenda e curral, plantações e engenhos de açúcar e de aguardente. Como consta de seu documento de fundação, deveria reunir a população dispersa nessas atividades e abrigar as comissões mistas de demarcação, além de uma guarnição militar permanente¹⁷⁰. Era um posto de fronteira em sentido pleno, localizado no caminho entre Vila Bela e as missões de Chiquitos. Abrigava, além da guarnição militar, uma fazenda real e alguns aldeamentos indígenas e funcionava como centro de reunião de tropas quando ameaçada a paz entre as monarquias. Tinha ainda função de tentar conter as fugas de escravos para os domínios castelhanos. Sua população fixa esteve sempre em torno de 400 a 500 indivíduos, ao menos até 1820. Já no final do século XIX, sabe-se que a fazenda estava totalmente abandonada.¹⁷¹ Segundo Romyr Conde Garcia,

Era o povoado mato-grossense que mais ligações tinha com o que se passava no outro lado da fronteira. Fosse no comércio legal, fosse no contrabando de ouro, prata e gado. Foi de Casalvasco que partiu a tropa brasileira que iria invadir a Província de Chiquitos em 1825. Era lá também que os governadores espanhóis buscavam refúgio e exílio das guerras pela independência (tanto em 1812 como em 1825).¹⁷²

Quanto à fronteira sul, ou seja, o vale do rio Paraguai, vimos que as instruções passadas por d. Luís Pinto a seu sucessor davam conta da necessidade de se erguer uma praça fortificada no sítio denominado Fecho dos Morros. Sua situação estratégica permitiria barrar, a despeito das cheias do Pantanal, qualquer frota de guerra que pretendesse avançar na parte exclusivamente portuguesa do rio Paraguai. Mesmo erguido em local equivocado, o forte Coimbra (ou Nova Coimbra) foi peça fundamental

¹⁶⁹ Alfredo d'Escagnole TAUNAY. *A Cidade do ouro e das ruínas...* op. cit. p. 116.

¹⁷⁰ "Fundação de Casalvasco" – 20 de setembro de 1783. APMT/DHMT, Doc. 38. p. 133.

¹⁷¹ Alfredo d'Escagnole TAUNAY. *A Cidade do ouro e das ruínas...* op. cit. p. 100 e segs Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN. *Anais de Mato Grosso*. op. cit. p. 79.

¹⁷² Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso*, op. cit. p. 129.

do antemural português no início do século XIX, resistindo à mais séria ameaça à soberania do Extremo Oeste. Quando da Guerra do Paraguai, o forte foi conquistado e depois retomado pelo Império e encontra-se ativo até os dias de hoje. Sua função ficava clara no documento de fundação, de 1775:

[...] segurar a nossa antiga navegação do Rio Paraguai para que em nenhum tempo passem vassalos de outro qualquer Monarca a ocupar e invadir estes Domínios Meridionais do dito Sr., nem prosseguir por este rio, nem pelos mais que nele desembocam, subindo-lhe suas fontes, ou isto seja com gentes gentílicas [sic] habitantes destes distritos que por serem auxiliados com armas ofensivas e outros socorros pelos vassalos de Sua Majestade Católica costumam por esta mesma navegação fazer repetidos roubos, e mortes não só nas viagens dos comerciantes, mas ainda nas povoações sujeitas a Sua Majestade Fidelíssima.¹⁷³

O Forte Coimbra foi ainda importante nos últimos combates da guerra Paiaguá e na aproximação dos portugueses com os Guaicuru, que até a Guerra do Paraguai dominaram de fato o Pantanal mato-grossense. Em seus arredores, logo estabeleceram-se relações com indígenas, incluindo a fixação de aldeias.

Três importantes estabelecimentos foram fundados no Pantanal mato-grossense entre 1777 e 1778, formados majoritariamente por indígenas. Não se tratava, em nenhum caso, de praças fortificadas, mas sim de núcleos de povoamento que visavam ao apoio às monções cuiabanas e a eventuais operações de guerra no vale paraguaio, além de representarem a ocupação de áreas fronteiriças até então sem estabelecimentos fixos. O primeiro deles é Beripoconé, fundado em 1777 e renomeado, em 1781, como São Pedro Del Rey. O povoado reunia, quando da alteração da denominação, um total de 1118 pessoas, “de todas as qualidades”, sendo elevado a Julgado dois anos depois¹⁷⁴. O segundo é o povoado de Albuquerque, fundado em 1778 para o apoio às monções do Cuiabá, de forma semelhante a Camapuã¹⁷⁵. O terceiro é a Vila Maria, erguida “no lugar aonde presentemente se dirige a estrada que segue ao Cuiabá desde Vila Bela”, com o fim de

[...] erigir e consolidar uma povoação civilizada aonde se congregasse todo o maior número de moradores possível compreendidos todos os casais de índios castelhanos proximamente desertados para estes Domínios Portugueses da Província de Chiquitos, que fazem o número de setenta e oito indivíduos de ambos os sexos, que ajuntando-se todo outro número das mais pessoas congregadas para o dito faz o total de cento e sessenta e um indivíduos¹⁷⁶

¹⁷³ “Ata da fundação da fortificação de Coimbra” – 13 de setembro de 1775. APMT/DHMT, Doc. 31. pp. 113-114.

¹⁷⁴ “Ata de alteração de nome do arraial de Beripoconé” – 21 de janeiro de 1781. APMT/DHMT, Doc. 37. p. 132.

¹⁷⁵ “Ata da fundação de Albuquerque” – 21 de setembro de 1778. APMT/DHMT, Doc. 35. p. 129-130.

¹⁷⁶ “Ata de Fundação de Vila Maria” – 6 de outubro de 1778. APMT/DHMT, Doc. 36. p. 130-131

Desde sua fundação, já se pensava em criar ali um município ou julgado - “deixando o terreno em frente à praça livre para as [casas] do conselho e cadeia quando se deverem fabricar”¹⁷⁷. Em conjunto, esses três núcleos e o Forte Coimbra deram início à ocupação efetiva do Pantanal. Com o desenvolvimento agropecuário, ligado ao fornecimento de víveres para as guarnições de fronteira, somado à função de entrepostos comerciais, deram origem a importantes vilas oitocentistas: São Pedro Del Rei (atual Poconé), Albuquerque (atual Corumbá) e Vila Maria (atual Cáceres)¹⁷⁸. Já em 1797, em contexto de ameaça de guerra, foi fundada uma segunda praça fortificada no Pantanal: o Presídio de Miranda, origem também de um município no século XIX¹⁷⁹.

Fora da área de fronteira, merece ainda menção o Registro de Ínsua, no caminho entre Cuiabá e Goiás, próximo ao rio Araguaia¹⁸⁰. Tratava-se, nas palavras de um cronista, de um “meio proporcionado para deixarem de desviar avultadas somas”¹⁸¹, mas não deixava de ser, também, um núcleo que dava início à ocupação efetiva de um território.

Finalmente, o antemural militar envolvia a produção agropecuária para o abastecimento de gêneros aos Armazéns Reais. Parte importante da história econômica e política da capitania e, depois, da província de Mato Grosso, as Fazendas Reais (Fazendas Nacionais, após a Independência) foram pela primeira vez estudadas na tese de Romyr Conde Garcia, trazendo à tona tramas de interesse da maior importância para o estudo do processo de independência. Criadas no período albuquerquino a partir da compra, pela capitania, de estabelecimentos já existentes, as Fazendas Reais abasteciam de gado *vacum* e cavalar todo esse complexo de defesa que apresentamos há pouco. Existiam quatro fazendas nos arredores de Vila Maria (incluindo a fazenda Caiçara, com 20 mil cabeças de gado no início do século XIX), uma em Miranda, uma em Albuquerque e uma em Casalvasco. Além das fazendas de produção pecuária, importa mencionar que o fornecimento de gêneros agrícolas para as guarnições era também objeto de contratos e acordos do maior interesse¹⁸². Afinal, a centenas de léguas dos mercados dinâmicos do litoral, não havia comprador mais atraente que o Estado, com

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções*. op. cit. pp. 174-175; Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2005. (Publicações avulsas, nº 66), p. 56-57.

¹⁷⁹ Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso*, op. cit. p. 71.

¹⁸⁰ Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso*, op. cit. p. 58.

¹⁸¹ Joaquim da Costa Siqueira, *apud* Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982, p. 23.

¹⁸² Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso*, op. cit. – especialmente os capítulos dedicados à agricultura e à pecuária.

suas guarnições a alimentar; comprador assíduo, desde que as relações de poder fossem favoráveis ao vendedor. Mais ainda, comprador constantemente endividado, levado a abastecer os armazéns através de um comprometimento crescente com os proprietários.

c) Companhia de Comércio e contrabando oficial: o antemural mercantil

A importância da regularização da navegação pelo sistema Guaporé-Mamoré-Madeira, insistentemente presente em todas as instruções setecentistas, deve-se a pelo menos três razões. As duas primeiras, das quais já falamos, são a efetivação da posse de uma imensa área fronteiriça, nos termos do *uti possidetis*, e a estratégia propriamente militar, de controle exclusivo das portas de entrada do sistema fluvial amazônico, o que fazia do distrito de Mato Grosso “a chave e o propugnáculo de todo o sertão do Brasil”. A terceira, da qual passamos a tratar, é a função mercantil, não apenas da navegação entre Belém e Vila Bela (afinal, evidente), mas da própria política de povoamento e defesa, em termos de extensão desta rota para os domínios de Castela.

Desde a fundação de Vila Bela, a carreira do Pará rota foi economicamente vital para o distrito de Mato Grosso. O envio de frotas mercantis anuais, numa navegação de mais de seis meses (chegando, por vezes, a um ano) foi organizado, desde 1755, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Nele d. Antonio Rolim de Moura depositava suas esperanças de fazer “mais cômoda, e saudável esta habitação”¹⁸³. Isso porque as outras duas rotas que ligavam a capitania aos portos marítimos movimentavam especificamente a praça cuiabana, já consolidada quando Vila Bela sequer havia sido fundada. Mesmo tendo sido construído um varadouro ligando o trato monçoeiro ao Mato Grosso, sua precariedade, como também os vínculos sedimentados entre Cuiabá e o Araritaguaba nunca ameaçaram o domínio da antiga vila sobre este comércio. Para viabilizar a capital como pólo mercantil e, ao mesmo tempo, atrair os colonos para onde a distância tornava tudo que vinha de fora incrivelmente caro, eram precisos incentivos em benefício das monções do Norte e em detrimento das monções paulistas e do caminho de Goiás. Assim apresenta d. Luís Pinto as condições de integração mercantil da Capitania, em 1772:

29º - Os dois principais estabelecimentos desta Capitania, situados sobre as margens dos rios Cuiabá e Guaporé, oferecem de sua natureza diferentes direções para a freqüentação do comércio. O primeiro facilita a comunicação desta Capitania por via de São Paulo, com as praças do Rio de Janeiro e Santos; o segundo com a cidade do Pará.”

¹⁸³ *Apud* Otávio CANAVARROS, op. cit. p. 328.

A estas vias, soma-se ainda, o trato, principalmente de escravos, com o porto da Bahia, em trecho que já referimos. Prossegue o governador:

31º - A importância de todas estas comunicações são bem patentes a Vossa Excelência, que conhece admiravelmente a situação geográfica do país, e a necessidade que temos de nos limitar aos domínios de Espanha, pelos rios Paraguai e do Madeira. Daqui resulta que as grandes vantagens destes estabelecimentos, relativamente ao comércio, dependem inteiramente da frequência das relações com o Pará, e de promover com eficácia o seu aumento, conforme todas as ordens e instruções dadas pela Corte.”

32º - Este objeto (apesar da sua importância) se achava inteiramente pervertido e, não obstante todos os esforços que tenho feito para o encaminhar ao seu fim, necessita ainda ser consolidado, porque os negociantes propendiam quase todos a preferirem o comércio do Rio de Janeiro, não obstante as maiores despesas e as incomparáveis dificuldades do trânsito.¹⁸⁵

Na verdade, apesar da (pouco verossímil) atribuição de “incomparáveis dificuldades” às rotas articuladas por Cuiabá, só a um alto custo, e por um período relativamente curto, a carreira do Pará pôde oferecer mercadorias em condições superiores às das outras vias¹⁸⁶. Iniciando suas operações em Mato Grosso, em 1756, a Companhia de Comércio investiu na construção das povoações do Guaporé, Mamoré e Madeira, disciplinou e organizou os comboios, tornando a rota viável economicamente. Embarcava todos os anos uma enorme variedade de mercadorias européias, asiáticas, africanas e de outras partes da América portuguesa. No início do período albuquerqueiro, a Companhia passou a estender seu monopólio - a princípio restrito à Amazônia - à capitania do Cuiabá e Mato Grosso, chegando-se à proibição do comércio pela via monçoeira. Não surpreende que tal monopólio tenha levado a conflitos de monta, envolvendo autoridades, mercadores locais, mineiros e lavradores¹⁸⁷. Em 1777, um mês depois da queda do marquês de Pombal, portanto em meio à revisão das políticas para o Império português, a Coroa publicava a decisão de “permitir a todos os negociantes e demais pessoas de Mato Grosso o livre comércio com as demais capitanias, comércio tanto ativo quanto passivo, miúdo ou em grosso, revogando-se as disposições em contrário”.¹⁸⁸ No ano seguinte, a Companhia do Grão-Pará foi definitivamente extinta.

A partir da quebra do monopólio, as monções do Norte entraram rapidamente em declínio. Estavam praticamente extintas nos últimos anos do século XVIII e, apesar de

¹⁸⁴ “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 31-32.

¹⁸⁵ *Idem.*

¹⁸⁶ Sobre as diferentes vias de integração e suas dinâmicas, no início do século XIX, ver Capítulo 3..

¹⁸⁷ José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, PP. 75-102, e Carlos ROSA (*A Vila Real... op. cit.*), PP. 195-231.

¹⁸⁸ José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.*, p. 92.

mais uma tentativa de estabelecer novos incentivos, em 1802, foram totalmente abandonadas nas décadas seguintes. Outra navegação para Belém, por via dos rios Arinos e Tapajós, foi tornada legal em 1790, mas apenas com liberação dos terrenos diamantíferos e com a fundação da Vila de Diamantino esta rota passou a ter importância mercantil, acabando por suplantando o antigo périplo guaporeano.

Frequêntado com maior ou menor intensidade por pouco mais de meio século, o sistema Guaporé-Mamoré-Madeira permitiu o crescimento de Vila Bela como núcleo urbano e praça mercantil, mesmo que sempre aquém das expectativas da Coroa. Mais ainda, principalmente no período monopolista da Companhia de Comércio, foi através dela que se estendeu uma rede de trocas mercantis ligando as províncias de Moxos e Chiquitos ao distrito de Mato Grosso.

O contrabando na fronteira oeste foi, como vimos anteriormente, preocupação da Coroa nos tempos da conquista do Cuiabá. Já às vésperas da criação da capitania, porém, as investigações a respeito das aldeias já demonstram abertamente o interesse em descobrir quais as potencialidades do estabelecimento de uma rota sistemática de contrabando, visando, acima de tudo, o acesso à prata do Alto Peru. Na segunda metade do século XVIII, através das instruções dos capitães-generais o que se percebe é o contrabando como política da Coroa. Respeitando os limites territoriais, Portugal não deixou de atentar, de forma cada vez mais ostensiva contra o exclusivo mercantil castelhano. Desde o governo de d. Antonio, as potencialidades do contrabando passaram a ser crescentemente valorizadas pela metrópole. Nas palavras de Alexandre Rodrigues Ferreira, trata-se de “ajuntar-se ao ouro de Mato Grosso a prata do Peru, recuperando nós por meio de Vila Bela o que perdemos pelo da Colônia do Sacramento”¹⁸⁹. Voltando às instruções de d. Luís Pinto, todo um conjunto de artigos é aí dedicado a este trato:

46º - Tenho exposto a Vossa Excelência os meios adequados que me ocorrem, para promover o comércio desta Capitania, relativamente à Metrópole; pede agora a ocasião que eu toque também no comércio de contrabando, a respeito dos domínios de Espanha, pelas Províncias de Moxos e Chiquitos, nossas confinantes¹⁹⁰

Segundo o governador, a pobreza das províncias, que não fornecem mais do que gado e uns poucos gêneros agrícolas, as tornam mercados pouco atraentes. “Alguns

¹⁸⁹ “Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira em 23 de setembro de 1803”, Alfredo d’Escagnole TAUNAY. *A Cidade do ouro e das ruínas. op. cit.* p. 118.

¹⁹⁰ “Instrução (1772)”, *op. cit.* p. 41.

desses efeitos se permutam por quinquilharias, que os diretores mandam vir do Peru, de sorte que os pobres índios nunca conheceram a efígie do seu soberano”.¹⁹¹ Não havendo um trato vantajoso e, sobretudo, a prata do altiplano, com ou sem a efígie do Rei Católico, as autoridades das missões tinham um comércio que, na realidade, não seria lucrativo aos portugueses, naquele momento.

Contudo, se o tempo descobrir alguma oportunidade vantajosa, a deve Vossa Excelência abraçar com aquela prudência que lhe prescrevem as suas Instruções, sem fazer caso algum das rigorosas proibições que contra o dito comércio se acham estabelecidas no §15 das primeiras que se passaram a D. Antonio Rolim, quando veio criar este governo, porque visivelmente se reconhece o pequeno espírito monástico que as ditou naquele ponto, em contemplação dos jesuítas.¹⁹²

As instruções de Martinho de Melo e Castro a Luís de Albuquerque, datadas de 1771, dão conta da mudança na política mercantil para a fronteira, particularmente com a expulsão dos jesuítas das missões. Começa por lembrar que outros governadores haviam sido instruídos a impedirem aquele comércio.

Como, porém, os ditos motivos [para restringir o contrabando] têm cessado com a extinção dos jesuítas, e nos é muito conveniente o comércio com as Aldeias Castelhanas, pela facilidade e bom mercado com que lhes podemos introduzir os gêneros de que necessitam, terá Vossa Senhoria todo o cuidado em animar o dito comércio, por todos os meios que lhes forem possíveis, de tal sorte, porém, e com tal disfarce, que não pareça que Vossa Senhora o promove, e menos que tem ordem para assim o fazer.¹⁹³

O contrabando, especialmente de manufaturas européias por prata, tomaria proporções significativas principalmente após essas instruções, ou seja, no período do monopólio da Companhia de Comércio e nos anos subseqüentes. Luiza Volpato e Alcir Lenharo apresentam muitas fontes que atestam a freqüência deste contrabando oficial na década de 1780, quando parece ter atingido o ápice.¹⁹⁴ O mais importante, para o que nos interessa, é que desse trato resultaram relações de mercado que não se desfizeram com o abandono da carreira do Pará e que, desde então, eram suficientemente sedimentadas para possibilitar solidariedades políticas. Afinal, era esta uma condição para o sucesso dessa rota de contrabando, como lembrava d. Luís Pinto em suas instruções:

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² *Idem.*

¹⁹³ “Carta-instrução de [Martinho de Melo e Castro] para Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13 de agosto de 1771.” in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 81.

¹⁹⁴ Luíza VOLPATO, *op. cit.* p. 43-45, p. 61; Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização, op. cit.*, Capítulo 2, “Do contrabando da prata”.

Nestas circunstâncias, bem verá Vossa Senhoria que um dos meios para conseguir este fim é o de agasalhar e receber com agrado os habitantes das Aldeias Castelhanas confinantes dessa Capitania, particularmente os passadores de fazendas, que sempre crescerão em número à proporção que o comércio aumentar. E destes poderá Vossa Senhoria também haver notícias de tudo quanto se passar nos Domínios de Castela. [...]. É preciso, contudo, andar com grande vigilância sobre esta gente, para que nos não introduzam espíões, em lugar de homens de negócio.

[...] todo o cuidado de Vossa Senhoria deve ser o de estabelecer entre os portugueses e os habitantes das sobreditas Aldeias e Missões uma amizade e confiança mútua, de sorte que, por mais que trabalhe o Governo de Castela a vedar a comunicação entre eles e nós, acham sempre aqueles povos mais utilidade e maior vantagem em nos comunicar do que em obedecer às leis que o proíbem. E que vivam na inteligência de que, no caso de serem oprimidos, acharão sempre nos Domínios de Sua Majestade uma recepção certa, e um asilo seguro.¹⁹⁵

Em 1778, “*recepção certa e asilo seguro*” é o que procuraram os padres de Moxos. Informados de prisões de outros padres contrabandistas, requeriam do governo do Mato Grosso, garantias de passar para o lado português, caso a repressão prosseguisse. Um certo cura da missão de Madalena dizia sentir-se particularmente ameaçado por ser “sumamente notado de apaixonado à Nação Portuguesa”.¹⁹⁶

Erguido para “conter os vizinhos em respeito”, o antemural mato-grossense passou a servir também para introduzir aos “vizinhos” mercadorias, preferencialmente em troca de prata. Esta função mercantil do distrito de Mato Grosso acabou, por sua vez, consolidando elos políticos os mais variados entre colonos e governadores, dos dois lados da fronteira. Era parte da política de contrabando, por exemplo, o suborno de autoridades. Segundo Amaral Lapa, os investimentos da Companhia de Comércio até mesmo incluíam verbas destinadas às “despesas com presentes a serem oferecidos às autoridades castelhanas, objetivando sua aquiescência para aquele comércio.”¹⁹⁷ No início do século XIX, os governadores da Província de Chiquitos participavam pessoalmente, ou através de representantes, das cerimônias de posse dos capitães-gerais, com os quais mantinham ativa correspondência e que socorriam com os gêneros das missões em momentos de carestia. Esta aproximação, fruto da política de contrabando oficial, desdobrou-se, em contexto de guerra civil, no asilo recebido pelos realistas de Santa Cruz de La Sierra e Chiquitos. Viabilizou, ainda, a imprudente anexação da província de Chiquitos ao Império do Brasil, em 1825.

¹⁹⁵ “Carta-instrução de [Martinho de Melo e Castro] para Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13 de agosto de 1771.” in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, op. cit. p. 81.-82

¹⁹⁶ Apud Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização*, op. cit., p. 43.

¹⁹⁷ José Roberto do Amaral LAPA, op. cit, p. 38-39.

d) fim de século

Em fins de maio de 1795, “houve uma grande festa na Matriz” da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Quem relatava – ou antes, denunciava – era o mestre de campo José Paes Falcão das Neves, maior autoridade militar da vila e fiel servidor do governador João de Albuquerque. Segundo ele, “no dia 18 se divulgou uma voz vaga pela Vila, de que Vossa excelência era rendido pelo Excelentíssimo Sr. Caetano Pinto Vasconcelos [Miranda Montenegro]”, novo capitão-general do Cuiabá e Mato Grosso. O juiz de fora de Cuiabá, “com todos os amigos e apaixonados”, transformaram o boato em razão para “praticar ações loucas e atrevidas”, mandando iluminar as janelas e organizando os festejos. “Toda a vila se achava inquieta e revoltosa”, de tal forma que “se eu quisesse dar execução às ordens de Vossa Excelência [...], certamente haveria uma sublevação e guerra civil.”. Mais grave ainda, era o discurso do juiz de fora contra a proibição da exploração dos diamantes: “Ele, certamente, se não fora o temor que tinha a Vossa Excelência, desde já mandaria a todo este Povo minerar em todos aqueles rios; estas proposições não diz um rústico, quanto mais um Ministro”.¹⁹⁸

Comemoravam os de Cuiabá o anunciado fim do governo dos irmãos Albuquerque, que, enquanto responsáveis pela construção do antemural mato-grossense, contrariavam a cada passo os interesses de mineiros e comerciantes, particularmente os de Cuiabá. Uma vila que, em 24 anos de governo, os Albuquerque nunca conheceram. Militares de formação, eles dariam lugar, segundo os boatos, a um “Letrado [que] entendia das Leis”, o que agora era motivo de festa.

Em resposta às acusações, escreveu o juiz de fora do Cuiabá, contra “um Mestre de Campo ignorante, soberbo e orgulhoso, como que atualmente governa esta Vila”:

Marat e Robespierre não foram mais insolentes, se compararmos a estreiteza do Cuiabá e a grandeza de Paris. A única diferença que poderá marcar-se entre aqueles e o Mestre de Campo, será o terem aqueles à sua disposição uma guilhotina, e este não ter mais que ferros e um tronco, onde tem feito gemer presas pelo pescoço a 144 pessoas.¹⁹⁹

O conflito político chegava a seu ponto máximo: cento e sessenta presos, incluindo letrados, duas execuções em praça pública, homens da nobreza cuiabana sendo coagidos a irem para Vila Bela... No ápice do confronto, d. João de Albuquerque

¹⁹⁸ Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real...*, op. cit. p. 299-302.

¹⁹⁹ Idem. p. 301.

simplesmente morreu – quem sabe levado pelo clima doentio de Vila Bela, gostariam de acreditar, talvez, os cuiabanos.

No ano seguinte, chegavam à capitania d. Caetano Pinto de Miranda Montenegro e uma nova política para o Extremo Oeste. Depois de sua posse nenhuma fortificação foi erguida no vale do Guaporé, os terrenos diamantíferos foram todos liberados, a carreira do Pará foi abandonada, deixando em ruínas alguns daqueles estabelecimentos fundados pelos Albuquerque. Em 1804 já escrevia o, então governador, Manoel Carlos de Abreu e Menezes:

parece incrível que depois dos grandes trabalhos e despesas que meus Predecessores, possuindo mais meios que eu não tenho, empregaram constantemente para aumentar esta Vila desde a sua Fundação no dia 19 de março de 1752, ela até agora não tenha podido prosperar.²⁰⁰

Talvez a mais importante das mudanças seja que, em poucos anos, Cuiabá se tornaria a capital de fato. Mas esta já é outra época, como talvez já se anunciasse na festa de maio de 1795 e, mais ainda, nas palavras do juiz de fora..

²⁰⁰ Idem. p. 310.

Capítulo 3

Sertões cortados por caminhos: a integração do Oeste, às vésperas da Independência

Sertões pontuados por vilas, limitados por fronteiras, atravessados por caminhos: os mais diversos viajantes nos descrevem o Oeste como o universo das grandes distâncias. Dentre eles, d. Antonio Rolim de Moura, com sua *Relação* repleta de dificuldades, desconfortos e perigos, mas também de encantamento com uma natureza sublime¹. Nosso viajante foi para a capitania através das monções paulistas, mas a deixou pelo roteiro fluvial paraense, mesma rota que trouxe ao Mato Grosso seus dois sucessores imediatos, João Pedro da Câmara e Luiz Pinto de Souza Coutinho. A partir dos irmãos Luiz e João de Albuquerque, todos trocaram as embarcações por mulas ou cavalos, seguindo por terras mineiras e goianas.² Dentre os governadores de Goiás, a grande maioria desembarcou no Rio de Janeiro e atravessou a capitania de Minas Gerais. Há, porém, as exceções de Luiz da Cunha Menezes, que aportou em Salvador, e de João Manuel de Menezes, que em 1798 tomou o caminho fluvial do Tocantins, desde Belém do Grão-Pará. Nestes dois casos, até pelo pioneirismo das viagens, não deixaram os governadores de registrá-las em roteiros e descrições.³

Por esta breve relação já percebemos como eram diversos os caminhos que levavam às vilas do Oeste. Abertos em diferentes momentos, eles foram as bases estáveis de fluxos dinâmicos, essenciais para a compreensão de qualquer aspecto daquele universo. Afinal, seriam inviáveis sociedades coloniais no interior da América sem a consolidação e a frequência de certos roteiros. A interrupção de algum desses fluxos poderia significar o abandono de vilas e o recuo - ou mesmo a diluição - de fronteiras políticas, societárias, étnicas ou culturais. Não é fortuito, portanto, que alguns dos mais importantes estudos sobre o Oeste partam da análise de seus caminhos⁴. Tratemos de explorá-los em diferentes sentidos, apresentando as dinâmicas regionais e

¹ “Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para Vila de Cuiabá em 1751”. In: Afonso d’Escagnole TAUNAY - *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981. Sobre a viagem de d. Antonio, ver o Capítulo 1.

² Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2005. (Publicações avulsas, nº 66), p. 28; Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982, p. 23.

³ “Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de setembro para Vila Boa Capital de Goyaz, aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778” in: *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783* (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo II, 69-71; Dalísia Elizabeth Martins DOLES. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH – USP, 1972., 47-48

⁴ Sobre o Extremo Oeste, é o caso, especialmente das obras de Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções* (3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990) e *Caminhos e Fronteiras* (3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005), mas também de José Roberto do Amaral LAPA (“Do Comércio em Área de Mineração”. in *Economia Colonial*, São Paulo: Perspectiva, 1973) e de Alcir LENHARO (*Crise e mudança... op. cit.*), respectivamente sobre a via terrestre e as monções do norte. A respeito de Goiás, Dalísia DOLES (*op. cit.*), com sua análise das rotas fluviais de integração, via Tocantins e Araguaia.

os processos de integração nas duas primeiras décadas do século XIX. Às vezes será preciso deixar o roteiro traçado para entramos nas vilas, nas fazendas, ou nas veredas dos sertões. Por vezes, também, teremos de deixar de lado os quadros pitorescos dos que atravessam o país para nos atermos a outras fontes e à historiografia. Sendo os viajantes os condutores dessa narrativa, convém que previamente os apresentemos ao leitor.

Afora as poucas narrativas de governadores, existem diversas fontes desse tipo que nos permitem conhecer um pouco mais sobre os caminhos. No século XVIII, destacam-se os relatos monçoeiros, alguns deles redigidos por sertanistas experientes.⁵ Mas foram as expedições que tinham a intenção deliberada de descrever o interior do Brasil que documentaram com maior riqueza de detalhes os caminhos, as vilas e as fronteiras do Oeste. Já no final do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira deixou farto material, inclusive iconográfico, resultante de sua “Expedição filosófica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá”⁶. Após 1808, a liberação para a entrada de estrangeiros, a profusão de projetos reformistas e a atração que a Corte na América exercia trouxeram diversos viajantes, no que Sérgio Buarque de Holanda denominou um “novo descobrimento do Brasil”.⁷ Auguste de Saint-Hilaire, conhecido naturalista francês, percorreu a comarca de Goiás entre 1818 e 1819 e foi certamente o mais experiente e o mais erudito dentre os que deixaram descrições desses caminhos. Johann Emanuel Pohl, austríaco e também naturalista, fez na mesma época (1817-1821) uma jornada mais longa pela capitania, alcançando as fronteiras com o Grão-Pará e o Maranhão. O engenheiro militar português Luís d’Alincourt passou por Goiás em 1818, mas seu destino era a fronteira de Mato Grosso, onde tinha a missão de estudar e propor mudanças na geopolítica do antemural do interior do Brasil. Finalmente, entre 1825 e 1829, Hercules Florence conheceu o Cuiabá e o Mato Grosso numa viagem quase totalmente fluvial entre São Paulo e o Grão-Pará, como desenhista da Expedição

⁵ Para uma idéia deste conjunto, Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Bibliografia crítica das monções cuiabanas*. (Trilogia Colonial Mato-Grossense, v.2). Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2005. A seleção clássica desses textos é de Afonso d’Escagnole TAUNAY, *Relatos Monçoeiros*, op. cit.

⁶ A viagem ocorreu entre 1783 e 1792 e a iconografia que dela resultou foi publicada numa bela edição, da qual extraímos algumas das imagens e plantas presentes nesta dissertação. *VIAGEM ao Brasil, de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. 2 vols. Kapa Editorial, 2002.

⁷ Sérgio Buarque de HOLANDA. “A herança colonial – sua desagregação”. In Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História Geral da civilização brasileira*, tomo II, “O Brasil Monárquico”, vol.1. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

Langsdorff.⁸ A estes, poderíamos acrescentar os relatos de George Gardner (1838-1843) e de Francis Castelnau (1843), mas os consideramos demasiado distantes do tempo que, por ora, interessa apresentar.⁹

Em todos os relatos, de d. Antonio a Gardner e Castelnau, encontramos aquela mistura entre os flagelos naturais e humanos e o encantamento com a diversidade. Narrativas que elaboram quadros a partir de vivências rápidas e intensas, captando traços instantâneos de tessituras de relações nas quais os viajantes se inserem apenas de passagem. Descrições e generalizações elaboradas a partir de bagagens intelectuais e de experiências trazidas geralmente de além-mar, mas também da Corte fluminense, das Minas Gerais e de outras partes¹⁰. Com ou sem pretensão científica, mais ou menos propensos a generalizações, eles devem sempre ser contrapostos a outras fontes, mas não deixam de ter grande valor tanto pelo que dizem a respeito dos espaços sociais que percorrem, quanto pelo que revelam do multifacetado universo ideológico do qual partem. Interessam a diversos aspectos do estudo da integração das regiões coloniais às vésperas da Independência.

Em primeiro lugar, tratam dos próprios caminhos, das pessoas e das mercadorias que circulavam, suas dificuldades, seus pontos terminais e entrepostos, dando inclusive uma idéia acerca da configuração espacial mais ampla, fronteiras societárias às vezes claras e relativamente estáveis, outras vezes fluídas, imbricadas ou movediças.¹¹ Preferiam, geralmente, os espaços nos quais encontrassem a natureza intocada, os rios caudalosos, as florestas nativas ou, ao menos, aquilo que ainda não fora catalogado ou

⁸ Auguste de SAINT- HILAIRE. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944. 2 Tomos (coleção Brasileira, vols. 68 e 78); Johann Emanuel POHL. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São. Paulo: Edusp, 1976; Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. Luís d'ALINCOURT. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

⁹ George GARDNER. *Viagem ao Interior do Brasil - principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. Francis CASTELNAU. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949, 2 vols.

¹⁰ Saint-Hilaire considerava-se em posição mais segura para a interpretação das diferentes realidades, por conta de suas experiências, em especial nas Minas Gerais. “Encontrava-me quase na posição em que estaria um mineiro, que, após ter estudado o seu país, quisesse conhecer também as outras partes do Brasil. A província de Minas é uma espécie de padrão em face do qual coloco, por assim dizer, cada uma das províncias que percorri mais tarde, [...]”. De fato, é perceptível uma consciência mais clara das limitações estruturais do interior do continente neste viajante, se comparado a Pohl ou a Florence, além de serem muito mais raros os equívocos sobre a história e a geografia do Brasil.

¹¹ Nas proximidades de Diamantino, Mato Grosso, Florence teve seu primeiro contato com a bacia amazônica. Anotou então o viajante que “por mudanças rápidas assinala a natureza suas zonas, do mesmo modo que o homem assenta marcos nos confins de seus Estados”. Como veremos, nem a natureza, nem os homens eram capazes de desenhar fronteiras sobre a terra como quem traça um mapa a régua e esquadro. Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 225

descrito por um europeu¹². Além de não darem a conhecer todos os roteiros, captavam instantâneos do universo natural e social que percorriam. Ou seja, é evidente que as generalizações sobre a sociedade, a economia e os costumes não estão apenas condicionados a um olhar estrangeiro, mas ainda à inserção social do viajante, que ao mesmo tempo que o torna capaz de perceber contradições que muitos não vêem, os levam a traçar quadros amplos a partir de um único ou de uns poucos episódios. Até mesmo a natureza é capaz de enganá-los, por exemplo, com a sazonalidade que faz de uma única área terra árida ou excessivamente chuvosa, fria ou quente, com campos empoeirados ou verdejantes¹³. Se a natureza pode enganar, que dizer dos homens, das relações sociais e econômicas? Que dizer, enfim, da relação parte-todo, vista de tantos pontos quantos são os pousos e generalizada a partir daí? Pois quanto mais explica o que vivenciam os que estão à sua volta, mais o viajante faz uso das ferramentas intelectuais pré-adquiridas e mais fala de seu universo ideológico.

Em segundo lugar, e com todas essas ressalvas, eles nos interessam para a compreensão dos mecanismos gerais da integração regional, as estruturas e conjunturas econômicas e as relações entre centros e periferias. Dizem-nos quais os problemas que os proprietários encontravam para ter saída em suas produções, dão-nos alguns preços, moedas vigentes, condições de crédito, a dinâmica dos investimentos mais ou menos lucrativos. Tudo isso, é claro, filtrado pelo que entendiam ser a boa Economia Política, sempre detalhando as dificuldades dos raros colonos industriais e instruídos diante de seus pares, tidos por ociosos e ignorantes. Muitos lhes abriam as portas, o que nos permitia enxergar com razoável nitidez o universo dos proprietários, sobretudo, o dos mais abastados. Pelas frestas e numa infinidade de breves relances também nos dão acesso ao universo dos colonizados, dos escravos, índios aldeados, camaradas de tropas e monções, agregados de fazendas, roceiros, faiscadores ou soldados sem soldo em guarnições abandonadas. Com a devida crítica, os viajantes são fontes das mais

¹² Interessaram-se pelas águas termais, pelas minas de diamante, por aldeias indígenas, em detrimento dos monótonos pastos, de tal maneira que Gardner poderia se orgulhar, cerca de vinte anos depois da maioria desses relatos, de “fazer a descrição de uma grande parte desse interessante País, que ninguém ainda mostrou ao mundo.” Chegou a Goiás pelo Piauí, roteiro que não era estranho a muitos sertanistas, indígenas e pecuaristas, mas que interessou menos à primeira geração de redescobridores. George GARDNER. *op. cit.* p. 17

¹³ O Pantanal, talvez seja o caso mais extremo dessas transformações sazonais, onde os espanhóis do Século XVI viram um mar interior e os tripulantes das monções perceberam o transbordamento dos rios – e não seria a longa permanência do mito de Xarayes nos mapas castelhanos em parte uma consequência da vivência itinerante dos primeiros exploradores? Sobre a lagoa de Xarayes e o Pantanal, Maria de Fátima COSTA. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999.

importantes ao estudo das bases materiais e das articulações mercantis às vésperas da Independência.

Em terceiro lugar, eles acrescentam novas informações à história política e administrativa, num período abertamente reformista. Não deixavam de opinar e por vezes julgar severamente a política vigente, debatendo com autoridades, desde um pároco do sertão até um ministro de Estado. São fontes de importância secundária, não há dúvidas, mas ainda assim relevantes para se conhecer as políticas coloniais postas em prática, ou seja, para além dos projetos e das leis que as estabelecem e das correspondências oficiais que cobram e noticiam seus sucessos e fracassos. Mais do que todos os demais, é seguramente o conjunto de memórias e projetos de colonos e autoridades o *corpus* documental que melhor nos esclarece acerca das reformas joaninas nas fronteiras e no interior do Brasil.

Em quarto lugar, os viajantes atribuem características aos povos que conhecem, aos costumes do país, aos elementos sociais e culturais que os distinguem de outros. Cada um desses relatos constrói fronteiras narrativas, delimitando paisagens humanas ou naturais – ou pelo menos tidas por naturais, pois ao contrário do que se pensava, os povos indígenas eram também produtores de espaço. Oferecem-nos discursos de alteridades possíveis sobre indivíduos e coletividades que construíam sobre si identidades várias. Por vezes, eles nos trazem, mesmo que de segunda mão, fragmentos de discursos sobre a pátria ou sobre a nação, mas traduzidos ao seu universo cultural e político. No caso das identidades coletivas, talvez mais do que em qualquer outro, os viajantes não só são insuficientes como podem obscurecer a análise. Evidentemente devem ser considerados, mas não devemos buscar neles um roteiro de investigação. A relação entre as identidades e a passagem de colônia a Estado nacional deve partir aqui de outro eixo, que não o das “representações” presentes nos escritos de viajantes e letrados, ainda que essas fontes forneçam uma visão particular do fenômeno e se tornem cruciais para a compreensão das concepções de nacionalidade construídas *a posteriori*.¹⁴ É na politização de identidades referidas a coletividades delimitadas espacialmente que investigamos essas relações – o que terá lugar mais adequado na análise do processo de Independência.

¹⁴ Ledonias Franco GARCIA, *Goyaz, uma Província do Sertão*. FFLCH-USP, 1999. Lylia da Silva Guedes GALETTI. *Nos confins da “civilização”: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2000

Os pontos que compõem este capítulo versam sobre essas diferentes dimensões da integração do Oeste às vésperas da Independência. Sendo a integração um conceito que pressupõe a delimitação de um todo, traçaremos no devido momento essas fronteiras, nem sempre coincidentes. Começemos pelos próprios caminhos, as bases estáveis de fluxos instáveis que serviram de espaços privilegiados para a vivência dos viajantes.

Mapa esquemático dos principais caminhos do Oeste
c. 1720 – c. 1850

Os caminhos do Oeste

a) As monções cuiabanas

A via fluvial que ligava o Tietê ao vale do alto Paraguai era freqüentada antes mesmo da fundação da vila de Cuiabá. Como vimos anteriormente, por ela as primeiras

levas de colonos atingiram o Extremo Oeste¹⁵. Se a via já era freqüentada, teve de ser disciplinada, visando principalmente à segurança diante de vigorosa resistência de Paiaguás e Guaicurus¹⁶. Desde antes da criação da capitania, as monções tinham um único roteiro freqüentado e dotado de alguns pousos inabitados, que serviam de abrigo às tripulações, além da fazenda e varadouro de Camapuã, verdadeiro ponto de apoio, com centenas de habitantes e produção variada de víveres¹⁷.

O roteiro iniciava-se no Ararritaguaba, atual cidade de Porto Feliz, pelo Tietê até sua foz, no Paraná, de onde seguia pelo Pardo. Em Camapuã, ligava-se o Pardo ao Coxim, prosseguindo pelo Taquari, Paraguai e, finalmente, o Cuiabá, que levava até a vila. Sem ramificações ou entrepostos, ligava São Paulo (e a rede de caminhos que articulava) às minas cuiabanas (e por esta via, às do Mato Grosso).¹⁸ Foi o único caminho ligando o Extremo Oeste a outras partes da América portuguesa até 1736 e serviu como rota mercantil de importância variável até o início do século XIX, quando entrou em decadência¹⁹. Por todo esse período e mesmo após o declínio das monções de

¹⁵ Sobre a conquista do Cuiabá, ver o Capítulo I desta dissertação. “As primeiras monções destinadas ao Cuiabá constituíram verdadeiros saltos no desconhecido”, havendo inclusive diversos roteiros. A partir do estabelecimento da Vila, “a navegação dos rios continu[ou] a fazer-se sem interrupções e a rota seguida desde Ararritaguaba [foi] assumindo, cada vez mais, o caráter de uma via de trânsito regular.”. O trajeto pelos rios Pardo e Taquari tornou-se o único com a consolidação da fazenda e entreposto de Camapuã, que surge nas fontes no ano de 1723. O atrativo das outras rotas era a presença de gado nos Campos da Vacaria, que tornavam dispensáveis grandes quantidades de víveres; vantagem que a fazenda de Camapuã tornou desnecessária. Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.* p. 93; ver também p. 200-201.

¹⁶ Em 1730, o mesmo Bando que proibia a escravização dos Parecis estabelecia um comboio anual, visando tanto coibir os descaminhos, quanto impedir a travessia de expedições pequenas, alvos fáceis para Paiaguás e Guaicurus. Houve nova tentativa no ano seguinte, através de um “bando, para que não saísse pessoa alguma para Povoador [i.e. para Ararritaguaba] sem que primeiro saísse armado contra o Gentio” Finalmente, em 1741, uma Junta reunida em Cuiabá estabeleceu, por motivos de segurança, o comboio único anual. Essas normas foram aos poucos abandonadas, à medida que os Paiaguás foram vencidos e ranchos e aldeias erguidos para dar suporte aos navegantes. Sobre a guerra Paiaguá, ver “sertões”, no Capítulo 1 desta dissertação. Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). p. 21. Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007, p. 65. Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004. p. 214, nota 422.

¹⁷ Sobre Camapuã no Século XVIII, Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.*, p. 153-158. Um bom quadro da fazenda, já decadente, na década de 1820, está em Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 72-79.

¹⁸ Em 1772, foi construído um varadouro entre o Jauru e o Guaporé, permitindo o acesso das monções paulistas ao Mato Grosso e à bacia amazônica. Na prática, a obra teve um sucesso parcial, pois tornou possível a passagem de pequenas canoas, mas as maiores só o podiam realizar no pico das cheias. Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso, op. cit.* p. 81-83 e 88-89.

¹⁹ Sobre o fluxo mercantil das monções no século XVIII, ver Sérgio Buarque de HOLANDA, *Monções. op. cit.* Houve tentativas de recuperar a rota monçoeira e com uma delas se deparou Florence: tratava-se de uma expedição do governo em busca de um trajeto mais curto e menos dificultoso, através da exploração de rios de curso ainda desconhecido. Florence ironizou a expedição, cujos responsáveis eram, no seu ver, homens que não conheciam nem aqueles rios, nem o uso de uma simples bússola. Seja por essas, seja por outras razões, nenhuma das tentativas de recuperar a rota foi bem sucedida. Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 84-88.

comércio era o principal caminho para o envio de reforços militares e, sobretudo, de peças de artilharia, dada a grande dificuldade em fazê-lo por via terrestre. Às vésperas da Independência, ainda que o fluxo mercantil estivesse declinando, o caminho havia se tornado muito menos penoso que no tempo de d. Antonio Rolim de Moura. Havia, além de mais e melhores ranchos, alguns núcleos habitados por colonos e, no trecho pantaneiro, aldeamentos Guanás e Guatós que serviam de suporte à navegação até o porto de Cuiabá.²⁰ Ademais, os Paiaguás estavam definitivamente vencidos e os Guaicurus eram aliados dos portugueses desde 1791, e seguiriam sendo dos brasileiros (não sem períodos de conflito) até pelo menos a Guerra do Paraguai.²¹

A rota das monções foi abandonada de todo em 1838 e reaberta em 1858. Através do rio Paraguai, viria a se conectar também ao porto de Jataí, na província do Paraná e, principalmente após a Guerra do Paraguai, ao rio da Prata, ligando diretamente, com embarcações a vapor, a província de Mato Grosso ao mercado atlântico.²² No tempo da passagem de Florence (1827), já pouco se explorava a rota e há pelo menos meio século os paulistas não eram os senhores incontestes do comércio do Extremo Oeste. Se buscarmos as diferenciações no espaço narrado por Florence, teremos um quadro semelhante ao apresentado por d. Antonio: a travessia do extenso sertão tornara-se mais cômoda, mas a descontigüidade ainda separava claramente a região dos paulistas das minas do Cuiabá, restando a meio caminho a fazenda de Camapuã, em território da

²⁰ Sobre as fazendas (encontradas no trecho próximo a Porto Feliz), os ranchos (que são pousos inabitados por todo o caminho) e os aldeamentos Guaná e Guató, ver Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 22-135.

²¹ Segundo a narrativa de um “sertanista paulistense”, em 1783 as monções do Cuiabá eram ainda, necessariamente, expedições militares. Já no tempo da passagem da Expedição Langsdorff, encontram-se nos diversos pontos do percurso comboios pequenos. Os confrontos com indígenas já não ocorriam no trecho do Tietê e havia até mesmo uma aldeia e porto dos Caiapós na foz deste rio. Contudo, longe dos pousos habitados, os tripulantes não se arriscavam a se afastar demais do curso do rio, temendo encontros inesperados. Para além do Paraná, os diversos povos submetidos aos Guaicuru haviam sido aldeados nas margens desta via. Apesar disso, a guerra seguia intermitente e eclodiu, na forma de uma rebelião Guaicuru, durante a jornada de Florence, que se deparou com as canoas de guerra do Império a caminho do Pantanal. *Divertimento admirável para os historiadores curiosos observarem as maquinas do mundo reconhecidos nos sertões da navegação das minas do Cuyabá e Mato Grosso &ª extraído pela curiosidade incansável de um sertanista paulistense, que os calculou sucessivos uns poucos de anos, oferecido ao Illmº e Exmº Sr. Martinho de Mello e Castro, do Conselho de Sua Majestade Secretário de Estado da repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, por p., ano 1783.* RIHGB, Tomo LXXVII, Parte II (1914). p. 7. Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 81-100. Sobre a guerra indígena no século XVIII, ver “Sertões” no Capítulo I; sobre a política indigenista setecentista, ver “O período albuquerqueiro e o apogeu da geopolítica”, no capítulo 2; sobre o tratado de paz com os Guaicurus, ver adiante, “Crise das minas, reorientação da geopolítica”, neste Capítulo.

²² Segundo Sérgio Buarque de HOLANDA (*Caminhos e Fronteiras, op. cit.* p. 151), o abandono, em 1838, deveu-se, além do refluxo mercantil, a uma epidemia de febre tifóide que se abateu sobre os que ainda viviam da rota. A retomada, após 1858 ocorreu através do estabelecimento de presídios e guarnições militares, mas a via nunca mais teve a importância desfrutada no Século XVIII. Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso, op. cit.* p. 47-59..

província de Mato Grosso, mas controlada por uma sociedade estabelecida em São Paulo.

Os diversos aldeamentos e guarnições do Pantanal eram as principais novidades na narrativa de Florence. Subordinavam-se a Cuiabá desde que foram fundados e consistiam num espraçamento politicamente orientado da colonização do Extremo Oeste. Criadas para dar suporte às monções e à defesa da fronteira paraguaia, as aldeias e povoações sobreviveram ao fim da rota fluvial paulista, pois ao contrário de Camapuã - que quase desapareceu -, elas se tornaram mais que postos de abastecimento e passaram a articular toda uma rede de trocas entre povos indígenas semi-incorporados e a vila de Cuiabá (cidade após 1818). Segundo Florence, manufaturas, tabaco, peixes e outros produtos eram levados pelos Guanás ao porto de Cuiabá, onde existiam até mesmo habitações desses índios, que ali viviam para cuidar permanentemente dos interesses dos seus nesse comércio. Eram trocas em pequena escala, dadas as limitações do mercado cuiabano, mas quando os primeiros vapores chegaram a Albuquerque, Vila Maria e Cuiabá esta rudimentar rede mercantil serviu de base para um vigoroso arranque extrativista e pecuário na Província.²³

No vale do Paraguai, ao contrário de d. Antonio, Florence pôde contar com o “consolo” de “um ponto habitado”²⁴. Mas foi só com a “primeira habitação anunciadora da proximidade do Cuiabá” que celebrou o retorno à “vida civilizada”, à “existência tranqüila e sedentária”. Ainda havia muito que comemorar quando “tudo nos indicava, cada vez mais, a aproximação da cidade”²⁵. O espaço efetivamente colonizado sob influência de Cuiabá – isto é, a sua região colonial – abrangia toda a área dos aldeamentos e estabelecimentos do rio Paraguai, mas apenas na cidade - isto é, no pólo articulador da região colonial – podia Florence retornar a um prospecto que lhe era familiar:

Enfim a 30 de janeiro de 1827, atingimos o porto tão desejado de Cuiabá. Aproximamos ao troar das salvas de mosquetaria que partiam de entre os nossos e eram correspondidas de terra. O guarda da alfândega levou-nos para o seu escritório, enquanto esperávamos os animais que deviam levar-nos até a cidade, distante um quarto de légua.²⁶

²³ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

²⁴ A anotação refere-se à chegada à colônia militar de Dourados. Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 114.

²⁵ Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 131-134.

²⁶ Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 134

Setenta e seis anos depois, o relato de sua chegada parece ecoar os termos de d. Antonio Rolim de Moura. Exceto pela presença do guarda da alfândega e de “um negociante italiano chamado Angelini”, a assinalar uma peculiar abertura dos portos no ponto mais afastado do oceano em todo o continente sul-americano²⁷.

b) Cuiabá, Mato Grosso e a “carreira do Pará”

Como demonstramos em outro momento, a navegação pela rota Guaporé-Mamoré-Madeira foi estabelecida na década de 1740 e incentivada pela Coroa portuguesa até o fim do século XVIII, como parte das políticas para a defesa da fronteira e para a abertura de uma rota de contrabando com as missões castelhanas de Moxos e Chiquitos.²⁸ A via monçoeira norte era o elo de ligação de Vila Bela, sede colonial da capitania, com o comércio atlântico, via Belém do Grão-Pará. A extinção da companhia de comércio que organizava esta rota deu início a um declínio até o abandono total e definitivo.

Os companheiros de Florence na Expedição Langsdorff que partiram por aquela via conheceram os últimos momentos da rota comercial e o aprofundamento da decadência de Vila Bela (cidade de Mato Grosso, desde 1818)²⁹. Não encontramos relatos dessa navegação, mas a partir do estudo de José Roberto do Amaral Lapa é possível afirmar que um tráfico intenso, principalmente de mercadorias européias e de escravos africanos, desapareceu sem deixar muitos vestígios³⁰. A região colonial do Mato Grosso, construída cuidadosamente pela ação da Monarquia portuguesa estendera-se pelo Guaporé, até o forte Príncipe da Beira, atualmente no Estado de Rondônia. Limitava com o Cuiabá por um sertão que aos poucos passou a ser ocupado, a partir da década de 1770, com a fundação de Vila Maria, a meio caminho entre as vilas, mas na área de influência cuiabana. A oeste, o limite da região do Mato Grosso era a fronteira castelhana, que no tempo de Florence já se tornara boliviana, num conturbado processo de Independência que envolveu, como veremos, a tentativa de anexação da província de Chiquitos ao Império do Brasil.

²⁷ Hercules FLORENCE. *op. cit.* p. 131-134

²⁸ A respeito da abertura e regularização da “carreira do Pará” no século XVIII, ver o Capítulo 2 desta dissertação.

²⁹ São eles o botânico Ludwig Riedel, que viria a dirigir o Jardim do Passeio Público e a seção de botânica do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e o pintor Aimé-Adrien Taunay, que morreu afogado no Guaporé, próximo à cidade de Mato Grosso. Sobre a decadência do roteiro, ver Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso*, *op. cit.*, p. 31-33.

³⁰ José Roberto do Amaral LAPA. *op. cit.*

Às vésperas da Independência pouco havia, portanto, de fluxo mercantil e humano pelo sistema Guaporé-Mamoré-Madeira. O caminho tomado por Florence era uma nova via a ligar o Extremo Oeste ao Grão-Pará. Tratava-se do sistema Arinos-Tapajós, que já havia sido percorrido na década de 1740, mas que fora abandonado e reiteradamente vedado pela Coroa, como possível ameaça à rota guaporeana, estrategicamente vital. Na verdade, tão proibitivas quanto as leis eram as dificuldades, especialmente por conta de grandes cachoeiras, que requeriam investimentos em pontos de apoio. A partir de 1790 a navegação foi autorizada, mas a exploração ocorreu primeiramente em 1805, ou seja, no mesmo ano da liberação da mineração dos rios diamantíferos e auríferos situados nas cabeceiras dos rios Paraguai e Arinos³¹. A vila do Alto Paraguai Diamantino, fundada em 1820 a partir de um arraial estabelecido em 1805, abrigou este novo *rush* minerador e o ponto terminal da nova rota amazônica.

Partindo de Diamantino, o viajante deveria seguir para o porto do rio Preto, lugar atingido por surtos epidêmicos sazonais, de onde partiam pequenos e grandes comboios demandando Santarém e Belém, por via dos rios Preto, Arinos, Juruena, Tapajós e Amazonas³². No trajeto por esses rios, havia diversas aldeias Apiacás, Munducus e Maués – na maior parte submetidas ao Grão-Pará –, além de um registro fiscal e do povoado paraense de Itaituba. Entre as décadas de 1810 e 1830 uma rota mercantil considerável se estabeleceu por esta via. Segundo Florence, os comboieiros levavam ao Grão-Pará “diamantes, alguns tecidos grosseiros de algodão, piastras e cobre em moeda” e traziam a Diamantino “vinho, sal, louça, ferro e guaraná”.³³ Já no Amazonas, transcreveu o viajante uma lista de produtos que passaram pelo registro fiscal de Gurupá no ano de 1827. Abarca principalmente as drogas do sertão extraídas na Amazônia, mas inclui também 30 barras de ouro no valor de 3:125\$220, o que provavelmente indica a exportação de Diamantino, via Arinos e Tapajós.

O trajeto era muito mais curto do que pelo sistema Guaporé-Mamoré-Madeira, porém não era feito sem grandes dificuldades, especialmente por conta das grandes

³¹ Houve diversas explorações, através das quais se regularizou a navegação na década de 1810. José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.* p. 32; Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003. p. 304.

³² A expedição que inaugurou a navegação comercial por esta rota, em 1812, contava com 72 pessoas em 7 batelões (José Roberto do Amaral LAPA, *op. cit.* p. 32). Encontramos no relato de Hercules FLORENCE (*op. cit.* p. 222, 251, 277, 282, 285) desde referências a comboios de centenas de homens até menções a pequenos grupos de comerciantes, camaradas e (com frequência crescente conforme se aproxima o Amazonas) indígenas semi-incorporados. Na narrativa percebe-se que a rede de aldeamentos oferecia segurança e abastecimento de víveres, dispensando grandes expedições militares e vultosas provisões. Os maiores obstáculos eram, então, as grandes cachoeiras e as doenças.

³³ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 221.

cachoeiras a transpor e da gravidade das moléstias que afligiam as tripulações.³⁴ Na década de 1830, o roteiro entrou em declínio e logo deixou de ser freqüentado – abandono que está relacionado à diminuição da produção de diamantes e ouro em Diamantino, mas também a conflitos políticos nas duas províncias que por esta via se conectavam. O Grão-Pará esteve em estado de tensão ou em conflito aberto por todo o período entre a revolução Constitucionalista do Porto (1820) e o início do Segundo Reinado (1840). Com a eclosão da guerra civil na Cabanagem (1835-1840), o trato mercantil com a província de Mato Grosso foi interrompido por anos seguidos e não mais retomou a importância que teve. Antes mesmo da guerra paraense, a revolta de 1834, conhecida como Rusga de Diamantino – na verdade um dos desdobramentos da sedição cuiabana de 30 de maio do mesmo ano, a “Rusga” – já havia levado à morte ou à fuga de alguns dos principais mercadores e proprietários de lavras e escravos, tanto de Cuiabá, quanto de Diamantino.³⁵

Seguindo a viagem de Florence, na visão do desenhista, a natureza já assinalara sua fronteira no porto de embarque, onde “percebe-se que se atingiu a bacia do Amazonas”. O quadro social se altera de forma menos impactante, encerrando, porém, mudanças notáveis. Em Diamantino, seguem as descrições de como se administrava o

³⁴ A viagem de Florence, no trecho entre Diamantino e Santarém foi, sem dúvida, a mais difícil dentre as empreendidas pelos viajantes analisados. Antes da partida, no porto do rio Preto, - este “maldito porto” - seus companheiros já se encontravam abatidos pelas febres. Estavam todos “a braços com as febres intermitentes, chamadas aqui sezões, os srs. de Langsdorff e Rubzoff, e mais oito camaradas”. Em dado momento, dos 32 tripulantes e passageiros, 24 estavam gravemente doentes, incluindo todos os estrangeiros, o que levou Florence a abandonar provisoriamente a escrita de seu diário. “Suportamos moléstias e privações”, escreveria depois de retomadas as anotações. Refere-se ainda a comerciantes gravemente adoecidos que se desgarravam de seus comboios na tentativa de alcançar mais rapidamente atendimento em Diamantino. Havia até mesmo um cemitério à margem do rio, em local desabitado, para que os comboieiros pudessem deixar os que pioressem no percurso. Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 222-277.

³⁵ Segundo um relatório escrito em 1854 por João Baptista Prudêncio, que passou toda a vida em Diamantino (1808-1857), a “catástrofe de 30 de maio” (i.e., a Rusga) e “a revolução vinagrista” (i.e., a Cabanagem) foram fatores decisivos para o abandono da rota e o declínio de Diamantino, somando-se a outras dificuldades, como a falta de mão-de-obra escrava para as minas e a grande mortandade causada pelas sezões periódicas. A partir da interrupção que se seguiu às revoltas, o comércio foi retomado, ainda segundo Prudêncio, em escala bem menor, restringindo-se “à importação do guaraná e alguns líquidos”. Na década de 1840, a descoberta de grandes reservas de diamantes na Bahia fez cair abruptamente o preço dessa mercadoria, tornando ainda mais difícil a situação de Diamantino e da rota mercantil do Arinos-Tapajós. Quanto ao impacto dos conflitos políticos, deve-se fazer a ressalva de que Prudêncio tinha uma visão negativa desses movimentos e é factível que exagerasse o impacto deles sobre a economia. “Informações acerca das necessidades mais urgentes e remediáveis do município de Alto Paraguai Diamantino” in João Baptista PRUDÊNCIO. *Informações do Município de Alto Paraguai Diamantino*. Cuiabá: IHGMT, 2002 (publicações avulsas, n. 41). p.14-15. A “Rusga” foi uma conspiração arquitetada em Cuiabá que envolveu um amplo espectro social e que, posta em prática, alastrou-se para outros núcleos e desdobrou-se em movimento de livres pobres, mormente os enquadrados nas tropas, contra grandes comerciantes e comandantes militares, na grande maioria portugueses. A repressão a caracterizou como sedição, baseando-se na recusa de parte dos envolvidos em permitir a posse do presidente da província.

trabalho dos cativos na mineração, histórias de negros enriquecidos e tornados senhores, e de comerciantes espertalhões que lhes compravam diamantes ilegalmente por valor irrisório – em suma, um quadro da sociedade escravista com traços típicos de regiões mineradoras. Basta colocar as embarcações no rio para que os africanos e seus descendentes quase desapareçam e dêem lugar aos indígenas, com referências aos soldos que recebiam para servirem de remadores dos comboios, mas também com o registro de um possível caso de trabalho compulsório explorado por um proprietário de Diamantino³⁶. Mais adiante, surgem os Apiacás, trabalhando na navegação e dela desertando, os Munducurus e Maués, extraíndo salsaparrilha ou produzindo tucupi e farinha de puba³⁷. Espaço diferente daquele deixado às margens do rio Preto, a região articulada por Belém era, acima de tudo, o universo da exploração dos produtos das florestas e dos rios. Exploração que se dava através do trabalho de “índios [que] são geralmente apelidados tapuios e [que são] menos cobreados [sic] que os das matas. Livres por lei, o são de fato, graças mais às florestas do que pelo respeito que merecem seus direitos”.³⁸ Pelo rio Amazonas, nota mudanças também quanto à maior escala das vilas, à presença de grandes navios mercantes vindos de mar aberto – inclusive de fabricação norte-americana – e mesmo com relação à língua, pois quando “se chega do interior, uma coisa que causa estranheza é o modo de falar dos habitantes, carregado e com sotaque dos filhos d’além Atlântico: é que os portugueses são ali muito numerosos [...]”.³⁹

A região cuiabana, que passava por uma enorme dificuldade de re-inserção mercantil com a crise da mineração, ficara para trás. Nela, Florence conheceu um comerciante italiano que operava também através de Chiquitos, ligando áreas periféricas do Império do Brasil à República da Bolívia⁴⁰. Figura peculiar, dessas que os viajantes não deixam de registrar com detalhes, esse sr. Angelini teria abandonado Trieste, percorrido a Europa, o Rio de Janeiro e partido para o Alto Peru, onde teria tido parte na Guerra de Independência, doando recursos às tropas bolivarianas. Só então se estabeleceu, segundo o relato de Florence, na província de Mato Grosso, negociando diamantes, pedras finas e jóias. Em Cuiabá, dadas as dificuldades de integração, a

³⁶ Hercules FLORENCE, *op. cit.*, respectivamente p. 253 e 237-240.

³⁷ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 286-290.

³⁸ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 297-299. Sobre os tapuios no Grão-Pará, André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. Tese apresentada ao departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 2006. p. 65-69.

³⁹ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 291-299.

⁴⁰ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 159-160

presença de um estrangeiro quase que pressupunha uma trajetória peculiar e uma figura com biografia digna de nota por parte de um viajante. No Pará, ou mais especificamente, no porto de Belém, “havia uns trinta navios mercantes ingleses, americanos, portugueses e brasileiros, um francês, um sardo, dois brigues de guerra da marinha brasileira e outro da francesa, que viera de Caiena para carregar gado”. Numa cidade aberta ao atlântico, o viajante dificilmente teria notado a presença de um sr. Angelini. Muito menos na Corte do Rio de Janeiro, na qual, depois de 46 dias de viagem marítima, desembarcou Florence, “dando fim à nossa penosíssima, atribulada e infeliz peregrinação pelo interior do vasto Império do Brasil.”⁴¹

c) Goiás e os caminhos do norte

Vimos em outro momento que a conquista de Goiás fez confluir diferentes correntes de povoamento, incluindo uma rede de caminhos formados pela expansão da pecuária do São Francisco e a extensão das relações da ocupação missionária paraense e maranhense do baixo Tocantins. Destas vias, aquelas que ligavam a capitania a Salvador e a outros centros por via terrestre mantiveram sempre rotas comerciais, ao passo que a via fluvial para Belém foi proibida por meio século e retomada aos poucos a partir da década de 1780.⁴² Outra via fluvial, a do Araguaia, foi algumas vezes explorada, sem que se consolidasse como rota comercial até meados do século XIX.⁴³

Tratemos brevemente dos caminhos da pecuária, trilhas que nunca haviam sido descritas por viajantes, à exceção do capitão-general Luiz da Cunha Menezes, em breve relato datado de 1778, iniciado em Salvador e que atravessa as vilas de Cachoeira e Rio de Contas, chegando a Goiás por Meia Ponte⁴⁴. Além deste roteiro havia uma infinidade de outros, desde os que partiam do Registro do Duro, norte goiano, até os que se originavam no sul da capitania, atravessando Paracatu e São Romão, na capitania das Minas Gerais, e estendendo-se pelo sertão baiano. Como percebemos nos relatos dos que conheceram os núcleos goianos que articulavam essas rotas, a influência mercantil

⁴¹ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 306-311.

⁴² Sobre a confluência de correntes de povoamento, ver “As minas de Goiás”, no Capítulo 1 desta dissertação. Sobre as políticas de interdição de vias para as minas, ver “A institucionalização e a territorialização das minas do Oeste” no Capítulo 2.

⁴³ Segundo Dalísia DOLES (*op. cit.*, p. 69), apesar de o roteiro ser conhecido desde o século XVIII, não houve continuidade nas relações por esta via e apenas em 1846 “seria empreendida a primeira tentativa de restabelecimento das comunicações pelo Araguaia.”

⁴⁴ “Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de setembro para Vila Boa Capital de Goyaz, aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778” in *NOTÍCIA Geral...* Tomo II, p. 71-75.

de Salvador era sensível por toda a área a leste dos rios Maranhão e Tocantins, desde Meia Ponte até Porto Real. Segundo dados de 1809, chegavam da Bahia mercadorias que representavam cerca de 35% do valor total das importações goianas, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. Era basicamente um comércio fundado no fornecimento de gado em pé para os currais do São Francisco, além de ouro e de alguns gêneros agrícolas, e na compra de sal, produtos europeus e (cada vez menos) escravos⁴⁵.

Também articulada ao norte goiano, a via fluvial do Tocantins passou a ser freqüentada por mercadores na década de 1780 e adquiriu importância no início do século XIX, com a implementação de políticas para integração de Goiás ao Grão-Pará.⁴⁶ Eram exportados produtos ligados à pecuária (principalmente couros de bois), à agricultura (especialmente os derivados da cana-de-açúcar e do algodão) e à caça (peles de veados e de onças)⁴⁷. O caminho fluvial partia do Porto Real (vila de Porto Imperial após 1831) e seguia, quase sem atravessar núcleos de colonização, até São Pedro de Alcântara (vila de Carolina após 1831, sujeita à província do Maranhão a partir de 1854). Continuava por uma grande área de aldeias de índios semi-incorporados, até São João das Duas Barras, na confluência com o Araguaia, seguindo para Cametá e Belém. Uma viagem comercial demandava de 30 a 40 dias de Porto Real ao Pará e de três a quatro meses no sentido inverso.

O roteiro foi percorrido por Pohl até as proximidades da confluência entre o Tocantins e o Araguaia, fronteira entre Goiás, Grão-Pará e Maranhão. Desde os arredores da capital até Traíras, encontrou engenhos e fazendas voltados muito mais para os caminhos do Centro-Sul do que para a Bahia ou o Grão-Pará. A partir de Traíras, isto é, na comarca de São João das Duas Barras (também referida como comarca do Norte, ou ainda, da Palma), há uma passagem gradual, mas bastante clara, para o universo da pecuária⁴⁸. Surgem as “estepes pardacentas e queimadas”, a “terra

⁴⁵ Dalísia Elizabeth Martins DOLES. *op. cit.* p. 56-65.

⁴⁶ Em 1773, mesmo sendo o caminho proibido pela da Coroa há quase meio século, o governador de Goiás enviou uma comissão de reconhecimento do rio Tocantins, mas a expedição foi detida em Belém por ordem régia. Nove anos depois o roteiro foi legalizado e intentou-se o estabelecimento de comércio regular entre Belém e Goiás por iniciativa do governador do Pará. Outras tentativas se seguiram, mas apenas no início do século XIX, com a execução dos projetos de Joaquim Teotônio Segurado para o norte goiano, o trato mercantil tornou-se expressivo por esta via. Dalísia DOLES, *op. cit.* Capítulos II e III. Sobre essas políticas, ver adiante “Crise das minas, reorientação da geopolítica”, neste capítulo.

⁴⁷ Já na década de 1830 a pauta de exportações goianas por esta rota reduzia-se quase exclusivamente a couros e peles. Atingida, como no caso do Arinos-Tapajós, pelo impacto da Cabanagem, a via manteve-se com pequeno fluxo na década de 1840 e, em meados do século, tanto o Tocantins, quanto o Araguaia foram objetos de políticas do Império, incluindo a construção de presídios e a criação da Sociedade Mercantil do Araguaia. Dalísia DOLES, *op. cit.* Capítulo III.

⁴⁸ Sobre a criação da comarca da Palma, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

seca, ingrata, [que] não permite o cultivo do milho”, as pastagens ermas e monótonas, nas quais o viajante se perde por não haver exatamente um caminho, e as primeiras notas sobre as expedições de guerra contra os indígenas⁴⁹. A “guerra justa” atinge o espaço da pecuária na forma do recrutamento, do qual todos fogem, surpreendendo o viajante a cada rancho com o súbito desaparecimento de todos os homens da comarca⁵⁰. Agora se trata do contrabando de ouro ao Pará, da menor presença de escravos - tanto com relação à comarca de Goiás, quanto ao entreposto de Porto Real – e de tipos humanos novos aos olhos do viajante, como um guia “todo vestido de couro, com um chapéu também de couro na cabeça e facão à cinta”⁵¹. Estradas, enfim, muito menos freqüentadas que as do sul, com redes de trocas também diversas: “Aqui, pela primeira vez depois de vila da Palma, tornamos a encontrar viajantes. Eram dois moradores do descampado que viajavam de fazenda em fazenda trocando peles de animais por fumo.”⁵²

Retornando pelo mesmo caminho, o viajante não deixou de anotar a sazonalidade que o enganara: o trajeto dantes seco era agora de árvores e pastos verdes⁵³. O universo da pecuária e do impacto menos direto da guerra indígena mantinha-se, assim como os negócios voltados para a Bahia e para o Grão-Pará. Por outro lado, em Natividade muitos viviam do gado, mas também do “cultivo da cana-de-açúcar, da aguardente que dela se extrai, das plantações de algodão, milho, mandioca, legumes e um pouco de fumo”, atividades produzidas por escravos, que nesse julgado se encontram em proporção maior que em quase todos os demais⁵⁴. Constatações de torna-viagem que trazem ao viajante – e ao historiador – a necessidade de matizar esse quadro. O predomínio da pecuária segue, porém, por quase toda parte, mesmo no maior dos engenhos do norte, do capitão Filipe Antonio Cardoso, onde se cultivava até mesmo trigo, mas cuja base era seguramente outra: “Criam-se anualmente 4.000 reses, cavalos e ovelhas de lã grosseira. Vendem-nos principalmente para a Bahia. A propriedade tem 10 léguas de comprimento e 6 de largura. Pertencem-lhe 13 fazendas espalhadas.”⁵⁵

Todo esse universo da pecuária é deixado para trás em Porto Real, no embarque para a fronteira paraense. Mais do que isso, dali por diante a guerra indígena não é só

⁴⁹ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 208-215.

⁵⁰ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 222-225.

⁵¹ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 211-227.

⁵² Johann E. POHL, *op. cit.* p. 225-227.

⁵³ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 265

⁵⁴ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 272-273.

⁵⁵ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 278.

uma realidade que se sente pelo recrutamento ou por um vago temor de algum ataque, mas um fato que domina todo o cotidiano. A primeira constatação é a clara fronteira que o rio Tocantins encerra: a leste a colonização portuguesa, incluindo aldeias de nações submetidas, a oeste o território indígena, o qual somente expedições muito bem armadas se arriscavam a penetrar⁵⁶. Outro limite separa os antigos arraiais mineradores, agora dedicados à pecuária, e povoações totalmente novas, numa área sem qualquer núcleo habitado no período minerador. Assim, São Pedro de Alcântara havia sido erguido em 1810 e Porto Real era, como enfatizava Pohl, uma das povoações mais novas do Brasil. Mesmo que já houvesse um pequeno núcleo no local de embarque desde 1782, a freguesia só foi criada em 1800 e, na época da passagem do naturalista já elevara-se a julgado. No arraial, o viajante pôde ocupar uma “casa, que tinha o pomposo nome de Casa Régia do Conselho”. O juiz ali era também “encarregado do presídio, isto é, da proteção contra os índios”⁵⁷.

Ainda mais nova era a configuração das relações entre colonos e indígenas, tanto pelo marco legal – a “guerra justa”, autorizada em 1811, que permitia a exploração do trabalho compulsório dos vencidos -, e a prática social que instituía (ou re-instituía), quanto pelo desenvolvimento recente do comércio com o Grão-Pará, pressionando a fronteira indígena no rio Tocantins.⁵⁸ O quadro traçado por Pohl envolve um arranjo de forças complexo, incluindo, além dos colonos goianos e maranhenses, designações étnicas as mais diversas - Xavantes, Xerentes, Acroás-mirins, Apinajés, Macamecrãs, Tapuias, Craôs -, que por vezes remetiam a povos divididos internamente pelo grau de incorporação à colonização, havendo desde Xavantes “selvagens” até aqueles criados dentre os brancos. Era “uma espécie de guerra de extermínio”, nas palavras de Pohl, mas era também uma guerra pelo trabalho compulsório ou semi-livre numa área de colonização muito recente, o que envolvia alianças, negociações e, evidentemente, o confronto armado⁵⁹. Estabelecia-se relações de produção diversas, como a proteção de um povo em troca de sua mão-de-obra ou a obrigação de trabalhar alguns dias para o administrador. Crianças e jovens indígenas eram negociados como escravos ou mesmo

⁵⁶ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 231.

⁵⁷ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 228.

⁵⁸ Sobre a relação entre a “guerra justa”, a navegação para Belém e o desenvolvimento do norte goiano, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

⁵⁹ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 235-241

oferecidos como presentes, sendo que em pelo menos um caso narrado por Pohl esse comércio chegava à zona da pecuária.⁶⁰

O norte de Goiás, espaço que adquiriu uma configuração territorial precisa com a criação da comarca de São João das Duas Barras, era o resultado da confluência entre a integração ao sertão do São Francisco e os incentivos oficiais à rota do Tocantins, o que necessariamente passava por uma política com relação aos índios. Articulando os fluxos mercantis da nova região que se formava, antigos e novos núcleos, de Traíras a Porto Real, tinham por base material a pecuária, secundada pela caça e pela agricultura. Era um quadro de estabilidade se contraposto ao das margens dessa região, especialmente a oeste do Tocantins e no extremo norte da capitania, onde a monotonia dos pastos e dos arraiais mineradores decadentes dava lugar à empresa militar da “guerra justa”. Ali, os encontros com indígenas, mesmo quando amistosos, eram cheios de precauções de ambos os lados, e a guerra não tardou a surgir diante dos olhos do naturalista. Retornando, já nas proximidades de Porto Real, o comboio de Pohl travou uma pequena batalha com um grupo de Xavantes, no Tocantins. Termina assim, em meio aos tiros disparados da própria embarcação do viajante, o relato sobre uma das zonas de guerra indígena do Brasil, às vésperas da Independência⁶¹.

d) Os caminhos do Centro-Sul

No início do século XIX, uma antiga, mas crescente rede de estradas ligava as capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, se estendendo por vias que conectavam outras áreas, desde o Extremo Sul até o vale do São Francisco. Os núcleos urbanos goianos integravam essa extensa rede desde o período da conquista, com a abertura dos grandes caminhos para São Paulo e o Rio de Janeiro. Estendia-se, ainda, esse amplo conjunto de relações mercantis, a Cuiabá, onde o comércio encontrava a concorrência dos comboios fluviais amazônicos e paulistas; e ao norte goiano, onde se cruzavam as veredas do sertão baiano com as canoas do Tocantins. Mapear o universo das relações mercantis centradas no Rio de Janeiro e organizadas por entrepostos em Minas Gerais e São Paulo é quase o mesmo que seguir a presença das tropas de muares. Por quatro estradas principais e por uma infinidade de ramificações, elas imperam de Cuiabá à serra da Mantiqueira, das vilas de São Paulo (e muito além delas, para o

⁶⁰ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 268.

⁶¹ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 235-341 e 263.

Extremo Sul) aos rios Tocantins e São Francisco. Em comum, além das mulas, todos os fluxos mercantis mais importantes que atravessam as terras goianas convergiam em Meia Ponte. Partiam do arraial os caminhos para o Rio de Janeiro (via Paracatu, São João d'El Rey e Barbacena), para São Paulo (via Santa Cruz, sertão da Farinha Podre, Franca, Mogi-Mirim e Campinas), rumo ao norte da capitania de Goiás (Cavalcante, Arraias, Natividade, Porto Real, etc.) e com destino a Cuiabá (via cidade de Goiás).

Encarada do ponto de vista do viajante, a malha viária do Centro-Sul era marcada, com poucas exceções, pela contigüidade, em contraste com os enormes vazios das vias fluviais, e pela estabilidade de núcleos sedimentados, se contraposta à área da “guerra justa”, em pleno processo de conquista. Os caminhos mais freqüentados eram quase sempre dignos de elogios e se os viajantes insistentemente se queixavam das más estradas era porque haviam optado por vias secundárias, em busca de lugares distantes dos principais fluxos mercantis. De resto, relatavam dificuldades como a falta de mulas ou de tocadores e tropeiros, a inexistência de bons pousos, a profusão de espertalhões, que surgem a todo o momento para tentar furtar ou enganar comerciantes ou os próprios estrangeiros. Nada que se comparasse ao flagelo da Expedição Langsdorff entre a província de Mato Grosso e a Amazônia, ou ainda ao alerta constante de Pohl, diante da guerra indígena no Tocantins. Essa extensa e densa rede não era, porém, homogênea, o que nos leva a apresentar brevemente seus principais roteiros.

Percorrido por Saint Hilaire e por Pohl, o caminho do Rio de Janeiro a Goiás partia do Porto da Estrela por estradas calçadas e bem freqüentadas, em torno das quais surgiam os primeiros cafezais do que se tornaria a expansão vertiginosa da *plantation* cafeeira⁶². Cortava a zona da mata, que na década de 1810 passou de um conjunto de aldeias dos Coroados a município de Valença, entrando em território mineiro⁶³. Por todo o sul de Minas Gerais, os naturalistas traçavam quadros de prosperidade, principalmente pelo comércio articulado em núcleos como Barbacena e São João d'El Rey, imagem esta que se desfaz logo adiante. Deixando para trás a área mais povoada e desenvolvida de Minas, Saint Hilaire encontra “uma bela solidão, mas uma solidão absoluta”⁶⁴. Adentrando a comarca de Paracatu até a beleza desaparece a seus olhos.

⁶² Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 13-19.

⁶³ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 38-41.

⁶⁴ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 171

Segue um imenso deserto, por vezes pontuado por povoados desprezíveis e por pobres aldeias, com homens que são “o rebotalho da província das Minas”⁶⁵.

Enquanto percorria a parte oriental da província das Minas, encantado pela hospitalidade dos seus habitantes, sua polidez e inteligência, logo me identifiquei com os seus interesses e necessidades; eram para mim amigos, quase compatriotas. Nos desertos de Paracatu tornei-me novamente um estrangeiro.⁶⁶

Tudo agora era característico do “sertão” - os caminhos, as fazendas, os alimentos, os usos e costumes – e Saint Hilaire afirmava ter cogitado não partir para Goiás temendo que a situação fosse ainda mais grave⁶⁷. O quadro, na verdade, se mantém com a passagem para o território goiano, exceto pela existência, nas imediações de Meia Ponte – o ponto articulador de todas as rotas – de fazendas e arraiais dignos de serem excluídos (ou ao menos compartilharem com ressalvas) deste quadro de misérias. Assim como para Florence, quando se aproximou de Cuiabá numa monção, para todos que alcançavam o arraial de Meia Ponte, o espaço urbano podia ser pressentido na existência de propriedades não só mais prósperas, como mais “civilizadas”, do ponto de vista dos europeus.

Aqueles que seguiram pelo caminho de São Paulo partiram de um universo um pouco menos atraente para contrapor às misérias goianas. Ainda assim, as vilas paulistas apresentavam um quadro de crescimento da produção e do comércio de abastecimento. Florence, que tinha por roteiro original o caminho terrestre, descreveu Campinas (“também chamada São Carlos”) como uma “cidade nascente, bastante vasta, bem povoada, rica pela cultura em grande escala da cana-de-açúcar, e pela fabricação desse produto e da aguardente”⁶⁸. Segundo Saint-Hilaire, é a partir de Mogi-Mirim que se alcança o sertão, não havendo “como em Minas, o consolo de poder conversar com um hospedeiro acolhedor”⁶⁹. Passava então o viajante pelos julgados de Araxá e Desemboque, conhecidos à época como sertão da Farinha Podre e que formam, grosso modo, o atual Triângulo Mineiro. Era parte do território goiano até 1816, quando foi

⁶⁵ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 202-203

⁶⁶ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 205. Pohl apresenta um relato muito semelhante da passagem das Minas “civilizadas” ao “sertão”. p. 83-101.

⁶⁷ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 246-248

⁶⁸ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 14.

⁶⁹ A comparação obviamente é com o centro dinâmico das Gerais, estando Paracatu ainda mais distante da prosperidade e da civilização (entendidas do ponto de vista do naturalista). Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 173. Importa informar que este trecho foi percorrido por Saint Hilaire no sentido contrário do que aqui é narrado, isto é, de Meia Ponte a São Paulo (e “até Mogi” e não “a partir de Mogi”). A inversão da ordem na exposição visa apenas uma organização que a torne mais clara ao leitor, mostrando-se todos os caminhos na direção do interior do continente.

anexado a Minas Gerais. A recente colonização, fundava-se em parte em aldeamentos indígenas e se processou rapidamente no início do século XIX, motivada por uma espécie de *rush* pecuário. O comércio de Araxá e Desemboque era controlado por mercadores de São João d'El Rey e destinava-se a Minas Gerais e à Corte⁷⁰. Chegando a Goiás, os viajantes encontravam aos poucos os primeiros sinais de prosperidade ao atravessar os arraiais de Corumbá e Santa Cruz, que também recebiam colonos oriundos das Gerais, mas que sofreram nos anos seguintes o impacto da concorrência de uma nova via terrestre – a Estrada do Correio de Goiás⁷¹. No julgado de Meia Ponte, também pela via paulista encontravam os maiores engenhos, as melhores lavouras e, finalmente, o mais importante arraial da Capitania⁷².

Um dos dois principais caminhos para os arraiais do norte goiano (e, por esta via, para a Bahia e o Grão-Pará) também levava a Meia Ponte. Mas foi pela via que se ligava a Vila Boa que Pohl seguiu para a comarca de São João das Duas Barras. Na área próxima a Vila Boa, ao norte e ao sul, encontravam-se antigas aldeias, fundadas na segunda metade do século XVIII, já quase totalmente abandonadas no período joanino. Tomando rumo norte a partir da capital, Pohl apenas alcançava Crixás e substituíra seu guia por um índio Xavante que melhor conhecia aquele espaço⁷³. Tanto este naturalista, quanto Saint-Hilaire visitaram também as aldeias São José de Mossâmedes e Vila Maria, a primeira com pequena população indígena “administrada” por um cabo, a segunda totalmente abandonada⁷⁴. Pohl conheceu ainda, por esses caminhos, o arraial de Ouro Fino e a área explorada pela companhia de mineração de Anicuns, empreendimento recente visando à recuperação da mineração em Goiás⁷⁵.

Finalmente, era por Meia Ponte e pela capital goiana que passavam, no início do século XIX, a maior parte das pessoas e das mercadorias que iam e vinham de Cuiabá para outras partes do Brasil, especialmente as capitanias do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e da Bahia.⁷⁶ Caminho muito extenso, mas bastante freqüentado

⁷⁰ O grande fluxo de pecuaristas se deveu, naquele quadrante, à descoberta de salinas, pois em geral os altos preços do sal vindo do litoral ou de pontos distantes do interior era o maior entrave à expansão das pastagens. Segundo Saint-Hilaire, também serviu de atrativo aos colonos - quase todos oriundos das antigas vilas mineradoras das Gerais – a diferença de áreas máximas permitidas para a concessão de sesmarias em terras goianas. Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 219-243

⁷¹ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 296-299

⁷² Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 190-197

⁷³ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 179

⁷⁴ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 103-109 e 131-133; Pohl, 151-157

⁷⁵ Johann E. POHL, *op. cit.* p., 147-150

⁷⁶ Sobre o caminho de Cuiabá a Goiás, e daí ao Rio de Janeiro, ver Alcir. LENHARO. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982, especialmente p. 23-25.

por tropeiros, sempre mencionados pelos diversos viajantes que se surpreendiam com as distâncias que esses comerciantes percorriam. Saint Hilaire narrou alguns desses encontros nos caminhos goianos, um deles com uma “grande caravana [que] partira de São Paulo; fizera a viagem de Cuiabá; de lá viera a Goiás, para daí dirigir-se à Bahia”. O proprietário, porém, sabendo de uma seca nos pastos da Bahia, resolveu voltar a São Paulo. “Viagens tão gigantescas deslumbram a imaginação”⁷⁷ do estrangeiro, mas parecem rotineiras, pois adiante outra grande caravana seguia no sentido inverso⁷⁸ e no Sertão da Farinha Podre um rancho onde pretendia passar a noite “já estava quase completamente ocupado por uma caravana que ia de São Paulo a Cuiabá.”⁷⁹ Pohl narra que, no trecho entre Cuiabá e Goiás, chegou “e acampou junto a nós um Capitão com uma grande tropa de burros. Conduzia os animais para a Bahia, a fim de vendê-los, pois lá alcançavam preços bem altos.”⁸⁰ Conta ainda que em Meia Ponte “se encontrava também um capitão, vindo de Cuiabá, o qual dirigia o transporte de algumas centenas de cavalos de Mato Grosso para o Rio de Janeiro. Esses cavalos eram destinados a Sua Majestade, o Rei de Portugal. Infelizmente, durante o transporte, pereceu mais da metade desses belos animais.”⁸¹ Há outros indícios da frequência dessas viagens, como a presença, em Goiás, de moedas espanholas e de refugiados das guerras civis nas repúblicas vizinhas.⁸² Como se percebe por esses relatos, as tropas de mulas do Cuiabá tinham muitas origens e destinos e não estavam, como na passagem do século, restritos quase totalmente ao Rio de Janeiro.⁸³ Face às dificuldades das monções, o comércio

⁷⁷ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 67-69

⁷⁸ “A pouca distância do Corumbá já encontrara uma caravana muito considerável que se dirigia a Cuiabá; uma segunda esperava na margem do rio, que o tivéssemos passado, para atravessá-lo por sua vez. Pus-me a conversar com o negociante a quem ela pertencia; disse-me que a sua tropa se compunha de sessenta cargueiros, e que, além disso, conduzia uma dúzia de negrinhos da costa d’África. Vinha de São Paulo e ia para Cuiabá. Esperava ter que vender a longo prazo quase todas as mercadorias, e não esperava poder voltar a São Paulo antes de dois anos. Negócios desse gênero são muito lucrativos, sem dúvida; mas, se dão grandes lucros, são, certamente, comprados bem caro. Os paulistas que fazem essas intermináveis viagens através de desertos devem, necessariamente, ter conservado alguma coisa do espírito aventureiro e perseverante dos seus antepassados.” Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 226-227.

⁷⁹ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 230.

⁸⁰ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 158

⁸¹ É provável que se tratasse de cavalos de alguma das fazendas régias da região cuiabana, mas também é possível que fosse uma remessa de animais feita por algum pecuarista particular. Neste caso, parece-nos estranho que a doação à Monarquia, comum entre os proprietários que pretendiam reforçar vínculos políticos com a Coroa, se desse por uma viagem tão custosa e não para as guarnições da fronteira, prática igualmente comum, relatada inclusive por Florence, e que tinha a mesma função (ainda que talvez não a mesma eficácia). Johann E. POHL, *op. cit.* p. 290-291. Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 182-183.

⁸² Por exemplo, Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo I, p. 254; Johann E. POHL, *op. cit.* p. 177.

⁸³ O monopólio fluminense no Cuiabá foi analisado e razoavelmente documentado por Alcir Lenharo, mas talvez em consequência do grave endividamento dos grandes mercadores cuiabanos nessa praça (também demonstrado pelo autor), parece ter havido uma diversificação dos negócios na década de 1810,

paulista se mantinha por via das tropas de muares e não faltaram tentativas de retomar um antigo projeto de via terrestre direta, de São Paulo a Cuiabá.⁸⁴

Entre a capital goiana e Cuiabá, o caminho foi percorrido por Pohl e Saint-Hilaire até a fronteira que separava as capitânicas, pois esses naturalistas não tinham autorização para transpô-la. Nesse trecho, os únicos núcleos que se destacavam eram os arraiais de Pilões e Rio Claro, erguidos na área diamantífera que teve acesso proibido em todo o século XVIII, sendo liberada em 1801. As narrativas dos naturalistas são bastante semelhantes, com descrições do mercado de contrabando tacitamente permitido pelas autoridades, ao que Saint-Hilaire acrescenta um quadro da sazonalidade da exploração, com o estabelecimento provisório de colonos da capital, de Meia Ponte e de outras partes no período de seca, de julho a setembro, quando a extração era mais fácil. Aponta ainda para uma articulação entre os descaminhos de Diamantino e de Pilões e Rio Claro, pois os garimpeiros que encontram os diamantes “vendem-nos a mercadores de Vila Boa, e, mais freqüentemente ainda, às caravanas que se dirigem de Mato Grosso à cidade da Bahia e têm necessariamente o hábito desse comércio, porque a província de Mato Grosso fornece também muitos diamantes.”⁸⁵ Para além desses núcleos, a descontigüidade foi constatada por d’Alincourt, que após descrever com muitos elogios os caminhos goianos, partiu da capital rumo a Cuiabá, deixando uma narrativa bastante distinta da que teceu até ali. “Daqui para diante são raros os moradores, por consequência desertos os pousos. [...] Do Buriti continua o caminho cada vez pior, fazendo repetidas voltas, e em partes é tão estreito, por entre as matas, que só a muito custo podem passar as bestas carregadas”⁸⁶.

Chegando a Cuiabá, talvez o núcleo mais distante alcançado pelas tropas de muares de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, uma pequena malha viária se estendia pela Chapada dos Guimarães (antiga Santana de Serra Acima), Diamantino, minas do Quilombo, Vila Maria e Vila Bela (cidade de Mato Grosso após 1818). Essas vias e povoações foram, à exceção de Vila Bela, percorridas por Florence, que chegou à

com destaque para São Paulo e a Bahia, além da retomada do comércio com o Pará, pela nova rota do Arinos-Tapajós. Alcir LENHARO, *Crise e mudança...* op. cit.

⁸⁴ Sobre os primeiros projetos de caminho direto, datados das décadas de 1720 e 1730, ver Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 25. Como argumentava d’Alincourt, em termos geométricos, o longo caminho goiano poderia ser evitado por uma estrada que transpusesse o noroeste paulista: “[...] os três pontos S. Paulo, Goiás, e Cuiabá, representam os vértices de um triângulo proximamente retângulo, e isósceles, mostrando Goiás o vértice do ângulo reto: e é visível, que se pouparia muito em tempo, despesas e fadigas, se se tentasse aproximar à hipotenusa do triângulo a direção da estrada, o que se não deve supor impraticável”. Luís d’ALINCOURT, *op. cit.* p. 2.

⁸⁵ Auguste de SAINT- HILAIRE. *op. cit.* Tomo II, p. 141-158; Johann E. POHL, *op. cit.* p. 157-164.

⁸⁶ Luís d’ALINCOURT, *op. cit.* p. p. 88.

província pelo Tietê. O primeiro destino foi a Chapada dos Guimarães, antiga aldeia indígena, tornada principal área de produção de gêneros agrícolas para o abastecimento de Cuiabá, com destaque para a cana-de-açúcar⁸⁷. O arraial do Quilombo, de exploração recente quando da passagem do desenhista, era pouco mais que um acampamento⁸⁸. As demais povoações da província estavam mais ligadas às rotas fluviais paulista (ou platina) e amazônica (via Guaporé ou Tapajós) do que ao universo das tropas de muares.

Periferia da periferia

a) sobre o “isolamento” e a “distância”

O universo das grandes distâncias: por qualquer das vias que temos assinalado não era fácil nem rápido chegar às vilas do Oeste. Em conjunto, os viajantes traçam freqüentemente quadros de dificuldades para o comércio, frágeis bases produtivas e estruturas demográficas marcadas pela dispersão. Entretanto, não deixam dúvidas de que cada arraial estava inserido em redes de relações as mais diversas, dentre as quais se destacam as do trato mercantil. Os caminhos serviam de bases, nem sempre satisfatórias, para fluxos nem sempre dos mais dinâmicos. Em certos casos eram, com todas as limitações e com todos os incômodos, mostras de processos de integração em curso.

Aqui talvez seja incontornável a referência a um debate entre os especialistas na trajetória mato-grossense. Trata-se dos desdobramentos da crítica de Alcir Lenharo ao que denominou “mito do isolamento”, isto é, um conjunto de elaborações em torno da particularidade do espaço regional, desconectando sua história das redes de relações nas quais se inseria. Como demonstrou Romyr Conde Garcia, a idéia de isolamento aparece apenas de forma muito vaga e não é o eixo estruturante das literatura histórica de Mato Grosso⁸⁹. Como em outros casos, trata-se de um discurso de “conciliação e identidade”,

⁸⁷ Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 166

⁸⁸ Como anotava o viajante, essa “gente não levanta casas, porque sua profissão é esburacar o terreno”. Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 171.

⁸⁹ Contra o que denominou o “mito do isolamento” na historiografia mato-grossense, Alcir Lenharo propôs uma espécie de programa de superação, através da análise sistêmica da integração mercantil da capitania no período de crise da mineração. Como argumenta Romyr Conde Garcia, a crítica ao “mito do isolamento” formulada Lenharo incorre numa leitura equivocada ou, pelo menos, imprecisa da historiografia mato-grossense. Se percorrermos a obra de Virgílio Corrêa Filho, reconhecidamente a síntese mais acabada da visão do IHGMT, a idéia de isolamento (no sentido de inexistência ou extrema fragilidade das relações com outras partes do Brasil) é mais negada do que afirmada. Entendemos que certa “tese do isolamento” é mais pressuposta do que enunciada: a da existência de uma sociedade com

muito mais do que de um discurso de “isolamento”, ainda que a “distância” cumpra um papel na construção narrativa tendente a enfatizar, mais do que em outros casos, a separação geográfica como fator de unidade e diferenciação.⁹⁰

A distância é evocada, ainda, como entrave ao desenvolvimento, desde a crise da mineração, até o período de elaboração das narrativas regionalistas. Uma barreira natural, que pode servir tanto para engrandecer os feitos dos desbravadores, quanto para justificar as condições sociais e econômicas e a necessidade de investimentos em projetos de integração e desenvolvimento. Na realidade, certo discurso nesse sentido foi sendo elaborado desde o século XIX, em parte pela necessidade de as classes dominantes cuiabanas refutarem as reiteradas acusações de autoridades e intelectuais sobre os vícios daquela sociedade, sobre a suposta indolência e falta de civilização que os mantinham no atraso.

No período que nos interessa analisar, os problemas decorrentes das condições de inserção mercantil levaram concretamente a uma situação de estagnação ou mesmo retração econômica e demográfica. Assim, os discursos regionalistas basearam-se na referência a situações, não de “isolamento” pela “distância”, mas de difícil recriação de fluxos humanos e mercantis que nunca chegaram a ser interrompidos, mas que se mantinham a duras penas. As dificuldades eram concretas e talvez a combatividade quase programática do ensaio de Lenharo, na crítica à “tese do isolamento” o tenha levado a exagerar a capacidade de a capitania se reintegrar economicamente durante a crise da mineração, como se a existência de laços mercantis comprovasse por si só um quadro de reordenamento econômico nos moldes de Minas Gerais. Quanto a isso, a

características particulares, cuja trajetória é única, tanto no sentido de não se confundir ou se imbricar com qualquer outra, quanto porque nela não cabem dissensões que não sejam pontuais ou causadas por um agente externo. Fosse a visão de Corrêa Filho a de uma sociedade cuja dinâmica é internamente determinada, “isolada” do que está fora dos limites da província, a Rusga teria de ser explicada pelas contradições vigentes no interior daquelas fronteiras. Ora, o que ocorre é o contrário, pois é justamente com a necessidade de explicar o conflito social que o isolamento desaparece de todo: a Rusga veio dos políticos do Rio de Janeiro, de um frade rebelde do Pará, de qualquer canto, menos da ordeira sociedade cuiabana. Se os naturais se somaram à desordem foi por desvios pessoais ou contaminação externa. Explicando quase tudo de uma perspectiva estritamente cuiabana, a narrativa regionalista abre mão de uma vaga idéia de isolamento quando esta colocaria em risco o que realmente importa: a história de conciliação e de confluência de interesses naquela trajetória particular. Alcir LENHARO. *Crise e mudança na frente oeste de colonização (op.cit.)*, Romyr Conde GARCIA, *op. cit.* Luiza Rios Ricci VOLPATO. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

⁹⁰ Para uma análise da função ideológica do regionalismo mato-grossense, Osvaldo ZORZATO. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo, 1998. Trataremos da questão no capítulo final desta dissertação.

análise empírica de Romyr Conde Garcia não deixa dúvidas de que a crise da mineração teve consequências graves.⁹¹

Como bem notou Lenharo, não se trata simplesmente da distância, mas do lugar ocupado pelo Extremo Oeste num conjunto de relações. Seu principal mérito (como, antes dele, o de Amaral Lapa) está em ir além de uma vaga referência à condição periférica, geralmente derivada de forma direta da distância ou de condições desfavoráveis de produção e comércio, e que é comum a quase toda a historiografia sobre o Oeste⁹². Entendemos que a distância, por si só, pouco explica - é uma variável estritamente quantitativa, que àquele tempo era medida em léguas. Mesmo sendo determinante para a dinâmica mercantil e política, ela não se confunde com a situação periférica, expressão com sentido analítico que não envolve apenas a localização (mesmo relativa) dos agrupamentos humanos, mas também sua inserção num sistema de centros e periferias, bem como as consequências sociais, políticas, econômicas e mesmo culturais dos marcos dessa inserção.

Existem, evidentemente, implicações mais ou menos diretas da distância com relação aos portos marítimos e da descontiguidade com relação a outras regiões coloniais. Na esfera da política e da administração, pensemos, por exemplo, nas autoridades que demoravam muitos meses ou até mais de um ano para assumir um posto, aqueles que pediam para serem dispensados de tão custosa viagem, ou ainda as longas vacâncias, seja motivadas pela morte, doença ou abandono irregular, seja pela dificuldade em encontrar alguém apto e disposto a assumir⁹³. Dificuldades comuns a vários pontos do império, mas particularmente graves no Oeste. Devemos ainda considerar o impacto dessas situações na dinâmica decisória e na cultura política, tanto porque as demoras nas nomeações permitiam freqüentes e prolongadas experiências de

⁹¹ Além da estagnação demográfica (Cf., Capítulo I desta dissertação), Garcia apresenta um quadro de grandes dificuldades para a integração mercantil e de *déficit* estrutural nas finanças públicas. Romyr Conde GARCIA, *op. cit.*

⁹² No caso de Goiás, Mary Karasch propôs uma leitura semelhante àquela de Lenharo para Cuiabá. Também neste caso, em nosso entender, exagera-se a capacidade de recriação de laços econômicos com a crise da mineração. A questão colocada pela autora – seria Goiás a periferia da periferia do universo luso-brasileiro? – talvez fosse mais bem respondida com uma afirmativa, apesar da importância mercantil e administrativa de Vila Boa, devidamente demonstrada pela autora. Mary KARASCH. “The Periphery of the Periphery: Vila Boa de Goiás, 1780-1835”. In *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*, eds. Christine Daniels and Michael V. Kennedy. New York and London: Routledge Press, 2002.

⁹³ Caso extremo é o das prelações de Goiás e de Cuiabá, vacantes por décadas. Outro exemplo é a falta de sacerdotes: segundo Jovam Silva, em 1779 oito paróquias mato-grossenses, inclusive a da capital, Vila Bela, estavam sem padres. Otávio CANAVARROS, *op. cit.* p. 140; Jovam Vilela da SILVA. *Mistura de cores : política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso, século XVIII*. Cuiabá : Editora da UFMT, 1995. p. 183.

governos interinos⁹⁴, quanto porque os longos percursos das decisões do centro faziam parte do cálculo político⁹⁵. Podiam até mesmo fazer parte das estratégias de enriquecimento ilícito. Nas instruções ao governador de Goiás, José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, de 1771, dentre as muitas acusações de abusos e prevaricações dos oficiais municipais, ao administrador do contrato de entradas é atribuído um artifício peculiar: ele teria criado uma confusão sobre a interpretação das novas leis fiscais para que, antes de cobrados os valores que estavam em sua posse, o governo tivesse de consultar Lisboa. Com isso, “conseguiu guardar em sua mão cinco para seis mil oitavas de ouro, para negociar com elas”, pois “o seu fim [...] era guardar a referida soma até que a dúvida se decidisse em Portugal”.⁹⁶

Desde o início da colonização tinha-se total consciência de que “esta Vila [de Cuiabá] está em um sertão tão distante de povoado, [que] para se alcançar resposta sobre qualquer particular é necessário ano e meio”⁹⁷. Em momentos críticos, a aceleração do tempo histórico fazia com que a demora das notícias tivesse um peso ainda maior e era justamente nessas conjunturas, nas quais decisões urgentes deveriam ser tomadas, que a dinâmica política mais se diferenciava das áreas mais próximas e contíguas aos centros decisórios e aos portos marítimos⁹⁸. Finalmente, podemos

⁹⁴ Sobre as experiências, entre o fim do período albuquerqueiro (1796) e a derrubada do capitão-general, no contexto do constitucionalismo (1821), a capitania de Cuiabá e Mato Grosso foi administrada em três oportunidades por Juntas governativas, totalizando aproximadamente 43 meses. Já no período imperial, são os frequentes e longos mandatos de vice-presidentes que caracterizam essas experiências. Entre a posse do primeiro presidente e o fim do mandato de José Antonio Pimenta Bueno (1835-1837) a província foi governada 94 meses por presidentes e 54 meses por 1os, 2os e 3os vice-presidentes (36,4% do tempo). Dados extraídos de Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Governantes de Mato Grosso*. Ed. do APMT, 1993.

⁹⁵ No Oeste, a realidade expressa na metáfora de Vieira – “o sol e a sombra”, imagem explorada por Laura de Melo e Souza - pode ser levada ao extremo e não deixa de ser realidade com a transmigração da Corte, em 1808. Exemplo disso pode ser encontrado em Otávio CANAVARROS, op. cit. p. 150. “Introdução” in Laura de Mello e SOUZA. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁹⁶ “Instruções de Martinho de Melo e Castro a José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, de 1º de outubro de 1771” (in José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás*, p. 173-191)

⁹⁷ “Registro do Regimento que se fez para os ofícios do Senado da Câmara desta Vila ficar regendo estas Minas na ausência do General” – 5 de junho de 1728. APMT/DHMT, Doc. 16. Vol. I, p. 50-52. Sobre esses descompassos, Beaupierre-Rohan narra um fato interessante. Em 1763, d. Antonio Rolim de Moura deparou-se com um massivo e repentino ataque espanhol ao Mato Grosso. Surpreso, enviou uma comitiva para indagar aos estrangeiros a razão das hostilidades, dado que as relações até ali eram pacíficas. “Responderam ao mensageiro que muito se espantavam de não saber o general que eu [sic] católico havia declarado a guerra a Portugal em princípios do ano passado”. Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 20). p. 55-56. A respeito dos descompassos na administração goiana, Auguste de SAINT- HILAIRE. op. cit. Tomo I, p. 307.

⁹⁸ Exemplo disso é a incorporação de Chiquitos, decidida por uma Junta Governativa que entendeu que se fossem percorridos os caminhos regulares do processo decisório e a proposta do governador espanhol fosse levada ao Imperador, cerca de um ano depois a questão estaria decidida de forma legítima, mas de nada adiantaria, pois o contexto político seria outro e provavelmente as tropas bolivarianas já teriam

considerar o impacto do fato de que, a centenas de léguas do Atlântico, todas as notícias de além-mar já chegavam “filtradas” pelos acontecimentos dos centros do litoral. Exemplo disso são os desdobramentos da Revolução Constitucionalista de 1820, quando o chamado dos revolucionários aos portugueses da América já chegou a Goiás e a Cuiabá acompanhado de outras notícias, em especial a da decisão de d. João VI de não tentar reprimir o movimento e a da formação de juntas em outras províncias⁹⁹. Nesse período, notícias, rumores e boatos corriam por todos os caminhos e as juntas buscavam um alinhamento de acordo com um quadro de forças que talvez fosse vigente alguns meses antes, no Rio de Janeiro, em Lisboa, ou em outras partes, mas que decerto já era outro.

Mesmo nesses casos de implicações diretas das grandes distâncias, não se trata de um quadro estático determinado apenas pela natureza, afinal a distância, medida em léguas, podia se alterar com as transformações nos caminhos. Além disso, as melhorias nas vias já existentes, a dinamização dos fluxos e as modificações técnicas, especialmente nas embarcações, poderiam encurtar o tempo das viagens – ou a distância medida em dias¹⁰⁰. Para ter uma idéia do tempo de percurso, os viajantes estrangeiros são os menos indicados, pois estavam quase sempre dispostos a desvios de rota e a pousos prolongados. Uma aproximação mais segura encontramos, sem dúvida, na demora das notícias de eventos importantes. Considerados quatro fatos ocorridos entre 1821 e 1822 na Corte fluminense, além da declaração de Independência, em São Paulo, o tempo da chegada das notícias na cidade de Goiás variou entre 57 e 81 dias, numa média de 72 dias.¹⁰¹ Uma década depois, o Sete de Abril foi anunciado a 21 de maio

tomado a província missioneira. De fato, descompasso semelhante ocorreu com a ordem de reverter a anexação, que chegou muito depois de as tropas mato-grossenses terem evacuado Chiquitos.

⁹⁹ Percebe-se uma enorme diferença nas condições para a tomada de decisões e alinhamentos políticos entre áreas em que as notícias, proclamações e leis chegavam mediadas pelos grandes centros do litoral e aquelas que as recebiam de primeira mão, caso do Grão-Pará, onde “era impossível saber qual seria o destino do Movimento Constitucional, mas todos tinham consciência de que se esse fosse reprimido, as conseqüências para os seus aliados seriam terríveis.” André R. A. MACHADO, *op. cit.* p. 125. Sobre essa dinâmica política, ver o próximo capítulo. Mesmo os acontecimentos da Corte do Rio de Janeiro podiam chegar por São Paulo, Minas Gerais ou Bahia, o que não deixava de influenciar os alinhamentos e as adesões.

¹⁰⁰ Ademais, o tempo poderia variar muito a depender do sentido da viagem e da época em que era empreendida. Para se ter uma idéia, na rota monçoeira, o trecho do rio Pardo se fazia descendo o rio em 5 ou 6 dias, mas demandava 45 dias no sentido contrário, graças às 33 cachoeiras a serem transpostas. Augusto LEVERGER. *Vias de comunicação de Mato Grosso. op. cit.* p. 47-48. Sobre as transformações técnicas na navegação fluvial do Tietê e do Guaporé, ver respectivamente Sérgio Buarque de HOLANDA (*Monções, op. cit.*) e José Roberto do Amaral LAPA (*op. cit.*).

¹⁰¹ São esses fatos o juramento da Constituição por d. João VI (57 dias), o anúncio da Partida do Rei (64 dias), o “Fico” (81 dias), a proclamação de Independência (São Paulo, 79 dias) e a Aclamação do Imperador (79 dias). A viagem do comandante de armas Raymundo José de Cunha Mattos a Goiás levou 68 dias, confirmando este quadro.

pela imprensa de Meia Ponte, tempo sensivelmente menor, que talvez reflita a melhoria dos caminhos, uma frequência maior das rotas e um correio organizado, incluindo o envio regular de periódicos¹⁰². Provavelmente, a confluência de todos esses fatores. Ainda assim, essas mudanças eram bastante limitadas antes que a navegação a vapor, a ferrovia ou o telégrafo revolucionassem as relações com o espaço e o tempo. Em Cuiabá, a notícia da declaração de Independência chegou 136 dias depois; já com a abertura do Paraguai ao vapor, a Proclamação da República foi noticiada em 26 dias¹⁰³. Depois da comissão de Rondon, as guerras civis “coronelistas” varreram o estado de Mato Grosso com a instantaneidade do telégrafo.¹⁰⁴

Sendo resultados cumulativos da ação humana, portanto historicamente determinados, os caminhos passaram por diferentes formas de produção. Eles eram artefatos que documentavam relações de poder, não se baseando apenas em condições dadas de antemão, como a maior facilidade de abertura ou o trajeto mais curto e menos acidentado. Deparamo-nos com sua construção na época da conquista, sendo os rios e as picadas as principais bases da expansão sertanista; na institucionalização das minas, como objetos de incentivos ou proibições, por conta de interesses fiscais, governativos ou geopolíticos; na consolidação da colonização, como rede capilarizada de vias, muitas vezes abertas ilegalmente, integrando o que antes fora um amontoado de arraiais dispersos.¹⁰⁵ Em geral, pode-se dizer que a construção de caminhos foi determinada por diferentes combinações entre interesses mercantis e diretrizes estratégicas, governativas ou fiscais da Monarquia. Articulações que, via de regra, resultavam em pactos entre a Coroa e súditos, individualmente ou em sociedade, envolvendo monopólios ou privilégios. Esta lógica da construção dos caminhos ainda era vigente às vésperas da Independência e só foi superada a partir de 1834, quando passou a competir às assembleias provinciais a construção e manutenção das estradas intraprovinciais e ao poder central as que ultrapassavam esses limites.¹⁰⁶ Por meios menos tortuosos do que na vigência do Antigo Regime, os caminhos seguiram – e seguem até hoje – sendo resultados cumulativos de processos de integração criados por articulações de interesses entre Estado e sociedade.

¹⁰² *A Matutina Meiapontense*, n. 179, 21 de maio de 1831. Edição fac-similar em suporte digital (CD-ROM). Goiânia: Governo do Estado de Goiás, s/d.

¹⁰³ Romyr Conde GARCIA, *op. cit.* Capítulo 1.

¹⁰⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *História de Mato Grosso*, *op. cit.* p. 156-166.

¹⁰⁵ A respeito da conquista, ver o Capítulo 1; sobre a institucionalização, o controle fiscal e as rotas de interesse geopolítico, Capítulo 2.

¹⁰⁶ Miriam DOLHNIKOFF. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. Globo, 2005. p. 112.

b) periferias coloniais

Mais do que os caminhos e suas distâncias, são as estruturas territoriais da colonização que determinam as dificuldades de integração, por vezes referidas como “isolamento”, no Oeste do Brasil. Para além da distância, entendida da forma como exposta, a situação periférica implica uma posição num conjunto hierarquizado de relações – afinal, o Oeste está distante com relação a quê? A resposta, do ponto de vista estritamente político-administrativo, é simples: distante da Coroa, isto é, de Lisboa até 1808 e do Rio de Janeiro a partir de então. As capitanias do Oeste nunca foram subordinadas, tal como foram a Paraíba ou Santa Catarina, por exemplo. Descontada certa interferência do Vice-Rei - por vezes foco de tensão¹⁰⁷ - tanto os governadores quanto as câmaras municipais reportavam-se diretamente às instâncias centrais da Monarquia, especialmente o Conselho Ultramarino.

Porém, a questão da integração não é apenas político-instrucional, o que nos leva a recolocar a pergunta. Antes de mais nada, falar de integração do Oeste significa se referir, desde a conquista, à abrangência mais ampla das redes de trocas - a economia-mundo capitalista em expansão. Era para suas áreas centrais que corria parte considerável do ouro, mercadoria que levou a colonização às áreas mais distantes do litoral e a única que foi exportada em grande quantidade no setecentos goiano e mato-grossense. Esgotado o ouro e abertos os portos, foi visando a rotas diretas com essas áreas que se procurou insistentemente a abertura da navegação dos grandes rios ao vapor. Tendo o capitalismo como referência, a distância dá lugar à condição periférica, fundada na troca desigual.¹⁰⁸

Mais especificamente, falar de integração é tratar da inserção do Oeste no conjunto das relações coloniais organizadas pela Monarquia portuguesa, centradas desde antes da incorporação dessas áreas, em torno do Atlântico Sul - ao sistema colonial da época moderna, portanto¹⁰⁹. Isso significa, na prática, a inserção numa

¹⁰⁷ Este foi o caso da eleição de um governo interino por ocasião da morte do governador João Manuel de Melo, em 1770. A formação de uma junta sem a consulta ao vice-rei, Marquês de Lavradio, deu início a uma série de desentendimentos deste com os *homens bons* de Vila Boa, culminando na prisão de um dos membros do governo provisório. Fernando Lobo LEMES. *A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Goiânia : UFG, 2005. Dissertação de mestrado. p. 71-75.

¹⁰⁸ Fernand BRAUDEL. “As divisões do espaço e do tempo na Europa”. in *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, vol 3. pp. 11-74.

¹⁰⁹ Fernando A. NOVAIS. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6a edição, São Paulo, Hucitec, 1995.

cadeia de subordinação política, a apropriação de parte dos excedentes através do fisco e o exclusivo do comércio. Porém, num aparente paradoxo, o monopólio mercantil da metrópole só foi exercido diretamente quando aliado ao contrabando oficial, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Após a extinção da Companhia e com a crise da mineração, apenas de forma indireta se pode falar em transferência de excedentes para a metrópole, em qualquer das duas capitanias¹¹⁰. Isso porque apenas o ouro, os diamantes ou a prata *potosina* poderiam ser carreados lucrativamente aos circuitos mais dinâmicos do mercado atlântico, enquanto o exíguo mercado consumidor formara-se num momento em que já estavam relativamente consolidados circuitos de acumulação controlados a partir das cidades luso-americanas.

¹¹⁰ O ouro de Goiás sem dúvida contribuiu por pelo menos algumas décadas para dourar a Corte de d. João V e movimentar o comércio europeu. O Extremo Oeste, por outro lado, tinha uma função radicalmente diferente nos marcos da colonização lusa. Tanto as minas de Cuiabá, como as do Mato Grosso produziram somas de vulto por uns poucos anos e logo passaram a consumir, na defesa da fronteira, não apenas a totalidade de suas receitas, como as de outras capitanias. É evidente que a função de defesa era condição para a produção e circulação de riquezas em outras áreas, garantia da manutenção de um território imenso e com enormes potencialidades, e uma porta de entrada para o contrabando da prata do Alto Peru. Era uma forma diversa de se integrar aos mecanismos gerais, políticos e econômicos, da colonização lusa.

“Extensão de todos os caminhos de terra, e de navegação, por onde actualmente se faz a comunicação de Villa Bella, e Cuyabá, com os portos da Costa do Reino do Brasil.”

Distante com relação a que? Este esquema publicado na Revista do IHGB em 1857, certamente produzido entre 1815 e 1822 (dada a referência ao Reino do Brasil, no título), reduz uma ampla rede de caminhos às grandes vias que determinavam a dinâmica das demais – tendo a cidade do Rio de Janeiro, tornada Corte, como centro dessas relações. Podemos notar a enorme diferença entre as distâncias do Pará (i.e. de Belém) pelos dois sistemas fluviais, além da coexistência de rotas demandando São Paulo: as monções, com destino a Porto Feliz, e o caminho terrestre, para o porto de Santos. Outro detalhe interessante é que nos roteiros que acompanham este esquema, as distâncias das estradas para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia são calculadas tendo sempre Meia Ponte como referência, uma vez mais sugerindo sua condição de entreposto de todo o Oeste do Brasil.

Sendo assim, a integração ao conjunto das relações mercantis se dava nos marcos da subordinação colonial, mas também era mediada pelas grandes cidades, seus portos e praças comerciais. Com a importante exceção do período de monopólio da Companhia no Mato Grosso, essas relações estavam sob o controle de negociantes estabelecidos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Salvador, em Belém ou nas florescentes vilas e cidades das Gerais¹¹¹. Estes núcleos coloniais, periféricos na abrangência do capitalismo, eram os centros das relações que se estendiam pelo território luso-americano, alcançando em certos casos os portos da África e da América espanhola. Se, por um lado, as capitânias do Oeste nunca foram subordinadas, por outro, os colonos sempre souberam que as suas condições de reiteração da vida social estavam estreitamente relacionadas com a qualidade das relações com esses grandes centros. Uma percepção que era ainda mais clara para os agentes do reformismo, conhecedores dos preceitos da Economia Política, em busca de saídas para a crise da mineração. E se a subordinação político-institucional podia ser, ao menos formalmente, abolida com uma canetada, o mesmo não ocorria com as redes do trato mercantil. A hierarquização econômica do espaço, geralmente considerada em seu enquadramento mais amplo – a divisão internacional do trabalho – “não é fruto de vocações que se possam considerar ‘naturais’ e óbvias, ela é uma herança, a consolidação de uma situação mais ou menos ancestral, lentamente, historicamente desenhada.”¹¹² Sendo assim, uma breve apresentação da formação dessa cadeia de hierarquias talvez ajude a esclarecer o problema.

¹¹¹ No caso das Minas Gerais, é nítida a existência de uma rede de negócios bem estabelecida em Goiás e em Cuiabá. Os contratadores dos diamantes e de algumas das entradas e passagens foram muitas vezes os mesmos nas diferentes minas, desde antes da criação das capitânias. No final do século XVIII, destacam-se entre eles figuras conhecidas pelo envolvimento na Inconfidência Mineira: João Rodrigues de Macedo, arrematador em Goiás e de Cuiabá – e crítico mordaz dos privilégios da repartição do Mato Grosso – e Joaquim Silvério dos Reis, ilustre traidor que o sucedeu nas entradas cuiabanas, além de ser credor de particulares da região. Também envolvido em tramas sediciosas, o Capitão-Mor, Antônio de Souza Telles e Menezes – autor de uma carta com gravíssimas acusações ao governador de Goiás em 1789 e que morreu na cadeia por se envolver em conflitos entre homens bons goianos e outro governador, em 1804 – era representante de Macedo nos contratos goianos. E ainda, o padre Domingos da Silva Xavier, irmão do Tiradentes, notabilizou-se em Cuiabá por outro motivo: foi preso em 1790 por contrabando de diamantes, em meio a tramas políticas hoje difíceis de mapear. Sobre as articulações no Cuiabá e a nebulosa trajetória do padre Domingos da Silva Xavier, Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real... op. cit.*, especialmente o último capítulo. Quanto a Goiás, “Carta do Capitão-mor de Vila Boa, Dr. Antônio de Souza Telles e Menezes, à Rainha” in *NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783*, op. cit. Tomo II, p. 31-34.

¹¹² “A divisão do trabalho em escala do mundo (ou de uma economia-mundo) não é um acordo concertado e revisível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que se determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, são velhas realidades. No jogo econômico, sempre houve cartas melhores do que outras e às vezes, muitas vezes, marcadas.” Fernand BRAUDEL. “As divisões do espaço e do tempo na Europa”, *op. cit.* p. 37-39

Os dois primeiros séculos de colonização portuguesa na América foram marcados por territorializações que eram desdobramentos particulares de uma matriz anterior à efetiva ocupação do território – as capitanias hereditárias definidas por linhas imaginárias paralelas, a partir do litoral. Porém, a forma como se deu, na prática, a construção do território colonial alterou profundamente aqueles limites originais – certas capitanias foram extintas, outras criadas, territórios alargaram-se demandando o interior, sem serem contidos pelos limites definidos pelas latitudes, ou ainda, por tratados diplomáticos. O vetor determinante dessas territorializações foi a apropriação e transformação do espaço, tendo como eixo articulador os núcleos urbanos.

Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belém e São Paulo foram os principais centros de *irradiação* da colonização e de *atração* dos espaços que esta incorporava, afinal “a cidade cria a expansão, ao mesmo tempo que é criada por ela [...] e nela, esse jogo revela-se melhor que em qualquer outro ponto de observação”. Processo este que funda hierarquizações, já que “a cidade não existe, enquanto tal, senão perante uma vida inferior à sua [...]. É preciso, para ser, que ela domine um império, ainda que minúsculo”. Enfim, relações hierárquicas que não se resumem a um centro e sua periferia, mas que formam uma rede, pois “essas cidades são assim incluídas em sistemas urbanos que giram regularmente em torno de uma cidade-sol. Mas o erro seria considerar apenas as cidades-sol”¹¹³. Espaço incorporado à economia-mundo européia, a América portuguesa não deixava de reproduzir suas estruturas básicas de organização espacial, ainda que neste e em muitos outros aspectos, sua trajetória fosse diferenciada¹¹⁴. Incluídas nas atividades urbanas estavam as práticas governativas, especialmente através das câmaras municipais, principal espaço de representação (de tipo Antigo Regime) e de poder local no mundo português. Interessa ainda perceber que, devido à própria dinâmica inicial da colonização portuguesa, cada uma das grandes cidades ou vilas que se consolidaram nos dois primeiros séculos eram também portos

¹¹³ Fernand BRAUDEL, *apud* Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1996. Sobre os centros de irradiação e atração, suas dinâmicas e ritmos desiguais e sua importância no processo de formação do Estado nacional, István JANCÓS. “Independência, Independências” in István JANCÓS (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.

¹¹⁴ Referimo-nos aqui a macro-estruturas que são determinantes na configuração espacial, ou seja, aos sistemas urbanos que foram criados na América em consequência desta expansão, ainda que em alguns casos tenham se aproveitado de estruturas anteriores, em especial na Nova Espanha e no Peru. Sobre as estruturas espaciais da Europa moderna, matriz de sua periferia, Fernand BRAUDEL. *As divisões do espaço e do tempo na Europa*. in *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, vol 3. p. 11-74. Sobre a diferenciação das formações societárias na América Portuguesa com relação à matriz européia, Florestan FERNANDES. *A Sociedade Escravista no Brasil In Circuito Fechado. Quatro Ensaio sobre o “Poder Institucional”*. São Paulo, Hucitec, 1976.

marítimos importantes, à exceção de São Paulo, centro de relações que demandavam o interior.

A partir dessas grandes cidades – e particularmente de seus portos – é que as rotas seguiam para convergirem em Lisboa, capital de um Império que havia se expandido pela África, Ásia e América, mas que após a Restauração tornou-se cada vez mais um Império Atlântico. Mudança esta prenhe de significados, a começar pelo fato de que “o progressivo deslocamento do eixo das conquistas e domínios portugueses para o Atlântico não deixava de ser também, ao menos em parte, o deslocamento da aventura marítima para a do sertão”¹¹⁵ Quanto a isso, o principal ponto de viragem se deu no final do século XVII, com as grandes descobertas de ouro. As transformações são muitas, a começar pelo *boom* demográfico, e ocorrem em vários sentidos: a) do litoral para o interior, com o imenso afluxo de colonos para sertões até então apenas atravessados; b) do norte para o sul, processo que tem como a face mais visível a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, que centraliza não só parte dos trâmites políticos, mas também uma florescente rede de negócios; c) de formações societárias marcadamente rurais, organizadas por núcleos urbanos e centradas em grandes cidades (principalmente Recife, Salvador e Rio de Janeiro) para o sistema urbano minerador que levou à criação de suas áreas rurais e que se consolidou no século XVIII. Sistema esse que foi de certa forma precedido pela experiência paulista e dela não deixava de ser uma extensão¹¹⁶. Nesse movimento foram criadas as novas capitanias, que nenhuma relação tinham com o ordenamento originário, situando-se no caso de Goiás e Mato Grosso, para além dos tratados diplomáticos então vigentes. Mas antes das capitanias vieram as vilas e arraiais, núcleos urbanos produtores de territórios por excelência; e os novos caminhos, terrestres e fluviais, que definiram a forma como esses espaços se integrariam às redes de relações já consolidadas na América portuguesa. Por sua vez, as próprias vilas e arraiais do interior do continente reproduziam em menor escala esta matriz básica, subordinando outros núcleos e áreas rurais e atingindo, na margem mais distante dessas relações, as trocas com indígenas semi-incorporados à colonização.

Nessa trajetória – acompanhada aqui rapidamente, mas que vimos no primeiro capítulo desta dissertação, no que se refere a Goiás e Mato Grosso – percebemos que o

¹¹⁵ Ilmar Rohloff de MATTOS. “Construtores e herdeiros”. in István JANCSÓ (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia. Op. cit.* .p. 276.

¹¹⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Sérgio Buarque de HOLANDA. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

território colonial não era apenas diversificado em termos sócio-econômicos, político-administrativos e, como veremos, identitários. Era também profundamente hierarquizado, sendo os núcleos urbanos os pólos ordenadores dessa complexa arquitetura. Enfim, pode-se falar de duas ordens de hierarquias, imbricadas na realidade concreta, mas dissociáveis para fins de análise: a) a hierarquização entre os pólos articuladores e os espaços por eles subordinados através de trocas desiguais; b) a hierarquização na esfera da administração colonial, como entre a capital do vice-reino e os demais centros, entre capitânias gerais e subordinadas, ou entre a sede e as demais municipalidades de uma capitania.

As estruturas territoriais da América portuguesa eram, portanto, parte de um sistema de centros e periferias, cujo enquadramento político comportava hierarquias que se acomodavam à lógica do Antigo Regime, o que não significa ausência de conflitos, em especial quando suas alterações eram entendidas como atentados aos direitos/liberdades/privilégios estabelecidos¹¹⁷. Como veremos em outro momento, a passagem a uma ordem constitucional e todo o conjunto de transformações compreendidas na construção do Estado nacional trariam a necessidade de um re-enquadramento dessas diferenciações e hierarquias, mesmo quando para reafirmá-las. O que importa por ora destacar é que, desde o século XVIII, era nessa estrutura que os colonos do Oeste negociavam sua inserção.

c) processos e padrões de integração

Em seu conjunto, os caminhos podem ser entendidos como bases materiais de fluxos humanos e mercantis determinados pela dinâmica de uma totalidade que ultrapassava o universo das regiões e mesmo do Brasil ou do Império português. Havendo, porém, diferentes centros de irradiação e atração, cada qual com dinâmicas e ritmos próprios, seria equivocado analisar a integração do Oeste como um único processo. Antes de mais nada, tratemos de definir “integração”, em sentido amplo, como o processo pelo qual são criados, alterados e dinamizados vínculos entre centros e periferias, de maneira a consolidar fluxos regulares onde antes esses inexistiam ou eram frágeis e intermitentes. Sendo delimitada por contraposição a uma situação anterior – portanto, relativa – a integração é, via de regra, um processo que não se completa, mas

¹¹⁷ István JANCSÓ. “Independência, Independências” in István JANCSÓ (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.

antes se recoloca de forma diversa a cada momento em que as transformações se desdobram em alteração qualitativa das estruturas das trocas e fluxos humanos¹¹⁸.

Em momentos diferentes e por caminhos diversos, as regiões do Oeste passaram por processos de integração. A abertura de caminhos, a regularização de rotas e a criação e crescimento de agrupamentos nessas vias são índices razoavelmente seguros de processos que não são necessariamente contínuos, progressivos ou inexoráveis, mas que, sendo cumulativos, podiam transformar o espaço de forma a reconfigurar as fronteiras sócio-econômicas de maneira irreversível, além de, em certos casos, tensionar o enquadramento político vigente e suas hierarquias¹¹⁹. Ou seja, ao transformar o espaço e as estruturas de produção e circulação de mercadorias, os processos de integração podiam alterar também os alinhamentos, as oposições e a correlação de forças políticas¹²⁰.

No Oeste do início do século XIX, a dinâmica desses processos pode ser apresentada a partir de conjuntos distintos, correspondentes a dois padrões de organização espacial. O primeiro era o das rotas da Bahia e, principalmente, do Centro-Sul, que estavam assentadas em densas redes de caminhos e de agrupamentos humanos. Nas áreas onde esse padrão era determinante (particularmente o eixo Goiás-Meia Ponte), o problema da integração passava basicamente pela história dos fluxos

¹¹⁸ Não será de se estranhar, portanto, que a integração de Mato Grosso possa ser situada na década de 1850, com a abertura do Paraguai, na passagem para o século XX, com Rondon, a ferrovia e o telégrafo e na década de 1930, com a Marcha para o Oeste, ou mesmo nos dias de hoje. Cada um desses processos se desenvolveu sobre estruturas herdadas dos anteriores, podendo ser delimitados em termos de periodização e como objetos de análise, ainda que, em seu conjunto, não deixem de comportar certas regularidades.

¹¹⁹ A integração não é um fato ou uma condição, é um processo que pode inclusive se reverter, onde o espaço não sofreu profundas transformações. Nesses espaços, caso interrompidos os fluxos, os arraiais e os caminhos retroagiam e logo eram novamente parte dos sertões. Assim é que a picada entre Sorocaba e o Rio Paraná, aberta nos primeiros anos do Cuiabá, desapareceu dos mapas até tornar-se “sertão desconhecido”, denominação que manteria até o começo do século XX. Destino semelhante ao da antiga rota das monções, reaberta por uma nova política de incorporação, com a criação de colônias militares na década de 1850, mas que mesmo com estas não retomou a frequência dos fluxos. Com o fim das monções até mesmo a memória e as tradições a respeito delas tenderam a desaparecer. Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.* p. 62-65; Valderéz Antonio SILVA. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no Vale do médio Tietê*. Campinas, 2004.

¹²⁰ Esta é, ao menos em parte, a história do surgimento de questões de limites entre províncias e de alguns dos movimentos visando o desmembramento e criação de unidades político-administrativas. Sobre as questões de limites, na realidade, há dois fatores importantes a considerar. O primeiro é a imprecisão das fronteiras e o pouco conhecimento que delas se tinha com a fundação das capitanias, o que facilitava questionamentos acerca do ordenamento vigente. O segundo é a transformação do espaço por processos de integração, como temos assinalado, pois é apenas com o interesse na exploração dos espaços que antes eram praticamente desconhecidos que a imprecisão se torna um problema político. Sobre os movimentos autonomistas na trajetória goiana, Maria do Espírito Santo Rosa CAVALCANTE. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003. Para uma breve apresentação dos diversos litígios de limites nos séculos XIX e XX, Antônio TEIXEIRA NETO, Roberto Luiz Franco BUCCI. “A questão de limites entre os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. *Boletim Goiano de Geografia*, Vol. 3, No 1 (1983).

mercantis do Centro-Sul, ligada ao abastecimento das Minas Gerais e da Corte. Trata-se da dinamização de rotas; dos investimentos e dos lucros de proprietários rurais e comerciantes; das relações destes com seus pares em São Paulo, no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais, com articulações até Cuiabá e, pelo São Francisco, até a Bahia.

O segundo conjunto é o da integração através das rotas fluviais de longa distância, que ligavam um ponto a outro, sem uma rede consolidada e articulada de assentamentos humanos ou nos quais os núcleos habitados dependiam exclusivamente da frequência da rota. Este era o caso das monções e de Camapuã, mas não dos estabelecimentos do rio Paraguai, que formavam uma rede de produção e comércio subordinada a Cuiabá. Também era o caso do sistema Guaporé-Mamoré-Madeira e dos núcleos criados pela geopolítica lusa, dependentes tanto da rota, quanto dos recursos da Monarquia. Finalmente, era o caso de duas rotas ainda pouco assentadas, a do Arinos-Tapajós e a do Tocantins, que mal puderam se recuperar de uma interrupção temporária na década de 1830 por não contarem com centros dotados de tessituras mercantis próprias, mas apenas com postos dependentes da navegação fluvial.

Apesar de serem por vezes referidos como estradas naturais, os rios geralmente impunham grandes esforços para tornarem-se caminhos economicamente viáveis¹²¹. Abrir e manter rotas fluviais entre regiões descontíguas requeria necessariamente investimentos consideráveis e muitas vezes arriscados. Não é fortuito, portanto, que as rotas dos rios Tapajós, Guaporé, Tocantins e Araguaia tenham sido regularizadas mediante investimentos da Monarquia e, exceto a primeira, com a criação de companhias comerciais. A rota monçoeira apenas em parte pode ser considerada uma exceção, pois foi aberta por sertanistas na cata de ouro e na caça de pessoas, mas já com a fundação de Cuiabá, a Coroa passou a intervir diretamente visando à sua regularização. Estabeleceram-se os comboios anuais, a fazenda de Camapuã passou ao controle de uma sociedade comercial e deu-se início à guerra contra os Paiaguá, como política régia. Mais tarde, no governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo, tentava-se disciplinar a rota e melhorar o caminho, buscando-se “transformar o Anhembi [isto é, o Tietê] quase em um comedido rio europeu”. Políticas como essas envolviam o acesso a recursos econômicos e humanos, pois sem a criação de “escalas fixas, onde os barcos pudessem achar socorro e refresco, as jornadas fluviais rumo ao

¹²¹ O Tocantins sempre ligou naturalmente Goiás ao Pará e, no entanto, na época de Pohl, tudo era surpreendentemente novo nas suas margens. Mesmo o sistema fluvial do Tietê, o mais velho dos caminhos do Oeste, foi, por mais de um século, não uma via, mas um estorvo para as incursões paulistas, majoritariamente terrestres. Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.* p. 17-18; 21-22 e 123.

sertão remoto nunca deixariam de ser o que sempre foram, uma empresa para aventureiros audaciosos [...].”¹²² Para serem exploradas lucrativamente, essas vias dependiam, muito mais que os caminhos dos mares, da atuação do Estado, fosse na condição de investidor capaz de disponibilizar vultosos recursos sem a garantia de retorno, fosse através de seus instrumentos fiscais e coercitivos. Custeando, incentivando ou forçando a abertura e a manutenção de certos caminhos, o Estado era o protagonista da integração pelas rotas fluviais de longa distância.

Há também diferenças na própria dinâmica mercantil. Quanto às importações, o comércio de longa distância, principalmente se praticado em condições monopolistas, tendia à especulação, o que podia levar a medidas governativas visando à limitação dos lucros. Esse comércio era crucial, pois em nenhum momento resumiu-se a artigos superfluos ou de luxo. Especialmente o sal, a pólvora e certos utensílios de ferro eram vitais, até mesmo para a simples subsistência. Por outro lado, o padrão das redes do Centro-Sul tendia a um maior equilíbrio do mercado, graças à concomitância de relações com diferentes praças comerciais e uma tendência menor à concentração dos negócios, pois mesmo que as operações de maior vulto fossem controladas por uns poucos comerciantes das grandes cidades, havia espaço para tropeiros de cabedal menor. Além disso, o fluxo mais constante, ao contrário do comboio anual (que em épocas diferentes existiu nas várias vias fluviais), era também um fator de equilíbrio dos preços.

Tratando-se das exportações – e considerando-se produtos da agricultura, da pecuária e do extrativismo, em tempos de crise da mineração -, havia vantagens e desvantagens no comércio de longa distância. Por um lado, a vantagem estava no destino da maioria dessas rotas, o Grão-Pará, pois havia demanda de gêneros agropecuários, que eram produzidos em grande escala em espaços concorrentes (principalmente Minas Gerais, Bahia e São Paulo), mas não na Amazônia. É o caso dos subprodutos do gado, especialmente os couros. Por outro lado, os mercados do Centro-Sul - e especialmente o do Rio de Janeiro - se expandiram rapidamente no início do século XIX permitindo que Goiás se integrasse por essas rotas, fosse através do comércio direto com a praça fluminense, fosse colocando suas mercadorias em Minas Gerais ou São Paulo.

¹²² Sérgio Buarque de HOLANDA. *Monções. op. cit.* p. 54-55.

Para o que nos interessa, a diferença entre esses dois padrões de organização espacial dos processos de integração - a rede capilarizada através de espaços contíguos e as rotas de longa distância, atravessando sertões por uma única via – manifesta-se no predomínio de uma ou outra das tentativas de saída para a crise da mineração: as oportunidades de negócios no abastecimento do Centro-Sul ou os projetos sob os auspícios da Coroa, para a integração pelas rotas fluviais. Um marco importante, nos dois casos, é 1808. Não um marco inicial, mas de aceleração e intensificação de processos anteriores.

A integração do Centro-Sul

a) condições de ingresso

A crise da sociedade mineradora era uma realidade em todo o Oeste no início do século XIX. Ainda que produtiva em alguns núcleos das capitanias de Goiás (como em Anicuns, Pilões e Rio Claro) e de Cuiabá e Mato Grosso (caso de Diamantino e Quilombo), aquela que tinha sido a atividade dinamizadora dos fluxos mercantis e das correntes de povoamento era cada vez menos capaz de cumprir este papel. Além disso, dos cinco arraiais mineradores citados, os quatro últimos eram resultado da liberação recente da exploração dos diamantes, enquanto a produção de Anicuns era fruto da formação de uma companhia de mineração. Resultam diretamente de alterações nas políticas da Monarquia para o Oeste, com a consciência coeva da situação crítica da sociedade mineradora. O diagnóstico era unânime e geralmente fundado na idéia de decadência: estava nos projetos de superação (como os de Barata e de Segurado, que veremos a seguir), no relato de Saint-Hilaire, Pohl e Florence e nas descrições históricas escritas por Silva e Souza e por Cunha Mattos¹²³. Se o ouro e os diamantes se mantinham dentre as principais mercadorias exportadas, isso refletia mais o insucesso

¹²³ “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás, escrita por Joaquim Teotônio Segurado, em 1806” e “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás, escrita por Francisco José Rodrigues Barata, em 1806” in *Memórias Goianas*. Goiânia: Centauro, 1982, vol. I. p. 33-54 e 55-94. Auguste de SAINT-HILAIRE, *op. cit.*; Johann Emanuel POHL, *op. cit.*; Hercules FLORENCE, *op. cit.* Luiz Antonio da Silva e SOUZA, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, números 4, 5 e 6; 1814 (BBD). Raimundo José da Cunha MATTOS. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979. Sobre os projetos de superação da crise da mineração em Goiás, ver próximo tópico – “Crise das minas, reorientação da geopolítica”.

de um reordenamento econômico de base agropecuária do que o vigor da mineração¹²⁴. Trata-se de que “em troca dos objetos manufaturados que lhes levam em lombo de burro, não podem dar senão ouro em pó”, como, com algum exagero, afirmou um habitante de Goiás, segundo Saint-Hilaire¹²⁵. É certo que nunca deixou de haver algum comércio ativo, especialmente de gado do norte goiano pelo sertão do São Francisco, mas apenas com a confluência de outra rota, a do Grão-Pará, pode-se notar a criação ou o crescimento de agrupamentos. Excepcional foi o caso do sertão da Farinha Podre, destino de consistentes correntes migratórias paulistas e mineiras, mas que logo deixou de ser território goiano, em termos políticos, sendo quem pela própria dinâmica do povoamento talvez nunca o tenha sido em termos sociais.¹²⁶ A questão da estagnação econômica e demográfica passava, cada vez mais, pela busca de soluções para a produção e circulação de mercadorias que permitissem ultrapassar as dificuldades estruturais da distância e da situação periférica.

São elucidativas a este respeito as anotações de Saint-Hilaire sobre “qual o partido que os habitantes de Goiás, ou, para melhor dizer, os da comarca do sul, a única que percorri, podem tirar da cultura de suas terras”. A primeira dificuldade, segundo o naturalista, estava na fertilidade desigual do solo, o que não era um problema em certas áreas dos julgados de Meia Ponte e de Santa Cruz. “Mas, para que um país seja verdadeiramente rico, não lhe basta ser fértil; é necessário ainda que ele possa oferecer artigos de troca para obter o que não possui. A distância enorme de Goiás às grandes cidades e aos portos de mar não permite aos colonos exportar artigos que, sob grande volume, têm pequeno valor”. Por outro lado, o mercado consumidor da própria capitania era muito limitado, com o que “o milho, ou a mandioca, o arroz, o feijão, o café não podem encontrar venda no próprio país, pois que dão bem, mais ou menos, em toda parte”. Mais promissores, os produtos da cana-de-açúcar requeriam maiores recursos dos proprietários e, portanto, encontrariam margem mais larga à mercantilização, além de atingirem, especialmente no caso da cachaça, outros mercados sem grandes custos de transporte. O tabaco, o trigo e o algodão, produzidos em menor quantidade, poderiam encontrar saída nas Minas Gerais e no sertão do São Francisco – e se poderia tentar ainda a produção de chás, índigo (anil), amoras, seda, vinho, vinagre,

¹²⁴ Em 1804, o ouro representava 60% do valor total das exportações goianas, segundo o “Mapa da situação política, econômica, social, militar, religiosa e outras informações da capitania de Goiás”, do governador d. Francisco de Assis Mascarenhas. In *Memórias Goianas*, *op. cit.* vol. I, p. 108.

¹²⁵ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 237

¹²⁶ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo I, p. 217-254.

enfim, mercadorias com valores elevados em pequenos volumes.¹²⁷ Além, é claro, do gado, bem auto-transportável, que se beneficiaria da existência de uma próspera rede de trocas nas Minas Gerais: “Por que, enfim, não formar entre São João Del-Rey, de um lado, Santa Luzia, Meia Ponte, etc. de outro, uma espécie de escala da qual Araxá, Bonfim ou Santa Cruz seriam as etapas [...]?”. E para além do gado *vacum*, porcos, cavalos e ovelhas.¹²⁸

Exemplo de sucesso para tudo isso, mas especialmente para a cultura e manufatura do algodão era o comandante de Meia Ponte:

Até 1811, aproximadamente, cultivava-se apenas a quantidade de algodão suficiente para as necessidades do país; mas dessa época em diante se começou a fazer alguma exportação; os condutores de tropa, encarregados pelos negociantes de Goiás de ir tomar mercadorias no Rio de Janeiro, foram a princípio os únicos que, para não viajar descarregados, levavam da província, por sua própria conta, tecido de algodão e algodão em rama. Entretanto, o algodão do interior do Brasil não tardou a ser procurado pelos europeus; reconheceu-se que o de Meia Ponte, de Corumbá, e provavelmente de outros distritos, era de excelente qualidade. O comandante de Meia Ponte, JOAQUIM ALVES DE OLIVEIRA, fez algumas remessas lucrativas à Bahia e ao Rio de Janeiro; seu exemplo foi seguido por outras pessoas, e se as exportações puderam progredir, certo bem-estar não terá tardado em se espalhar por esta parte da *comarca* do sul.¹²⁹

Essa receita de superação para a crise da mineração passava pela diversificação, em busca de gêneros exportáveis; pelo estabelecimento de relações com praças mercantis capazes de dinamizar essa produção; pela diminuição no custo dos transportes e pela capacidade de mobilizar capital para colocar essa máquina de produção e circulação em funcionamento. Essas condições tornaram-se possíveis com a aceleração da integração do Centro-Sul, mas em uma parte muito específica da capitania, o eixo Goiás-Meia Ponte. “Situada [...] em uma zona muito salubre, no ponto de junção das estradas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Mato Grosso e de São Paulo, afastada de Vila Boa no máximo 27 léguas, rodeada das terras mais férteis, tal povoação [de Meia Ponte] não podia deixar de ser uma das menos infelizes da província, e é uma das mais povoadas.” Seus moradores “foram, ao que parece os primeiros de toda a capitania que tiveram a glória de se ocupar do cultivo das terras.”¹³⁰ Na verdade, em nenhum lugar a

¹²⁷ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo I, p. 324-328. A diversificação havia sido parte das políticas coloniais em Goiás desde pelo menos o impacto da maior seca da história da capitania, entre 1773 e 1776, momento de agravamento da diminuição da extração de ouro. Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978. p. 48.

¹²⁸ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo I, p. 329-330.

¹²⁹ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo I, p. 326. Itálico e caixa alta no original.

¹³⁰ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 51-54. Descrição semelhante foi deixada por Pohl: “Os habitantes [de Meia Ponte] viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de

confluência desses fatores era tão clara como na fazenda de “um dos melhores agricultores do Brasil, o Sr. Joaquim Alves de Oliveira” – a quem coube a maior parte da “glória” pela inserção de Goiás nos circuitos mercantis de abastecimento no início do século XIX.¹³¹

b) uma visita ao sr. Oliveira

Entre 1818 e 1824, os quatro relatos e itinerários deixados por viajantes que atravessaram a capitania (ou província¹³²) de Goiás têm em comum um momento de diferenciação. Em meio a “desertos”, “sertões”, “decadência”, “ruínas” e “abandono”, deparam-se, nas proximidades de Meia Ponte, com diversos estabelecimentos rurais em muito melhor situação, sendo um deles uma espécie de contraponto ideal das mazelas presentes em todas as outras centenas de páginas dessas narrativas. Tratava-se, para Pohl, de “um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil”; de acordo com Saint-Hilaire, “seguramente o mais belo estabelecimento existente na zona de Goiás que percorri”, reinando “lá uma limpeza e ordem como não vi em parte alguma”; segundo d’Alincourt, uma “grande fazenda e engenho” cuja administração era admirável; enquanto para Cunha Matos era “o maior e mais bem regulado estabelecimento deste gênero que tenho visto no Brasil”.¹³³ A fazenda São Joaquim (ou simplesmente “do Joaquim”) impressionava, primeiramente, pelas dimensões e qualidade das construções, pela escala e diversidade da produção agrícola, pela quantidade e disciplina dos escravos. Transcrevemos trechos das descrições porque, apesar de extensos, parecem-nos imprescindíveis para esclarecer certos aspectos sobre a construção da riqueza (como depois, sobre o *status* e a escalada política) do sr. Oliveira e do grupo que se articulou em torno dele.

experimentados cultivadores de milho, mandioca, fumo, cana-de-açúcar, café e algodão (de que também fazem chapéus). Plantam também trigo, que produz bem. Além disso fazem considerável comércio, favorecido pela situação da cidade no ponto de junção das estradas que conduzem a Goiás, Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.” Johann E. POHL, *op. cit.* p. 116-117.

¹³¹ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 55.

¹³² A denominação “capitania” tendeu a dar lugar a “província” no decorrer da década de 1810, mas foi apenas após a Revolução Constitucionalista do Porto, em 1820, que desapareceu por completo. Nesta dissertação, referimo-nos às “capitanias” de Goiás e de Cuiabá e Mato Grosso até a derrubada dos governadores e capitães-generais e sua substituição por juntas governativas, na esteira do vintismo. A questão vai além do vocábulo, pois envolve diferentes tipos de espaços de poder e concepções diversas de soberania. Sobre essa passagem de capitanias a províncias, ver o próximo capítulo.

¹³³ Raimundo José da Cunha MATTOS. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão...* *op. cit.* p. 90-91; Johann E. POHL, *op. cit.* p. 289; Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 182-183; Luís d’ALINCOURT, *op. cit.* p. 64-65.

Cunha Mattos apresentou, concisamente, um quadro da fazenda e de sua administração:

O edifício é imenso: o grande pátio ou terreiro tem de um lado o engenho e casa do proprietário, oficinas e casa de hóspedes; mas para dentro, em um pátio fechado, a casa e oficinas das mulheres; do outro lado do pátio estão as casas dos escravos, todas mui limpas e caiadas, e de um mesmo feitio. Junto da porta existem os currais de ovelhas e as casas de aves, onde há uma incrível quantidade de gansos, galinhas e patos de todas as qualidades. As casas do engenho são térreas, mas têm imensas acomodações. Junto à capela há uma grande varanda ; e no interior próximo à grande sala de jantar está em construção um novo e extenso edifício. Sobre a estrada existe um grande rancho e hospedaria: enfim este engenho, suas oficinas e os seus 200 escravos são administrados pelo Sargento-Mor Joaquim Alves d'Oliveira por um sistema todo jesuítico ou, para melhor dizer, a casa e oficinas são um relógio que só um homem como ele é capaz de governar. Aqui tudo tem tempo próprio, tudo tem lugar determinado. Um aceno d'olhos é quanto basta para as cousas se fazerem com toda a prontidão, e sem azáfama.¹³⁴

Quadro semelhante foi traçado por Pohl¹³⁵ e por d'Alincourt¹³⁶, mas foi Saint-Hilaire quem deixou a descrição mais detalhada da propriedade, tomando por base não apenas sua experiência como hóspede do sargento-mor, mas também os demais relatos da mesma época. O que mais o impressionou – e que consta das quatro descrições – foi a administração do trabalho escravo, segundo padrões que pareciam fora de lugar numa capitania que via como tomada pela desordem e pela ociosidade:

A *fazenda* de Joaquim Alves, fundada pelo seu proprietário, tinha apenas o seu nome; era, seguramente o mais belo estabelecimento existente na zona de Goiás que percorri. Reinavam lá uma limpeza e ordem como não vi em parte alguma. A casa do proprietário constava apenas do andar térreo; não se via nada de magnífico, mas era muito vasta e perfeitamente conservada. Uma longa *varanda* se estendia na frente das construções, e mantinha, a todas as horas do dia, sombra e ventilação livre. O engenho de açúcar, que dependia da casa do dono, era disposto de maneira que, da sala de

¹³⁴ Raimundo José da Cunha MATTOS. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão...* op. cit. p. 90-91

¹³⁵ “Este engenho é magnificamente instalado e cercado de muros. O edifício compreende muitas divisões, pátios, etc. A residência do dono é ligada com as habitações dos escravos solteiros. Uma divisão única forma o engenho propriamente dito, com alguns quartos e residências para hóspedes. Uma terceira divisão é a morada dos escravos casados. Os pátios, igualmente cercados de muros, servem para o gado. Existe ainda uma horta, onde há marmeleiros, um pequeno moinho e uma fiação de algodão. Todos esses edifícios são térreos e daí a grande extensão do conjunto. As pedras das casas são unidas com barro. São dignas de louvor a ordem e a decência que reinam nesta propriedade. O principal produto do estabelecimento, depois do açúcar, é o algodão, que o dono envia anualmente para o Rio de Janeiro, no valor de 20.000 cruzados. As provisões para uso doméstico, milho, feijão, arroz, etc., apesar de consideráveis em vista do número de escravos e pela largueza com que são tratados, produzem-nas os próprios negros. Usam-se para o serviço divino duas capelas com belos altares e bem providos de alfaia de prata.” Johann E. POHL, op. cit. p. 289.

¹³⁶ Segundo d'Alincourt, “o arranjo, e administração da sua grande fazenda, e engenho é admirável, como é igualmente a boa ordem, e polícia, em que tem posto os seus escravos, fazendo-os casar, dando a cada um sua casa, que vai edificando simetricamente; o que torna o sítio do engenho uma elegante povoação: ali também se fabrica tudo quanto é preciso para o vestuário dos mesmos escravos” Luís d'ALINCOURT, op. cit. p. 64-65.

jantar, se podia ver o que se fazia na casa dos tachos, e, da *varanda*, o que se passava na moenda. Esta última dava para um pátio quadrangular. Uma série de dependências, a sala dos arreios, a oficina do cordoeiro, a do ferreiro, o lugar em que se guardava tudo o que era necessário aos burros, enfim, as cavalariças, prolongavam a residência do proprietário, e dando, como esta última, para o terreiro, formavam um de seus lados. Um outro era ocupado pelas senzalas dos negros casados, separadas uma das outras por paredes, mas dispostas sob um único teto, que era coberto de telhas. Paredes de barro, socado fechavam o terreiro pelos outros dois lados.

Toda essa casa fora, desde o princípio, tão perfeitamente montada que o proprietário não tinha, por assim dizer, necessidade de dar nenhuma ordem; cada qual sabia o que tinha a fazer, e colocava-se por si mesmo no lugar que devia ocupar. Para se fazer compreender, o comandante de Meia Ponte podia contentar-se em dar uma palavra ou fazer um gesto. No meio de cem escravos não se ouvia um só grito; não se viam desses homens apressados que vão e vêm, e cujos movimentos, aparentando atividade, não indicam realmente senão o embaraço deles de saber em que se ocupar; por toda a parte o silêncio, a ordem e uma espécie de tranqüilidade, em harmonia com a que reina nesses climas felizes. Dir-se-ia que um gênio invisível governa essa casa, o proprietário ficava sentado tranquilamente na sua *varanda*, mas é fácil de ver que nada lhe escapava, e que um rápido golpe de vista lhe bastava para inteirar-se de tudo.

A regra que adotara Joaquim Alves, na sua conduta com os escravos era de alimentá-los fartamente, vesti-los de maneira conveniente, ter o maior cuidado com eles quando doentes, e de não deixá-los jamais na ociosidade. Anualmente casava alguns deles; as mães só iam trabalhar nas plantações quando os filhos já as podiam dispensar, e então ficavam sob a guarda de uma única mulher, que tomava conta de todos. Uma precaução inteligente fora tomada para evitar tanto quanto possível, as emulações, desordens e rixas; a de afastar muito as senzalas dos negros celibatários das dos homens casados.

O dia de domingo pertencia aos escravos; era-lhes proibido ir procurar ouro, mas davam-se-lhes terras que podiam cultivar em seu exclusivo proveito. Joaquim Alves estabelecera na própria casa uma venda onde seus negros encontravam os diversos objetos que são ordinariamente do gosto dos africanos, e era o algodão que servia de moeda; por este meio afastava dos seus homens a tentação do roubo; incitava-os ao trabalho, dando-lhes grande interesse em cultivar, tornava-os apegados à terra e ao senhor, e, ao mesmo tempo, aumentava os produtos do solo.

Enquanto me detive em casa do comandante de Meia Ponte, visitei as diferentes partes do seu estabelecimento; o chiqueiro, os paióis, o engenho de farinha, o local em que se ralavam as raízes de mandioca, aquele em que se colocara a máquina destinada a descaroçar o algodão, a tecelagem, etc., e por toda a parte achei uma ordem e limpeza notáveis. Os fornos do engenho de açúcar não tinham sido construídos de acordo com os modernos princípios científicos, mas eram aquecidos por fora, o que tornava menos penosa, para os trabalhadores, a operação da fervura. Um tambor horizontal, que a água punha em movimento, fazia funcionar doze dessas pequenas máquinas chamadas *descaroçadores*, que servem para separar o algodão das suas sementes. Era também a água que fazia mover o ralador da mandioca cuja descrição dou a seguir. [...]

O comandante de Meia Ponte renunciara em parte das suas plantações, à maneira bárbara de cultivar a terra que geralmente adotaram os brasileiros; fazia uso da charrua e adubava a terra com o bagaço da cana de açúcar; por esse processo, não era o brigado a incendiar todos os anos novas matas; replantava a cana nas mesmas terras e conservava suas plantações próximas da casa, o que tornava a vigilância mais fácil e economizava o tempo dos seus escravos.¹³⁷

¹³⁷ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 182-186.

Tudo na fazenda era incomum: as proporções e a arquitetura do engenho e das demais construções, a escala da produção e da mão-de-obra envolvida. Cunha Mattos fala em 200 escravos, numa época em que, segundo Lena Costa, 97,2% dos proprietários de escravos de Meia Ponte possuíam menos de 10 cativos.¹³⁸ Era, muito provavelmente, o maior plantel da capitania, e superava até mesmo o de Camapuã, fazenda pantaneira de dimensões incomuns controlada por uma sociedade paulista¹³⁹. Além disso, a administração escravista surpreendia, desde o padrão das construções, passando pela organização e disciplina do trabalho e incluindo os incentivos à reprodução natural e a concessão e controle de terras e de tempo livre. Era um modelo que se disseminava pelo Brasil, mas incomum – senão único – no Oeste do início do século XIX. A fazenda possuía suas próprias tropas de muares e produzia açúcar, aguardente, algodão e tecidos para os mercados fluminense e baiano e uma enorme variedade de gêneros para a venda no comércio de Meia Ponte e da cidade de Goiás, além do abastecimento da própria fazenda.

O contraste com as “ruínas” e a “decadência” de Goiás – talvez os vocábulos mais presentes nas narrativas, sobretudo na de Saint-Hilaire, sobre a capitania¹⁴⁰ – estava também no fato de que tudo aquilo era relativamente novo. A riqueza do sr. Oliveira era, segundo todas as evidências, de primeira geração, e a bela fazenda que levava seu nome contava com menos de vinte anos quando desses relatos. A solidez dessa riqueza e o prestígio desfrutado pelo fazendeiro em Meia Ponte e na capital conferiam, já na passagem dos viajantes, um tom aristocrático às descrições; mas eram fruto de uma ascensão rápida e a partir de quase nada. Com todas as dificuldades estruturais há pouco referidas, é de se perguntar: qual era afinal o segredo do sr. Oliveira para prosperar como ninguém num momento de agravamento da crise da mineração?

Nascido no arraial de Pilar, capitania de Goiás, em 1770 e órfão desde os nove anos de idade, Joaquim Alves de Oliveira foi criado e educado por um padre. Em 1792, partiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de ingressar na carreira eclesiástica como fâmulos do bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. Malsucedido, estabeleceu-se na cidade, onde começou a trabalhar como caixeiro, passando depois de

¹³⁸ Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 55.

¹³⁹ Segundo Hercules FLORENCE (*op. cit.*, p. 72), Camapuã contava com cerca de 100 escravos em 1827. O mesmo viajante visitou uma fazenda na região cuiabana com cerca de 260 escravos (p. 182-183). Tratava-se da Fazenda Jacobina, a maior propriedade da província de Mato Grosso, da qual falaremos adiante.

¹⁴⁰ A este respeito, Maria de Fátima Duarte TAVARES. “O Futuro do Sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII–XIX)”. In Revista Ponta de Lança Volume 1, Número 1, Outubro de 2007. Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

algum tempo a contar com negócio próprio. Principiou a fazer viagens comerciais entre o Rio de Janeiro e Meia Ponte, levando carregações a partir de 1796, segundo José Mendonça Teles. Comprovadamente, constam desde o ano de 1800 as entradas de suas fazendas secas e molhadas em Meia Ponte. Portanto, antes de adquirir terras e dar princípio à produção de gêneros para o mercado, Oliveira foi um comerciante de tropas que abastecia Goiás com produtos adquiridos no Rio de Janeiro. Um tropeiro sem grande cabedal, mas que sem dúvida passou a conhecer o funcionamento e as potencialidades do mercado fluminense.¹⁴¹

Em 1800, Oliveira adquiriu as terras do núcleo original da fazenda São Joaquim, sendo construídas as primeiras edificações entre 1802 e 1805. Um passo que talvez tenha sido importante para a formação de sua riqueza foi o casamento, em 1803, com Ana Rosa Moreira, natural de Meia Ponte e filha de um comerciante português. Na verdade, a relação era anterior à formalização do casamento, pois Ana Rosa era mãe solteira de cinco filhos, incluindo os dois herdeiros já então reconhecidos por Oliveira, sendo os três mais velhos de pais diferentes. Após o casamento, não tiveram mais filhos. A fazenda seguiu crescendo, com a obtenção de “várias sesmarias [eram onze, segundo Jarbas Jayme] medidas e demarcadas, e mais terras compradas aos primeiros posseiros”, ampliando sua área a partir do núcleo original, onde ficava a sede visitada pelos viajantes.¹⁴²

Apesar da passagem à condição de proprietário de terras e escravos, Oliveira nunca abandonou o comércio pelas tropas de muares e sua atuação mercantil se expandiu e se consolidou como uma ampla rede de negócios, de forma que, quando de sua morte, em 1851, foram arrolados bens em 14 localidades diferentes, incluindo o Rio de Janeiro e Cuiabá. Suas riquezas – um espólio de 150 contos de réis – indicavam então a concomitância de produção agrícola, comércio, propriedades urbanas e operações com crédito e títulos públicos¹⁴³. Contudo, desde o casamento de sua filha,

¹⁴¹ Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 43-44; José Mendonça TELES. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Editora CERNE, 1989, 71-73. Jarbas JAYME. *Esboço Histórico de Pirenópolis*, Goiânia: Editora UFG, 1971. 321-332

¹⁴² Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 50-52. JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*, *op. cit.*

¹⁴³ Lena Castello Branco Ferreira COSTA (*op. cit.* p. 64-65) chegar a falar numa fortuna avaliada em 500 a 600 contos de réis (ou 20 vezes a receita anual de Goiás nos anos que antecederam a Independência), mas não se refere a fonte alguma para essa estimativa. O certo é que no inventário datado de 1851, quando da morte do Comendador, os bens somavam 150 contos, mas havia indícios de que seu patrimônio vinha declinando há algum tempo, além da possibilidade, lembrada por Costa, de que os valores fossem depreciados para reduzir os impostos a serem pagos. O inventário inclui 123 escravos, casas de morada na capital, apólices da dívida pública e dívidas de 229 indivíduos, somando mais de 30

em 1814, deixou ao genro, o tropeiro meiapontense Joaquim da Costa Teixeira, a maior parte da administração das atividades comerciais, passando a dedicar-se a suas propriedades rurais e a construir sua ascensão social e política na capitania de Goiás¹⁴⁴.

Na época da passagem dos viajantes, as atividades de Oliveira estavam em plena expansão. A fazenda ia sendo ampliada com novas edificações e com o aumento da área de cultivo do algodão, as tropas se dirigiam ao Rio de Janeiro e à cidade de Goiás, mas também a Cuiabá, à Bahia e ao norte goiano e seus interesses voltavam-se para a manufatura de tecidos de algodão no espaço urbano de Meia Ponte, com trabalho livre de mulheres e crianças. Além disso, o fazendeiro passara a centralizar parte do fluxo mercantil com o Rio de Janeiro e outras praças, pela compra da produção algodoeira de propriedades de Meia Ponte para o beneficiamento e comércio com a infra-estrutura que havia montado. O então comandante do arraial era produtor rural (incluindo todo tipo de gêneros para o abastecimento dos núcleos urbanos goianos, além de açúcar e algodão para diferentes mercados, especialmente da Corte), comerciante local (com armazém em Meia Ponte) e de tropas de muares (exportando não só a sua produção, como a de outras fazendas e importando mercadorias, que chegavam até Cuiabá pelas tropas guiadas por seu genro).

A receita do sucesso do sr. Oliveira era, portanto, uma conjunção de muitos fatores. Se as atividades como tropeiro da rota Rio-Goiás deram início à sua ascensão, certamente também o familiarizaram com o funcionamento e as demandas do mercado fluminense, gerando os primeiros laços com negociantes desta e de outras praças. Além disso, dado o momento preciso da passagem para a produção agrícola articulada ao comércio das tropas de muares, ele pôde aproveitar não só uma conjuntura já favorável, como a aceleração da integração do Centro-Sul, com o crescimento vertiginoso da cidade do Rio de Janeiro e a correspondente dinamização das áreas a ela diretamente ligadas. Ademais, os próprios caminhos facilitavam os negócios, primeiro porque Meia Ponte sempre foi o entroncamento de todas as vias goianas, facilitando o acesso a

contos de réis, além de 40 contos em moeda. A autora refere-se à hipótese de que a fortuna de Oliveira provinha do tráfico de escravos e mesmo da reprodução de cativos para o mercado, em sua propriedade. Essas afirmações não são fundadas, porém, em bases documentais consistentes. O que se sabe é que depois de alavancados seus negócios os escravos chegaram a fazer parte do rol de mercadorias trazidas do Rio de Janeiro, como está comprovado pela entrada de 39 cativos trazidos com as tropas de muares sob comando de seu genro, em 1823 - quantidade incomum e a maior entrada naquele ano.

¹⁴⁴ Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 60. Raimundo José da Cunha MATTOS conheceu o genro de Joaquim Alves, “o negociante de Meia Ponte de Goiás, Joaquim da Costa”, em Minas Gerais, quando este conduzia uma tropa do Rio de Janeiro a Meia Ponte. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão... op. cit.* p.

diferentes mercados; segundo porque, após 1808, as estradas foram melhoradas e outras construídas entre a Corte e as Minas Gerais, transformações que já na época da Independência atingiam o interior distante, com a construção da Estrada do Correio de Goiás.

Todos esses componentes da construção da riqueza do sr. Oliveira aparecem com alguma clareza no relato dos viajantes, como também na análise de Lena Costa. Há porém, um outro fator que parece ter sido crucial na formação de uma fortuna não só descomunal, como destoante do universo econômico da capitania. Trata-se dos ofícios ocupados por Joaquim Alves Oliveira em Meia Ponte, a começar pelos postos de tesoureiro e juiz de órfãos. No caso da tesouraria do Julgado, ocupada de 1810 a 1822, as atribuições envolviam o controle e a cobrança dos direitos de entradas, o que podia significar uma fiscalização que isentasse de fato suas próprias tropas, como sugere Lena Costa¹⁴⁵. Porém, talvez fossem mais importantes as vantagens para a expansão dos seus negócios e principalmente de suas propriedades rurais, pois numa sociedade falta de capital para investimentos de maior vulto, é possível que o ofício de tesoureiro lhe permitisse o acesso, mesmo que provisório, a esses recursos. Possibilidade ainda mais interessante por se tratar, ao menos em parte, de moeda, quando todos os testemunhos dão conta da extrema escassez de metal amoldado em Goiás¹⁴⁶. Além do mais, o ofício de juiz de órfãos, exercido por Oliveira desde pelo menos 1811, podia também ser uma fonte de capital para investimentos¹⁴⁷. Com a perspectiva de bons lucros, o tesoureiro e juiz de órfãos tinha em suas mãos recursos aplicáveis imediatamente, o que o dispensava de endividar-se com a cobrança de juros e a ameaça de execuções¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 58.

¹⁴⁶ Por exemplo, Johann Emanuel POHL (*op. cit.*, 113) e Auguste de SAINT- HILAIRE (*op. cit.* Tomo I, p. 311-313 e 332-334.)

¹⁴⁷ Monica Duarte Dantas sugere, a partir da análise da construção da fortuna de João Dantas dos Imperiais Itapicuru, esse tipo de instrumentalização do ofício de juiz de órfãos, na Bahia entre 1818 e 1823. Mônica Duarte DANTAS. *Fronteiras moveáveis: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007. p. 110-111.

¹⁴⁸ Pertencentes ou à Real Fazenda ou aos órfãos e incapazes cujos bens estavam sob sua guarda, esses recursos poderiam ser entregues integralmente aos seus legítimos proprietários quando do retorno dos investimentos. Portanto, mesmo no caso de o ocupante do ofício não se apropriar definitivamente de parte deles, a simples possibilidade de utilizar esses recursos como capital para a expansão dos negócios e propriedades talvez tenha sido suficiente para alavancar a riqueza de Joaquim Alves na passagem de tropeiro a grande proprietário e negociante. Lembremos, aliás, que algumas de suas fazendas foram obtidas por compra e não por posse ou carta de sesmaria.

c) uma efêmera, mas importante expansão agrícola

Por um lado, havia a diversificação das atividades, como também dos gêneros agrícolas produzidos e dos mercados para as tropas de muares. Por outro, se faziam investimentos vultosos na expansão dos negócios, com a perspectiva de grandes lucros correspondida para além das expectativas, pois a consolidação dessa rede de produção e circulação ocorreu no final da década de 1800, isto é, no momento exato da instalação da Corte no Rio de Janeiro. O sucesso do cultivo do algodão, tão enfatizado pelos viajantes, respondia, além disso, a uma conjuntura fortemente favorável a esta mercadoria, primeiro por consequência da guerra de Independência nos Estados Unidos e, já no início do século XIX, com as guerras napoleônicas – ao mesmo tempo em que a industrialização inglesa fazia aumentar o consumo ano após ano.¹⁴⁹ Como afirmava o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, ainda que com um excesso de otimismo, “as fábricas que há, e que todos os dias se aumentam na Europa, afiançam a esta Capitania, não só a certeza de efetivo consumo do seu algodão; mas também um vantajoso lucro.”¹⁵⁰ Mesmo que não estivesse diretamente conectado aos principais circuitos do capitalismo, um proprietário de Goiás não deixava de participar de sua dinâmica. Uma relação mediada, mas efetiva, pois ainda que seus fios de algodão não se destinassem aos teares da nação que se tornava a “oficina do mundo”¹⁵¹, nem se realizassem sobre os corpos da florescente burguesia européia, as condições de mercado que desfrutava nas cidades do litoral brasileiro eram diretamente impactadas pelas variações conjunturais do espaço atlântico. Segundo Saint-Hilaire, o sr. Oliveira vendia

em Meia Ponte e Vila Boa o seu açúcar e a aguardente; mas cultivava o algodão para remetê-lo ao Rio de Janeiro e à Bahia. Foi ele o primeiro, já o disse, que começou com essas exportações, e seu exemplo foi imitado por vários outros colonos. Por ocasião da minha viagem, tinha o projeto de ampliar ainda a cultura do algodoeiro na sua *fazenda*, e queria estabelecer, na própria povoação de Meia Ponte, uma usina para separar o algodão das sementes, assim como uma tecelagem em que contava empregar mulheres e crianças sem trabalho.¹⁵²

Quanto às exportações de algodão, “havia tão grande vantagem em fazer remessas por esse preço [isto é, apesar dos custos de transporte de 1\$800 a arroba para a Bahia ou 2\$000 para a Corte] que Joaquim Alves oferecera, sem hesitar, a todos os lavradores

¹⁴⁹ Virgílio NOYA PINTO. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”. In Carlos Guilherme MOTA. *Brasil em perspectiva*. 10 ed. São Paulo: Difel, 1978, p. 131.

¹⁵⁰ “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás, escrita por Joaquim Teotônio Segurado, em 1806” in *Memórias Goianas*, op. cit. vol. I, p. 43.

¹⁵¹ Eric J.. HOBBSAWM *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 142.

¹⁵² Auguste de SAINT- HILAIRE, op. cit. Tomo II, p. 185-186.

da zona, comprar-lhes o algodão à razão de 3\$000”¹⁵³. Com custos desta ordem, só contando com condições extraordinárias de mercado é que um estabelecimento de agricultura especializada poderia prosperar. O aumento do consumo na Corte, os preços do mercado externo e o caráter recente das áreas concorrentes especializadas no gênero garantiram essas condições. Porém, apenas provisoriamente. Goiás só poderia ter se tornado uma área especializada de produção agrícola no século XIX se houvesse uma transformação profunda nos caminhos - como a que ocorreu com a chegada do vapor em Mato Grosso, após 1856, e em Goiás, via Araguaia, a partir de 1870 -, minimizando os custos dos transportes e permitindo a concorrência com outros espaços. Ou ainda, se por algum conjunto de fatores as áreas concorrentes tivessem suas produções reiteradamente desarticuladas ou duramente prejudicadas, impedindo-as de acompanhar o crescimento dos mercados consumidores, dentro e fora do país. Condições pouco factíveis em Goiás, pelo menos na primeira metade do século.

Em conjunturas excepcionalmente favoráveis desenvolviam-se novas áreas especializadas, mas assim que o mercado se normalizava só podiam sobreviver aquelas que se encontravam suficientemente consolidadas e contassem com condições econômicas, sociais e políticas para manter ou ampliar a produção, mesmo com menor lucratividade. No topo desta lista estava o acesso aos circuitos mais dinâmicos do capitalismo, isto é, aos portos do Atlântico. Isso ocorreu na mais importante área de *plantation* algodoeira do país, a do Maranhão, primeira a se beneficiar da conjuntura favorável desde fins do século XVIII, em parte graças à diversificação econômica como projeto colonial desde os tempos de Pombal. Foi ainda o caso da área de influência de Pernambuco, pois com o ápice da disparada do preço do algodão no mercado atlântico, em 1816, uma “aluvião de navios estrangeiros” aportados no Recife pôde encontrar lavouras e negócios crescentes¹⁵⁴. E ainda no Rio de Janeiro, primeiro com o velho açúcar sob novas condições de mercado, levando à expansão em Campos dos Goytacases; depois com a avassaladora *plantation* cafeeira do Vale do Paraíba, estendendo-se em território mineiro e paulista¹⁵⁵. Em todas essas partes, havia no momento da expansão o acesso direto não apenas aos navios mercantes do Atlântico

¹⁵³ Auguste de SAINT- HILAIRE *op. cit.* Tomo II, p. 185-186. Segundo Joaquim Teotônio Segurado, o algodão em rama era negociado a 2\$400 a arroba em Goiás e a 5\$000 no Rio de Janeiro, em 1807, preço que certamente aumentou desde então. “Memória Econômica e Política...”, *op. cit.*

¹⁵⁴ Evaldo Cabral de MELLO. *A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 30.

¹⁵⁵ Rafael MARQUESE; Dale TOMICH. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Salles, R.; Grinberg, K. (Org.). *O Brasil Império (1808-1889), volume 2 (1831-1871)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Norte, como aos navios negreiros do Atlântico Sul; em todas elas encontramos a disponibilidade de capital, mão-de-obra e terra para um avanço que, como regra, era predatório e, especialmente no caso da cafeicultura, devorador de enormes espaços.¹⁵⁶ Crescendo sob o impulso de mercados regionais que há muito vinham se desenvolvendo, áreas de Minas Gerais e de São Paulo conheceram um crescimento vigoroso da produção de abastecimento, acelerado com a transmigração da Corte¹⁵⁷. Foi nessa rede mercantil que o sr. Oliveira e seus pares de Meia Ponte se inseriram, porém também aí em desvantagem.

O interior distante não contava com as condições da *plantation* no Rio de Janeiro ou no Maranhão, ou mesmo da produção para o mercado interno em Barbacena ou Campinas, por exemplo. Sendo assim, não nos devemos deixar enganar pela grandiosidade da fazenda São Joaquim, caso atípico na Capitania. Fora da fazenda e conforme nos distanciamos do eixo cidade de Goiás-Meia Ponte, ainda predominava a mineração como pequeno negócio ou simples faisqueiras, a agropecuária para o mercado goiano ou mesmo para a subsistência e o constante movimento do gado para o sertão baiano. Saint-Hilaire criticava os que mineravam em Pilões por não seguirem o exemplo de Meia Ponte, dedicando-se à agricultura mercantil, porém o modelo não poderia se generalizar, pois aquelas condições não se repetiam por toda parte¹⁵⁸. Não era geral a fertilidade do solo numa capitania em grande parte tomada pelo cerrado e intermitentemente arrasada pelas secas. Tampouco a facilidade dos caminhos, em nenhum lugar tão favoráveis como em Meia Ponte. Em certas partes, não havia sequer a facilidade de acesso a terra, pois a correlação de forças da fronteira indígena desaconselhava as guerras sem recurso à Coroa, que desde o Diretório pombalino (e até 1811) não as permitia.

A fazenda São Joaquim – com a escala e o padrão de administração de um estabelecimento de *plantation*, porém voltada para o mercado interno - foi uma das bases da construção da riqueza do sr. Oliveira, com as exportações de algodão e de açúcar para as cidades do litoral aproveitando-se da conjuntura favorável do início do século XIX. Era seguida por outros estabelecimentos, ainda que com dimensões muito

¹⁵⁶ Rafael MARQUESE; Dale TOMICH, *op. cit.*

¹⁵⁷ Sobre as relações entre essas redes mercantis e a política, Maria Odila Silva DIAS “A interiorização da Metrópole” in Carlos Guilherme MOTA, org. 1822 – *Dimensões. op. cit.* pp. 160-184. e Alcir LENHARO. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1993. A discussão sobre o papel dessas relações na formação do Estado nacional será feita em outro momento.

¹⁵⁸ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 146.

menores. Passado esse período e prosperando as áreas concorrentes, a produção agrícola goiana restringiu-se novamente ao consumo regional, e mesmo as exportações daquela grande fazenda foram interrompidas¹⁵⁹. A condição periférica não era dada pela distância medida em léguas ou em dias, mas principalmente pela distância medida em milhares de réis, com os custos dos transportes inviabilizando a concorrência. Não por acaso, passada a primeira década da Independência, a pecuária (já há muito tempo predominante no norte) tomou quase toda a passagem goiana. O gado, bem semovente, acabou sendo a única saída efetiva para o impasse econômico colocado desde pelo menos a seca de 1773-1776. Só com o decisivo avanço das pastagens, a partir da década de 1830, Goiás superou a crise da mineração, o que se percebe principalmente pelo fim da estagnação demográfica de meio século e pelo avanço espontâneo (isto é, não orientado politicamente) das fronteiras de colonização.

Entre o período Joanino e o Primeiro Reinado, Goiás passava por dois processos de integração distintos, um deles baseado na agricultura mercantil e no comércio das tropas de muares, conforme temos exposto. O outro, centrado do norte, seguia um padrão diverso e era fundado num conjunto de políticas da Coroa. Não se trata de opor uma dinâmica ditada estritamente pelo Estado (ou pelo poder público) a outra que resulta da ação de agentes econômicos no mercado (ou do poder privado), até porque a trajetória de (tesoureiro, juiz de órfãos, sargento-mor, etc.) Joaquim Alves de Oliveira desaconselha esta cisão. Ademais, este e outros fazendeiros do sul goiano tiraram muito proveito de políticas de superação da crise da mineração, como os incentivos fiscais à produção agrícola (caso da dispensa total ou parcial dos dízimos), além de contarem com a liberação para as fábricas de tecidos, com a vinda da Corte¹⁶⁰. A própria introdução de uma enorme variedade de gêneros, dentre os quais o algodão, está ligada a essas políticas, ainda no século XVIII. Trata-se, isso sim, de que seu pioneirismo na agricultura de grande escala para mercados distantes teve menos relação com as políticas de integração do que com as possibilidades abertas pela aceleração da integração do Centro-Sul e pela conjuntura favorável do mercado atlântico. As novas políticas, de fato importantes após 1804, foram poderosos incentivos a um processo em curso, mas não atuaram decisivamente sobre essas rotas, como ocorreria no norte.

¹⁵⁹ David McCREERY. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006, p. 111 e p. 128. “By 1819 he [Joaquim Alves de Oliveira] was sending some three thousand *arrobas* a year to Rio de Janeiro, sparking a modest revival of the municipal economy. But when North American production rebounded from the depression of that year, world prices declined and so did the viability of export production for Goiás.”

¹⁶⁰ Lena Castello Branco Ferreira COSTA, *op. cit.* p. 48.

Acima de tudo, uma cisão rígida entre público e privado não faz sentido numa sociedade que ainda se regulava em grande parte por ferramentas institucionais, jurídicas e políticas do Antigo Regime português. Mesmo sendo cada vez mais objetos de reformas, esta era ainda uma sociedade que se organizava segundo uma matriz estamental, reiteradamente subvertida desde o início da colonização, crescentemente corroída pela crise, mas ainda assim capaz de orientar certas práticas sociais fundamentais. Os primeiros passos mais largos rumo a um ordenamento liberal da sociedade foram dados com a constitucionalização da Monarquia portuguesa, em 1820, e com a fundação do Império e outorga da Carta de 1824.¹⁶¹ Ou seja, quando, Joaquim Alves de Oliveira já era, nas palavras de Cunha Mattos, “o grande homem atual da Província de Goiás”.

O que importa destacar neste momento é que a maior parte dos homens que atuaram decisivamente no processo de construção do espaço político provincial e na definição dos marcos da inserção goiana no Império não eram mineiros falidos em busca das benesses do Estado, como quer Tairone Zuliani de Macedo, nem os potentados da pecuária de David McCreery, ainda que estes tenham dominado a província no Segundo Reinado¹⁶². Em comum, o grupo político mais influente entre 1820 e pelo menos 1837 tinha propriedades nos julgados de Goiás e Meia Ponte, uma trajetória anterior na administração local e boas relações com aquele que se tornaria o comendador Oliveira. Sua trajetória diz respeito à superação da crise da mineração em Goiás, mas também à crise do Antigo Regime português e sua superação.

¹⁶¹ Sobre a passagem do Antigo Regime à ordem liberal, ver o último capítulo desta dissertação.

¹⁶² Tairone Zuliani de MACEDO - *Império e Região: A dinâmica do processo de Independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG: 2004. Trata-se de uma leitura estritamente focada nos conflitos da Independência, que interpreta a política goiana através de Cunha Mattos. David McCREERY. *Frontier Goiás, 1822-1889. op. cit.*. Entendemos que o grande problema do trabalho de McCreery está no quadro quase imutável que traça para o período abrangido (isto é, o Império, de 1822 a 1889), com base quase sempre em fontes da segunda metade do século.

Capítulo 4

**Projetos para os caminhos e as fronteiras:
Reformismo Ilustrado e reorientação da
geopolítica**

O Reformismo e a crítica, em tempos de crise

O ano de 1808 não é um marco apenas para a aceleração da integração do Centro-Sul. É também um momento de rápida reconfiguração política no espaço luso-americano, a começar pelas duas consequências imediatas mais lembradas (e por vezes celebradas) da fuga da família real: a transformação do Rio de Janeiro na cidade capital do Império português e a abertura dos portos às nações amigas. Para além das alterações no espaço físico da cidade, nas dimensões de seu mercado e no volume de seu comércio (mudanças na quantidade que alteram substancialmente a qualidade, isto é, a dinâmica social em suas diversas esferas), a instalação da Corte implicou a criação de bases institucionais para o exercício da soberania e um conjunto de reformas tornadas indispensáveis para este exercício. A rigor, estava acabado o Antigo Sistema Colonial, com o fim do exclusivo do comércio e a subversão das hierarquias político-territoriais estruturantes da relação colonial desde o início da ocupação portuguesa na América. Agora eram os habitantes do velho Reino que deviam submeter-se a uma Corte de além-mar. Além de se franquearem os portos, poderiam ser estabelecidas lavouras e fábricas concorrentes às da antiga metrópole, sendo que um conjunto de atos legais foi suprimindo certas barreiras formais, alteração importante mesmo nos casos em que o descumprimento já era freqüente, a exemplo do próprio exclusivo.

Contudo, é evidente que não se supera a condição colonial do dia para a noite. Certas características dessa condição prolongam-se para muito além de 1808, de 1822 e mesmo de 1831, expressando não a simples continuidade, mas a reiteração de práticas em contexto social, político e ideológico diverso. Pode-se falar de uma “herança colonial”, mesmo que forçosamente com algumas ressalvas, como discutiremos em outro lugar. 1808 representa, na realidade, um momento (ainda que particularmente importante) da crise do Antigo Regime português e de sua superação¹. Momento de um processo cujo enquadramento mais amplo é o das Revoluções Atlânticas, que eclodiram a partir de 1776 e, de forma mais radical, com conflagração pan-européia desencadeada

¹ O debate sobre as implicações de 1808 no processo de construção do Estado nacional será feito no último capítulo desta dissertação. A respeito do impacto direto da instalação da Corte, quanto à criação de bases para o exercício da soberania, “As bases institucionais da construção da unidade”, de Maria de Fátima Silva GOUVÊA (in: Istvan JANCÓS (org.), *Independência: história e historiografia*, São Paulo, Hucitec, 2005); quanto à articulação entre integração mercantil e política “A Interiorização da Metrópole”, de Maria Odila Silva DIAS (*op. cit.*) e *As Tropas da Moderação*, de Alcir LENHARO (*op. cit.*); e quanto às transformações na cultura política e nas sociabilidades da cidade que se tornava a Corte portuguesa, *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, de Andréa SLEMIAN. (São Paulo: Hucitec, 2006).

a partir do 1789 francês, desdobrando-se nas periferias coloniais – o mesmo contexto de guerra que levou ao reforço dos instrumentos de soberania portuguesa no Brasil e ao eclipse da metrópole na América espanhola.² E, ainda, um momento da passagem do mercantilismo para o capitalismo concorrencial, centrado na industrialização inglesa, sendo a primeira das leis da Corte na costa brasileira o marco mais visível desta passagem nessas terras. A “Era das Revoluções” não chegou a Goiás apenas em panfletos políticos, na imprensa da Corte fluminense e numa cópia da Constituição de Cádiz: chegou, como vimos, na lucratividade do algodão e do açúcar, fruto da concomitância da industrialização inglesa e do bloqueio continental napoleônico. Chegou, silenciosamente, no tipo de racionalidade capitalista do maior de seus proprietários e, com maior ou menor alarde, em memórias econômicas e em projetos e leis de reforma.

a) das “notícias” e “anais” às “memórias” e “reflexões”

O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro é muito anterior a 1808. Foi a primeira manifestação da crise sócio-política da colonização quando, mesmo na Europa, a consciência histórico-filosófica da Ilustração ainda encobria seu conteúdo político³. Em Portugal, como em outras monarquias, ele sempre envolveu tensões entre, por um lado, a aceitação e o incentivo à crítica como condição para políticas fundadas na razão e, por outro, a repressão à crítica no que era potencialmente nociva à ordem política e social.⁴ Os aportes econômicos e técnico-científicos, em detrimento dos sociais e políticos, são a marca dessa vertente da Ilustração, especialmente a partir da década de 1770.⁵

² István JANCSÓ. “A Construção dos Estados Nacionais Na América Latina - Apontamentos Para O Estudo do Império Como Projeto”. In: José Roberto do Amaral LAPA; Tamás SZMRECSÁNYI (Org.). *História econômica da Independência e do Império*. 1 ed. São paulo: HUCITEC, 1996, p. 3-26.

³ Para uma compreensão mais ampla da crise do Antigo Regime e sua relação com a emergência de uma Filosofia da História, Reinhart KOSELLECK. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogeneza do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999. Neste ponto, e considerando a interpretação de Koselleck, importa destacar a “aporia da política” como característica da Ilustração, pois é exatamente esse encobrimento das consequências políticas da crítica e da crise, em nosso entender, a chave para a compreensão do reformismo.

⁴ Luiz Carlos VILLALTA. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo, Tese apresentada no Departamento de História/ FFLCH/ USP, 1999.

⁵ “A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do ‘quinto’, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas que a conjuntura internacional parecia apresentar para o Brasil em virtude de desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas.” Maria Odila da Silva DIAS. “Aspectos da Ilustração no Brasil” in *RIHGB*, t. 278, 1968.

Concentravam-se principalmente no progresso material (produção agrícola maior, mais eficiente e diversificada, desenvolvimento do comércio e das manufaturas, mineração segundo métodos modernos, incremento demográfico, etc.), mas também envolviam a racionalização político-administrativa e a disputa por mercados e territórios. Estava presente tanto nos aldeamentos goianos dos anos 1770, quanto na geopolítica mato-grossense, principalmente no período albuquerqueiro.⁶

Na passagem para o século XIX há transformações notáveis nessas políticas, tanto se as tomarmos em conjunto, quanto se considerarmos a abrangência das capitanias do Oeste. Antes de mais nada, percebe-se uma aceleração na formulação e implementação de projetos, cujo marco não parece ser 1808, mas a ascensão de d. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1796⁷. Na realidade, tal aceleração provavelmente expressa uma conjunção de fatores, além da decisiva atuação do ministro, tais como a percepção sobre as condições excepcionais do mercado atlântico e a maior disseminação e amadurecimento dos ambientes ilustrados. Os intelectuais ligados à Monarquia já vinham de um acúmulo de investigações e debates sobre as colônias, não eram mais pioneiros nessa prática. Com a instalação da Corte, há outros fatores, como a importância ainda maior do Brasil nas preocupações dos ilustrados, a criação de cursos superiores e a impressão de livros e periódicos em território luso-americano e a maior presença de estudiosos antes estabelecidos no Reino e mesmo estrangeiros, impedidos de explorar a antiga colônia.

Além disso, o reformismo se apoiava cada vez mais em memórias, algumas delas publicadas na época. A formulação de políticas estava crescentemente aberta a contribuições e ao debate entre os súditos letrados, dos dois lados do Atlântico. Desde meados do século XVIII, tinham tímida circulação manuscritos com as “Notícias” e os “Anais”, elaborados por vereadores e outras autoridades e que traziam quadros econômicos e administrativos, além de narrativas históricas sobre a origem e trajetória das municipalidades. Porém, diferentemente das “memórias” e “reflexões” da virada do século, aquelas fontes eram informativas, e não propositivas. A formulação e a crítica às políticas circunscreviam-se geralmente ao segredo das “Instruções” e da correspondência oficial. Como vimos em outro momento, as políticas coloniais implementadas quando da institucionalização de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso eram resultado de consultas e trocas de correspondências entre umas poucas autoridades, que

⁶ Sobre a geopolítica setecentista, ver o Capítulo 2 desta dissertação.

⁷ Maria Odila da Silva DIAS. “Aspectos da Ilustração no Brasil” in *RIHGB*, t. 278, 1968.

muitas vezes escondiam umas das outras as informações que trocavam com a Coroa. A norma era o segredo, restando entre as diretrizes metropolitanas e sua implementação uma margem variável de discricionariedade dos governadores e de negociações, tensões e conflitos nas relações com os colonos.

A virada para o século XIX foi marcada por uma profusão de projetos, na maior parte dos casos elaborados por autoridades, mas que extrapolavam o segredo e adquiriam outra lógica de formulação, tendente à ampliação dos debates e à maior inclusão de colonos letrados. Não eram mais as diretrizes surgidas do diálogo entre os governadores e o Conselho Ultramarino, mas sim os estudos com largo espaço para a crítica, com base na Economia Política, na engenharia militar ou nas ciências naturais, e que em certos casos circulavam e alimentavam discussões sobre os rumos da política e da administração. Surgiram as “reflexões” sobre a fronteira Oeste, elaboradas por engenheiros militares estabelecidos na capitania, como Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, desde a década de 1790, e Luís d’Alincourt, a partir de 1818.⁸ Ao mesmo tempo, foram elaborados projetos de superação da crise da mineração, a começar pela memória, datada de 1802, “sobre a decadência atual das três capitanias de minas e os meios de a reparar”, do professor régio de Cuiabá José Manoel de Sequeira. Outras versavam especificamente sobre Goiás, como a “Memória econômica e política sobre o comércio ativo da capitania de Goiás”, de Joaquim Teotônio Segurado (1806), a “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goiás”, de Francisco José Rodrigues Barata (1806), o “Mapa da situação política, econômica, militar e religiosa e outras informações”, do governador Francisco de Assis Mascarenhas (1806), as “Reflexões Econômicas sobre as tabelas estatísticas da

⁸ Sobre a geopolítica, discutiremos aqui dois textos em particular: as “Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso” de Serra e Ferreira (c.1790) e o “Offício n. 17 dirigido ao Conde de Linhares, por João Carlos Augusto d’Oeynhausen, relativamente aos meios de comunicação da Capitania do Matto Grosso com as outras por via fluvial” (1811). Posterior à Independência, a “Memória acerca do fronteira da Província de Mato Grosso” de d’Alincourt será discutida em outro momento. Além destes, há muitos textos, especialmente de autoria de Almeida Serra, publicados na Revista do IHGB. Entre outros, “Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente-Coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800” (*RIHGB*, t. 2, 1840); “Extrato da descrição geográfica da província de Matto Grosso, feita em 1797 por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento-mor de engenheiros – MS. Oferecido ao Instituto pelo seu sócio, o Exmo. Sr. Presidente cônego José da Silva Guimarães.” (*RIHGB*, t.6, 1844); “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus [Guaicurus] e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo Franco de Almeida Serra.” (*RIHGB*, t.7, 1845); “Navegação do rio Tapajós para o Pará, pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1799, sendo governador Caetano Ponto de Miranda Montenegro” (*RIHGB*, t.9, 1847). O vigésimo Tomo da Revista, de 1857, é em boa parte dedicado à geopolítica do Oeste e inclui textos de Almeida Serra e de d’Alincourt, dentre outros.

Capitania de Goiás pertencentes ao ano de 1804 e feitas no ano de 1806”, de Florêncio José de Moraes Cid, a “Memória de Francisco José Pinto de Magalhães sobre a conquista do gentio Macamecram” (1813) e a “Digressão feita por João Caetano da Silva em 1817, para descobrir a nova navegação entre a capitania de Goiás e a de São Paulo”.⁹ A essas se somavam narrativas históricas, roteiros e outros textos não-propositivos, mas crescentemente relacionados aos debates do reformismo nessas capitanias: a “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”, de Luiz Antonio da Silva e Sousa (1814), o “Roteiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás”, do capitão Francisco de Paula Ribeiro (1815), o “Compendio histórico cronológico das notícias do Cuyabá, repartição da Capitania de Mato Grosso”, de Joaquim da Costa Siqueira (1817).¹⁰

Trata-se de uma mudança na lógica político-administrativa e de um alargamento do espaço legítimo para a crítica. Transformação associada a outras, como a própria presença dos viajantes que nos servem de fontes e que procuravam e eram procurados pelos que se envolviam nos negócios públicos. Saint-Hilaire discutiu longas e repetidas vezes as saídas para a crise da mineração com o governador de Goiás, Fernando Delgado de Castilho, mas também com clérigos, juízes e fazendeiros. Também ouviu de Silva e Sousa que a publicação de sua “Memória” no periódico *O Patriota* não havia sido autorizada¹¹. Pohl recebeu das mãos do autor uma cópia manuscrita da mesma “Memória”, na qual se baseou para fornecer dados demográficos e a origem das povoações. Ao retornar de sua estada no norte, o viajante foi interpelado pelo governador de Goiás, que lhe pediu um relatório completo sobre o que encontrara por lá. Debateu também com o ouvidor Segurado, responsável pela formulação e implementação de um plano de reformas para o norte goiano. O austríaco conheceu ainda Plácido Moreira de Carvalho, sócio de Francisco José Pinto de Magalhães na

⁹ “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás, escrita por Joaquim Teotônio Segurado, em 1806” e “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás, escrita por Francisco José Rodrigues Barata, em 1806” in *Memórias Goianas, op. cit.*; vol. I. p. 33-54 e 55-94. “Memória de Francisco José Pinto de Magalhães sobre a conquista do gentio Macamecram”, parcialmente transcrita nos *Anais da Província de Goiás* de José Martins Pereira de ALENCASTRE, p. 327 e segs. “Digressão feita por João Caetano da Silva em 1817, para descobrir a nova navegação entre a capitania de Goyaz e a de S. Paulo etc., copiada de um MS. Offerecido ao Instituto pelo Sr. João Golarte.” *RIHGB*, t. 2, 1840

¹⁰ Luiz Antonio da Silva e SOUZA, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, números 4, 5 e 6; 1814 (BBD). “Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás no ano de 1815 em serviço de S.M. Fidelíssima”. *RIHGB*, t.9, 1848. Joaquim da Costa SIQUEIRA. Compendio histórico das notícias do Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde 1778 a 1817. *RIHGB*, t. 13, 1850.

¹¹ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo I, p 309-310; Tomo II, p. 89-95 e 167.

incorporação dos índios do extremo-norte goiano - “a conquista do gentio Macamecram”, como Magalhães definiu na “Memória” de 1813.¹²

Essa profusão de estudos alimentava debates que nem sempre se restringiam às autoridades envolvidas na implementação das diretrizes governamentais, pois podiam envolver súditos da capitania e de diversas partes da Monarquia, além dos naturalistas estrangeiros. Onde eram estreitos os ambientes ilustrados, a passagem desses naturalistas eram grandes acontecimentos para os letrados e não é por acaso que quase todos aqueles que produziram memórias e reflexões não só conheceram os estrangeiros como buscaram estender ao máximo o convívio com eles. Saint-Hilaire e Pohl também procuravam essas raras oportunidades de sociabilidade ilustrada, geralmente encontradas junto aos oficiais da administração e aos clérigos, na capital e no julgado de Meia Ponte. Ao chegar em Santa Luzia, Pohl foi recebido pelo vigário local. “Suas palavras de saudação e o seu todo denunciavam o homem educado. Disse que acabava de saber, pelos jornais, da chegada de naturalistas austríacos. O seu mais entusiasmado desejo fora que um desses homens se desgarrasse e chegasse a esta região”¹³. Segundo Saint-Hilaire, no círculo de relações de Joaquim Alves de Oliveira, o padre Luís Gonzaga de Camargo Fleury destacava-se pelas luzes: “Não ignorava quais os deveres do seu estado, e, em geral, achei-o bastante instruído; conhecia os nossos bons escritores franceses, lia muito uma das nossas histórias eclesiásticas e tinha alguns princípios da língua inglesa.”. Em Santa Luzia, o pároco (provavelmente o mesmo que recebeu Pohl) “entendia latim, francês, italiano e espanhol; conhecia a maioria dos nossos bons autores do século de Luís XIV e possuía uma biblioteca seleta de várias centenas de volumes, o que, nesse país, era uma grande raridade.”¹⁴ O mesmo se repetia em outro arraial (e é interessante notar: sempre nos julgados de Goiás e Meia Ponte):

Durante o tempo que passei em Jaraguá, o *capelão* quis que eu fizesse as refeições em sua companhia: teve comigo inúmeras atenções e me cumulou de gentilezas. Já ouvira falar a seu respeito no Rio de Janeiro, onde se conhecia o seu gosto pelas matemáticas; fizera os estudos nessa cidade, e, além da sua ciência favorita, aprendera um pouco de grego e filosofia; compreendia também o francês, e tinha na sua biblioteca alguns dos nossos livros. Em geral, as pessoas do interior que, por ocasião da minha viagem, possuíam instrução, tinham-na haurido em obras francesas, e a maioria só falava da nossa nação com entusiasmo [...] ¹⁵

¹² Johann E. POHL, *op. cit.* p. 121, 247-251 e 282-285.

¹³ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 111-113.

¹⁴ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 24-26 e 56.

¹⁵ Auguste de SAINT- HILAIRE, *op. cit.* Tomo II, p. 64.

Essa predominância dos clérigos dentre os ilustrados é perfeitamente compreensível. Por sua inserção social diferenciada, pelas condições de instrução e de acesso a informações e pelo domínio do uso da palavra como condição de exercício do ofício, os religiosos foram figuras das mais freqüentes em todas as partes do Brasil, tanto na formação de ambientes ilustrados, quanto nas contestações de diversos tipos. Ademais, se por toda parte ingressar na carreira eclesiástica era a forma mais comum de acesso à instrução, no Oeste era quase a única¹⁶. A Universidade era um destino menos freqüente para os filhos dos proprietários abastados dessas regiões do que para seus pares de outras partes do Brasil e, especialmente, das grandes cidades do litoral e das Minas Gerais.

Desde o primeiro registro da matrícula de um goiano até o ano de 1830, 20 estudantes oriundos da capitania ingressaram na Universidade de Coimbra, num total de 1.709 matrículas de “brasileiros” no mesmo período (1741-1830)¹⁷. Vindos da capitania de Cuiabá e Mato Grosso foram apenas cinco e, desses, dois haviam sido enviados graças aos recursos do imposto criado em 1798 para subsidiar a instrução superior de alguns jovens, tanto em Coimbra, quanto na Academia da Marinha.¹⁸ É interessante notar que os nomes desses sete jovens enviados à Europa no ano de 1800 desaparecem da documentação mato-grossense, o que indica que muito provavelmente eles nunca exerceram seus saberes na terra de origem¹⁹. Ainda mais reveladora é a divisão dos estudantes do Oeste em Coimbra segundo o núcleo de origem: no caso de Goiás, 8 afirmaram serem da Vila Boa (ou arraial de Santana, sua primeira denominação), 6 de Meia Ponte e outros 6 não declararam o núcleo de origem; no caso do Extremo Oeste, nenhum aluno era de Vila Bela (ou Mato Grosso), pois a totalidade se identificou como de Cuiabá (ou Bom Jesus).

Quanto aos padres, José Manoel de Sequeira, religioso cuiabano que recebeu instrução em ciências naturais em Lisboa e escreveu diversas “memórias”, era um caso

¹⁶ Os religiosos também chamaram a atenção de Florence, na província de Mato Grosso de uma década depois, onde encontrou “um padre de cor parda, muito eloqüente no púlpito e na conversação; outro, quase negro, era um desses raros talentos modestos, cuja ambição única é instruir-se”. HERCULES FLORENCE. *op. cit.* p. 146-148.

¹⁷ Fernando Taveira da FONSECA. “*Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na universidade de Coimbra (1601-1850)”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999.

¹⁸ Carlos Francisco MOURA. *Mato-Grossenses na Universidade de Coimbra nos Séculos XVIII e XIX*. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol XXXVII, 1992. p. 71-75. Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). p. 108.

¹⁹ Gilberto Luiz ALVES. Aulas Régias na Capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In Nicanor Palhares SÁ; Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Rosinete Maria dos REIS (orgs.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 16.

excepcional, assim como Luiz Antonio da Silva e Sousa em Goiás. Este, nascido no Serro do Frio, Minas Gerais, foi um presbítero ordenado em Roma, que estudou em Lisboa e tornou-se professor régio em Meia Ponte, ganhando notoriedade e ascendendo na hierarquia eclesiástica até tornar-se prelado e bispo interino de Goiás, já no Império. Porém, a norma, entre os padres goianos e cuiabanos, era que a instrução se desse em solo americano, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os *Anais de Cuiabá* registram no ano de 1782 a festejada recepção dos primeiros naturais da terra que, além de se ordenarem sacerdotes no Rio de Janeiro, quiseram regressar à vila. A redação insinua um juízo negativo de quem não voltava à companhia de seus “patriotas”.²⁰ Em toda a América portuguesa, a vida intelectual tomou geralmente por referência a matriz portuguesa – não apenas a Coimbra dos bacharéis, como a Lisboa das Academias literárias, científicas, históricas e militares, sob os auspícios da Coroa. Em Vila Boa, Meia Ponte e Cuiabá (isto é, nos núcleos urbanos nos quais uma vida cultural desse tipo se desenvolvia com algum sucesso), as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais exerciam uma segunda ordem de influências, pois era nelas que convergiam não só rotas mercantis, como trajetórias pessoais e padrões de cultura e sociabilidades, muito mais acessíveis aos homens do centro do continente.

Não existiram no Oeste academias ou sociedades literárias, tampouco uma quantidade significativa de bacharéis nativos. Limitações desta ordem ao desenvolvimento subterrâneo da sociedade civil e de uma nova cultura política talvez estejam dentre as razões da concentração das manifestações abertamente sediciosas do período mais crítico da colonização lusa nas cidades de Minas Gerais (1789) e Bahia (1798); e das transgressões a partir de ambientes ilustrados no Rio de Janeiro (1794) e em Pernambuco (1801). É evidente que essas condições não explicam por si só as sedições e transgressões – que expressavam, afinal, as contradições da própria colonização e o aprofundamento da crise do Antigo Regime. Porém em poucos núcleos urbanos do Brasil ocorreu a passagem da radicalização da crítica ao governo localmente

²⁰ “Nos princípios de Dezembro deste ano chegaram por terra a esta Vila dois Sacerdotes naturais destas Minas por nomes Francisco Xavier dos Guimaraens Brito e Costa, e Jozé Manoel de Siqueira que deram na verdade muito gosto aos seus Parentes, Amigos, Compatriotas, e Paisanos, por serem os primeiros filhos desta Minas, que foram ordenar-se ao Rio de Janeiro, efetuando os seus desígnios sem embargo de serem ambos muito pobres; vieram cantar sua Missa nova na Matriz desta Villa aquele no dia de Natal, em que pregou este, e este no dia primeiro de Janeiro próximo futuro, em que pregou aquele; e suposto fosse o Padre Francisco Pinto Guedes o primeiro filho destas Minas, que se ordenou de Sacerdote, não teve os aplausos daqueles, por que o fez no Bispado de São Paulo, como seu compatriota, e não como filho, e não deu aos seus Patriotas o gosto de lhe aplaudirem a sua primeira Missa.” *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit.* p. 125.

instituído para a crítica do ordenamento geral do Estado e, quanto ao potencial objetivo de enfrentamento político, o interior distante não era menos explosivo que essas cidades. Neste ponto talvez valha a pena retornar aos últimos anos do século XVIII.²¹

b) experiências de “desordem” e “despotismo”

No Extremo Oeste, como vimos em outro momento, houve conflitos de monta no final do governo de d. João Albuquerque, principalmente no ano de 1795. Conflitos que opuseram colonos encabeçados pelos oficiais da câmara de Cuiabá às mais importantes autoridades da Capitania. Ocorreram cerca de 160 prisões e duas execuções, num ambiente político marcado por referências à experiência revolucionária européia, ainda que para rejeitá-la²². São mais prisões e execuções do que na Inconfidência Mineira, num universo humano muito menor, mas não há evidências de que se tratasse, como lá, de “deliberada e organizada vontade de subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado”²³. Era, isso sim, o extravasar de antigas tensões em torno do que era entendido como “disfunções de um sistema tido por bom e justo mas localmente mal exercido”²⁴, só que num momento em que tanto as idéias quanto a cultura política tornavam o confronto potencialmente mais perigoso para a Monarquia. Generalizavam-se comportamentos desviantes, como a estrondosa festa cuiabana de 1795, que motivou o agravamento das tensões, e surgiam críticas abertas – e em praça pública – às políticas formuladas em Lisboa, como aquelas feitas pelo juiz de fora contra a proibição da exploração dos terrenos diamantíferos.

Com a morte de d. João de Albuquerque “murcharam as esperanças vãs, enfraqueceram os desígnios, e tudo mud[ou] de face, porque Deus que tudo conhece providencia nas ocasiões precisas”²⁵. Não fosse o acontecimento inesperado, atribuído pelos *homens bons* de Cuiabá à Divina Providência, muito provavelmente os conflitos se agravariam. A posse de um governo interino em Vila Bela e a notícia da viagem do novo governador mudaram a configuração da dinâmica política: os prisioneiros foram soltos e das duas vilas partiram emissários para dar ao capitão-general as suas versões sobre o ocorrido. Recebido em Cuiabá numa outra grande festa, d. Caetano Pinto de

²¹ Para uma interpretação conjunta das sedições e transgressões cotidianas, em fins do século XVIII, István JANCSÓ. “A Sedução da Liberdade...”, *op. cit.* p. 390.

²² Sobre esses conflitos, ver “fim de século”, no capítulo 2. Tomamos por base para a narrativa desses acontecimentos o último capítulo da tese de Carlos Alberto ROSA (*A Vila Real...*, *op. cit.*) e os *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*, *op. cit.*

²³ István JANCSÓ. “A Sedução da Liberdade...”, *op. cit.* p. 390.

²⁴ István JANCSÓ. “A Sedução da Liberdade...”, *op. cit.* p. 388-389.

²⁵ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830*, *op. cit.* p. 150.

Miranda Montenegro reafirmava o papel da Monarquia como núcleo harmonizador das tensões. Prudentemente, resolveu a questão “sem que fosse preciso fazer-se violência nem coação a pessoa alguma”, ao mesmo tempo em que dava início à implementação de uma série de reformas.²⁶

O defunto d. João de Albuquerque seria ainda investigado numa devassa ordenada por d. Rodrigo de Souza Coutinho para descobrir os “motivos” por que o governador “enriqueceu tanto”. Segundo Carlos Alberto Rosa:

A Devassa teve início quase um ano depois. As revelações obtidas foram contundentes: João de Albuquerque já chegara a Vila Bela com mais de 10 botes cheios de mercadoria, que pôs a vender através de pessoas confiáveis, inclusive ligadas a seu irmão Luís de Albuquerque; durante seu governo, reteve 50% dos ordenados de funcionários graduados da máquina fazendária, acumulando com esse expediente 15 mil cruzados; comportamento similar teve com os soldos de soldados vivos e defuntos; monopolizou a venda de escravos e sal; tornou-se cobrador de dívidas particulares, retendo comissões de 10 a 20% sobre os valores cobrados; interveio nos processos judiciais, obtendo ‘bons e ricos presentes’ dos beneficiados; na Vila Real [de Cuiabá] teve no Sargento-Mor José de Pereira Nunes e no Mestre-de-Campo seus representantes, recebendo com isso ‘dádivas’ em ouro – o que teria provocado as grandes ‘desordens’ do Cuiabá. Em todas as acusações, João de Albuquerque aparece como ‘continuador’ das práticas de seu irmão Luís. Era a formalização dos rumores e denúncias parciais que circulavam na Vila Real desde o início dos anos 1780.²⁷

Concluindo pela culpa dos dois Albuquerque, a Coroa interrompeu o processo com a determinação do sigilo sobre os autos, para preservar dos escândalos a Manoel de Albuquerque e Melo “que gozará em paz do fruto dos crimes dos outros irmãos”. Ocorre que este terceiro Albuquerque, que nada tinha com o Mato Grosso, casara com d. Ana Benedita Forbes de Almeida e Portugal, filha do tenente-general John Forbes-Skellater. Não seria nada conveniente aos interesses da Monarquia tornar público crimes na linhagem que acabara de se ligar à do comandante das tropas portuguesas na Campanha do Rossilhão, contra a França revolucionária. De qualquer forma, registrava-se o outro lado da montagem da geopolítica do antemural do interior do Brasil, isto é, o da instrumentalização de uma vigorosa política colonial para os interesses pecuniários dos que a implementavam.

Goiás também foi palco de conflitos nos governos de d. Tristão da Cunha Menezes (1783-1800) e de d. João Manoel de Menezes (1800-1804). O primeiro foi caracterizado por Alencastre como uma “guerra de pasquins, cartas anônimas, de exploração de escândalos”. O segundo levou Silva e Sousa a definir, escrevendo em

²⁶ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit.* p. 149-154. Carlos Alberto ROSA *A Vila Real...*, *op. cit.*, p. 307.

²⁷ Carlos Alberto ROSA *A Vila Real...*, *op. cit.*, p. 307-308.

1813, como “tão crítico o tempo desse governo que tudo era perigoso, e a mesma prudência mais encanecida.”. Assim relatou a posse de d. João Manoel:

Daqui cresceu a intriga, que perturbou a boa ordem de todas as coisas de Goiás. A demora do seu antecessor [em abandonar a capitania] acudiu depois a emulação, e fez partidistas, que lhe tornaram suspeitosos os seus súditos, ainda os mais obedientes, em quase todos se lhe figurava ver régulos e anarquistas (estes valiosos nomes que lhes inspiravam e dava a todos) e a todos ameaçava com a mais severa vingança, à exceção dos satélites da intriga, que sempre aplaudiu, e teve a desgraça de não poder conhecer, sendo que a malignidade é que lhe acendeu o ânimo e alterou a retidão de suas intenções.²⁸

A recusa do ex-governador Tristão da Cunha Menezes em deixar a capitania e as acusações de interferência de seu primo e então governador na administração municipal estenderam as tensões por alguns anos. Em 1803, “por força da demência em que se acha” o governador, prostravam-se humildemente os vereadores “aos pés de Vossa Alteza Real, rogando-lhe que pelas chagas de Cristo Senhor Nosso, que mande suspender [...] o dito governador como melhor lhe parecer a Vossa Alteza Real.”²⁹ O ápice do conflito se deu com a ordem de prisão do capitão-general dada pela câmara de Vila Boa, ao que reagiu d. João Manoel, escrevendo ao ouvidor:

O estranho e nunca pensado procedimento, praticado no dia de hoje pela câmara desta vila, me obriga a tomar medidas instantâneas contra os agressores de tão atrozes delitos; e, porque se acham esgotadas as de moderação, Vm. proceda imediatamente a prender todos os oficiais da câmara, sendo o presidente e escrivão os primeiros sobre quem se exercite este ato de jurisdição, e porque me consta que na mesma casa de câmara, fora de horas, se conspira novamente contra a minha imunidade, procederá contra eles sem atenção a qualquer imunidade de pessoa e lugar, por ser este o caso em que se não conhece asilo.³⁰

Dois vereadores foram presos e os demais fugiram da capital goiana. Escreveu o governador um mês depois ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho

Vossa Excelência conheça que ninguém tem melhores desejos de aumentar a prosperidade desta capitania; porém o vício enervado por muito tempo tem arruinado e destruído todos os ramos da administração pública, e que sem eliminar os inimigos domésticos, e combater e destruir essas hidras, que envenenam todos os planos benéficos, jamais poderei colher fruto das minhas laboriosas fadigas.³¹

²⁸ “Memórias Goianas (1813)” *apud* José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás*. Brasília, Ipiranga, 1979. p. 260 e 266.

²⁹ *Apud* Fernando Lobo LEMES. *A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Goiânia : UFG, 2005. Dissertação de mestrado. p. 106-107

³⁰ “Ordem de d. João Manoel de Menezes ao ouvidor Manoel Joaquim de Aguiar Mourão, de 17 de maio de 1803.” In José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás. op. cit.* p. 272.

³¹ *Apud* José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás. op. cit.* p. 273.

O discurso dava seqüência a um longo histórico de devassas e acusações dos governadores contra a improbidade dos oficiais da administração local. Era a esses “inimigos domésticos” que se atribuía até então boa parte da responsabilidade pela decadência das receitas da capitania, deficitária desde 1776. Porém, os tempos eram outros e, desde fins de 1801, d. Rodrigo de Sousa Coutinho vinha repreendendo por diversas vezes “os desatinos e atentados que praticava o governador”, a ponto de d. João Manoel reclamar do desrespeito generalizado a sua autoridade “principalmente desde o momento que Sua Alteza Real houve por bem estranhar os meus procedimentos despóticos pela carta régia de 14 de dezembro de 1801”. Sentia que obtinha desta forma “a mais insólita e inesperada recompensa” por seus “assinalados serviços”³². Uma devassa contra os Menezes estava sendo aberta por ordem de d. Rodrigo e um sucessor havia sido nomeado em Lisboa em 18 de abril de 1803, antes, portanto, da prisão dos vereadores³³.

O conflito de jurisdições e a oposição entre autoridades e colonos eram situações tão velhas quanto a colonização, no Oeste como em toda a América portuguesa. O mesmo se pode dizer da arbitragem dessas divergências pela Coroa. A magnitude dos conflitos de Cuiabá em 1795 e de Goiás em 1803 era decerto uma diferença com relação a situações anteriores, mas a generalização de transgressões crescentemente ousadas por parte das corporações municipais talvez fosse a maior novidade.

O novo não era o fato da transgressão, mas sua generalização, freqüência e ousadia. Ainda que apenas no campo das hipóteses – pois para verificá-la seria preciso uma investigação que devassasse a documentação municipal, desde a década de 1770 e até o período joanino – parece-nos que havendo pouco espaço para a difusão da crítica segundo a nova cultura política, as câmaras municipais foram as bases institucionais dentro das quais se ensaiou essas possibilidades. Em Cuiabá, quem se destacava nessas transgressões era o juiz de fora – pretensamente um servidor fiel à Coroa, em contraposição aos vereadores eleitos na localidade. O funcionário que seguiu fielmente as ordens do governador foi o mestre-de-campo, uma autoridade militar. A câmara de Cuiabá sempre foi ciosa de suas prerrogativas e freqüentemente expressou seus descontentamentos quanto à inversão da hierarquia ocorrida em 1752 e aos privilégios de Vila Bela, desde então. Também vinha acusando há tempos os abusos dos

³² “Carta de d. João Manoel de Menezes a d. Rodrigo de Souza Coutinho, de 30 de março de 1803”. In José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás. op. cit.* p. 275.

³³ ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás. op. cit.* p. 277. Sobre esses episódios, também Fernando Lobo LEMES. *A oeste do império... op. cit.*

Albuquerque na administração da Capitania. Porém, parece ter havido uma crescente generalização de afrontas, desde os boatos contra Vila Bela, passando pela desobediência sistemática às ordens, chegando ao momento, em 1794, em que diziam os oficiais municipais “que tudo quanto receber a Câmara o hão de gastar [...], para que nunca haja de haver resíduos para se mandar para a Capital”³⁴ A festa organizada no ano seguinte pela câmara cuiabana para comemorar a nomeação de um novo capitão-general – e, como diziam, desta vez alguém letrado, que entende das Leis – foi o ápice dessas transgressões, e d. João de Albuquerque reagiu violentamente. Não nos parece fortuita a ênfase da acusação sobre o discurso público do juiz de fora contra a proibição da extração de diamantes: a demanda era antiga, como também o era em Goiás, porém o espaço legítimo para sua discussão não era uma festa nas ruas de Cuiabá. Como dizia o mestre-de-campo, “estas proposições não diz um rústico, quanto mais um Ministro”.³⁵

O fim dos governos de 26 anos dos Menezes em Goiás e dos 24 anos dos Albuquerque em Mato Grosso representa um marco de acomodação das tensões entre os administradores e os grupos dominantes de Vila Boa e de Cuiabá. Desde então, e até as notícias da Revolução Constitucionalista do Porto, as tensões foram incomparavelmente menores e em nenhum momento colocaram em xeque a autoridade dos governadores. O Reformismo Ilustrado era a arma da Monarquia, mas um Reformismo que começava pela alteração de certas diretrizes insistentemente reiteradas até então, como a proibição da exploração dos terrenos diamantíferos, a centralidade da geopolítica da fronteira Oeste (tendo Vila Bela como espaço privilegiado), a busca de uma saída para a decadência goiana que colocava em primeiro plano o combate aos abusos dos que controlavam o poder local. Agora, a causa atribuída à queda dos rendimentos da capitania seria analisada pelas “memórias” e “reflexões” e não pelas devassas dos capitães-generais e ouvidores contra os que se apropriavam de recursos da Fazenda Real. A melhor forma de se organizar a defesa da fronteira será objeto dos engenheiros militares, secundados por um governador de perfil novo, não mais alguém que se preparou a vida toda para o comando de uma guerra, mas alguém que estudou, além das Leis, os preceitos da Economia Política e das ciências naturais: era o primeiro governador que não era militar de formação desde a criação da Capitania. Ironicamente, foi o que teve de enfrentar a mais séria ameaça de invasão espanhola da história de Mato Grosso colonial.

³⁴ Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real... op. cit.*, p. 293.

³⁵ Carlos Alberto ROSA, *A Vila Real... op. cit.* p. 299-302.

Os novos governadores chegaram à América com planos de reforma e com ordens de realizarem as investigações necessárias para a formulação de outros. D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia recebido em Lisboa as notícias dos conflitos em Cuiabá, em Vila Boa e em muitos outros pontos do Império português, assim como era informado de uma situação muito mais delicada na Bahia, em 1798. A abertura oficial à difusão da crítica e a incorporação mais efetiva dos colonos não deixava de ser também uma resposta a um conjunto de situações locais que desnudavam o perigo do avanço subterrâneo das novas idéias e padrões de sociabilidade. Algumas dessas mudanças vinham pôr termo a antigas queixas ou recuperar iniciativas frustradas. Além do mais, envolveriam os grupos dominantes de Vila Boa e Cuiabá – antes “inimigos internos” ou ao menos repetidamente suspeitos – na formulação e implementação das políticas. Não por acaso, para os que protagonizaram os confrontos de 1795 e de 1803 *in loco*, estes anos seriam as referências de desordem e despotismo, a partir de então contrapostas a tempos pacíficos e relativamente prósperos, ou pelo menos que colocavam a superação de velhos problemas no domínio dos possíveis. Percepção que foi reforçada em 1808, com a instalação da Corte no Rio de Janeiro. É o que se nota na “Memória”, de Silva e Sousa e no “Compêndio” de Joaquim da Costa Siqueira (que serviu como uma das bases para os *Anais do Senado da Câmara de Cuiabá*), escritos na década de 1810.

Silva e Sousa descreve o episódio da prisão de d. João Manoel de Menezes pela câmara como “o maior absurdo, que nem deve ser lembrado” e de fato não narra os detalhes do ocorrido. Logo a seguir, escreve que o “Senhor d. Francisco de Assis Mascarenhas tomou posse a 26 de fevereiro de 1804”. “Teve a desteridade [sic.] de restituir a tranqüilidade pública, e ainda quando o seu governo não fosse por outros motivos louvável, isso bastava para fazer o seu elogio.” Seguindo-se a narração de suas ações, sempre positivas, toma posse o governador Francisco Delgado Freire de Castilho, que esteve à frente da capitania de 1809 a 1820: “Desde o princípio do seu Governo tendo o prazer de adotar os planos do seu antecessor, mantém a tranqüilidade pública, procura a felicidade dos seus súditos, administrando-lhes com imparcialidade, e inteireza a Justiça”³⁶. Na narrativa de Siqueira, que detalha os fatos de 1795 do ponto de vista dos *homens bons* do Cuiabá, o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro enfrenta ainda algumas dificuldades no princípio, por conta das maledicências dos que restaram do séquito do falecido Albuquerque. Porém, tramando estes novamente contra

³⁶ “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, número 5, 1814 (BBD). p. 6-14.

os oficiais do Cuiabá, “sucedeu tudo pelo contrário” do que pretendiam, “porque se converteu o feitiço contra o feiticeiro”. Os únicos que chegaram a ser punidos com prisão ou expulsão da capitania foram os da facção do antigo governador. A partir de 1797, só o que interrompe as boas novas e as festas cuiabanas, cada vez mais freqüentes, são as guerras com espanhóis e indígenas³⁷. Passemos agora à prática do reformismo no governo dos últimos capitães-generais, nas duas capitanias.

Joaquim Teotônio Segurado e a integração e diferenciação do norte goiano

Em 1804 tomava posse em Vila Boa de Goiás d. Francisco de Assis Mascarenhas. O governador tinha a missão de acalmar os ânimos dos recentes conflitos e contribuir para a investigação dos abusos de seu antecessor, mas também tinha de lidar com profundas dificuldades econômicas. A decadência da produção de ouro e a conseqüente crise da sociedade mineradora - sentida pela Metrópole, sobretudo, na queda contínua das receitas fiscais - vinham se arrastando por longos governos. As políticas anteriores envolviam expedições exploratórias em busca de novos veios, além de tímidas iniciativas de incentivo à agricultura, ao extrativismo e à abertura da navegação comercial dos grandes rios. Já no conflituoso governo de d. João Manoel de Menezes, foram liberados os terrenos diamantíferos de Pilões e Rio Claro, mas essas minas logo se mostraram muito aquém das expectativas longamente alimentadas. Nenhuma das medidas tinha surtido efeito e, com o diagnóstico da queda das receitas régias apontando insistentemente para a improbidade dos oficiais locais, a Coroa só obteve tensões e conflitos no longo período dos Menezes.

A política indigenista, que concentrou a maior parte dos esforços dos governos nas décadas de 1750 a 1780, havia obtido grandes sucessos, garantindo uma trégua na guerra quase ininterrupta travada de 1726 aos anos 1770. Porém, após transferências de indígenas de umas para outras aldeias, diversas fugas, rebeliões dos aldeados e acusações de má-administração, quase nada restou da política do Diretório. Em termos econômicos, as aldeias nunca produziram o suficiente para se auto-abastecerem e representaram mais um ônus que uma solução para as limitações financeiras da Capitania. No século XIX, os diversos relatos de viajantes apresentam um quadro de aldeias extintas ou profundamente decadentes, caso do Carretão, que contava com 2.200 Xavantes em 1788, e apenas 227, em 1819; ou ainda de Mossâmedes, que de 8 mil

³⁷ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54). P. 31-40.

indígenas de diversas nações, em 1755, passara a contar com 128 habitantes em 1828. Seus objetivos principais eram conter a guerra cotidiana nas fronteiras de colonização, estabelecendo aldeias de índios “domesticados” como barreiras para os índios “hostis”, além de um projeto de longo prazo para o aumento da população no interior do continente. Nesse sentido, cumpriu-se parcialmente a primeira meta, enquanto a segunda fracassou quase de todo, pois com a fuga em massa dos aldeados poucos novos vassallos resultaram daqueles empreendimentos.³⁸

O problema da estagnação econômica provocado pela queda da produção de ouro e pelo insucesso de outras atividades permanecia e se agravava. O quadro financeiro era de um contínuo e crescente *déficit* e endividamento do governo desde 1776. Considerando as condições da capitania, o governador elaborou em 1806 um estudo sobre as finanças, iniciando um corte de gastos com a manutenção das tropas e dos funcionários civis³⁹. Mas foi outro projeto - neste caso um exemplar típico das “memórias” que se generalizavam na época - que transformou mais profundamente a capitania. Escrita também em 1806, a *Memória econômica e política sobre o comércio ativo da capitania de Goiás* invertia quase tudo quanto até ali se fizera para superar a crise da mineração. O autor era Joaquim Teotônio Segurado, nascido em Portugal, formado em Leis na Universidade de Coimbra e ouvidor da comarca de Goiás nomeado em 1803.⁴⁰ O magistrado chegou a Goiás à mesma época que d. Francisco, com quem manteve sempre relações muito próximas, de colaboração política e amizade. Tratamos aqui desta *Memória* porque foram as proposições inovadoras de Segurado que definiram, mais do que quaisquer outras, as diretrizes dos governos goianos entre 1804 e 1820.⁴¹

³⁸ Marivone Matos CHAIM. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2a. ed. rev. São Paulo: Livraria Nobel, 1983.

³⁹ “Mapa da situação política, econômica, social, militar, religiosa e outras informações da capitania de Goiás”, do governador d. Francisco de Assis Mascarenhas. In *Memórias Goianas*, op. cit. vol. I, p. 108.

⁴⁰ Segundo o *Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil (Tocantins)*, de Mário Ribeiro Martins (disponível no portal “Usina das Letras”), Joaquim Teotônio Segurado nasceu em Moura, Portugal, em 1775. Após os primeiros estudos nesta vila, teria ingressado na Universidade de Coimbra, cursando Leis de 1791 a 1795. Teria se tornado juiz de fora nas cidades de Porto e Melgaço, em 1799 transferido-se em seguida para o ultramar, primeiramente em São João Del-Rei e Ouro Preto, até tornar-se ouvidor geral da capitania de Goiás, em 1803. Sem apresentar fontes e com algumas incorreções que percebemos cotejando esta fonte com outras, o Dicionário parece-nos uma referência pouco segura quanto aos detalhes da trajetória do ouvidor, ainda que tenha-nos sido útil em certos pontos de sua biografia, depois confirmados em outras fontes. Sobre a origem de Segurado, deixamos no corpo do texto apenas aquilo que é devidamente comprovado por outras fontes.

⁴¹ Há diversas outras, destacando-se a “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da Capitania de Goiás, escrita por Francisco José Rodrigues Barata, em 1806” (in *Memórias Goianas*. Goiânia: Centauro, 1982, vol. I). Com uma ampla discussão acerca da função social das colônias, o autor propõe um projeto de integração com alguns pontos em

Escrevendo em 1806, o magistrado anexou à *Memória* um balanço positivo dos dois primeiros anos de sua atuação em conjunto com d. Francisco e um pedido de manutenção no lugar de ouvidor:

[...] eu tenho trabalhado por corresponder ao conceito que Vossa Alteza Real formou de mim, quando se dignou escolher-me para um lugar abalado com movimentos convulsivos procedidos já das desordens das autoridades constituídas, já da decadência da Capitania. A presente época é inteiramente diversa da que findou com o passado governo: então tudo queixas a V. Alteza; hoje só representações a benefício destes povos: hoje só se trata de os felicitar. Parece-me que eu não tenho a menor parte nestes procedimentos vantajosos a esta Capitania; por isso eu receio muito que um sucessor com sistema diverso arruíne os alicerces do grande edifício que o General e eu temos principiado: pouco importa, que um dos dois queira seguir o mesmo sistema, ele jamais conseguirá o seu fim, se não for de mãos dadas com o outro. Os governadores é verdade que tem o poder executivo; mas eles ordinariamente, ou não saem da capital, ou saem a poucas léguas. Pelo contrário, o ouvidor visita a capitania toda, averigua as causas da decadência de cada um dos julgados, e os meios de remediá-las. Estas causas me obrigam a desejar a minha conservação neste lugar.⁴²

O governador, por sua vez, subscrevia o pedido detalhando a atuação de Segurado nesses dois anos em Goiás:

Atesto que o atual ouvidor desta Comarca, o bacharel Joaquim Teotônio Segurado é muito inteligente, reto e exatíssimo no desempenho de suas obrigações; que a ele se deve a criação de uma Companhia de Comércio agora estabelecida no Arraial de Traíras, que tem por objeto negociar com a Cidade do Pará pelo Rio Maranhão, do que deverá resultar um grande benefício à Capitania, especialmente na Repartição do Norte; que pelas suas eficazes providências tem tomado novo vigor todas as ordens relativas à lavoura; que a cultura do algodão se tem já aumentado consideravelmente, não só pelas minhas, mas também pelas suas enérgicas persuasões; e que finalmente o aumento desta Capitania me parece dependente da conservação deste magistrado no lugar que ocupa, e que tão distintamente desempenha.⁴³

A navegação comercial pelo rio Maranhão (isto é, pelo sistema fluvial do Tocantins) e o incentivo à agricultura eram, naquele momento as principais políticas para a superação da crise da mineração. Ainda que se tratasse de medidas ensaiadas desde o tempo dos Menezes, o projeto de Segurado e suas alterações posteriores trariam elementos radicalmente novos, a começar pela rejeição, tanto da mineração como base da economia, quanto das redes mercantis criadas pelo rush do ouro (isto é, aquelas que ligavam Goiás ao Centro-Sul pelas tropas de muares e à Bahia, pelos caminhos do São Francisco) como saídas para a dificuldade de integração. A introdução, seguindo o que era regra nas diversas “memórias” de ilustrados deste período, apresenta argumentos

comum com os de Segurado. Barata veio a ser protagonista dos conflitos do período da Independência no Grão-Pará e, ao que parece, ao escrever sua *Memória*, era estabelecido naquela capitania, e não em Goiás.

⁴² “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás, escrita por Joaquim Teotônio Segurado, em 1806” in *Memórias Goianas*. Goiânia: Centauro, 1982, vol. I. p. 37.

⁴³ *Idem*, p. 38.

fundados na Economia Política para justificar tanto o diagnóstico, quanto a solução para os problemas colocados. Começando pelo mais elementar, diz o magistrado que “a agricultura, as artes, e o comércio são as colunas em que pode firmar-se a felicidade de qualquer povoação: pela agricultura se conseguem as matérias primeiras; pelas artes, dando-se-lhes forma, se lhes dá novo valor; pelo comércio se exportam as supérfluas e importam as que faltam”. No caso de “uma povoação isolada”, esses elementos são limitados, estando a sociedade propensa, ora à superprodução, ora à carestia. Por outro lado,

se ela efetivamente faz um comércio exterior, porém todo passivo; se para sustentar este comércio, ela tem minas de ouro ou prata, que extraia do seio da terra, esta povoação está no rumo de sua desgraça, e hoje, ou amanhã, há de sofrer uma total extinção. [...] Quase neste estado se achava a capitania de Goiás quando ela teve a ventura de principiar a ser governada por Vossa Excelência [d. Francisco]. Os seus habitantes costumados unicamente à lavra do ouro, que ordinariamente achavam com dificuldade, e grandes despesas, clamavam que a Capitania ia a expirar.

[...]

Os açúcares ficavam nas formas e caixões dos senhores de engenho, o algodão e [o] café apenas apareciam para o consumo do país e, enfim, os mais gêneros ou tinham excessivo, ou diminuto valor, conforme a sua escassez ou a sua demasiada abundância. A Capitania nada exportava; e o seu comércio externo era absolutamente passivo: os gêneros da Europa, vindo em bestas do Rio, ou Bahia pelo espaço de 300 léguas, chegavam caríssimos; os negociantes vendiam tudo fiado: daí a falta de pagamentos, daí as execuções, daí a total ruína da capitania. E contudo os seus habitantes arraigados no antigo prejuízo de que tudo o que não é tirar ouro, e trazer mercadorias do Rio, ou Bahia, tudo o mais é pouco seguro, é trabalhoso [ilegível] é prejudicial, continuavam unicamente nos [ilegível] pobres, e no ruinoso comércio daquelas duas praças [ilegível] poderá conhecer as causas da prodigiosa decadência da Capitania, clamavam que ela estava a expirar; e no meio da sua cegueira, eles a deixavam perecer; ela estava à borda do precipício, mas Vossa Excelência a salvou. Logo que Vossa Excelência entrou nesta Capitania, lhe foi patente a fertilidade do seu terreno, e por conseqüência a facilidade de se aumentar sua cultura; imediatamente se lhe apresentaram os canais, pelos quais se deve exportar o seu supérfluo: e combinando Vossa Excelência os princípios da mais sã Economia Política, achou com toda a evidência: Que o comércio do Rio, e da Bahia é prejudicial a esta Capitania e que pelo contrário o do Pará pelos rios Araguaia, e Maranhão, a porão no nível das mais ricas deste continente.⁴⁴

A mineração estava na origem do problema e o trato mercantil com a Bahia e o Rio de Janeiro era um “ruinoso comércio”. Críticas à cata do ouro e à sociedade baseada nesta atividade eram antigas, mas elas nunca tinham se tornado diretrizes para o governo da capitania. Mais surpreendente é a atribuição de um caráter prejudicial às rotas baseadas em caminhos terrestres. Quanto às medidas já adotadas, o ouvidor afirmava que, aos negociantes que se ofereciam “para descerem ao Pará”, o governador contribuía com as canoas, além de outros incentivos.

⁴⁴ *Idem*, p. 39-42

Enfim, pelas ativas diligências, e pelas bem acertadas providências de Vossa Excelência aí saem, pelo Araguaia dez canoas com 4 mil arrobas de açúcar, fumos, toucinho, e sola: pelas recomendações que Vossa Excelência me fez, acha-se estabelecida no Arraial de Traíras uma Sociedade Mercantil para principiar em 1807 o comércio do Pará pelo rio Maranhão: por virtude das mesmas providências já no ano de 1807 poderão exportar-se desta Capitania 10 ou 12 mil arrobas de gêneros. E o que devemos exportar no ano de 1808, em que já devem ter principiado a produzir os algodoeiros, e cafés, que de novo se acham plantados, e que deverão ainda plantar-se. São enfim incalculáveis as vantagens que o Estado, e que esta Capitania vão tirar das providências sugeridas pelo penetrante e iluminado espírito de Vossa Excelência. Estas vantagens ficarão mais palpáveis com a pequena memória do comércio ativo desta Capitania, que tenho a honra de oferecer a Vossa Excelência e que espero seja acolhida com aquela benignidade com que Vossa Excelência me tanto tem distinguido.⁴⁵

As companhias de comércio seriam o primeiro passo efetivo para o processo de integração de Goiás ao Grão-Pará, pois, como vimos em outro momento, esse tipo de padrão de integração era muito mais dependente da ação do Estado se comparado à rede capilarizada de caminhos que caracterizava o Centro-Sul e o São Francisco. Quanto aos incentivos à agricultura, percebemos nessa introdução qual o papel das políticas da Coroa na construção da riqueza de Joaquim Alves de Oliveira e de outros proprietários que investiram exatamente nesse momento na expansão do algodão, gênero privilegiado por isenções fiscais.

A *Memória* de Segurado se divide em três partes, consistindo a primeira e mais extensa num estudo de mercado para diversos gêneros, com a comparação de preços pagos em Goiás e no Grão-Pará e a análise das condições de concorrência com outras regiões. O otimismo é extraordinário, especialmente em se tratando do algodão que, segundo o ouvidor, encontraria lucro certo e mercado seguro no Pará, mesmo que os preços caíssem nas “capitanias marítimas”, isto é, no mercado atlântico. Por esta razão, “à cultura do algodão é que os habitantes desta Capitania deve aplicar o seu principal cuidado, nele é que principalmente devem fundar a esperança da sua desejada felicidade”. Se isso era verdadeiro para o algodão em rama, os tecidos grosseiros poderiam ampliar ainda mais as vantagens, sendo este o único tipo de manufatura permitido àquele tempo. O otimismo estava também nas condições de exportação do açúcar, pois ainda que a capitania do Grão-Pará mantivesse um velho comércio dessa mercadoria com Pernambuco, esse trato “não poderá entrar em concurso com o de Goiás, e por isso esta [capitania] virá a ser senhora daquele comércio”. A aguardente, por outro lado, era a única das mercadorias analisadas que não trazia compensações

⁴⁵ *Idem*, p. 41-42

algumas, devendo os engenhos dedicar-se ao açúcar. Há também produtos promissores a longo prazo, como o toucinho, dependente ainda de um aumento do plantio de mandioca para alimento dos porcos, e o fumo, vantajoso mas ainda de má qualidade na Capitania. Outros encontrariam um mercado limitado no Pará, mas não deveriam ser descartados, como a rapadura, o café e os couros de veados. Por outro lado, o feijão, ainda que menos lucrativo, permitiria que os agricultores pobres ingressassem no comércio de exportação. O rol de mercadorias deveria ser ampliado conforme surgissem novas possibilidades, com especial atenção àquelas que em pequenos volumes alcançassem altos preços.⁴⁶

Os subprodutos provenientes do gado *vacum* constituem uma categoria à parte, pois envolvem uma diferenciação espacial na capitania e uma ruptura com as rotas comerciais em plena atividade. Segurado propunha que a pecuária mercantil fosse praticada exclusivamente no norte da capitania, por ser uma área que já contava com uma produção superior e que tinha grandes dificuldades para produzir gêneros agrícolas, comuns nas terras férteis do sul. Além disso, sendo o comércio de gado em pé para a Bahia desfavorável pelos seus cálculos, deveria ser abandonado totalmente, dando lugar à exportação de carne seca e de solas ao Pará. Ainda que o alto preço do sal em Goiás tornasse menos lucrativa a exportação de carne seca, o couro compensaria essas perdas e a frequência do trato contribuiria para diminuir o valor do próprio sal. Quanto aos métodos para que os produtores e mercadores seguissem esses preceitos, escrevia o ouvidor: “Longe de mim querer que eles sejam violentados na direção do seu comércio, mas é preciso que o Governo lance mão de todas as circunstâncias afim de que eles sigam voluntariamente o que lhes é mais vantajoso.”

A segunda parte da Memória trata das vias de comunicação. Nela, afirma Segurado que o comércio de exportação de todos os gêneros e de quase toda a capitania deveria se dar pelos rios Araguaia e Tocantins, incluindo a capital e o arraial de Meia Ponte, desde sempre ligados aos caminhos das tropas de muares. Até mesmo os julgados de Santa Luzia e Santa Cruz, que ficavam distantes dos rios que corriam para o norte, deveriam se conectar ao Pará tendo Meia Ponte como entreposto. Apenas o sertão da Farinha Podre, por estar totalmente integrado a São Paulo e Minas Gerais compunha uma realidade à parte.⁴⁷

⁴⁶ *Idem*, p. 43-49

⁴⁷ *Idem*, p. 49-51

A terceira parte é diretamente propositiva, precedida por um diagnóstico das razões de reformas anteriores terem falhado: “Contradições, e nenhum constante sistema nos alternados governos, falta de feitorias, pobreza dos negociantes, que tem intentado a navegação do Araguaia, estas são as causas de que ela se acha quase no mesmo pé, em que principiou”. Ao que se acrescenta a “falta de direção na agricultura e comércio nos julgados da Repartição do Norte”, fazendo com que mesmo havendo fluxo de mercadorias na subida do rio Tocantins, “as canoas do Pontal desçam descarregadas”, sem que se utilize a mesma rota para a exportação. Quanto às “contradições dos governos”, a solução estaria na consolidação de companhias particulares, a partir do quê a própria dinâmica mercantil ordenaria os fluxos, e na continuidade das políticas de integração, independente da mudança de governador⁴⁸. As sociedades comerciais deveriam ser organizadas pelos administradores, mas não custeadas pela Fazenda Real, sendo a que o autor estabeleceu em Traíras um exemplo desta possibilidade. A iniciativa para a criação de duas novas sociedades seria a primeira medida concreta a ser adotada pelo governo, havendo diversas outras:

Três ou quatro feitorias no Araguaia e duas no Maranhão, juntas com o privilégio de não pagarem dízimos pelo espaço de dez anos as pessoas que se estabelecerem nas margens dos ditos rios, afiançarão aos navegantes tanto a subsistência, como a sua segurança da parte dos Gentios.

O privilégio concedido aos que fizerem comércio com o Pará de pagarem somente a metade dos direitos de entrada por dez anos animará todos os negociantes a seguir antes este comércio do que o do Rio, e Bahia.

Finalmente continuar a promover a agricultura em toda a capitania, e persuadir os povos do norte a que façam o comércio ativo da carne seca, e sola, deixando o prejudicial comércio de venderem as boiadas para a Bahia: tais são as providências que se tem apresentado ao meu espírito afim de facilitar o comércio ativo desta Capitania; único meio para que ela o livre dos precipícios a que tem estado exposta.⁴⁹

O projeto foi colocado em prática, mas, como é de se imaginar, boa parte das propostas de Segurado não se concretizaram plenamente e seu otimismo quanto às condições de concorrência da agricultura goiana foi frustrado. Escrevia o autor da *Memória* que “não há país central e distante das costas 300 léguas que à fertilidade una a capacidade de exportar facilmente as suas produções, como a capitania de Goiás.”⁵⁰ Mas seria de se perguntar quantos países havia, distantes 300 léguas das costas e capazes de, pelo menos, colocar produtos agrícolas nos navios de mar aberto. Até

⁴⁸ *Idem*, p. 52

⁴⁹ *Idem*, p. 52-53

⁵⁰ *Idem*, p. 40

mesmo Cuiabá contava com condições naturais mais favoráveis, sendo o Paraguai um caminho totalmente desimpedido, inclusive a embarcações de grande porte. Ali, porém os impedimentos eram políticos e só a derrota da República do Paraguai em 1870 viria a abrir um fluxo mercantil contínuo com o rio da Prata e o Atlântico.

As experiências narradas e as medidas previstas na *Memória* tiveram como resultado alguns dos pontos importantes do projeto de Segurado, pois foram sendo parcialmente implementadas com apoio incondicional do governador. Em primeiro lugar, a política de isenções, incentivos e a criação de sociedades comerciais tornou o Tocantins um caminho freqüentado, dando início à integração efetiva de Goiás ao Grão-Pará. A abertura do Araguaia, por outro lado, não passou das expedições de caráter experimental e a rota acabou por ser interrompida totalmente⁵¹. Em segundo lugar, ainda que os gêneros agrícolas não alcançassem o mercado paraense em condições tão vantajosas quanto apregoava Segurado, nem todas as suas previsões foram equivocadas. Os couros de bois, as meia solas e as peles de veados viriam a encontrar boa saída em Belém, seguidos de longe pelo toucinho, algodão e farinha de milho. Com isso, foi reforçada a especialização do norte na pecuária, que já vinha do século XVIII. Em terceiro lugar, como consequência do processo de integração que se iniciava, a estrutura territorial da capitania passou por transformações. É evidente que a idéia de ligar a capitania como um todo às rotas fluviais do norte, interrompendo os fluxos da Bahia e do Centro-Sul, foi abandonada por inexecutável. Porém, a economia do norte de fato passou a ser determinada pelo ritmo das embarcações do Tocantins, sem que se interrompesse o comércio do São Francisco, mas fragilizando os vínculos com o sul da capitania.

A própria distinção entre norte e sul passou a ser mais clara com a deflagração de dois processos de integração simultâneos. Por um lado, havia os pecuaristas e negociantes associados às companhias de comércio, cujos interesses estavam crescentemente ligados a Belém e há muito ligados a Salvador. Por outro, nota-se a aceleração da integração do Centro-Sul, estreitando os laços entre os proprietários rurais e tropeiros do eixo Goiás-Meia Ponte e as cidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Mas a importância de Joaquim Teotônio Segurado não está apenas na *Memória* de 1806 e em sua implementação parcial. O magistrado manteve-se envolvido com o norte

⁵¹ No Araguaia ainda intentou-se a regularização da rota com a criação do presídio de Santa Maria, em 1812. Porém, no ano seguinte, o presídio foi totalmente destruído num ataque que parece ter reunido diversos povos indígenas e que deixou poucos sobreviventes.

goiano e com a navegação do Tocantins, formulando e dirigindo a execução de outros projetos nos anos seguintes. Dando sequência às reformas, ele solicitou à Coroa, com apoio do governador, a criação de uma vila e de uma comarca no norte goiano e sua nomeação como ouvidor. Pelo Decreto de 18 de março de 1809, o Príncipe Regente aprovava a criação da comarca de São João das Duas Barras,

não só para melhor e mais cômoda administração da Justiça, [...]; mas também para adiantar, e promover a agricultura, população e comércio daquela parte da Capitania por meio da navegação dos rios Maranhão e Araguaia, que fazem a comunicação dela com as Capitânicas do Pará e Mato Grosso, resultando desta a facilidade e aumento do comércio interno, e a riqueza e civilização dos habitantes destes terrenos, ainda pouco aproveitados: e sendo de esperar que da criação da nova Comarca, e da habitação de um Ouvidor naqueles lugares, cuja jurisdição econômica pode muito aproveitar-lhes, recresçam as mencionadas vantagens, que muito merecem a minha real consideração⁵²

A comarca compreendia “os Julgados do Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, S. Félix, Cavalcante, Flores e Traíras”, ou seja, aquelas áreas da capitania atravessadas pelo rio Tocantins ou por seus formadores, Maranhão e Paranã, em trechos navegáveis. Era uma área de jurisdição que coincidia, em linhas gerais, com o espaço envolvido no projeto de integração implementado por Segurado. Mesmo que anteriormente já houvesse uma vaga referência territorial a delimitar o norte, foi o decreto de 1809 que definiu com clareza dois espaços onde só havia um termo de vila e uma comarca. Até então, as principais subdivisões político-administrativas desse grande território eram os julgados, criados desde a fundação da capitania, “mais ou menos ao sabor das circunstâncias, dependendo de sua importância demográfica e econômica”⁵³. Acima deles e abaixo da capitania, existiam como referência de norte e sul as duas casas de fundição - a da Capital e a de São Félix, transferida em 1796 para Cavalcante - e a subordinação eclesiástica a diferentes bispados, o do Rio de Janeiro e o do Maranhão. Porém - e para ficar com um exemplo significativo -, considerando todos os documentos da *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783, não há qualquer indício de que àquela época existissem territorialidades definidas como norte e sul, mas apenas de que cada um dos julgados era imaginado como espaço diferenciado⁵⁴. Quanto à sede da comarca e do município cuja criação o decreto ordenava, decidiu-se por uma guarnição militar, até então controlada pelo governo do Pará, na confluência dos rios

⁵² Decreto de 18 de março de 1809 – Cria a nova comarca de S. João das Duas Barras desanexando-a da de Goyaz. *Coleção de Leis do Império*. Disponível no portal da Câmara dos Deputados. No mesmo dia, outro Decreto criou os ofícios de Tesoureiro, Escrivão e Meirinho da Provedoria dos Defuntos e Ausentes da nova comarca de S. João das Duas Barras.

⁵³ *NOTÍCIA Geral...* (op. cit.), p. 101.

⁵⁴ *NOTÍCIA Geral...* (op. cit.).

Araguaia e Tocantins. Contudo, o ouvidor deveria residir “interinamente no Arraial da Natividade, ou em algum outro que mais convier ao bem do meu Real Serviço, enquanto não puder estabelecer a sua principal residência em S. João das Duas Barras, onde deve ser a cabeça da nova Comarca, como muito convém ao adiantamento da navegação dos dois grandes rios Araguaia e Maranhão, ficando pertencendo a capitania de Goiás esta povoação.” O ouvidor provido foi, como era de se esperar, Joaquim Teotônio Segurado.⁵⁵

Também no dia 18 de março de 1809, um alvará criou o lugar de juiz de fora na capital goiana e extinguiu o ofício de “intendente do ouro em Vila Boa de Goiás, [...] por haver ali diminuído muito a extração do ouro; vindo a ser por isso supérfluo o vantajoso ordenado estabelecido a esse lugar”⁵⁶. Era ao mesmo tempo o avanço das reformas administrativas sob o governo de d. Francisco e o nítido reconhecimento de que a recuperação da mineração não fazia mais parte das expectativas da Monarquia. O ouro ainda teria um pequeno florescimento com a descoberta e o início da exploração das minas de Anicuns, também em 1809. Um ano depois, foram iniciadas as atividades do correio do Rio de Janeiro a Cuiabá e a Belém, projeto ao qual se dedicou com especial atenção o ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho⁵⁷. Além de ser mais um incentivo à frequência do Tocantins, a implementação desse projeto levou à abertura de uma estrada que seguia quase em linha reta de Ouro Preto, em Minas Gerais, a Porto Real: a Estrada do Correio de Goiás.

Ainda em 1810, foi estabelecida no extremo-norte goiano a povoação de São Pedro de Alcântara, obra conduzida por outro letrado, o goiano Francisco José Pinto de Magalhães, que recebera ordens de animar o comércio do Tocantins, e deixara uma “memória” com um testemunho interessante sobre a experiência do processo de integração desencadeado alguns anos antes:

O arraial da Natividade da comarca do norte desta capitania de Goiás foi a minha pátria e minha morada, distante do Porto Real do Pontal 26 léguas, sendo este porto o do embarque para o Pará; segui a vida de negócio, e, reconhecendo as comodidades daquela navegação, eu a frequentei, fazendo seis viagens à cidade do Grão-Pará, onde dispunha dos gêneros e efeitos que conduzia de Goiás, e dali voltava com o meu pequeno negócio, que dispunha nestas minas; nestas viagens, adquiri os conhecimentos precisos para reconhecer as grandes e úteis vantagens que recebe o público e o Estado de se povoarem as margens do Tocantins, e, sem exigir do ministério, nem do governo, socorros e auxílios, me fui estabelecer em um lugar três

⁵⁵ “Provisão da Mesa do Desembargo do Paço de 26 de Junho de 1809 – Encarrega o Desembargador Joaquim Teotônio Segurado da criação da vila das Duas Barras”. *Coleção de Leis do Império*

⁵⁶ Alvará de 18 de março de 1809 – Extingue o lugar de Intendente do ouro de Goiás e cria o de Juiz de Fora de Vila Boa de Goiás. *Coleção de Leis do Império*

⁵⁷ Dalísia DOLES, *op. cit.*

léguas abaixo do rio Manoel Alves, na margem oriental do Tocantins, fazendo aí uma povoação, que se denomina povoação de S. Pedro de Alcântara, em distância do porto Real do Pontal 79 léguas, convocando homens acostumados ao trabalho e à vida do sertão, de sorte que no ano de 1810 se compunha a dita povoação de 42 pessoas; ali me estabeleci, fiz construir casas de oração e de vivenda e oficinas necessárias aos diferentes oficiais mecânicos que me acompanharam, fizeram-se roças, e logo cuidei em fazer grandes plantações de algodão, já com vista nos úteis que me podiam resultar do comércio deste gênero.⁵⁸

São Pedro de Alcântara era resultado das reformas implementadas desde 1804 e que em 1816 já seria objeto de disputa numa questão de limites entre Goiás e o Maranhão, sendo Pinto de Magalhães um dos encarregados pela Coroa para a demarcação. Com a continuação do impasse, a questão só foi resolvida definitivamente em 1854, em favor do Maranhão, quando o pequeno povoado já havia se tornado a vila de Carolina.⁵⁹

Prosseguindo com as reformas na capitania, o governador d. Fernando Delgado Freire de Castilho teve aprovada, por Decreto de 27 de agosto de 1811, a nova organização das companhias de dragões e de pedestres da capitania de Goiás. No mesmo ano, por Carta Régia de 5 de setembro foi aprovado o plano de uma Sociedade de Comércio entre as capitanias de Goiás e Pará, concedendo isenções e privilégios. A decisão foi motivada por uma “memória, que [...] dirigiu o desembargador ouvidor da comarca de São João das Duas Barras, Joaquim Teotônio Segurado, sobre os obstáculos que existem para o aumento e prosperidade do comércio entre essa capitania e a do Pará, e sobre os meios de remover os mesmos obstáculos a benefício do dito comercio”⁶⁰. Era um projeto muito mais amplo, que incluía, além da sociedade por ações, “a concessão dos seguintes privilégios a favor da sobredita Sociedade e do comercio e navegação dessa Capitania”:

1.º Que todos os sócios e pessoas por eles empregadas no comércio, navegação dos rios, e na cultura das suas margens e dos sertões, serão isentas do Serviço Militar.

2.º Que Aqueles sócios que mostrarem ter nesta Sociedade o valor de 4:000\$000, concederei um posto de acesso (servindo eles nas Milícias ou nas Ordenanças), até o posto de Coronel de Milícias ou de Capitão-Mor inclusive e uma sesmaria a borda dos Rios Tocantins, Maranhão e Araguaia, de meia légua

⁵⁸ “Memória de Francisco José Pinto de Magalhães sobre a conquista do gentio Macamecram”, parcialmente transcrita nos *Anais da Província de Goiás* de José Martins Pereira de ALENCASTRE, p. 327 e segs.

⁵⁹ *Anais da Província de Goiás* de José Martins Pereira de ALENCASTRE, p. 327 e segs.

⁶⁰ Infelizmente, não encontramos o texto desta nova “memória” de Segurado. Carta Régia de 5 de setembro de 1811 – aprova o plano de uma Sociedade de comércio entre as capitanias de Goiás e Pará e concede isenções e privilégios em favor da mesma sociedade.

de frente e légua e meia de fundo, em qualquer sitio que escolherem, onde o terreno se ache ainda devoluto, e não concedido nem demarcado.

3. ° Que as dívidas ativas desta Sociedade tenham o privilegio de dívidas fiscais para serem cobradas executivamente, como se fossem dividas ativas da minha Real Fazenda.

4. ° Que a todos os que se forem estabelecer nas margens e sertões dos ditos rios, serão franqueadas as mesmas graças e privilégios que fui servido conceder aos povos da Capitania de Minas Geraes [...], relativamente ao Rio Doce, tanto a respeito da isenção dos dízimos de suas culturas, e dos direitos de entrada dos gêneros de comércio nessa Capitania de Goiás, sendo navegados pelos mencionados rios, como também a respeito da moratória concedida aos devedores da minha Real Fazenda, e do tempo de serviço que poderão haver daqueles índios, que não querendo pelos meios brandos e suaves, de que com eles tenho mandado usar, e que agora novamente recomendo, viver tranqüilos e sujeitos às minhas leis, cometerem hostilidades contra meus fiéis vassalos.⁶¹

E, para além dos privilégios, outras medidas:

Igualmente sou servido, pelo que toca às obras e encanamentos dos rios desde Arroyos até Porto Real, que o Ouvidor propõe no § 18 da memória, aprovar o plano, que ele oferece para melhorar a navegação; [...] e que no tempo das secas se proceda a execução dos trabalhos pelo método indicado para se conseguir a limpeza dos rios, o seu encanamento nos sítios em que for necessário, e os cortes das pontes das rochas e dos baixios; não devendo esquecer a providência de pôr espigões com roldanas de ferro nos sítios dos saltos ou cachoeiras, que o Ouvidor lembra, como muito útil para evitar nestas paragens o risco das canoas, podendo-vos servir de grande socorro para execução de tudo isto as luzes, atividade, e patriotismo deste Magistrado.

Quanto ao procedimento com os Gentios: sou servido determinar-vos que com aquelas nações que não cometem hostilidades, mandeis usar de toda a moderação e humanidade, [...].

Igualmente parece que será útil tentar por meio do perdão o que o desertor do Pará, que vive com a nação Carajá, tem exigido para ela, prometendo que assim tornará à boa fé e antiga harmonia. Acontecendo porém que este meio não corresponda ao que se espera, e que a nação Carajá continue nas suas correrias, será indispensável usar contra ela da força armada; sendo este também o meio de que se deve lançar mão para conter e repelir as nações Apinajé, Chavante, Cherente e Canoeiro; porquanto, suposto que os insultos que elas praticam tenham origem no rancor que conservam pelos maus tratamentos que experimentaram da parte de alguns comandantes das aldeias, não resta presentemente outro partido a seguir senão intimidá-las, e até destruí-las se necessário for, para evitar os danos que causam. Neste intento vos hei por muito recomendado, não só o enviar os convenientes reforços de Pedestres para o Destacamento do Porto Real, mas toda a vigilância em dar as providências que tenderem ao desempenho destas minhas reais ordens.

Finalmente, quanto aos dois últimos obstáculos de que trata a memória, determino que mandeis proceder ao estabelecimento dos presídios em distâncias proporcionais, como propõe o Ouvidor, para assim poderem mais facilmente ser fornecidas canoas dos necessários viveres no seu trânsito; e igualmente que mandeis por em prática a necessária prevenção de que as canoas levem sempre um suficiente provimento dos remédios que a experiência tem mostrado serem

⁶¹ *Idem.*

eficazes, e específicos para a moléstia de sezões, que mais ordinariamente costuma acometer as tripulações das mesmas canoas. [...]⁶²

Trata-se da adequação e do avanço do projeto de integração implementado sob o comando de Segurado, incluindo a guerra e o trabalho compulsório indígena nas margens do Tocantins. Que isso se converteu em prática se percebe na narrativa de Pohl, que de Porto Real em diante deixa de ser obra de naturalista e se torna um diário de guerra⁶³. De acordo com o cientista austríaco, era Segurado quem organizava o recrutamento e nomeava os comandantes das expedições. Já nos marcos dessa nova legislação, o ouvidor requereu uma sesmaria em 1816 e, a crer na narrativa do viajante, “possuía umas 4000 reses, que dão boa renda, mandando ele o gado para a Bahia”.⁶⁴ Residiu em Porto Real, Arraias e Natividade, adiando, portanto, o cumprimento da ordem régia de 1809 que determinava o estabelecimento da sede da vila e da comarca na guarnição de São João das Duas Barras. Passou a considerar um equívoco a escolha deste local para a fundação do núcleo urbano, por estar muito afastado dos arraiais já existentes na comarca e obteve da Coroa o Alvará de 25 de fevereiro de 1814, que mandava criar “a vila de São João da Palma, cabeça da comarca de São João das Duas Barras na capitania de Goiás.”⁶⁵ A nova vila deveria ser construída a partir do zero no local escolhido - a confluência dos rios da Palma e Maranhão -, pois não havia povoação ali desde que o antigo arraial da Barra da Palma fora destruído durante a guerra de conquista, no século XVIII. Para atrair moradores, contaria com a isenção de décimas e dízimos por dez anos.

A vila de São João das Duas Barras, mandada criar em 1809 e que o Alvará de 1814 não extinguiu, continuou sendo apenas uma guarnição paraense. Já a vila da Palma foi efetivamente construída e passou a servir de cabeça da comarca. Porém, segundo Dalísia Doles, em 1818 “o número de pessoas entradas para a povoação e áreas vizinhas ia pouco além de 200, mas o número de casas da vila não havia aumentado, vivendo a

⁶² *Idem.*

⁶³ Pohl narrou e teceu diversas críticas aos conflitos que presenciou, sendo certamente um dos relatos mais contundentes da “guerra justa” do período joanino, ocorrida também em outras capitanias. “Praticasse, assim, uma espécie de guerra de extermínio, que acarreta conseqüências verdadeiramente deploráveis. Não pode haver dúvida de que a maior culpa desses atritos cabe aos civilizados. Frequentemente acontece que os habitantes fazem tentativas de aproximação ou conciliação, as quais, se aceitas pelos selvagens, têm como resultado o apresamento e rapto de seus filhos. Entre os meus companheiros reinava também, hoje, este intento, e só a minha firme oposição impediu que fosse levado a cabo. É compreensível que, depois de cada uma dessas experiências, cresça a desconfiança, tornando cada vez mais profundo o rompimento e impossível a reconciliação.” Johann E. POHL, *op. cit.* p. 235-241

⁶⁴ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 220.

⁶⁵ “Alvará de 25 de fevereiro de 1814 – Cria a Vila de S. João da Palma, cabeça da Comarca de S. João das Duas Barras na Capitania de Goiás.”

maioria da população nas roças ou fazendas.”. Naquele ano, escrevia Segurado ao governador, d. Fernando: “os frutos não têm correspondido aos meus trabalhos, esforços e despesas: pensei a obra mais fácil, encontrei obstáculos invencíveis”.⁶⁶

O Reformismo Ilustrado sob os governos de d. Francisco de Assis Mascarenhas (1804-1809) e de d. Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820) destacou-se pelos projetos de integração ao Grão-Pará e de reconfiguração administrativa, tendo Joaquim Teotônio Segurado como principal formulador e executor dessas diretrizes e como elo de continuidade entre esses governos. Outras leis viriam a se somar a essas, incluindo pequenas alterações na administração e nas tropas, mas também uma mudança no enquadramento político do território, isto é, o desmembramento dos julgados de Araxá e Desemboque (o sertão da Farinha Podre) e sua anexação à capitania de Minas Gerais, em 1816⁶⁷. Em 17 de setembro de 1818, três Cartas de Lei elevaram a Vila Boa de Goiás, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade à condição de cidades, agora denominadas simplesmente Goiás, Cuiabá e Mato Grosso. A elevação das vilas do Oeste vinha, segundo as leis, conferir uma justa dignidade a núcleos urbanos maiores e mais importantes que outros, que já contavam com a condição de cidade⁶⁸.

A reorientação da geopolítica: a aliança Guaicuru e a fronteira posta à prova

No dia 17 de setembro [de 1796], pelas dez horas da manhã, chegou a esta vila [de Cuiabá] o Excelentíssimo general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, com cuja vinda alegre os povos desta capitania se julgam remidos do cruel cativo em que se achavam, bem assim como os de Israel do Faraó: nesta mesma manhã saiu do Coxipó, onde fora o pouso antecedente, acompanhado de um esquadrão de cavalaria auxiliar composto de vinte soldados comandados por um tenente, além do esquadrão de dragões pagos que já desde o Rio Grande [i.e., o Araguaia] o acompanhava, e vinha então comandado do tenente Antonio Francisco de Aguiar; e passando pelo regimento auxiliar, que estava postado próximo à vila, aí se lhe fizeram as continências militares e se deram as competentes descargas do costume.

Logo à entrada da vila se apeou do garboso ginete, em que vinha montado, junto à casa que o Senado havia mandado preparar na rua ricamente ornada, em que o

⁶⁶ *Apud* Dalísia DOLES, *op. cit.* p. 34.

⁶⁷ Alvará de 4 de abril de 1816 – Desanexa da Capitania e Comarca de Goyaz os dois julgados e freguesias do Araxá e Desemboque, que ficam pertencendo à Comarca de Paracatu da Capitania de Minas Gerais. Pela Decisão de 8 de fevereiro de 1817 mandava-se “arrecadar pela Junta da Fazenda de Goiás todo o rendimento dos dois julgados de São Domingos do Araxá e Desemboque, pertencentes à Capitania de Minas Gerais”. *Coleção de Leis do Império*.

⁶⁸ Carta de Lei de 17 de setembro de 1818, Erige em Cidade a Vila Real de Cuyabá, com a denominação Cidade de Cuyabá; Carta de Lei de 17 de setembro de 1818, Erige em Cidade Vila Bela, capital da Província de Matto Grosso; Carta de Lei de 17 de setembro de 1818, Erige em Cidade a Vila Boa, com a denominação Cidade de Goyaz. *Coleção de Leis do Império*.

esperava com o seu estandarte e o pálido, que carregavam seis republicanos; e metendo-se debaixo dele prosseguiu a sua entrada pelas mais ruas publicas, acompanhado do mesmo senado, formando atrás do pálido e das pessoas da nobreza, adiante, praticando o corpo das ordenanças, que se achava formado na rua da Mandioca na sua passagem, as mesmas funções, e obrigações militares.⁶⁹

Segundo o *Compendio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*, foi com grande festa, por se considerarem “remidos do cruel cativoiro” do governo dos Albuquerque, que a nobreza, o clero, a tropa e o povo de Cuiabá receberam o novo capitão-general. Além da recepção, narrada por um dos oficiais do Senado da Câmara, os festejos tiveram sequência com missas, iluminação, música, farsas de homens e mulheres, bailes de contradança, cavalcadas e “seis comédias”, sendo “três executadas por homens brancos, duas por homens pardos, e uma por homens pretos”⁷⁰. A construção de memória levada a efeito alguns anos depois expressava o triunfo dos que se representavam como a nobreza cuiabana. Para eles, aquele foi o momento anunciador de um novo tempo, de “quietação” e de expectativas de prosperidade.

Findas as festas partiu Sua Excelência no dia 15 de outubro para Mato Grosso [...] deixando todos saudosos, pois com a sua afabilidade, cortejo e alteração com que ouvia a todos, dava a todos uma firme esperança de lograrem daqui em diante uma quietação pacífica, e que com a sua grande ciência faria sobrestar todas as desordens passadas e refrearia as vindouras, e nesta conformidade muitos que pretendiam despejar a capitania se durasse mais tempo o governo Albuquerqueino, tomaram nova resolução e se deixaram ficar⁷¹

Apesar das muitas e faustosas demonstrações públicas que se seguiram à chegada do novo governador, esta não está entre as maiores das mais de trinta festas narradas por Joaquim da Costa Siqueira, nos vinte anos que se seguiram à posse de d. Caetano. Uma série de manifestações descritas em detalhes que impressiona pela capacidade de dispêndio de recursos da administração local e de particulares, pela vivacidade do ambiente cultural no espaço urbano de Cuiabá e pelo crescente conteúdo político, marcado por um discurso patriótico⁷².

⁶⁹ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54). p. 38

⁷⁰ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 38-40.

⁷¹ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 40

⁷² Quanto à riqueza e à grandiosidade, não há dúvidas de que essas festas escondiam enormes dificuldades materiais, ainda que não um quadro de miséria generalizada, como propõe Luíza Volpato (*A conquista da terra... op. cit.*). Com relação à espontaneidade e à alegria dos que nelas tinham parte, é igualmente certo que obscurecem tanto os rigores dos ritos no Antigo Regime, quanto as relações sociais fundadas na constante possibilidade de recurso à violência, ou seja, o escravismo. Sobre as festas cuiabanas do século XVIII, Nauk Maria de JESUS. “A ‘cabeça da República’ e as festividades na fronteira oeste da América portuguesa”. In: Carlos Alberto ROSA; Nauk Maria de JESUS (Orgs.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003. p. 105-126. Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real... op. cit.*

As festas ligadas a datas e fatos da Monarquia sempre foram ritos de reiteração de valores políticos, expressando a adesão dos diversos povos que compunham o Império luso à dinastia reinante e à nação portuguesa⁷³. Porém, desde fins do século XVIII, e principalmente após 1808, essas manifestações de adesão parecem tomar conta do cotidiano da vila. Dominam, ao menos, a memória produzida pelo Senado da Câmara de Cuiabá, em nítido contraste com os relatos das décadas anteriores, nos quais as festas surgem aqui e ali, entre a chegada de monções e os rumores de guerra, entre os conflitos de autoridades e os ataques de indígenas⁷⁴. A novidade, em 1796, era a presença de um governador na vila, depois de 24 anos; já em 1808 não era só a instalação da Corte na América que mobilizava a população - fato que sem dúvida fortaleceu os vínculos dos luso-brasileiros com a Coroa -, tratava-se também da conjuntura de guerra e ocupação estrangeira no Reino e de espraiamento da Revolução Atlântica (realidades que, ao contrário do que possa parecer, estavam muito próximas de Cuiabá). Quanto às tensões e conflitos da política européia, já ao final do relato da festa e passando ao ano de 1797, Siqueira dá a notícia de que “recebeu o nosso Excelentíssimo General ordens da Corte para fortificar as fronteiras desta capitania, porque se acham nas fronteiras do Reino as tropas portuguesas e espanholas.”⁷⁵ Considerando-se o cuidado até ali dispensado com a construção de um sistema de defesa, o Extremo Oeste deveria estar preparado para uma guerra, àquela altura previsível.

Como vimos em outro momento, a capitania do Cuiabá e Mato Grosso foi criada em meados do século XVIII, como parte das diretrizes geopolíticas da Monarquia portuguesa no contexto das negociações e da assinatura do Tratado de Madri. Desde o estabelecimento do governo e a fundação de Vila Bela, o distrito de Mato Grosso foi elevado à sede da administração e tornou-se objeto de políticas diferenciadas, incluindo vantagens fiscais que não eram extensivas ao Cuiabá, primeira vila e núcleo que deu origem à colonização do Extremo Oeste. Era Vila Bela (e sua repartição, o Mato Grosso) que deveria ocupar as atenções dos governadores, por ser “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil, pela parte do Peru”⁷⁶. No governo dos Albuquerque,

⁷³ Voltaremos à questão das manifestações de “patriotismo imperial” e das identidades políticas no próximo capítulo desta dissertação.

⁷⁴ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit.*

⁷⁵ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico...* op. cit. p. 40.

⁷⁶ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura”. Lisboa, 19 de janeiro 1749, In: *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 11-12. Sobre a geopolítica setecentista para o Oeste, ver o Capítulo 2 desta dissertação.

passou-se a uma política mais efetiva de povoamento, de construção de fortificações e outros estabelecimentos e de incentivo ao contrabando com as missões de Chiquitos e Moxos, por via da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Foi este o período do apogeu da geopolítica do Mato Grosso, como também da navegação comercial pelo rio Guaporé e do crescimento de Vila Bela. A vila de Cuiabá, ligada à rota monçoeira e ao caminho terrestre demandando Goiás, se manteve como maior núcleo urbano da capitania e, com a extinção da Companhia de Comércio e declínio da rota guaporeana, de longe a praça mercantil mais importante.

Já no governo de d. João de Albuquerque, a geopolítica passou por algumas transformações e tornou-se objeto de estudos e debates entre naturalistas, engenheiros militares e autoridades da capitania. Um grupo de ilustrados chegou à capitania entre 1782 e 1790 para compor a Comissão das Reais Demarcações, em decorrência do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Resultam dos trabalhos da Comissão, entre outras, as *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*, de Ricardo Franco de Almeida Serra e de Joaquim José Ferreira, escritas muito provavelmente entre 1789 e 1791⁷⁷. Desde então, Almeida Serra tornou-se o maior especialista no sistema de defesa mato-grossense e foi, ao lado dos governadores, o principal responsável por sua implementação, comandando a construção de estabelecimentos e algumas operações de guerra. Como, sem excessos de modéstia, afirmava na introdução de uma de suas investigações, em 1800, o militar escrevia valendo-se

das noções adquiridas pelo espaço de 19 anos de residência nesta Capital, empregando muitos deles no reconhecimento e configuração dos rios da Madeira, Guaporé, Alegre, Barbados, Jauru, Paraguai e Cuiabá, assim como na dos terrenos confinantes com as possessões espanholas; fazendo de tudo os respectivos e diversos mapas geográficos, diários, e partes, como comandante que fui de todas essas diligências⁷⁸

⁷⁷ “Reflexões sobre a capitania de Mato Grosso oferecidas ao Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Governador e Capitão-General da Capitania, pelos tenentes-coronéis de infantaria com exercício de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira.” O texto foi publicado pelo IHGMT com atribuição de autoria apenas a Almeida Serra, o que é um equívoco como, se percebe no título que abre o texto, inclusive nesta edição. Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 57). Não há referências à data precisa da redação das *Reflexões* nas edições da RIHGB e do IHGMT. O que se sabe é que foram oferecidas ao capitão-general d. João de Albuquerque, que governou entre 1789 e 1796. Considerando que o texto não menciona o tratado Guaicuru de 1791 e a construção do forte Bourbon em 1792, e que não nos parece verossímil que os autores desprezassem a importância destes fatos, podemos dizer com alguma segurança que sua redação data do período 1789-1791. Quanto a Bourbon, há uma referência a um “novo estabelecimento e estacada” no Paraguai, ligado à construção da estrada para Chiquitos, que talvez indique notícias do início da construção do forte.

⁷⁸ “MEMÓRIA ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso, por Ricardo Franco de Almeida Serra, Tenente Coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800” *RIHGB*, t.2, 1840. p. 20.

Almeida Serra morreu em 1809 no forte Coimbra, onde atuava como comandante da fronteira paraguaia, e teve como principal sucessor nesses estudos Luís d'Alincourt, também engenheiro militar, que chegou à capitania em 1818. Tratava-se, como em Goiás, da produção de memórias de ilustrados com propósito reformista, incentivada pela Coroa e relativamente aberta a contribuições e debates. Evidentemente, esta abertura era pequena, pois toda prudência se fazia necessária com relação à geopolítica da fronteira. Diferença que foi percebida por Saint-Hilaire, que pretendia alcançar em suas viagens o Mato Grosso, porém a entrada “desta província [lhe] foi interdita, sem dúvida por um resto dessa desconfiança que levava, durante tanto tempo, o governo de Portugal a afastar os estrangeiros de sua rica colônia.”⁷⁹ Também os estudos sobre a geopolítica da fronteira requeriam maiores cuidados com relação à circulação de informações e de projetos do que, por exemplo, as política de fomento agrícola. Ainda assim, Luís d'Alincourt publicou seu roteiro para a fronteira Oeste já em 1825, relato de viagem, mas também obra que trata da geopolítica mato-grossense, na visão de um engenheiro militar.⁸⁰

Passemos agora às manifestações específicas do reformismo numa situação de fronteira, onde a política indigenista, o sistema de defesa e as estruturas econômicas e demográficas foram objetos do interesse de ilustrados.

a) o tratado Guaicuru de 1791

A primeira transformação prática na política da fronteira se deu nas relações com algumas nações indígenas, questão que tinha um sentido muito diferente do que vimos há pouco para o norte goiano. No Extremo Oeste, além da importância dos índios incorporados para o povoamento de áreas estratégicas e para o trabalho de navegação dos rios, algumas nações tinham um papel central na correlação de forças militares. Não eram aldeados, nem grupos isolados, mas povos que mantinham relativa autonomia com relação aos colonos, com territorialidades e estruturas de poder próprias, mas que podiam estabelecer trocas, fazer alianças eventuais e travar batalhas com colonos dos dois lados da fronteira. O vale do Paraguai era o espaço em que esses indígenas eram mais importantes para os sistemas de defesa português e espanhol. Os *Anais do Cuiabá*

⁷⁹ Auguste de SAINT- HILAIRE. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944. (coleção Brasileira, vols. 68 e 78), Tomo I, p. 9.

⁸⁰ Luís d'ALINCOURT. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. Segundo Afonso Taunay, na apresentação desta edição, d'Alincourt imprimiu a memória “em 1825 num folheto hoje raríssimo”.

informavam, desde a conquista, acerca de diversas ocasiões nas quais os tripulantes das monções se depararam naquela área com indígenas hispanizados, falando “castelhano mal limado” e portando artefatos que atestavam essas relações. Também da parte dos portugueses atestam relações de troca e não apenas o conflito e a incorporação forçada⁸¹. Havia mesmo uma complexa rede de relações construída no Pantanal mato-grossense que influía no equilíbrio de forças entre as Monarquias ibéricas, como depois entre o Império do Brasil e a República do Paraguai.⁸² Após o extermínio quase total dos Paiaguás, essa ampla área de fronteira manteve-se, por muito tempo, como território dos Guaicurus (também referidos como Mbayá-Guaikurús, Uaicurus ou Cavaleiros, denominação dada por conta do manejo destro que os desta nação adquiriram com o uso de cavalos em investidas de guerra)⁸³.

Os Guaicurus exerciam domínio sobre um imenso território, pois subordinavam outras nações do Pantanal, particularmente os Guanás, dos quais recebiam tributos em troca de proteção⁸⁴. Ocorre que, a partir de 1791, esta estrutura de poder passou a ser instrumentalizada pelos portugueses, com um tratado de paz e a concessão de patentes:

A 1º de agosto de 1791, João Queima de Albuquerque e Paulo Joaquim José, outrora Ematevi Xaué, capitães da poderosa nação Guaicuru, hospedados no palácio do governo em Vila Bela com dezessete dos seus, protestam nas mãos do governador e capitão general João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, manter com os portugueses a mais íntima paz e amizade, guardá-las inviolavelmente e tributar à rainha a maior fidelidade e obediência como vassallos seus, que ficam sendo. [...] ⁸⁵

⁸¹ *Annaes do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. op. cit.* p. 68 (1734), p. 72 (1740), p. 73 (1744) Também José R. do Amaral LAPA, *op. cit.* p.40 e p.48. Por outra parte, nos contatos de grupos de indígenas com os núcleos coloniais, havia eventualmente entre eles homens negros, o que podia indicar relações entre quilombolas e índios ou o rapto de indivíduos em batalhas nas monções, povoações e na fuga de escravos. Henrique de BEAUREPAIRE-ROHAN. *Anais de Mato Grosso, op. cit.* p. 92.

⁸² Marta Maria LOPES. “Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX”. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Cuiabá: EdUFMT, vol. 7, 2008. p. 89-104.

⁸³ Segundo Maria de Fátima Costa, “sem dúvida alguma, durante quase dois séculos estes índios foram senhores absolutos do território compreendido entre o Apa e o Mbotetey. Foi com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1870) que os já brasileiros puderam incorporar definitivamente as terras mbaianica ao território nacional e implantar suas fazendas de gado na região pantaneira. Maria de Fátima COSTA. *História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999. p. 50-51. Sobre a guerra Paiaguá, ver o Capítulo 1 desta dissertação.

⁸⁴ Desde a conquista luso-espanhola, os Guaicurus, que eram caçadores/coletores/guerreiros (equestres após os primeiros contatos com a colonização) recebiam tributos dos agricultores Guanás em troca de proteção diante de outros povos e da ameaça crescente dos súditos das monarquias ibéricas. Foi parte das políticas tanto portuguesa quanto espanhola desfazer a relação entre as duas nações para enfraquecer o poderio militar e a autonomia material dos Cavaleiros e, ao mesmo tempo, ter acesso à mão-de-obra mais facilmente disciplinável dos Guanás. Francismar de CARVALHO. “Entre dois impérios: lideranças indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses no vale do rio Paraguai (1770-1810). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008. (disponível em www.anphlac.org) p. 19-21.

⁸⁵ “Carta patente aos chefes Guaicurus, João Queima de Albuquerque e Paulo José Ferreira” - 1º de Agosto de 1791 *APMT/DHMT*, Doc. 39.

Fundadas no oferecimento periódico de presentes por parte dos colonizadores (destacando-se utensílios de metal e tecidos), alianças como esta tinham sentidos distintos para cada um dos contratantes. Para os portugueses, tratava-se da subordinação desses povos à Monarquia, ainda que não convertida imediatamente em sedentarização e exploração de sua mão-de-obra em atividades produtivas. Conferia-se um *status* diferenciado a indivíduos vistos como lideranças (os “capitães”), alterando a organização interna dos Guaicurus. Porém, eles seguiram sendo por muito tempo uma nação de grupos semi-nômades, que acompanhavam os ritmos das cheias e vazantes do Pantanal, mantendo relações então freqüentes e geralmente pacíficas com os portugueses⁸⁶. Recebiam presentes em gêneros diversos, trocavam cavalos por outros produtos e auxiliavam decisivamente em situações de guerra. Ademais, o reconhecimento formalizado da soberania da Coroa portuguesa sobre o território controlado pelos Guaicurus poderia servir de fundamentação em futuras negociações diplomáticas com a Espanha baseadas no *uti possidetis*, pois com a pendência das demarcações uma parte considerável do vale do Paraguai estava em litígio.⁸⁷

Quanto aos outros contratantes, com base em diversos indícios que nos parecem consistente, Francismar de Carvalho propõe que o entendimento que os capitães Guaicurus tinham do pacto era o de que, à semelhança de Guanás e de outras nações, os portugueses passavam a dever-lhes tributos pela proteção militar que lhes ofereciam. Nos pequenos povoados do Paraguai espanhol, onde era inviável medir forças com essa nação, cobravam-se abertamente os tributos, sob ameaça de guerra; já em Coimbra e Miranda, os novos aliados - na visão dos portugueses - insistiam por mais presentes, aos quais argumentavam terem direito por conta do pacto. Num Parecer em que Almeida Serra defendia a impossibilidade de aldear os Guaicurus, eles eram caracterizados por “sua inata soberba, supondo-se pela primeira e dominante nação de índios; contando todas as outras por suas *cativeiras* [sic], não se julgando inferiores aos mesmos espanhóis e portugueses, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amansar”. Aquele que então já se tornara o comandante da fronteira paraguaia tomava por “soberba” o que talvez fosse o fundamento da aliança do

⁸⁶ “PARECER sobre o aldeamento dos Índios Uaicurús e Guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes, por Ricardo Franco de Almeida Serra” e “RESPOSTA do General Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Parecer supracitado”. *RIHGB*, t. 7, 1845. p. 204-212 e 213-218. Francismar de CARVALHO, *op. cit.*

⁸⁷ Francismar de CARVALHO, *op. cit.* p. 19.

ponto de vista dos capitães Guaicurus: a idéia de que eram eles que amansavam os brancos, e não o contrário.⁸⁸

Seja como for, não se tratava do reconhecimento de uma autonomia política e territorial dos Guaicurus pelos portugueses, como num acerto diplomático entre dois poderes soberanos, pois não era assim que qualquer dos lados entendia o pacto. Na prática, a aliança tinha um caráter militar e era este o objetivo dos colonizadores, que eram conscientes do poderio dos Guaicurus e apercebiam-se de que os espanhóis vinham fazendo um uso bem-sucedido dessas alianças naquela área.⁸⁹ Portanto, como ocorrera em Goiás, com relação aos Carajás, em 1775⁹⁰, esta política não envolvia, ao menos imediatamente, a incorporação desses índios na condição de “administrados” ou outras formas de utilização de sua mão-de-obra em atividades produtivas.

Com o tratado, fortalecia-se a defesa do vale do Paraguai, uma parte da fronteira que cada vez mais tomava a atenção dos administradores e militares. Área colonizada efetivamente a partir da fundação do forte Coimbra, em 1775, o Pantanal foi ganhando importância nas políticas para a fronteira nas últimas décadas do século XVIII⁹¹. Além da ameaça espanhola, os indígenas impunham uma resistência vigorosa à expansão da colonização. Para se ter uma idéia, num único ataque ocorrido três anos após a

⁸⁸ “PARECER sobre o aldeamento dos Índios Uaicurús e Guanás...”, *op. cit.* Francismar de CARVALHO, *op. cit.* Além do texto que citamos, Francismar de Carvalho está atualmente investigando o pacto Guaicuru para sua tese de doutorado. Com resultados mais conclusivos dessa pesquisa, certamente ficarão mais claras as complexas relações entre portugueses, espanhóis e as diversas nações do Pantanal na passagem para o século XIX. Ainda por ser estudada, a rebelião Guaicuru de 1826-1827 permanece obscura e é possível que tenha tido uma importância maior na formação da província de Mato Grosso do que a que lhe tem sido atribuída. Trata-se de uma questão que infelizmente não poderá ser respondida nos limites desta dissertação.

⁸⁹ As alianças com os espanhóis seguiam termos bastante semelhantes aos dos tratados portugueses: “*El cacique embajador Mbayá con los demás de su nación, y el régulo Guaná de que se ha hecho mención anteriormente, reconocen de hoy en adelante y para siempre á S.M.C. Rey de España y de las Indias, por único y legitimo soberano de ellos, obligándose religiosamente a guardarle fidelidad y obediencia como buenos y leales vasallos suyos.*” “Artículo de la Paz que se ha celebrado com los caziques Mbaya y Guaná, 31 jan. 1798”. *apud* Francismar de CARVALHO, *op. cit.* p. 7.

⁹⁰ Durante o governo de d. José de Vasconcelos em Goiás (1772-1778), em meio à política de aldeamentos, a impossibilidade de conquistar pela guerra ou de incorporar às aldeias civis as nações que habitavam os sertões que margeavam o Araguaia levou a alguns tratados desse tipo. Os termos são semelhantes: “Aboé-noná, maioral da nação carajá, em nome de todos os meus súditos e descendentes, prometo a Deus e a el-Rei de Portugal de ser, como já sou de hoje em diante, vassalo fiel de S.M. e de ter perpétua paz com os portugueses; e me obrigo assim guardar e cumprir por todo o sempre – Ilha de Santana [i.e. Ilha do Bananal], 1º de agosto de 1775. – Aboé-naná – José Pinto da Fonseca – José Machado de Azevedo – Fr. Francisco da Vitória – Antônio Pereira da Cunha.” ALENCASTRE, José Martins Pereira de, *Anais da Província de Goiás*. Brasília, Ipiranga, 1979.p. 203.

⁹¹ Antes do forte Coimbra, existiam no Pantanal a fazenda e varadouro de Camapuã (que, no entanto, ficava distante da fronteira e servia exclusivamente ao apoio das monções) e o forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi, subordinado à Capitania de São Paulo, que foi erguido em 1767 e destruído pelos espanhóis dez anos depois. Sobre o forte do Iguatemi, Glória KOK. *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. Coleção de Estudos Históricos. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2004.

construção de Coimbra, os Guaicurus mataram 54 soldados daquela guarnição – certamente mais do que a soma de todas as mortes em batalha contra inimigos hispânicos nesta parte da fronteira, desde a descoberta de ouro em 1719 até as vésperas da invasão paraguaia de 1864⁹².

O tratado de 1791 foi renovado cinco anos depois e tornou-se um grande trunfo da geopolítica portuguesa, garantindo o fim das hostilidades dos Guaicurus e o reforço contra os espanhóis. Em 1796, d. João de Albuquerque escrevia a Martinho de Melo e Castro (já então falecido):

[...] as margens do rio Cuiabá desta vila para baixo, até onde o terreno permita que possa ser cultivada, se acha povoado de lavradores, que antes desta paz se não animaram a fazê-lo, com muito receio dos referidos gentios, de que agora vivem sossegados. [...] Outra conseqüência é os espanhóis de Bourbon, forte que estabeleceram na margem ocidental do Paraguai [...] terem um grande ciúme da nossa amizade com os Guaycurus, solicitando assiduamente o chamá-los a si, sugerindo-lhes mil idéias contra os portugueses; mas a nossa constante, e sincera conduta a respeito destes índios, sustentada pelos repetidos donativos e mantimentos, que recebem no Presídio de Coimbra tem frustrado todas as suas solicitações.⁹³

Em 1799 havia cerca de 2.200 Guaicurus e Guanás vivendo nas proximidades de Coimbra, Albuquerque e Miranda. Até 1803 – ou seja, após um período de guerra, como veremos a seguir - foram acrescidos de grupos Xamacocos e Cadiueus, nações que viviam próximas ao forte espanhol de Bourbon, mas que mantinham estreitas relações com os Guaicurus e foram por eles atraídos à influência lusa. Neste ano, já se estimava que houvesse 2.600 índios semi-incorporados no Pantanal, o que corresponderia a quase 10% da população da Capitania, caso eles fossem contabilizados dentre seus habitantes⁹⁴. Porém, considerando-se os mapas de população reunidos por Edvaldo de Assis, o primeiro sinal de um aumento populacional nesta área data de 1825, com o registro de 1.300 moradores da aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia⁹⁵. Ocorre que mesmo não sendo o primeiro objetivo do tratado de 1791 o aldeamento foi por ele possibilitado nas décadas seguintes, principalmente no caso dos Guanás e de outros povos tradicionalmente agricultores.

Percebe-se que 1791 foi o marco de uma política indigenista renovada, determinada pelas diretrizes militares da geopolítica da fronteira e pelo Reformismo Ilustrado. As negociações foram realizadas a partir de 1789 por Joaquim José Ferreira,

⁹² Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19). p. 82.

⁹³ João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres *apud* Francismar de CARVALHO, *op. cit.* p. 20.

⁹⁴ Dados extraídos de Francismar de CARVALHO, *op. cit.* p. 22.

⁹⁵ Edvaldo de ASSIS. *Mapas de habitantes de mato grosso, 1768-1872, guia de pesquisa*. Dissertação de Mestrado- USP, 1994.

então comandante do forte Coimbra e um dos autores das *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Também assinam o tratado o naturalista encarregado da expedição filosófica, Alexandre Rodrigues Ferreira e, a pedido da intérprete dos Guaicurus, o então capitão-mor Ricardo Franco de Almeida Serra. Outro militar que comandou o forte Coimbra a partir de 1792, Antonio Rodrigues do Prado escreveu uma *História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycurú*, que veio a ser publicada no primeiro número da Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1839⁹⁶. Ou seja, havia em torno da aliança um grupo de ilustrados engajado na política da fronteira.

Almeida Serra também foi autor de um parecer que contém um breve estudo de natureza etnográfica sobre os Guaicurus. Já as *Reflexões*, em parceria com José Joaquim de Ferreira, tinham um caráter global, podendo ser entendidas como um plano de adequação do sistema de defesa à experiência de conflitos com os espanhóis e à situação econômica e demográfica da capitania, sendo a primeira das questões levantadas pelos autores o possível deslocamento da área de conflito do Guaporé para o Paraguai. O texto, provavelmente escrito entre 1789 e 1791, fundava-se em prognósticos e antecipava uma série de medidas que merecem algum destaque.

b) o deslocamento da área de conflito: do prognóstico à guerra

Em suas *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*, Serra e Ferreira lembravam que os rios Madeira, Mamoré e Guaporé haviam sido os alvos das investidas espanholas desde os primeiros tempos da capitania, com as tentativas de interromper a rota paraense e de estabelecer núcleos de povoamento em território luso. “Contudo, por algumas razões, que parecem sólidas, pode conjecturar-se que eles para o futuro mudarão de ataque.” Primeiro, porque àquele tempo os inimigos desconheciam aspectos da geografia da fronteira, julgando que “a província de Moxos [era] a mais própria para o teatro da guerra, e a mais próxima dos estabelecimentos portugueses” e ignorando que “a província de Chiquitos é a mais vizinha de Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso, de que dista apenas trinta e tantas léguas”. Segundo, por “ser a província de Moxos em extremo doentia, e pela dificuldade que há de se conduzir desde Santa Cruz de la Sierra, tanto por água como por terra, artilharia grossa e mais petrechos para atacarem o forte do Príncipe da Beira, que no centro da América e pela sua construção deve ser considerado como uma praça real.” Terceiro, pela “necessidade que têm de

⁹⁶. “História dos índios cavalleiros ou da nação Guaycurú, escripta no Real Presídio de Coimbra, por Antonio Rodrigues do Prado” (1795). *RIHGB*, t.1, 1839. p. 21-44.

dividirem suas forças para guardarem as suas missões [...]”, ou seja, por conta da possibilidade de os portugueses os atacarem simultaneamente desde o Pará e o Mato Grosso, expondo as missões no caso de privilegiarem apenas uma das frentes. Finalmente, porque a serra dos Parecis, no Mato Grosso, constitui “uma muralha quase inacessível pelas grandes dificuldades de atravessar semelhantes sertões, impossibilidade de subsistir neles, as guerreiras e numerosas nações de índios que seria necessário primeiro vencer e domesticar”. Portanto, “nunca os espanhóis poderão superar uma tal muralha sem enormes despesas e perda de muitos centos de homens, que lhes faltarão para defenderem as suas missões, que deixam expostas aos portugueses, que em canoas armadas podem facilmente atacar a todas elas sem perigo e com certa vantagem.”⁹⁷

O quadro era outro na fronteira sul, pois “as vantagens que a natureza deu aos portugueses na favorável posição do Guaporé, lhes negou no rio Paraguai, dando-as aos espanhóis, compensando assim reciprocamente as duas confinantes nações”.

A situação vantajosa dos espanhóis, senhores privativos de ampla barra que no oceano faz o rio da Prata, e de grande extensão de ambas as suas margens, ou do Paraguai, que já tem suficientemente povoadas; a navegação deste rio, que não tendo uma cachoeira até perto das suas diamantíferas origens, se facilita aos maiores barcos; a dependência das suas conflitantes províncias; os meios de facilitarem o comércio para o Peru propagando com ele novas colônias por toda a sua fronteira, e abrindo com elas amplas portas, não só para no futuro fazerem por este lado a guerra muito mais vantajosa do que por outro qualquer domínio português, aproximando-se enfim às terras diamantinas do alto Paraguai, ponto a que também se encaminham talvez os seus projetos; são objetos tão interessantes, que a perspicácia espanhola não deixa de conhecer plenamente que só pelo Paraguai os pode conseguir, e para o que parece vai já dando agigantados passos.⁹⁸

A desvantagem portuguesa estava, em grande parte, no fato de que nos períodos de cheia o fluxo de embarcações no Pantanal tornava-se incontrolável, e estabelecimentos como o forte Coimbra - construído num fecho para impedir que qualquer armada avançasse pelo rio Paraguai - tornavam-se quase que ilhas num imenso mar interno⁹⁹. Segundo os autores, a gravidade da ameaça residia na atração que

⁹⁷ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. op. cit. p. 14-15.

⁹⁸ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. op. cit. p. 18 e 22-23.

⁹⁹ No caso específico do forte Coimbra, houve um erro no local de fundação. Havia sido determinado por d. Luís de Albuquerque que se estabelecesse a fortificação no local do Fecho dos Morros, mas o encarregado, capitão Mathias Ribeiro da Costa, enganado pela semelhança da topografia que lhe fora descrita, ergueu o forte cerca de 140 quilômetros aquém daquele ponto. Com isso, Coimbra ficou numa área atingida pelos transbordamentos do Paraguai, sendo incapaz de controlar todo o fluxo de embarcações deste rio. “Ata da fundação da fortificação de Coimbra” – 13 de setembro de 1775. APMT/DHMT, Doc. 31. p. 113. Nota de Paulo Pitaluga da Costa e Silva.

despertavam os diamantes do alto Paraguai e nas potencialidades de uma rota de contrabando que atuasse no sentido inverso do que se praticava com incentivo da Coroa, isto é, desviando o ouro português e não a prata espanhola. Ameaça que estava colocada com a iniciativa da abertura de uma estrada ligando Chiquitos ao mercado platino, controlado por Buenos Aires. Como solução, propunham que se organizasse a defesa com fortalezas para além da área sazonalmente alagada ou que se construísse um número suficiente de embarcações de guerra para combater os inimigos mesmo nas cheias.

Porém, ou estas canoas ou aquelas fortificações deverão ser tão numerosas e repetidas que a sua execução será de avultadíssimo custo em uma capitania que, ainda para a sua despesa ordinária, subsiste pelos auxílios de outras e aonde só mil soldados fazem tanta despesa à Sua Majestade como dois mil em Portugal, sem que bastem mil homens para a defenderem, nem os possa dar toda a capitania.¹⁰⁰

Com isso, os autores chegavam às raízes do problema, que estavam nas estruturas econômicas e demográficas e no *déficit* financeiro, que se agravava desde a criação da capitania sem que houvesse perspectivas de superação. Com a percepção de que seria no terreno do governo econômico que melhor se defenderia a fronteira, são as medidas nessa área que predominam nas *Reflexões*. Antes de passar à economia e à população, importa destacar que, quanto às preocupações propriamente militares, os prognósticos desses autores foram confirmados: foi no Paraguai que os espanhóis efetivamente investiram, fundando em 1792 o Forte Bourbon, próximo a Coimbra, como também foi este rio o teatro de guerra do Extremo Oeste dali por diante.

¹⁰⁰ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 26.

Guinada à fronteira sul e reconfiguração do espaço no século XIX

Principais estabelecimentos de fronteira da Capitania de Mato Grosso, no final do século XVIII. Fonte: Maria Delfina do Rio FERREIRA. *Das Minas Gerais a Mato Grosso. Gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996.

Neste mapa, os estabelecimentos de número 1 a 4 representam o sistema de defesa do Guaporé, voltado para as províncias missionárias de Chiquitos e Moxos, ao passo que os de número 6 a 10 referem-se à fronteira paraguaia, objeto de crescente preocupação desde o período albuquerqueino. Jauru (número 5) era o elo de ligação entre os dois sistemas fluviais. Até a Guerra do Paraguai, dos quatro primeiros apenas o forte Príncipe da Beira seguiu ativo (e mesmo assim em progressivo abandono) enquanto dos cinco últimos, quatro tornaram-se vilas - São Pedro d'El Rey (1831), Albuquerque (1838), Vila Maria (1850) e Miranda (1857) - e o forte Coimbra foi totalmente reconstruído, já em 1799. No mesmo período o único estabelecimento criado como parte do sistema de defesa da fronteira foi a Colônia Militar de Dourados, em 1831, também no vale do Paraguai.

A guerra se fazia iminente desde 1797, tanto na Península Ibérica, quanto na América. D. Caetano, que assumira o governo no ano anterior, recebeu recomendações para usar “da maior cautela” em razão da “estreita Aliança em que entrou a Corte de

Espanha com a França”; e teve de lidar com dois incidentes envolvendo as relações com os domínios espanhóis¹⁰¹. No primeiro deles, entre fevereiro e junho, houve alguns atritos com o governador de Chiquitos, d. Melchior Rodrigues Barreolungo, a princípio em torno da devolução mútua de desertores, índios das missões e escravos, assunto sobre o qual havia antigos acordos entre os dois governos. Em seguida, o desentendimento passou a envolver o registro de Salinas, criado em 1785 nos arredores de Casalvasco para conter a fuga de escravos e que segundo d. Melchior fora construído em terras do Rei Católico. O governador de Chiquitos ordenou que se atacasse o estabelecimento e um rancho foi incendiado; ameaçou ainda destruí-lo se d. Caetano não o mandasse retirar. O problema decorria da pendência das demarcações que deveriam ter sido feitas por comissões mistas em cumprimento ao Tratado de Santo Ildefonso, mas que nunca se concluíram em função da ausência dos enviados espanhóis. Tendo como marco jurídico vigente o Tratado Preliminar de Limites, que deixava uma ampla margem para litígios, era de se esperar que questões como esta surgissem. O incidente parece não ter levado a consequências maiores que a troca de ameaças. Assim, d. Caetano escrevia que, caso se voltasse a causar danos a Salinas, estaria “obrigado a dar conta a minha Corte, e entretanto que não chegam as Reais Resoluções, me verei da mesma sorte constrangido para repelir a força que me fizerem, a mandar estabelecer no mesmo lugar, em vez de uma patrulha ou ronda volante, um destacamento fixo, e incombustível.”¹⁰²

O segundo incidente ocorreu no vale do Paraguai. Em junho de 1797, d. Caetano foi informado pelo comandante de Coimbra sobre uma invasão espanhola com cerca de mil homens e cinco peças de artilharia em território reconhecidamente português. O comandante da expedição argumentou que vinha desde Vila Real no encalço de índios Guaicurús que haviam atacado estabelecimentos do Paraguai e se evadido para os arredores do rio Mondego. Diante do “desrespeito dos Espanhóis pelos sagrados princípios de Direito das Gentes e do Tratado Preliminar, que proíbe o simples fato da entrada em alheio território, quanto mais com mão armada”, d. Caetano ordenou que se expedissem soldados de Cuiabá e Vila Maria para aquela fronteira. Também requereu combatentes, armas e munições de São Paulo e ouro de Goiás, pois o envio anual obrigatório tinha sido interrompido em 1791, com o fim das comissões das Reais

¹⁰¹ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *Das Minas Gerais a Mato Grosso. Gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro*. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996. p. 105.

¹⁰² *Apud* Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 101.

Demarcações que haviam justificado a renovação do subsídio até então. Escreveu também ao governador do Paraguai, afirmando que os portugueses, desde o Tratado Preliminar “não têm inovado um único estabelecimento nessa Fronteira, nem tem ido perseguir no território espanhol aqueles bárbaros [...], e por consequência têm direito de exigir igual correspondência dos seus vizinhos, amigos e aliados”¹⁰³. Demandava que fossem retiradas as tropas, que se prestasse satisfação sobre a “violência” e o “ultraje” já cometidos, que não fossem erguidos novos estabelecimentos na fronteira, em respeito à resolução diplomática vigente, e, por fim, que

debaixo da sua palavra de honra, haja de dar-me sobre todos estes objetos uma resposta decisiva, e categórica, para eu saber se as relações de boa vizinhança e amizade, que ainda respeito, subsistem sem alteração alguma entre os vassalos Espanhóis, que têm a fortuna de serem governados por Vossa Excelência e os vassalos Portugueses que Sua Majestade Fidelíssima fez a honra de confiar-me.¹⁰⁴

Em resposta, o governador espanhol d. Lázaro de Ribera declarou a intenção de manter boas relações com os portugueses e procurou esclarecer o que considerava serem equívocos de d. Caetano sobre seus procedimentos. Exigiu ainda que se punissem as “naciones de índios bárbaros” que após atacar povoações da Província do Paraguai e serem perseguidas pelas tropas espanholas teriam encontrado guarida em Coimbra e Albuquerque. Diante do incidente, Ricardo Franco de Almeida Serra foi nomeado comandante da fronteira paraguaia, levando instruções para que evitasse que os Guaicurus permanecessem nos terrenos contíguos a Coimbra, com o fim de não alimentar as acusações de Ribera. Por outro lado, deveria cuidar para que os espanhóis não impedissem a “passagem que estes [índios] fazem da margem oriental para ocidental” do Paraguai, isto é, manter a porosidade da fronteira para que os Guaicurus continuassem adentrando território espanhol¹⁰⁵. Provavelmente esta orientação visava, naquele momento, à utilização dos Guaicurus como espiões, assim como à possibilidade de uma rápida mobilização no caso de guerra¹⁰⁶. O novo comandante também deveria

¹⁰³ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 104.

¹⁰⁴ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 104.

¹⁰⁵ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 105.

¹⁰⁶ É possível que essas investidas dos Guaicurus tenham sido incitadas pelos portugueses, mas consideramos mais provável que os indígenas tenham dado continuidade a incursões que seguiam outra lógica que não a da geopolítica dos impérios ibéricos. A aliança de 1791 deve ter dado maior segurança para suas ações guerreiras a Oeste do Paraguai, oferecendo-lhes um refúgio garantido, pois é certo que eles tinham consciência da existência de uma fronteira luso-espanhola a qual geralmente os europeus hesitavam atravessar. Neste caso específico não parece haver uma política portuguesa a orientá-los, principalmente por ser um momento de expectativas de guerra, ainda marcado pela prudência. Em tempos como este, os Guaicurus seriam mais úteis à defesa portuguesa como espiões do que como guerreiros, pois mantinham relações estreitas com povos que viviam nas vizinhanças do forte Bourbon e que sabiam cada passo da movimentação de tropas no Paraguai.

aperfeiçoar o sistema de defesa, reformando o forte Coimbra, construindo novas estacadas e preparando barcos fora das fortificações para ter um reforço rápido em caso de cerco.

Apesar do incidente de Salinas, o prognóstico do deslocamento da área de conflito para o vale do Paraguai parecia se confirmar. Além da importância estratégica desta área, com a integração do interior do continente a Buenos Aires, talvez tenha contribuído para essa alteração a percepção da fragilidade portuguesa desde a destruição do forte do Iguatemi, em 1777.¹⁰⁷ O certo é que a partir do incidente da perseguição aos Guaicurus foram tomadas medidas práticas para a defesa. Já em 1797, Almeida Serra comandou a construção do forte de Miranda no rio Mondego, que havia sido o destino da invasão espanhola. Dois anos depois, chefio a reconstrução completa de Coimbra, que se tornou uma resistente praça fortificada sobre as encostas do morro, com os contornos que mantém ainda hoje. Por outro lado, os alimentos, as armas, a pólvora e outros artigos indispensáveis ainda eram improvisados com muita dificuldade. A maior vantagem estava no tratado de 1791, pois apesar de não ter ainda se convertido em ganhos militares, a hostilidade aos espanhóis e o convívio pacífico com os portugueses já eram sinais de sucesso na atração dos Guaicurus à influência lusa. Além disso, após o tratado as nações que tradicionalmente eram subordinadas aos Guaicurus passaram, aos poucos, a estabelecer suas aldeias nas cercanias das povoações e fortificações portuguesas.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Como argumentavam os autores das *Reflexões*, o deslocamento da área de conflito do Guaporé ao Paraguai estava relacionado à defasagem no conhecimento que os espanhóis tinham sobre as características físicas do terreno na época da conquista do Cuiabá e do Mato Grosso. Além disso, e ainda seguindo os engenheiros militares, o processo de integração desencadeado no Vice-Reino do Rio da Prata levou a um maior interesse espanhol pelo controle do vale do Paraguai até as missões de Chiquitos. Por outro lado, não é de se desconsiderar que a razão de a Coroa ter centrado as políticas de defesa no Guaporé era o fato de que uma eventual ameaça da Província do Paraguai seria facilmente combatida a partir de São Paulo, com sertanistas e indígenas em armas que já haviam imposto duras derrotas às missões guaranis. A passagem do sertanista ao negociante de monções - entendidos por Sérgio Buarque de Holanda como tipos diferenciados de agentes da colonização - tinha por corolário o enfraquecimento das forças militares que poderiam contrapor-se às da Província do Paraguai. Em fins do século XVIII não eram mais comuns os imensos exércitos indígenas organizados por sertanistas paulistas. Já as tropas permanentes e auxiliares eram destacadas em contexto de ameaça para o Extremo Oeste, mas principalmente para o Extremo Sul, onde as guerras eram frequentes e colocavam em risco interesses num contrabando de muito maior vulto. A praça do Iguatemi, última iniciativa do governo de São Paulo para a defesa do vale do Paraguai, foi destruída em 1777 pelos espanhóis. Desde então, a capitania do Cuiabá e Mato Grosso era a única responsável pela defesa de uma extensa fronteira paraguaia podendo contar eventualmente com socorros de São Paulo, Goiás e Pará. Esta talvez seja uma razão para o deslocamento da geopolítica do Extremo Oeste que tenha passado despercebida por Serra e Ferreira.

¹⁰⁸ A continuidade dessas alianças militares e políticas de aldeamento ainda é pouco conhecida. Como vimos no relato de Florence, em 1827 os Guanás e Guatós estavam integrados a redes de trocas e, mesmo com a rebelião dos Guaicurus naquele ano, mantiveram-se ao lado dos brasileiros. Um estudo sobre as relações entre indígenas e fortificações da fronteira Oeste nas décadas de 1840 e 1850 flagrou a

No ano de 1800, o governador pediu pareceres dos comandantes militares sobre a viabilidade do aldeamento desses povos, obtendo uma detalhada resposta de Almeida Serra, que considerava impossível sedentarizar e desmilitarizar os Guaicurus. A resposta de d. Caetano ao parecer foi a proposição de uma elaborada estratégia fundada primeiramente na criação de “necessidades fictícias”, isto é, de novas demandas por gêneros que só os colonizadores pudessem oferecer para que os Guaicurus se tornassem dependentes da aliança. Em segundo lugar, o plano passava pelo afastamento desses índios da fronteira, pois os espanhóis com frequência tentavam “atraí-los para a sua amizade, e eles [os Guaicurus] manejando estas contrárias pretensões com bastante sagacidade, por este meio, alcançam o que querem de uns e outros, sem trabalho nem sujeição.” Finalmente, passava pela diminuição gradativa do uso de cavalos por esses índios, pois na visão do governador a “soberba” decorria em parte da condição superior dos que fazem uso desses animais, acrescida da vantagem militar que tal uso lhes conferia diante de outras nações¹⁰⁹. Tanto o parecer como a resposta são datados de 1803, demora que foi justificada pelos autores por dificuldades várias, incluindo a guerra. Um e outro documento colocavam como desejável a desmilitarização dos Guaicurus num futuro incerto. Na prática, todos os envolvidos sabiam que, se não fosse a ação armada desta nação na fronteira, os conflitos dos dois anos anteriores poderiam ter custado mais do que o adiamento dessas investigações.

O conflito eclodiu em 1801, como parte da Guerra das Laranjas, com a aliança franco-espanhola e a pressão contra a política de neutralidade portuguesa. Naquele ano, como narra o *Compêndio* de Joaquim da Costa Siqueira:

O tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante em chefe da fronteira do Paraguai, participou em data de 23 de agosto que os índios *Guaicurus* verificaram a guerra entre nós e os espanhóis, e entre as notícias que davam, diziam que lhes tinham certificado no forte de Bourbon que d. Lázaro da Ribeira, governador da cidade da Assunção, era esperado ali para vir atacar o presídio de Coimbra: com estas notícias empregou-se o dito tenente-coronel em contentar aqueles índios por todas as formas, comprando-lhe igualmente seus cavalos por baetas, facões, machados e outros gêneros que eles estimam muito, afim de os não venderem aos espanhóis, que solicitavam esta compra com dois fins, um para que eles sem tantas cavalgaduras lhes não fossem fazer invasões nas suas terras, o

continuidade dessas relações em termos muito semelhantes: as patentes dos capitães, o oferecimento de presentes, as trocas comerciais e as tentativas de aldeamento, que com o fracasso de religiosos e civis, alcançaram algum sucesso sob o comando de militares. Quanto aos Guaicurus, fica claro que suas relações com os brasileiros foram retomadas após a rebelião 1828. Dizia o diretor geral dos índios, em 1850: “Alguns Caiapós, Guanás, Guaicurus, Bororos e Cabaças foram brindados pelo Governo, como também uma porção de Apiacás, que vieram a esta cidade e receberam ferramentas, roupas, e casais de gado de toda espécie. Deram-se patentes de Oficiais a diversos indivíduos da Nação Guanás.” Marta Maria LOPES. *op. cit.* p. 94.

¹⁰⁹ “RESPOSTA do General Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Parecer supracitado”. *RIHGB*, t. 7, 1845. p. 213-218.

outro para privarem-nos deste indispensável auxílio; no dia 12 de setembro, depois de ter pedido socorro a esta vila [de Cuiabá], mandando duas canoas armadas com o destino de saberem dos índios que viviam próximos ao dito forte de Bourbon o estado e movimento dos espanhóis, sucedendo que passando pelas três horas da manhã pela boca da Baía Negra, dez léguas de navegação abaixo do presídio de Coimbra, ali foram atacados por mais de vinte canoas de *Paiaguás* com alguns castelhanos dentro, sustidas por um grande bote, gritando todos *entrega, entrega*, dando fogo às armas, que felizmente não dispararam.

Tudo isto se fazia supor ao dito tenente-coronel comandante um próximo ataque, em ocasião em que aquela fronteira se achava sem gente, sem armas e sem municionamento de qualidade algum, pois até mesmo uma canoa que tinha mandado ao presídio de Miranda buscar milho, único recurso até que lhe chegasse o socorro desta vila, havia mais de vinte dias que não aparecia, demora essa grande, que lhe fazia persuadir estar Miranda também atacada.¹¹⁰

Em carta de 17 de setembro ao governador do Grão-Pará, d. Francisco de Sousa Coutinho, d. Caetano dizia temer que as notícias vindas do forte Coimbra significassem que a guerra tinha de fato começado. Os avisos sobre a mobilização espanhola haviam chegado antes que qualquer correspondência da Corte o notificasse da conflagração no Reino. Almeida Serra teve dúvidas quanto à veracidade das informações dadas pelos Guaicurus, mas preparou-se para uma possível invasão requisitando tropas, armas, munição e alimentos.¹¹¹ O relato desses preparativos e da primeira escaramuça, transcrito acima, revela o papel dos indígenas aliados, em ambos os lados, como também a necessidade de reforçar, numa situação de iminente ameaça, as relações com os Guaicurus, que os tratados por si só não garantiam¹¹². Além disso, a narrativa do início dos conflitos aponta para a relevância dos núcleos de abastecimento do Pantanal, e especificamente do presídio de Miranda, que acabara de ser erguido.

Mas talvez o que de mais importante se pode perceber nesta narrativa seja a alteração na logística da guerra que decorria da mudança da área de conflito: se a fronteira a socorrer era a do rio Paraguai, o núcleo urbano que deveria fazê-lo era o de Cuiabá, situado às margens de um de seus afluentes. Era aí também que melhor funcionaria o conselho de guerra, geralmente criado em momentos como este. Siqueira provavelmente exagerava a mobilização da população da vila nos preparativos para as batalhas, mas é fora de dúvida que as operações militares no Paraguai envolviam tanto os habitantes de Cuiabá quanto as invasões do Guaporé tinham envolvido os de Vila Bela, décadas antes. Ademais, as povoações da fronteira sul estavam subordinadas

¹¹⁰ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 45.

¹¹¹ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 109.

¹¹² Quanto aos *Paiaguás*, em 1792, segundo Francisco Rodrigues do PRADO, havia cerca de mil índios desta nação aldeados na Província do Paraguai, sobreviventes das guerras de extermínio da via monçoeira e de disputas territoriais com os Guaicurus. “História dos índios cavalleiros...”, *op. cit.* p. 41.

administrativamente a Cuiabá. O deslocamento da área de conflito previsto por Serra e Ferreira e confirmado em 1797 e (mais ainda) em 1801 alterava também o centro das operações militares na capitania, tirando da capital, Vila Bela, uma de suas principais funções.

Prosseguindo com a narrativa, Siqueira afirma que

No tempo que se faziam estes preparatórios chegou aviso de Coimbra, e com a participação de que no dia 16 de setembro fora aquele presídio atacado por três grandes sumacas espanholas, que fizeram um terrível fogo até a manhã do dia seguinte, e como vissem que a nossa pequena artilharia os não ofendia na margem oposta do Paraguai, se passaram para cima do presídio a salvo. Se grandes eram até então os cuidados em socorrer a fronteira, maiores se tornaram com essas notícias, mas tudo faltava. Não haviam armas, nem petrechos alguns de guerra nos armazéns reais; não havia embarcações no porto, nem esperanças de expedir prontamente o socorro¹¹³

Com a confirmação do ataque, d. Caetano enviou a Almeida Serra instruções para que procurasse resistir ao máximo em Coimbra e Miranda e que, se possível, fossem tomados “de um golpe de mão” os fortes Bourbon e San Carlos. Recomendava ainda que os Guaicurus fossem mandados para incursões em território espanhol, obrigando os inimigos a dividirem suas forças enquanto se guarnecia o rio Paraguai para proteger Cuiabá e se esperava os reforços de São Paulo e Goiás.¹¹⁴ Ao ataque a Coimbra seguiu-se um ultimato espanhol para a rendição, sob a ameaça de um cerco até a destruição do forte, ameaça que foi recebida e rechaçada por Almeida Serra. O cerco durou nove dias, ao fim dos quais os espanhóis se retiraram. Em 1º de janeiro de 1802, os portugueses liderados por Francisco Rodrigues do Prado tomaram, saquearam e destruíram a estacada de San José, no rio Apa, com o auxílio de “trezentos índios Guaicurus, que tendo sido nossos aliados, por medrosos não quiseram entrar na ação” do saque¹¹⁵. Segundo o tenente-coronel Cândido Xavier de Almeida e Sousa, 297 Guaicurus e 55 soldados “acometeram tumultuariamente debaixo das sombras da noite com grande vozeria, da qual atemorizados os Espanhóis, desampararam a estacada”.¹¹⁶ Após essa ofensiva, cessaram os combates em consequência da notícia da assinatura do Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, deixando como saldo o recuo da fronteira espanhola para a margem sul do Apa, fato que está na origem de um dos litígios que levou à Guerra do Paraguai, em 1864.

¹¹³ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 46.

¹¹⁴ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 112-113.

¹¹⁵ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 51-52.

¹¹⁶ *Apud* Francismar de CARVALHO, *op. cit.* p. 17.

A partir da notícia do tratado, foram libertados os soldados aprisionados na tomada da estacada de San José e retomadas as relações amistosas entre os governos. As incursões dos Guaicurus, porém, seguiram até 1803, levando a novas acusações de d. Lázaro de Ribera de que eram feitas com apoio dos portugueses. Em resposta, d. Caetano afirmou que um dos maiores cuidados desde o início de seu governo “tem sido o de amansar a fereza e barbaridade dos índios que vivem na dependência dos estabelecimentos do [rio] Paraguai, infundindo-lhes pouco a pouco sentimentos sociáveis, e apartando-os vigilantissimamente das incursões e hostilidades, que em outro tempo faziam nas províncias que governamos”¹¹⁷. Atribuiu ainda aos próprios espanhóis, pela forma como tratavam os índios, a responsabilidade por esses ataques. Ao incitar os Guaicurus a incursões em tempos de guerra, criou um problema para os tempos de paz, pois muito provavelmente esses eventos já não eram parte das operações sob controle dos comandantes militares. Talvez tenham sido episódios como este, na esteira da guerra de 1801-1802, os motivos das propostas de desmilitarização dos Guaicurus.

Nos anos seguintes, a Coroa procurou reforçar a fronteira oeste. O deslocamento da área de conflito (agora muito mais que um prognóstico) levou a uma concentração dessas medidas no vale do Paraguai. Chegaram em 1804 dois carregamentos pelo caminho terrestre, um deles com “pólvora, bala, trem miúdo de artilharia, e uma grandiosa botica”. Em 1808, foi criada a Companhia Franca de Leais Cuiabanos e construído o quartel de Cuiabá, “edifício que sempre faltou nesta vila, e agora aparece nela magnificamente bem construído”. No mesmo ano, eram enviados da vila “duzentos milicianos para reforço da fronteira do Paraguai” e em 1811 “uma grande escolta de soldados pagos e milicianos, para reforço do presídio de Miranda”, seguida de outra, um mês depois¹¹⁸. Além de demonstrarem uma preocupação com a fronteira sul, os reforços, a reorganização da tropa e a construção do quartel atestam a importância de Cuiabá como novo centro de operações de guerra na capitania. As medidas fundavam-se em expectativas de novos conflitos, mas doravante não se trataria mais da guerra entre as monarquias portuguesa e espanhola, mas do avanço da revolução nos domínios do Rei Católico.

¹¹⁷ *Apud* Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 117-119

¹¹⁸ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 55-85.

c) contrabando e colaboração: da guerra entre impérios às guerras revolucionárias

A notícia do fim da guerra havia chegado a Almeida Serra pelo governador do Paraguai d. Lázaro de Ribera, em carta de 13 de janeiro de 1802¹¹⁹. Já d. Caetano escreveu no dia 30 de março ao visconde de Anadia, Secretário de Marinha e Ultramar, queixando-se de que soubera da paz com a Espanha por carta do governador de Chiquitos, escrita em 25 de fevereiro. Além do Tratado de Badajoz, fora avisado na mesma correspondência sobre os artigos preliminares de paz entre a França e a Inglaterra.

Um tratado assinado em Londres no 1º de outubro de 1801 acha-se impresso já em Buenos Aires no dia 27 de dezembro e em menos de dois meses, isto é, a 25 de fevereiro, tinha já chegado à última missão de Chiquitos. Eu não recebi até o dia de hoje nem a ordem para a declaração da guerra, nem a da publicação da paz. Devo pois esperar que o Príncipe Regente nosso Senhor será servido dar Suas Reais Providências para que os governadores de Mato Grosso não continuem a experimentar a infelicidade de serem sempre prevenidos pelos espanhóis, quando estes são os que dever[iam] ser prevenidos, porque de Lisboa a Vila Bela pode vir uma carta sem grandes esforços em três meses e meio, até quatro.¹²⁰

A situação em si era absurda: o inimigo era quem informava sobre a paz, através de cartas, e sobre a guerra, com um ataque que teria surpreendido os portugueses não fossem as informações obtidas pelos Guaicurus. Sem um sistema de comunicação adequado, os que comandavam as operações na fronteira estavam seriamente defasados. Desse episódio e com base nesta passagem, importa destacar, primeiramente, a situação precária do transporte de correspondências naquele momento. Criado em 1799 sob as ordens do próprio d. Caetano, o correio entre Belém e Vila Bela parecia não funcionar com regularidade.¹²¹ Ainda que a demora de cerca de dez meses seja provavelmente excepcional, o protesto do governador indica que ele vinha sendo “sempre prevenido pelos espanhóis” e não pelos ministros de Lisboa e que sequer a notícia do início da guerra havia chegado quando já da assinatura da paz. Apenas no período imediatamente posterior ao estabelecimento da Corte na América alcançam maior sucesso as iniciativas de criação de correios regulares ligando Rio de Janeiro a Mato Grosso e Belém, em ambos os casos passando por Goiás; em consequência direta da instalação da Corte, mas também de um projeto no qual o ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho se engajou

¹¹⁹ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 118.

¹²⁰ AHU-ACL-N- Mato Grosso. N° Catálogo: 1961 (CMD). “OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo]”. Vila Bela, 30 de março de 1802.

¹²¹ José Roberto do Amaral LAPA. “Do Comércio em Área de Mineração”. in *Economia Colonial*, São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 105. Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 132-134.

com especial dedicação, desde 1798 – tanto que, segundo relato de Pohl, em razão de sua morte “interrompeu-se inteiramente essa ligação”¹²².

Em segundo lugar, a passagem revela a integração de Chiquitos ao Paraguai e a Buenos Aires, o que era uma realidade bastante recente – tão recente que nas *Reflexões* escritas cerca de doze anos antes era ainda vista como uma potencial ameaça¹²³. Segundo os autores, quando concluíssem a abertura do caminho do rio Paraguai a Chiquitos, os espanhóis poderiam circundar “a extrema portuguesa com uma série de estabelecimentos, que reciprocamente dar[iam] as mãos para o seu aumento”; desta forma poderiam facilitar “a fuga da escravidão de Mato Grosso e Cuiabá”, além de

[...] facilmente introduzir neles um lucrativo contrabando desde Buenos Aires, de tal forma que poderão vender aos portugueses as suas fazendas (ainda as vindas da Europa) mais baratas vinte e trinta por cento a respeito do preço corrente por que estes comprem em Mato Grosso e Cuiabá as que conduzem anualmente desde o Rio de Janeiro, ocasionando este clandestino contrabando um certo extravio de ouro destas capitanias, com dano manifesto dos quintos de Sua Majestade; [...]¹²⁴

Como demonstramos em outro momento, o contrabando foi parte das políticas da Coroa portuguesa para o distrito de Mato Grosso, visando acima de tudo o desvio da prata do altiplano via Chiquitos e Moxos. Esse comércio foi controlado pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão até 1777 e mesmo depois seguiu ligado à rota guaporeana. Teve um alcance pequeno, dadas as limitações do mercado consumidor das províncias missioneiras, mas foi suficiente para gerar vínculos, inclusive políticos, entre colonos e autoridades dos dois lados da fronteira. Relações incentivadas pela Coroa como nas instruções a Luís de Albuquerque, nas quais se recomenda manter

[...] entre os portugueses e os habitantes das sobreditas Aldeias e Missões uma amizade e confiança mútua, de sorte que, por mais que trabalhe o Governo de Castela a vedar a comunicação entre eles e nós, acham sempre aqueles povos mais utilidade e maior vantagem em nos comunicar do que em obedecer às leis que o proíbem. E que vivam na inteligência de que, no caso de serem oprimidos, acharão sempre nos Domínios de Sua Majestade uma recepção certa, e um asilo seguro.”¹²⁵

¹²² Johann Emanuel POHL. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São. Paulo: Edusp, 1976, p. 228. Sobre os correios em Goiás, José Martins Pereira de ALENCASTRE, *Anais da Província de Goiás*, p. 307-310.

¹²³ A proibição de abertura de caminhos entre Chiquitos e o Paraguai fez parte das políticas da Coroa espanhola desde 1717. Otávio CANAVARROS. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, Editora da UFMT, 2004. p. 294-295.

¹²⁴ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. *op. cit.* p. 24-25.

¹²⁵ “Carta-instrução de [Martinho de Melo e Castro] para Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Palácio de Belém, 13 de agosto de 1771.” in *INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais*, *op. cit.* p. 81.-82. Ver “o antemural mercantil”, no Capítulo 2 desta dissertação.

O trecho das instruções coloca com todas as letras as implicações políticas do contrabando sistemático, ainda mais daquele praticado sob as ordens de uma metrópole concorrente. Conquistar a colaboração de colonos e autoridades era fundamental para a segurança dos investimentos e essa relação poderia, no limite, colocar em risco a própria soberania – neste caso, da Monarquia espanhola sobre essas missões. Afinal, a união entre a ameaça interna e a externa era o mais grave dos perigos aos quais estavam sujeitas as metrópoles, como já ensinava um famoso parecer do conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, em 1732.¹²⁶

Uma política clara de aproximação com autoridades estrangeiras pode ser encontrada no governo de d. Luís de Albuquerque, quando havia até mesmo verbas da Companhia do Grão-Pará e Maranhão destinadas especificamente para os presentes aos governadores. Segundo Maria Delfina do Rio Ferreira, “durante o ano de 1775, o general tomou a diligência de promover o comércio clandestino com os espanhóis; para esse fim, travou relação de amizade com os governadores de Moxos, Santa Cruz e com o presidente da Audiência de Charcas e o Arcebispo de La Plata aos quais enviou presentes.”¹²⁷ Sobre esta rota de contrabando, as *Reflexões* reafirmavam suas limitações e indicavam que o seu florescimento ocorreu num período específico. Após apresentarem “o prospecto militar do Guaporé”, Serra e Ferreira afirmam que este rio

[...] oferece também vistas interessantes, realçadas pelo comércio e pela paz; pois os espanhóis pelas duas províncias de Chiquitos e Moxos solicitaram sempre comprar aos portugueses alguns gêneros de valor, como ouro lavado, anéis, laços, e mais pedraria, bretanhas, lenços, louça da índia, vidros, facas, ferro, ferramentas, a troca de alguma prata, de bestas, de panos de algodão e outros efeitos. Este comércio buscavam mais ansiosamente no tempo em que as duas coroas de Espanha e Inglaterra entravam em guerra pela grande falta que se experimenta destes e [de] outros gêneros, não só na cidade de Santa Cruz, mas em Cochabamba, na cidade de La Plata [atual Sucre], e mesmo no Potosi e mais lugares de sua dependência. Apesar de ser o valor dos permutados gêneros excessivos em Mato Grosso, este comércio enfim, que nos tempos das ditas guerras podia ser volumoso, no da paz é quase insignificante.¹²⁸

A guerra entre Espanha e Inglaterra que menciona é muito provavelmente a da Independência das Treze Colônias (e não a Guerra dos Sete Anos, de 1756-1763), pois

¹²⁶ “Consulta do Conselho Ultramarino a S. M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, sobre as relações entre a riqueza do Brasil e o desejo de independência política de seus moradores.” in Jaime CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750)*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco. Parte III, Tomo II, p. 23 e segs.

¹²⁷ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 56.

¹²⁸ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 18.

as referências ao contrabando têm de fato um ápice em 1780.¹²⁹ É também por esta época – mais precisamente em 1778 – que surgem os primeiros casos de relações políticas fundadas no contrabando, com o pedido de asilo de padres envolvidos no descaminho num contexto de repressão em Moxos e Chiquitos¹³⁰. Contudo, a diminuição do trato mercantil e dos incentivos oficiais parece ter levado a um relativo afastamento também no plano político.

Segundo Romyr Conde Garcia, data da virada do século uma nova aproximação, agora especificamente entre os governadores de Mato Grosso e os de Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra. Ocorrem então visitas de autoridades (incluindo os próprios governadores), a troca de correspondências e de presentes, acordos sobre a devolução recíproca de foragidos e auxílios pontuais, como o envio de alimentos em situações de carestia ou de cirurgiões para tratar enfermos. Em 1799, o capitão-general e outras autoridades receberam em Vila Bela o governador de Chiquitos, Miguel Fermin de Reglos e lhe ofereceram presentes, incluindo “algumas pedras de topázio, jóias de ouro e prata, bordados finos e panos da China”.¹³¹ Já no dia 7 de janeiro de 1801, meses antes das operações de guerra no rio Paraguai, o secretário de governo de Chiquitos foi recebido em Vila Bela. Segundo Maria Delfina do Rio Ferreira, era uma “visita que o vice-rei de Buenos Aires expressamente determinara”. O que importa destacar é que talvez estejamos lidando com uma estratégia para a criação de uma rota de contrabando por parte do governo *porteño* semelhante à adotada pela Companhia três décadas antes. Essa aproximação entre autoridades, cronologicamente coincidente com a abertura do caminho entre Chiquitos e o Paraguai pode ter significado a confirmação do prognóstico das *Reflexões*. Tratava-se de desviar o que ainda havia de ouro na capitania, enquanto da parte dos portugueses permanecia o interesse por um contrabando que atraísse a prata do altiplano, o que os motivava a retribuir as manifestações de interesse no comércio, bem como a colaboração política.¹³²

¹²⁹ Luíza VOLPATO, *op. cit.* p. 61; Alcir LENHARO, *Crise e mudança na frente oeste de colonização*, *op. cit.*, Capítulo 2, “Do contrabando da prata”.

¹³⁰ Ver “o antemural mercantil”, no Capítulo 2 desta dissertação. Deve-se a Alcir LENHARO (*op. cit.*) e a Luíza VOLPATO (*op. cit.*) a percepção da estreita relação entre o contrabando e a colaboração política na fronteira Oeste..

¹³¹ Romyr Conde GARCIA. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003. p. 282-283.

¹³² Em 1799, d. Caetano ainda era orientado por d. Rodrigo de Souza Coutinho a “introduzir para os domínios espanhóis todos os gêneros da Europa, de que careçam, exportando dali a prata”. Ou seja, o interesse da Coroa no contrabando persistia, apesar dos estreitos limites dos mercados das missões e da ameaça de um descaminho prejudicial. apud volpato, p. 62.

Além do contrabando, essas visitas e correspondências tinham funções importantes no cotidiano. Boas relações em tempos de paz podiam significar, entre outras coisas, os socorros em situações de carestia e a devolução mútua de escravos, índios das aldeias, criminosos e soldados desertores. Porém, essas relações amistosas não devem ser exageradas: elas terminavam onde começavam os imperativos estratégicos das duas monarquias e não encontramos indícios de que qualquer governador tenha atravessado esta linha. Tanto que outro uso comum das visitas de autoridades era a espionagem para fins geopolíticos, não sendo fortuito que dentre os enviados para felicitar governadores espanhóis encontremos os engenheiros militares, como Francisco Rodrigues do Prado que, em 1795, relatou ao capitão-general “o resultado da espionagem feita junto ao forte de Bourbon”¹³³. Dois anos depois, com a iminência de uma guerra entre Portugal e Espanha, as declarações de amizade deram lugar à recusa em devolver foragidos e, em seguida, ao incêndio de um rancho do registro de Salinas. Episódios que demonstram que a colaboração política e a aproximação num momento de integração de Chiquitos ao mercado platino não significavam, neste caso, uma ameaça a algum dos impérios coloniais. Como afirmava d. Caetano a d. Lázaro de Ribera quando do fim da guerra de 1801-1802, suas intenções dali por diante eram as “de cultivar e consolidar nesta Colônia a mesma união e amizade que felizmente subsiste entre as nossas metrópoles, e de cooperar eficazmente para que os Vínculos Sagrados que unem os nossos soberanos, sejam respeitados sem diferença nestes últimos Domínios, como ao pé de seus Augustos Tronos.”¹³⁴

As visitas e a troca de presentes e de correspondências amistosas foram retomadas após a guerra, especialmente no governo de João Carlos Augusto d’Oeynhausen e Gravenberg (1807-1819) que em 1809 afirmou ter recebido cartas dos governadores de Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra – esta, segundo ele, “em termos de particular amizade” -, além de “um caixão de quina que suponho preciosa”.

¹³³ Luíza VOLPATO. *op. cit.*, p. 66.

¹³⁴ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 120. Luíza VOLPATO (*op. cit.* p. 64), afirma que “tal relacionamento”, entre os governadores, “se deu não a partir de ordens definidas em Lisboa e Madrid, mas sim ditado pelas necessidades dos burocratas locais”. Contradizendo em parte esta assertiva, a autora demonstra fartamente o papel dessas relações para a implementação das diretrizes geopolíticas das Monarquias, fosse através da espionagem para fins militares, fosse pelo incentivo do contrabando oficial de ambos os lados. Entendemos que tanto na guerra quanto na paz as relações que atravessavam a fronteira eram determinadas, acima de tudo, pelas diretrizes das duas metrópoles. Ademais, muito da “amizade” que por vezes se atribui a essas relações é inferida do vocabulário das cartas trocadas, o que nos parece um equívoco, pois desconsidera que era próprio das características formais da correspondência oficial o tratamento nesses termos. Tanto que encontramos declarações de “amizade” até mesmo durante as guerras e em meio a ameaças e ultimatos.

Correspondia às ofertas considerando que “ainda que estes freqüentes presentes consumam uma parte considerável dos meus ordenados, nenhum emprego posso fazer deles mais agradável do meu coração do que este, uma vez que me produz efeito tão recomendado”. Foi também pelo governador de Santa Cruz de la Sierra que soube haver “triunfado las armas de Su Majestad Fidelísima contra el General Francés Junot”. Informava ainda d. Sebastián Ramos que mandara celebrar “este feliz suceso con iluminación por diez noches, y cantar misa de gracias con *Te Deum*.”¹³⁵

Também as primeiras notícias da guerra civil no Alto Peru vieram por esta correspondência, que dava conta dos “infames progresivos de la revolución”. Em 1813 o comércio pela fronteira deixou de configurar necessariamente contrabando, pois foi ordenado o estabelecimento de alfândegas de portos secos em Coimbra, Miranda, Casalvasco e forte Príncipe da Beira. Estavam as duas primeiras ligadas ao Paraguai e as demais a Chiquitos e Moxos, respectivamente. Com esta abertura, o governador convocou os negociantes interessados na rota para conferenciar e decidir como se organizaria o comércio externo¹³⁶. Contudo, a instalação efetiva das alfândegas teve de ser adiada, certamente pelos mesmos motivos que levaram as autoridades dos domínios espanhóis a buscar os antigos interlocutores portugueses em busca de refúgio.

Em 1811, informava “o comandante de Coimbra ao Excelentíssimo General que um espanhol, tenente-coronel de milícias, chamado d. Pedro Garcia, acompanhado de dois oficiais e soldados, havendo desertado dos seus domínios se haviam passado aos nossos com destino de passar à corte do Rio de Janeiro”. Eram muito provavelmente tropas que fugiram ou foram derrotadas pelo avanço das forças comandadas por Ignácio Warnes, expedidas de Buenos Aires após a Revolução de Maio de 1810. Em 1813, o governador João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenberg publicava uma ordem para que os povos cuiabanos dessem boa acolhida a dois ilustres asilados, evitando hostilidades ou grosserias contra eles. Eram os governadores espanhóis de Santa Cruz de la Sierra e da província de Chiquitos, neste caso sem dúvida refugiados por conta do avanço das tropas *porteñas* de Warnes, que já haviam tomado a capital de Santa Cruz.¹³⁷

¹³⁵ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 283-285.

¹³⁶ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 286.

¹³⁷ A ordem do governador foi transcrita integralmente por Joaquim da Costa SIQUEIRA. (*Compêndio... op. cit.* p. 88-90) e tem também a função de justificar o ato do asilo como cumprimento da política de neutralidade diante das guerras civis, bem como de difundir uma pedagogia política sobre os horrores da revolução. “Privados os espanhóis das províncias que confinam com esta capitania, daquela felicidade que nós os portugueses por mercê de Deus gozamos, isto é, da presença de um príncipe amado dos povos, de quem é pai e benfeitor; e impelidos por esta funesta causa a ruidosas dissensões, têm estas produzido entre eles as costumadas alternativas de todas as pendências cuja decisão se comete à sorte das armas,

Sem entender as relações anteriores entre colonos e governos não compreendemos os asilos aos realistas espanhóis, da mesma forma que só se considerarmos todos esses vínculos que atravessavam a fronteira poderemos explicar a tentativa de incorporação de Chiquitos em 1825, da qual trataremos adiante. Ao mesmo tempo, é preciso ter clareza de que esses eventos não são uma prévia do que ocorreria num dos últimos atos da desagregação do Império espanhol. As relações de comércio e colaboração colocaram no universo do possível a formulação de projetos políticos que envolviam a unidade entre territórios que até o início da década de 1820 eram domínios de diferentes monarquias, mas não explicam o porquê de a possibilidade ter dado lugar a um projeto concreto. De qualquer forma, não faz parte de nossos objetivos explicar a proposta de incorporação por parte do governador de Chiquitos, mas sim as razões de a junta de Mato Grosso a ter aceitado e o papel desse incidente na formação da Província, o que procuraremos fazer mais adiante.

Por ora, importa lembrar que as relações na fronteira – como o contrabando, as guerras ou as migrações – faziam parte das experiências de muitas outras pessoas, além dessas autoridades. Os refugiados da guerra civil também foram muitos, realidade que a presença dos governadores acaba ofuscando. Informa o *Compêndio* que, no mesmo dia da recepção aos ilustres hóspedes, “chegou pelo rio Cuiabá, vindo por Coimbra, um espanhol, que dizia ser clérigo ou frade e logo na madrugada seguinte foi mandado para fora da capitania pela estrada de terra”. Em 1815 “entraram nesta vila cento e vinte e seis espanhóis de todas as classes, nobres, plebeus, algumas mulheres e escravos, todos procurando asilo na Coroa portuguesa contra a perseguição dos seus mesmos patrícios revolucionários, e fugindo do espírito de vertigem que grassa naquela nação americana, em algumas das suas províncias”. No ano seguinte, eram mais “noventa e dois espanhóis, que foram mandados para a capitania de Goiás”¹³⁸. Em 1816 os realistas retomaram Santa Cruz e Chiquitos, impondo uma sangrenta repressão e no mesmo ano

sofrendo entretanto os horrores todos da guerra civil. No meio de tais e tão melindrosas circunstâncias, tem este governo sido fiel aos acertados princípios que adotou, aos quais se deve o descanso em que temos vivido, não nos envolvendo nunca a nossa cooperação com um partido na guerra, nem mesmo na discórdia com o outro. Tem o Príncipe Regente nosso senhor aprovado este partido, e é pelas suas reais ordens que se dirigem todas as minhas atuais providências, [...]. Estas dissensões provinciais, que laboram entre os nossos vizinhos, constrangeram duas personagens das principais pela sua representação a abandonar as confinantes províncias, e a vir procurar à sombra das bandeiras de S.A.R. um asilo contra o perigo que as ameaçava. [...] Pelas expostas razões se esperam neste quartel-general dois ilustres estrangeiros, tão respeitáveis pela legítima representação que se sacrificaram à segurança de sua liberdade, como pelo zelo com que a ocuparam enquanto a conservaram. No real nome do Príncipe nosso senhor lhes facultei o trânsito por esta capitania, e no seu real nome lhes suavizarei quanto puder os efeitos dos seus infortúnios. [...]”

¹³⁸ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 96-101.

contavam-se, de acordo Leverger, 212 emigrados no distrito de Cuiabá¹³⁹. Em 1817, segundo Romyr Conde Garcia, consta o registro de cerca de 700 indígenas das aldeias de Chiquitos refugiados da guerra civil no distrito de Mato Grosso¹⁴⁰. Dois anos depois, mais 479 indígenas teriam se apresentado em Casalvasco pedindo asilo depois de participarem de um levante que teria culminado na morte do governador (fato narrado por Leverger, mas que não conseguimos verificar)¹⁴¹. O grande número de refugiados alterou por um breve período a tendência demográfica decrescente de Vila Bela, pois como indicam os dados reunidos por Garcia, de 1815 a 1820 há um salto na população livre daquele distrito, de cerca de 3 mil indivíduos para algo em torno de 4.500, e uma queda nos anos seguintes para pouco mais de 3.500 pessoas¹⁴².

Vista da perspectiva do sistema de defesa, na década de 1810 a ameaça não era mais a das grandes armadas do Rei Católico, mas a da extensão dos confrontos entre os outrora súditos de Castela em território português, além do próprio contato dos mato-grossenses e cuiabanos com indivíduos oriundos de experiências revolucionárias. Uma situação potencialmente explosiva, que talvez seja uma das explicações para o reforço da pedagogia política das mais de trinta grandes festas cuiabanas relatadas por Siqueira entre 1797 e 1817, como também para o piedoso discurso do governador em favor dos espanhóis que se viam privados “daquela felicidade que nós os portugueses por mercê de Deus gozamos.”¹⁴³ Era uma situação para a qual o sistema de defesa pensado pelos ilustrados dos anos 1780 e 1790 não era mais operacional, pois os desdobramentos das guerras civis não seguem a mesma lógica das guerras entre os impérios coloniais, entre outras coisas por não dependerem dos ditames da alta diplomacia (o que permite, quando as comunicações funcionam, antecipar as investidas do inimigo) e por não se restringirem a uma estratégia coerente e, portanto, previsível. Sendo assim, ainda que as *Reflexões* de Serra e Ferreira sobre o deslocamento dos conflitos para o Paraguai tenham se confirmado, a partir do início da desagregação do Império espanhol elas perderam parte de sua validade. Outros estudos, como os de Luís d’Alincourt e, muito depois, os de Augusto Leverger, viriam a revisitar esses autores e adequar o sistema de defesa herdado da geração das demarcações a uma nova agenda diplomática e a novas diretrizes geopolíticas, no contexto da formação dos estados nacionais brasileiro,

¹³⁹ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19), p.

¹⁴⁰ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 134.

¹⁴¹ Augusto LEVERGER. *Apontamentos cronológicos*, *op. cit.* p.

¹⁴² Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 133-134.

¹⁴³ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 88

boliviano e paraguaio¹⁴⁴. A prioridade estaria, então, nas negociações pelo acesso à navegação do Paraguai até o rio da Prata, consolidando a guinada sul prevista nas *Reflexões*. Quanto a outro conjunto de questões, mais enfatizado pelos autores do que a própria estratégia militar, o plano ainda era vigente. Trata-se das limitações demográficas, econômicas e financeiras para a manutenção de uma estrutura de defesa, qualquer que fosse a sua estratégia.

A reorientação da geopolítica: o governo econômico da fronteira

a) as finanças públicas: o ônus e o negócio da geopolítica

Como demonstramos em outra parte, o povoamento do distrito de Mato Grosso foi a prioridade da geopolítica setecentista. Envolveria políticas como os incentivos fiscais, os aldeamentos de indígenas da capitania ou atraídos das missões espanholas, a regularização do tráfico de escravos via Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os projetos (neste caso malsucedidos) de colonização por casais de outras partes do Império português. O impacto dessas políticas pode ser medido pelo incremento demográfico na capitania, de 14 mil para 26 mil habitantes entre 1772 e 1794 e pela criação de estabelecimentos em locais estratégicos nos vales do Guaporé e do Paraguai.¹⁴⁵ Apesar desse sucesso relativo (pois muito mais efetivo no distrito de Cuiabá), as estruturas demográficas ainda eram vistas como um problema no início do século XIX, principalmente considerando-se a inferioridade com relação às províncias espanholas confinantes. Afinal, só o Paraguai possuía mais de quatro vezes a população da capitania¹⁴⁶.

Segundo as estimativas de Serra e Ferreira, quando da redação das *Reflexões* (c. 1790) a capitania contava com 22 mil habitantes, sendo 15 mil na repartição do Cuiabá e 7 mil na do Mato Grosso.

Calculando pois a classe destas vinte e duas mil almas resultam doze mil escravos, que no tempo de guerra são outros tantos inimigos do país e de seus

¹⁴⁴ Dentre outros textos, Luís d'ALINCOURT "Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826" in *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. Quanto a Augusto Leverger (ou Barão de Melgaço), francês que chegou ao Brasil em 1824 e a Cuiabá em 1830, seus estudos mais importantes sobre a geopolítica do Extremo Oeste foram produzidos no Segundo Reinado. Além de militar, que atuou na guerra a partir de 1864, Leverger foi cônsul do Brasil no Paraguai em 1843 e cinco vezes presidente da província de Mato Grosso entre 1851 e 1870, sendo três por nomeação imperial e duas interinamente.

¹⁴⁵ Ver "o período albuquerqueiro e o apogeu da geopolítica", no Capítulo 2 desta dissertação.

¹⁴⁶ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. op. cit. p. 22.

senhores, e que só buscam a liberdade acenando-lhes o inimigo com ela. Restam ainda dez mil almas, das quais metade são mulheres; e das cinco mil que ainda restam, se podem tirar três mil para velhos, rapazes e inválidos.

Pelo que ficarão dois mil homens que possam pegar em armas no caso de uma guerra; sendo necessário nesta conjuntura abandonar os ofícios mecânicos e outros misteres que só são capazes pessoas robustas; debilitando-se assim como manifesta ruína a diária tarefa de extrair o ouro das minas desta capitania, único e só possível objeto que pode atrair homens a estes remotíssimos terrenos, nos quais de todos os efeitos que pode produzir o fértil Brasil, só tem extração os que consomem os seus poucos habitantes, cujos efeitos faltarão logo que os robustos braços que os fazem cultivar se empregarem em marciais objetos.¹⁴⁷

As estruturas demográficas da capitania limitavam as possibilidades de defesa, em primeiro lugar porque o contingente recrutável era inferior ao necessário para o caso de uma guerra e sua mobilização massiva em operações na fronteira teria um impacto negativo sobre as atividades produtivas e poderia, ainda, colocar em risco a ordem escravista. Serra e Ferreira consideravam que com este quadro populacional a defesa do Guaporé estaria garantida, porém o Paraguai estava sob séria ameaça; o texto, contudo, é provavelmente um pouco anterior ao tratado Guaicuru de 1791, pois não inclui os indígenas no quadro das forças militares da capitania. Em segundo lugar, a insuficiência das bases demográficas tornava ainda mais restrito o número das forças permanentes (ou seja, as tropas pagas), pois a ocupação de parte significativa dos homens livres na defesa seria a ruína total das atividades produtivas que, mesmo fundadas no escravismo dependiam da exígua força de trabalho livre. Em terceiro lugar, o conhecimento da fragilidade da defesa portuguesa era um incentivo às pretensões dos inimigos e uma população superior serviria, por si só, para “contrapesar os projetos espanhóis”. Em quarto lugar, as finanças da capitania não podiam custear as tropas sem uma considerável ajuda externa, que nem sempre era suficiente. O desequilíbrio das finanças devia-se a dois fatores: as receitas limitadas em razão da escassez da produção aurífera e das dificuldades de tornar lucrativas outras atividades, como o extrativismo, a agricultura ou a pecuária mercantil; e as grandes despesas, especialmente com a folha militar. Entraves passíveis de serem superados com o povoamento, que ao mesmo tempo aumentaria as receitas do fisco e tornaria possível uma menor dependência com relação às tropas permanentes.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 13.

¹⁴⁸ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.*

As forças empregadas na defesa deveriam ser formadas, segundo o entendimento dos autores, na maior parte por tropas auxiliares, para que se onerasse menos a Fazenda Real. De fato, as tropas pagas tinham um peso imenso nas despesas da capitania e o alto índice de engajamento permanente da população estava na base de graves problemas econômicos. Em 1815, havia 744 praças nas tropas pagas num universo de 27 mil habitantes, índice de 1 para cada 36.¹⁴⁹ Em Goiás (caso certamente atípico no sentido inverso, por não ter fronteira externa terrestre ou marítima) havia no ano de 1806, 1 praça para cada 287 habitantes.¹⁵⁰ Segundo dados oferecidos por Antonio Bernardino Pereira do Lago, em 1822 o índice do Maranhão era de 1 para 101 habitantes¹⁵¹. Seria preciso um levantamento mais amplo para afirmá-lo, mas parece-nos que a capitania de Mato Grosso tinha um índice extraordinário de engajamento da população nas tropas permanentes, talvez superado pelo Rio Grande do Sul, principal área de conflito externo da América portuguesa. Deve-se levar em conta que um soldado pago para cada 36 habitantes significava (considerando-se um mapa de habitantes detalhado, também de 1815) um praça para cada 6 homens livres com mais de 15 anos de idade, sendo o índice do distrito do Mato Grosso de 2 praças para cada 7 indivíduos nessas condições¹⁵². A divisão entre os distritos era coincidente com a da organização das tropas em duas companhias, contando cada uma, ao menos formalmente, com número idêntico de praças¹⁵³. O aumento ocorreu no período albuquerqueino, contando cada companhia com 122 praças no governo de d. Luís Pinto (1769-1772) e com 330 quando da posse de d. Caetano, em 1796. Acréscimo que corresponde à construção de todo o sistema de defesa, também concentrada no tempo dos Albuquerque.

Tudo isso tinha um custo, que em tempos de paz representava cerca de 70% das despesas da capitania e que em momentos de conflito ou de problemas conjunturais podia tornar-se insustentável. Com uma área de fronteira viva que se estendia do

¹⁴⁹ “Mappa da população da Capitania de Matto Grosso em o ano de 1815” e “Força militar da Capitania de Matto Grosso” in RIHGB, Tomo XX, 1857, p. 294-295. O número de efetivos era, em geral, um pouco inferior ao representado nesses mapas. Logo após a guerra de 1801-1802, eram 712 efetivos e por volta de 1815 eram 691. Mesmo considerando este número o índice é de 1 praça para 39 habitantes. Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 117.

¹⁵⁰ “Mapa da situação política, econômica, social, militar, religiosa e outras informações da capitania de Goiás”, do governador d. Francisco de Assis Mascarenhas. In *Memórias Goianas*, *op. cit.* vol. I, p. 107.

¹⁵¹ Antonio Bernardino Pereira do LAGO. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Ed. Siciliano, 2001. p. 87 (população) e p. 93 (tropas pagas).

¹⁵² “Mappa da população da Capitania de Matto Grosso em o ano de 1815” RIHGB, Tomo XX, 1857, p. 294.

¹⁵³ Na prática, além das diferenças entre os postos formais e os efetivos, os soldados eram destacados para um ou outro distrito alterando esta equivalência numérica entre Cuiabá e Mato Grosso.

Madeira ao Apa e cuja defesa era feita através de guarnições dispersas, do forte do Príncipe da Beira a Coimbra e Miranda, o alto índice de engajamento nas tropas permanentes não dispensava grandes mobilizações de tropas auxiliares. Medida que não se restringia ao momento imediato dos combates, pois como lamentava d. Caetano depois de recebida a notícia da paz, em 1802, ainda não era possível dispensar “os pobres Auxiliares, que há cinco anos [...] são incomodados”, pois o panorama europeu (bem como a escassez de informações sobre a sua situação) desaconselhava a desmobilização¹⁵⁴. Mais tropas que implicavam mais recursos e o engajamento para além dos combatentes. Em 1801, o juiz de fora de Cuiabá tomou as medidas para a expedição de socorros, recolhendo as espingardas e as canoas dos moradores da vila para remeter a Coimbra, reunindo todos os ferreiros, além de seleiros e carpinteiros, para trabalharem exclusivamente nos preparativos da guerra. “Tudo ficou subordinado à defesa da capitania, e a segurança pública era a suprema lei. Fecharam-se os auditórios e a casa de audiência do dito ministro se tornou em casa de pólvora, aonde cinquenta dragões recrutados de novo, que estavam à cargo do ajudante do quartel pago, se ocupavam em fazer cartuchos.”¹⁵⁵ Também ordenou que os roceiros fornecessem alimentos ao Real Armazém, recebeu mantimentos dos lavradores que os ofereciam voluntariamente e comprou alguns gêneros de comerciantes cuiabanos. Compras feitas “à vista, não tanto para contentar o povo para que não se exasperasse com a calamidade pública, quanto para segurar o crédito da Real Fazenda vacilante nesta capitania pelas grandes despesas que tem feito.”¹⁵⁶

Para tentar equilibrar as finanças, d. Caetano tentou a criação de novas fontes de receitas, e insistiu para que voltassem a ser enviados anualmente os subsídios goianos¹⁵⁷. Procurou também diminuir as despesas, com o incremento da produção das fazendas régias que abasteciam as tropas, para que fosse possível recorrer menos ao mercado. Reforçava-se assim o papel da geopolítica na organização econômica da capitania. A fronteira representava claramente um ônus às atividades produtivas, mas como argumenta Romyr Conde Garcia, não deixava de fazer a fortuna de alguns¹⁵⁸. Beneficiavam-se em particular os que controlavam o fornecimento de alimentos às

¹⁵⁴ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 117.

¹⁵⁵ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 48

¹⁵⁶ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 47.

¹⁵⁷ Exemplo de medida pra aumentar as receitas é a criação dos registros de passagem dos rios Cuiabá e Paraguai, em 1800. Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 44.

¹⁵⁸ Romyr Conde GARCIA. *op. cit.* p. 66-67.

tropas, fosse através das fazendas régias, especializadas na pecuária, fosse na venda de produtos agrícolas por proprietários rurais e comerciantes¹⁵⁹.

Desde antes da crise da Independência, o comandante de Vila Maria, João Pereira Leite, era responsável pela administração do complexo Caiçara, conjunto de fazendas régias que produzia cerca de dois terços do total do gado que abastecia as tropas da capitania, além da maior parte dos cavalos para montaria. Era também o maior pecuarista particular, proprietário da fazenda Jacobina, segundo Florence “a mais rica fazenda da província”, em 1827, com 260 escravos, plantel que superava até mesmo o de Joaquim Alves de Oliveira em Goiás.

Além da Jacobina, possuía João Pereira Leite ainda dezoito sesmarias, das quais a menor de três léguas em quadra, mas incultas e só em seis ou sete delas, chamadas fazendas, havia um rancho miserável, um feitor com sua família, alguns camaradas e gado.

A posse de tantas sesmarias fazia com que o tenente-coronel dissesse que tinha tantas terras quanto o rei de Portugal. Vê-se que ele pouco sabia de geografia.

Gado imenso cobria as ricas pastagens da Jacobina e outras fazendas. O dono avaliava seu número em 60.000 reses; a maior parte, porém, tornara-se selvática.

[...]

Uma tropa de um cento de burros de carga era quanto bastava para transportar os produtos da fazenda, ou para Cuiabá, Poconé, Diamantino, ou Vila Bela de Mato Grosso. Grande parte era exportada pelas tropas que vinham de fora buscá-las na fazenda.

[...]

Eram os meios de transporte tão pouco proporcionados à produção da Jacobina, que no ano anterior d. Ana [sogra de João Pereira Leite] mandara seis grandes canoas cheias de víveres à Nova Coimbra no Paraguai para sustento gratuito da guarnição. ‘Não sabia que destino dar aos mantimentos, disse-nos ela, e preferi a perdê-los presentear o governo’.¹⁶⁰

O proprietário nascera em Portugal e chegou à capitania como tenente de primeira linha, segundo Florence, no tempo da “antiga monarquia”. Casou-se com a filha do fundador da fazenda Jacobina, e foi sucessivamente promovido a sargento-mor em 1813, a comandante do Corpo de Caçadores Reais do Paraguai e, finalmente, a tenente-coronel graduado de infantaria de milícias, em 1818, com confirmação em 1825

¹⁵⁹ Além das fazendas nacionais e da compra de particulares, as aldeias das nações agricultoras, tradicionalmente subordinadas aos Guaicurus, também passaram a fornecer gêneros para as tropas com a vantagem de se localizarem nas vizinhanças dos fortes do Paraguai. Neste caso, não encontramos informações sobre a escala da produção.

¹⁶⁰ Hercules FLORENCE. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 182-183.

¹⁶¹. Como demonstrou Romyr Conde Garcia, ainda que não se encontrem denúncias anteriores, a formação de juntas governativas na esteira do vintismo logo levou a investigações sobre a administração de João Pereira Leite, que impediu a vistoria das fazendas pela Junta da Fazenda em 1822. É muito provável que, além do casamento, as boas relações com os últimos capitães-generais tenham lhe garantido a construção de uma fortuna fundada em grande parte na concomitância da criação de gado particular e das fazendas régias, à frente das quais passou nada menos que vinte anos.¹⁶²

João Pereira Leite também participava da segunda forma de relação para o abastecimento das tropas: o fornecimento de gêneros agrícolas por proprietários particulares. Apesar do filantrópico depoimento de sua sogra a Florence, em geral esse fornecimento não era gratuito constituía o mais seguro dos mercados para as lavouras do Extremo Oeste. E mesmo no caso das doações, as contrapartidas políticas eram incentivos suficientes para que possamos considerá-las como investimentos. Porém, tratando-se da agricultura, muito mais importante que as propriedades de Vila Maria (em geral, especializadas na pecuária extensiva), eram os engenhos da Chapada dos Guimarães. Em 1798, produzia-se ali 86,8% da farinha da capitania (junto com a carne o principal componente da dieta das tropas, como da população em geral) e concentravam-se 61,1% dos engenhos de açúcar e aguardente¹⁶³. A produção de Serra Acima abastecia toda a repartição de Cuiabá e provavelmente atingia o Mato Grosso e mesmo Goiás, no torna-viagem das tropas de muares que traziam as mercadorias do litoral¹⁶⁴. Ao lado das minas de Diamantino, foram os engenhos da Chapada que se beneficiaram do reordenamento espacial da economia ocorrido no início do século XIX. No curto espaço de tempo entre 1798 e 1815, a população escrava passou de 738 para 2.147 indivíduos; e em nenhum outro local da capitania havia tamanha concentração de

¹⁶¹ Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Provincia de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003. p. 74.

¹⁶² Como relatou Saint-Hilaire, também em Goiás havia uma fazenda régia de produção pecuária, porém em escala insignificante. Naquela capitania, denunciava Cunha Mattos (citado por Saint-Hilaire) que o estabelecimento “apenas beneficia a seu administrador e às pessoas que deseja agradar.” Auguste de SAINT-HILAIRE. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944. (coleção Brasiliana, vols. 68 e 78), t.2, p. 126-129.

¹⁶³ Maria Amélia Alves CRIVELANTE. “Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos Senhores de engenho do Lugar de Guimarães. 1751-1818” *Revista de Demografia Histórica*, XXI, II, 2003, segunda época, pp. 137. (disponível em <http://dialnet.unirioja.es/>)

¹⁶⁴ No período de pleno funcionamento da rota paraense pelo Arinos-Tapajós também constam exportações de tecidos grosseiros de algodão, que podem ser oriundos da Chapada ou das aldeias Guanás. Hercules FLORENCE, *op. cit.* p. 221.

cativos na composição da população, nada menos que 70,82%.¹⁶⁵ Segundo Maria Amélia Alves Crivelente, a “economia chapadense [...] adquire novos contornos, desde que a produção de alimentos também é direcionada para a Fazenda Real”. A autora ainda aponta o contexto de mobilização militar de 1797-1802 como momento de maior alavancagem da produção da Chapada, pois era destes proprietários que se compravam os mantimentos para as tropas.¹⁶⁶ Dentre eles, os que se tornariam as principais figuras políticas de Cuiabá após o vintismo, como Antonio Correa da Costa, nascido na Chapada e filho do senhor de engenho Francisco Correa da Costa. Ou ainda os genros de Antonio da Silva Albuquerque, proprietário do engenho mais produtivo da Chapada em 1798, que faleceu em 1812. Eram eles João Poupino Caldas, Jeronimo Joaquim Nunes e Albano de Souza Osório - os dois primeiros, oficiais militares, compuseram juntas governativas e seguiram como lideranças importantes na política cuiabana, o último foi deputado na primeira legislatura da Assembléia Provincial.¹⁶⁷

Finalmente, os comerciantes de Cuiabá formavam um grupo particularmente favorecido pelas relações com a Fazenda Real. Vendiam, à vista ou a crédito, parte dos gêneros que abasteciam as tropas, especialmente aqueles que vinham de fora da capitania. Às vésperas da Independência, as dívidas contraídas pelo governo com comerciantes e proprietários da região cuiabana se avolumaram ano a ano, sendo que as receitas estavam crescentemente comprometidas com esses pagamentos. Além disso, a Secretaria de Estado passou a pagar funcionários e soldados com bilhetes de abonos, que eram aceitos no comércio com valor depreciado. Os filhos da folha civil e militar ficavam entre a aceitação da depreciação ou o não recebimento dos soldos por um tempo indeterminado e que talvez nunca tivesse termo. Por sua vez, reunindo os bilhetes e contando com influência política os negociantes obtinham o valor integral dos soldos.¹⁶⁸ Porém, a situação das tropas, que no início do século XIX chegaram a ficar sete anos sem pagamentos, não se resolvia com bilhetes de abono. Mesmo com toda uma estrutura de produção para o abastecimento da fronteira, em 1799 Almeida Serra relatava a d. Caetano que os soldados estavam passando fome em Albuquerque e Coimbra. É certo que a mobilização de maiores contingentes desde 1797 contribuía para

¹⁶⁵ Maria Amélia Alves CRIVELENTE. *op. cit.* p. 138. Escravos que, na maior parte, vinham de outras áreas da capitania, pois não houve aumento na população escrava do todo da capitania e este crescimento (e o de Diamantino) corresponde ao início do declínio de Vila Bela e seu distrito. Sobre as tendências gerais da população, ver o Capítulo 1 desta dissertação.

¹⁶⁶ Maria Amélia Alves CRIVELENTE. *op. cit.* p. 140.

¹⁶⁷ Sobre o processo de Independência e a construção do espaço político provincial ver os próximos capítulos desta dissertação.

¹⁶⁸ Luiza VOLPATO, *op. cit.* p. 102; e Alcir LENHARO, *op. cit.*, p. 55.

agravar o quadro, mas tanto em 1790 quanto em 1796 já havia sido denunciada situação semelhante nos fortes do rio Paraguai¹⁶⁹. Os efeitos do desequilíbrio das finanças públicas eram sentidos gravemente pelos soldados, enquanto proprietários rurais, comerciantes e oficiais militares faziam da geopolítica um bom negócio. Divisão entre o ônus e o negócio da fronteira que não explica por si só o ciclo de rebeliões militares ocorrido entre as décadas de 1820 e 1830, culminando nas “rusgas”, mas que sem dúvida foi um de seus componentes.

b) mineração e integração

Podemos agora retomar as *Reflexões* e a necessidade de incentivo ao povoamento que estão na base de seus argumentos. Segundo o entendimento dos autores,

[...] logo que esta capitania tenha em si mesma um atrativo para chamar novos habitantes, que com gradual proporção aos seus descobertos a vão povoando e enriquecendo, ficarão logrados os atendíveis objetos de fazer respeitável e temível a todo o Peru a larga fronteira portuguesa, segurando e garantindo assim os expostos extremos de norte e sul do vasto Brasil.

[...]

Povoada a capitania de Mato Grosso, ela no maior número dos seus habitantes terá os seus defensores, sendo certo que no Brasil sempre os corpos auxiliares fizeram grande parte das tropas empregadas. Poupará Sua Majestade não só os quintos com que a capitania de Goiás socorre anualmente a de Mato Grosso, mas aumentá-los-á com que se pode extrair das minas dos seus ricos sertões, crescendo conseqüentemente os seus reais direitos e dízimos, tudo em utilidade do real erário e dos habitantes desta capitania.¹⁷⁰

A política para o incremento demográfico proposta pelos autores era basicamente econômica. Na prática, porém, medidas de outro tipo também foram tomadas, como o melhoramento das estatísticas, pelo qual se notou que entre 1797 e 1800 a mortalidade superou a natalidade em um indivíduo, situação preocupante e que indicava que, ao menos em parte, o discurso sobre a insalubridade do distrito de Mato Grosso correspondia à realidade¹⁷¹. Com relação à saúde, d. Caetano adquiriu e divulgou obras de medicina, ao passo que no governo de d. João Carlos foram criadas aulas régias de cirurgia em Vila Bela e Cuiabá e construídos o Hospital Militar, a Santa Casa de Misericórdia e o Hospital dos Lázaros – os dois primeiros em Cuiabá¹⁷². Por

¹⁶⁹ Luiza VOLPATO, *op. cit.* p. 48 e 126.

¹⁷⁰ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. *op. cit.* p. 27-28.

¹⁷¹ Entre 1801 e 1802, os mapas de população foram provisoriamente interrompidos por conta da “confusão e transplantação nos moradores” que a guerra provocara. Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 124.

¹⁷² Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 101-122.

outro lado, antigas diretrizes foram reiteradas, como o pedido de casais de povoadores (novamente malogrado) e o incentivo aos aldeamentos indígenas, que no caso dos Guanás tiveram início já nos primeiros anos do século XIX.

Mas foi no terreno econômico que concretamente se deram as mudanças mais significativas visando ao povoamento e à superação do *déficit* financeiro. Essas políticas passaram, como em Goiás, pela integração através dos grandes rios, para um melhor acesso a outros mercados. Porém, tomando um sentido oposto àquele das políticas goianas implementadas por Joaquim Teotônio Segurado, as reformas na fronteira oeste depositavam na mineração as esperanças de superação das dificuldades do presente¹⁷³. A velha questão das terras diamantíferas, especialmente as do Alto Paraguai, era o ponto principal das propostas de Serra e Ferreira:

Tem com efeito a capitania de Mato Grosso riquíssimos atrativos para convidar muitos dos habitantes, que pela indigência das capitanias vizinhas viriam espontaneamente estabelecer-se nela.

Um sim de Sua Majestade Fidelíssima fará a felicidade destes povos, engrossará os seus reais cofres, fará respeitável a larga fronteira desta capitania, exposta por tantos lados ao populoso Peru, constituindo-a enfim a garantia das outras capitanias extremas do Brasil.

Um régio consentimento para se abrirem e lavrarem as terras auríferas e diamantinas do Alto Paraguai encherá os importantes objetos que ficam expostos. [...] terreno que uma vez povoado, será um viveiro de homens, que por estarem próximos à fronteira serão sem custo maior os seus defensores, e que propagando-se por todo este aurífero país, farão nele novos descobertos, que indenizarão em poucos anos a Sua Majestade das grandes somas que tem despendido na capitania de Mato Grosso

Percebe-se que a liberação da exploração das terras diamantíferas já vinha sendo proposta pelas vias legítimas do reformismo alguns anos antes da escandalosa festa cuiabana reprimida por ordem de d. João de Albuquerque, na qual o juiz de fora fez discursos contra a proibição. Se em praça pública “estas proposições não diz um rústico, quanto mais um Ministro”¹⁷⁴, as mesmas propostas eram plenamente aceitáveis nas *Reflexões* dedicadas ao “digníssimo general” d. João de Albuquerque, que segundo a dedicatória era dotado de um “espírito geométrico” e vinha fazendo um “feliz governo”.¹⁷⁵ O apelo por “um sim de Sua Majestade” foi correspondido anos depois,

¹⁷³ Houve também incentivos à agricultura, que certamente estão dentre as razões da expansão da Chapada dos Guimarães, além de tentativas de exploração de drogas do sertão, especialmente a quina ou casca peruviana, sobre a qual o padre e professor régio de Cuiabá José Manoel de Sequeira deixou memórias e estudos. Porém, foi na recuperação e expansão das minas de ouro e diamantes que se concentraram os esforços dos últimos governos coloniais.

¹⁷⁴ Carlos Alberto ROSA. *A Vila Real...*, op. cit. p. 299-302.

¹⁷⁵ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. op. cit. p. 11-12.

não apenas por influência dos engenheiros militares, mas tendo em consideração os pareceres de governadores e de outras autoridades.

Outra proposição que se concretizou foi a reaproximação com o Grão-Pará, cujas vantagens eram consideradas nas *Reflexões*, primeiramente do ponto de vista mercantil.

Além do utilíssimo e tão necessário remédio de aumentar a população desta capitania, outro igualmente preciso é o seu comércio de importação, para que chegando a estas remotas minas os muitos gêneros que necessita com menos despesa de transporte e maior abundância, se vendam mais baratos, para assim mutuamente se baixarem os próprios do país, aumentarem-se suas minas e evitar o contrabando que pelo Paraguai nos podem introduzir os espanhóis, como fica ponderado; remédio que só pela via do Pará se pode conseguir com utilidade mútua de ambas as capitanias [...]¹⁷⁶

Era preciso incentivar o comércio com Belém, pois a navegação então existente, por via do Guaporé, Mamoré e Madeira, “além de ser extensa, trabalhosa e com manifesto risco, faz a despesa de vinte e tantos por cento, tendo os comerciantes que desta capitania vão àquela cidade, o seu dinheiro morto por quase dois anos.”¹⁷⁷ Essa rota, que recebeu investimentos da Coroa desde a década de 1740 com o fim de garantir a defesa da fronteira oeste e a consolidação de Vila Bela e seu distrito, não era a única a merecer as atenções dos autores. “A navegação para a capitania do Mato Grosso e Cuiabá também se pode fazer pelo interior do país [...], navegando o rio Tapajós água acima.” Nesse ponto, as considerações tinham também um caráter militar:

E ainda que estes braços do Tapajós [i.e., o Juruena e o Arinos] não tenham talvez um cabedal de águas suficiente como o Guaporé para navegarem grandes canoas, contudo a navegação feita desde o Pará pelo rio Tapajós até as vizinhanças de Vila Bela, Cuiabá e alto Paraguai, tudo comunicável por breves trajetos de terra, será muito mais curta do que a feita pelo rio Madeira; será navegar pelo diâmetro de um círculo, e não pela sua circunferência; será, finalmente a mais própria e única para no caso de uma guerra chegarem desde o Pará a Mato Grosso facilmente os socorros de gente, armas, artilharia e mais munições correspondentes, que sempre necessita nesta conjuntura, pois pelo Madeira os podem, os espanhóis, atalhar e ainda surpreender, resultando desta breve e indispensável navegação, logo que o alto e rico Paraguai se povoe, novos descobertos nos riquíssimos, amplos e não tocados sertões em que nascem igualmente as cabeceiras do rio Tapajós, um dos grandes braços do rio Amazonas; terrenos que além de auríferas minas, são ricos nos muitos efeitos que a natureza prodigamente e com escolha privativa derramou pelo vastíssimo empório das Amazonas.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 29.

¹⁷⁷ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 29.

¹⁷⁸ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 30-31.

Os autores defendiam a “urgência destas duas combinadas e diversas navegações do Pará para o Mato Grosso pelos dois rios Madeira e Tapajós, que ambas elas freqüentadas serão de grande e indispensável utilidade para estas minas e para aquela cidade marítima, chave do vasto país das Amazonas”¹⁷⁹. Apesar da afirmação, o texto dá uma ênfase muito maior à nova navegação interior do que à velha rota do Guaporé.

O Arinos foi liberado para o comércio já em 1790, mas sem investimentos e sem a permissão para o povoamento dos terrenos diamantíferos que incluíam toda a área de suas nascentes, permaneceu inexplorado por mais quinze anos. A rota guaporeana, por sua vez, foi objeto de um plano para a retomada da navegação mercantil em 1798. Contudo, o projeto previa que os custos de uma parte considerável do percurso seriam bancados com as receitas de Mato Grosso, o que seria difícil dada a situação das finanças da capitania. Além disso, d. Caetano argumentava ao governador do Pará, d. Francisco de Sousa Coutinho que o contexto de ameaça de guerra desaconselhava a construção (ou a reconstrução) de postos de apoio à navegação nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, que serviam de fronteira entre as monarquias. Considerava não ser “conforme aos ditames da prudência, o suscitar novas questões com os nossos vizinhos em conjuntura tão crítica, enquanto Sua Majestade não tiver dado sobre os objetos referidos, as Reais Providências que lhe tenho pedido”. Além disso, não “parecia conforme aos princípios de uma boa economia, o aumentar um artigo mais de despesa enquanto a mesma Senhora lhe não tiver proporcionado a Receita”¹⁸⁰. Ainda assim, com a insistência de d. Francisco, o primeiro carregamento partiu de Belém em 1799 e com todas as dificuldades organizou-se o governo do Mato Grosso para recebê-lo e realizar seu transporte até Vila Bela. No mesmo ano, atendendo aos apelos de d. Caetano, o governador do Pará garantiu que enviaria um comboio com gêneros para o abastecimento das tropas, e armas, apetrechos e munições para socorrer a fronteira, além de um barco fundo capaz de carregar artilharia. A expedição comercial foi esperada por dois anos, até que d. Caetano foi finalmente informado de que o comboio havia naufragado. Já os socorros para a guerra foram novamente pedidos em 1800 e 1801, sem que viesse qualquer notícia sobre sua situação.¹⁸¹

O diálogo entre os dois governadores sobre a navegação mercantil foi ganhando um tom áspero a partir do momento em que, baseado nessas experiências malsucedidas,

¹⁷⁹ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso. op. cit.* p. 32.

¹⁸⁰ *Apud* Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 141

¹⁸¹ Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 142 e segs.

d. Caetano passou a questionar as expectativas de grandes lucros por esta rota e a justificar, assim, o maior interesse dos negociantes pelas rotas do Centro-Sul. Respondendo em dezembro de 1801 a vinte e duas cartas enviadas nos dois anos anteriores pelo governador de Mato Grosso, d. Francisco sugeria que seus esforços pelo restabelecimento do comércio não eram correspondidos por ter d. Caetano tomado partido dos negociantes da capitania que governava. Quanto aos socorros, demonstrava surpresa por ser recriminado pelos reveses numa medida que considerava ser “obséquio” de sua parte. Em resposta, o governado de Mato Grosso dizia que nas praças de São Paulo e do Rio de Janeiro podiam os comerciantes contar com

grandes sortimentos e abundância de todas as fazendas, preços muito mais cômodos, grandes capitais, que facilitam a venda fiada de avultadas somas, e longas esperas nos pagamentos; em S. Paulo bestas fiadas, que vendidas aqui ou dão lucro, ou o custo, e raras vezes pequena perda; ouros de empréstimo na mesma cidade de São Paulo, e principalmente em Vila Boa de Goiás: queira Vossa Excelência ajuntar mais a segurança do caminho de terra sem os riscos do Amazonas e das trabalhosas cachoeiras, e depois de todas estas combinações decida se em dois anos, cinco meses e treze dias, que unicamente tinham passado desde 6 de Junho de 1799, em que recebi a carta regia de 12 de Maio de 1798 até ao sobredito 29 de Novembro, se em tão breve tempo, e este mesmo ainda calamitoso, era de esperar que os negociantes de Mato Grosso não com enormes somas de cabedal, mas com capitais bem pequenos abandonassem uma praça rica, bem sortida, e onde tem grande crédito, para buscarem uma praça pobre, mal provida, e em que por hora não estão acreditados.¹⁸²

Sobre a expedição malsucedida de 1799, insistia no irrealismo das expectativas de grandes lucros nesta rota e afirmava ter gasto com a preparação para sua recepção no Guaporé um montante da ordem de vinte e oito contos de réis, num momento da eminência de uma guerra, no qual as finanças já estavam exauridas. Era tal a falta de esperanças numa recuperação da rota guaporeana que segundo d. Caetano os comerciantes de Vila Bela já se organizavam para retomar relações com as monções paulistas, por via do antigo varadouro do Jauru.¹⁸³ Terminava assim o último grande projeto para a navegação comercial do Guaporé, cujo fracasso acelerou o declínio de Vila Bela e de seu distrito. A partir de então, apenas as embarcações particulares seguiriam, sem regularidade, negociando com Belém, até o fim definitivo da rota, que provavelmente se deu na década de 1830.

O Tapajós, por sua vez, dependia de investimentos e da liberação do povoamento e exploração dos terrenos diamantíferos, o que ocorreu a partir de 1805, como narra Joaquim da Costa Siqueira, em seu *Compêndio*:

¹⁸² Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 147.

¹⁸³ *Apud* Maria Delfina do Rio FERREIRA. *op. cit.* p. 148-149.

Chegou a esta vila [de Cuiabá] no dia 21 de janeiro, vindo da capital Vila Bela, o Excelentíssimo general Manoel Carlos de Abreu e Menezes, para deliberar a repartição das minas do Paraguai, e fazer realizar outros mais objetos interessantes ao serviço de S.A.R., que ao mesmo Real Senhor foi servido encarregar-lhe, cuja vinda foi assaz aplaudida dos moradores desta vila pela demonstrações de júbilo e satisfação que ostentaram em várias contradanças, comédias e entremezes, que se dilataram de 4 até 26 de fevereiro, em que findaram.¹⁸⁴

Concluída a narrativa das festas de recepção ao governador, segue o relato da repartição das lavras, cujas riquezas a princípio decepcionaram os cuiabanos. Estando no alto Paraguai, o ouvidor responsável pela partilha aproveitou a viagem para aprontar uma expedição de exploração do rio Arinos, muito próximo àquelas minas. O começo tímido, tanto da mineração quanto da navegação, logo daria lugar ao rápido crescimento do arraial de Diamantino, e à regularização dos comboios da nova rota paraense.

Durante cerca de vinte anos após a liberação, a mineração teve uma recuperação na capitania. Além do alto Paraguai, outras minas foram repartidas, destacando-se as do Coxipó, Poconé e Chapada dos Guimarães, todas na repartição de Cuiabá. Em 1811, o arraial de Diamantino foi elevado a distrito e dois anos depois foi estabelecida a junta de gratificação dos diamantes e enviada a primeira remessa para o Real Erário¹⁸⁵. Em 1814 tiveram início as atividades da Companhia de Mineração de Cuiabá, uma sociedade por ações com o objetivo de explorar as minas do Coxipó. Os estatutos da Companhia foram aprovados em 1817 e dois anos depois se concederam privilégios também para a extração e fundição de ferro¹⁸⁶. O novo arranque da mineração culminou com o Alvará de 23 de novembro de 1820, erigindo em vila o arraial de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, que já contava com uma população superior à da cidade de Mato Grosso (Vila Bela até 1818).

Ao contrário do que ocorria em Goiás, onde predominava um discurso anti-minerador convertido em medidas práticas, na capitania de Mato Grosso a mineração estava no cerne da ação reformista no terreno econômico. O ouvidor de Goiás Joaquim Teotônio Segurado considerava que se para sustentar o comércio externo uma povoação “tem minas de ouro ou prata, que extraia do seio da terra, [ela] está no rumo de sua

¹⁸⁴ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 54.

¹⁸⁵ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 87-93. A Junta foi criada em 1813 dando execução a uma carta régia de quatro anos antes. “Carta Régia de 13 de novembro de 1809 - Cria uma Junta de gratificação dos Diamantes na vila de Cuyabá da Capitania de Matto Grosso, e dá-lhe Regimento Provisional.” *Coleção de Leis do Império.* (CLI)

¹⁸⁶ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 110. “Carta Régia de 16 de janeiro de 1817 – Aprova os estatutos da nova Companhia de Mineração de Cuyabá”; “Carta Régia de 29 de Março de 1819 – Concede à Companhia de mineração do Cuyabá, na Província de Matto Grosso privilégio exclusivo para extrair e fundir ferro”. (CLI)

desgraça, e hoje, ou amanhã, há de sofrer uma total extinção.”¹⁸⁷ Por outro lado, o vereador cuiabano Joaquim da Costa Siqueira definia a mineração como “este ramo de indústria que pela posição local da capitania é o mais interessante para a felicidade dos povos e para o aumento do patrimônio régio”.¹⁸⁸ Visão compartilhada pelos engenheiros militares que, nas Reflexões afirmam que “extrair o ouro das minas desta capitania [é o] único e só possível objeto que pode atrair homens a estes remotíssimos terrenos”¹⁸⁹. Mais contundente que o discurso é a prática: enquanto em Goiás se extinguia o ofício de intendente do ouro por ter se tornado “supérfluo”, em Cuiabá era criada uma junta dos diamantes.¹⁹⁰ O volume da extração de ouro no Extremo Oeste foi inferior ao goiano por todo o período colonial, mas, ao lado dos diamantes, seu peso relativo na economia e nas finanças da capitania era sensivelmente maior no início do século XIX. Quanto à integração mercantil, um processo semelhante ocorreu nas duas capitanias, ainda que num ritmo diverso.

A navegação pelo Arinos estava intimamente ligada à abertura da exploração dos diamantes, pois a principal área liberada era também o local mais próprio para a instalação de um porto. Porém, era preciso mais do que o povoamento das cabeceiras desse rio para que se abrisse e consolidasse a rota mercantil para Belém. As dificuldades podem ser percebidas em um ofício, datado de 1811, do governador d. João Carlos ao ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho, já então Conde de Linhares:

Pelo ofício de 27 de maio de 1809 houve Vossa Excelência por bem recomendar-me o restabelecimento da navegação do Madeira, e por consequência a comunicação comercial do distrito de Vila Bela com o Pará, e que enquanto ao do Cuiabá, eu procurasse abrir de novo a sua comunicação com a mesma cidade do Pará, pelo Arinos, Tapajós e Amazonas. A primeira está no mesmo pé em que sempre esteve, e até no meu tempo tem descido de Vila Bela ao Pará um maior número de expedições, e atualmente se esperam algumas destas, e estão outras a partir. É certo porém, que a decadência daquela parte da Capitania, e as novas circunstâncias, que fazem mais escasso e precário o comércio do Pará, enquanto tem dado uma maior extensão ao dos portos do Sul, faz também, que os negociantes procurem este último com preferência, e mais gosto. Enquanto à comunicação do Cuiabá por Vossa Excelência recomendada, com o Pará pelos rios Arinos, Tapajós e Amazonas devo dizer a Vossa Excelência que ela já foi tentada, e até principiada no tempo do meu antecessor, porém, querendo eu logo que cheguei fazê-la seguir, achei tal repugnância nos que para isso convidei, que por

¹⁸⁷ “Memória Econômica e Política sobre o comércio ativo da Capitania de Goiás, escrita por Joaquim Teotônio Segurado, em 1806” in *Memórias Goianas*. Goiânia: Centauro, 1982, vol. I. p. 39-42.

¹⁸⁸ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico...* op. cit. p. 109-110.

¹⁸⁹ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. op. cit. p. 13.

¹⁹⁰ “Alvará de 18 de março de 1809 – Extingue o lugar de Intendente do ouro de Goiás e cria o de Juiz de Fora de Vila Boa de Goiás”. (CLI)

isso, e pelas razões, que me desviavam de tais especulações, dei de mão a este negócio, reservando-o para outra ocasião.¹⁹¹

O Madeira ainda era percorrido por embarcações particulares, mas já era patente a “decadência daquela parte da Capitania”, enquanto que a navegação do Arinos pouco avançara desde a primeira exploração. O Ofício tem por principal objetivo demonstrar a importância mercantil e militar de se revigorar as monções paulistas, através de expedições em busca de um varadouro mais vantajoso que Camapuã, o que de fato foi tentado por diversas vezes nas décadas de 1810 e 1820. Quanto à rota do Arinos, era esta uma “navegação, que se abandonou quase ao mesmo tempo que se empreendeu”, e isso por dois motivos. O primeiro era a existência de estreitas relações entre os comerciantes cuiabanos e a praça do Rio de Janeiro, sendo que “uma nova direção” nos negócios causaria “empate no pagamento dos seus credores”.

[...] entre tais negociantes [de Cuiabá], poucos, ou, nenhuns podem haver, que de bom grado, e com amor dos seus interesses, e crédito, queiram abraçar uma tal empresa, abrindo comércio com uma praça em que os gêneros de primeira necessidade nestas minas são mais caros, e onde pelas primeiras vezes precisam pela falta de correspondências entabuladas, comprar as suas carregações à vista, faltando assim aos pagamentos porque instam os seus credores dessa Corte, e da Capitania de São Paulo. Esta é a primeira dificuldade. A segunda seja a falta de remeiros, que as últimas expedições de Mato Grosso tem encontrado, para o seu regresso, porque a Fazenda Real depois que cessaram as remessas de sal, e outros gêneros, que por aquela Capitania se mandavam, não pode mais sem grande gravame mandar o grande número de pedestres que mandava nas condutas, que iam a conduzir esses gêneros. Estas dificuldades deverão ser atendíveis em todos os tempos, mas desde que S.A.R. transferiu a sua Corte para o Rio de Janeiro, o comércio dos portos do Sul deve ter crescido tanto quanto deve ter caído o do Pará; logo parece que até o interesse, essa alma do comércio, chama os negociantes desta Capitania mais depressa a estes, do que àquele porto. É preciso que eu prove também que uma comunicação breve, fácil e segura com a Capitania de São Paulo é militarmente mais interessante para esta Capitania, do que com a do Pará.”¹⁹²

A economia de Cuiabá estava profundamente atrelada às rotas do Centro-Sul, o que dificultava o progresso de qualquer uma das rotas amazônicas. Dentre estas, considerada do ponto de vista estritamente econômico, a rota do Tapajós era muito mais promissora que a do Guaporé, sendo a única vantagem desta a existência prévia de pontos de apoio e de contatos mercantis com o Pará. Estabelecimentos e relações que se

¹⁹¹ “Officio n. 17 dirigido ao Conde de Linhares, por João Carlos Augusto d’Oeynhausen, relativamente aos meios de comunicação da Capitania do Matto Grosso com as outras por via fluvial (1811)”. O documento foi publicado por Sérgio Buarque de HOLANDA como anexo a *Monções*. (Rio de Janeiro: CEB, 1945. “Anexo C”, p. 213)

¹⁹² “Officio n. 17 dirigido ao Conde de Linhares...”, *op. cit.* p. 215-216.

desfaziam a olhos vistos, ao passo que os investimentos no Tapajós em alguns anos passaram a dar resultados.

Em 1813, teve sucesso a primeira viagem comercial de Belém ao Alto Paraguai por via dos rios Tapajós e Arinos e, dois anos depois, foram construídos o porto do Rio Preto, uma estrada entre este e o rio Cuiabá e um porto para ligar a estrada à vila. Relata Siqueira que “conseguida esta última abertura”, foi transportada pelos novos portos e caminho “uma igaraté que havia chegado do Pará” até o “porto geral desta vila.” A festa em comemoração à abertura da rota reuniu grande concurso de pessoas, pois “a maior parte do povo desta vila não tinha visto tais embarcações que navegam água salgada”¹⁹³. Era a representação simbólica da integração de Cuiabá ao mercado Atlântico através de Belém. Um processo que não chegou a abalar o predomínio das tropas de muares, também convergentes em Cuiabá, mas que foi suficiente para arruinar definitivamente a rota guaporeana, centrada em Vila Bela. Era mais um dentre tantos reveses sofridos pela capital que a geopolítica setecentista ladrilhou nas minas do Mato Grosso.

A mudança do centro de poder e a interiorização da geopolítica

Durante os governos dos quatro últimos capitães-generais operou-se um deslocamento do centro político da capitania, de Vila Bela para Cuiabá. Trata-se de uma mudança de fato, mas não de direito, pois em nenhum momento foi legitimada por uma decisão régia. Antes de haver uma transferência político-administrativa o que ocorreu foi a maior permanência dos governadores na vila cuiabana.

Como vimos em outro momento, até 1795 os capitães-generais residiam exclusivamente em Vila Bela, sendo que nos 24 anos de governo dos Albuquerque a vila de Cuiabá sequer foi visitada. Com a posse de d. Caetano, que já chegou à capitania pelo caminho terrestre (ou seja, passando por esta vila), a sede do governo seguiu sendo Vila Bela, mas as visitas tornaram-se freqüentes. Na verdade, desde 1796 os governadores foram cada vez mais se deixando ficar. Tomando por base o *Compêndio* de Siqueira, parece ter sido d. João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenberg o primeiro capitão-general que deixou de residir em Vila Bela e visitar Cuiabá e passou a residir em Cuiabá e a visitar Vila Bela. Após alguns anos de viagens freqüentes¹⁹⁴, foi

¹⁹³ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 94-95.

¹⁹⁴ D. Manuel Carlos de Abreu e Meneses, que chegou à capitania em 20 de março de 1804 “pelo caminho de terra”, partiu para a capital em 27 de junho. Retornou a Cuiabá em 21 de janeiro de 1805 “para deliberar a repartição das minas do Paraguai”, mas voltou no mesmo ano a Vila Bela, onde faleceu, formando-se um governo interino que durou até 1807. Neste ano, d. João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenberg chegou também por Cuiabá, onde permaneceu 22 dias. Retornou a esta vila em 1808 por

em novembro de 1812 que a morada se tornou fixa, pois até o fim do período abarcado pelo Compêndio não há menção a qualquer jornada a Vila Bela que, contudo, seguiu sendo referida como capital. O segundo marco da transferência é 1819, com o início do governo de d. Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Isso porque, além de fixar residência em Cuiabá desde o princípio, o último dos capitães-gerais transferiu para esta cidade as instituições características da condição de capital: a Junta da Fazenda, a Junta do Desembargo do Paço, a Casa de Fundição e a Casa do Tesouro. Com isso ficava claro que não se tratava de uma demorada visita, mas da alteração do centro de poder.¹⁹⁵

Para explicar esta mudança talvez o mais indicado seja começar pelos motivos das visitas que se tornaram freqüentes desde o governo de d. Caetano, mas que ainda não significavam o abandono da capital. Em primeiro lugar, algumas das passagens por Cuiabá se devem à preferência pelo caminho terrestre, que levava os governadores a visitarem a vila na chegada e na partida; escolha que refletia a importância crescente das rotas do Centro-Sul, bem como o declínio da navegação do Guaporé. Em segundo lugar, os graves conflitos no governo de d. João de Albuquerque certamente contribuíram para que seus sucessores tomassem consciência de que a residência permanente em Vila Bela poderia acirrar as oposições. Em terceiro lugar, a conjuntura de instabilidade na fronteira paraguaia aconselhava a presença em Cuiabá, centro de operações para aquela parte do sistema de defesa. Em quarto lugar, as medidas econômicas implementadas estavam quase todas concentradas nesse distrito, e por vezes requeriam a presença dos governadores. Este é o caso da abertura das minas do Coxipó e de Diamantino, que motivaram as visitas de d. Caetano e de d. Manoel Carlos, respectivamente em 1800 e 1805.

Entre as visitas freqüentes e a residência fixa a idéia de uma mudança definitiva de capital foi sendo debatida e, em 1804, ganhou o apoio de d. Manoel Carlos, que propôs a transferência à Coroa¹⁹⁶. A ruptura não decorria apenas das condições demográficas e econômicas dadas, pois, se assim fosse, a capital sempre teria sido

ocasião das festas para a recepção do primeiro prelado que, mais de sessenta anos após a criação da Prelazia, finalmente tomou posse. O governador ficou em Cuiabá até setembro do ano seguinte, mas já estava de volta em outubro de 1810. Depois de nove meses, “partiu desta vila o Ilmo. e Exmo. general, deixando em todos estes povos uma bem merecida saudade pelas evidentes provas que sempre deu de promover todos os meios de felicitar-nos, objeto que praticou em diferentes ocasiões.” Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 53-86.

¹⁹⁵ Carlos A. ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1). p. 18-19.

¹⁹⁶ Carlos A. ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso...* p. 18.

Cuiabá. Afinal, o município sempre concentrou a maior parte da população da capitania, sendo que o núcleo urbano que lhe servia de sede superava Vila Bela em diversos aspectos, inclusive como praça comercial, com exceção do período de monopólio da Companhia do Grão Pará e Maranhão. Se a produção agropecuária era incomparavelmente maior, a mineração talvez não o fosse à época da criação da capitania, mas exclusivamente em razão das proibições que tiveram fim nos primeiros anos do século XIX. Se levasse em conta apenas aspectos econômicos e demográficos a Coroa teria estabelecido a capital em Cuiabá desde 1752.

A questão não era apenas contingencial, pois envolvia diagnósticos mais amplos do presente e, sobretudo, expectativas de futuro com relação à economia e à organização política e militar da capitania. Para além da guerra no vale do Paraguai como problema imediato, o deslocamento dos conflitos para aquela parte da fronteira fazia parte dos prognósticos dos engenheiros militares, que pareciam cada vez mais se confirmar. Vimos que em 1808 foi erguido o quartel de Cuiabá e em 1817 o hospital militar. Acrescentemos que foram criados por cartas régias de 1818 o trem de guerra e a Real Fábrica de Pólvora¹⁹⁷. Todas essas medidas ocorreram em momentos que não eram de mobilização imediata. Tratava-se de decisões que atestam que a Coroa estava convencida de que era esta vila o novo centro de operações da geopolítica do Extremo Oeste. No que se refere às medias econômicas, para além do ato da repartição das minas de diamantes, que levou os governadores a visitarem Cuiabá, era impossível ignorar o crescimento do alto Paraguai e de toda a região cuiabana e a correspondente decadência do distrito de Mato Grosso. Diamantino, cujo povoamento data de 1805, já contava com 2.720 habitantes em 1820 e a Chapada dos Guimarães passou de 1.790 a 3.472 moradores entre os anos de 1794 e 1818. No rio Paraguai, à medida que as nações indígenas se integravam à colonização, cresciam as forças para a guerra e o trabalho. No mesmo período o sistema de defesa guaporeano estava em claro declínio, visível até mesmo no mais imponente de seus estabelecimentos, o forte Príncipe da Beira, cuja população passou de 637 a 438 indivíduos entre 1794 e 1818. Quanto aos pequenos destacamentos que pontuavam o Guaporé, como Lamego, Leomil, Viseu e Rio das Pedras, juntos eles já não somavam 150 pessoas em 1794, sendo este talvez o último registro da existência de suas guarnições. Finalmente, para além do ato da abertura da navegação do Arinos, selava-se a ruína do Guaporé, que em termos estritamente

¹⁹⁷ “Carta Régia de 18 de abril de 1818 – criando o Trem de Guerra de Cuiabá” e “Carta Régia de 15 de maio de 1818 – criando a Fábrica de Pólvora de Cuiabá” (CLI)

econômicos não tinha condições de enfrentar essa concorrência, pois devia sua relativa prosperidade no século XVIII a reiterados esforços dos administradores e a incentivos que por alguns anos incluíram o monopólio de todo o comércio da capitania. Agora, até mesmo os governadores desistiam de recuperá-lo e faziam coro com os mercadores a apontar as vantagens do comércio do Centro-Sul. Mais do que a superioridade demográfica e econômica no presente, os administradores percebiam as tendências para o futuro, pois o fosso que separava Cuiabá e Vila Bela aumentava a cada ano.¹⁹⁸

Sendo importante para a resolução de problemas imediatos, a presença dos governadores em Cuiabá foi os convencendo cada vez mais sobre as vantagens desta vila. Devem também ter pesado na mudança de residência e no pedido de transferência da capital os argumentos que ouviam num convívio prolongado com os cuiabanos. O fato de que tanto d. João de Albuquerque, quanto d. Manoel Carlos morreram em Vila Bela em decorrência de enfermidades eram evidências a confirmarem o antigo argumento sobre a insalubridade do vale do Guaporé. Também d. Caetano adoeceu na capital e residiu provisoriamente em Cuiabá enquanto recebia cuidados médicos. Além da superioridade demográfica e econômica, eram também melhores as condições do espaço urbano da vila, suas construções, seu comércio e sua capacidade de dispêndio de recursos. Afirma Siqueira que, logo após as festas de 1809 em comemoração às vitórias militares no Reino, chegaram notícias de que em Vila Bela também estavam sendo realizadas “grandes demonstrações”. O resultado é que “de novo se inflamaram estes habitantes, propondo-se de não serem excedidos neste objeto” e as comemorações foram retomadas em Cuiabá¹⁹⁹. As festas eram também formas de expressar a superioridade da vila e um dos instrumentos políticos manejados pelos oficiais municipais, que para tanto contavam com uma capacidade de reunir recursos materiais muito maior do que os seus pares de Vila Bela.

A mudança de centro de poder foi, acima de tudo, consequência da desistência de um projeto para a fronteira oeste, tendo Vila Bela como núcleo ordenador da

¹⁹⁸ “Em 1815, Vila Bela, seus arraiais e o Registro do Jauru reúnem uma população que não chega a 20% do total da capitania e na qual os brancos representam 7,5%. Já a região liderada por Cuiabá reunia mais de 73% do total da população, com uma presença branca também superior: 26%. Em 1817, Cuiabá e Diamantino detinham 79% do comércio da capitania, ficando para a região de Vila Bela uma participação de apenas 14%. À mesma época, Vila Maria, Poconé e Rosário do Rio Acima reuniam quase 69% das ‘grandes fazendas de gado’, enquanto Vila Bela limitava-se a pouco mais de 6%. Das lavras de ouro existentes, 54% localizavam-se em Cocaís e Diamantino; a região de Vila Bela não atingia a marca dos 18%. Quanto aos engenhos de açúcar, aguardente e farinha, a região de Serra Acima detinha, sozinha, cerca de 24% do total, ao passo que toda a região de Vila Bela não atingia 15%”. Carlos A. ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso...* p. 20.

¹⁹⁹ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico... op. cit.* p. 75.

geopolítica. Desistência que coincidia com o início da formulação de projetos diferentes para aquela parte do Império português. Antes da proposta para a transferência da capital, a idéia já circulava entre ilustrados como Alexandre Rodrigues Ferreira que, em 1803, escrevia a José Egídio Álvares de Almeida:

As vantagens que se propõe ao Príncipe Regente Nosso Senhor de se mudar a Capital de Mato Grosso para a vila de Cuiabá, certamente que não escaparam, nem aos talentos políticos e militares do defunto conde de Azambuja, Dom Antonio Rolim de Moura, primeiro governador que foi, e capitão general daquela Capitania, quando no ano de 1752 fundou a capital de Vila Bela; nem ao perspicaz discernimento [de] S. Mag. El Rey D. José o 1º, quando a aprovou.

A riqueza, porém, da Serra de São Vicente, que só entrou a cessar, depois que cessaram os meios de a extrair; a contigüidade dos vizinhos que temos por esta parte da fronteira mais temíveis por pais populosos; a maior vizinhança possível da Capitania do Pará, para mutuamente se corresponderem ambas as capitais, auxiliando-se uma a outra com todo o gênero de socorros mercantis e militares. A demarcação de limites pendentes ao tempo daquela fundação, assim como agora o está. E ultimamente o Sacratíssimo e Secretíssimo mistério político de ajuntar-se ao ouro de Mato Grosso a prata do Peru, recuperando nós por meio de Vila Bela o que perdemos pelo da Colônia do Sacramento. Tais foram os motivos de se fundar a Capital aonde está: central da Fronteira, e não do sertão, onde não há tanto que recluir. Central a respeito da posição e força do inimigo, e não das dependências domésticas da capitania. E ultimamente Central a respeito dos inimigos de fora, e não dos do centro. Fico, porém, meditando a matéria que me recomenda.²⁰⁰

O naturalista faz uma apreciação do passado da política para a Capitania, julgando os “talentos políticos e militares” e o “discernimento” de d. José I e de d. Antonio Rolim de Moura na decisão do estabelecimento da capital no distrito de Mato Grosso. A seguir enumera os motivos que levaram à decisão; motivos que àquela altura perdiam a razão de ser. No início do século XIX, a “riqueza da Serra de São Vicente” tinha se esgotado e dava lugar ao florescimento de Diamantino, do Coxipó e da Chapada dos Guimarães; os “vizinhos mais temíveis” eram os da fronteira do rio Paraguai, melhor socorrida a partir de Cuiabá; a “maior vizinhança possível da Capitania do Pará” estava no Arinos e não no Guaporé; a “demarcação de limites” seguia “pendente”, mas os litígios eram mais preocupantes no sul; e o “mistério político” do contrabando oficial havia avançado pouco e prometia menos com as prolongadas guerras civis nas províncias espanholas. Enfim, era uma confluência de fatores que tornava obsoleta a geopolítica do antemural do interior do Brasil.

Mas a parte mais interessante da carta é, no nosso entender, a que vem por último. Segundo o naturalista, Vila Bela era central com relação à fronteira, à força do inimigo “de fora”, enquanto Cuiabá era central com relação ao sertão, às dependências

²⁰⁰ “Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira em 23 de setembro de 1803”, Alfredo d’Escagnole TAUNAY. *A Cidade do ouro e das ruínas. op. cit.* p. 118.

domésticas e aos inimigos “do centro”. Nela percebemos razões para a mudança do centro de poder, como para tantas políticas formuladas e implementadas no início do século XIX.

Mais do que uma coleção de medidas circunstanciais, as políticas para o Oeste estavam inseridas num amplo programa de reformas. Para percebermos os sentidos do conjunto, é necessário interrogar aquele que foi o principal destinatário das cartas dos capitães-gerais e remetente das instruções e diretrizes para seus governos, além de ter merecido uma parte considerável das dedicatórias das “memórias” e “reflexões” dos ilustrados. Em 1798, num famoso discurso que anunciava um projeto renovado para a política e a administração do Império português, d. Rodrigo de Sousa Coutinho antecipava boa parte das medidas implementadas pelos governadores de Mato Grosso e de Goiás nos anos seguintes.²⁰¹ Não se trata de uma previsão, mas de um plano de reformas que foi primeiro enunciado e, em seguida, implementado. No discurso, d. Rodrigo propunha, por exemplo, a diversificação agrícola com a experimentação de novas culturas, a organização de aldeamentos indígenas para que “tantos braços” encontrassem um “útil emprego”, a abertura de “todos os distritos diamantinos” e criação de companhias de mineração, “entre nós quase desconhecidas” – medidas implementadas no Oeste no tempo em que atuou como ministro. Também expunha a necessidade de um controle financeiro mais rígido e detalhado nas capitanias, orientação que levou, por exemplo, d. Francisco de Assis Mascarenhas a preparar e remeter seu “Mapa da situação política, econômica, militar e religiosa e outras informações” de Goiás, em 1806.²⁰²

D. Rodrigo revelava ainda o plano de estabelecer “correios interiores em todo o Brasil”, sugeria o investimento na navegação de todos os grandes rios que ligavam o centro do continente ao Amazonas e a aproximação mercantil e política entre essas capitanias e a do Grão-Pará. Baseava-se na idéia de que a territorialidade do poder devia coincidir com as condições naturais e sociais, entendendo que “os governos de Goiás, de Mato Grosso, e Cuiabá, do Rio Negro, do Pará, do Maranhão e Piauí são destinados pela natureza e arte a dependerem de um vice-rei que resida no Grão-Pará e fazerem com ele causa comum, para defenderem toda a cadeia dos nossos estabelecimentos, que

²⁰¹ “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho” in Marcos Carneiro de MENDONÇA. *O Intendente Câmara*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958. p. 277-299.

²⁰² “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, *op. cit.* p. 281-285. “Mapa da situação política, econômica, social, militar, religiosa e outras informações da capitania de Goiás”, do governador d. Francisco de Assis Mascarenhas. In *Memórias Goianas*, *op. cit.* vol. I.

desde parte do Paraguai superior se estende até o Amazonas”²⁰³. Daí a insistência de seu irmão e governador do Grão-Pará, d. Francisco de Sousa Coutinho, no estreitamento das relações mercantis com o Mato Grosso. Porém, por mais que se fundamente em dados consistentes e em princípios econômicos avançados, nenhum amplo projeto de reformas é passível de ser implementado concretamente sem certas alterações, pois os interesses são, em qualquer sociedade, contraditórios. Evidentemente, nem tudo que foi proposto pelo ministro foi posto em prática e dentre as medidas que o foram nem todas alcançaram os fins desejados.

Tanto em Goiás quanto no Cuiabá e Mato Grosso a política de integração ao Pará teve de se adaptar em razão de um outro processo de integração que atrelava Vila Boa, Meia Ponte e Cuiabá ao Centro-Sul. Joaquim Teotônio Segurado, seguindo a visão de d. Rodrigo, propôs a quebra dessas relações em prol de uma inserção econômica exclusivamente amazônica, porém não lhe foi possível reverter as crescentes articulações mercantis, principalmente as que convergiam na cidade do Rio de Janeiro, tornada Corte após 1808. Conseqüentemente, o resultado de suas políticas não foi uma capitania inteiramente na esfera de influência de Belém, mas uma diferenciação regional em seu interior. No Extremo Oeste a idéia de uma recuperação da navegação do Guaporé deu lugar à abertura do Arinos, mas mesmo esta rota em nenhum momento ameaçou o domínio incontestado das tropas de mulas que seguiam para Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. A integração do Centro-Sul foi um óbice ao projeto original de d. Rodrigo para a criação de dois grandes conjuntos territoriais articulados por Belém e pelo Rio de Janeiro, sendo o primeiro capaz de estender sua influência até as nascentes dos rios formadores do Guaporé, Tapajós, Araguaia e Tocantins. Um projeto que visava, em seu conjunto, à prosperidade e à unidade do Império português. Paralelamente, nas décadas seguintes o mesmo processo de integração do Centro-Sul seria uma das bases da construção da unidade do Império do Brasil. Nesse sentido, 1808 é um marco importante, por subverter a organização territorial vislumbrada por d. Rodrigo e por acelerar a integração do Centro-Sul. Um marco, que por mais relevante que seja, não esvazia o sentido de rupturas posteriores, como se a imaginação geográfica fosse imune ao impacto da criação do Reino do Brasil em 1815, à constitucionalização da Monarquia portuguesa em 1820, à Independência política em 1822, à promulgação da Carta de 1824 e a tantos outros fatos, em alguns

²⁰³ “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, *op. cit.* p. 280.

casos muito menos ruidosos e em outros singularizados pela violência, que marcaram a formação do território do Império do Brasil. Como veremos adiante, se a geração que atuou na construção do Estado nacional brasileiro se apropriou e reelaborou os projetos de um Império integrado, há profundas rupturas inclusive quanto à imaginação do território.

Uma dessas apropriações se deu no campo da geopolítica, pois a reorientação não dizia respeito apenas à alteração da área de conflito para o Paraguai, mas também a transformações profundas na concepção de território e nas ameaças a serem contidas por um sistema de defesa. São essas rupturas que estão na base das contraposições que fecham a carta de Alexandre Rodrigues Ferreira, entre “fronteira” e “sertão” e entre os inimigos “de fora” e os “de dentro”. Quanto ao território, trata-se da transição para uma concepção econômica, fundada na preocupação com o incremento da produção, a integração e a complementaridade. Criticando severamente muitos aspectos da organização do Império português, d. Rodrigo afirmava em seu discurso que, quanto ao “pé militar e marítimo dos nossos domínios [...] é muito louvável o que se acha determinado, bastando talvez mantê-lo debaixo de melhores princípios econômicos”. E será nessa esfera que mais se inovará na política para a fronteira Oeste a partir de então. A natureza brasileira é exaltada pelo ministro, mas com uma visão essencialmente prática e econômica. “O Brasil, sem dúvida, [era] a primeira possessão de quantas os europeus estabeleceram fora do seu continente”, por sua “extensão, situação e fertilidade”. É este o espírito das “memórias” e “reflexões” e é esta uma das novidades a orientar políticas como o fim das restrições a certas atividades produtivas e a determinadas rotas comerciais. De uma concepção do território como soma das conquistas e domínios de Sua Majestade passava-se aos poucos a outra, de natureza não só política como econômica; o território como espaço de um mercado integrado organizado e harmonizado pela Monarquia, tendo Lisboa como “a capital e o centro das suas vastas possessões”. O ministro considerava que o Império era formado por “domínios” ou “possessões”, mas é principalmente como “províncias” que se refere aos espaços americanos. Ao utilizar “províncias” e não “capitanias”, vocábulo muito mais comum até então, d. Rodrigo desvinculava a concepção do território da idéia de uma conquista militar.²⁰⁴

²⁰⁴ “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, *op. cit.* p. 278-281.

Segundo o dicionário de Antonio de Moraes Silva, de 1789, província era a “parte de um Reino ou Estado” e capitánias eram os “Distritos em que se dividiam a princípio as terras das Ilhas e Conquistas”. Bluteau, no início do século XVIII, não incluía o verbete “capitania” e, quanto a “província” registrava a origem militar do vocábulo latino, mas deixava claro que

hoje Província é a parte de um Reino, Monarquia ou Estado, que tem a mesma língua, e os mesmos costumes, e de ordinário se distingue pela extensão de uma jurisdição temporal, ou espiritual, em certo número de Vilas, Aldeias e Cidades. Na sua primeira origem algumas províncias foram Ducados, Codados [sic] ou outros Senhorios, e Domínios de confederação, que com o tempo foram reunidas ao Império de uma cabeça, e incorporados em um Reino²⁰⁵

A “província” podia ter origem na centralização e racionalização territorial da Monarquia, contudo não há qualquer referência à “conquista”, apenas à “incorporação”. É uma territorialidade essencialmente política, identificada com a história das monarquias européias. As definições de “capitania” e de “província” remetiam à divisão interna de um todo político, mas a primeira tinha o diferencial de se referir especificamente às “Ilhas e Conquistas”, isto é, ao processo de colonização legitimado por um triunfo militar, correspondesse ou não esta representação com a realidade. A denominação que tinha como fundamento o fato de ser este o espaço sob jurisdição de um capitão-general, mas o mais importante é que ela definia especificamente o território conquistado. Moraes Silva registrava conquista como “a terra conquistada” e conquistar como “adquirir por armas o senhorio de alguma Terra, Região, Reino, etc.”, significados muito semelhantes aos que encontramos no dicionário de Bluteau²⁰⁶. A opção pelo vocábulo “província” revelava uma nova forma de entender o território colonial, não como a soma das conquistas, mas como partes de um todo político integrado, organizado e harmonizado pela Coroa. Mas lembremos que é como “possessões” que o ministro define de forma mais geral as colônias portuguesas. No dicionário de Bluteau são atribuídos dois sentidos ao vocábulo “possessão”. O primeiro é sinônimo de posse, isto é, “o gozo de uma coisa adquirida com o direito de propriedade, ou outro”. O segundo é uma definição específica: “Possessão. Fazenda. Bens de Raiz, quintas, campos, terras que rendem, etc”. Em 1789, no dicionário de

²⁰⁵ Raphael BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez & Latino...* ; Antonio de Moraes SILVA - *Diccionario da lingua portugueza. (BBD)*

²⁰⁶ Raphael BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez & Latino...* ; Antonio de Moraes SILVA - *Diccionario da lingua portugueza. (BBD)*. O verbete de Bluteau para “conquistas” as definia como “Terras, Províncias, Reinos conquistados”; o verbete “conquistar” era “acrescentar com o poder das armas, Terras, Províncias, Reinos ao seu domínio”

Moraes Silva, as “possessões” continuavam sendo sinônimos de posses ou “bens de raiz”; mas “posse” passara a ter sentidos políticos inexistentes nas definições de Bluteau. Ou seja, a opção pelo vocábulo pode revelar uma concepção econômica do território colonial.²⁰⁷

É certo que esta transição não diz respeito apenas ao ministério de d. Rodrigo. Desde o período pombalino, o incremento e a diversificação da produção faziam parte das diretrizes da Monarquia, sendo que as proibições de caminhos no interior da América portuguesa foram sendo sucessivamente suprimidas e a política indigenista civil tomou o lugar da “guerra justa”, visando à incorporação de novos vassalos. Eram demonstrações de que o território já vinha sendo imaginado a partir da economia e da política e cada vez menos como “conquista”, concepção ao mesmo tempo política, militar e religiosa (pois fundada numa missão evangelizadora da Monarquia) que ainda era vigente quando da incorporação das minas de Goiás, Cuiabá e Mato Grosso. A mudança não se dá de uma hora para outra e, para além do fato imediato da ascensão de d. Rodrigo, suas diretrizes expressam transformações estruturais na economia-mundo capitalista, que passava pela Revolução Industrial e pela derrocada do Antigo Regime na Europa e nas periferias coloniais americanas. Para além do que há de episódico, é o rápido avanço desses processos que se explicita no aprofundamento do Reformismo Ilustrado sob o ministério de d. Rodrigo.

Do território, passemos para as ameaças a serem prevenidas. Em seu discurso, d. Rodrigo defende “um sistema militar, terrestre e marítimo, que evite todo o susto de qualquer concussão interior ou exterior.” Concussão para Bluteau era “violência ou fraude de Juiz ou outro Ministro público”. Para Moraes e Silva, além de um sentido semelhante a este, define-se como “abalo, [ou] comoção violenta”²⁰⁸. Como Alexandre Rodrigues Ferreira, que via na opção por Cuiabá uma preocupação maior com os inimigos “do centro” do que com os “de fora”, o ministro tinha suas atenções voltadas para as Revoluções Atlânticas²⁰⁹. Fosse pela ameaça à ordem escravista que o contexto revolucionário agravava (situação que àquela altura já contava com o exemplo do Haiti), fosse pela possibilidade de os súditos portugueses conspirarem pela independência política (para o que havia o exemplo dos Estados Unidos, que poucos

²⁰⁷ Raphael BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez & Latino...* ; Antonio de Moraes SILVA - *Diccionario da lingua portugueza. (BBD)*

²⁰⁸ Raphael BLUTEAU. *Vocabulario Portuguez & Latino...* ; Antonio de Moraes SILVA - *Diccionario da lingua portugueza. (BBD)*

²⁰⁹ “Ofício de Alexandre Rodrigues Ferreira em 23 de setembro de 1803”, Alfredo d’Escagnole TAUNAY. *A Cidade do ouro e das ruínas. op. cit.* p. 118.

anos depois fora seguido, em terras de domínio português, por uma sedição nas Minas Gerais, em 1789), o inimigo interno passa a ser a grande preocupação da Monarquia.

Para fomentar a economia e lidar com esta ameaça, d. Rodrigo propunha novas diretrizes para o “regime interior” dos governos, que incluíam “princípios luminosos de administração, que segurem e afiancem o aumento das suas culturas e comércio”, “a imparcial distribuição da justiça que é a primeira base que segura a tranquilidade interior dos Estados” e “o aumento e prosperidade das rendas reais, que são evidentemente os primeiros e essenciais meios da prosperidade e segurança das monarquias e dos Estados em geral”. Acrescentava que “a escolha dos governadores deve ser o primeiro objeto da atenção dos soberanos”²¹⁰. Temos aí um cuidado em conciliar as dissensões nas capitanias, sendo que nos casos de Mato Grosso e Goiás as experiências de desordens e de denúncias de despotismo acenderam o sinal de alerta, respectivamente em 1795 e 1804. Daí também a incorporação cada vez maior de ilustrados, dentre os quais poucos eram naturais das capitanias do Oeste, mas muitos tinham seus interesses nelas enraizados e com elas se identificavam. É o caso de Joaquim Teotônio Segurado, como também de Ricardo Franco de Almeida Serra. A resposta mais freqüente para as contestações, transgressões e denúncias era a incorporação dos súditos da América e de suas demandas nos processos decisórios, buscando uma maior identificação com a Monarquia. Explica-se também por essas diretrizes a pedagogia política das festas narradas por Siqueira, sendo que o patriotismo presente nessas celebrações também estava nas “memórias” e “reflexões”. Os intelectuais da Monarquia, como talvez possam ser definidos seus autores, eram, ao lado dos governadores, os principais elos que ligavam o centro a cada uma de suas possessões, isto é, a cada um dos territórios concebidos, sobretudo, como espaços de produção e circulação de mercadorias organizados pela Coroa.

Por um lado, um governo guiado, acima de tudo, pela Economia Política e uma preocupação maior com a integração e complementaridade entre os domínios ultramarinos. Por outro, o temor do “inimigo interno” superando o do “inimigo externo” e a conciliação das dissensões como primeiro objetivo dos novos governadores. Esta orientação mais geral da política de d. Rodrigo pode inclusive estar na base da transferência do centro político de Vila Bela para Cuiabá. Primeiro porque a defesa das “conquistas” só fazia sentido com o povoamento e a valorização econômica das

²¹⁰ “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, *op. cit.* p. 281.

“possessões”, não apenas para fins militares. Nos termos de Alexandre Rodrigues Ferreira, o “sertão” e as “dependências domésticas” tornavam-se objetos das atenções no mínimo tanto quanto a “fronteira”. Segundo porque a mudança do centro de poder aplacava antigas tensões e mantinha os cuiabanos na condição de aliados e não de inimigos “do centro”, pois era real a ameaça da passagem da contestação ao governo localmente mal exercido para a crítica mais geral da colonização. Essas transformações podem estar na origem do que denominamos uma interiorização da geopolítica ocorrida entre a virada do século e a formação do Império do Brasil, questão à qual retornaremos mais adiante.

Conhecendo a experiência das “colônias que se separaram da sua mãe-pátria”, d. Rodrigo de Sousa Coutinho traçou seus planos tendo um objetivo que se impunha acima de qualquer outro: “este inviolável e sacrossanto princípio da unidade, primeira base da monarquia que se deve conservar com o maior ciúme a fim de que o português nascido nas quatro partes do mundo se julgue somente português e não se lembre senão da glória e grandeza da monarquia, a que tem a fortuna de pertencer”²¹¹. Concretizando muitos de seus projetos, o ministro também viabilizou um período de acomodação. Porém, após a sua morte, o “inviolável e sacrossanto princípio da unidade” foi rompido, primeiro no 1817 pernambucano, quando o mesmo d. Caetano Pinto de Miranda Montenegro que, segundo Siqueira, deixara os cuiabanos saudosos, foi destituído do governo pelos “patriotas”. Depois, na cidade do Porto, onde em 1820 ocorreu a ruptura mais profunda na organização política do Império. Era a Revolução Constitucionalista que, como não podia prever d. Rodrigo, eclodiu na velho Reino contrapondo-se ao governo de uma Corte na América. Revolução que não tardaria a atravessar o Atlântico e penetrar por todas as vias que levavam ao interior distante do continente americano.

²¹¹ “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, *op. cit.* p. 278.

Capítulo 5

**A Revolução a centenas de léguas do Atlântico:
conflitos, experiências e identidades na crise da
Independência**

Caminhos da Revolução

Em fevereiro de 1821, após mais de dois anos de pesquisas e de andanças, Johann Emanuel Pohl terminou sua viagem pelo interior do Brasil. Estava de volta ao seu ponto de partida, a Corte do Rio de Janeiro. Além de material mineralógico e cerca de 4 mil espécies de plantas, trazia o diário com relatos e impressões sobre as vilas e os caminhos dos sertões. Entre outras coisas, narrava que, em Goiás, havia vivenciado a expansão da economia agrícola ligada à integração do Centro-Sul, discutido as reformas formuladas por ilustrados, e presenciado uma faceta menos edificante dessas políticas, com a guerra de extermínio indígena no rio Tocantins. Já no Porto da Estrela, na baixada fluminense, o naturalista ficou sabendo dos últimos acontecimentos e recebeu cópias das “primeiras proclamações e decretos impressos da nova Constituição”. Chegava finalmente à Corte, “onde diversas e grandes mudanças se tinham verificado durante a minha ausência”.¹

As proclamações e os decretos tinham certamente relações com essas grandes mudanças e a cidade sem dúvida encontrava-se muito mais agitada do que em 1818. Afinal, o naturalista entrou no Rio de Janeiro apenas dois dias após a mobilização do Largo do Rocio que levou d. João VI a jurar a Constituição que se fizesse no Reino de Portugal. A Revolução tinha como epicentro a cidade do Porto e expressava, além da demanda pela constitucionalização da Monarquia portuguesa - ligada à experiência espanhola desde 1812 -, uma série de insatisfações, incluindo o fato de que a transferência da Corte que a princípio era justificada pela guerra, tornara-se uma mudança definitiva. Com o triunfo do movimento em Portugal, as províncias do Brasil foram chamadas a aderir, elegendo deputados para as Cortes que se reuniriam em Lisboa².

A adesão ocorreu primeiramente em Belém, a 1º de janeiro de 1821, e na Bahia a 10 de fevereiro, dando início ao espriamento do movimento nas províncias ao norte da Corte fluminense. Com as notícias dos acontecimentos de Portugal e de seus primeiros desdobramentos no Brasil, e após consultas à alta administração, d. João VI cedeu às pressões das mobilizações no Rio de Janeiro, jurou as bases da Constituição

¹ Johann Emanuel POHL. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São. Paulo: Edusp, 1976. p. 416.

² Sobre a Revolução Constitucionalista do Porto e o chamado à adesão das províncias do Brasil, Márcia Regina BERBEL. *A Nação como Artefato - Os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo, Hucitec, 1999. Sobre o ambiente político e as mobilizações na Corte, Andréa SLEMIAN. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

em 26 de fevereiro e retornou a Lisboa dois meses depois, deixando seu herdeiro d. Pedro como Príncipe Regente no Rio de Janeiro, sem que estivessem bem demarcadas as atribuições de tal regência. Seguindo pelo interior, as notícias atingiram as capitais de Minas Gerais e São Paulo em março e a cidade de Goiás no dia 24 de abril, pelo correio da Corte. A província era governada por Manoel Inácio de Sampaio, que no dia seguinte, diante da rápida difusão de rumores, publicou uma proclamação:

Honrados e bons goianos, chegou enfim o suspirado momento da regeneração da Monarquia portuguesa, e da prosperidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. El-Rei nosso Senhor dignou-se, para ventura nossa de felicitar e jurar no dia 26 de fevereiro próximo passado a Constituição que fizeram as Cortes atualmente reunidas em Lisboa, para as quais são também convocados deputados deste Reino do Brasil. Não se podem calcular as vantagens que de uma tão nobre resolução devem resultar aos portugueses de um e outro hemisfério. São contudo os meus caros goianos os que certamente mais utilizarão, por isso que talvez por falta de quem até agora advogasse os seus interesses se têm conservado sujeitos às mais antigas restrições coloniais, com pouca ou nenhuma modificação, as quais, segundo os princípios liberais das cortes de Lisboa, é quase certo que não subsistirão mais, e eu teria grande consolação de ver em breve tempo alcançados por meios direitos aquelas mesmas providências que esperava obter a seu favor, mas sem dúvida no fim de largos anos, e talvez depois de quantos trabalhos e instâncias, que contudo me não pouparia, apesar da antiga ordem de coisas.

Goianos! O primeiro e grande golpe da nossa felicidade foi dado pelo grande D. João VI, nosso amado soberano, e por seu invicto filho o Príncipe Real do Reino Unido; não o malogreis: cumpre da nossa parte proceder com toda a madureza, circunspeção e prudência nas eleições à que deveis proceder para escolha dos vossos representantes nas Cortes, evitando-se todos e quaisquer distúrbios, cumpre ter confiança na decisão das Cortes, que melhorarão consideravelmente as vossas circunstâncias, cumpre enfim que os atuais empregados públicos da capitania vos continuem a merecer o conceito que nestes últimos tempos vos têm devido pelas ativas providências, dadas em nosso favor, como não podeis ignorar. Com estas cautelas, bem próprias do vosso caráter, vereis dentro em mui breve tempo prosperar a capitania em mineração, agricultura e comércio, de maneira que até a vós mesmos vos seguirá espanto e admiração. Viva a nossa Santa Religião; viva El-Rei Nosso Senhor, o invicto Príncipe Real do Reino Unido e toda a Augusta Casa de Bragança! Vivam as Cortes de Lisboa, e a Constituição! Goiás, 25 de abril de 1821. – Manoel Inácio de Sampaio³

A notícia da Revolução já acompanhava a do juramento de d. João VI às bases da Constituição, o que explica o fato de que é como uma dádiva do Rei que se apresenta a ruptura no discurso da principal autoridade da província. Sampaio convocou e organizou a 26 de abril o juramento ao Rei, às Cortes e à Constituição e dois dias depois estabelecia a data de 7 de agosto para a conclusão do processo eleitoral para escolha dos dois deputados que teriam assento em Lisboa pela província de Goiás⁴. O apelo à “madureza, circunspeção e prudência” deixa claro que a situação do capitão-general não era confortável. Se considerava ser preciso evitar “distúrbios” nas eleições era porque

³ “Proclamação de Manoel Inácio de Sampaio, de 25 de abril de 1821” in, José Martins Pereira de ALENCASTRE. *Anais da Província de Goiás*. Brasília, Ipiranga, 1979. 349-350

⁴ José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 351.

com elas se abriam condições de luta política inéditas; e se ele apelava para que os goianos mantivessem a confiança nos “atuais empregados públicos” era porque sentia que o terreno em que se sustentava sua autoridade ruía com o avanço da Revolução.

Mas talvez o mais interessante na proclamação de Sampaio seja a sua ênfase na aceleração das transformações materiais que se prometia com a nova ordem política. Os goianos “se têm conservado sujeitos às mais antigas restrições coloniais, com pouca ou nenhuma modificação”, situação que as Cortes viriam abolir com “as mesmas providências” que seriam de qualquer forma tomadas, porém em outro ritmo. Tal discurso talvez aponte para a percepção de que a insuficiência das diretrizes para a superação da crise da mineração fosse um argumento potencialmente capaz de articular a oposição à sua autoridade e à ordem política que, apesar de abalar, as notícias não destruíam de imediato⁵. Ademais, antes da notícia da Revolução e em apenas seis meses de governo, Sampaio já havia batido de frente duas vezes com os oficiais locais, primeiro acusando de improbidade a administração da Companhia de Mineração de Anicuns e, em seguida, sustando o pagamento de todas as dívidas da Fazenda da capitania para com particulares e efetuando as despesas com bilhetes de crédito⁶. Não havia, naquele momento, uma articulação em torno da oposição a Sampaio, o que só o embate político seria capaz de construir. O que havia era a erosão de legitimidades consagradas, situação que se aprofundaria nos meses seguintes.

O temor vinha da consciência da crise, cujo aprofundamento e re-enquadramento acompanhavam as notícias do “suspirado momento de regeneração da monarquia portuguesa”, o que veio a ocorrer em Cuiabá cerca de um mês depois. Nesta cidade, que era a sede do governo sem ser a capital, o governador Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho organizou uma cerimônia de juramento no dia 3 de junho de 1821. Em ambas as províncias, como ocorrera em diferentes momentos em todas as demais, tiveram início alinhamentos e oposições fundados nas novas possibilidades política, que erodiam as bases tradicionais da legitimidade.

Quando o chamado dos liberais do Reino chegou às províncias do Brasil, poucos haviam vivenciado uma situação revolucionária, mas todos estavam envoltos pela experiência das Revoluções Atlânticas. “Desejaria que o Brasil fosse o assunto das

⁵ Sobre as políticas do Reformismo Ilustrado para o Oeste, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

⁶ Sérgio Paulo MOREYRA. “O Processo de Independência em Goiás”. In Carlos Guilherme MOTA (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972. p. 256.

conversações”, escreveu Saint-Hilaire sobre um encontro, em 1819, com dois clérigos no interior do país,

mas esses senhores me arrastavam eternamente para a nossa revolução, de que conheciam perfeitamente os fatos principais, para o imperador Napoleão, os seus generais, para tudo, enfim, que sucedera entre nós durante muitos anos. Nossa história contemporânea foi tão extraordinária, prende-se tão intimamente aos destinos do mundo inteiro, que mesmo nas partes mais afastadas da província das Minas, encontrei pessoas que a tinham estudado, e se interessavam pelos seus pormenores.⁷

Também em Minas, Pohl dizia que até mesmo os “soldados nos crivaram de perguntas sobre coisas da Europa, e ficaram tão contentes com as informações que lhes pude dar que mandaram preparar uma galinha para mim”⁸. Com a circulação e o estabelecimento provisório de centenas – provavelmente mais de um milhar – de refugiados e asilados, a capitania de Cuiabá e Mato Grosso vinha de um contato muito mais direto com esse tipo de experiência. Ainda que certamente predominasse o horror à guerra civil, expresso nos discursos das autoridades, é possível que alguns tivessem opiniões e sentimentos distintos sobre o que se passava do outro lado da fronteira. Afinal, a pedagogia da ordem é, em geral, um sinal de que nem todos estão plenamente convencidos de que sua reiteração é a melhor opção a ser tomada.

O fato é que para os goianos, desde abril de 1821, e para os cuiabanos, desde o mês seguinte, a revolução era muito mais do que assunto para a curiosidade ou para as precauções e a piedade com relação aos estrangeiros. Discutir publicamente o plano geral de organização do Estado, além de não configurar mais crime ou transgressão, era a própria base da nova ordem política. A divergência tornava-se legítima e não por acaso os “partidos” tomariam o vocabulário político a partir de então - e nem sempre com um sentido negativo. A liberdade de imprensa, ainda que não resultasse na criação de periódicos nessas províncias, contribuiu crescentemente para a ampliação dos espaços públicos e para a difusão de idéias e de projetos políticos.

Acima de tudo, a notícia do triunfo da revolução lançava, por onde passava, as bases de um sistema representativo. As eleições eram até então restritas aos escrutínios das corporações municipais, que tinham um sentido radicalmente diverso daquele que passavam a ganhar, pois através deles não se elegiam representantes de uma nação, ou mesmo de uma fração dela, mas a cabeça do governo dos povos de uma parte da

⁷ Auguste de SAINT- HILAIRE. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944. (coleção Brasileira, vols. 68 e 78). Tomo I, p. 100. Mais adiante (p. 140), o naturalista narra outro encontro no qual a Revolução Francesa é trazida à conversa.

⁸ Johann Emanuel POHL. *op. cit.*

Monarquia. Por mais que a racionalização administrativa interviesse nas câmaras, elas seguiram sendo corporações fundadas em concepções jurídicas e políticas do Antigo Regime português, o que só se alterou mais profundamente na década de 1820. Além disso, elas tinham um alcance local e reforçavam relações políticas numa esfera que não a das capitanias ou províncias. Estas eram, acima de tudo, espaços de poder de um capitão-general, e mesmo os governos interinos, como os que foram estabelecidas em Vila Bela em 1796, 1803 e 1805 não envolviam qualquer votação.⁹ Tais governos eram compostos pelo ouvidor, pelo militar mais graduado e pelo vereador mais velho, prática que estava fundada no costume e no direito.

Mas foi à notícia da destituição dos capitães-generais da Bahia e de São Paulo que não sobreviveu a legitimidade do poder de Sampaio e de Magessi, notícia que chegou a Goiás, em julho, e a Cuiabá, em 18 de agosto, em ambos os casos através do comerciante cuiabano Antonio Navarro de Abreu¹⁰. Em, Cuiabá, segundo um dos envolvidos na disputa política, “logo se espalhou a notícia dos sucessos da Corte, da existência dos governos provisórios criados em muitas províncias, o que alvoroçou de tal modo os ânimos que no geral quiseram também o seu Governo Provisório”¹¹. O resultado é que dois dias após a chegada de Navarro o governador era informado oficialmente que “a Tropa da Primeira e Segunda Linha, o clero, a Nobreza e o povo desta Cidade de Cuiabá, deliberaram e resolveram a ereção de uma Junta Governativa Provisória, e efetivamente elegeram 9 Deputados para comporem a dita Junta, que se acha instalada; em consequência de tais acontecimentos Vossa Excelência se suspenderá do lugar que ocupava”¹² Magessi não resistiu à deposição e o governo se estabeleceu sem grandes conflitos. Porém, ainda que o capitão-general tenha tomado posse nesta cidade em 1819, a capital legal era a cidade de Mato Grosso, cujos habitantes sequer foram consultados sobre a deposição e, portanto, não tiveram parte na eleição¹³. Se considerarmos o hiato de apenas dois dias entre a deposição e a eleição e posse da Junta, fica claro que não houve participação de nenhuma outra parte da província no processo

⁹ Vila Bela da Santíssima Trindade foi elevada a cidade de Mato Grosso em 1818. Também era referida como “cidade da Santíssima Trindade” no período do constitucionalismo.

¹⁰ Sobre a passagem de Navarro por Goiás, José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 352.

¹¹ Luís d’Alincourt *apud* Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969, p. 501-502.

¹² “Deposição do Governador Capitão General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho - 21 de agosto de 1821” *APMT/DHMT*, Doc. 50.

¹³ Sobre a transferência do centro de poder da cidade de Mato Grosso para a de Cuiabá, ver a última parte do capítulo 4. A alteração era bastante recente, sendo que o juramento às Cortes ocorreu menos de quatro meses após o último ato da mudança do aparelho administrativo – a transferência da Junta do Desembargo do Paço. Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. *op. cit.* p. 463.

eleitoral. Na verdade, as localidades foram apenas notificadas sobre o novo governo¹⁴. Com o correr da notícia pela província, o governo foi reconhecido pelos núcleos subordinados à repartição de Cuiabá, mas não pela cidade de Mato Grosso, que elegeu uma Junta no dia 11 de setembro, acusando a ilegalidade do governo cuiabano.

Para tratar da questão da formação e do conflito entre as juntas governativas, começamos por Goiás, onde os desdobramentos da Revolução Constitucionalista também envolveram a disputa entre centros de poder. Com um território mais complexo do que o da província vizinha, mantendo relações intensas e freqüentes com diversas partes do Brasil, e tendo um governador menos propenso a aceitar sua destituição, o processo de formação dos governos e de composição das alianças políticas foi muito mais complicado, demandando, portanto, uma análise à parte.

Entre Goiás e a Palma: a disputa provincial

a) as proclamações e a formação dos governos provisórios

Conforme convocação do capitão-general, foram eleitos no dia 7 de agosto os deputados por Goiás para as Cortes de Lisboa, sendo escolhidos Luiz Antonio da Silva e Sousa e Joaquim Teotônio Segurado - as duas figuras de maior destaque do Reformismo Ilustrado goiano. O primeiro era um clérigo e professor régio nascido em Minas Gerais, mas estabelecido há muito em Meia Ponte, autor de uma das primeiras narrativas históricas da capitania e que manteve estreitas relações com os últimos governadores. O segundo era um magistrado nascido em Portugal, mas profundamente ligado ao norte goiano, responsável pela formulação e implementação dos projetos de integração ao Grão-Pará e de reordenamento territorial, com a criação da vila da Palma e da comarca de São João das Duas Barras.¹⁵ O suplente era Plácido Moreira de Carvalho, comerciante natural de Meia Ponte que vivera na Europa durante as Guerras Napoleônicas e fora feito prisioneiro na invasão francesa em Portugal. Ao retornar a Goiás, foi um dos fundadores de São Pedro de Alcântara, participando ativamente da guerra indígena na fronteira entre Goiás e o Maranhão. Ligado à navegação do Tocantins, estava no Pará quando de sua eleição como suplente.¹⁶

¹⁴ Carlos Alberto ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1) p. 34.

¹⁵ Sobre Luiz Antonio da Silva e Sousa e Joaquim Teotônio Segurado, ver o capítulo 4 desta dissertação.

¹⁶ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 247-251.

Uma semana após o pleito, com a notícia da formação de outras juntas, a oposição ao governador, que já se manifestava através de proclamações e pasquins, tomou a forma de uma tentativa de deposição. A articulação para a formação de um governo provisório tinha como lideranças o padre Luís Bartolomeu Marques, que havia sido secretário de governo do predecessor de Sampaio, e o capitão Felipe Antonio Cardoso, talvez o maior proprietário de gado do norte goiano, com negócios voltados para a Bahia e Pernambuco¹⁷. Marques foi inicialmente repreendido por Sampaio por ser considerado o autor de pasquins que circulavam desde julho na cidade e, com o fracasso da tentativa de destituição, em 14 de agosto, fugiu para o interior da província. Cardoso e o soldado Felizardo Nazaré foram presos na mesma ocasião, acusados de aliciar parte das tropas da capital para a deposição do capitão-general. Uma devassa foi aberta, acusando seis indivíduos, incluindo Marques, Cardoso e Nazaré, pela instabilidade na província. No dia seguinte, foi afixada uma nova proclamação de Sampaio reafirmando sua adesão às Cortes e acautelando contra os “conselhos dos inimigos da ordem social”¹⁸. Já a 18 de agosto chegava o decreto que autorizava a formação de Governos Provisórios nos lugares em que os governadores se opusessem à adesão às Cortes e à organização das eleições. Diante de uma nova profusão de pasquins e proclamações, Sampaio fez novo apelo, explicando as razões de a lei não se aplicar na província¹⁹. Ocorre que, mesmo não correspondendo ao procedimento legal, a deposição dos capitães-generais e a formação de juntas provisórias já haviam se dado em diversas províncias e era com base nessa experiência que o movimento ganhava força.

Com o acirramento da disputa política, a câmara municipal enviou um ofício, a 21 de agosto, pedindo ao governador que esquecesse o passado para acalmar a situação. Em resposta – e com a pressão dos vereadores por uma definição – Sampaio decidiu libertar os que haviam sido presos e banir estes e os demais implicados na devassa para pontos afastados da cidade. Desta feita, decidiu-se

que o soldado Felizardo de Nazaré fosse para um destacamento que eu propus ser o de Lagoa Feia, na estrada da Bahia; que o capitão Francisco Xavier de Barros fosse comandar o destacamento de Santa Maria, na ribeira do Paranã; [...] que o padre José Cardoso se retirasse para seu benefício de vigário da Aldeia de Formiga e Duro; que o capitão Felipe Antonio Cardoso se retirasse para a sua Casa no distrito de Arraias, na comarca de S. João das Duas Barras; e que o padre Luiz Bartolomeu Marques [ficasse] tão somente obrigado a retirar-se a 50 léguas desta cidade; quanto ao professor Lucas Freire de Andrade nada pude

¹⁷ Johann E. POHL, *op. cit.* p. 278.

¹⁸ “Proclamação de 15 de agosto de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 353-354.

¹⁹ “Proclamação de 20 de agosto de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 355-357.

conseguir por ele mesmo dizer que queria sair da Capitania; e foi igualmente combinado o prazo de oito dias para cada um dos cúmplices sair desta cidade.²⁰

Comunicado sobre o ocorrido, o Príncipe Regente repreendeu Sampaio por considerar mais conveniente manter “os turbulentos debaixo de sua imediata vista e guarda, do que mandá-los para o interior, onde vão revoltar os povos”²¹. Todos os locais citados estavam na comarca de São João das Duas Barras (também referida nas fontes como comarca da Palma ou do Norte) e, de fato, pelo menos um dos banidos, o capitão Cardoso, viria a ter um papel importante no novo momento da luta política que se abria. Informado sobre os fatos de meados de agosto, o ouvidor e deputado eleito às Cortes de Lisboa, Joaquim Teotônio Segurado partiu de Traíras para Cavalcante, onde articulou a formação de um Governo Provisório, lançando seguidas proclamações, sendo a primeira delas de 15 de setembro:

Habitantes da comarca da Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior. Eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta comarca ficou em ferros. Palmenses! Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a constituição! Abolam-se esses tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas leis adaptáveis a esta pobre comarca. Saídas de gados, décima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro e aço e ferramentas ficam abolidas, todos os homens livres têm direitos aos maiores empregos; a virtude e a ciência, eis os empenhos para os cargos públicos. Todas as cabeças de jugado darão um deputado para o governo provisório; os arraiais de S. José, S. Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante, onde reside interinamente o governo provisório. Depois de reunidos todos os deputados, se decidirá qual deve ser a capital, e nela residirá o governo. Os soldados que quiserem sentar praça de infantaria vencerão cinco oitavas por mês, e na cavalaria seis e meia. Palmenses, ânimo e união! O governo cuidará de vossa felicidade. Viva a nossa Santa Religião, viva o Sr. D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a Casa de Bragança, viva a Constituição que se fizer nas Cortes reunidas em Lisboa. Cavalcante, 15 de setembro de 1821. – Presidente Joaquim Teotônio Segurado, Manoel Antônio de Moura Teles, José Zeferino de Azevedo, José Vitor de Faria Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Matos, Francisco Xavier de Matos, Luiz Pereira de Lemos e Joaquim Rodrigues Pereira²².

Esta proclamação interessa-nos neste momento, por dois motivos principais²³. Em primeiro lugar, a politização de um referente identitário “palmense” era um fato

²⁰ Manoel Inácio de Sampaio *apud* Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.* p. 33-34.

²¹ Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.* p. 34.

²² “Proclamação de 15 de setembro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 358-359.

²³ Sendo esta proclamação o anexo número 1 da Emenda 2S0001-9 da Constituinte de 1988 para a criação do Estado do Tocantins, voltaremos a ela mais adiante, na discussão sobre os “mitos de origem” provinciais e estaduais. “Emendas oferecidas ao substitutivo - II Comissão da Organização do Estado”. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

inédito. Para além do vocábulo, os territórios coincidentes da comarca de São João das Duas Barras e do município da Palma (estabelecidos respectivamente em 1809 e 1814, nos dois casos por iniciativa de Segurado) serviam claramente de moldura ao apelo para a formação de um governo. O chamado não diz respeito aos da comarca de Goiás, que apesar de serem “nossos irmãos” que gemiam sob o despotismo do governador, não eram convidados a aderir ao governo. Além disso, percebe-se que tivera alguma importância para a eclosão do movimento a prisão de “um dos principais habitantes desta comarca”, isto é, do capitão Cardoso.

Em segundo lugar, percebe-se a estratégia de conquistar a adesão dos principais arraiais da comarca – isto é, de todos os que eram cabeças de julgado, mais os de São José, São Domingos, Chapada e Carmo – através de um critério eleitoral que os igualava. Cada núcleo elegeria um deputado e, além do mais, o local da própria capital seria decidido apenas com a reunião de todos os representantes. Esta estratégia aponta para a percepção que tinham os autores da proclamação de que não seria tarefa fácil articular politicamente o espaço da comarca. Não havia um centro de coesão que organizasse aquele espaço, pois a vila da Palma não só era muito recente, como tinha pouca expressão em termos económicos e demográficos. Apesar de ser sede do município e da comarca, os trâmites administrativos não estavam centralizados na vila, pois desde 1809 Segurado havia residido não apenas nela, como nos arraiais de Porto Real, Arraias e Natividade. Além disso, boa parte desses trâmites convergia em cada sede de julgado, seguindo daí para a capital, pois por mais que o ouvidor acumulasse outras funções, o governador exercia sua autoridade sobre toda a capitania²⁴. A abolição dos tributos, incluindo os que recaíam sobre a pecuária, tinha também o fim de conquistar as adesões dos julgados, e é mesmo provável que fosse a política tributária a principal das “antigas restrições coloniais” às quais se referia Sampaio em sua primeira proclamação.²⁵ Por sua vez, a necessidade de reforçar as tropas era a primeira medida de prevenção contra uma eventual reação do capitão-general. A este medida se seguiram as nomeações de dezenas de oficiais militares e de funcionários da justiça e administração. Também por ordem do governo foi confiscada uma remessa de receitas da Fazenda Real, fruto de arrecadação fiscal nos julgados do norte, que estava sendo levada a Vila Boa por um soldado.

²⁴ Sobre a criação do município e da comarca e a atuação de Segurado desde 1804, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

²⁵ “Proclamação de Manoel Inácio de Sampaio, de 25 de abril de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 349-350.

Dois dias depois da primeira proclamação, o governo liderado por Segurado lançou uma segunda, voltada desta vez também para os “goianos”:

Povos palmenses e goianos! Quando o Porto arvorou o estandarte da liberdade e da regeneração portuguesa, havia em Lisboa um governo nomeado por S.M. Cavalcante arvora o estandarte da liberdade goiana, residindo em Goiás um governador também nomeado por S.M. Os portuenses tiveram a aprovação do melhor por soberanos, conseguiram as aclamações gerais, e cobriram-se de uma glória eterna. E não temos nós os moradores de Cavalcante a mesma aprovação, as mesmas aclamações, a mesma glória? Goianos e palmenses! Todo o homem livre tem direito a gozar de sua liberdade. Vós sabeis a que vexames tendes estado sujeitos! Agora que todo o povo do Brasil tem sacudido o jugo dos capitães-generais, agora que Cavalcante nos dá o mesmo exemplo, sereis os únicos que tereis a paciência de continuar a suportar as algemas e as cadeias, em que temos jazidos escravizados? Tendes porventura receio de que o General de Goiás venha com suas força escravizar-nos? Povos, nem ele tem força, nem que as tivesse as poderia empregar contra nós. Cinquenta soldados de linha! Desses necessita ele em Goiás para conservar seu despotismo! Ele sabe que nós temos mil bravos e destemidos sertanejos, que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam. Tem milicianos? Também nós os temos; todos são irmãos, todos têm o mesmo interesse; se cá os mandar, eles em vez de balas nos oferecerão ramos de oliveira, e, unidos sob a bandeira da constituição, iremos todos desterrar para longe um ente monstruoso, que se chama – capitão-general – Povos, abre os olhos, e vereis que no Brasil já não há governadores e capitães-generais, já não há juntas de fazenda, arbitrarias na sua administração; não há mais ouvidores e juizes caprichosos e apaixonados; tudo está mudado; os povos já não são governados por Paxá, mas por governos provisórios, compostos dos homens mais sábios e mais honrados de cada província. As juntas de fazenda dão todos os meses ao povo, conta da sua administração; os magistrados são os homens da lei. Quando a face do Brasil está mudada, será Goiás a única província que fique insensível aos seus males? Goianos! Nós, os habitantes de Cavalcante, arvoramos o estandarte da liberdade, seja ele o ponto da nossa reunião, e nós todos seremos felizes! Viva a religião! Viva o senhor D. João VI! Viva a constituição e a liberdade! Vivam os povos das comarcas de Goiás e da Palma! - Sala do governo, 17 de setembro de 1821 – Presidente, Joaquim Teotônio Segurado – Secretário, Francisco Joaquim Coelho de Matos – Manoel Antônio de Moura Teles – José Zeferino de Azevedo – João Luiz de Sousa – Luiz Pereira de Lemos – Joaquim dos Santos e Vasconcelos – Joaquim Rodrigues Pereira.²⁶

Desta proclamação também importa destacar alguns pontos. Em primeiro lugar, uma possível reunificação política não é claramente enunciada, mas há certa ambigüidade quando se afirma que o estandarte da liberdade deve ser “o ponto da nossa reunião”, pois disso se poderia supor que assim que se vissem livres do jugo do capitão-general, os goianos poderiam se juntar aos palmenses sob um mesmo governo. Ainda assim, não há qualquer apelo para a adesão de julgados da comarca de Goiás. Em segundo lugar, surge uma justificativa para a subversão das hierarquias territoriais que viria a se repetir em Cuiabá: a comparação com a eclosão da Revolução na cidade do Porto. Esta cidade, não sendo capital de Portugal, constituiu-se provisoriamente em

²⁶ “Proclamação de 17 de setembro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 359-360.

centro de poder para todo o Reino, sem que disso resultasse a desaprovação de d. João VI ou dos lisboetas, que a seguir aderiram à Revolução. Com isso, afirmava-se que a legitimidade, inclusive para a constituição de centros de poder, não estava no que fora pré-estabelecido pela Monarquia, mas na eclosão e nas adesões à Revolução, isto é, no “estandarte da liberdade e da regeneração portuguesa”, erguido no Porto em 1820 e em Cavalcante no ano seguinte. Em terceiro lugar, do exemplo das outras províncias passava-se à afirmação da situação peculiar de Goiás, pois segundo os redatores, “no Brasil já não há governadores e capitães-generais”. A experiência da formação de governos provisórios, ainda que nem sempre constituídos segundo as normas previstas pelos revolucionários portugueses, tornava não só justificável como necessária e urgente a deposição do governador, figura tida por sobrevivência anacrônica a ser desterrada.

Em quarto lugar, a proclamação coloca em questão, de forma ameaçadora, a correlação das forças militares no espaço provincial. Contava o governador com “cinquenta soldados de linha” e com milicianos²⁷. O governo da Palma tinha, por sua vez, além de milicianos, “mil bravos e destemidos sertanejos, que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam”. Considerando-se que as milícias eram formadas por indivíduos que viviam de outras atividades (não sendo, portanto, um exército regular), o que se afirma na proclamação é que apenas a tropa paga seria leal ao governador, pois os milicianos agiriam segundo seus próprios interesses, que (ainda segundo os redatores) eram os mesmos no sul e no norte. Mais interessante é a referência aos mil “sertanejos” como uma força avassaladora, não enquadrada nos corpos militares. A ameaça sem dúvida sobrevaloriza as condições de arregimentação, mas ainda assim revela a confiança num poder de mobilização para a guerra que não encontrava correspondente na capital. Tratava-se provavelmente da referência a uma população rural, pobre e livre, ligada à pecuária. O recurso militar aos “sertanejos” poderia desequilibrar decisivamente a correlação de forças a princípio favorável ao sul, onde a população era muito mais numerosa, mas também onde os escravos

²⁷ O contingente total das tropas pagas na capitania apresentado pelo capitão-general Francisco de Assis Mascarenhas, em 1806, era de 174 praças. “Mapa da situação política, econômica, social, militar, religiosa e outras informações da capitania de Goiás”, do governador d. Francisco de Assis Mascarenhas. In *Memórias Goianas*, *op. cit.* vol. I, p. 107. Segundo Auguste de SAINT-HILAIRE (*op. cit.* Tomo I, p. 318-320), em 1818 havia cerca de 150 soldados pagos na capitania, o que confirma a escala apresentada pelo governador. Além da guarnição da capital, Saint-Hilaire (e também Pohl) encontrou esses soldados dispersos por registros, aldeias indígenas decadentes e arraiais, e freqüentemente acusou a falta de pagamento dos soldos, que podia chegar a quatro anos, “enquanto que funcionários ociosos se enriqueciam à custa do tesouro real e dos infortunados agricultores!”.

predominavam por toda a parte, dificultando e tornando menos aconselhável uma ampla arregimentação. Não descartamos, porém, a possibilidade de que a ameaça se refira, não à população da área de pecuária, mas aos que estavam há dez anos em constante e intensa guerra com e contra os indígenas no extremo-norte da capitania, o que daria maior gravidade ao discurso, por se tratar de uma população já militarizada.²⁸

Finalizando a sequência de proclamações que se seguiram à instalação do governo em Cavalcante, escreviam Segurado e seus aliados em 24 de setembro:

Goianos! A província de Goiás é talvez a mais pobre do Brasil, e contudo, é a única que conserva no seu seio um capitão-general, é a única que ainda se vê obrigada a pagar um empregado público um soldo de quase 6:000\$000. Quatorze mil cruzados só a um homem, que governa contra a vontade do povo! Quatorze mil cruzados que chegam para pagar setenta bravos defensores da pátria! Que é isto, goianos! Tendes direito a expulsá-los, e consentis que ele continue a governar-vos? E a governar-vos com um braço de ferro? Não tendes ânimo, não tendes valor? Estamos reunindo forças suficientes para irmos ao vosso socorro, e ajudar-vos a expelir o capitão-general. Estabelecei o vosso governo provisório à imitação de todo o resto do Brasil. Imitai-nos. Sem efusão de sangue estamos livres do capitão-general, e só dependemos das cortes de Lisboa, del-Rei e do Príncipe – Cavalcante. Sala do governo, 24 de setembro de 1821 – Presidente, Joaquim Teotônio Segurado – Vice-presidente, Francisco Joaquim Coelho de Matos – Manoel Antônio de Moura Teles - Joaquim Rodrigues Pereira – José Zeferino de Azevedo – Luiz Pereira de Lemos – João Luiz de Sousa.²⁹

Além de reiterar certos argumentos das proclamações anteriores, o governo de Cavalcante afirmava estar reunindo forças para marchar ao sul e “expelir o capitão-general”, deixando como opção a um enfrentamento armado a formação de outro governo na capital, à imitação do que ocorrera no norte. Assim, ampliava-se a ameaça a Sampaio e ficava claro que o chamado aos “goianos” era para que formassem outro governo e não para que se reunificasse a província, o que em nenhum momento aparece como possibilidade.

Percebe-se, por essas proclamações que o governo instituído em Cavalcante, em setembro de 1821 era, ao mesmo tempo, o resultado de um arranjo improvisado e provisório de forças políticas e a expressão de uma diferenciação no espaço da capitania. Formado em consequência da recusa de Sampaio em abandonar o posto e da repressão sofrida por seus opositores, expunha desde os primeiros dias a pretensão de se

²⁸ Era parte dos nossos objetivos iniciais analisar nesta dissertação as alterações nos sentidos do vocábulo “sertão” e de outros, derivados ou relacionados a este, incluindo “sertanejo”. Infelizmente não foi possível concluir esta análise até o momento, o que sem dúvida não deixaremos de fazer em outra oportunidade. O que podemos afirmar com segurança, e interessa quanto a esta passagem, é que no início do século XIX, “sertanejo” poderia significar tanto a população de áreas rurais periféricas (sobretudo as de pecuária extensiva), cujo modo de vida se contrapunha ao das cidades e das áreas de agricultura mercantil; quanto um sinônimo de “sertanista”, isto é, aquele que devassa os espaços não incorporados à colonização e domina as técnicas de guerra indígena.

²⁹ “Proclamação de 24 de setembro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 360.

instituir em governo separado do da capital, mesmo em caso de destituição do capitão-general.

Na cidade de Goiás, as notícias e as primeiras proclamações do norte chegaram a partir de 29 de setembro. Ao tomar conhecimento do ocorrido, Sampaio convocou a câmara e os comandantes das tropas para conferenciar sobre as medidas a serem tomadas. Chegando-se à conclusão de que deveriam partir imediatamente forças militares para reunificar a província, não houve, porém quem aceitasse a missão de comandá-las. As ameaças do governo de Cavalcante tinham surtido efeito. Diante do impasse, Sampaio enviou um ofício ao Rio de Janeiro, atribuindo o movimento ao padre Marques e a “instigações vindas do sertão da Bahia”. Pedia orientações para a situação e previa que em pouco tempo, para evitar “efusão de sangue”, seria forçado a abandonar a província³⁰. A resposta expõe claramente as limitações da Corte do Rio de Janeiro para a arbitragem direta dos conflitos, num contexto de aprofundamento da crise. Com uma demora de dois a três meses para que uma correspondência chegasse a Goiás, os ministros de d. Pedro tinham consciência de que suas recomendações de nada adiantariam, pois encontrariam um estado de coisas radicalmente diverso. Não podendo “aqui prever-se quais possam ser os recursos mais adaptados a esse estado de agitação popular”, sugeria-se apenas em termos vagos que Sampaio usasse dos meios possíveis para sustentar sua autoridade e que, não o sendo possível, procurasse garantir um processo legal para a formação de um governo provisório³¹. A primeira medida efetivamente tomada foi uma nova proclamação destinada ao norte da província:

Goianos da comarca de S. João das Duas Barras! Quando, depois de expulsado pelo povo desta cidade o cabeça e o motor da desordem, que aqui se tentou perpetrar, eu recebia de todos os povos desta comarca de Goiás as mais decididas provas de perfeita adesão às autoridades estabelecidas por Sua Majestade, na conformidade das leis fundamentais da nação, acabo com o maior desgosto de saber que o vigário de Cavalcante, levado da desmarcada ambição de escravizar todos os povos dessa comarca, como tem constantemente escravizado os desgraçados moradores de Cavalcante, se lembrou (por insinuações sem dúvida daquele cabeça expulso) de erigir naquele arraial um intruso governo, que ele denomina provisório de toda a comarca, atacando por esta maneira os inalienáveis direitos de Sua Majestade, e violando as determinações das Cortes, que só permitem o estabelecimento de tais governos provisórios naqueles lugares em que as autoridades constituídas se opõem ao juramento da constituição e à nomeação dos respectivos deputados, e que, dados estes dois passos, recomenda, contudo, o maior sossego, e o maior respeito às leis existentes e às autoridades constituídas segundo as mesmas leis. E, como se aquele crime fosse pequeno, passou o mesmo vigário de apoderar-se das rendas reais, que dos diversos arraiais dessa comarca se remetiam para o erário desta capital, afim de suprirem as despesas públicas,

³⁰ José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 362.

³¹ Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.* p. 38.

pretendendo por esta forma constituir seus feudatários todos os outros arraiais da comarca. E, para mais despoticamente dispor de tudo, organiza o governo com pessoas da sua facção, todas residentes nos arredores de Cavalcante, sem contemplação com as pessoas de bem dos outros arraiais, quase todos muito mais populosos e mais interessantes do que o de Cavalcante. E sujeitar-vos-eis vós a uma tal humilhação? Tão baixos sentimentos não existem certamente em corações goianos! Não vos aconselho, contudo, que mancheis as vossas mãos com sangue goiano, o que seria totalmente contrário aos meus desejos e às pias intenções do Príncipe Regente e das Cortes da Nação. Aconselho-vos, sim, que desistais e não vos submetais às sugestões daquele vigário, desonra do nome goiano, certos de que dentro em poucos dias o mesmo crime o vai confundir, que eviteis toda a comunicação com o povo que ele tem comprometido e escravizado, a fim de que na capitania de Goiás se não repitam as tristes cenas, que tantas calamidades têm causado aos baianos e paulistas; aconselho-vos que não queirais por alguma condescendência indiscreta cair no desagrado do príncipe regente e das cortes, que têm prefixado os limites da marcha que se deve seguir para a nossa regeneração política, que é a mesma que eu, primeiro que ninguém, fiz adotar nesta capitania, além da qual não é permitido passar; aconselho-vos, enfim, que vos mostreis sempre dignos do grande nome de portugueses, cidadãos do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, nome que presentemente causa inveja a todas as nações pela constância de sofrimento na adversidade, e pela prudência, moderação e uniformidade de sentimentos na atual regeneração política, o que todo se transtornará, se, por meio de tumultos e outras semelhantes desordens locais e parciais, filhas do capricho e desmarcada ambição, se alterar a tranquilidade e sossego com que devem ser tratados os grandes negócios da nação. Não desconheço a justiça dos queixumes desse povo contra a antiga administração desta capitania, mas também vós não podeis deixar de conhecer quanto eu me tenho esforçado para os fazer cessar, providenciando aquilo que cabe na minha autoridade, e dirigindo ao antigo ministério as necessárias representações para serdes em tudo iguais aos outros cidadãos portugueses, as quais, se então não foram atendidas em razão da antiga ordem das coisas, sê-lo-ão, sem dúvida, perante as cortes da nação, uma vez que, pela irregularidade e inconsideração dos vossos procedimentos, não incorrais no desagrado das mesmas cortes e da nação – Vivam as cortes! Viva a constituição! Viva el-rei! Viva o Príncipe Regente! Vivam os bons goianos! Goiás, 1º de outubro de 1821 – Manoel Inácio de Sampaio.³²

Percebe-se que na proclamação Sampaio volta a atribuir a formação do governo ao vigário de Cavalcante, incentivado pelo “cabeça expulso” que decerto era o padre Marques, e secundado por sua facção. Também reitera a visão de que a Revolução é uma aceleração das mudanças que as reformas trariam de qualquer maneira e acrescenta que, apesar de ser um rompimento da legalidade, ela não anula nem o poder das autoridades constituídas nem a legislação pretérita. As Cortes “têm prefixado os limites da marcha que se deve seguir para a nossa regeneração política” e os passos dados para além desses limites poderiam levá-los a “cair no desagrado” dos constituintes e do Príncipe Regente, o que colocaria em risco as alterações requeridas desde os tempos da “antiga ordem de coisas”. As experiências dos governos provisórios se apresentam como exemplos negativos, de “tristes cenas” e “calamidades”.

³² “Proclamação de Manoel Inácio de Sampaio, de 1º de outubro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 363-364.

Acima de tudo, o que chama atenção no discurso de Sampaio é a sua estratégia argumentativa, que de certa forma já se insinua quando da definição do público ao qual se destina a proclamação: os “goianos da comarca de S. João das Duas Barras”. Ao contrário dos discursos vindos daquele governo, Sampaio evita qualquer menção a um referente identitário “palmense”, tratando todos por “goianos”. O governo instituído em Cavalcante, que se autodenomina “de toda a comarca”, além de ser “intruso” era apenas de Cavalcante. O governador tinha consciência da fragilidade das articulações entre os núcleos do norte e fundamentava sua estratégia na tentativa de desconstruir o discurso de unidade da comarca e de denunciar que um arraial estava se colocando acima de todos os demais. Os membros do governo seriam todos “residentes nos arredores de Cavalcante, sem contemplação com as pessoas de bem dos outros arraiais, quase todos muito mais populosos e mais interessantes” que este. A situação configurava, segundo ele, uma “humilhação” para esses núcleos e uma apropriação de seus recursos, pois com as receitas fiscais sendo confiscadas pelo governo “intruso” este pretendia “constituir [em] seus feudatários todos os outros arraiais da comarca”.

Porém, a habilidade política de Joaquim Teotônio Segurado mostrava-se nas proclamações de setembro justamente no apelo aos arraiais que os colocava em condições de igualdade, podendo inclusive qualquer um deles disputar a condição de capital. Quanto aos recursos fiscais, a abolição imediata de diversos tributos já havia sinalizado para as vantagens de submeter-se àquele governo e, além disso, a apropriação do que se destinava ao sul não deixava de simbolizar o fim da opressão de uma capital distante. Fossem sujeitos à cidade de Goiás ou a algum dos arraiais da comarca do norte, as decisões e as receitas seguiriam centralizadas. A questão é que o governo que provisoriamente se estabeleceu em Cavalcante propunha condições mais vantajosas e contava com relações muito mais efetivas com a grande maioria dos arraiais da comarca. Como resultado, o governo do norte venceu a primeira batalha: a da disputa pela adesão dos arraiais através das proclamações e das articulações com os conselhos e com alguns indivíduos das localidades. Dentre os nove julgados do norte, apenas os dois mais próximos à capital – Traíras e São Félix – recusaram sua adesão. Porém, como veremos, a unidade não resistiria às discordâncias quanto à definição da sede do governo.

Diante de novas notícias – além daquelas de Cavalcante, a da instrução do Príncipe Regente para a criação de governos em Minas Gerais e Pernambuco -, Sampaio convocou a câmara a organizar uma eleição para um governo provisório na cidade de

Goiás, no dia 3 de novembro. Com um prazo curto, pois a decisão ocorrera em 22 de outubro, seria constituída uma junta interina contando apenas com indivíduos presentes na capital. Alguns dias antes da data determinada, o presidente da câmara, José Rodrigues Jardim, que chegara de viagem ao Rio de Janeiro, retomou o posto e liderou uma tentativa de invalidar o processo eleitoral, exigindo que fossem consultados os diferentes julgados. No dia 3, o pleito acabou por ser interrompido diante da presença irredutível da tropa, que insistia em votar contrariando os critérios que haviam sido definidos para o processo³³. Segundo relato do governador, em carta ao vigário de Traíras, a câmara havia acordado em constituir um governo interino com “as pessoas mais inteligentes”, mas voltara atrás³⁴. O que estava em jogo eram os critérios de ingresso no espaço que se abriria com a formação da junta na cidade de Goiás, pois com o aprofundamento da crise as normas eleitorais tornavam-se flexíveis – e, portanto, negociáveis. Tanto os que tinham seus interesses ligados aos julgados, quanto os da capital que não pertenciam à governança, à magistratura, ao clero ou ao oficialato militar pressionavam por uma eleição que os contemplasse.

No dia 29 de dezembro, diante de uma nova ameaça de destituição violenta, Sampaio convocou os vereadores para, no dia seguinte, deliberar sobre a reorganização do processo eleitoral. Decidiu-se pela eleição imediata de uma junta interina, sendo “convidados pelo porteiro da câmara o clero, os magistrados, os oficiais da 1ª e 2ª linha, e as pessoas que costumam andar na governança”³⁵. Foi estabelecido ainda que esta junta daria lugar a um governo eleito por todos os julgados leais à capital, assim que houvesse tempo hábil para a convocação dos eleitores. Jardim, que era presidente da câmara e já havia manifestado oposição a decisões que excluíssem os julgados, se ausentou da eleição da junta. O resultado do pleito foi a escolha de Sampaio como presidente e de nomes indicados por ele e pelos oficiais municipais como membros. Em nova proclamação, a câmara anunciava aos goianos que “o ex-governador da província demitiu-se da sua autoridade, e não duvidou reparti-la com seus concidadãos, em que tendes maior confiança”³⁶. Como era de se esperar as oposições continuaram se agravando. Já em 1º de janeiro 1822, Sampaio requisitava o afastamento do cargo; tendo o pedido negado, declarou-se afastado uma semana depois.

³³ José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 365.

³⁴ Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.*

³⁵ “Ato de juramento e posse da junta administrativa, 30 de dezembro de 1821” in José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 367.

³⁶ José Martins Pereira de ALENCASTRE. *op. cit.* p. 369.

Após a saída de cena do ex-governador, seus antigos aliados também abandonaram a junta, cedendo a sucessivas pressões. No dia 8 de abril foi concluído o processo eleitoral para o governo provisório com participação dos seis julgados da comarca de Goiás e dos dois da comarca de São João das Duas Barras que permaneciam leais à capital. Sendo o processo indireto, o pleito final ocorreu entre os votantes escolhidos nos julgados. Como afirma Sérgio Paulo Moreyra, “controlando dez dos dezesseis votantes, uma coalizão Goiás-Meia Ponte elegeu o governo que desejava”³⁷. Chegavam pela primeira vez ao poder provincial o presidente da câmara José Rodrigues Jardim, o padre de Meia Ponte Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e, a partir de agosto, o também padre Luís Bartolomeu Marques, primeiro dos desterrados por Sampaio no ano anterior. Este grupo estava estreitamente ligado ao proprietário rural e negociante Joaquim Alves de Oliveira, que foi eleito na mesma ocasião, mas não assumiu alegando problemas de saúde. Formava-se um governo com base mais estável, pois contava com o respaldo dos proprietários dos julgados do sul, não sendo apenas um acerto entre os oficiais civis e militares da capital.

Em agosto, nas eleições para dois deputados constituintes e um suplente convocadas pelo Príncipe Regente a 3 de junho de 1822, manifestaram-se oposições ao governo por parte de um grupo político encabeçado pelo presidente, pelo vogal e pelo secretário da junta da fazenda. Escolhidos num processo eleitoral com claros sinais de irregularidades, e vendo o resultado ser impugnado, eles tentaram destituir o governo, mas acabaram perdendo seus postos e foram forçados a se retirar da cidade. Em nova eleição, foram escolhidos deputados Silvestre Alves da Silva, de Traíras, e Joaquim Alves de Oliveira, que novamente pediu dispensa. Com a situação estabilizada na capital, após mais de um ano de mobilizações frequentes e oposições implacáveis, o governo poderia voltar-se para o norte e para uma polarização mais ampla que perpassava o Reino do Brasil. Afinal, a crise não redefinia apenas a política provincial e, como a chamada para uma constituinte brasileira denuncia, muita coisa havia mudado desde o anúncio da “regeneração da nação portuguesa”.

b) a frágil organização do norte e as expectativas de legitimação

Conquistando a adesão de sete dos nove arraiais da comarca, o governo instaurado em Cavalcante logo começou a sofrer dissensões. Vimos que a primeira

³⁷ Sérgio Paulo MOREYRA. *op. cit.* p. 272.

proclamação aos “palmenses”, de 15 de setembro de 1821, colocava a escolha da capital como objeto de negociação quando da reunião dos representantes dos julgados. Em outubro, a decisão recaiu sobre Arraias, o que ocasionou a fuga de alguns membros e aliados para o sul. Dentre eles, o vigário de Cavalcante, que apesar das reiteradas e inflamadas acusações que recebera, apresentou-se ao capitão-general para prestar adesão à sua autoridade e denunciar nominalmente os rebeldes. Era o primeiro sinal da fragilidade do governo, que Sampaio tentava explorar através de correspondências para indivíduos das diversas localidades do norte. Reagindo a essas investidas do capitão-general, Segurado procurou reforçar a autoridade do governo que instaurara, antes de partir como deputado para Lisboa, via Belém do Pará. Escrevia, a 29 de outubro ao comandante do julgado de Flores, Nicácio da Cunha Monteiro:

Em V.S. confiava e confio a salvação desta comarca. Agora corre a notícia de que V.S. recebendo cartas de Goiás está induzido, e que o povo desse julgado diz que segue o partido que V.S. quiser. Eu não posso apelar do que dizem, persuadir-me de que V.S. se leve de promessas vãs do general de Goiás e que prefira os seus interesses aos de sua Pátria, mas temo e receio as intrigas do general; é natural que ele diga a V.S. que nós vamos defender unicamente o Príncipe Regente, veja que é mentiroso: o Príncipe Regente não aceita a coroa do Brasil contra a obediência que deve a seu pai e contra os interesses do Reino Unido. Suponhamos que aceite a coroa, veja V.S. que a Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará estão unidos a Lisboa, com sujeição a El-Rei e às Cortes; a Bahia recebeu um reforço de um regimento português pedido pelo governo da Bahia; e não, como diz o general, para conter o governo. Enfim, saiba V.S. que o Brasil está com interesses diversos. Da Bahia para o Norte, todos obedecem ao Sr. D. João VI e às Cortes. Do Rio para o Sul tudo são partidos de República, e nada de obedecer ao El-Rei e às Cortes. Se esta comarca for unida a Goiás e por consequência segue o sistema do Rio de Janeiro, nós vamos contra os interesses desta comarca porque ela se verá impossibilitada de comerciar com a Bahia e o Pará. Isto não são mentiras, não são intrigas, são verdades mais que justificadas não só pelos papéis públicos, mas mesmo pelas cartas do general. Enfim, estou certo na honra de V.S., mas quanto mais honrado o julgo, tanto mais desconfio de que sinta algum abalo se o general tiver a habilidade de persuadir a V.S. que este governo é contra El-Rei, ou contra as Cortes; será contra o príncipe real se ele aceitar a coroa contra o que deve a seu pai e à Nação portuguesa. Saiba mais que as nações da Europa que vêm contra o Brasil, vêm só contra as cidades e províncias que se levantam contra El-Rei e as Cortes; essa sorte não hão de sofrer a Bahia e todas as mais províncias que lhe ficam ao norte, porque essas são a favor da união com Portugal. Porém, eu já me vou estendendo demasiado. Só concluo com o que já disse, que de V.S. depende a salvação desta comarca – Deus guarde V.S. muitos anos – Cavalcante, 29 de outubro de 1821 – De V.S. amigo e companheiro – Joaquim Teotônio Segurado. P.S. Se V.S. capacita do que diz o general, desde já lhe protesto que com aviso seu está acabado o Governo Provisório e que não é necessário fazer mais despesas nem incomodar os povos: ficarão escravos, mas eu lavo as minhas mãos – Segurado.³⁸

O presidente do governo palmense escrevia a um comandante que lhe parecia exercer uma grande influência sobre o seu julgado. Respondendo então a promessas e

³⁸ *Carta de Joaquim Teotônio Segurado a Nicácio da Cunha Monteiro – Cavalcante, 29 de outubro de 1821., Humberto Crispim BORGES - O Pacificador do Norte. op. cit. p. 64*

intrigas de Sampaio, e sendo a maior das mentiras a de que o governo do norte seria contrário às Cortes, passa a traçar um quadro mais amplo dos alinhamentos e oposições.

³⁹ A polarização entre os dois centros de poder, a Corte do Rio de Janeiro e as Cortes de Lisboa, é ilustrada por um prognóstico que se revelaria certo: o de um rompimento político, com o Príncipe aceitando a coroa “contra a obediência que deve a seu pai”. Ainda que naquele momento a cisão não implicasse a iminência de uma independência política sob a liderança de d. Pedro, o que só viria a ocorrer no Rio de Janeiro alguns meses depois, já era possível vislumbrar esta possibilidade. Mais do que isso, estava bastante clara a existência de “interesses diversos” a delimitar dois conjuntos de províncias que tendiam a trilhar caminhos políticos distintos: um “da Bahia para o norte”, outro “do Rio para o Sul”. Considerando esta divisão, muito comum à época, Segurado definia a situação da comarca para justificar a necessidade do governo do norte. Unir-se a Goiás, segundo ele, era necessariamente seguir o “sistema do Rio de Janeiro”, isto é, estar sujeito aos interesses dos que, desde 1808, estreitavam suas relações com a Corte fluminense impondo um domínio às outras partes do Brasil. Situação que as províncias ao norte da Bahia não demoraram a encarar com certo ressentimento, quando não com o rompimento revolucionário, no caso do 1817 pernambucano. Para seguir seus próprios interesses, os da comarca do norte deveriam - também necessariamente - manter a unidade com as províncias do norte, nomeadamente a Bahia e o Pará. A necessidade estava fundada nos laços comerciais, como afirma aquele que conhecia, como poucos, a questão da integração mercantil na teoria e na prática.

O argumento tinha consistente fundamento na realidade, pois o comércio pelo rio Tocantins, apesar de recente, tornou possível a articulação de interesses entre alguns núcleos do norte goiano e o Grão-Pará; ao passo que o processo de integração do Centro-Sul reforçou as relações entre os proprietários e comerciantes do eixo Goiás-

³⁹ Esta correspondência pode suscitar certas dúvidas por referir, em fins de 1821, a uma situação de polarização que se tornaria muito mais clara no ano seguinte e, principalmente, pelas menções a um reforço português ao regimento da Bahia e a uma possível intervenção européia. A referência de Segurado a um desembarque militar na Bahia não remete ainda ao início da guerra, que ocorreria só no ano seguinte. Tratava-se provavelmente de um pequeno envio de forças, quem sabe, como indica F. W. O. MORTON, do 1º Batalhão da “Legião Constitucional Lusitana”, que, vindo de Lisboa, chegou à Bahia em 23 de agosto de 1821. Por sua vez, a vaga menção às nações da Europa que vêm contra o Brasil diz respeito ao contexto mais amplo de possibilidade de intervenção nas independências americanas, não tendo portanto base em nenhum deslocamento concreto de forças militares, não sendo de se descartar que se tratasse de boatos. MORTON, “The Conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840”. Tese de doutorado. University of Oxford, 1974, p. 240.

Meia Ponte e a praça do Rio de Janeiro⁴⁰. Conhecendo muito bem esta divergência de interesses, Segurado deixava a mensagem de que, em caso de rompimento entre as Cortes e o Príncipe Regente, se os palmenses não contassem com um governo autônomo estariam fatalmente apartados da Bahia e do Pará, pois o governo da capital goiana necessariamente seguiria seus próprios interesses e se uniria ao Rio de Janeiro. Assim, uma barreira política seria imposta entre os currais e lavouras da comarca e seus mercados consumidores, revertendo o processo de integração que, sob a direção de Segurado, vinha fazendo a fortuna de proprietários rurais e comerciantes do norte goiano. O argumento era consistente e deve ter tido algum peso nas adesões dos diferentes julgados, e talvez já fizesse parte das referências políticas dos demais envolvidos na formação do governo.

Tanto as investidas da capital para a quebra da autoridade do governo do norte sobre os julgados, quanto os argumentos para a legitimação da separação tiveram continuidade. Com a formação da junta interina da capital, a 30 de dezembro de 1821, ocorreu, como era de se esperar, uma tentativa de reunificação da província, com o envio de correspondências anunciando a destituição de Sampaio e convocando os do norte a participarem das eleições. A resposta dos vereadores da Palma expunha argumentos renovados para a manutenção do governo que a princípio se justificava pela resistência do capitão-general:

A câmara desta vila de S. João da Palma e sua comarca acaba de receber o ofício que por Vossa Excelência lhe foi dirigido com data de 7 de janeiro do presente ano, no qual nos anuncia a instalação da excelentíssima junta administrativa dessa província, cujas interessantes notícias de há muito desejavam, para com ela manter entre o povo a paz e a união que deve representar na regeneração política da nação. A demora que houve entre o povo goiano em sacudir o jugo que o oprimia, e abraçar a nossa causa, fez com que o povo desta repartição no espaço de tempo que viveu separado conhecesse a necessidade que tinha de um governo no centro da sua província pela longitude de mais de 140 léguas que dista desta à essa capital, por cujos princípios se dividiu [a comarca, em 1809]; e, assim como Sua Majestade mandou fazer a divisão por justiça, também o fazia pelo governo se a capitania tivesse rendimentos, para esse fim, porém agora que essa despesa deve ficar pela metade, por se diminuírem muitos empregados, que serviam tão somente de dar prejuízo à fazenda real, hoje da nação, parece não serem pesados ao povo de Goiás os dois governos pela comodidade e felicidade que deles podem resultar e pela antiguidade do desta província, não pode ter lugar a reunião pretendida por Vossas Excelências, muito principalmente por estarem os negócios afeitos a Sua Majestade e às Cortes, para onde mandamos o nosso deputado, que saiu no dia seis de janeiro do presente ano; e por estes tão relevantes princípios não podemos dar e não devemos dar solução ao ofício de Vossas Excelências respectivamente aos eleitores da comarca para a nomeação dos deputados. Esta câmara satisfeita em ver Vossas Excelências tão distintos promovendo em tudo com feliz acerto às rédeas desse governo, e justificando-se cada vez mais beneméritos à pátria e à nação, lhes dá parabéns de tão feliz sucesso, rogando-lhes da parte de Sua Majestade

⁴⁰ Sobre a integração do Centro-Sul e seu impacto em Goiás, ver o Capítulo 3 desta dissertação.

Constitucional, das cortes e do príncipe real hajam de cortar no seu feliz governo os passos que a este respeito fomentara o ex-general, e entre muitos que serviam tão somente de confundir os povos desta repartição, a fim de os precipitar em uma guerra civil, fez criar um ouvidor no Julgado de Traíras, que sem posse desta câmara exercita francamente as funções de seu ministério cujo despotismo devem Vossas Excelências, cortar, para realizar-se a paz prometida. Deus Guarde a Vossas Excelências. Vila de São João da Palma em câmara 6 de março de 1822 – Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores da Junta Administrativa da Província de Goiás.- Manuel Antônio Bueno. – Teodoro Antônio da Silva. – Francisco da Rocha Bastos. – João Vidal de Ataíde

A câmara de Palma adotara um discurso propriamente autonomista, ausente dos manifestos de setembro de 1821, pois a existência de um governo provisório desvinculava-se das contingências da luta política e a transformação da comarca em uma nova província apresentava-se claramente como projeto de futuro. A alteração era necessária, pois com a destituição de Sampaio não havia espaço para qualquer ambigüidade. Os novos argumentos começavam pela necessidade de um governo por conta das características geográficas da província. A grande extensão do território já teria levado à criação da comarca de São João das Duas Barras e só não teria se convertido em divisão política devido a restrições financeiras da capitania. Agora, a experiência de um governo próprio tornara os habitantes do norte conscientes da necessidade do desmembramento, ao passo que as alterações político-administrativas permitiam custear as despesas. Apesar do que diziam os vereadores, não encontramos qualquer indício de que a criação de uma nova capitania fizesse parte dos planos da Coroa. Eles certamente estavam atribuindo *a posteriori* uma intenção que não estava colocada em 1809 ou em 1814.

Além de fazer parte do argumento, a menção à criação da comarca aponta para a importância de uma referência de territorialidade para a formulação de um projeto de futuro. A divisão da capitania em duas comarcas, em 1809, tornara o norte um espaço facilmente delimitável. A recusa dos julgados de Traíras e São Félix em aderir ao movimento não permitiu que o espaço de poder do governo “palmense” coincidisse com o da comarca, mas a indignação da câmara com a interferência de Sampaio em Traíras deixa claro que a referência de território permanecia. Mesmo havendo uma territorialidade precisa a orientar o projeto de futuro, são as condições concretas de articulação política e o desenrolar do conflito que definem a sua viabilidade, em contexto de crise, ou seja, de provisoriade das formas e significados⁴¹. Quanto ao

⁴¹ István JANCÓS & João Paulo G. PIMENTA. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme MOTA (org.). *Viagem*

argumento, ele não é o de quem busca a adesão, mas o de quem procura legitimar-se perante um poder instituído com base em estruturas territoriais consagradas. Embora conhecessem, ainda que provavelmente com menos clareza que Segurado, as diferenças nos mecanismos de integração mercantil, não seria esta a melhor base para fundamentar a legitimidade. Nesse sentido, importa lembrar que o limite estabelecido em 1809 coincidia, *grosso modo*, com a fronteira entre as áreas de influência dos dois processos de integração, voltados para Belém e o Rio de Janeiro – ou para o Extremo-Norte e o Centro-Sul – mostrando-se, portanto, operacional o enquadramento administrativo resultante do reformismo como moldura para o projeto palmense.

Por outro lado, a criação da vila da Palma, em 1814, não foi capaz de dotar o norte de um centro claramente definido. Se a existência da comarca tornava o território imaginável, a indefinição das hierarquias que organizavam esse território dificultava a concretização do projeto autonomista. É isso que explica a necessidade de se negociar a condição de centro político, como também a estratégia adotada por Sampaio, que havia tentado provocar uma cisão afirmando ser uma “humilhação” a sujeição dos arraiais a um governo acusado de ser apenas de Cavalcante. Como vimos, o estabelecimento da capital em Arraias havia levado a um racha no governo. Não por acaso, uma segunda dissensão aconteceu após outra transferência, de Arraias para Natividade. Agora eram os próprios vereadores que vimos há pouco justificando a formação do governo que retiravam seu apoio ao projeto autonomista. As autoridades da vila da Palma e do julgado de Arraias passaram a recusar a subordinação a qualquer um dos centros de poder da província. Em resposta, o governo de Natividade declarou extinta a câmara e enviou tropas para prender os vereadores e o ouvidor, Febrônio José Vieira, que substituíra Segurado, quando de sua eleição para as Cortes. A vila da Palma foi ocupada por sessenta soldados, os arquivos da municipalidade foram transferidos para Natividade, que se declarou “vila interina” e os vereadores e seus aliados fugiram para Arraias.⁴²

Para a perda de autoridade do governo autonomista deve também ter contribuído a ausência de Segurado, desde janeiro, pois tendo sido um ouvidor excepcionalmente atuante durante doze anos era sem dúvida um indivíduo capaz de influenciar e articular politicamente os arraiais do norte. Em seu lugar, assumiu a presidência do governo Pio

Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac, 2000. Para uma discussão mais ampla sobre as identidades políticas coletivas, ver “heranças identitárias”, no próximo capítulo.

⁴² Sérgio Paulo MOREYRA. *op. cit.* p. 275.

Pinto de Cerqueira, responsável pela transferência para Natividade e pelo envio de tropas para a Palma. Com a fuga dos vereadores e de Febrônio, Cerqueira acumulou o posto de ouvidor. Por outro lado, a viagem de Segurado para Lisboa reforçava as expectativas de legitimação do projeto autonomista. Como afirmavam os (ainda) vereadores, na carta que transcrevemos há pouco, a reunificação não deveria ocorrer “muito principalmente por estarem os negócios afeitos a Sua Majestade e às Cortes, para onde mandamos o nosso deputado, que saiu no dia seis de janeiro do presente ano”. É possível que a expectativa de aprovação em Lisboa já estivesse colocada desde o princípio, pois Segurado fora eleito por Goiás antes da formação do governo, recebendo depois um segundo diploma de deputado pela província da Palma. O certo é que com a sua partida, mesmo perdendo a autoridade sobre uma parte dos julgados, o governo tinha boas razões para acreditar numa criação definitiva da Província da Palma. Ademais, entrando pelo ano de 1822, a polarização entre as Cortes de Lisboa e a Corte do Rio de Janeiro tornaria cada vez mais iminente a possibilidade de rompimento político, o que levaria a um reforço da adesão da capital goiana a d. Pedro e à inclusão do governo palmense num projeto concreto de unidade do Extremo-Norte com Portugal. Confirmava-se aos poucos o prognóstico de Segurado: o Brasil estava dividido. Antes de partir para a análise do rompimento político e da solução para a cisão no interior da província de Goiás, vejamos como se inseriam as cidades de Cuiabá e de Mato Grosso nesta conjuntura.

Cuiabá e Mato Grosso: os legítimos governos desta província

a) a formação das juntas

A cisão política instaurada na província de Mato Grosso a partir de setembro de 1821 tinha um caráter diverso daquela ocorrida em Goiás à mesma época. A principal diferença está no fato de que nenhuma das duas juntas pleiteou, naquele momento, um desmembramento, pois ambas se pretendiam legítimas para toda a província. Não era um movimento autonomista, mas uma disputa entre centros de poder. No caso de Cuiabá e Mato Grosso, a dualidade tinha raízes muito mais profundas na experiência colonial, pois mesmo antes da criação da capitania já existia uma polarização entre os núcleos urbanos, já havendo em fins do século XVIII uma experiência de conflitos, cujas bases territoriais eram os dois municípios⁴³. As autoridades quase sempre se

⁴³ Ver o Capítulo 2 desta dissertação. Quanto aos municípios como referências de território, talvez não seja fortuito que as primeiras narrativas históricas escritas no Extremo Oeste tomem as vilas como

referiram a esse espaço de poder como “capitania do Cuiabá e Mato Grosso”, expressando na própria denominação a composição dual que o caracterizava. Além disso, a capitania vinha passando desde o governo de d. Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803) por uma mudança de centro político, de Vila Bela (cidade de Mato Grosso a partir de 1818) para Cuiabá. Alteração que se tornou mais clara a partir de 1812, com a residência fixa do governador, e que passou a envolver também a transferência do aparelho administrativo entre 1819 e 1821 – processo que se concluiu poucos meses antes da chegada das notícias de Revolução Constitucionalista. Apesar da mudança, nenhum ato jurídico legitimou Cuiabá como capital, mantendo a cidade de Mato Grosso esta condição, ainda que apenas no plano formal⁴⁴. Curiosamente, à mesma época que a repartição cuiabana ganhou importância política, as autoridades e os colonos abandonaram totalmente a denominação dual e adotaram de vez “capitania do Mato Grosso”, simplificação que reduzia o todo à repartição da capital.⁴⁵

Em comparação, Goiás também contava com uma organização territorial mais complexa, com quinze julgados, cada qual dotado de autoridades judiciais e militares. Complexidade que tinha paralelo na materialidade desses espaços, com uma imensa quantidade de arraiais ligados por uma rede capilarizada de caminhos, difíceis até de se mapear. O Reformismo Ilustrado envolveu mudanças profundas no território goiano, com a criação de uma vila e uma comarca no norte, subvertendo as estruturas territoriais lentamente construídas desde a conquista. A Palma era, em grande medida, fruto da imaginação territorial dos ilustrados portugueses, que pretendiam fazer com que a divisão político-administrativa coincidissem com o que entendiam ser o destino natural daquele espaço. Ainda que se sobrepusesse, *grosso modo*, à área que se integrava a Belém pelo Tocantins, não se apagava facilmente uma trajetória de oitenta anos de

recorte. Enquanto os goianos contavam desde 1783 com uma “Notícia Geral da Capitania de Goiás” e, desde 1814, com uma “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”, as primeiras memórias ou histórias da província de Mato Grosso datam da segunda metade do século XIX. Antes, o que havia era o “Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuyabá, repartição da Capitania de Mato Grosso”, de Joaquim da Costa Siqueira, além das crônicas da conquista e dos anais das câmaras, que evidentemente tinham um recorte municipal. Sobre as “memórias” e “anais”, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

⁴⁴ Sobre as alterações às vésperas da Independência, ver “a mudança do centro de poder e a interiorização da geopolítica”, no Capítulo 4 desta dissertação.

⁴⁵ No conhecido discurso de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, de 1798, a denominação utilizada era “capitania do Cuiabá e Mato Grosso”, mas à mesma época já era comum encontrar referências à “capitania do Mato Grosso” na documentação político-administrativa, como também nos textos de ilustrados. Luís d’Alincourt, em seu roteiro de viagem publicado logo após a Independência, chegou a mencionar “Província de Cuiabá”, recorrência única mas sintomática das percepções de alguém que havia participado ativamente dos conflitos abertos com o constitucionalismo. “Discurso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho” in Marcos Carneiro de MENDONÇA. *O Intendente Câmara*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958. p. 277-299.

domínio de um único centro como sede da vila, comarca e capitania de Goiás. Cuiabá e o Mato Grosso, pelo contrário, eram referências de território anteriores à própria institucionalização. Eram regiões coloniais distintas, resultados de uma matriz bipolar de organização espacial.

Outra diferença com relação a Goiás é que a formação dos governos não resultou da resistência do capitão-general, pois Magessi foi destituído em Cuiabá sem grandes comoções. A facilidade talvez seja expressão de uma maior coesão dos homens ligados à administração, ao comando militar e ao clero, sendo significativa a participação do prelado, d. Luís de Castro Pereira, que chegou a ser eleito deputado às Cortes de Lisboa e presidiu o governo cuiabano até sua morte, em agosto de 1822. Diferentemente de Sampaio, o governador de Mato Grosso ou não pretendeu se manter no posto ou não contou com um grupo de aliados capaz de sustentar sua autoridade, pois até mesmo os comandantes militares Luís d'Alincourt e Félix Merme, que chegaram à capitania em sua comitiva, atuaram decisivamente na destituição e compuseram a junta que o substituiu. O governo contava ainda com dois padres, sendo um deles o vigário da cidade, além de indivíduos ligados a ofícios civis e militares, a propriedades rurais e ao comércio, na repartição cuiabana. Eram eles Jerônimo Joaquim Nunes, tenente-coronel da artilharia de linha, comandante de milícias e proprietário de terras e de imóveis urbanos; André Gaudie Ley, sargento-mor de milícias e tesoureiro geral das rendas reais; João José Guimarães e Silva, entre outras coisas deputado da junta da fazenda pública, tesoureiro da junta de gratificação de diamantes e intendente dos reais armazéns; e Antonio Navarro de Abreu, que havia trazido a notícia que desestabilizou não só Cuiabá como Goiás, e que era provavelmente o mais importante comerciante cuiabano àquela época, negociando nas rotas do Centro-Sul⁴⁶. A junta resultava de uma eleição segundo critérios corporativos, com representantes da nobreza, tropa, clero e povo, envolvendo apenas indivíduos presentes em Cuiabá.

Estando em Cuiabá no momento da destituição de Magessi, o quartel-mestre João Francisco dos Guimarães levou a notícia à cidade de Mato Grosso, onde participou

⁴⁶ Sobre a dinâmica política na província de Mato Grosso até a notícia da Independência, ver Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1). Sobre os membros da junta, além desta obra (p. 33-34), Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense. Período Colonial, 1524-1822*. (Trilogia Colonial Mato-Grossense, v.2). Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2005. Especificamente sobre João José Guimarães e Silva, *As Juntas Governativas e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973, doc. 531. p. 1290-1291. Quanto a Antonio Navarro de Abreu, não confundir com seu filho homônimo, deputado por Mato Grosso na legislatura 1838-1841 e protagonista da campanha da Maioridade no parlamento.

da formação de outra junta. No dia 12 de setembro foi anunciado o “Governo Provisório desta Cidade da Santíssima Trindade, capital da Província de Mato Grosso” que diante das “imperiosas circunstâncias, a benefício dos interesses e segurança desta fronteira, ponderados pela Tropa da 1ª e 2ª linha, Clero, Nobreza e Povo, foi à pluralidade de votos instalado e empossado no dia de ontem, procedendo-se todas as formalidades e requisitos necessários em caso de tanta circunstância, e como tal ficou exercendo suas funções desde aquele momento, ficando assim extinto o Governo Generalítico.”⁴⁷. Tal como em Cuiabá a escolha seguia normas corporativas e a junta era composta por clérigos e oficiais de corpos militares. Destacavam-se nomes ligados à geopolítica da fronteira, como Manuel Veloso Rabelo de Vasconcelos, capitão de cavalaria do corpo de auxiliares, que participara de diversas expedições exploratórias e diligências no vale do Guaporé à época das Reais Demarcações, sendo um dos signatários da ata de fundação de Casalvasco, em 1783, quando já exercia a vereança em Vila Bela.⁴⁸

Informada do ocorrido, a junta cuiabana enviou, em 20 de outubro, um ofício ao governo da cidade de Mato Grosso com diversos argumentos para fundamentar sua legitimidade e as vantagens de se manter a sede do governo onde havia estado nos últimos anos. Evocavam a precedência da adesão à Revolução, incluindo, como no caso da Palma, a comparação com “o Porto, que era a segunda Cidade e que não era a Capital”, mas que “levantando um Governo, este logo se reconheceu, e declarou Governo Supremo”. Também era lembrado o histórico dos capitães-generais, que desde d. Caetano, tomaram posse em Cuiabá antes de partir para Vila Bela; retomava-se então a questão da formação de juntas interinas no Antigo Regime, em caso de morte ou impedimento dos capitães-generais, que deveriam contar com as principais autoridades da capitania, estando todas elas, no caso, localizadas naquela cidade; e demonstrava-se que de acordo com a proporcionalidade na formação dos colégios eleitorais para deputados às Cortes, Cuiabá tinha ampla maioria dos eleitores, o que tornava uma junta ali eleita muito mais representativa do todo da província. Finalmente, lembravam os cuiabanos o velho argumento da insalubridade do vale do Guaporé:

Os habitantes de Mato Grosso conhecem bem, e experimentam relativamente à saúde, e à vida, a terra que pisam, a água que bebem, e o ar que respiram; e falem pois agora com sinceridade, e com imparcialidade, e digam: se aqueles 19 [eleitores

⁴⁷ APMT: E5-01 - “Registro de um Bando do Governo Provisório desta Cidade”. fl. 01.

⁴⁸ Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense*, op. cit. “Fundação de Casalvasco” – 20 de setembro de 1783. APMT/DHMT, Doc. 38, p. 133.

do distrito de Cuiabá] fossem assistir com eles às eleições, não se iam meter em risco, e em grande risco, de saúde e de vida? ⁴⁹

As duas juntas permaneceram firmes na defesa, cada qual, de seu centro de poder. As estratégias, porém, foram completamente distintas, a começar pelo fato de que, se o Mato Grosso optou por uma argumentação diante das Cortes, Cuiabá parece ter preferido o silêncio diante do Príncipe Regente.

b) a estratégia da junta do Mato Grosso

Desde sua instalação, o governo provisório da cidade de Mato Grosso (também referida nas fontes como cidade da Santíssima Trindade) elaborou uma estratégia de legitimação diante das Cortes de Lisboa e, secundariamente, do Príncipe Regente. A eleição para a constituinte havia sido interrompida antes da formação das juntas, em razão do impasse colocado pela capital legal, que não admitiu o envio de seus eleitores para Cuiabá, pois argumentava que era o contrário que deveria ocorrer. Diante dessa situação, a junta de Mato Grosso decidiu enviar procuradores a Lisboa, munidos de uma representação fundamentada em anexos documentais e em argumentos cuidadosamente elaborados. Os passos desta estratégia podem ser percebidos desde 6 de outubro, com a ordem para que se reunissem os papéis públicos que atestassem a condição de capital legal e de centro político, “inclusive [as] instruções dadas pela Rainha a d. Antônio Rolim de Moura em 19 de janeiro de 1749”.⁵⁰ Ou ainda, com o ofício de 1º de dezembro pelo qual se “requer e pede que sejam os Procuradores por essa Câmara nomeados, admitidos como Verdadeiros Deputados desta Província”. Acreditava-se que com os argumentos, a documentação anexa e a comprovação de que os procuradores tinham alguma representatividade, ainda que sua escolha não seguisse as instruções eleitorais das Cortes, seria possível que um deles tomasse posse na cadeira reservada à província de Mato Grosso. Mesmo que isso não fosse possível, dada a evidente irregularidade da eleição, os papéis serviriam para convencer os deputados com assento nas Cortes a aprovarem uma resolução estabelecendo que Mato Grosso, como legítima capital, deveria ser a sede do governo. Achavam os membros da junta que era de se “esperar que a integridade e Justiça daquele Augusto Congresso não

⁴⁹ Apud Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 36-37.

⁵⁰ APMT: E5-01 – “Registro de uma Portaria do Exmo. Governo Provisório como abaixo se declara”. fl. 9. O conteúdo das instruções e sua importância para a formação da região do Mato Grosso foram objetos de uma análise detida no Capítulo 2 desta dissertação.

hesitará um instante em anuir esta Graça” e, por esta razão, pediram que a câmara e outros cidadãos assinassem “um Instrumento de Procuração que vai dar força e poder aos mencionados Procuradores, adindo depois necessárias e sábias Instruções para os requerimentos que os mesmos houverem de fazer”.⁵¹

No dia 9 de janeiro de 1822, dois procuradores eleitos embarcaram no Guaporé para Belém, pois o terceiro já se encontrava em Lisboa. Portavam um longo e elaborado texto, contendo mais de vinte anexos documentais, material que também foi enviado (não sabemos por que via) para a Corte do Rio de Janeiro três dias depois⁵². Antes de passarmos aos resultados efetivos dessa estratégia, analisemos o teor da argumentação.

Escrevendo ao “Augustíssimo e Supremo Governo do Reino”, aqueles que se apresentavam como “o Governo Provisório da cidade da Santíssima Trindade, capital da província de Mato Grosso” procuravam

conservar o sagrado direito do decoro, e dignidade com que os reis têm ilustrado esta província desde o feliz reinado do Augusto Rei d. João Quinto, de alta memória, sendo ao princípio da criação tratada, e logo reconhecida como capital, [...] continuando a ser até a infeliz chegada do nono governador e tenente-general [sic] Francisco de Paula Magessi, o qual não se oprimindo os habitantes desta tão remota e interessante Fronteira, mas por meio do terror sucumbindo-se até os precipitar na última ruína [...]⁵³

Ao chegar “à vila do Cuiabá, hoje cidade”, Magessi teria contrariado “a praxe, e costume já estabelecido, continuado por sete governadores e capitães-generais seus antecessores, desde a instalação de Vila Bela da Santíssima Trindade, elevada assim no governo do Conde de Azambuja, d. Antonio Rolim de Moura”. A junta retomava a história da capitania para comprovar, através dos diversos documentos anexos, ter sido sempre a capital e o centro de poder. Ao fazê-lo, colocava toda a responsabilidade pela mudança em Magessi, com o que omitia que desde 1812 seu antecessor já não residia na cidade. Prosseguia, argumentando que havia ordens expressas de d. João VI para que “a câmara desta fronteira província seja a mesma que o invista, e dê posse do lugar de governador e capitão-general”. Magessi teria descumprido essas regras para permanecer em Cuiabá e, assim, “dilapidar as Reais Rendas, e extorquir a preciosidade dos diamantes do Alto do Paraguai, por sinistros e execrandos meios”. Deliberava “como se tivera tomado posse nesta capital” e mandava na Junta da Fazenda “como se presente estivera, quando se achava distante cem léguas”. Ainda mais grave era a

⁵¹ APMT: E5-01, – “Registro de um ofício do Exmo. Senhor Governo à Câmara desta Cidade”. fl. 18v a 19v

⁵² *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Os documentos são respectivamente a representação às Cortes (Doc. 518, p. 1263-1273) e o ofício ao Príncipe Regente (Doc. 519, p. 1273).

⁵³ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p. 1263.

transferência do aparelho administrativo, realizada sem respaldo em decisões régias e contrariando a legislação vigente - que, também neste caso, a junta se deu ao trabalho de anexar⁵⁴. Magessi era o único culpado pelo mau governo, pois os reis,

não se esqueciam dos Vassalos que tinham a honra de os servir nos limites mais remotos e ocidentais do Reino do Brasil, [...] estes briosos povos, que tantas e tão repetidas ocasiões tinham dado não equívocas provas de bons, e verdadeiros portugueses, defendendo esta mesma capitania como possessão da Monarquia portuguesa, marchando para os distantes e diferentes pontos que fazem confrontação, e barreira à bem povoada nação espanhola, sempre revolta.⁵⁵

A elevação de Vila Bela a cidade de Mato Grosso, em 1818 teria sido a prova de que “não eram esquecidos do Soberano”, especialmente pelos “serviços feitos nesta distante fronteira”. Omitindo que no mesmo dia a vila de Cuiabá também havia sido elevada a cidade, a junta procurava a todo o momento demonstrar que a Monarquia nunca deixou de reforçar a centralidade do município do Mato Grosso para o sistema de defesa. Assim, referiam-se à invasão pelo Guaporé em 1763 como com uma ação “vigorosa” dos espanhóis; diziam terem acudido “muitas vezes” a fronteira, repelindo “valorosamente o inimigo”; e atribuíam à cidade do Mato Grosso, e não à de Cuiabá, a defesa do forte Coimbra, na guerra de 1801⁵⁶. Não há nada de surpreendente na supervalorização dos triunfos militares e dos sacrifícios aos quais se submetiam para a defesa da fronteira, mas o que realmente chama a atenção é que quanto mais se aproximavam do presente, mais os membros da junta eram obrigados a encobrir uma realidade que conheciam muito bem. Era necessário omitir uma história recente, não só de declínio econômico e demográfico, como principalmente de desistência do antigo projeto de transformar a repartição do Mato Grosso no antemural de todo o interior do Brasil. O que se procurava esconder das Cortes de Lisboa era o fato de que, ao contrário do que dizia a representação, os de Mato Grosso vinham sendo “esquecidos” pelo soberano.

Como vimos em outro momento, o Reformismo Ilustrado estava por trás das medidas que aprofundaram o declínio da repartição do Mato Grosso. Primeiro porque através das investigações dos engenheiros militares foi prognosticada uma mudança da área de conflito do rio Guaporé para o rio Paraguai, que tornava obsoleto o sistema de defesa centrado nessa área e transformava Cuiabá no novo centro de operações de guerra na capitania. Segundo porque ao considerar que era no terreno do governo

⁵⁴ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p.1263-1264

⁵⁵ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p.1264

⁵⁶ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p.1264

econômico que melhor se defenderia a fronteira, esses intelectuais passaram a fazer coro a antigas demandas dos cuiabanos pela abertura da exploração dos terrenos diamantíferos e pela livre navegação e incentivos da Coroa ao sistema fluvial Arinos-Tapajós. Medidas estas que, quando implementadas, levaram a um declínio da população da repartição do Mato Grosso por conta da liberação das diversas minas na área de influência cuiabana e à diminuição drástica do comércio pelo Guaporé, única rota controlada por Vila Bela, e que era incapaz de concorrer com a do Arinos nas relações com o Grão-Pará. O texto produzido pelos engenheiros militares Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira sob o título *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso* foi o primeiro sinal claro de que Vila Bela e seu distrito não seriam mais encarados como “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil” e, por isso, o foco das preocupações e dos investimentos da Monarquia.⁵⁷

Ocorre que, ao ler a representação da junta da cidade de Mato Grosso às Cortes de Lisboa, em diversos momentos deparamo-nos com trechos que remetem às considerações dos engenheiros militares escritas entre 1789 e 1791. Na verdade, ao procurar justificar a sua importância para o sistema de defesa, os redatores passavam a transcrever literalmente as *Reflexões* de Serra e Ferreira, a começar pelos três primeiros parágrafos, trocando apenas “capitania” por “província” e “Vila Bela” por “esta cidade de Mato Grosso”, e incorporando outros trechos cuidadosamente selecionados no decorrer da argumentação. O recurso a esses estudos tinha sem dúvida a finalidade de reforçar o discurso com dados e argumentos elaborados segundo os padrões da Ilustração. A apropriação seletiva das *Reflexões* revela muito sobre as tensões entre, por um lado, as formulações e os resultados do Reformismo Ilustrado e, por outro, os projetos de futuro dos oficiais militares e municipais da cidade no contexto da Revolução Constitucionalista.

Após a descrição dos limites e das características geográficas da capitania, totalmente extraídas do estudo de Serra e Ferreira⁵⁸, a cópia é interrompida no ponto em

⁵⁷ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 57). Sobre esta obra ver o Capítulo 4 desta dissertação.

⁵⁸ “A situação geográfica da província de Mato Grosso a constitui uma das mais importantes de todo o Brasil, tanto pela sua extensão, e pelas sabidas, mas ainda intactas riquezas, que guardam os seus vastíssimos sertões, como por ser fronteira ao vasto, populoso e rico Peru”. / “Ela confina a norte com as capitanias do Pará, e Rio Negro; pelo oriente com as duas de Goiás, e São Paulo; e pelo sul, e ocidente, com três governos espanhóis, que são o Generalato da Cidade de Assunção do Paraguai, e os dois Governos das Províncias de Chiquitos e Moxos: extrema que compreendendo quinhentas léguas de larga fronteira toda aberta aos ditos três governos espanhóis, faz por este lado ser da maior importância a província de Mato Grosso, que deve ser considerada como uma barreira, que cobre, e guarda o interior do

que se iniciariam as considerações sobre a necessidade de atrair povoadores – o que se daria através de reformas econômicas, de acordo com o texto original. A seguir, a transcrição é retomada⁵⁹, mas uma frase é retirada no momento em que o original destacaria a importância dos terrenos diamantíferos, que despertariam as pretensões espanholas. Segue a descrição da parte da fronteira diretamente ligada à cidade de Mato Grosso:

O Rio Guaporé por todas as duzentas léguas da sua extensão, confina com multiplicados estabelecimentos Espanhóis; principalmente com as Missões de Moxos, que ficam ao Poente, e pouco distantes do Forte do Príncipe da Beira. Missões habitadas por trinta a quarenta mil almas, e situadas umas sobre o rio Baures, e Itonamas: rios que deságuam no Guaporé, o primeiro quatro léguas acima do forte, e o segundo pouco mais de uma légua, e as outras suas margens, no rio Madeira, que conflui com o Guaporé vinte e uma léguas abaixo do mencionado forte

Abrindo estes três rios aos espanhóis desde a cidade de Santa Cruz de La Sierra, não só amplas portas para os domínios portugueses, mas a facilidade de entrarem pelo Mamoré e Madeira, onde fortificando a cachoeira deste nome (que é doze léguas deste rio) e existe na junção de ambos, podem por um obstáculo que corte a necessária comunicação entre as duas províncias do Pará e Mato Grosso; e isto sem saírem da extrema do seu domínio.⁶⁰

Há neste trecho uma única alteração digna de nota: o aumento da população da província de Moxos de 22 mil almas para 30 a 40 mil, o que certamente servia para reforçar a suposta ameaça dessas missões, negada reiteradamente nas *Reflexões*.⁶¹ Mas a principal diferença vem logo a seguir, pois na mesma altura do texto em que Serra e Ferreira passavam a demonstrar que o distrito de Mato Grosso era facilmente defensável, que Chiquitos e Moxos não mais representavam uma ameaça grave e que ataques como o ocorrido em 1763 provavelmente não voltariam a acontecer, os membros da junta escreviam justamente o contrário:

vasto Brasil”. / “A superfície da província é com pouca diferença de sessenta e cinco mil léguas quadradas, área igual à de toda Alemanha, e que reduzida a um quadrado, lhe dá duzentas e cinquenta e cinco léguas de lado.” Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. p. 12-13. *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 518, p.1268-1269.

⁵⁹ “A extrema de capitania de Mato Grosso, com os confinantes domínios espanhóis, são por quinhentas léguas de extensão os rios Paraguai e Guaporé com parte do Madeira, os quais devem ser considerados como dois amplos fossos que fecham, guardam e defendem não só a entrada para o interior do Brasil, mas riquíssimos sertões que encerram em si famosas minas de ouro e diamantes, e que distam da extrema espanhola pelas imediações do Jauru e desta cidade de Mato Grosso apenas de sessenta até cem léguas; tesouros em que os espanhóis têm supostas ainda que infundadas esperanças.” Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. p. 13. *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 518, p.1269.

⁶⁰ Ricardo Franco de Almeida SERRA [e Joaquim José FERREIRA]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. p. 13-14. *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 518, p.1269.

⁶¹ O trecho citado é sucedido por diversos “poréns”, sendo a conclusão dos engenheiros militares a de que o único grande perigo para a fronteira Oeste era o generalato do Paraguai. Ver o capítulo 4 desta dissertação.

Todos estes estabelecimentos espanhóis aumentados gradualmente, fazem mui poderosas as províncias de Chiquitos, e Santa Cruz de la Sierra, ficando por isso assaz importantes para facilitar àquela nação no tempo de uma guerra a possibilidade de atacar por este lado a província de Mato Grosso; a qual não defendida deixa exposto o Brasil, porque sendo com efeito Mato Grosso o Propugnáculo e Chave da América Portuguesa, uma vez descontentes seus habitantes, suprimidas as dignidades, e obrigados a Cuiabá, deve-se contar desde logo perdido o mesmo Cuiabá, e todas as mais possessões, sendo de inferir que o vizinho inimigo não perderá um instante em lançar mão de uns limites, que por tantos tempos têm sido recomendados, e defendidos como necessária e forte barreira para guardar e cobrir o interior do vasto Brasil.⁶²

Em primeiro lugar, temos aí um diagnóstico que os da junta sabiam ser no mínimo duvidoso, pois tinham acesso às *Reflexões* e tinham vivido o período da última guerra, entre 1801 e 1802, que foi coordenada a partir de Cuiabá. Em segundo lugar, eles recuperavam os termos das Instruções de d. Antonio Rolim de Moura mantendo fielmente o sentido original, ou seja, o de que era o distrito de Mato Grosso (e não toda a capitania) “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”⁶³. Com isso, construíam uma linha de continuidade na geopolítica da fronteira oeste entre 1749 e 1821, o que só podia se sustentar com omissões e afirmações questionáveis. Trata-se de argumentos dificilmente convenceriam os experientes ministros de d. João VI, munidos que estavam de informações e de estudos que demonstravam o contrário, mas que poderiam agora ganhar o apoio de deputados das Cortes. Conscientes de que para a Monarquia a defesa da fronteira, tendo Vila Bela como centro de operações, fora por muito tempo a razão de ser da capitania, os membros da junta se apropriavam de parte das *Reflexões*, deixando de fora as conclusões às quais estas chegavam: a de que o Paraguai era o novo teatro da guerra e deveria concentrar os investimentos, e a de que o incremento demográfico e econômico era um problema urgente a ser solucionado com políticas que beneficiassem Cuiabá, em detrimento do Mato Grosso, a começar pela abertura dos terrenos diamantíferos. Apresentando os diamantes apenas como atrativo às ambições mesquinhas de Magessi e negando contra todas as evidências acerca do deslocamento da geopolítica para o Paraguai, os membros da junta excluía as duas grandes conclusões de Serra e Ferreira para colocar a erudição dos engenheiros a seu serviço.

Finalmente, o que mais chama a atenção no argumento é o desfecho ameaçador: uma vez descontentes os habitantes do Mato Grosso, suprimidas as suas dignidades, e obrigados a obedecerem a um governo em Cuiabá, “deve-se contar desde logo perdido o

⁶² *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p.1268-1269.

⁶³ “Instrução Da Rainha [D. Mariana de Áustria] para D. Antonio Rolim de Moura. Lisboa, 19 de janeiro 1749”, In: *Instruções aos Capitães-Generais, op. cit.* p. 11-20.

mesmo Cuiabá, e todas as mais possessões”. Ou seja, tomar partido da junta cuiabana seria colocar a fronteira oeste em risco e, com ela, todo o interior do Brasil. A ameaça só fazia sentido se toda a construção discursiva anterior convencesse as Cortes de que o Mato Grosso ainda era o centro da geopolítica naquela área. Percebe-se, portanto, que a apropriação seletiva das *Reflexões* e a construção de uma linearidade desde a criação da capitania (quebrada apenas pelas ambições mesquinhas de Magessi) tinham por finalidade sustentar a tese de que o atendimento às demandas da junta era a única forma de manter a soberania portuguesa sobre uma ampla área do interior do Brasil. Estratégia perspicaz que explicita um manejo destro de diretrizes geopolíticas antigas para os embates políticos do presente.

Os oficiais militares e da governança da cidade de Mato Grosso viram na “regeneração da nação portuguesa”, acima de tudo, a possibilidade de reverter ou de alterar os rumos de um processo desencadeado cerca de trinta anos antes. Porém, para sustentar seus argumentos, teriam que apresentar a situação como resultado unicamente do mau governo de Magessi e de seus aliados - em especial, o tenente-coronel Manuel Rabelo Leite e o ouvidor Antonio José de Carvalho Chaves. O primeiro seria o “ministro do seu despotismo”, encarregado da mudança do aparelho administrativo da capital “degradando-a de todas as honras, e liberdades que faziam o nosso prazer, reduzindo-a a uma aldeia, engrandecendo então Cuiabá com os títulos e preeminências só a Mato Grosso concedidas”. O segundo, sem sequer tomar posse na câmara da capital, seguia o “mau exemplo” do governador.⁶⁴

Relatavam os membros da junta que os primeiros desdobramentos da Revolução Constitucionalista não haviam permitido romper com os desmandos do governador e de seus aliados, que seguiam iludindo “as benéficas e nascentes esperanças da nossa prosperidade”. Acusavam nas inconclusas eleições para um deputado e um suplente, “a maliciosa fraude com que se pretende de uma vez mudar o caráter da cidade da Santíssima Trindade, cabeça de comarca, e única capital de toda a província, atribuindo-lhe tão somente o título de paróquia, ou distrito, caracterizando, contrário à boa ordem, a cidade de Cuiabá com todas as dignidades a Mato Grosso ampliadas”. Nota-se, neste e em diversos outros trechos, um claro ressentimento com a alteração do centro de poder, que os membros do governo capciosamente diziam ter ocorrido “de uma vez”. Sendo Magessi “demitido pelos cuiabanos”, estabeleceram estes uma junta “sem algum

⁶⁴ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p. 1270.

direito”, pois instalada “em um lugar menos competente, e onde não é mais que um distrito paroquial desta província”. Com a recusa da cidade de Mato Grosso em aceitar a autoridade da junta cuiabana, continuaram os membros desta “erradamente na pretensão de considerar paróquia o que é capital, e capital o que é somente paróquia”, convocando a retomada das eleições em Cuiabá. Mais grave ainda era o fato de que os cuiabanos estariam assinando “todos os despachos, e mais papéis debaixo do título de Província de Mato Grosso, para que ao longe, e aonde quer que cheguem fiquem representando como se nesta capital fossem descritos”.⁶⁵

Ainda segundo a representação, diante de todos os desmandos e desonras que se iniciaram com Magessi e que tiveram seqüência com a junta, os de Mato Grosso fundaram o governo e, dada a impossibilidade de realizar eleições regulares, escolheram seus procuradores. Esperavam que um deles fosse “admitido em tão Alto Congresso, como verdadeiro e único representante de toda a Província de Mato Grosso”. Se as vicissitudes da política levaram à decisão, era a responsabilidade pela defesa da fronteira que tornava sua manutenção vital para os interesses de todo o Brasil e da Monarquia portuguesa. Para sustentar o argumento, os membros da junta aludiam não apenas à suposta continuidade da geopolítica centrada no Mato Grosso, mas também à inaptidão dos cuiabanos em substituí-los na antiga missão de defender a fronteira. Afinal, dizia a junta, com que razões se poderia acreditar que os habitantes de Cuiabá contribuiriam para a defesa se eles se recusavam até mesmo a mandar eleitores à capital, utilizando o velho argumento da insalubridade do Guaporé?

Como marchar[ão] os povos do Cuiabá em qualquer tempo que preciso for a defender esta capital ainda quando seja acometida por inimiga força? E como consentir[ão] que em massa se movam as tropas daquele distrito, se se opõem a que o número de dezenove homens, a quem não pode faltar precisa comodidade, venham à capital para se fazer a última eleição de comarca, eximindo-se de tão forçosa obrigação com aparentes e mal fundadas razões, que destituídas de toda Justiça patenteiam, que aqueles ânimos fracos, e possuídos do pânico terror das moléstias, que se em algum tempo infestaram Mato Grosso, tem desaparecido há muitos anos, e por isso mesmo é esta província presentemente um país saudável; seus habitantes vigorosos; e os nacionais dotados de vivo espírito, e brioso ânimo, talvez com incomparável diferença aos da cidade de Cuiabá.⁶⁶

Até o fim, mantinha-se como eixo da argumentação a questão da defesa da fronteira, que só a cidade do Mato Grosso poderia garantir. No último parágrafo, as

⁶⁵ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p. 1266-1271.

⁶⁶ Na transcrição de *As Juntas Governativas e a Independência (op. cit. Doc. 518, p. 1271)* consta “marcharam” e “consentiram”, no tempo pretérito. Porém, pelo contexto e sentido do parágrafo está claro que se trata de um equívoco, muito provavelmente em decorrência do fato de que nos documentos da época as conjugações no pretérito freqüentemente são idênticas àsquelas no futuro, terminando em “ão”.

pretensões da junta eram finalmente colocadas de forma propositiva. Esperavam os mato-grossenses

que deferida a súplica que oferece, se confirme a residência do governo provisório nesta capital, e que para esta retrogradem todos os tribunais e seus competentes empregados; cuja deliberação fará renascer a província de Mato Grosso, animando de tal forma seus moradores que ficará insuperável aos inimigos a entrada para o Reino do Brasil; porém se ao contrário, o que não é de presumir, faltar a retidão, a justiça e a inteireza; se esquecidos os bons serviços dos briosos defensores, e mesmo de seus maiores; e se, enfim, for desprezada a fidelidade de tão dignos portugueses, eles bem a pesar seu se consideram degradados do benemérito nome, e intrépidos se querem sepultar debaixo das ruínas da cidade da Santíssima Trindade, capital da província de Mato Grosso, que por tantos, e tão longos anos têm digna, voluntária e valorosamente defendido.⁶⁷

“[...] repelir o inimigo e sepultar-se debaixo das ruínas dos fortes”: a frase enunciada por Almeida Serra quando do cerco espanhol no rio Paraguai era também apropriada em outro contexto.⁶⁸ O desfecho da representação retoma a ameaça, mas com um tom que beira o desespero, o que talvez denunciase aquilo que no restante do texto só pudemos perceber pelo silêncio: a consciência de que há muito o Mato Grosso vinha perdendo importância para a Monarquia portuguesa. Seja como for, a partir do embarque dos procuradores, a junta concentrou seus esforços em manter a autoridade na área que controlava, enquanto aguardava notícias de sua legitimação.⁶⁹ Desde então, todas as suas expectativas estavam em Lisboa.

c) a estratégia da junta de Cuiabá

O governo estabelecido em Cuiabá adotou uma estratégia diferente daquela de Mato Grosso. Após conquistar a adesão das diversas localidades que tradicionalmente eram submetidas à cidade, os cuiabanos argumentaram em favor de sua legitimidade escrevendo à capital legal, assim como fizeram chegar às Cortes de Lisboa a sua versão sobre a divisão da província. Também ordenaram a abertura de um sumário crime contra o governo de Mato Grosso, tomando o depoimento de pessoas “vindas daquela cidade” com um rol de perguntas que já antecipava os crimes que se lhes queria

⁶⁷ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 518, p. 1272.

⁶⁸ A frase era parte da resposta de Almeida Serra ao ultimato espanhol durante o cerco do forte Coimbra, em 1801. Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54). p. 49. Sobre a guerra de 1801-1802, ver o capítulo 4 desta dissertação.

⁶⁹ Tomamos por base para tratar das medidas tomadas pela junta de Mato Grosso o “Livro de registro de ofícios, bandos e portarias do Governo Provisório da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da província de Mato Grosso (1821-1823)” (APMT: E5 – 01).

imputar⁷⁰. Porém, nas relações com a Corte do Rio de Janeiro, que foram constantes desde a comunicação da destituição de Magessi, o que se percebe é um silêncio perturbador.

Ao que parece, foi antes da notícia da cisão política que este governo requereu a aprovação do Príncipe Regente, o que obteve a 7 de dezembro de 1821. Nas correspondências enviadas de Cuiabá desde outubro do mesmo ano (quando com certeza já se sabia sobre a junta do Mato Grosso) e nas atas de 1822 não encontramos qualquer sinal de que os cuiabanos procurassem se legitimar diante da Corte fluminense, contra outra junta provisória que se pretendia de toda a província⁷¹. Após um longo silêncio, tendo que justificar a ausência de eleitores da cidade de Mato Grosso na escolha dos procuradores da província, em setembro de 1822, a junta informava que “a câmara [...] não deu nenhuma resposta” à convocação. Anexavam, dentre outros documentos, uma cópia do ofício que teriam mandado à câmara municipal de Mato Grosso:

Nesta Junta Governativa da Província de Mato Grosso [i.e., a junta de Cuiabá] se recebeu o Ofício de 22 de abril próximo passado, em que os atualmente intitulados oficiais da câmara da cidade de Mato Grosso negando-se responder ao seu Ofício de 16 de março do presente ano, a que acompanhou a Cópia autêntica da Portaria de 7 de dezembro do ano passado, por que Sua Alteza Real o Príncipe Regente deste Reino do Brasil houve por bem aprovar a instalação desta junta requerem que se trate da execução do Decreto das Cortes Reais que mandou criar o Governo Provisório, e General das Armas em todas as Províncias do Brasil.

Sem que a Junta Governativa Provisória reconheça alguma autoridade nos assinados no dito Ofício, por não poder a Corporação da Câmara daquela Cidade ser composta, senão pelas pessoas legitimamente nomeadas pela Junta do Desembargo do Paço, encarregada pela Lei, de Eleger os Oficiais das Câmaras da Província: Responde, contudo, ao Povo daquela Cidade, que se deixa representar com tanta incurialidade, e abuso da legítima Autoridade, que o dito Decreto das Cortes Gerais, de primeiro de outubro do ano passado carece de execução neste Reino do Brasil [em virtude das decisões de d. Pedro sobre a inaplicabilidade sem o seu “cumpra-se”]. [...]. Esperando a mesma Junta Governativa Provisória que aquele Povo respeitando, como deve, as Reais Ordens do Mesmo Augusto Senhor, não queira ser o único do Brasil que pretenda a execução de um Decreto que o Soberano Congresso Nacional há, de certo, modificar, depois de informado das circunstâncias atuais. [...]

[A Junta convoca] os Eleitores da Paróquia de Mato Grosso, para se proceder a Eleição do Procurador Geral da Província, que deve partir para a Corte do Rio de Janeiro; e não haverá dúvida em se demorar a Eleição, até o dia em que naquela Cidade se assentar, que eles poderão estar aqui, havendo a necessária participação,

⁷⁰ Apud Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, 2003.

⁷¹ Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825. IHGMT. Compilado por Paulo Pitaluga Costa e Silva do original do Livro das Atas das Juntas Governativas, do APMT. *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 518, p. 1272.

com a brevidade possível, de virem ou não virem, para que se não demore muito um negócio de tanta ponderação.⁷²

Pela correspondência se depreende que em Mato Grosso não haveria um governo provisório, fosse ou não legítimo; o que havia era unicamente uma câmara municipal estabelecida irregularmente, pois não tivera seu escrutínio referendado pela administração provincial. Em nenhum momento se acusa a existência de uma junta, nem mesmo de um “clube” de “anarquistas” que se pretendia uma junta, como alegariam os goianos sobre a Palma. Pelo contrário, o governo cuiabano se apresentava diante da Corte fluminense como o único estabelecido. Tratava-se da instrumentalização da distância com relação à Corte como arma política, pois caso recebessem apenas os despachos da junta cuiabana, os ministros de d. Pedro por um tempo razoável não teriam razões para desconfiar de que havia mais do que um desentendimento entre o governo e uma câmara municipal naquela província. Mas a questão a se colocar é a seguinte: como seria possível manter esta versão sem que a junta de Mato Grosso a desmentisse? Uma resposta provável a esta pergunta está na disputa por duas localidades da província.⁷³

No dia 26 de setembro de 1821, logo após receber a notícia da formação da junta da cidade de Mato Grosso⁷⁴, o comandante de Vila Maria, João Pereira Leite, escreveu ao governo cuiabano, ao qual havia aderido pouco antes, requerendo que se fizesse

recolher a este distrito todos os oficiais inferiores e soldados que pertencem ao meu Corpo [...], pois do contrário eu não posso ser responsável por qualquer coisa que venha a suceder, determinada pelo Governo de Mato Grosso, pois tenho toda a certeza que eles pretendem disputar o direito que têm sobre o gado da Fazenda Caiçara; e dizem que a dita fazenda fora criada para socorro daquela terra, que não tem gados; e como sabem que se pega a boiada para ir para Cuiabá, pode ser que queiram fazer o que agora se me faz saber.⁷⁵

Vila Maria (atual Cáceres) estava situada no caminho de Cuiabá para o Mato Grosso e subordinava o registro do Jauru, localizado na mesma área e que controlava especificamente o fluxo de pessoas e de mercadorias entre as repartições. Era também o principal centro de criação de gado para o abastecimento das tropas, contando apenas a Fazenda Real de Caiçara, citada pelo comandante, cerca de 20 mil cabeças em 1824.

⁷² *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 531-B, p. 1292-1293.

⁷³ A inexistência de referências à junta de Mato Grosso em correspondências com a Corte é uma hipótese, pois seria preciso uma pesquisa num universo documental mais amplo para afirmá-lo categoricamente.

⁷⁴ APMT: E5-01 – “Registro de um ofício do Governo Provisório dirigido ao Tenente Coronel Comandante de Vila Maria, João Pereira Leite” fls. 3v e 4.

⁷⁵ *Apud* Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana, op. cit.*, p. 38-39.

Além disso, o agrupamento ficava na divisa entre as duas repartições, estando suas autoridades submetidas administrativamente a Cuiabá, mas devendo responder também a Mato Grosso, em especial quanto ao fornecimento de boiadas para o alimento das guarnições. Finalmente, João Pereira Leite era, além de comandante e administrador das Fazendas Reais de Vila Maria, o maior pecuarista particular da província, contando com dezoito sesmarias, 260 escravos e cerca de 60 mil cabeças de gado em 1827. Por todas essas razões a adesão do comandante era muito importante para os cuiabanos e o controle desta área tornou-se o principal foco de tensão entre as juntas.

Dois dias após o requerimento de soldados, Pereira Leite escreveu ao comandante de Jauru, o furriel Manoel da Costa Magalhães, ordenando que a partir daquele momento respondesse apenas a autoridades leais a Cuiabá; e no dia 30 informava o governo cuiabano que acabara de saber que “o governo de Mato Grosso não pretende atacar a fazenda da Caiçara; mas pretende com toda certeza defender à força das armas os terrenos ocidentais do rio Jauru”. Contrariando a ordem recebida, Magalhães escreveu ao governo da capital legal e relatou o ocorrido. No dia 13 de outubro, a junta de Mato Grosso encarregou o tenente Luiz Antônio de Souza de partir “para o lugar do registro de Jauru comandando o corpo de cavalaria de Casalvasco” por ser “de absoluta necessidade manter segura a passagem daquele registro”, ameaçada pelas “sinistras idéias do revolto comandante” João Pereira Leite. Deveria ainda agradecer em nome da junta pela fidelidade de Magalhães, que seria substituído apenas por conta da necessidade de um oficial experiente para lidar com “as críticas circunstâncias”. A recomendação para o novo comandante era a de defender o “interesse e sagrado direito desta Capital”, tendo a prudência para que “qualquer acontecimento que se possa suscitar seja atribuído à natural revolução daquele impolítico oficial, e a Vossa Senhoria só a forçosa obrigação de se defender dos insultos já começados”⁷⁶. No mesmo dia, a junta mato-grossense escrevia para o “impolítico oficial” Pereira Leite um ofício repudiando

as sedutoras frases que V.Mcê. pretende cortar a comunicação com os povos desta Capital, movendo-os assim aos desastres e desgraças de uma Guerra Civil, de que é V.Mcê o mentor e de que ficará responsável nas presenças das competentes autoridades, pois que V.Mcê é o primeiro a mover as antipolíticas deliberações do intruso Governo Cuiabano pelos princípios detestáveis do incômodo, da rivalidade e do despotismo, pretendendo sacrificar vítimas inocentes ao prazer de seu furor, paixões e interesses engrandecidamente particulares. Pelo Arrojo com que V.Mcê no seu dito ofício determina ao Registro do Lugar em que foi ereto, que se não obedeça a este Governo, e que não tenha comunicação com esta cidade, para assim por estes

⁷⁶ APMT: E5-01. – “Registro de um ofício do Exmo. Governo Provisório encarregando ao tenente Luiz Antônio de Souza o comando do Registro do Jauru”. fl. 10 a 10v.

Povos em apertado sítio, se conhece o orgulhoso sistema que obriga esse intruso Governo que aspira atear o fogo devorador da discórdia, para estender o seu vacilante poderio. São incalculáveis os males que V.Mcê procura aos Povos desta Capital, por não quererem sujeitar-se ao capricho de um criminoso partido. [...] é evidente que V.Mcê é o responsável diante Deus, dos homens e das Cortes por todos os acasos que acontecerem aos habitantes desta Capital, que tem sempre sido teatro da paz, da concórdia obediência e do sofrimento até que apareceu a Hidra da mais inaudita e imoral rebelião que se tem fomentado na Nação Portuguesa, dividindo uma despovoada província laçada de outras bem povoadas dos revoltosos espanhóis. Penetre-se V.Mcê da sua obstinada opinião, e experiência lhe mostrará as funestas conseqüências que se seguem, sendo V.Mcê talvez o primeiro que as sofra. Dos Papéis juntos por esse criminoso Congresso remetidos, conhece V.Mcê que não só Jauru mais ainda a Vila Maria pertencem a Repartição de Mato Grosso. Se o mesmo Cuiabá quer ver até onde chega a fidelidade e dos ânimos Mato-grossenses, o amor a Pátria e o respeito à Nação, o desinteresse à Governança e o honrado caráter dos cidadãos, transfira o assento deste intruso Governo para esta Capital, para assim poder gozar da legitimidade que V.Mcê lhe quer atribuir, e só deste modo é que V.Mcê e os mais prosélitos da revoltosa gente cuiabana entrarão no conhecimento [do] quão é diferente o caráter dos habitantes de Mato Grosso, que jamais obstem a outra alguma razão que a conservação dos Tribunais, Dignidades e Residência do Governo, e é isto que os persuada a sacrificar se preciso for os bens, as famílias, a Pátria e o último pingo de seu nobre sangue, procurando mostrar a V.Mcê, ao Cuiabá, à Nação toda, e ao Mundo inteiro que suposto fossem sempre heróis de submissão e cego respeito aos seus superiores, nunca foi nascido de fraqueza, mas sim da incomparável fidelidade de bons portugueses. [...] finalmente, Mato Grosso provará com as armas o que com a pena expressas e espera somente que V.Mcê rompa a mais leve dignidade daquelas que lhe são devidas.⁷⁷

As ameaças não se concretizaram, mas tanto Vila Maria quanto o registro de Jauru foram reforçados por tropas. Diante da iminência de um conflito armado, as determinações da junta de Cuiabá para João Pereira Leite recomendavam evitar “por todos os meios que estão a seu alcance qualquer rompimento que possa ter lugar com os alucinados habitantes de Mato Grosso” e, não sendo ameaçada a repartição cuiabana, “deixá-los obrar livremente, para que o tempo os conduza ao conhecimento da razão, ou dos pontos extremos dos desatinos”⁷⁸. O resultado do incidente foi a criação de uma espécie de fronteira militarizada entre as áreas sob autoridade das juntas de Cuiabá e do Mato Grosso. De fato, nas atas dos governos percebe-se que até o fim da cisão, nenhum dos lados procurou avançar esta linha, havendo apenas referências à busca de informações sobre o que se passava além dela⁷⁹. O mais provável é que a expectativa mato-grossense numa resolução das Cortes e a confiança de Cuiabá na estratégia de

⁷⁷ “Registro de Ofício da Junta de Mato Grosso ao Tenente Coronel João Pereira Leite, recriminando sua adesão à Junta de Cuiabá - 13 de outubro de 1821” APMT-DHMT, Doc. 51.

⁷⁸ Apud Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 39.

⁷⁹ Por exemplo, segundo a ata do dia 5 de outubro de 1822, a junta de Cuiabá oficiou “ao comandante de Vila Maria sobre as notícias que tinha de Mato Grosso”. *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*.

dissimular o conflito diante do Príncipe Regente tenham resultado num quadro estável, permanecendo o rio Jauru como fronteira.

O que importa ressaltar neste momento é que, em parte como resultado da fixação de um limite na disputa pelas adesões, em parte por estarem as expectativas voltadas para diferentes centros, a divisão da província de Mato Grosso implicou uma quebra nas relações entre os distritos. Não havia, como em Goiás, uma rede capilarizada de caminhos, mas apenas uma estrada ligando as duas cidades. Com o fechamento do caminho, nem Cuiabá tinha acesso ao Guaporé e a Chiquitos e Moxos, nem a cidade de Mato Grosso mantinha contato com o Centro-Sul. Assim, enquanto o governo cuiabano seguiu se correspondendo com a Corte fluminense e com as juntas de São Paulo e da cidade de Goiás, o governo mato-grossense manteve relações apenas com o Grão-Pará, através do Guaporé, e com as províncias espanholas. Ao surgirem dissensões e problemas financeiros dos dois lados do rio Jauru esses contatos logo seriam usados para o pedido de socorros.

d) dissensões internas e colapso financeiro

As tensões entre os dois governos não significavam que a tranquilidade reinasse no interior de cada uma das repartições. No caso da cidade de Mato Grosso, cerca de três meses após a formação da junta, dois de seus deputados foram substituídos, sendo um deles, o ajudante de ordens Matheus Vaz Pacheco, remetido a 10 de janeiro para o forte Príncipe da Beira, como “réu de inexpressável delito”. O documento constante do livro de registros do governo provisório não detalha qual seria a acusação, pois trata somente do traslado do preso. Destacava apenas que se tratava dos “mais enormes e execrandos crimes”, próprios de um “turbulento e inquieto espírito” que pretendia “fazer aparecer funestas catástrofes nesta mesma província”. Recomendava ainda a junta que se mantivesse o preso sem comunicação com a guarnição para que não tentasse rebelar a tropa. Que crimes, afinal, seriam estes?

Pacheco é apontado desde a obra de Virgílio Correa Filho como autor de dois atos extremamente subversivos, que teriam levado à sua destituição, prisão e expulsão para o Grão-Pará⁸⁰. O primeiro seria um atentado à moral sexual, pois teria difundido um panfleto intitulado “Lei Nova”, com “frases indecorosas, tomando por mofa ou zombaria a fidelidade conjugal e a castidade das donzelas, aconselhando umas e outras

⁸⁰ Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. op. cit. p. 319.

que se podiam desonestar”. Afirmaria Pacheco por meio do panfleto que “os bens eram comuns e que isto de honra era uma petra e que por consequência, os homens podiam gozar das mulheres casadas e solteiras sem lho impedirem seus maridos e pais”. A acusação provinha, como demonstra Carlos Rosa, do “sumário de testemunhos” aberto em Cuiabá logo após a instauração da junta mato-grossense. Sumário que tinha a finalidade declarada de “mostrar a todo tempo [...] a moderação do seu procedimento e [a] irregularidade com que em Mato Grosso se tem, não só desprezado as Leis existentes, como violado [...] os Decretos das Cortes”. O objetivo era investigar seis conjuntos de questões, sendo um deles “se a religião católica apostólica romana [...] tem sido conservada, com o devido respeito por aquela Junta, ou se alguns dos membros dela têm proclamado coisa contra os seus dogmas”. Ainda que infelizmente não tenha sido possível analisar os resultados do sumário, pode-se conjecturar que esta acusação provinha de rumores trazidos por indivíduos vindos de Mato Grosso, provavelmente amplificando a gravidade das transgressões.⁸¹ De qualquer maneira, não parecem ser delitos desta natureza aqueles que recomendavam os cuidados no traslado do preso, para que não rebelasse a guarnição.

A segunda ação subversiva atribuída a Pacheco é a de ter proposto na junta de Mato Grosso a promessa de libertação dos escravos como arma política contra Cuiabá, onde se concentrava a grande maioria dos cativos da província. Considerando que essa atribuição está num ofício, citado por Carlos Rosa, do comandante de Vila Maria para a junta de Cuiabá, trata-se também de uma acusação feita pelos inimigos do governo de Mato Grosso⁸². Porém, dado que dois membros da junta foram de fato destituídos e que um deles fora preso por um delito “inexpressável”, a segunda explicação parece-nos mais verossímil que a dos panfletos libertinos, pois os termos que o governo de Mato Grosso utiliza para definir seus crimes eram mais afeitos a um caso daquela natureza. Por outro lado, o ex-membro da junta e prisioneiro Matheus Vaz Pacheco reapareceria como personagem político no Grão-Pará no ano de 1824, mas na condição de membro da Junta Militar de Santarém, que se fundamentava na idéia de uma guerra racial contra

⁸¹ Quando de minha última pesquisa no APMT o principal objetivo era encontrar o sumário contra a junta de Mato Grosso, porém os documentos avulsos do período colonial estavam em restauro e, portanto, indisponíveis para consulta. Sendo o sumário um avulso de 1822 e estando a documentação deste ano catalogada como “colonial” não foi possível analisá-lo.

⁸² Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 37-38.

tapuios e negros rebelados.⁸³ Trata-se sem dúvida de uma figura enigmática, suposto entusiasta da libertação dos escravos e, três anos depois, chefe guerreiro que justificava sua luta como a defesa contra o “inimigo comum, que pretende lançar esta província do rico Amazonas na anarquia, depois de uma horrorosa efusão de sangue, e para em montões de cadáveres se levantarem novos Neros, ou repetirem-se as tristes e sempre lastimáveis cenas de São Domingos”.⁸⁴

Para o esclarecimento do caso de Pacheco seriam necessários outros elementos, o que não será possível fazer neste momento. Importa destacar, porém, que ao contrário do que se insinua na obra de Virgílio Correa Filho, esses episódios não expressam o projeto político da junta de Mato Grosso, supostamente composta por radicais. Independentemente do conteúdo, da autoria e mesmo da existência dos panfletos libertinos; e mesmo que se comprove que a defesa da abolição como arma política fosse uma proposta de Pacheco, nada disso fez parte das diretrizes da junta, que afinal foi a responsável por sua prisão, fosse por esses ou por outros delitos. O projeto de futuro da junta daquela cidade foi devidamente discutido e formalizado na representação às Cortes, que nada tinha desse radicalismo. Aliás, o fato da destituição e prisão de Pacheco terem ocorrido nos primeiros dias de 1822, ou seja, na mesma semana em que se definiu tal projeto é antes um indício de que seu “inquieta espírito” se manifestara numa disputa em torno desta definição.

Após a exclusão e substituição de Pacheco e de João Francisco dos Guimarães (que havia sido o portador da notícia da demissão de Magessi), não encontramos sinais de novas dissensões naquele governo. Avançando pelo ano de 1822, o registro dos ofícios ganha cada vez mais um tom monótono, com algumas concessões de patentes e medidas administrativas. Porém, também havia dificuldades ligadas às limitações materiais, estando cortadas as comunicações com Cuiabá e impedido o acesso às Fazendas Régias. Dada a situação, já ao enviar os procuradores pelo Guaporé, a junta

⁸³ Sobre a Junta Militar de Santarém, André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. Tese apresentada ao departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 2006. p. 272-288. Agradeço ao autor pelas indicações e transcrições dos documentos assinados por Pacheco em 1824. As fontes, do Arquivo Público do Estado do Pará são o “Código 789 - Correspondência de Diversos com o Governo (1824)”, doc. 7; e o “Código 792 - Correspondência de Diversos com o Governo (1824)”, doc. 20.

⁸⁴ André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. op. cit.* p. 276. Trata-se de um documento assinado por alguns indivíduos, incluindo Matheus Vaz Pacheco.

tentou obter socorros do Grão-Pará⁸⁵. É provável que nesta conjuntura tenham também se estreitado laços com os governos de Chiquitos e de Moxos.

A situação financeira se tornaria crítica para a junta de Cuiabá, que contava com maiores recursos, mas concentrava também o grosso das despesas da província. Mantendo uma profunda dependência financeira desde a criação da capitania, a junta contava com o subsídio que o governo de Goiás era obrigado a enviar anualmente. Ocorre que, com a crise política e a destituição do capitão-general, aquela província passava também por dificuldades financeiras e seu governo provisório não se via mais obrigado a manter o repasse. Após a negativa, tentou-se um pedido de socorros à junta de São Paulo, que obteve do Príncipe Regente a dispensa do envio dos gêneros que tradicionalmente efetuava. Nova tentativa de obter recursos externos foi feita já em outubro de 1822, com a viagem do comerciante e membro do governo Antonio Navarro de Abreu à Corte. No fim desse ano, estabeleceu-se uma subscrição voluntária para manter a ordem pública na cidade e na repartição de Cuiabá. As finanças, que já eram problemáticas, entravam em colapso sem os repasses externos.⁸⁶

Igualmente preocupantes eram as dissensões políticas e os sinais de instabilidade social, especialmente com relação às tropas. A junta cuiabana havia afastado um de seus membros, o engenheiro militar Luís d'Alincourt, que em abril de 1822 partiu para o forte Coimbra. A partir de então, o comandante da guarnição passou a censurar o governo por não dar a devida atenção à precária situação daquela fronteira. Ele apontava para as condições superiores do generalato de Assunción, reorganizado após a guerra de Independência e para a instabilidade interna, pois “se os soldados da fronteira, em outro tempo, faziam o serviço com falta de pagamento, e muitas vezes mortos à fome, agora tornaram-se menos sofrendores”⁸⁷. Certamente influenciado por d'Alincourt, colocava diante dos cuiabanos uma situação ameaçadora semelhante àquela que a cidade de Mato Grosso descrevera às cortes:

Talvez que se eu fizesse estas ponderações a alguns senhores dos mais entendidos dessa cidade, me respondessem que todas eram bem fundadas, mas que não podia dar remédio, por estarem exauridos os cofres públicos: eu lhes tornaria que esta é a época de resplandecer o patriotismo e que agora até por necessidade deve ser exaltado; quando não, desprezada a Fronteira, os canais e estradas estão abertos para o inimigo entrar, para saquear as fazendas e para bater às portas do Cuiabá: que grande confusão se espalharia entre todos à

⁸⁵ APMT: E5-01 – “Registro de uma Portaria do Exmo. Ilmo. Governo dirigida ao Provedor da Real Fazenda” fl. 25v.

⁸⁶ Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 45.

⁸⁷ Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 40-43.

primeira voz – Caiu Coimbra e Miranda! Ah! Se a desgraça tal permitisse, tarde se arrependeriam do seu egoísmo⁸⁸

Ficava evidente que preocupação não derivava apenas de possíveis ameaças externas, mas também do descontentamento das tropas, pois segundo o comandante:

É uma verdade demonstrada que o novo espírito do tempo tem influído em todos, mas desgraçadamente nem todos o conhecem como devem; esta ignorância, que talvez tenha alterado a sábia carreira do governo de VV. Excias. se espalhou, a meu ver por toda a província, e os soldados que aqui chegaram depois do memorável acontecimento do dia 20 de agosto [i.e., a destituição de Magessi], derramaram um sentimento pouco sofredor relativo ao que lhes deve a Fazenda Pública⁸⁹

Os soldados - prosseguia o comandante - “não investigam e nem são capazes de entrar nas coisas de mais vulto, que ocupam a VV. Excias., e só fazem juízo do que lhes toca de perto”⁹⁰. Ocorre que o que lhes tocava de perto dizia respeito diretamente às diretrizes do poder provincial, que se instaurou em 1821 com a promessa de um tempo novo. Em agosto de 1822 ocorreram as duas primeiras rebeliões militares do que pode ser considerado um longo ciclo, marcado por uma crescente organização e politização das tropas⁹¹. Vila Maria, sob a autoridade do todo-poderoso João Pereira Leite, foi o primeiro local onde o descontentamento deu lugar à rebelião, sendo que a correspondência da junta com o comandante deixava claro que os soldados eram capazes de, à sua maneira, “entrar nas coisas de maior vulto”. Isto é, que a Revolução Constitucionalista não chegara a eles apenas pela precarização das condições materiais, mas também pelas expectativas que abria. Assim, ordenava a junta ao comandante que remetesse “os principais autores da rebelião [...] debaixo de algum pretexto, para aqui serem castigados, conforme suas culpas, pois convém desabusá-los a respeito da Constituição, que eles alegam, porquanto ela não dá liberdade para obrar contra a lei, com insubordinação”⁹². Outra rebelião militar ocorreu ao mesmo tempo no distrito de Rio Acima. Em conjunto, essas mobilizações inicialmente frágeis, mas perigosamente fundadas em diferentes leituras do conceito de liberdade, ameaçavam principalmente aqueles que, antes e depois do constitucionalismo, controlavam o oficialato militar e

⁸⁸ *Idem.*

⁸⁹ *Idem*

⁹⁰ *Idem*

⁹¹ Um estudo pioneiro sobre o ciclo de rebeliões militares em Mato Grosso foi elaborado por Valmir Batista CORRÊA, numa dissertação de mestrado apresentada em 1976 e publicada em 2000 no livro *História e Violência em Mato Grosso, 1817-1840* (Campo Grande: Ed.UFMS, 2000). Infelizmente, nenhum trabalho seguiu a trilha aberta pelo historiador e até mesmo a “Rusga”, o mais expressivo movimento ocorrido em Mato Grosso no Império, não conta com qualquer estudo específico.

⁹² APMT: E5-03 – “Registro de um Offício dirigido ao Tenente-Coronel João Pereira Leite” fl. 54.

certos postos civis que lhes permitiam fazer da geopolítica um negócio.⁹³ Tendo as tropas como protagonistas das contestações, a instabilidade poderia colocar em risco toda a ordem social sustentada no escravismo, em especial a partir do momento em que fossem politizadas as clivagens raciais, o que viria a ocorrer em 1834.⁹⁴

. Também em meados de 1822, os vereadores de Diamantino protestaram contra a o governo, num impasse em torno da divergência de interesses entre os produtores rurais da Chapada dos Guimarães e Cuiabá e os comerciantes daquela vila.⁹⁵ Ademais, por todo esse ano, a junta teve de lidar com situações adversas, como a dificuldade de manter o controle sobre os índios Guaicurús, aliados desde 1791, mas que atacavam os estabelecimentos da República do Paraguai sem o consentimento do comando militar, trazendo problemas ao governo.⁹⁶ As fugas de escravos na Chapada, as deserções pelas diversas guarnições, as cartas anônimas e os rumores de revoltas eram também fatos do cotidiano⁹⁷.

Em agosto, com a morte do presidente, d. Luís de Castro Pereira, foram convocadas eleições para a junta. A princípio a idéia era a de preencher os lugares vacantes, pois além do presidente outros dois membros estavam afastados. Porém, sob a alegação de que “pode ser que o povo não esteja satisfeito com alguns dos membros do atual governo, ou ainda com todos”, fez-se um novo processo eleitoral.⁹⁸ A segunda junta cuiabana, escolhida pelos colégios de toda a repartição, manteve boa parte dos que

⁹³ Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 45-46. Valmir Batista CORRÊA, op. cit. Parte II.

⁹⁴ Elizabeth Madureira SIQUEIRA. *Rusga em Mato Grosso: edição crítica de documentos históricos*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 1992. Ver, por exemplo, os seguintes depoimentos: “Depoimento de Francisco Xavier de Fontes, 18 de dezembro de 1834” p. 222. “Depoimento de Gregório Ribeiro do Nascimento, 18 de dezembro de 1834” p. 226. “Depoimento de José Caetano Metelo. 18 de dezembro de 1834”. apud. p. 228.

⁹⁵ A câmara de Diamantino havia alterado as regras de tributação da cachaça que entrasse em seu distrito. Sendo esta uma das principais mercadorias produzidas na Chapada e em Cuiabá, os produtores recorreram à junta, que pressionou os vereadores a desistirem da mudança. Em resposta, toda a câmara pediu demissão, ao que a junta lhes ordenou a retomarem os postos. Ao reassumirem, denunciaram “alguns fabricantes de aguardente dos limites de Cuiabá que só olham para o seu interesse na introdução de aguardentes para esta Vila”. O incidente, narrado por Carlos Rosa, expõe claramente as dificuldades de arbitragem de interesses distintos por um poder que acabara de ser instituído, assim como a tensão existente mesmo no interior da repartição do Cuiabá. Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit., p. 46.

⁹⁶ *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 521. p. 1275. Ainda envolvendo os povos indígenas, importa mencionar que a rebelião militar de Vila Maria foi obra de soldados que estavam partindo para uma expedição punitiva.

⁹⁷ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Ver principalmente os meses de fevereiro, julho e setembro de 1822. Carlos ROSA. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*, op. cit. p. 45.

⁹⁸ *As Juntas Governativas e a Independência*. op. cit. Doc. 529-A. p. 1287.

compunham a primeira. Dentre os novos membros, surgia uma figura que se tornaria central na política da província: o tenente-coronel João Poupino Caldas.

O passo dado no sentido de uma maior legitimação não resolveria os principais problemas colocados: o colapso das finanças e a instabilidade social, manifestada principalmente pelas tropas. Em setembro de 1822, ao escrever ao Príncipe Regente (que em São Paulo e no Rio de Janeiro, era já um Imperador), a junta cuiabana fazia um balanço do constitucionalismo que, como veremos, antecipava alguns dos termos de sua adesão ao Império:

quando estendemos as vistas sobre os medonhos acontecimentos que a diversidade de interesses, e uma oposição absoluta de sentimentos tem feito seguir-se ao primeiro passo de nossa Regeneração, não só encontramos em cada um deles uma poderosa causa de males assaz bastantes para tornar a celebridade do Brasil à primeira obscuridade dos tempos de Cabral. A escravidão e a morte ser-lhe-iam sem dúvida sorteadas na partilha política da família portuguesa, se [o Brasil] não tivesse em Vossa Alteza Real um Tutor, um Pai, e um Defensor Perpétuo⁹⁹

D. Pedro não era celebrado, como em algumas partes do Brasil, por enfrentar o suposto despotismo das Cortes; o era por frear os “medonhos acontecimentos” que se seguiram ao anúncio da “Regeneração”, em seu “primeiro passo”.

1822: Entre o Extremo Norte e o Centro-Sul

a) a definição dos alinhamentos

No início de 1822, ao mesmo tempo em que se acentuava a polarização entre as Cortes de Lisboa e a Corte do Rio de Janeiro, foram se articulando os interesses e se definindo os projetos e as estratégias no interior de cada um dos governos do Oeste. Havia naquele momento juntas provisórias nas cidades de Cuiabá, Mato Grosso e Goiás, e no arraial de Natividade, elevado a “vila interina”. As quatro juntas tiveram de lidar com dissensões internas e com a disputa pelo exercício do poder sobre certas localidades dos territórios das antigas capitanias. Foi nessas condições que se definiram, com maior ou menor clareza e nem sempre contando com o apoio decidido de seus representados, as estratégias para que a marcha dos acontecimentos desencadeada com a “regeneração portuguesa” tomasse um rumo favorável às coletividades que pretendiam representar.

Em Goiás, a autoridade do governo de Natividade se mantinha estável apenas no extremo-norte da província (além da sede, os julgados de Conceição e Porto Real), pois

⁹⁹ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 530. p. 1289.

Arraias e Cavalcante já não se subordinavam a qualquer junta e a vila da Palma era mantida por uma ocupação militar, após a fuga das principais autoridades. A prioridade para esse governo era a manutenção de um poder provincial separado da capital, para o quê buscavam a legitimação nas Cortes, através do deputado Joaquim Teotônio Segurado, que partira a 6 de janeiro para Belém. O governo da capital goiana, por sua vez, via-se diante da instabilidade interna, que seria superada apenas a partir de agosto, com a expulsão dos principais opositores. Só a partir de então se sobressairia o projeto dos proprietários do eixo Goiás-Meia Ponte, que após intensas disputas controlavam a junta, buscando a consolidação de um poder provincial estável, a incorporação do norte e a manutenção da unidade com as províncias do Centro-Sul.

Após as destituições dos primeiros dias do ano, a junta da cidade de Mato Grosso redigiu um texto que deixava seu projeto claro: pretendia reverter a transferência do centro de poder, que vinha ocorrendo há mais de duas décadas. Levando através de procuradores uma representação às Cortes de Lisboa, procuravam os mato-grossenses atribuir aos desmandos do último capitão-general uma situação que sabiam ser mais profunda. Finalmente, a junta de Cuiabá, que desde o princípio priorizou as relações com a Corte do Rio de Janeiro, silenciando a respeito da existência de um segundo governo na província, via-se diante de um colapso financeiro e da instabilidade social. A prioridade para os cuiabanos era conferir alguma previsibilidade à situação, com o retorno dos subsídios orçamentários e a interrupção dos “medonhos acontecimentos” que se seguiram à Revolução Constitucionalista em seu “primeiro passo”.

Em comum, Cuiabá e Goiás tinham suas expectativas voltadas para o Centro-Sul, sendo que não encontramos indícios de que em qualquer momento seus governos tenham colocado em questão a unidade com a Corte do Rio de Janeiro. Para essas juntas, não só o Rio de Janeiro, como São Paulo e Minas Gerais eram referências de primeira ordem na definição dos alinhamentos políticos. Passando há décadas por um processo de integração que tinha em Cuiabá um de seus pontos mais distantes, a imensa área sob influência da Corte fluminense teve uma dinâmica marcada pela mediação exercida pela Regência de d. Pedro. Para a viabilização de um projeto centrado no Rio de Janeiro convergiam os interesses mercantis e os fluxos políticos e administrativos, que sem dúvida eram as variáveis determinantes, mas também a própria “filtragem” das notícias, pois quase tudo que chegou à capital goiana e a Cuiabá sobre os acontecimentos de 1822 veio pelos caminhos das tropas de muare. Junto com os relatos das decisões do Príncipe, eram encaminhadas as informações sobre as adesões em São

Paulo; além disso, os decretos das Cortes já vinham alcunhados com o epíteto de “recolonizadores”.

A unidade das cidades de Goiás e de Cuiabá com o Centro-Sul não era um destino natural, apesar de por vezes serem esses os termos das “adesões”. Contudo, isso também não era um dilema. Era uma opção entre, por um lado, um projeto concreto e viável que contemplava questões essenciais para a reiteração ampliada das condições materiais e políticas de seus grupos dominantes e, por outro, aspirações vagas, sem uma organicidade ou expectativa de viabilidade que lhes conferissem o caráter de um projeto político alternativo. Enfim, não há dúvidas de que existiam dilemas políticos tanto em Goiás, quanto em Cuiabá, mas eles não estiveram ligados a uma opção entre a unidade com Lisboa ou a Independência com o Rio de Janeiro.

Situações muito diferentes eram as de Natividade e Mato Grosso. Colocando todas as suas expectativas nas decisões a serem tomadas pelas Cortes de Lisboa, as juntas não trocaram correspondências com a Corte do Rio de Janeiro por mais de um ano: a do norte goiano, desde sua criação, em setembro de 1821, até janeiro de 1823; a de Mato Grosso de janeiro de 1822 a março de 1823.¹⁰⁰ No caso de Natividade e, sobretudo da parte que restara sob autoridade da junta, a integração mercantil ao Grão-Pará tinha uma enorme importância nesse alinhamento. Vale inclusive se perguntar se o predomínio das relações com a Bahia, onde em fins de 1821 a situação era bem menos definida quanto à adesão às Cortes, não teria sido dos fatores que levou os centros mais ligados à pecuária – isto é, Palma, Cavalcante e Arraias – a romperem com a junta de Natividade. Ainda que a disputa pela condição de sede do governo tenha tido, no nosso entender, um papel predominante, este não deixa de ser um fator a mais a definir os campos políticos naquele território. Já no caso de Mato Grosso, a decadente rota do Guaporé era o único caminho possível, além daqueles que levavam aos domínios espanhóis que viviam os últimos capítulos das guerras de Independência. Se para os do norte goiano Belém era uma praça que garantia bons negócios, para os da cidade de Mato Grosso aquele era um porto distante que há muito vinha perdendo sua importância, mas ao mesmo tempo era a alternativa que restava à aceitação de um indesejável domínio de Cuiabá.

Em comum, Natividade e Mato Grosso não tinham quase nada: não havia relações mercantis ou qualquer tipo de contato direto e as realidades sociais e econômicas eram

¹⁰⁰ No caso de Mato Grosso, é também questionável se a cópia da representação de janeiro de 1822 enviada às Cortes e que seria destinada ao Príncipe Regente teria chegado antes da declaração de Independência, pois nenhuma atitude da Corte o atesta. Na publicação, geralmente se transcreve os despachos, incluindo a data, mas neste caso não há esta informação.

radicalmente distintas. Ao mesmo tempo, dois fatores entrelaçaram seus projetos: a espera de uma definição em Lisboa e a cidade de Belém como pólo articulador dos sistemas fluviais amazônicos.

a) Mato Grosso e Natividade: a convergência em Lisboa e Belém

Os deputados das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa receberam na sessão de 16 de abril de 1822 um parecer da Comissão dos Poderes, acerca da situação de um deputado que se apresentara para tomar assento com diplomas de juntas eleitorais diferentes. Tratava-se de Joaquim Teotônio Segurado, que após ser eleito pela província de Goiás, a 7 de agosto de 1821, foi novamente escolhido, a 25 de dezembro, pela “Vila de São João da Palma, cabeça da comarca de São João das Duas Barras, pertencente à mesma província”¹⁰¹. A comissão não contava com informações da capital de Goiás, apenas “um ofício de uma junta provisória de governo, recentemente ereta por espírito de adesão a Portugal na cabeça da comarca de São João das Duas Barras” que noticiava, além da eleição do deputado e de um suplente, a divisão ocorrida na Província. Diante dessa situação, tinha que decidir “sem entrar nos motivos desta desmembração, que não lhe compete averiguar [...], se a nova eleição da comarca desmembrada tinha lugar”. O parecer, aprovado sem discussão, era de que o parlamentar deveria tomar assento como representante da comarca e que, ao mesmo tempo, se expedisse uma ordem para que o outro deputado eleito por Goiás se encaminhasse às Cortes, “com o que julga completa a representação de toda a Província”¹⁰². O segundo deputado era Luiz Antonio da Silva e Sousa, religioso estabelecido em Meia Ponte, que após ser eleito tomou o caminho do Rio de Janeiro e acompanhando então a decisão da bancada mineira de não partir para Lisboa, diante da crescente polarização entre os dois centros de poder da Monarquia.

Durante a primeira experiência constitucional portuguesa, a diversidade de situações que se apresentava aos representantes da nação tornava necessárias decisões como a que foi tomada sobre os diplomas. Reforçava a necessidade, neste caso, o fato de que a conjuntura na qual se apresentou Segurado, “natural do Além-Tejo, e

¹⁰¹ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Primeira sessão da primeira legislatura. Ata n. 58 - 16 de abril de 1822. p. 824. (Utilizou-se aqui a publicação do Diário, disponível em <http://debates.parlamento.pt/>, atualizando-se a grafia). Doravante, as citações aos “*Diários das Cortes*” remetem à data, sessão, número da ata e página, sendo todas da 1ª legislatura.

¹⁰² Sobre o deputado pesava ainda outra irregularidade, a de ter sido “eleito quando exercia o lugar de ouvidor da mesma comarca”, mas dado que o mesmo já havia ocorrido com “outro ilustre Deputado do Ultramar”, o parecer foi favorável a sua posse também nesse ponto. “*Diário das Cortes*” Ata n. 58 - 16 de abril de 1822. p. 824.

domiciliado por mais de sete anos na comarca de São João das Duas Barras”, era particularmente crítica no que se refere às relações com o Reino do Brasil. Certamente, naquele momento de tensão entre as Cortes de Lisboa e o Príncipe Regente D. Pedro, o “espírito de adesão a Portugal” manifestado pela junta da Palma, contraposto à ausência de qualquer manifestação do capitão-general de Goiás, pesava mais nas decisões dos constituintes do que a irregularidade da eleição de um deputado por uma comarca¹⁰³.

Segurado tomou assento em 18 de abril e, quatro dias depois, apresentou uma indicação às Cortes:

Para evitar efusão de sangue nas províncias de Goiás, e Mato Grosso, proponho que se haja por extinto o lugar de governador e capitão-general de Goiás: que a comarca de S. João das duas Barras fique independente de Goiás, ao menos até á decisão do soberano Congresso, sobre o plano geral, que tenho de propor para o sertão do Brasil: que nem a cidade de Cuiabá fique Sujeita á Vila Bela, nem esta áquela, até a dita decisão: que na comarca de S. João das duas Barras, na de Goiás, em Cuiabá, e em Vila Bela, haja em cada uma um governo provisório composto de cinco membros, e de um comandante militar, estabelecendo-se aos membros dos governos ordenados proporcionados ás circunstancias particularíssimas daquelas povoações; que estas providências se participem ao Governo para que ele imediatamente nomeie os quatro comandantes, e mande reduzir o numero dos membros dos governos na forma que proponho. Finalmente acho que se deve anunciar á Comissão competente a necessidade de dar com brevidade o seu parecer aos ofícios, que ao soberano Congresso enviou o governo provisório de S. João das duas Barras.¹⁰⁴

O deputado havia deixado o norte goiano com um projeto claro de legitimação do desmembramento com relação à capital, mas, ao chegar em Lisboa, já tinha um “plano geral [...] para o sertão do Brasil.” Incorporava na sua primeira indicação uma solução para a divisão na província de Mato Grosso, que não tinha qualquer relação direta com a comarca que o elegeu, colocando nos mesmos termos as duas situações. Quanto ao conhecimento que tinha do que se passava no Extremo Oeste, lembremos que Segurado esteve em Belém entre fevereiro e março, isto é, antes que os procuradores eleitos por Mato Grosso aí chegassem. Porém, é provável que o deputado tenha sido informado da criação de duas juntas naquela província através de correspondências recebidas pelos paraenses. Notícias de última hora, pois a viagem pelo Guaporé demandava cerca de cinco ou seis meses, quando bem sucedida.

Contudo, mais importante que o caminho da notícia é o fato de que o deputado tomou para si a tarefa de oferecer uma solução provisória para o conflito, num espaço

¹⁰³ A Província de Goiás já não era governada pelo capitão-general Manoel Inácio de Sampaio desde que este ordenou a formação de uma junta provisória, em 30 de dezembro de 1821. Porém, a notícia não havia ainda chegado a Segurado e aos demais deputados das Cortes.

¹⁰⁴ “*Diário das Cortes*” Ata n. 63, 1ª sessão - 22 de abril de 1822. p. 913.

que nunca visitara e que não fazia parte de seu universo de relações. Como estudioso do território brasileiro, da geração influenciada por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, o deputado conhecia muito bem a geografia da província de Mato Grosso.¹⁰⁵ É muito provável que soubesse, ou ao menos pressentisse, que assim como em Goiás, os interesses estariam ali divididos entre o Centro-Sul e o Extremo-Norte. Pode ser também que no Grão-Pará lhe tenha sido requisitado que cuidasse dos negócios do Mato Grosso. Seja como for, o fato é que a questão da dualidade de governos nessas províncias foi repassada à Comissão de Ultramar, para a qual Segurado foi nomeado ainda em 22 de abril.

O parecer sobre Goiás foi apresentado no dia 9 de julho, incluindo além de uma proposta de criação definitiva da província, outras como a extinção dos diversos impostos que já haviam sido abolidos na prática, a confirmação da criação da companhia de 1ª linha que a junta criara e a declaração de que eram consideradas receitas da nova província os recursos da Fazenda Pública nela existentes no dia da formação da junta, com o que se legitimava a apropriação feita da diligência que levava os impostos arrecadados no norte para a capital. A comissão aprovou tudo exatamente como propusera a junta da Palma, com argumentos detalhados, obviamente colocados por Segurado. Para a criação da província, as justificativas incluíam as características geográficas, como a extensão do território, a população (estrategicamente superestimada), as distâncias dos arraiais com relação à capital, assim como a viabilidade financeira da nova unidade político-administrativa. Passavam ainda pela afirmação de que a dependência política com relação a Goiás era, segundo a junta, “a desgraça de seus habitantes, os quais nenhuma relação de comércio tem com a capital, e só sim com as cidades marítimas, especialmente com a Bahia, e Pará.” Finalmente, o parecer incluía a ordem para que se formasse uma junta na cidade de Goiás, pois até aquele momento não se sabia que Manoel Inácio de Sampaio já não era capitão-general.¹⁰⁶ Apesar do parecer favorável, a proposta não foi aprovada, pois no dia seguinte o deputado secretário das Cortes requereu que se encaminhasse a questão para a Comissão especial dos negócios políticos do Brasil.

¹⁰⁵ Isso se percebe, por exemplo, em sua argumentação contrária à manutenção das operações na Cisplatina, na qual detalha as características e a fragilidade do sistema de defesa do Extremo-Oeste para sustentar a tese de que não convinha à Monarquia perpetuar conflitos que expusessem aquelas possessões. “*Diário das Cortes*” Ata n. 70, 1ª sessão - 30 de abril de 1822. p. 1021.

¹⁰⁶ “*Diário das Cortes*” Ata n. 51, 2ª sessão - 9 de julho de 1822. p. 756 e segs.

Quanto a Mato Grosso, a proposta encaminhada não foi a de Segurado. No dia 21 de junho, a junta provisória do Pará informava às Cortes “terem ali chegado, para seguirem viagem para esta capital, dois procuradores da província de Mato Grosso, para reclamarem perante o soberano Congresso a restituição da capital da província à cidade de Santíssima Trindade, fazendo cessar a divisão, que as facções motivaram na dita província”. Quatro dias depois recebia-se um “ofício do governo provisório da província de Mato Grosso, em data de 9 de Janeiro, sobre a prerrogativa de capital da cidade da Santíssima Trindade”¹⁰⁷. Finalmente, a 31 de julho, foi proposto e aprovado um parecer com base na representação da cidade de Mato Grosso, mas também em argumentos igualmente detalhados da junta de Cuiabá, provavelmente enviados logo após a deposição de Magessi. Com as duas versões em mãos, a comissão, que ainda contava com a presença de Segurado, foi levada a ponderar cuidadosamente a situação. À representação mato-grossense, fundamentada na defesa da condição de capital legítima e na continuidade de sua importância geopolítica, quebrada apenas pelo despotismo de Magessi, rebatiam os cuiabanos com argumentos acerca da precedência e maior representatividade de sua junta provisória e da insalubridade e a miséria de Mato Grosso. A decisão foi no sentido de manter provisoriamente as duas juntas, “para evitar maiores controvérsias”, e de se realizar a reunificação logo que os ânimos se acalmassem. Para este efeito, reconhecia-se que Mato Grosso era a capital, ao menos até que fosse possível averiguar os argumentos dos cuiabanos sobre a insalubridade do vale do Guaporé. Por outro lado, ordenava-se a reunião de eleitores em Cuiabá, com base na maior facilidade de deslocamento, pois havia dezenove paróquias neste distrito contra apenas cinco no de Mato Grosso.¹⁰⁸ Procuravam os deputados um equilíbrio entre as demandas das duas juntas, para que fossem evitados conflitos mais graves. Em setembro, os procuradores ainda requereram que fossem adicionadas à decisão as determinações de que, sendo Mato Grosso a capital legítima, o aparelho administrativo regressasse à cidade e que as eleições se fizessem alternadamente nos dois núcleos. Colocado em votação, o requerimento foi totalmente indeferido.¹⁰⁹

O encaminhamento dado pelas Cortes às cisões nas províncias do Oeste deixava a questão da Palma ainda sem uma decisão final, mas com perspectivas de uma legitimação e, no caso de Mato Grosso chegava-se a uma solução provisória. Porém,

¹⁰⁷ “*Diário das Cortes*” Ata n. 38, 2ª sessão - 21 de junho de 1822. p. 516; Ata n. 40, 2ª sessão - 25 de junho de 1822. p. 541

¹⁰⁸ “*Diário das Cortes*” Ata n. 69 2ª sessão – 31 de julho de 1822. p. 1005 e segs.

¹⁰⁹ “*Diário das Cortes*” Ata n. 74 2ª sessão – 28 de outubro de 1822. p. 906.

para que quaisquer definições fossem efetivas era preciso preservar a soberania portuguesa nessas áreas. Ocorre que enquanto Segurado atravessava o Atlântico e aportava em Lisboa, o Príncipe Regente tomava medidas para tentar submeter ao Rio de Janeiro todos os governos provisórios criados no Brasil. Em fevereiro de 1822 um passo importante foi dado nesse sentido, com a convocação de eleições para um Conselho dos Procuradores das Províncias, que tinha a função de fazer convergir na Corte fluminense poderes que mantinham uma ampla margem de autonomia e que podiam ou não estar alinhados a um dos centros que disputavam a soberania sobre as províncias do Brasil. Ao lançar a pretensão de estender sua autoridade, o Príncipe Regente forçava um posicionamento. Sendo acatada de imediato em diversas partes, incluindo a capital goiana e Cuiabá, a convocação foi recusada em outras, como o Maranhão e o Pará, entre maio e junho. Se antes já estava colocada uma possibilidade de ruptura, agora uma decisão haveria de ser tomada. O resultado, nas províncias do Extremo Norte, foi a formulação de um projeto concreto de unidade com as Cortes, tendo sua viabilidade estreitamente ligada à manutenção de uma ampla área articulada a Belém. Projeto que unia áreas que podiam nada ter umas com as outras, exceto a ligação com o ponto de convergência dos caminhos fluviais da Amazônia. Como demonstrou André Machado, tanto a junta mato-grossense quanto a de Natividade não só buscavam essas relações como eram incluídas nas estratégias do governador de armas do Pará, José Maria de Moura.¹¹⁰ Enquanto esperavam as cartas de Lisboa com uma possível notícia de uma legitimação pelas Cortes, palmenses e mato-grossenses requeriam também socorros e enviavam propostas de auxílio mútuo na defesa da soberania portuguesa.

Para compreender o desfecho do autonomismo goiano e da tentativa mato-grossense de recuperar sua condição de centro de poder será preciso, primeiramente, verificar o que se passava com as juntas ligadas ao Centro-Sul.

b) As adesões de Cuiabá e Goiás à Independência

As manifestações de adesão das juntas e das câmaras ligadas ao Centro-Sul merecem alguma atenção, nem tanto pelo fato do alinhamento ao projeto de Império do Brasil, quanto pelo que revelam das concepções que se tinha da nova ordem que se instaurava, ou ainda da inserção das coletividades que representavam nesse novo construto político. A diversidade de formas e significados caracteriza o período de

¹¹⁰ André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. op. cit.* p. 155-163.

aprofundamento da crise do Antigo Regime português e do início de sua superação, expressando em certos casos leituras da relação entre passado, presente e futuro que revelavam percepções distintas dos sentidos da Independência. A fórmula dessas correspondências de “adesão” tinha certa filiação com as felicitações ao Monarca em momentos políticos importantes, tendo sido a transmigração da Corte um marco central da emergência de um novo patriotismo, ligado já às Revoluções Atlânticas, mas que reiterava ainda a ordem política vigente. Tratava-se, antes de 1821, de manifestações de adesão a um Império português sediado na América, o que não se dava apenas através dessas correspondências, mas principalmente pelos estudos dos ilustrados, como aqueles de Joaquim Teotônio Segurado, ou ainda pela literatura, como a produzida na década de 1810 por Luiz Antonio da Silva e Sousa que também se elegeu às Cortes por Goiás.¹¹¹ Após a eclosão da Revolução Constitucionalista, mesmo se tratando, em grande parte, dos mesmos indivíduos e, em grande medida, dos mesmos instrumentos, essas manifestações adquiriam sentidos novos e muito mais diversificados. A importância política das “adesões” se percebe pelo fato de serem apresentadas pelos que arquitetavam o projeto de Império como uma das bases de sua legitimidade.¹¹²

As adesões de Cuiabá podem ser mapeadas desde a decisão do Príncipe Regente de permanecer no Rio de Janeiro, contrariando as ordens das Cortes. Afirmava a junta a 22 de abril, diante da notícia vinda pelo “correio de Goiás”, que sua província seria “sempre inseparável da do Rio de Janeiro”¹¹³. Em junho, decidiram os cuiabanos enviar uma deputação à Corte fluminense para prestar pessoalmente adesão ao Príncipe Regente, sendo encarregado da tarefa um membro da junta, o capitão-mor João José Guimarães e Silva.¹¹⁴ Em seguida, com a convocação do Conselho dos Procuradores das Províncias, a deputação tomou outro caráter, pois foi eleito o próprio Guimarães e Silva, que já havia partido. Informava a junta em setembro que estava ele “em marcha para essa Corte, na qualidade de deputado deste governo, para expressar, que os

¹¹¹ Certamente a expressão mais acabada de patriotismo imperial no Oeste é a peça de teatro “A Discórdia Ajustada”, de Silva e Sousa (1818). Trata-se de uma discussão entre um “guerreiro, vestido em armas antigas”, representando Portugal e um “índio vestido ricamente” representando o Brasil; discussão esta que, como atesta o título, acaba por ser harmonizada diante da intervenção da Justiça. *Memórias Goianas*. Goiânia: Centauro, 1982, vol. II. p. 47-58. Sobre as “memórias” dos ilustrados, ver o Capítulo 4 desta dissertação.

¹¹² Sobre as adesões, Iara Lis Carvalho SOUZA. “A Adesão das Câmaras e a Figura do Imperador”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH / Humanitas Publicações, N. 36, vol. 18, 1998. André Nicacio LIMA. “As câmaras municipais na crise da independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825)”. Informe de Pesquisa.. *Revista Eletrônica Almanack Brasiliense*, São Paulo, v. 1, p. 114-119, 2005.

¹¹³ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 523, p.1279-1280.

¹¹⁴ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 525, p. 1282.

sentimentos deste mesmo governo eram, e são idênticos aos que têm sido manifestados pelas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, para manter a causa comum deste Reino do Brasil”. A afirmação de que Mato Grosso era inseparável do Rio era ampliada conforme se percebia – evidentemente com uma defasagem considerável - um projeto político mais amplo, fundado sobretudo na teia de relações do Centro-Sul. Foi também nesta ocasião que a junta se manifestou a respeito da ausência da capital legal no processo eleitoral, afirmando simplesmente que a “câmara de Mato Grosso não deu resposta alguma”¹¹⁵

Guimarães e Silva, que fora mandado para prestar adesão ao “Fico”, chegou à Corte quando d. Pedro já havia sido aclamado Imperador do Brasil. No dia 4 de novembro apresentava-se para “declarar a vontade geral dos meus concidadãos e os firmes e patrióticos desejos da mais populosa e, por tantos títulos, mais considerável parte da província de Mato Grosso”. Reconhecia, desde logo, que não representava a totalidade, mas apenas a repartição de Cuiabá, enaltecida por sua superioridade demográfica e por sua importância política. Por outro lado, não hesitava em se apropriar dos velhos termos das Instruções de d. Antonio Rolim de Moura, mas para definir toda a “província de Mato Grosso” como o “antemural do Brasil, pelo lado da República do Paraguai, e do vasto e populoso, rico e famoso Peru”. Enquanto os seus adversários omitiam a história recente para esconder seu declínio, os cuiabanos davam mostras de que também eram capazes de se manipular a geopolítica para fins políticos. Ao lado da defesa da fronteira externa, enfatizava em seu discurso as dificuldades da distância e as potencialidades da natureza – tópicos que não eram novos, mas que seriam explorados com sentidos renovados e numa escala inédita durante o Império. Por fim, arremedava o cuiabano: “Viva o Alto, e Poderoso Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil será o grito geral da minha província desde Cuiabá ao Guaporé, desde o Paraguai, até o Arinos”.¹¹⁶ A aclamação no tempo futuro demonstra que o procurador podia, sem qualquer hesitação, aderir em nome da província à fundação do Império, mesmo sabendo que seus compatriotas sequer haviam sido informados que naquele momento havia um imperador no Rio de Janeiro. Isso porque a passagem do alinhamento à Corte fluminense para a inclusão no projeto de Império do Brasil ocorreu sem grandes comoções. Por outro lado, mesmo sem envolver uma disputa em torno da Independência, a situação política estava longe de ser tranqüila.

¹¹⁵ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 531, p. 1290-1291.

¹¹⁶ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 537, p. 1311-1315.

Enquanto o procurador da província prestava adesão ao Imperador, a segunda junta cuiabana passava por graves conflitos internos, agravando ainda mais um quadro de mobilizações de tropas e uma situação financeira catastrófica, pois nenhuma ajuda externa havia sido obtida. Afora os confrontos com indígenas e as preocupações com a fronteira paraguaia, especialmente no mês de setembro, diversas prisões de soldados são informadas nas atas nos meses seguintes. Em novembro, a junta recebia uma carta denunciando que se pretendia assassinar o deputado Antonio Navarro de Abreu e chegavam de Diamantino notícias do desembarque de escravos fugidos do Grão-Pará. No dia 10 de dezembro, era recebida uma representação dos eleitores da comarca contra o governo, no dia seguinte “uma participação de um oficial, em que avisava a este governo que a legião de linha estava em armas”. Sendo esclarecido posteriormente pelo comandante que se tratava apenas de uma revista, o episódio revela o estado de sobressalto em que se encontrava a junta. Já no dia 14, acusava-se que uma carta anônima havia sido “dirigida ao comandante da praça, convidando-o para uma nova forma de governo”. Dois dias depois, recebia-se uma “representação dos militares e vaqueiros” das Fazendas Régias do vale do Paraguai, “em que requerem outro comandante”. No início de 1823, era remetida uma devassa sobre os “inquietadores públicos”.¹¹⁷

Foi em meio a agitações de todo tipo que chegou a notícia da aclamação do Imperador. Nesse contexto, como em muitas vilas e cidades do Brasil, reuniu-se a câmara para prestar adesão ao soberano e à nova ordem política que instituía. No dia 22 de janeiro era enviada uma declaração em termos bastante comuns, de “adesão à Causa Sagrada da Independência deste Império”¹¹⁸. Datado de dois dias depois, outro texto, neste caso muito peculiar, era assinado pelos mesmos vereadores, porém acompanhava mais de uma centena de assinaturas de “cidadãos cuiabanos”, encabeçados pelo membro da junta provisória João Poupino Caldas. Após uma introdução em que justifica o rompimento com a época dos “violentos árbitros e caprichosos mandões”, isto é, com a despótica ordem anterior ao constitucionalismo, passam a embasar sua demanda pelo fim do governo provincial representativo a partir de uma leitura da experiência do vintismo. Argumentavam ter-se “arraigado no espírito dos membros da junta governativa certa apatia que lhes desuniu os ânimos”, do que se seguiram “a intriga, a

¹¹⁷ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Setembro de 1822 a janeiro de 1823.

¹¹⁸ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1. Doc. 124. pp. 243.

ambição, a rivalidade e o orgulho [que] espalharam entre eles uma oposição de sentimentos que se comunicou imediatamente às suas famílias, aos seus amigos, e a todos seus afeiçoados”. Formavam-se assim “dois partidos igualmente numerosos” rompendo “todos os laços da unidade, a paz, e a moderação”.

Já se vê que um tal Governo devia cair precisamente da opinião dos Povos, devia perder toda sua energia, e uma grande parte da sua Dignidade, e que também os ódios devem progredir rapidamente até um ponto de onde não se afastaram, enquanto a anarquia, a desolação, e a carnagem não decidir pelo mais forte, e não nos constituir vítimas desgraçadas do primeiro Tirano, que nos quiser dominar. Quando não há alguma confiança, quando o descontentamento é geral, quando os membros de um mesmo corpo se negam mutuamente às relações precisas para a prosperidade do todo; deixa de ser maravilhoso aquele momento que em semelhante situação não tem produzido o maior de todos os males? Tal é o estado atual desta Província: ao Nepotismo, a essa paixão abominável, a mais funesta a sociedade é que ela se refere em muita parte a origem de suas desgraças. [...]. Assim, Senhor, nós os fiéis súditos de Vossa Imperial Majestade, cujo os nomes vão assinados na relação, que unida a esta nossa humilde representação levamos pelo Ministério da Câmara desta Cidade ao Sólido de Vossa Imperial Majestade, nós os aflitos Cidadãos de uma Pátria infelizmente agitada, não ousamos rogar com todos os esforços de nossos corações, com a necessidade a mais pressante a Vossa Imperial Majestade se Digne Tomar em Sua Alta Consideração a sorte desta Província, do primeiro propugnáculo do Império Brasilense. Salvou-a [sic] Senhor do profundo abismo, em que vão precipitá-la as dissensões, as intrigas e as anarquias. Permiti que entre os imensos benefícios, que deve a Paternal solicitude de Vossa Imperial Majestade, ela conte com o inestimável de ver em seu seio ocupando o primeiro lugar no Augusto Nome de Vossa Imperial Majestade Um homem, que se assemelha nas virtudes a Vossa Imperial Majestade; que saiba servir à Lei, e não mandar a ela; que conheça o seu primeiro dever, o dever de fazer felizes os Povos; que respeite a propriedade do Cidadão, suas virtudes e seus merecimentos; que conheça que é constituído naquela dignidade para se dever a todos; e que não se deve assim se não para ser homem de bem, e bom Cidadão; um homem de quem se arredem absolutamente, ou seja pelo lugar do nascimento, ou pela razão do sangue todas as relações com os Naturais desta Província; um homem em quem a extensão do Poder esteja sempre ligada à extensão de sua responsabilidade, e com medidas tão exatas que o obriguem a conhecer seus súditos, e a conhecer-se a si mesmo; um homem finalmente que saiba conter-se nos limites da Justiça, e com a imparcialidade desta faça a felicidade da Província. Senhor! Quando Vossa Imperial Majestade permitir a este fiel Povo o prazer de gostar de cena tão sublime, ele adorará de longe o Augusto Protetor, que faz sua felicidade, e a gratidão, a amizade a o respeito dele com a doce satisfação de o tornar feliz serão os mais preciosos bens capazes de encher o Magnânimo Coração de Vossa Imperial Majestade, e os melhores que os Soberanos podem possuir.¹¹⁹

Não deixando dúvidas do que estava se requerendo, os vereadores anexavam uma

Relação que inclui os nomes dos Cidadãos da Cidade de Cuiabá, que debaixo de um mesmo sentimento, se dirigem ao Augustíssimo Trono de sua Majestade Imperial, pedindo ao mesmo Senhor, Se digne reconduzir e restabelecer nesta Província a antiga, e extinta forma de Governo General, o mais próprio e acomodado ao gênio e Constituição deste Povo; O qual, com as modificações no Poder, conformes aos sentimentos, e ao sistema que tem feito produzir a nova

¹¹⁹ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1. Doc. 125. . pp. 244-250.

ordem Geral de Política ocorre as intestinas agitações, que tão horivelmente têm abalado este País, e mais de uma vez têm feito temer para ele, um estado de verdadeira desolação e ruína.¹²⁰

A relação das assinaturas inclui alguns membros da junta, além de outras figuras importantes da administração e da política provincial. O documento é de grande interesse, primeiramente, por deixar claro que a experiência das juntas provisórias não levava obrigatoriamente a uma demanda por maior autonomia. Ainda que importante, esta demanda estava condicionada à necessidade de conferir alguma previsibilidade às relações sociais. No caso específico de Cuiabá, onde o governo autônomo tinha em mãos um aparelho político-administrativo falido, as dissensões internas inviabilizavam a autoridade e as tropas tornavam-se cada vez mais rebeldes; assim os tempos dos capitães-generais poderiam ser lembrados não só pelo despotismo, mas pela ordem e prosperidade. Ademais, os cuiabanos tinham se tornado hábeis em trazer para si a cooperação dos últimos governadores, principalmente Caetano Pinto de Miranda Montenegro e João Carlos Augusto de Oeynhausén e Gravenberg. Este último havia deixado a capitania para governar São Paulo no ano de 1819. Destituído pelos paulistas, foi um dos mais votados pelos cuiabanos para procurador. Já d. Caetano, que deixou a província em 1803 para governar Pernambuco, onde acabou derrubado pela Revolução de 1817, foi o primeiro senador eleito por Mato Grosso no Império. Percebe-se que o cronista Joaquim da Costa Siqueira não exagerava muito ao narrar as saudades que o capitão-general deixou nos homens da governança de Cuiabá.¹²¹

Em segundo lugar, a representação pode ser um indício do início do protagonismo de João Poupino Caldas na política provincial. Indivíduo controverso, ligado às famílias mais poderosas de Cuiabá e da Chapada, mas também aclamado pelas tropas em algumas das rebeliões militares das décadas de 1820 e 1830, o oficial militar encabeça a lista dos “cidadãos cuiabanos”. No dia 17 de março, quando a câmara de Diamantino enviou à corte sua manifestação de adesão, era “perante o tenente-coronel João Poupino Caldas” que se fazia a cerimônia¹²². Em abril, ele pediu demissão da junta após ser acusado de adulterar uma de suas atas, mas tendo o pedido negado permaneceu

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Joaquim da Costa SIQUEIRA. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54).

¹²² *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1. Doc. 127. . pp. 251-255.

no governo cuiabano até sua dissolução¹²³. Não sendo possível, neste momento, uma análise de sua trajetória, importa apenas ressaltar que nesse contexto de intensas agitações começavam a se definir os campos políticos que marcariam a política provincial após a crise da Independência, conformando experiências que orientariam a ação dos diversos agentes, incluindo aquele que se tornaria, sucessivamente, líder e repressor da sedição de 1834. Experiências de disputas políticas que envolveram não apenas os que atuavam no interior do governo e que se estenderam para além da adesão ao Império. Em 1823, se tornaram ainda mais freqüentes as devassas, as prisões, as cartas anônimas e os conselhos de guerra. Em meados desse ano, as tropas se revoltavam nos fortes de Coimbra e Miranda, resultando em devassas, prisões e deserções.¹²⁴ A despeito do que desejavam seus primeiros entusiastas, a Revolução dava apenas seus primeiros passos.

A cidade de Goiás também se manifestou através de seu procurador, que foi o último a ingressar no Conselho, já em fevereiro de 1823¹²⁵. Manuel Rodrigues Jardim havia sido eleito no dia 4 de setembro do ano anterior, pouco depois da ascensão da junta escolhida pelos colégios de todos os julgados leais à capital. O procurador era ligado a Minas Gerais e muito provavelmente tinha parentesco com o secretário da junta goiana José Rodrigues Jardim. Diante do Príncipe Regente, o representante deixou duas declarações de adesão da província, contendo a primeira, uma interpretação da identidade goiana acomodada cuidadosamente ao projeto do Império do Brasil:

Senhor,

Goiás, rivalizando com as mais Províncias do Brasil em amor à Sagrada Pessoa de Vossa Majestade, e em zelo pela justíssima causa tão heroicamente esposada por Vossa Majestade desde o grande dia 9 de janeiro de 1822, aclamou solenemente a Vossa Majestade Imperador Constitucional do Brasil no dia primeiro deste ano segundo da Independência. Aqueles povos, Senhor, descendentes dos célebres Paulistanos, que em serviço do Estado, e por impulso de mero patriotismo cruzaram os sertões do Brasil em pesquisa do ouro e dos diamantes; desses, que fugindo ao esplendor de uma coroa (caso talvez único na História do mundo!) sustentaram a admirável Revolução de 1640, herdaram com o sangue os mesmos sentimentos de fidelidade, o mesmo espírito de subordinação, a mesma firmeza de caráter; e se em parte da Província existe ainda dissidência de opiniões, o archote da discórdia só foi ali acendido por homens que haviam respirado ares diferentes, e que por diferentes interesses procuraram dividir os povos. Os Goianos puramente são

¹²³ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessões 90 e 91 (14 e 15 de abril de 1823)

¹²⁴ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Especialmente as sessões 123 e 125 (28 de junho e 2 de julho). Valmir Batista CORRÊA, *op. cit.* p. 48.

¹²⁵ Procurador por Goiás, o padre Manuel Rodrigues Jardim já havia sido eleito suplente para as Cortes de Lisboa por Minas Gerais e seguiria sendo uma figura secundária na política desta província. Considerando o sobrenome e o fato de ter sido eleito pelos goianos, é quase certo que tinha relação de parentesco com o presidente da câmara e membro da junta de Goiás, José Rodrigues Jardim.

dóceis por natureza, obedientes por educação: amigos da ordem até por influência do clima, eles o são igualmente de sua liberdade, de uma liberdade bem entendida; pois são generosos. Estes os motivos, porque aclamando a Vossa Majestade eles se excederam a si mesmos na pomposa demonstração de seu júbilo, e do entusiasmo, com que celebram a Exaltação de Vossa Majestade ao Trono Imperial do Brasil; e por tão glorioso acontecimento, sem par nos faustos da nossa Pátria, o Governo, Senhor, me encarrega de procurar a honra de beijar em seu nome, e no dos Povos a Augusta Mão de Vossa Majestade; e de segurar na Imperial Presença, que a fidelidade dos Goianos é uma qualidade inerente à sua existência política; dignos por isso da benéfica contemplação de Vossa Majestade¹²⁶

Chamam a atenção na adesão duas características em particular. Em primeiro lugar, a apropriação de uma memória paulista, numa valorização do que se pretendia uma herança. Não se tratava exatamente de uma novidade, pois tanto a *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, quanto os *Anais do Cuiabá e de Vila Bela*, datados da segunda metade do século XVIII, inseriam as trajetórias desses povos na história mais antiga dos sertanistas. Porém, não deixa de ser interessante perceber a adoção da versão estritamente virtuosa dessa trajetória - pois mesmo apresentando a cidade de São Paulo como “a mais benemérita de todo o Principado, pelos relevantes serviços que a Deus, ao Rei e ao Comum tem feito seus naturais”, as Notícias e os Anais não omitiam a preação indígena e a atribuição de um caráter insubordinado - justamente num momento em que era bastante oportuno ser ligado aos paulistas. Afinal, o projeto de Império não só se articulava tendo São Paulo como um de seus principais centros, como vinha sendo arquitetado, desde a Corte, por indivíduos daquela província. Além disso, a relação entre a aclamação de Amador Bueno e a de d. Pedro I não deixava de sublinhar uma opção livre por um domínio dinástico, pois podendo romper com a Monarquia, os paulistas tinham preferido aclamar o primeiro rei da Casa de Bragança.¹²⁷

Em segundo lugar, atribuindo um caráter dócil “por natureza” aos goianos, Jardim era levado a justificar as dissensões na província. A dissidência só existia porque em uma parte específica da província havia homens que respiravam novos ares e que, por terem interesses diferentes, procuraram dividir os povos. Tanto os “ares” quanto os interesses eram muito provavelmente referências às províncias do norte, com o que passava a se construir uma valoração negativa dos “nortenses”, com base nos alinhamentos políticos de 1822. É curioso perceber que, digladiando-se até meados

¹²⁶ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 574, p. 1373.

¹²⁷ Não há evidências confiáveis de que a Aclamação de Amador Bueno tenha realmente acontecido, mas o suposto fato faz parte das narrativas paulistas desde o século XVIII. Uma breve desconstrução do mito encontra-se em Luiz Felipe de ALENCASTRO. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000. Apêndice 4. Sobre a construção da identidade colonial paulista, Laura de Mello e SOUZA, “São Paulo dos vícios e das virtudes” in *O Sol e a Sombra, op. cit*

desse ano, o governo da capital logo abraçaria o discurso de uma natural subordinação, docilidade e ordem, jogando para o norte a rebeldia e a desordem. Não tardaria também para que, à diferenciação sócio-econômica e ao conflito político, se somasse a desqualificação em termos que não encontramos antes da crise da Independência. Como afirmaria Cunha Mattos em 1824, “a gente da comarca de Goiás supõe que os habitantes da comarca do Norte são menos instruídos, e mais selvagens: chamam-lhes ‘sertanejos’.”

A outra manifestação do procurador interessa-nos por motivos diversos, especialmente por estar voltada mais para o futuro do que para o passado:

Civilizar um povo, fundar uma Monarquia, são na verdade obra de um gênio abalizado; refundir porém um Estado vicioso, e constituir um Império sobre bases duradouras, e princípios liberais estava reservado ao Gênio de Vossa Majestade; e só a posteridade poderá marcar o grau de merecimento, a que este feito vai elevar o nome de Vossa Majestade entre os dos maiores Monarcas do mundo.

Como o Grande Czar do Norte, Vossa Majestade tem de reformar costumes, extirpar abusos, disciplinar tropa, criar marinha, estabelecer fábricas, e finalmente edificar uma cidade para capital do Império do Brasil, mas isto é pouco. Vossa Majestade tem a destruir partidos variados, caprichos encarnecidos a combater, opiniões cruzadas a conciliar, interesses complicados a combinar, e numa época ainda mais crítica, que a de Henrique IV na França. Esta, Senhor, a empresa extraordinária, que nunca antolhou Príncipe algum; ela porém é digna de Vossa Majestade; até porque, quando a Providência tem decretado mudar a face política do Universo, para operações tais prepara de antemão os gênios transcendentais. Vossa Majestade escudado somente de Seu grande Gênio, e tocado de vivo interesse pela sorte do Brasil, como que se esquece de si mesmo, e meteu mãos a esta obra difícilíssima; todos os bons brasileiros estão com os olhos fitos em Vossa Majestade; e seguros contam com o remate dela. A glória do Mundo, Senhor, ou a não há, ou é esta: venturoso o Brasil; porque Vossa Majestade a reconhece a todas as luzes: venturosa a minha Pátria, a mais fértil, e porém a mais desgraçada das Províncias, Goiás, digo, porque seus grandes males oferecem um campo imenso ao desenvolvimento da Beneficência de Vossa Majestade; e à Sua incansável solicitude, que a fará ressurgir um dia do abismo, em que por fatalidade se acha submergida; fatalidade que até a induziu a errar na escolha de seu Procurador, que tão falto de talentos, de princípios e de experiências, quão animado de honra beija reverente a Imperial Mão de Vossa Majestade por seus comprovincianos; protestando a mais religiosa fidelidade na execução de seus deveres.¹²⁸

Apontando para o futuro, Jardim destacava, antes de mais nada, que o papel civilizador da Monarquia se cumpriria através da construção de um Império. Tomando como referência o Império Russo (o que também d’Alincourt faria poucos anos depois), o procurador listava ações necessárias para a consolidação do novo construto político que passavam por uma intervenção decisiva na organização do espaço e da economia, como também pela repressão da desordem e pela conciliação dos interesses. Obra

¹²⁸ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit. Doc. 574, p. 1374.*

difícilima, a construção da unidade implicava não apenas articular e negociar, mas “destruir partidos variados”, sendo esta uma tarefa de longo prazo. Porém, a parte que caberia a Goiás na partilha das novas políticas era, segundo Jardim, o de oferecer “um campo imenso ao desenvolvimento da Beneficência” do Imperador. Sendo a província mais fértil e a mais desgraçada, deveria ser o espaço preferencial das políticas territoriais e econômicas. Com isso, começavam a ser religados certos fios interrompidos do Reformismo Ilustrado, pois se a Revolução não era apenas uma aceleração de suas políticas, também não apagava de modo algum as experiências dos que viveram esses tempos.

Mas “destruir partidos”, “conciliar opiniões” e “combinar interesses” eram condições para se “civilizar um povo” e, quanto a isso, o Império tinha no Oeste dois problemas imediatos a serem resolvidos.

As soluções do Império

a) a reunificação de Goiás

O problema maior estava em Goiás, nem tanto pela existência de uma junta autônoma, mas por suas articulações com o Grão-Pará, o Maranhão e a Bahia, províncias nas quais os alinhamentos estavam sendo definidos pela força das armas e onde a “adesão” só viria a ocorrer quase um ano após a declaração de Independência, entre julho e agosto de 1823. E, ainda assim, sem que a guerra civil alcançasse seu termo nos sertões do Extremo-Norte.

As tentativas de resolução partiram da junta goiana, que já vinha pelo menos desde maio de 1822 prevenindo a Corte do Rio de Janeiro de que “convir tal separação” significaria conservar “parte da população desligada da Causa” do Brasil. Cobrava uma ordem expressa para a dissolução da junta autonomista, pois mesmo que “os homens empregados naquele governo não [tenham] ainda manifestado uma adesão à Causa do Brasil [...] há de se esperar que prontamente obedeçam qualquer resolução de Sua Alteza”.¹²⁹ O governo da capital também se antecipava a qualquer demanda da junta do norte à Corte fluminense, fornecendo dados sobre a população da comarca da Palma, estrategicamente subestimada, para demonstrar a inviabilidade de uma nova província. Em ofício de 2 de outubro, argumentavam que, tendo prometido Joaquim Teotônio Segurado trazer uma confirmação de Lisboa, e não se sabendo qual a situação do Grão-

¹²⁹ *Apud* Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.* p. 69-70

Pará, era de se temer que ele tivesse solicitado nas Cortes “alguma ordem para que do Pará se enviem tropas a se apossar deste centro, [e] não duvida esta Junta que ele venha na frente da dita tropa”.¹³⁰ Após a declaração de Independência, evidentemente interessava ao Império uma solução para a questão, mas a prioridade era, sem dúvida, a incorporação das províncias litorâneas, o que garantiria a derrota de qualquer projeto de unidade do interior do país com Portugal. A reunificação de Goiás dependia, portanto, dos membros da junta da capital, que só podiam esperar do Rio de Janeiro, naquele momento, ofícios e proclamações que contribuíssem para dissuadir os povos do norte a se juntarem às províncias do Centro-Sul, o que ajudaria a enfraquecer o movimento ao quebrar as expectativas de legitimação em Lisboa.

Em novembro de 1822, uma estratégia estava definida e começava a ser posta em prática. Encarregou-se de chefiar uma expedição ao norte o padre e membro do governo provisório Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que recebera instruções para cumprir três objetivos: dissolver a junta autonomista, conseguir a adesão dos julgados do norte a d. Pedro e comandar a construção de um novo forte no rio Tocantins, em local que permitisse barrar um possível avanço de tropas paraenses e maranhenses a Goiás. Não estando definida a sorte das províncias do norte, procurava-se preservar o território goiano de uma eventual intervenção daqueles que eram reconhecidamente aliados do governo instalado em Natividade. No decorrer de 1823, enquanto d. Pedro I enviava suas esquadras para a costa norte do Brasil, Fleury procuraria não apenas reunificar Goiás, como intervir nos alinhamentos do Grão-Pará e do Maranhão desde o interior.

Partindo de Meia Ponte, com uma escolta de 38 soldados, Fleury alcançou Traíras em meados de dezembro¹³¹. Neste arraial, pertencente à comarca do norte, mas que fora desde o início leal ao governo da capital, começou a receber notícias da situação das demais localidades. O quadro era extremamente confuso, pois com o rompimento de alguns julgados com relação a Natividade, uma parte da província não estava sujeita a qualquer junta. O padre tentava organizar as informações que recebia segundo duas linhas de corte: a aceitação da autoridade da capital, isto é, a pertença ao

¹³⁰ *Apud* Tairone Zuliani de MACEDO, *op. cit.* p. 71

¹³¹ Utilizamos aqui a publicação da correspondência ativa completa de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury durante a expedição, transcrita no livro *O Pacificador do Norte*, organizado por Humberto Crispim BORGES. Goiânia: CERNE, 1984.

“partido de Goiás” e a adesão à “causa do Brasil”¹³². Por toda sua correspondência, percebe-se que “goiano” tinha, naquele momento, pelo menos três significados distintos, podia ser o habitante de toda a província, como apenas aquele da comarca de Goiás, e ainda podia se referir ao “partido” dos que eram favoráveis à reunificação. Organizando segundo esses critérios a situação do norte, Fleury percebia naquele momento dois campos razoavelmente definidos, sob autoridade das juntas, e uma ampla área na qual havia partidários de Goiás e de Natividade, sem que nenhum dos governos tivesse algum controle. Os julgados de Cavalcante, Arraias, Palma e Flores estavam nesta indefinição. Nesses arraiais, e sobretudo, em Cavalcante, o capitão Felipe Antônio Cardoso parece ter se tornado uma liderança importante, estando sempre ligado ao que se passava na Bahia. Este que era um dos maiores pecuaristas da província, além de oficial militar, aparecia como uma referência, positiva ou negativa, para o posicionamento dos demais.¹³³

A confusão era ainda maior porque a junta de Natividade havia destituído os vereadores e o ouvidor da Palma e transferido a câmara para o arraial onde estava instalada, desde então elevado a “vila interina”¹³⁴. Destituídas sob ameaça armada, as autoridades que Segurado deixara na comarca circulavam pelos arraiais da área que nenhuma junta controlava, exercendo ainda alguma influência sobre seus habitantes. O governo autonomista havia nomeado ouvidores e juízes para os julgados, criando-se assim uma sobreposição de autoridades que levava Fleury a pedir a seus companheiros da capital que “me declarem se posso tratar como autoridade legítima esses juízes feitos pelos ouvidores criados pela Natividade”¹³⁵. No geral, dizia reconhecer aqueles que lhe pareciam mais sinceros na defesa da “causa do Brasil”

Também não era fácil mapear as adesões ao projeto de Império, mesmo que, já a 29 de dezembro, Fleury pudesse contar com a notícia oficial da aclamação do Imperador na Corte e com as proclamações para que se repetisse a cerimônia em todas as partes do Brasil. A expedição ainda não havia partido de Traíras quando recebeu esta que era uma

¹³² “Ofício de 17 de dezembro de 1822 do Exmo. deputado do Governo da Província de Goiás, sobre vários objetos inerentes a comissão de que está encarregado, particularmente, à comarca do Norte”.. in Humberto Crispim BORGES. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. n.1, p. 57-61

¹³³ “Ofício de 17 de dezembro de 1822...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.. Sobre a influência de Cardoso, especialmente o “Ofício de 23 de fevereiro de 1823 à Exma. Junta Provisória do Governo de Goiás”. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 5. p. 77-80.

¹³⁴ Escrevia Fleury a 17 de dezembro, que “a câmara de Palma fugiu, o Febrônio, que servia de ouvidor pela lei, foi igualmente perseguido; hoje um tal de Pio é o que está exercendo o lugar de ouvidor; a Palma, dizem que está guarnecida por 60 homens; o Vidal [vereador da Palma] está pelos matos.” “Ofício de 17 de dezembro de 1822...” *O Pacificador do Norte*, op. cit..

¹³⁵ “Ofício de 17 de dezembro de 1822...” *O Pacificador do Norte*, op. cit..

importante arma política¹³⁶. Primeiro, porque em meio a boatos de todo tipo, ser o portador de “papéis públicos” com notícias seguras sobre os fatos e os alinhamentos fora da província reforçava as condições de persuasão, pois permitia oferecer uma opção concreta de estabilidade numa área em que as estruturas políticas haviam se desagregado. Segundo, porque o ato da aclamação levava necessariamente os indivíduos a se posicionarem, independentemente de suas razões para fazê-lo, e mesmo nos casos de adesões conseguidas mediante ameaça de recurso à violência. Afinal, apesar de ser chefiada por um padre e contar inicialmente com uma pequena escolta, a expedição tinha também um caráter coercitivo. Fundava-se concomitantemente na tentativa de negociação e convencimento de autoridades e indivíduos influentes dos julgados e na ameaça que a presença das tropas colocava, mesmo quando não fosse evocada a possibilidade de uso da violência.

Ademais, algo que fica claro nas cartas é a constante incorporação de indivíduos à expedição, por vezes às dezenas, compusessem ou não os corpos militares. O chefe, acompanhado pela maioria dos homens agregados à comissão, era, em geral, precedido por uma escolta, encarregada de verificar a situação de cada localidade. Quanto mais avançava para o norte, mais a comissão de Fleury tornava-se uma força capaz de impor sua autoridade pela ameaça implícita na presença das tropas, principalmente considerando-se o quadro de desagregação política resultante dos rompimentos com a junta autonomista.

Não é de se estranhar, portanto, que as adesões tenham sido obtidas com facilidade, especialmente na área que não estava sob autoridade de qualquer junta. Realizada a aclamação em Traíras, Fleury tratou de enviar “com algumas alterações a proclamação” da junta da capital para todos os julgados, menos Porto Real e Natividade, “por me parecer difícilimo”¹³⁷. Procurava assim antecipar uma resolução favorável, de forma a encontrar os arraiais já decididos, tanto pelo “partido de Goiás”, quanto pela “causa do Brasil”. Chegando a Cavalcante a 18 de janeiro e sabendo que fora convocado um ajuntamento para o dia 20, com o fim de “reconhecer a regência de Sua Majestade Imperial”, o sargento-mor, já aliado a Fleury, “lançou mão da oportunidade para aclamar o mesmo Senhor Imperador Constitucional do Brasil e seu Perpétuo Defensor, fazer prestar o juramento de fidelidade ao nosso Imperador, à

¹³⁶ “Ofício de 29 de dezembro de 1822, participando a Exma. Junta Provisória do Governo da Província, ter recebido a participação da aclamação do Nosso Augusto Senhor D. Pedro, Imperador Primeiro, e ter feiro ciente aos comandantes dos julgados da comarca do Norte” Doc. n. 2, p. 63-64.

¹³⁷ “Ofício de 29 de dezembro de 1822...” *O Pacificador do Norte*, op. cit..

Independência do Brasil, e a adesão a causa das províncias coligadas, à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil e obediência ao governo de Goiás como ao único da Província aprovado e reconhecido por S. M. Imperial”. Tudo corria bem, pois “de bom grado prestaram estes juramentos, mas o capitão Felipe Antônio Cardoso, fazendo-se órgão do povo requereu no mesmo ato um protesto sobre o juramento de obediência ao governo de Goiás, o qual só teria efeito se houvesse ordens expressas do Imperador, e neste protesto assinaram todos”¹³⁸. Ou seja, o “partido de Goiás” e a “causa do Brasil” não necessariamente confluíam.

Partiu então Fleury para Arraias, onde convocou diversas autoridades, incluindo aquelas que haviam sido destituídas e perseguidas pela junta de Natividade. No dia 4 de fevereiro, “chegou a este arraial Vítor Pereira de Lemos escoltando a câmara da vila de Palma e ao ouvidor pela lei, que vieram para conferenciar comigo sobre os negócios desta comarca, e meios da sua reunião, e assentou-se, em vereança, de se fazer este ato em câmara geral para o que esperamos os principais homens bons, e da governança deste distrito, e do de S. Domingos”¹³⁹. Reconhecia-se a autoridade da capital de Goiás e, ao mesmo tempo, eram restituídos aos seus postos a câmara e o ouvidor da Palma. Escrevia Fleury que “Natividade escarnece esta minha conferência, e ontem vi uma carta que dizia – merece riso ouvirmos dizer que os goianos conferenciaram com os criminosos membros da antiga câmara e [o ouvidor] Febrônio”¹⁴⁰. Foi recebida então a portaria do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que ordenava a abertura de devassas contra os “anarquistas e demagogos” e que fora baixada para enfrentar a oposição na Corte. Com a portaria em mãos, os recém-restituídos vereadores e ouvidores abriram uma devassa e prenderam o capitão Cardoso, que liderara a decisão de não incluir a adesão à capital na aclamação do Imperador. Ainda no ajuntamento de Arraias, estando presentes autoridades de Flores, estas também fizeram seu juramento.¹⁴¹ Se até aquele momento a junta de Natividade mantinha alguma influência

¹³⁸ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823, expedido pelo Correio à Exma. Junta Provisória do Governo de Goiás”. in *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. n. 3. p. 67-71.

¹³⁹ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁴⁰ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁴¹ O comandante de Flores era Nicácio da Cunha Monteiro, para quem Segurado havia escrito uma carta defendendo a permanência da junta como condição para a manutenção das relações mercantis com as províncias do norte, tendo em vista que os interesses do Brasil estariam divididos. Nas cartas de Fleury, fica claro que agindo de forma totalmente contrária ao que recomendara o deputado, Monteiro se tornou um dos principais aliados da capital e fervoroso defensor da “causa do Brasil”. Dentre outros, “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” e o “Ofício de 8 de junho de 1823 – à Exma. Junta Provisória do Governo desta Província de Goiás” in *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. n. 17. p. 123-126.

sobre essa área, com as aclamações via-se doravante isolada, com autoridade apenas sobre Porto Real e Conceição.

O padre demonstrou o tempo todo desconfianças de que as “adesões” que acompanhava no norte eram dissimulações diante de sua presença e principalmente da ameaça colocada pela presença da tropa. Mais ainda quando soube, em Arraias, que o governo de Natividade havia prestado adesão a d. Pedro, a 23 de janeiro. Segundo Fleury

lembraram-se os tais chamados governadores de mandarem reconhecer a regência do Senhor D. Pedro, e de o aclamarem em Defensor Perpétuo do Brasil, [...], e pelo que lhe contasse que eu tinha por principal alvo da presente comissão o fazer abraçar a causa geral do Brasil, e eles se adiantam com circulares como se mostra pelas duas proclamações [...], recebendo por ultimo os proclamas que eu dirigia aos povos, [...] e segundo consta preparam tropas para nos impedir o seguimento da marcha. Do Pará chegaram três grandes malas com papéis dirigidos ao governo de Goiás, e os tais aderentes a nossa causa, logo quiseram ver se nelas viria das Cortes a confirmação de seus desvarios, e contra o voto do atual secretário abriram em sessão a primeira e segunda malas, não sei se abriram a terceira, porque o juiz ordinário deste julgado, que então lá se achava, saiu nessa ocasião, e só se sabe este ponto. Eles enviaram no dia 17 de janeiro um expresso ao nosso Imperador, e se fazem muito aderentes, mas neste sertões há muito refolho, e eu suponho, que esta aderência procede da minha vizinhança, e por todos os meios faço avançar minha escolta, e não descanso enquanto não ver a Província segura.¹⁴²

A junta autonomista de fato enviara uma deputação à Corte do Rio de Janeiro, prestando adesão (ao Príncipe, portanto ainda sem saber de sua aclamação como Imperador) e buscando sua legitimação. Se a princípio Fleury estava certo de que o alinhamento devia-se apenas à sua proximidade, acabou por perceber que havia outras razões. Narrava em 23 de fevereiro o mesmo fato com novas explicações, dizendo que se tornara “público neste arraial algumas gazetas da Bahia, em que se relatavam os acontecimentos de Cachoeira, lembrou-se o capitão Felipe Antônio Cardoso de remetê-las ao clube para que igualmente fizesse reconhecer a regência do nosso Imperador”¹⁴³. Com as notícias de sucessos da “causa do Brasil” na Bahia e, ao mesmo tempo, a incorporação dos julgados da Palma, Cavalcante, Arraias e Flores à autoridade do governo da capital, a junta autonomista decidia, pela primeira vez desde sua instalação, dirigir-se à Corte fluminense. Em 23 de janeiro, Natividade prestava adesão ao Império, após saber que d. Pedro havia sido “aclamado por unanimidade das províncias meridionais deste Reino seu Imperador”.¹⁴⁴

¹⁴² “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁴³ “Ofício de 23 de fevereiro de 1823 à Exma. Junta Provisória do Governo de Goiás”. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 5. p. 77-80

¹⁴⁴ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

Fleury provavelmente exagerava a avidez com que se abriam em Natividade as malas dos correios de Belém, mas é possível que o governo ainda alimentasse expectativas de uma confirmação por parte das Cortes. Afinal, a situação do Grão-Pará e do Maranhão ainda era totalmente indefinida, o que sustentava a possibilidade de manutenção da unidade com Portugal. Porém, a decisão tardava e é muito provável que os de Natividade soubessem a razão e não confiassem num bom desfecho nas Cortes. O Auto da Eleição para o procurador que levaria a representação de Natividade à presença de d. Pedro nos dá uma resposta para a inatividade de Segurado desde que sua proposta fora encaminhada para a Comissão especial dos negócios políticos do Brasil, em julho de 1822. O Auto que documentava a escolha de José Bernardino como representante da “Vila interina da Natividade” evocava os “sinceros e respeitosos sentimentos que animaram sempre os povos desta comarca” e dava conta dos “acontecimentos que têm tido lugar” desde a criação da primeira junta, em Cavalcante. Passava então a acusar Fleury e dois oficiais militares que o acompanhavam de entrar na comarca “com força armada sem dar motivos disto” e de anunciar “desígnios sinistros subversivos da tranqüilidade pública”¹⁴⁵. Acompanhava o documento um “Auto de Aclamação” com o relato da cerimônia e uma longa lista de assinaturas, além de ofícios do vigário e da câmara repudiando “o estranho procedimento de Goiás”¹⁴⁶. Dentre os anexos, também constava um auto de vereança de 24 de fevereiro, que começava por justificar a transferência da câmara, de Palma para Natividade. Ao fazê-lo, os redatores traziam à tona uma explicação muito plausível para o fato de que nenhuma confirmação lhes havia chegado de Lisboa. A mudança teria sido motivada, segundo eles, por “intoleráveis abusos, subornos, injustiças e falsidades” da parte dos “empregados públicos daquela vila”, que eram

apoiados pelos superiores e tolerados pelos povos pelo temor que os obrigavam a sofrer a sem razão com que eram execradamente tratados pela família do doutor desembargador ouvidor geral e corregedor Joaquim Teotônio Segurado, que a fundou, e mais agregados a ela, considerados e estabelecidos no lugar à custa da dependência das arrecadações dos bens de ausentes para nela conduzidos, das cobranças destes, dos renditos da câmara consumidos, das injustiças da violência, e do aferrado despotismo¹⁴⁷

¹⁴⁵ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1.Doc. 140. p. 272-274.

¹⁴⁶ *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973. Volume 1.Docs. 140A, 141 e 142. p. 274-277.

¹⁴⁷ *As Câmaras Municipais e a Independência*, op. cit. Volume 1.Docs. 142A. p. 277.

Está claro que o grupo responsável pela transferência da sede do governo autonomista para Natividade era formado por inimigos resolutos de Segurado, sendo, a crer nos membros da junta as razões das divergências anteriores à Revolução, pois ligadas às políticas para a vila criada em 1814. Sendo assim, é muito provável que a ausência de uma resolução definitiva das Cortes sobre a província da Palma se devesse ao fato de que o deputado havia sido informado da mudança e, com isso, abandonando o projeto. Talvez não lhe interessasse insistir sabendo que quem receberia a decisão das Cortes seria o grupo de Natividade, que havia destituído e perseguido seus “familiares” e “agregados” desde sua partida.

Além da demora de uma resolução em Lisboa, as notícias que se recebia de Belém não permitiam que qualquer dos lados desse por certa uma vitória. Escrevia o padre goiano que lhe dissera “um Vital que saiu do Pará em julho, que já havia fermento da guerra entre os europeus e brasileiros, e corre notícias que toda Província está ardendo em guerra civil”¹⁴⁸. As informações, rumores e boatos vindos não só daquela província, como do Maranhão e do Piauí convenciam Fleury cada vez mais da importância de resolver a cisão no norte sem ter de recorrer à violência. A possibilidade de uma guerra civil existia também em Goiás e o padre dizia contar então com “cento e tantos homens já disciplinados, que ansiosos desejam desmascarar o clube de Natividade, e salvar a província ameaçada, livrando desta forma o centro do Brasil de uma guerra quase certa se admitirmos palições [sic].”¹⁴⁹ Para que fosse possível uma solução sem o recurso às armas, defendeu a libertação do capitão Cardoso e repreendeu os que procederam à sua prisão. Também criticou a circular de José Bonifácio ordenando as devassas contra os “anarquistas e demagogos”, por não estabelecer uma distinção entre as antigas opiniões e as atuais:

semelhante proceder, Exmos. Srs., é o mais impolítico nas atuais circunstâncias, e pode levar os povos a uma desesperação, já desgraçados pelas suas convulsões políticas; esta comarca seguirá a ruína de seus principais proprietários, se VV. Excias., conformando-se com as pias intenções do nosso amabilíssimo Imperador não providenciarem a este respeito, e entretanto que espero esta deliberação já previno a VV. Excias. que só mandarei prender, ou prestarei auxílio para este fim, quando vir que alguém tem adesão à antiga opinião, ou que procure semear máximas subversivas da boa ordem¹⁵⁰

Pela mesma razão, comemorava a lei de anistia, de 18 de setembro de 1822, pois se tivesse de proceder contra os que no passado se opuseram a d. Pedro, “só o inquiridor

¹⁴⁸ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁴⁹ “Ofício de 9 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁵⁰ “Ofício de 23 de fevereiro de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

ficar[ia] livre de tal crime”, pois “aquela era a opinião da maior parte da comarca.”¹⁵¹ Ainda que chegasse a desconfiar que os rumores de uma anistia estivessem entre as razões que levaram à adesão de Natividade, esperando o “clube” a primeira oportunidade para voltarem às suas “máximas subversivas”, defendia que a dissolução fosse feita sem quaisquer punições. Àquela altura, o governo de Natividade não se arrogava mais “a categoria de província”, mas se apresentava como “junta interina de governo”¹⁵². Além disso, passava a justificar sua resistência à reunificação da província em novos termos, pois “fazem-se muito aderentes à causa geral da Independência do Brasil, e muito fiéis ao Imperador; assoalham, que se não forem atendidos até o presente, é porque tinham recorrido a Lisboa, mas que da bondade, e justiça do Imperador esperam a sua desmembração, e como mandaram um expresso ao Rio exortam aos povos a não se reunirem, sem a decisão de suas representações”¹⁵³. Estariam dizendo, ainda de acordo com o padre, que sua insistência na dissolução da junta era um “ataque positivo, que fazemos a S. Majestade Imperial”, pois estando a questão entregue ao soberano, só a ele caberia decidir¹⁵⁴. Argumento este que de fato fundamentou a representação levada por Bernardino e a manifestação de adesão da câmara¹⁵⁵. Tanto a deputação quanto a adesão não deixavam de representar um rompimento nas expectativas de uma resolução em Lisboa.

Fleury não se convencia de que a adesão de Natividade fosse definitiva, como também não tinha razões para dar sua missão por encerrada antes de unificar a província. Após um mês despachando em Arraias, seguiu com as tropas para o norte, chegando a 10 de março em Conceição, onde já encontrou os “povos pacíficos” e o vigário “muito amante de Goiás e aderente ao nosso Imperador, e à causa do Brasil”¹⁵⁶. Com isso, restavam apenas os julgados de Natividade e Porto Real, mas por muito pouco tempo.

No dia 17 de março de 1823, com a chegada de Fleury, a junta autonomista de Natividade foi dissolvida e todas as medidas tomadas desde a instalação do governo de Cavalcante por Segurado foram revogadas. Na declaração da dissolução, argumentavam os ex-membros que haviam mantido o governo mesmo com a destituição do capitão-

¹⁵¹ *Idem.*

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ “Ofício de 28 de fevereiro de 1823 à Exma. Junta Provisória do Governo de Goiás”. *O Pacificador do Norte, op. cit.* Doc. n. 6. p. 85-87.

¹⁵⁴ *Idem.*

¹⁵⁵ *As Câmaras Municipais e a Independência, op. cit.* Volume 1. Doc. 140. p. 272-274.

¹⁵⁶ “Ofício de 13 de março de 1823 – à Exma Junta Provisória do Governo de Goiás.” *O Pacificador do Norte, op. cit.* Doc. 7. p. 89-92.

general por verem “no silêncio de sua dita Majestade [...] um consentimento tácito”¹⁵⁷. A opção por Lisboa precisava ser omitida para que a representação que fora mandada à Corte através de José Bernardino tivesse sucesso. Segundo Fleury os ex-membros da junta teriam garantido que “só por ordem de S. Majestade se desmembrarão segunda vez.”¹⁵⁸ Era esta a última esperança dos envolvidos no projeto autonomista, que afirmavam “que derivando essencialmente da associação civil o direito de representação [...] farão uso dele, como simples particulares todas as vezes que demandar o bem público da comarca, levando á augusta presença de S.M.I. o que julgarem interessar-lhe.”¹⁵⁹ Porém, a incorporação ao Império os deixava em grande desvantagem, pois a capital havia aderido a cada passo dado pela Corte e contava com um procurador da província atuando junto a d. Pedro, enquanto o norte passara mais de um ano sem enviar uma única correspondência, sendo insustentável o argumento do “consentimento tácito”.

O padre Fleury escrevia a 3 de abril a seus companheiros da capital para dar os “parabéns por ver a província de Goiás em toda a sua integridade, gozando da mais perfeita paz, e tranqüilidade, gozando na união de suas comarcas”¹⁶⁰. Porém, por mais frágil que fosse a estratégia do envio de José Bernardino à Corte, dizia se preocupar, nem tanto com a possibilidade de uma aprovação do desmembramento, quanto com as acusações que se faria contra ele. Soubera ainda em Conceição do teor da representação e que, dentre outras coisas, denunciava supostos abusos de sua expedição. Diante disso, pedia que a junta de Goiás “prevenisse o Exmo. Sr. Procurador Geral desta Província sobre o atual estado desta comarca, para que José Bernardino encontre quem desfaça as suas tramas”.¹⁶¹

Ao ter acesso aos papéis da secretaria da junta extinta, Fleury conheceu todo o conteúdo da representação, sobre o qual teceu “uma pequena análise”. Dentre diversos outros argumentos, desqualificava o movimento dizendo estar fundado em interesses de uns poucos indivíduos, não tendo qualquer representatividade na comarca:

“[A] projetada [...] desmembração da comarca de S. João das Duas Barras; desmembração facciosa por isso que foi tramada por um clube que só tinha em vista interesses particulares às suas circunstâncias, verdadeiramente anárquica por não atender as leis existentes, que não tinham sido derogadas, como a de aumentar o valor do ouro; de criar Corpos de 1ª e 2ª linhas, com seus respectivos

¹⁵⁷ Documento anexo ao “Ofício de 3 de abril de 1823”. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 8. p. 93.

¹⁵⁸ “Ofício de 3 de abril de 1823...” *O Pacificador do Norte*, op. cit.

¹⁵⁹ *Idem*.

¹⁶⁰ *Idem*.

¹⁶¹ “Ofício de 13 de março de 1823 – à Exma Junta Provisória do Governo de Goiás.”. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 7. p. 89-92.

oficiais – recaindo sempre os principais empregos, e cargos nas famílias do clube -, de abolir vários impostos, de franquear os registros, de tomar a força de armas o dinheiro pertencente à Fazenda Pública, ainda antes de se instalar o tal governo e outras muitas coisas desta natureza; desmembração, quanto ao seu modo contrária ao sistema monárquico constitucional, que tem regulado a forma de representação nacional; e jamais haverá quem possa convencer-me que o tumulto faccioso de Cavalcante não faz a décima parte da comarca, que absolutamente ignorava então até a existência de governos provinciais, e isto se demonstra pelos movimentos posteriores de toda comarca. Por ventura no grande e opulento julgado de Traíras, e de S. José do Tocantins houve um só homem que seguisse a desmembração? O julgado de S. Félix não se conservou todo sempre unido a Goiás? No julgado de Flores não se conservaram todos unidos a Goiás, à exceção somente de alguns indivíduos do Paranã abaixo? No julgado de Arraias, não se conservam os arraiais de S. Domingos, e [Morro do] Chapéu sempre obedientes à Capital? No julgado de Conceição metade de seus habitantes nunca adotou semelhante desmembração. A aldeia, e registro do Duro conservaram-se com as armas na mão seis meses depois da instalação do celebrado governo; esse pela falta de comunicação com a Capital, e de algumas providências, é que se sujeitaram; se o vigário geral de Natividade não fosse eleito pelo clube para presidência do governo, e se não empregasse os principais deste dito arraial nos cargos públicos, também Natividade não se sujeitaria. Por que razão o mesmo Cavalcante, e a vila da Palma são os primeiros que se adiantam a prestar-me o juramento de obediência? Não é por que se transferiu o governo para Natividade? Não está claro que o egoísmo é o que tem dado movimento a tudo isto? E por que Cavalcante, e a mesma Palma começou a não cumprir ordem nem de Goiás, e nem de Natividade? Não é pelo princípio revolucionário admitido pelo clube, que um povo qualquer é soberano? Se semelhante princípio for aprovado, eu não existirei na sociedade que o adotar, porque é [o] mesmo que sancionar a anarquia! [...]. O egoísmo pois, e o espírito de nominar, são os motivos que verdadeiramente produziram a desmembração da comarca, tanto mais impolítica, quanto é perigoso e funesto o princípio, em que ela se basifica [sic]. Quanto ao segundo [ponto da argumentação de Natividade]: eu não sei como se possa considerar aderente à causa do Brasil, uma comarca, que estando debaixo da regência da corte do Rio de Janeiro, passou a fazer a sua adesão às cortes de Lisboa no dia 14 de setembro de 1821 e [...] só a 25 de outubro de 1822 é que abraça a causa geral do Brasil, quando eu já estava na comarca, pois fui nomeado a 10 de outubro, e se tinha feito público, que esse era o principal alvo da minha comissão[...]¹⁶²

Triunfante, o padre de Meia Ponte não aceitava em momento algum uma diferenciação no espaço da província como uma das explicações do conflito. Ao mesmo tempo, apresentava as dissensões como consequências do “egoísmo” e dos “princípios anárquicos”.

A partir de então as preocupações de Fleury se concentraram nas guerras civis do Grão-Pará, Maranhão e Piauí, províncias para as quais expediu emissários para levar às juntas e aos comandantes militares os “papéis públicos” sobre a situação de outras partes, contendo argumentos para dissuadir aqueles que não haviam abraçado a “causa do Brasil”¹⁶³. Soube que “se reforçou com novas praças a colônia de S. João das Duas

¹⁶² “Ofício de 5 de abril de 1823 – à Exma. Junta Provisória de Goiás” *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 9. p. 97-101.

¹⁶³ Por exemplo, “Ofício de 26 de julho de 1823– ao Exmo. Governo Provisório da Província do Pará” *O Pacificador do Norte*, op. cit. p. 135.

Barras”, na fronteira entre Goiás e o Grão-Pará, “cujo comandante tem proibição agora de se comunicar com esta comarca, e se esta proibição agora não for por causa do ilegal governo que se achava nesta dita comarca como me quero persuadir, então é porque inda seguem o partido de Portugal”¹⁶⁴. Tendo como o último de seus objetivos fortificar o Tocantins para impedir uma possível entrada de tropas do Grão-Pará e do Maranhão, Fleury partiu para Alcântara em junho. Pretendia também conferenciar com o sargento-mor Francisco Paula Ribeiro, partidário das Cortes, para tentar persuadi-lo a aderir à “causa do Brasil”. Porém, ao chegar à fronteira maranhense, encontrou o “chefe de guerrilhas José Dias de Matos”, partidário da Independência que acabara de derrotar as tropas de Paula Ribeiro, tendo sido este preso e executado.¹⁶⁵

Ao retornar da fronteira com o Maranhão, o padre se deparou com uma rearticulação do movimento autonomista, iniciada com a prisão do ouvidor destituído e ex-membro da junta de Natividade, prisão esta contrária às suas ordens. A tentativa de formar um novo governo ganhou força com a chegada de um alferes que acompanhara a comissão de Bernardino à Corte, pois ele teria espalhado rumores da aprovação da província da Palma junto ao Imperador. Escrevia Fleury:

Então soube eu que a revolução tinha começado nas Flores, e que já tinha se propagado em toda a comarca, soube que Arraias solenizara publicamente esta notícia, que S. Domingos se deixou iludir, que Natividade fizera aparecer o seu prazer com muitas salvas, que a Chapada conduzia procissionalmente o padre cura pelas ruas, ainda estando ausente o sacerdote; que Ferros recebera ordem para convocar os membros do antigo governo, e que tivera procuração para presidi-lo, enquanto Silvério estivesse ausente, que o tenente-coronel Pio e o capitão Lucio presos em Porto Real, receberam cartas de felicitações, etc.¹⁶⁶

Nada triunfante, o enviado da capital passava a justificar o movimento autonomista em outros termos:

Os habitantes desta comarca – como já tenho ponderado a VV Excias são, pela sua maior parte, homens rústicos e supersticiosos, desconfiados e vingativos, afetando em seus ofícios a maior submissão – eles são os mais desleixados no serviço e, desgraçadamente, em bem poucos eu diviso algum patriotismo. O ódio que se tem a Goiás só com o tempo e maneiras políticas se poderá extinguir, tanto se realizaram em seus orgulhosos, e vingativos ânimos os princípios desorganizadores, que o intruso governo semeou para desviar os povos da união de Goiás, que era pintado debaixo do aspecto de um senhor, que só lançava as suas vistas para a comarca do Norte, no momento em que recebia seus jornais, fazendo ver, que a indiferença com que Goiás contemplava os infortúnios, e decadência da comarca, a uma prova dos desejos, que tinha de uma total aniquilação! Possuídos portanto de semelhantes idéias, eles consideram a

¹⁶⁴ “Ofício de 6 de abril de 1823”. *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. n. 10. p. 103-105.

¹⁶⁵ “Ofício de 24 de setembro de 1823 – à Exma. Junta Provisória do Governo desta Província de Goiás” *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. n. 10. p. 139-143

¹⁶⁶ “Ofício de 27 de setembro – à Exma. Junta Provisória do Governo desta Província de Goiás” *O Pacificador do Norte*, op. cit. Doc. 21, p. 147-151.

nomeação do coronel José Antonio Ramos Jubé para comandante geral da Divisão Militar desta comarca, uma consequência do manifesto desprezo, com que se tratam em Goiás os negócios da comarca, em cuja nomeação eles querem entrever vistas vingativas contra a comarca, por isso que se entrega a sua força a um homem, cuja inimizade nesta comarca é bem patente em Goiás, e que por todos estes motivos eles passavam a suplicar a Sua Majestade Imperial, que quando não os julgasse dignos de possuir ao menos um governo de segunda ordem, os anexasse ao Pará, porque nada tendo que esperar de Goiás, queriam antes fazer parte de uma província que lhes consumia o seu supérfluo, e os supriam do necessário pela navegação do Tocantins. Unânicos em sentimentos principalmente os que representam nos distritos ditos aquém Palma assim pensavam, e pelos de Porto Real em público ajuntamento me representaram, e entretanto que eu procurava dissipar semelhantes desconfianças, fazendo ver o prejuízo daquela maneira de pensar, mostrando-lhes com exemplos de paridade que a comarca do Sul não sofria diferente tratamento [...]¹⁶⁷

Ainda que partisse de uma desqualificação dos habitantes do norte, Fleury era obrigado a reconhecer que eles eram capazes de se articular, tornando-se “unânicos em sentimentos” em torno de um frágil projeto político. A oposição ao governo da capital não era apenas resultado da conjunção momentânea de alguns interesses particulares, mas também de “ódios que só com o tempo e maneiras políticas se poderá extinguir” e de interesses que não eram de poucos (como aqueles por nomeações e pela apropriação de rendas públicas que acusara anteriormente), mas de boa parte dos que estavam ligados à navegação do Tocantins. Tanto era assim que se passava a aspirar por uma anexação ao Grão-Pará. A rearticulação foi impedida com relativa facilidade, mas a luta política entre 1821 e 1823 criou “desconfianças” que não se resolveriam facilmente, o que já começava a ficar claro. Como desenlace, a 13 de outubro escrevia o padre ao governo que haviam chegado à comarca duas portarias do Império desaprovando a junta e a “câmara interina” de Natividade. “José Bernardino, condutor das duas portarias, ainda diz que a Assembléia ficou discutindo esse negócio, e é tal o desejo, que se tem nessa comarca de possuir um governo que se chegou a persuadir que a Assembléia lhes concederá a desmembração, entretanto porém noto em todos submissão e se divisa muito amor ao nosso Imperador.”¹⁶⁸

Enfim, começavam a chegar as soluções do Império para o conflito. José Bonifácio de Andrada e Silva, pouco antes de ser demitido, havia decidido pela extinção do governo autonomista. O que revelava a habilidade política do Ministério era o fato de ter jogado na Constituinte do Império as expectativas dos habitantes da comarca do

¹⁶⁷ *Idem.*

¹⁶⁸ “Ofício de 13 de outubro [de 1823] - à Exma. Junta Provisória do Governo desta Província de Goiás”. *O Pacificador do Norte, op. cit.* Doc. 23. p. 165.

norte¹⁶⁹. Com isso, mantinha as atenções de povos perigosamente ligados a províncias em guerra civil totalmente voltadas para a Corte. Mais importante ainda era o fato de que tal decisão levava a luta política, travada de diferentes formas, para o interior do processo legislativo, institucionalizando as disputas de interesses e abrindo uma longa trajetória de consolidação do sistema representativo no Império. A segunda solução chegou ao sul à mesma época: era o novo comandante das armas de Goiás, Raymundo José da Cunha Mattos, que o padre Fleury aguardou ansiosamente até o final de 1823, quando, para seu alívio, foi transferida a responsabilidade pela manutenção da ordem na comarca e pela defesa com relação às guerras civis nas províncias vizinhas. Por fim, a terceira solução havia chegado em julho ao Maranhão e em agosto a Belém, com os almirantes Cochrane e Grenfell, desequilibrando a correlação de forças em favor do Império.¹⁷⁰ A notícia da adesão dessas províncias chegou por cartas e, já no final do ano, com o retorno do sargento-mor José Antônio Ramos Jubé, que em julho havia embarcado para Belém para obter informações e levar correspondências no sentido de persuadir os governos provisórios e comandantes a abraçarem a Independência. Em outubro, Fleury já dizia temer que o emissário tivesse sido “vítima da sua fidelidade e adesão á sagrada causa do Brasil”¹⁷¹. Mas no dia 20 de novembro, chegava a correspondência de Jubé noticiando a incorporação do Grão-Pará, com o que o padre podia comemorar “a reunião geral de todas as províncias do Império debaixo do governo do nosso magnânimo e incomparável Imperador”.¹⁷²

b) A reunificação de Mato Grosso e a incorporação de Chiquitos

Ao menos no que se referia à ruptura com Portugal, o problema colocado para o Império na província de Mato Grosso era menos grave que aquele no norte goiano. Primeiro porque as províncias que se mantiveram alinhadas a Lisboa até 1823 e que, a seguir, passaram por guerras civis, estavam muito mais distantes de seus habitantes. Segundo porque provavelmente o problema sequer foi colocado para o Império, pelo menos até os últimos meses de 1822. Mesmo que por outras vias os ministros tenham

¹⁶⁹ Sérgio Paulo MOREYRA. *op. cit.* p. . 280.

¹⁷⁰ Sobre a incorporação do Grão-Pará, ver André Roberto Arruda MACHADO. *A quebra da mola real das sociedades. op. cit.*

¹⁷¹ “Ofício de 7 de outubro de 1823 – ao Exmo. Governador das Armas desta Província de Goiás”. *O Pacificador do Norte, op. cit.* p. 153-155.

¹⁷² “Ofício de 20 de novembro de 1823 – ao Exmo. Governador das Armas desta Província de Goiás”. *O Pacificador do Norte, op. cit.* p. 169.

tomado conhecimento da cisão, a correspondência com Cuiabá era tranquilizadora no que dizia respeito à ruptura com as Cortes, pois não se procurava fundamentar a legitimidade com base na acusação de fidelidade a Portugal, como fez Goiás com relação a Natividade. Caso tomassem apenas aqueles ofícios em suas mãos, os ministros teriam tudo para pensar que se tratava de uma querela administrativa, o que seria o menor dos seus problemas. O isolamento de Mato Grosso provavelmente ainda era uma realidade, pois ao documentar as eleições para a Constituinte, em 17 de novembro de 1822, a junta de Cuiabá ignorava solenemente a cidade, remetendo os termos das juntas eleitorais das paróquias sem incluir a capital e sem dar explicações sobre a ausência.¹⁷³

Entretanto, a 18 de novembro a Corte decidia a questão, ordenando a escolha de um novo governo provisório, que incluísse todos os colégios eleitorais da província, governo este que deveria tomar posse na “câmara da capital”¹⁷⁴. Ainda que os cuiabanos tenham reiteradamente prestado adesão ao Rio de Janeiro, prevalecia a cidade de Mato Grosso. Uma hipótese que nos parece pertinente para se entender a opção feita pelo Império é a de que se tratava da defesa da legalidade anterior à Revolução Constitucionalista, pois a legitimação de uma situação de fato poderia criar expectativas em outros lugares, como por exemplo Natividade. Vimos no caso da formação das juntas provisórias que as experiências de outras localidades eram referências importantes para a formulação e busca de legitimação de projetos políticos que rompiam com a ordem estabelecida. Talvez fosse este o mal a evitar.

A primeira adesão da cidade de Mato Grosso à Corte fluminense de que temos notícia data de 12 de março de 1823¹⁷⁵. Não deixa de ser sugestivo que ela tenha ocorrido quase três meses após a ordem para a formação do governo, aproximadamente o tempo mínimo necessário para a chegada de uma notícia do Rio de Janeiro àquela cidade. A notificação enviada pelo governo de Cuiabá para a câmara de Mato Grosso data do dia 13 de março, mas é possível que já se soubesse do teor da decisão há tempo suficiente para que a notícia chegasse à capital legal¹⁷⁶. Ainda assim, com a guerra civil no Grão-Pará, que impedia quaisquer socorros e chegaria a cortar totalmente as comunicações com Belém, a adesão não era surpreendente, pois a cidade se encontrava isolada e recorrer à Corte fluminense pode ter significado uma saída para essa situação.

¹⁷³ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 539. p. 1317 e segs.

¹⁷⁴ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 555. p. 1347-1348.

¹⁷⁵ *As Câmaras Municipais e a Independência. op. cit.* Volume 1. Doc. 130. pp. 257-258.

¹⁷⁶ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 555A. p. 1348.

Se é possível que em Mato Grosso a decisão tenha motivado (ou ao menos apressado) uma adesão ao Império, em Cuiabá o processo eleitoral seria marcado por conflitos. A 16 de abril, o governo informava a Corte sobre a execução do decreto, afirmando que “querendo esta mesma Junta dar pronta execução às ordens de Vossa Majestade Imperial, escreveu à câmara da cidade de Mato Grosso, que até o presente se acha dividida, e independente deste governo”¹⁷⁷. Há, também neste caso, uma sugestiva coincidência de datas, pois foi justamente na sessão ocorrida no dia anterior à resposta dada à Corte que João Poupino Caldas foi repreendido por adulterar a ata e pediu demissão, pedido este recusado pela junta. Na sessão extraordinária do dia 24, surgiam debates sobre as eleições e, no dia seguinte, afirmava o membro do governo Jerônimo Joaquim Nunes que sendo necessário

cumprir a Carta Imperial que manda criar uma nova Junta Governativa e acontecendo ao mesmo tempo o espírito sedicioso que se tem incitado nesta cidade sobre a ordem expedida por este governo para este fim, desejando evitar por todos os meios possíveis que hajam motivos que perturbem o sossego público, declaro solenemente que da minha parte convenho em que esta Junta não opte na presente coisa o mais que lhe parecer o mais conveniente para acalmar os ânimos exaltado, sem embargo da quebra de respeito desta Junta por me parecer que estando a acabar devesse sacrificar tudo ao sossego dos povos [...] ¹⁷⁸

Ainda que não se diga expressamente que a causa do “espírito sedicioso” era a parte da “ordem expedida” que definia o centro de poder em Mato Grosso, a preocupação com a “quebra do respeito” deixava claro que o problema era a impopularidade da medida.

Hipóteses à parte, o fato é que o governo provisório legal da província foi eleito, contando com dois ex-membros da junta cuiabana e três da mato-grossense, além de dois que não haviam participado dos governos anteriores¹⁷⁹. Não deixa de ser surpreendente que, contando com apenas 5 de 24 paróquias, Mato Grosso elege-se pelo menos três dos sete deputados. As atividades foram iniciadas a 19 de agosto, porém João Poupino Caldas não tomou assento. Constituíam-se desta maneira uma maioria favorável à capital legal. Na sessão de 7 de outubro, o deputado Manoel Veloso Rebelo de Vasconcelos, reconhecendo “o quão ruínoza havia sido a mudança da Junta de Administração e Arrecadação [...] por ordem do presidente do Erário Thomas Antonio Villanova Portugal para a cidade de Cuiabá, [tendo] obtido isto sub-repticiamente pelo

¹⁷⁷ *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 555. p. 1347-1348.

¹⁷⁸ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825.* Sessão 97. 25 de abril de 1823.

¹⁷⁹ Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso, op. cit.* p. 469.

Exmo. Governador Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, fazendo também transportar-se para aquela mesma cidade a Casa de Intendência e Fundação do Ouro”, propunha o retorno de todo o aparelho administrativo transferido desde 1819. Após um debate no qual foram lembradas as “astuciosas truculências do Exmo. Governador”, chegou-se a um empate entre a proposta de uma mudança imediata e aquela defendida pelo capitão-mor José da Silva Gama e Cunha, egresso do antigo governo mato-grossense, de “que se consulte a Sua Majestade Imperial antes da remoção do dito tribunal”, voto seguido pelo ex-membro do governo de Cuiabá Félix Merme. Com o empate, o presidente decidiu a questão “atendendo que pela Carta Imperial de 18 de novembro do ano pretérito, aprovou Sua Majestade Imperial o restabelecimento do governo para a antiga capital, cidade de Mato Grosso”, ficando assim estabelecido o centro político e administrativo.¹⁸⁰

Resolvida a questão da divisão, o governo provincial voltaria a ser uma preocupação para o Imperador quase dois anos depois, por razões bastante distintas. No dia 13 de abril de 1825, reunia-se a junta, acompanhada por um grande concurso de pessoas, para receber o capitão d. José Maria de Velasco,

[...] ajudante de ordens do Governador de Chiquitos D. Sebastião Ramos, em qualidade de seu Plenipotenciário, como se verificou dos poderes, que apresentou para isso outorgados, e mais ofícios respectivos, que ofereceu transmitidos pelo dito Governador, em consequência dos quais, e dos Artigos Capitulares, que ao diante se seguem, foi por ele Emissário representado todos os motivos que objetavam as circunstâncias, que obrigavam aquele referido Governador, e mais Autoridades da sobredita Província a Proclamar a Sua Majestade Imperial, debaixo cujos Estandartes pretendiam de hora em diante submeter-se como seus fiéis Vassalos, ficando assim livres do jogo dos Demagogos, e Revolucionários que só se dirigem a derrubar o Trono do seu Soberano, e os altares de Sua Santa Religião, pelo que não podendo eles mais sustentar os Direitos, que lhe foram confiados de seu legítimo Rei Sr. Dom Fernando Sétimo procuravam os Auspícios de Sua Majestade Imperial, no enquanto que sem o mesmo Soberano não reconquistasse as suas Américas¹⁸¹

Percebendo a derrota dos realistas em todas as partes e a aproximação das tropas de Antonio José de Sucre, o governador de Chiquitos viu na província de Mato Grosso uma saída para uma pequena parte do que fora o Império espanhol. Os artigos capitulares manteriam a organização política, os direitos e os privilégios dos súditos do Rei Católico, mas colocavam Chiquitos sob a proteção de d. Pedro I e, imediatamente, sob a autoridade dos que governavam a província de Mato Grosso. Mais surpreendente que a proposta – afinal, um ato de desespero, quando d. Sebastián Ramos já havia

¹⁸⁰ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessão Extraordinária de 7 de outubro de 1823.

¹⁸¹ “Ata da Junta de Mato Grosso sobre a anexação de Chiquitos, Bolívia à Província de Mato Grosso 13 de abril de 1825” *APMT/DHMT* Doc. 55

estabelecido contato com Sucre para tratar da capitulação – é o fato de que o governo provisório aceitou imediatamente incorporar uma província espanhola ao Império¹⁸². Assinaram o documento 47 indivíduos incluindo os membros da junta que se achavam na cidade, além de outras autoridades. Os argumentos retomavam termos presentes nas instruções dos capitães-gerais:

[...] reunida aquela Província a esta, fica ela de uma vez defendida de toda, e qualquer invasão de inimigos, que possam intentar não só contra esta província, como os mais Estados deste Império pelo propugnáculo, que se dificulta aos invasores, não sendo estes mais que uma só entrada mui facilmente defendida, o que não seria fácil naquela extensão de limites, entre, esta, e aquela Província. Ouvidos os pareceres de todos os congregados foram eles de comum consenso que a sobredita. Província fosse já aceita em nome de S. M. I. visto que as circunstâncias exigiram prontíssima providencia, e que não havia tempo de esperar resoluções do Mesmo Augusto Senhor, a quem desde já se dava parte para que determinasse o [que] fosse servido a semelhante objeto, e que para se tomar conta dela este Governo tomasse as medidas necessárias, e anuindo a eles todos os pareceres, a exceção do Dr. Ouvidor Manoel Antonio Galvão, Sarg. Mor Bernardo Lopes da Cunha, e o Capitão. José Francisco da Cruz, que foram de opinião contrária, para que tal se não praticasse, sem que primeiro esperasse as Determinações Imperiais; porem reconhecendo-se o perigo, e para evitar não admitia demora, e sendo unânime o desejo, e a boa vontade de todos os mais concorrentes convieram, que o Exmo. Governo, atendendo as positivas circunstâncias, que obrigariam em pequeno espaço de tempo a perda total desta Província, caso se não lançasse mão de que a sorte felizmente oferecia, houvesse de determinar quanto lhe parecesse justo: por cujo motivo ordenou ao Ilmo. Deputado Comandante das Armas desta Capital Manoel Velloso Rebello Vasconcelos, que pondo em prática o seu costumado zelo e atividade, pelo bem do Imperial Serviço aprontasse a Tropa, e todos os mais úteis necessários porque a expedição, que deve marchar a tomar a referida posse em nome de S. M. I. de quem espera o mesmo Governo resolva como for do seu Imperial agrado.¹⁸³

Retomavam-se os termos de uma velha geopolítica para justificar um passo que em nenhum momento da trajetória da capitania havia sido dado. Uma decisão que foi seguida pelo envio de tropas, ainda que em número que jamais permitiria manter uma resistência a um avanço dos revolucionários. D. Pedro I foi aclamado a 24 de abril em Santa Ana de Chiquitos, como “Augusto Protetor do Brasil e desta Província”. Mas frente à desaprovação dos membros do governo que estavam ausentes e à instabilidade em Chiquitos, as tropas se retiraram rapidamente, em companhia do governador d. Sebastián Ramos, que levou consigo bens saqueados das missões e que acabaram por ser parcialmente devolvidos. Ao informar ao Imperador a decisão tomada, o governo

¹⁸² Sobre a anexação de Chiquitos, ver Ron L. SECKINGER. *The Chiquitos Affair: na aborted crisis in Brazilian-Bolivian Relations*. In *Luso-Brazilian Review*, XI, n.1. (Summer, 1974). Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Provincia de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit.

¹⁸³ “Ata da Junta de Mato Grosso sobre a anexação de Chiquitos, Bolívia à Província de Mato Grosso 13 de abril de 1825” APMT/DHMT Doc. 55.

exaltava o fato de que “este honrado Governador” havia procurado “a Proteção das Bandeiras de Vossa Majestade Imperial”. Afirmava que a aprovação se dera “com vivas expressões” pois “parecia de interesse à Província, de honra ao Império do Brasil, de grandeza, e glória a Vossa Majestade Imperial”. Justificava ainda que não se deveria desprezar “este meio, que a sorte oferecia”, pois incorporada a província de Chiquitos ficaria muito mais segura a defesa de Mato Grosso. Narrava, por fim, o ato de “Adesão á Sagrada Causa do Brasil, respeito, amor e obediência a Vossa Majestade Imperial, a quem este governo tem a maior satisfação de submeter os seus votos, esperando, para cumprir, a sábia e terminante determinação de Vossa Majestade Imperial”¹⁸⁴. A resposta da Corte foi evidentemente de repreensão a uma decisão que de forma alguma poderia ser tomada por um governo provisório provincial. Além disso, estranhava a pretensão de expandir o Império “à custa da fidelidade de povos” que passavam por “calamidades”. O Imperador

estranha ao governo a deliberação que tomara não só de aceitar a reunião da Província de Chiquitos, como fazer sair tropa brasileira dos limites do Império para a proteger; tanto mais que, ainda quando S. M. Imperial fosse consultado previamente, como convinha, jamais, daria o seu imperial assenso a esta medida, por ser oposta aos generosos, e liberais princípios em que o mesmo Augusto Senhor firma a política do seu gabinete, e a sua intenção de não entrevir no conteúdo atual dos habitantes da América Espanhola, entre si¹⁸⁵

Não é nosso objetivo explicar a incorporação de Chiquitos, o que só seria possível com uma análise específica e que abarcasse as situações dos dois lados da fronteira. Apenas importa colocar alguns elementos que podem, ao mesmo tempo, ajudar a compreender este acontecimento e contribuir para o entendimento dos sentidos possíveis que a fundação do Império do Brasil adquiriria.

É certo que a tentativa de incorporação só foi possível porque havia um longo histórico de relações mercantis e de colaboração política, reforçado com os asilos aos realistas desde o início das guerras de Independência.¹⁸⁶ Além disso, a consciência que se tinha da demora de pelo menos seis meses das respostas da Corte não permitiriam que uma eventual aceitação tivesse efeito, pois este tempo seria suficiente para que as tropas de Sucre controlassem a província. Também ajuda a explicar este episódio o fato de que o governo estava sem alguns de seus deputados, incluindo o presidente, e que

¹⁸⁴ Apud Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Provincia de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit.p. 110-111.

¹⁸⁵ Apud Maria do Socorro Castro SOARES. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Provincia de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. op.cit.p. 120-121.

¹⁸⁶ Ver os capítulos 2 e 4 desta dissertação.

esses logo se manifestariam contra a atitude tomada quando estavam ausentes¹⁸⁷. Ainda assim, a reunião de 13 de abril contou não só com a presença de dezenas de indivíduos, como também era referendada por autoridades importantes, como o comandante das armas, havendo apenas três declarações de voto vencido. Também é relevante ressaltar que aqueles que aprovaram a incorporação tinham permanecido por dois anos controlando um governo autônomo quase isolado do restante do Brasil e outros dois sem que recebessem autoridades de fora da província. Finalmente, o discurso da função geopolítica de Mato Grosso estava fundamentado em experiências concretas e na freqüente instrumentalização política da condição de fronteira, através da valorização dos que a defendiam. Nesse sentido, não é de se desprezar a trajetória da principal autoridade ali presente, o comandante das armas Manoel Velloso Rebello e Vasconcelos. Tratava-se de um militar que estava em Mato Grosso há mais de quarenta anos, que havia participado das demarcações, da fundação de núcleos de povoamento e de viagens exploratórias no vale do Guaporé no período do apogeu das diretrizes geopolíticas que definiam a repartição de Vila Bela como “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil”¹⁸⁸.

Esse conjunto de experiências, que certamente muitos dos que tomaram a decisão de aceitar a anexação compartilhavam, pode ter contribuído para conformar um universo mental propício a aspirações expansionistas. Sem a mesma formação e sem as instruções precisas dos capitães-generais, dotados de um governo autônomo quase isolado do país e imersos numa realidade marcada pela fluidez das formas e significados que caracterizava a situação de crise, esses homens parecem ter partilhado uma leitura possível da idéia de Império naquele momento. Como se percebe pelos discursos que produziram, eles pensavam estar prestando um serviço grandioso a d. Pedro I ao expandir o Império do Brasil. É evidente, até pela forma como se deram os fatos, que a Corte nada tinha com o que se passava e que não era parte de suas diretrizes buscar incorporar esse território¹⁸⁹.

¹⁸⁷ *Atas das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825*. Sessão de 19 de maio de 1825.

¹⁸⁸ Paulo Pitaluga Costa e SILVA. *Dicionário Biográfico Mato-Grossense. Período Colonial, 1524-1822*, *op. cit.*

¹⁸⁹ Apesar de concordarmos, no geral, com a interpretação de Ilmar Rohloff de Mattos, entendemos que não se sustenta a idéia de que no momento da fundação do Império, a Coroa tenha adotado uma política expansionista. Quanto a isso, a questão da Cisplatina era completamente distinta do caso de Chiquitos, pois se tratava de um território que há muito era litigioso, havendo fundamentos dinásticos para a pretensão do Imperador. Ilmar. R. de MATTOS “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, 2005. p. 8-26

A tentativa de anexação de Chiquitos talvez revele uma leitura do sentido das transformações políticas vividas e, sobretudo, da fundação de um Império; leitura que não era compartilhada pelos que controlavam o Estado a partir da Corte, mas que pode ser encontrada, não como projeto político, mas como uma vaga aspiração, em alguns textos da época. Dentre eles, o roteiro de viagem de Luís d'Alincourt, engenheiro militar que serviu na fronteira Oeste e atuou na junta cuiabana de 1821. Escrevendo provavelmente alguns anos antes da tentativa de incorporação, analisava a situação da província de Mato Grosso:

Está reduzida ao mais deplorável abatimento; e ainda que ela quisesse melhorar as suas circunstâncias, por meio dos gêneros de agricultura exportáveis, não o pode fazer, por falta de forças; por não ter ponto de apoio nos lugares próprios, que facilitem a exportação, e porque sem auxílios eficazes nunca os poderá obter. Eis aqui o estado verdadeiro do antemural do Brasil; desta dilatada província, onde têm origem as principais vertentes dos muitos, e grandes rios, que vão ao norte, e ao sul comunicar aos portos de mar, e a outras províncias, e que bem poucos apenas fracamente são aproveitados; província cercada por toda a parte do ocidente, o sul, por povos, que, sendo originários de uma nação, as circunstâncias os têm conduzido a ponto de adotarem princípios, que os conduzirão bem depressa a formar diversos estados, que não poderão deixar de atrair mui seriamente a nossa atenção; note-se com madureza a posição geográfica desta província; encarem-se as relações políticas de nossos vizinhos, às do Reino de Espanha, e de alguns outros da Europa; investigue-se o plano ambicioso dessa nação formidável, que manda sobre o Báltico, o Glacial, o Pacífico, o Cáspio, e o Negro; mas que não se contenta com estes limites, que marcha com passos firmes ao zênite do seu esplendor, e que fará tremer as mais nações, e o mundo inteiro: com estes dados facilmente se formará a equação que deve resolver o problema.¹⁹⁰

O Império Russo aparece, portanto, como referência de uma expansão que não encontra limites. O engenheiro militar explicitava uma aspiração que muito se aproxima àquela dos que receberam e aprovaram o pedido do governador de Chiquitos. Aqueles que, numa decisão completamente desastrosa para o Império Constitucional de d. Pedro I, talvez tenham contribuído para a ruína final da antiga capital da geopolítica do Extremo Oeste. Afinal, não é de se descartar que a atitude do governo estabelecido em Mato Grosso tenha contribuído para a decisão da Corte de, ao nomear o primeiro presidente da província, mandá-lo tomar posse em Cuiabá, mesmo que não estivesse revogada a condição de capital reconhecida em 1823. Independentemente disso, se alguma expansão interessava ao Império, esta era, como propôs Ilmar Rohloff de Mattos, uma “expansão para dentro” e, nesse sentido, se alguma comparação com o

¹⁹⁰ LUÍS D'ALINCOURT. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006. p. 96-97.

Império Russo convergia com as pretensões de d. Pedro I, era aquela formulada pelo procurador de Goiás, na adesão que vimos em outro momento deste capítulo.¹⁹¹

Segundo Manuel Rodrigues Jardim, da mesma forma que “o Grande Czar do Norte”, o Imperador deveria ainda “reformatar costumes, extirpar abusos, disciplinar tropa, criar marinha, estabelecer fábricas, e finalmente edificar uma cidade para capital do Império do Brasil”. Completava ainda dizendo que isto era pouco, pois também deveria “destruir partidos variados, caprichos encanecidos a combater, opiniões cruzadas a conciliar, interesses complicados a combinar”¹⁹². O território teria ainda de ser construído, o que envolvia, além da coerção, políticas que conferissem organicidade a espaços marcados objetivamente pelas dificuldades de comunicações. Território atravessado por tensões no interior das províncias, como as que emergiram em Goiás e em Mato Grosso entre 1821 e 1823, e principalmente entre as diversas partes do Império e seu centro político, sendo freqüente ainda por muito tempo a politização de identidades particularistas na formulação de projetos políticos. Como parte do processo de construção do Estado, as medidas visando a um território integrado e orgânico reforçariam a interiorização da geopolítica, perceptível desde o Reformismo Ilustrado de fins do Século XVIII, mas que teria agora um sentido diverso¹⁹³. Oferecendo “um campo imenso ao desenvolvimento da Beneficência” do Imperador - como também sugeria a adesão de Jardim -, as províncias do Oeste permaneceriam como espaços periféricos no interior do novo construto político, mas não deixariam de atrair as atenções de estudos, projetos e políticas que guardavam mais semelhanças com a “combinação de interesses” colocada por Jardim do que com o “plano ambicioso” exaltado por d’Alincourt. Afinal, uma expansão para dentro demandava também uma geopolítica, ainda que de um tipo que talvez os membros do governo de Mato Grosso não tivessem condições de compreender: uma geopolítica interior.

¹⁹¹ Ilmar. R. de MATTOS, “Construtores e herdeiros”, *op. cit.*

¹⁹² *As Juntas Governativas e a Independência. op. cit.* Doc. 574, p. 1374.

¹⁹³ Ver “a mudança do centro de poder e a interiorização da geopolítica”, no capítulo 4 desta dissertação.

Fontes e bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT)

E05.01 - Registro de Ofícios, Bandos e Portarias do Governo Provisório da Cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade: 1821 – 1823.

E05.03 - Registro de Ofícios da Junta Governativa Provisória da Província de Mato Grosso: 1822 – 1823.

Fontes impressas

ABREU, Manoel Cardoso de. *Divertimento admirável para os historiadores curiosos observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 55)

ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

ANNAES do Sennado da Camara de Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas / APMT, 2007, p. 68. A edição acompanha CD-Rom com edições fac-similar e paleográfica dos Anais. A paginação aqui indicada refere-se à versão paleográfica impressa.

APMT - *Arquivo Público de Mato Grosso: Documentos para a História de Mato Grosso (APMT/DHMT)*. Compilado por Paulo Pitaluga da Costa e Silva

AS CÂMARAS Municipais e a Independência. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973.

AS JUNTAS Governativas e a Independências Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1973.

ATAS das Juntas Governativas Provisórias de Mato Grosso, de 1822 a 1825. IHGMT. Compilado por Paulo Pitaluga Costa e Silva do original do Livro das Atas das Juntas Governativas, do APMT.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 20)

CAMELO, João Antônio Cabral. *Notícias práticas das minas do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 48)

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1953

DIÁRIO das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa. Primeira sessão da primeira legislatura. Ata n. 58 - 16 de abril de 1822. p. 824. (Utilizou-se aqui a publicação do Diário, disponível em <http://debates.parlamento.pt/>,).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *A Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. 2 vols. Kapa Editorial, 2002.

FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícia sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos índios da então Província*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 33)

FERREIRA, Joaquim Alves. *Notícia sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos índios da então Província*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 33)

FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. Tradução do Visconde de Taunay. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp, 1977.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 22)

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil - principalmente nas provincias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

INSTRUÇÕES aos Capitães-Generais. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 27)

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 19)

LEVERGER, Augusto. *Derrota da navegação interior da vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá, capital da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 62)

LEVERGER, Augusto. *Vias de comunicação de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2005. (Publicações avulsas, nº 66)

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e do roteiro desta Província às do Mato Grosso e S. Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004. Joaquim da SIQUEIRA Joaquim da Costa. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54)

MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goiás*. Goiânia: Sudeco, 1979.

MELLO, Francisco Pedro de. *Diário da diligência que por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de destruírem vários quilombos e buscar alguns lugares em que tivesse ouro*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas nº 24)

MEMÓRIAS Goianas. Goiânia: Centauro, 1982, vols. I e II. p. 37.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958

NOTÍCIA Geral da Capitania de Goiás em 1783 (organizada por Paulo Bertran). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. Tomo I

POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado, apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da USP, 1976.

PRUDÊNCIO, João Baptista. *Informações do Município de Alto Paraguai Diamantino*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 41)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goiás*. São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1937. 2 tomos.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida [e FERREIRA, Joaquim José]. *Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 57).

SILVEIRA, João Godoi Pinto da. *Informação sobre o sertão que medeia as minas de Goiás para o Cuiabá no ano de 1791*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 45)

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio histórico cronológico das notícias do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 54)

SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Crônicas do Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 53)

SOUZA Luiz Antonio da Silva e, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e Cousas mais Notáveis da Capitania de Goyaz”. *O Patriota*, tomo 4, 3ª Subscrição, n. 4, jul. e ago. 1814 (BBD).

TAUNAY, Afonso d’Escragnole - *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1981.

TAUNAY, Alfredo d’Escragnole. *A Cidade do ouro e das ruínas*. Cuiabá: IHGMT - 2001. (Publicações avulsas, nº 21)

WAENELDT, Rodolfo. *Exploração da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2001. (Publicações avulsas, nº 38)

Obras de Referência

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias*. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ASSIS, Edivaldo de. *Mapas de habitantes de mato grosso, 1768-1872, guia de pesquisa. Dissertação de Mestrado- USP, 1994.*

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.*

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá, Secretaria de Estado de Educação, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais, de 1550 a 1988. 2ª edição, Rio de Janeiro, IBGE, 1990.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

MACHADO, André R.A... [et al.]. *Cronologia de História do Brasil Monárquico (1808-1889)*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000.

MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de Goiás*. Rio de Janeiro: Master, 1999.

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. São Paulo: Mercúrio, 1953.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e de cada província per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo, IPE, 1986.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Bibliografia crítica das monções cuiabanas. (Trilogia Colonial Mato-Grossense, v.2)*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2005.

UHLE, Ana Rita et al. *Brasil Pré-Censitário. Números sobre a escala dos homens no povoamento*. São Paulo, 1998. Relatório de Iniciação Científica, Departamento de História, FFLCH-USP.

Bibliografia Geral

- ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. 5ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de, *Anais da Província de Goiás*. Brasília, Ipiranga, 1979.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico. Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES, Gilberto Luiz. Aulas Régias na Capitania de Mato Grosso: um exercício preliminar de crítica historiográfica. In Nicanor Palhares SÁ; Elizabeth Madureira SIQUEIRA; Rosinete Maria dos REIS (orgs.). *Instantes e Memórias na História da Educação*. Brasília: Inep; Cuiabá: EdUFMT, 2006.
- AMADO, Janaína. “Região, Sertão, Nação”. *Estudos Históricos: História e Região*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *Formação do Mercado Interno em Mato Grosso*. São Paulo, Editora da PUC-SP, 1987.
- ARTIAGA, Zoroastro. *História de Goiás*. Goiânia: Estado de Goiás, 1959.
- BERBEL, Márcia Regina. *A Nação como Artefato - Os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.
- BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central. Eco-história do Distrito Federal*. 1ª Edição.
- BRASIL, Americano do. *Súmula de História de Goiás*. 2. ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, 3 vols.

BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil geral e regional :Grande oeste (Goiás-Mato Grosso). São Paulo : Cultrix, 1967.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens do índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2003.

CARVALHO, Francismar de. “Entre dois impérios: lideranças indígenas e colonizadores espanhóis e portugueses no vale do rio Paraguai (1770-1810). *Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC*, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem & Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: UCG, 2003.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos Indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2a. ed. rev. São Paulo: Livraria Nobel, 1983.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1969.

CORREA, Valmir Batista. *Mato-grosso: 1817-1840 e o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província*. Dissertação de mestrado apresentada no departamento de história da FFLCH-USP. São Paulo, 1976.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

COSTA, Maria de Fátima. *Histórias de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI/XVIII*, Ed. Estação Liberdade, São Paulo, 1999.

COSTA, Wilma Peres & SALLES, Cecília Helena de (Org.). *De um império a outro: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2007.

CRIVELANTE, Maria Amélia Alves. “Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos Senhores de engenho do Lugar de Guimarães. 1751-1818” *Revista de Demografia Histórica*, XXI, II, 2003.

- DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras movediças: a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2007.
- DAVIDSON, David - "How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752" in Dauril ALDEN, ed.: *Colonial Roots of Modern Brazil* Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 1973.
- DIAS, Maria Odila da Silva. "Aspectos da Ilustração no Brasil" in *RIHGB*, t. 278, 1968.
- DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*. Tese de doutoramento apresentada à FFLCH – USP, 1972.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: Origens do Federalismo no Brasil*. Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral, BICALHO, Maria Fernanda. (orgs.). *Modos de Governar. Idéias e Práticas Políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005
- FERNANDES, Florestan. "A Sociedade Escravista no Brasil" In *Circuito Fechado. Quatro Ensaios sobre o "Poder Institucional"*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- FERREIRA, Maria Delfina do Rio. *Das Minas Gerais a Mato Grosso. Gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 1996.*
- FONSECA, Fernando Taveira da. "Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na universidade de Coimbra (1601-1850)". *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, 1999.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, Basílio Toledo. "O boi na geografia de Goiás". Goiânia: *Revista do IHGG*, nº 1. Dezembro de 1972.

- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da “civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese de doutorado, São Paulo: FFLCH/USP, 2000
- GARCIA Ledonias Franco, *Goyaz, uma Província do Sertão*. FFLCH-USP, 1999.
- GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): Crise e Estagnação do Projeto Colonial*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2003.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. 16^o edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo, Brasiliense. 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Volume I. São Paulo: DIFEL, 1970.
- JANCSÓ, István. “A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto”. IN: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, J. R. do Amaral (org.) *História Economica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1996.
- JANCSÓ, István (org.) – *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Fapesp / Hucitec / Unijuí, 2003.
- JANCSÓ, István (org.) – *Independência do Brasil: História e Historiografia*. São Paulo, Fapesp / Hucitec, 2005.
- JANCSÓ, István & João Paulo G. Pimenta. “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira”. IN: Carlos Guilherme Mota (org.) – *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. São Paulo, Editora Senac, 2000.
- JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. 1. ed. Pirenópolis: Imprensa da UFG, 1971.

- KARASCH, Mary *The Periphery of the Periphery: Vila Boa de Goiás, 1780-1835*. In *Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas, 1500-1820*, eds. Christine Daniels and Michael V. Kennedy. New York and London: Routledge Press, 2002.
- KOK, Glória . *O Sertão Itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. Coleção de Estudos Históricos. São Paulo: Editora Hucitec, FAPESP, 2004
- KOSELECK, Reinhart. *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.
- KOSELECK, Reinhart: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. Traduzido por Wilma P. Maas, Carlos A. Pereira. Revisão de César Benjamin.
- LACERDA, Regina. *A Independência em Goiás*. Goiânia: Editora Oriente, 1970.
- LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Ed. Siciliano, 2001.
- LAPA, J. Roberto do Amaral. *Ação Mercantil numa área de mineração*. São Paulo: Separata da Revista de História, n. 64, 1973.
- LEMES, Fernando Lobo. *A oeste do império – dinâmica da câmara municipal na última periferia colonial: um estudo das relações de poder nas Minas e Capitania de Goiás (1770-1804)*. Goiânia : UFG, 2005. Dissertação de mestrado.
- LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1993.
- LEONARDI, Vitor P. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília, Paralelo 15Ed. 1996.
- LIMA André Nicacio. “As câmaras municipais na crise da independência: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (1821-1825) - Informe de Pesquisa”. Revista Eletrônica Almanack Brasiliense, São Paulo, v. 1, p. 114-119, 2005.

- LOPES, Marta Maria. “Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX”. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Cuiabá: EdUFMT, vol. 7, 2008.
- MACEDO, Tairone Zuliani de. *Império e Região: A dinâmica do processo de Independência e a elite política em Goiás (1820-1831)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, UFG: 2004.
- MACHADO, André Roberto Arruda *A quebra da mola real das sociedades. A crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*. Tese apresentada ao departamento de História da FFLCH – USP. São Paulo, 2006.
- MACHADO, André R. de Arruda. Negociando “Rotas de Peregrinação”: A atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento do Império do Brasil – 1826 a 1829. Texto integrante dos *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.
- MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria. Imaginação Geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, EDUNESP/Moderna, 1997.
- MARTINI, Daniel Moretto. *Na Trilha dos Bororo: Um Histórico das Relações com os Paulistas*. Anais do I Encontro de Pesquisa de Graduação em História. Campinas: Unicamp, 2008
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. 5ª.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Ilmar. R. de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 1, 2005. p. 8-26
- McCREERY, David. *Frontier Goiás, 1822-1889*. Stanford, California, Stanford University Press, 2006.
- MELLO Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o Federalismo Pernambucano de 1817 a. 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas mato-grossenses*. Niterói: Escola Typ. Salesiana, 1919.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. 4a ed. Cuiabá, Ed. Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- MORAES, Antônio Carlos R.. *Ideologias geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil*. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec.

- MOREYRA, Sérgio Paulo. *O Processo de Independência em Goiás*. In Carlos Guilherme MOTA (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de Inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa, Horizonte, s.d.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- Moura, Carlos Francisco. *Mato-Grossenses na Universidade de Coimbra nos Séculos XVIII e XIX*. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, Vol XXXVII, 1992.
- NOGUEIRA, Carlos Eugênio. *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª edição, São Paulo, Hucitec, 1995.
- NOVAIS, Fernando. *Aproximações, ensaios de história e historiografia*. São Paulo : Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A construção da Riqueza no Sul de Goiás, 1835-1910*. Tese de doutorado em História. Franca: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2006.
- PALACIN, Luiz. *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 1983.
- PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001
- PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo, Hucitec, 2002.
- PIMENTA, João Paulo G. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo. FFLCH – USP, 2004.
- PINTO, Virgílio Noya. “Balanço das transformações econômicas no século XIX”, In: Carlos Guilherme MOTA (org.), *Brasil em Perspectiva*, 6a. ed., São Paulo, Difel, 1975.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. 12ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972.

- RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luis Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autentica; Companhia Tempo, 2007.
- ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1722-1808)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1996.
- ROSA, Carlos. *O processo da Independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana*. Cuiabá: Secretaria de Educação e Cultura, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1)
- ROSA, Carlos Alberto & JESUS, Nauk Maria de (orgs.). *A terra da conquista - História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana.
- RUSSEL WOOD. A.J.R. *Centros e periferias no Mundo Luso-brasileiro, 1500-1808*. In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Humanitas Publicações, vol. 18, nº 36, 1998.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SECKINGER, Ron L. *The Chiquitos Affair: na aborted crisis in Brazilian-Bolivian Relations*. In Luso-Brazilian Review, XI, n.1. (Summer, 1974).
- SALGADO, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Identidades em Construção. O processo de politização de identidades coletivas em Minas Gerais, de 1792 a 1831*. Relatório final do Projeto de Pós-Doutorado.
- SILVA, Colemar Natal e. *História de Goyaz*. Rio de Janeiro, Borsoi, 1935.
- SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores : política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso, século XVIII*. Cuiabá : Editora da UFMT, 1995.
- SIQUEIRA, Joaquim da Costa. *Compêndio histórico das notícias do Cuiabá, repartição da capitania de Mato Grosso, desde 1778 a 1817*. *RIHGB*, t. 13, 1850.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*, São Paulo, FFLCH-USP, 2006.
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

- SOARES, Maria do Socorro Castro. *O Governo Provisorio de Mato Grosso, e a questão da anexação da Província de Chiquitos ao Imperio Brasileiro (1821-1825)*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Coleção Estudos Brasileiros, v. 31. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- SOUZA, Laura Mello e. *História da Vida Privada no Brasil: vida privada e cotidiano na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2.^a ed, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TAUNAY, Afonso d'Escragno. *Paulistas em Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT – 2002. (Publicações avulsas, nº 42).
- TAVARES, Maria de Fátima Duarte. “O Futuro do Sertão: paisagens urbanas, memória e natureza – Goiás (séculos XVIII–XIX)”. In Revista Ponta de Lança Volume 1, Número 1, Outubro de 2007. Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.
- TEIXEIRA NETO, Antonio, BUCCI, Roberto Luiz Franco. “A questão de limites entre os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. *Boletim Goiano de Geografia*, Vol. 3, No 1 (1983).
- TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina*. Goiânia: Editora CERNE, 1989.
- TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Ed. Unesp. São Paulo, 2000.
- TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes *A expansão do povoamento em Goiás: Século XIX*. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Humanas e Letras.
- VILLALTA., Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa*. São Paulo, Tese apresentada no Departamento de História/ FFLCH/ USP, 1999.
- VILAR, Pierre. *O ouro e a moeda na história*. Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

VILLELA, André. *Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. Estudos Econômicos*, vol. 37 no. 2 São Paulo, 2007.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo, HUCITEC, 1987.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo